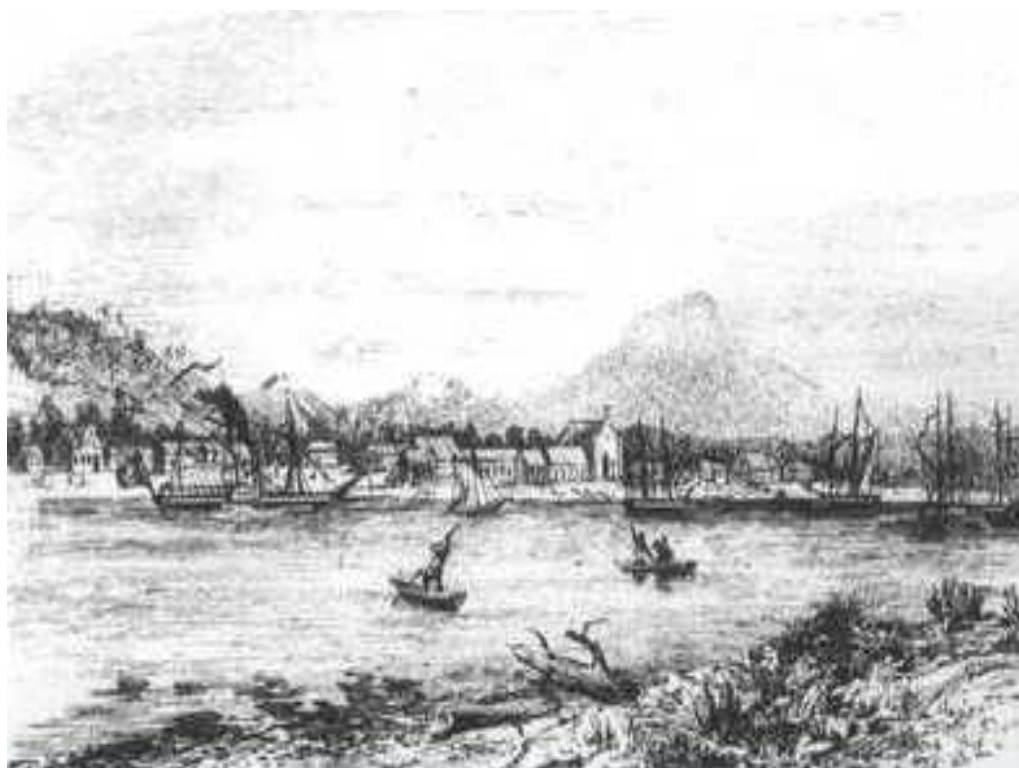


ITAJAÍ: UMA CIDADE EM BUSCA DE SEU FUNDADOR

TEXTOS COMPILADOS

Terceira Edição



MAGRU FLORIANO

Brisa Utópica

**ITAJAÍ: UMA CIDADE
EM BUSCA DE SEU
FUNDADOR
TEXTOS COMPILADOS**

**ENCICLOPÉDIA DIGITAL
ITAJAIENSE**

**terceira edição – revisada – ampliada
2018**

MAGRU FLORIANO

Brisa Utópica

Arte de capa: Magru Floriano

Tiragem física: 10 exemplares, xerografados, encadernados

Tiragem digital: indeterminada, DVD, CD, EMAIL...

AGRADECIMENTOS

NOSSOS ESPECIAIS AGRADECIMENTOS À EQUIPE DE FUNCIONÁRIOS DO
ARQUIVO HISTÓRICO DE ITAJAÍ

Centro de Documentação e Memória Histórica – Fundação Genésio Miranda Lins.

FLORIANO, Magru. **Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador**. Enciclopédia Digital Itajaiense. vol I. Terceira edição, revisada, ampliada. Itajaí: Brisa Utópica, 2018.

APRESENTAÇÃO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

Há muito venho compilando textos e documentos que envolvem a centenária discussão sobre a fundação de Itajaí e sobre quem deveria recair, com justiça, a honraria de ser o fundador da cidade. Uma parte do resultado desse esforço físico e intelectual está contida aqui neste volume que intitulo **ITAJAÍ: uma cidade em busca de seu fundador – textos compilados – vol I**. A outra parte será apresentada ao público leitor no **ITAJAÍ: uma cidade em busca de seu fundador – documentos compilados – vol II** e, em livro a ser publicado antes de 2015 que vem formar o segundo volume da trilogia iniciada em 2012 com o livro **A lenda do Monte Tayó** com o provável título **Os pioneiros**.

Estarão sendo impressos apenas dez exemplares de cada volume (textos e documentos) que serão oferecidos às instituições responsáveis pela guarda da memória da história do Vale do Itajaí e alguns escritores, memorialistas, historiadores que acompanham meu trabalho pela preservação da memória de nossa comunidade. As pessoas interessadas no conteúdo desses dois volumes podem receber cópia digitalizada pelo endereço eletrônico: e-mail: magrufloriano2008@gmail.com.

O objetivo a que me propus, ao reunir textos e documentos, foi o de suscitar entre nossos intelectuais o desejo ardente de promover uma vibrante discussão sobre o tema, que de tão exaustiva e honesta intelectualmente nos legue uma resposta definitiva sobre a fundação da cidade e sobre quem deve recair a honra de ser considerado oficialmente o seu fundador.

Está lançado o debate. Boa leitura!

Magru Floriano. Itajaí, junho de 2013

APRESENTAÇÃO DA SEGUNDA EDIÇÃO

Depois que publiquei esta coleção de textos acerca da fundação da cidade de Itajaí, no ano de 2013, foram aparecendo outros textos obrigando-me a pensar uma segunda edição revisada e ampliada. Esta compilação se justifica por conta do necessário debate que deve ocorrer em Itajaí sobre as comemorações do bicentenário da presença, em 1820, de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond em terras banhadas pelo Rio Itajaí e seus afluentes. Na medida em que se aproxima a data de 2020 o tema estará cada vez mais presente na imprensa local, bem como nos estudos de nossos pesquisadores, acadêmicos e memorialistas.

No final de 2015, o memorialista Cláudio Bersi de Souza convidou-me para escrever uma apresentação para o opúsculo que publicou, em 2016, com o sugestivo título “2020 – Itajaí 200 anos”. Ali, Cláudio defende a tese de que Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond merece o título de fundador da cidade porque recebeu documento oficial do império para tal propósito a cinco de fevereiro de 1820. Como a data utilizada pelo superintendente Marcos Konder para comemorar o centenário da chegada de Drummond a Itajaí (12 de outubro de 1920) foi, comprovadamente, escolhida pelo próprio Marcos Konder sem qualquer apoio em provas documentais, Cláudio Bersi preenche esta lacuna indicando justamente a data de cinco de Fevereiro de 1820 como referência para as comemorações do bicentenário. Um raciocínio correto, no meu entendimento.

Efetivamente podemos utilizar essa data como referência sólida para marcarmos a relação entre Vasconcelos de Drummond e o Vale do Itajaí, sem darmos qualquer margem a erros. Devo destacar, contudo, que comemorar os duzentos anos da chegada de Drummond ao Vale do Itajaí não significa, obrigatoriamente, reconhecê-lo como fundador e/ou colonizador da cidade de Itajaí. Não obstante muitos tenham escrito de forma reta sobre o tema, colocando lado a lado, como causa e efeito a chegada de Drummond ao Vale do Itajaí e a fundação da cidade de Itajaí, podemos separar essas duas efemérides sem dano à racionalidade dos fatos históricos. Por outro lado, seria uma lacuna gigantesca em nossa história não registrar, de forma adequada, essa data.

O bicentenário deve, portanto, dar margem a eventos culturais e debates entre intelectuais acerca do nosso passado, sem que seja obrigatório falar-se da questão da

fundação. Sabemos que o atual momento em que se encontra a ciência histórica não deixa campo fértil para propormos discussões temáticas desse tipo, como é o caso específico do tema ‘fundação’. Um tema proscrito da historiografia contemporânea. Talvez um modismo passageiro, mas disso se encarregará o tempo. O certo é que, nos dias de hoje, todos evitam a temática da fundação. Mas, esse tema não precisa ser incluído, obrigatoriamente, nos festejos de duzentos anos da vinda de Drummond ao Vale do Itajaí, a menos que o assim desejar um ou outro intelectual envolvido nesses eventos comemorativos do bicentenário. Que seja, então, um debate aberto!

Não compartilhamos do pensamento de Cláudio Bersi de Souza, mas aceitamos seu convite para o debate sobre o tema. No nosso entendimento Itajaí não passou pelo mesmo processo de criação experimentado por cidades próximas como Blumenau, Ilhota e Brusque. Não temos uma data exata que registra a chegada de um grupo de migrantes/imigrantes que toma posse da terra e funda uma comunidade. As terras da foz do Rio Itajaí foram sendo ocupadas gradualmente, ao longo de séculos, por pessoas isoladas, esparsas, com projetos individuais, como fora o caso de João Dias de Arzão, o primeiro homem branco a solicitar registro oficial de terras na foz do Rio Itajaí.

Por isso mesmo defendemos a tese de que a data a se comemorar seria aquela constante no primeiro documento coletivo elaborado por essa gente até então dispersa. Trata-se do “*Requerimento dos moradores do Distrito de Itajaí ao bispo do Rio de Janeiro*” comunicando que firmaram acordo com o padre franciscano Pedro Antônio de Agote para firmar-se na localidade como capelão e cura na capela que estava sendo edificada às espenças da própria comunidade com invocação do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora dos Remédios de Itajaí. Também pedem a “declaração de independência e separação territorial deste Distrito” alegando já existirem “perto de trezentos fogos” – o que representa, possivelmente, população próxima a duas mil pessoas residindo entre a margem sul do Rio Gravatá e a margem norte do Rio Camboriú.

Este documento foi assinado a cinco de janeiro de 1824 por: Agostinho Alves Ramos, Antônio Correa de Negreiros, Antônio Dias de Arzão, Antônio José Borges, Benedito José Vaz, Francisco Lourenço da Costa, Frutuoso Soares, Jacinto Caetano da Silva, José Antônio de Lima, José Francisco de Oliveira, José Ignácio Borges, José Ignácio dos Santos, José Lopes de Mattos, José Macedo da Veiga, José P. Lourenço, Manoel da Cunha Maciel, Manoel Ignácio Borges, Manoel Soares da Costa, Manoel Soares da Silva, Tomás Pereira da Roza.

Tudo indica que o referido documento - fundador da comunidade - teve a inspiração de Agostinho Alves Ramos e o padre Pedro Antônio de Agote. Firmamos convicção sobre o tema acompanhando os atos posteriores e os eventos ocorridos na comunidade no período, inclusive lendo as correspondências do próprio frei Pedro Antônio de Agote, guardadas no Arquivo Histórico de Santa Catarina - Florianópolis. Complementando esse raciocínio consideramos plausível destacar Agostinho Alves Ramos no grupo, por sua liderança incontestável em todo o processo de consolidação da comunidade, a ponto de sugerir tratá-lo como o maior de nossos colonizadores ou, até mesmo, o colonizador do Vale do Itajaí.

Afinal, diferentemente de outros moradores que aqui chegaram, desde João Dias de Arzão, Agostinho Alves Ramos não tratou apenas dos seus interesses de forma isolada em processo de economia de subsistência, mas foi empreendedor em diversos setores (comércio, olaria, engenho...) mexendo na demografia, economia, política e geografia da região. Essas atividades de Agostinho ligaram o Vale a Desterro e São Francisco do Sul pelo transporte de cabotagem e possibilitou, mais a frente, as colônias que povoaram em definitivo todo o Vale do Itajaí às margens do Rio Grande (Itajaí-Açu) e do Rio Pequeno (Itajaí-Mirim).

Contudo devemos alertar os futuros pesquisadores de que novos documentos podem surgir impondo evidências históricas a esta nossa primeira decisão de escolher a data de cinco de janeiro de 1824 como a data de fundação da comunidade. Outro documento, mais antigo, pode se sobrepor a este. De qualquer forma o documento em apreço é digno de destaque, uma vez que trata da prova material de que a gente ribeirinha da foz do Rio Itajaí, sob liderança de Agostinho e Agote, se movimentou em causa comum constituindo, talvez pela primeira vez, em uma verdadeira comunidade.

A escolha desse fato histórico como fundante de Itajaí também é interessante na medida em que privilegiamos o coletivo em detrimento do culto exacerbado das individualidades, sempre muito suscetíveis a paixões e vaidades.

Magru Floriano. Itajaí, junho de 2018

APRESENTAÇÃO DA TERCEIRA EDIÇÃO

Tenho buscado ao longo de décadas copilar tudo, absolutamente tudo, que encontro escrito acerca da fundação de Itajaí e temas correlatos. A primeira edição desta coleção de textos copilados ocorreu em 2013. Depois, veio a segunda edição datada de 2018, com praticamente o dobro de textos copilados. Pensei, nesse momento, que seria a edição definitiva, porque já não seria possível encontrar mais textos inéditos relevantes que justificassem uma terceira edição. Mas acabei encontrando novos textos que me estimularam a promover uma terceira edição atualizada.

Entre os novos textos copilados considero importante destacar aquele publicado por Tito Carvalho em 1928 no jornal A União. Ali encontramos carta do historiador Luis Gualberto refazendo equívoco que cometeu acerca de João Dias de Arzão. Uma revisão muito importante para toda a história de Itajaí porque tira do cenário local a figura daquele que é considerado por muitos como o primeiro morador do Vale do Itajaí, o primeiro homem branco a solicitar oficialmente concessão de terras às margens do Rio Itajaí e, por isso, merecedor de ser guindado à condição de fundador do Município de Itajaí. Gualberto reconhece que errou e restabelece a ordem dos fatos históricos.

Tentei corrigir alguns erros de edição, como é o caso de dois textos repetidos, apesar de não terem sido publicados no mesmo impresso, e muitos erros de datilografia.

Trata-se, portanto, de uma edição definitiva. A obra intrega uma TRILOGIA sobre o tema da fundação - que teve diversos projetos mas que acabou se formatando assim: 1 – **A Lenda do Monte Tayó**: contribuição à centenária discussão sobre o significado do nome Itajaí [2012]; 2 – **Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador** [2013 / 2018]; 3 – **A fundação de Itajaí – historiografia anotada e comentada** [2018].

Magru Floriano. Itajaí, outubro de 2018.

ÍNDICE

1836 - Biografia de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond publicada em 1836 na Biographie universelle et portative des contemporains. IN: Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia. Vol. 165. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2012. Páginas 51-58.	15
1836 - Anotações de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond à sua biografia publicada em 1836 na Biographie universelle et portative des contemporains. IN: Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia. Vol. 165. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2012. Páginas 59-68.....	19
1843 - De la Colonisation au Brésil – Mémoire historique, descriptif, statistique et commercial sur – LA PROVINCE DE SAINTE CATHERINE – Bruxelles – A la Librairie Polytechnique d’Aug. Decq. – 1843. IN: Os rios Itajaí Grande e Itajaí-Mirim descritos por van Ledde. Blumenau em Cadernos. Tomo II. Nº 03. Março de 1959. Páginas 41 a 45.	27
1853 - Relatórios do Dr. Blumenau – quarto relatório da Colônia Blumenau – ano de 1853. Blumenau em Cadernos. Tomo I. Nº 06. Abril de 1958. Páginas 103 a 108.	32
1855 - O Vale do Itajaí em 1855. Reinholdo Gaertner. Blumenau em Cadernos. Tomo III. Nº 10. Outubro de 1960. Páginas 181 a 184.....	33
1907 - Reminiscências I. Pedro Ferreira e Silva. Jornal Novidades. Junho de 1907; Blumenau em Cadernos. Tomo II. Setembro de 1959. Nº9, páginas 165 – 167.	36
1907 - Reminiscências II. Pedro Ferreira e Silva. Jornal Novidades. Junho de 1907; Blumenau em Cadernos. Tomo II. Outubro de 1959. Nº10, páginas 187 – 190.	37
1907 - Reminiscências III. Pedro Ferreira e Silva. Jornal Novidades. Junho de 1907; Blumenau em Cadernos. Tomo II. Novembro de 1959. Nº11, páginas 212-215.	43
1907 - Reminiscências IV. Pedro Ferreira e Silva. Jornal Novidades. Junho de 1907; Blumenau em Cadernos. Tomo II. Dezembro de 1959. Nº12, páginas 222-225.	48
1910 - O ouro no Valle do Itajahy. Novidades – 02 de outubro de 1910 – pag. 02.....	54
1920 – Centenário de Itajahy – Brilhante comemoração. A República. Florianópolis. 09 de outubro de 1920. Capa.	57
1923 - A Pequena Pátria - discursos e conferência. Marcos Konder. São Paulo: Melhoramentos, 1923. Pág.15-26.....	59
1927 – O Municipio de Itajahy – physico, economico, administrativo, historico – monographia apresentada ao Congresso das Municipalidades em 29 de setembro de 1927. Marcos Konder. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1927. Páginas 24 – 27.	66
1928 – Historia Catharinense – A proposito de ARZÃO. Tito Carvalho. A República. 22 de janeiro de 1928. Pagina 02.....	68
1932 - A colonização do Valle do Itajahy (notas para a historia do povoamento e cultura do valle do maior rio do litoral catharinense). José Ferreira da Silva. Blumenau: Correio de Blumenau, 1932. Páginas 07-18.	74
1950 – Contribuição à história da colonização alemã no Vale do Itajaí. Max Tavares d’Amaral. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1950. Páginas 07-08.	82

1954 – O Vale do Itajaí – documentário da vida rural nº 6. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/ Serviço de Informação Agrícola, 1954. Páginas 03-04.	84
1956 - A Pequena Pátria. Marcos Konder. O Libertador de 27 de dezembro de 1956. Sem página numerada.....	86
1957 - O Rio Itajaí – o desvendamento da costa – mapas e portulanos do tempo – nomenclatura litorânea – morfologia do nome. Lucas Alexandre Boiteux. Cadernos de Blumenau. Tomo I. Nº 2. Dezembro 1957. Pag. 23-4 e 27; IN: A lenda do Monte Tayó – contribuição à centenária discussão sobre o significado do nome Itajaí. Magru Floriano. Itajaí: Alternativa, 2012. Pag. 133-136.	87
1958 - Os primeiros moradores do Itajaí. Lucas Alexandre Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 3, janeiro de 1958, págs. 47-51.	90
1958 - A fome de ouro e prata – I Faisqueiras d’Itajaí. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 4. Fevereiro 1958. Pág. 63-67.	95
1958 - Antigos moradores de Gaspar. Oswaldo Rodrigues Cabral. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 4. Fevereiro 1958. Pág. 68-70.	102
1958 - A fome de ouro e prata – II O Monte Tayó. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 5. Março 1958. Pág. 92-96.	105
1958 - Itajaí: De fazenda à cidade I. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 6, abril de 1958. Páginas 115-117.	112
1958 - Itajaí: De fazenda à cidade II. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 7, maio de 1958. Páginas 128-132.	117
1958 - Itajaí: De fazenda à cidade III. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 8, junho de 1958. Páginas 153-156.	126
1958 - Itajaí e Vasconcellos Drumond. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 08. Jun/jul de 1958. Página 148-150.	132
1958 - A Lei nº 11 e a colonização da Bacia do Itajaí. Blumenau em Cadernos. Tomo I. Nº 08. Junho / julho de 1958. Páginas 141-2.....	135
1958 - A grande injustiça. Nemésio Heusi. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 9, agosto de 1958, páginas 177-178.	138
1958 - Itapocoroi – escôrcço histórico. Almirante Lucas A. boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 10. Set/out de 1958. Páginas 181-184.	141
1958 - A cruz como símbolo. Nemésio Heusi. Blumenau em Cadernos. Tomo I. Número 10. Set/out de 1958. Páginas 186/88.	143
1958 - Mais uma prova contra Drummond. José Ferreira da Silva. Jornal do Povo de 30 de outubro de 1958. Capa.	145
1958 - Pareceres e sugestões. A fundação de Itajaí. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 11. Nov/1958. Páginas 207/8.....	147
1958 - A Pequena Pátria – crítica de Nemésio Heusi. Marcos Konder. Jornal do Povo de 16 de novembro de 1958. Página 05.....	149
1958 - O historiador José Ferreira da Silva e o fundador de Itajai - Antonio de Meneses Vascondellos de Drumond. Marcos Konder. Jornal do Povo de 23 de novembro de 1958. Capa.....	151

1958 - A Pequena Pátria – respondendo Marcos Konder. Nemésio Heusi. Jornal do Povo de 30 de novembro de 1958. Capa.	153
1958 - A Pequena Pátria – Respondendo a Nemésio Heusi. Marcos Konder. Jornal do Povo de 24 de dezembro de 1958. Edição especial de Natal.	156
1958 - Ainda Itajaí e Vasconcelos de Drummond. José Ferreira da Silva. Jornal do Povo de 24 de dezembro de 1958. Edição especial de Natal.....	157
1958 - Confundir para prevalecer. Nemésio Heusi. Jornal do Povo de 24 de dezembro de 1958. Edição especial de Natal.	165
1958 – Vamos festeja o centenário de Itajaí, sr. Prefeito? José Tolentino da Silva. Jornal do Povo. 1958. Página 02.	169
1959 – Prefeitura Municipal de Itajaí - Nota do Gabinete do Prefeito. Jornal do Povo 04 de janeiro de 1959, pag. 02.....	171
1959 – Ainda o centenário do Município. Jornal do Povo. 04 de janeiro de 1959. Capa.	173
1959 - Itajaí centenário. Blumenau em Cadernos. Nemésio Heusi. Tomo II. Nº 3. Março de 1959. Página 46.....	175
1959 - Silveira Júnior. Drummond – um homem de sorte. Itajaí. 28 de março de 1959. Capa e página 08.....	177
1959 – Centenário da criação do Município de Itajaí. Jornal do Povo. 29 de março de 1959. Capa.....	181
1959 – Centenário da criação do Município de Itajaí. Marcos Konder. Jornal do Povo de 18 de abril de 1959.	182
1959 - Itajaí, cem anos de município. Blumenau em Cadernos. Tomo II. Abril de 1959. Página 77.	185
1959 – Um século de Município. Silveira Júnior. Itajaí. 04 de abril de 1959. capa.....	186
1959 – Itajaí centenário. Nemésio Heusi. Jornal do Povo. 10 de maio de 1959. Capa.	Erro! Indicador não definido.
1959 - Pareceres e sugestões: Ainda o centenário de Itajaí. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo II. Maio de 1959. Nº 05. Página 86.	189
1959 - Dois séculos memoráveis. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo II. Junho de 1959. Nº 06. Páginas 101 a 105.....	190
1959 - O assunto é Vasconcelos Drummond. Arnaldo Brandão. Jornal do Povo de 30 de outubro de 1959. Edição Especial de Natal; e: Blumenau em Cadernos. Tomo II, outubro de 1959, nº 10, páginas 197-198.	192
1959 – A fazenda do Arzão. José Ferreira da Silva. O Popular. 16 de outubro de 1959. Capa.....	195
1959 – Com a palavra o sr. Vasconcelos de Drummond. José Ferreira da Silva. O Popular. 04 de dezembro de 1959.	197
1959 - O fundador de Itajaí. José Ferreira da Silva. IN: Anuário de Itajaí de 1959. Cunha e Silva, Laércio; Mello de Faria, Roberto. Rio de Janeiro: Hoje, 1959.	200
1960 – Itajaí – A fundação e o fundador. Silveira Júnior. Itajaí. 19 de março de 1960. nº 300. Capa e página 03.....	205

1960 - Tijucas – Município centenário. Sebastião Cruz. Blumenau em Cadernos. Tomo III. Nº 06. Junho de 1960. Páginas 101 a 103.....	208
1960 - Itajaí, cem anos de município. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo III. Nº 06. Junho de 1960. Páginas 103 a 108.	210
1961 - Itajaí-mirim: seus primeiros desbravadores. Lucas Alexandre Boiteux. Blumenau em Cadernos, janeiro 1961; e: IN: Itajahy na visão dos viajantes. ADAMI, Saulo; ROSA, Tina. Itajaí: S&T Editores, 2008. Págs.73-91.	215
1961 - Ainda a fundação de Itajaí. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos, Tomo IV, abril de 1961, nº 4, págs. 74-75.	226
1962 - Alves Ramos e os alemães. José Ferreira da Silva. Jornal do Povo de 18 de fevereiro de 1962. Página 07.	230
1962 – Itajaí. José Ferreira da Silva. Catálogo do Kennel Clube de Santa Catarina. Abril de 1962.	233
1963 - As terras do Itajaí Mirim e Vasconcelos de Drummond. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo VI, abril de 1963, nº 4, páginas 01-20.	235
1966 - Mais um testemunho. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos, Tomo VII, janeiro de 1966, nº 01, págs. 19-20.	253
1967 - Quem foi o verdadeiro fundador de Itajaí? Abdon Fóes. Jornal do Povo de 12 de agosto de 1967, página 02.	255
1968 – Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Itajaí. 09 de setembro de 1968. Câmara Municipal de Itajaí. Livro de Ata nº 19 – 14-11-1967 á 04-02-1969. Páginas 139-142.	257
1971 - Estantes dos Cadernos – literatura catarinense – Itajaí de ontem e de hoje. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo XII, janeiro 1971, nº 1, pag. 56-7..	259
1971 - Rabiscando aos sábados. Abdon Fóes. Jornal do Povo de 27 de fevereiro de 1971, capa.	261
1971 - Documento para a história de Itajaí. Gil Theodoro Miranda. Jornal do Povo de 27 de fevereiro de 1971. Página 02 e contracapa.	262
1971 - Estante dos cadernos - Literatura Catarnense. Blumenau em Cadernos, Tomo XII, março de 1971, nº 3, págs. 56-57.	269
1971 - Documento para a história de Itajaí. Afonso Luiz da Silva. Jornal do Povo de 13 de março de 1971. Página 07.	271
1971 - Documento para a história de Itajaí. Paulo Bornhausen. Jornal do Povo de 27 de março de 1971. Capa.	275
1971 - Documento para a história de Itajaí. Gil Miranda. Jornal do Povo de 03 de abril de 1971. Pág. 05.	276
1971 - Uma cidade em busca de um fundador. Arnaldo Brandão. Jornal do Povo de 10 de abril de 1971. Página 05 e contracapa.	282
1971 - Subsídios para a história de Itajaí. Silveira Júnior e José Ferreira da Silva. Cadernos de Blumenau. Tomo XII, abril 1971, nº 04, págs 73-5.....	286
1971 - Documento para a história de Itajaí. Líbero Oswaldo de Miranda. Jornal do Povo de 15 de maio de 1971. Página 05.	290

1971 - Ainda a fundação de Itajaí. José Ferreira da Silva. Jornal do Povo de 28 de maio de 1971.	292
1971 - Ainda a fundação de Itajaí. José Ferreira da Silva. Cadernos de Blumenau. Tomo XII, junho 1971. Nº 06. Páginas 101-3; Jornal do Povo. 05 de junho de 1971. pag 05	296
1971 - Documento para a história de Itajaí. Gil Theodoro de Miranda. Jornal do Povo de 03 de julho de 1971. Páginas 05 e 06.	299
1971 - Documento para a história de Itajaí. Gil Theodoro Miranda. Jornal do Povo de 31 de julho de 1971. Páginas 05 e 06.	306
1971 - O nascimento de Itajaí. Gustavo Konder. Cadernos de Blumenau. Tomo XII. Julho 1971. Nº 07. Páginas 131-133; Jornal do Povo. 14 de agosto de 1971.	314
1971 - Itajaí de ontem e de hoje. Afonso Luiz da Silva. Preâmbulo. Pag 01-20. Itajaí: ed. autor, 1971.	317
1972 – História de Blumenau. José Ferreira da Silva. Florianópolis: Edeme, 1972.	334
1973 - Itajaí: a fundação e o fundador. Silveira Júnior. Jornal do Povo de 31 de março de 1973, s/nº pág.	337
1973 - Subsídios para a história de Itajaí. Silveira Júnior. Cadernos de Blumenau. tomo XIV, nº 4, abril de 1973, pags. 72-74	340
1973 - Ainda sobre o fundador da cidade. Gil Theodoro Miranda. Jornal do Povo de 14 de abril de 1973, s/n de página.	343
1973 - Sugerindo sobre a fundação da ‘Pequena Pátria’. Luiz Carlos Carvalho Schmidt. Jornal do Povo de 01 de maio de 1973, s/n página.	344
1973 - Ainda sobre a fundação de Itajaí. Gustavo Konder. Jornal do Povo de 02 de junho de 1973, s/nº de página.	346
1974 - A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim. Giralda Seyferth. Porto Alegre/Brusque: Movimento/SAB, 1974. Págs. 36-42	350
1974 – Navegantes e sua história. Osório Gonçalves Miranda. [...]: autor, 1974. Páginas 02-03.	354
1975 – A importância de ‘Agostinho Alves Ramos’ na Fundação de Itajaí. Diretoria de Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura Municipal de Itajaí. Jornal do Povo – edição especial de aniversário – 30 de outubro de 1975.	355
1979 – A tese de Marcos Konder. Gil Theodoro de Miranda. Jornal do Povo. 07 de julho de 1979. nº 2.058. Capa.	359
1979 – Édison d’Ávila. É polêmica a fundação de Itajaí. Jornal do Povo. 14 de julho de 1979. Capa.	361
1979 – Afinal, quem é o fundador? Ary Garcia. Jornal do Povo. 14 de julho de 1979. Capa e página 02.	362
1982 - A fundação de Itajaí – sua história – seu romance. Nemésio Heusi. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1982. pag. 11-49.	365
1982 - Prefácio. Edison d’Ávila. IN: A fundação de Itajaí – sua história – seu romance. Nemésio Heusi. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1982. Páginas 01-02.	370
1982 - Pequena História de Itajaí. Edison d’Ávila. Itajaí: PMI/SM de Educação, 1982.	372

1983 – A fundação de Itajaí. Gil Theodoro Miranda. Jornal do Povo. 12 de fevereiro de 1983. nº 2.208. Capa.....	378
1983 – Os legionários de Ferreira da Silva. Nemésio Heusi. Jornal do Povo. 19 de fevereiro de 1983. Página 02.	380
1985 - Notas sobre o povoamento da Foz do Itajaí. Antônio Roberto Nascimento. Blumenau em Cadernos. Tomo XXVI. Set. 1985 – Nº 09 – pág. 250-3.....	382
1985 - As velhas colônias no Rio Itajaí. Gottfried Entres. Blumenau em Cadernos. Tomo XXVI – set. 1985 – nº 9 – pag. 253.	385
1993 - Itajaí – breve notícia histórica do aglomerado urbano. Edison d’Ávila. Itajaí: Fund. Genésio Miranda Lins/PMI, 1993.	386
1998 - Simplesmente Gaspar. Leda Maria Baptista. Blumenau: Nova Letra, 1998. (trechos diversos).....	389
2001 - Itajaí – O começo da História. Edison d’Ávila. 2.ed. Itajaí: PMI/SM de Educação, 2001.....	397
2002 - Expansão e colonização: os fatos lineares da História. Equipe da Fundação Genésio Miranda Lins IN: Itajaí – outras histórias. LENZI, Marcos Rogério (org.). Itajaí: PMI/FGML, 2002. Páginas 29-39.....	400
2004 - Um jovem diplomata e a colônia que deu certo. Ivan Carlos Serpa. IN: História Secreta do Arrayal dos Cunhas. ADAMI, Luiz Saulo: ROSA, Tina. Itajaí: S&T, 2004. Páginas 19-25.	410
2012 - Breve reflexão sobre a história de Itajaí: períodos históricos. Magru Floriano. 2012. IN: Anuário de Itajaí – 2012. Itajaí: FGML, 2013. Páginas 128 – 136.....	415
2015 – A pequena pátria. Edison d’Ávila. IN: 2020 – Itajaí, 200 anos. Cláudio Bersi de Souza. Blumenau: Nova Letra, 2015. Páginas 13-16.....	425
2015 – Uma importante polêmica. Isaque de Borba Corrêa. IN: 2020 – Itajaí, 200 anos. Cláudio Bersi de Souza. Blumenau: Nova Letra, 2015. Páginas 19-23.....	427
2015 – Um convite ao debate. Magru Floriano. IN: 2020 – Itajaí, 200 anos. Cláudio Bersi de Souza. Blumenau: Nova Letra, 2015. Páginas 25-29.....	430
2016 - Breve reflexão sobre a busca do ato fundacional da comunidade de Itajaí. Magru Floriano. Itajaí: autor, 2016 [cópia xerografada].....	433
2016 - Resgatando 40 anos de história. Cláudio Bersi de Souza. Diário do Litoral. 28 de maio de 2016. Acesso em: diarinho.com.br	438
2016 - Por que Drummond foi para Itaipava? Cláudio Bersi de Souza. Diário do Litoral. 29 de junho de 2016. Acesso em: diarinho.com.br	440
2016 - Tributo a Marcos Konder. Cláudio Bersi de Souza. Diário do Litoral. 08 de junho de 2016. Acesso em: diarinho.com.br	442
2016 - Drummond e a pretensa fundação de Itajaí. Magru Floriano. Diarinho. 08 de julho de 2016. Página t16.	443
2016 - A fundação de Itajaí. Cláudio Bersi de Souza. Diário do Litoral. 20 de julho de 2016. Pagina 10.	445
2018 - ENTREVISTÃO – Edison d’Ávila. Diário do Litoral. Itajaí, 18 e 19 de agosto de 2018, número 10.990. Secção Entrevistão. Página 06.....	446

2018 – Contraponto: A fundação de Itajaí. Magru Floriano. Diário do Litoral. n.º 10.991. 20 de agosto de 2018. Página 06. Secção Variedades. 449

1836 - Biografia de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond publicada em 1836 na Biographie universelle et portative des contemporains. IN: Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia. Vol. 165. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2012. Páginas 51-58.

Drummond (Antônio de Meneses Vasconcelos de) nasceu no Rio de Janeiro em 21 de maio de 1794, em uma família muito antiga. Aos quinze anos ele já havia terminado seus estudos literários e conhecia a fundo a doutrina do célebre Smith, o mestre de Economia Política. Ele havia aprofundado seus conhecimentos em Filangieri, Kant, e um grande número de outros filósofos e falava quatro línguas vivas. Ele havia sido destinado à Marinha de Guerra, porém sua aversão [...] por essa carreira levou seu pai a solicitar [...] para o filho um lugar na grande chancelaria dos reinos unidos de Portugal, Brasil e Algarve. Ele ocupou logo um dos primeiros empregos dessa grande administração e nela se distinguiu, em pouca idade, por seus talentos, sua aplicação e a justeza de suas ideias. Uma recompensa honorífica brilhou em seu peito [pág. 60], mas ele não se mostrava orgulhoso por isso, e sua modéstia contrastava incessantemente com a vaidade de seus êmulos. Quando em 1817 [...] o primeiro grito de liberdade se elevou da província de Pernambuco, ele foi denunciado ao rei dom João VI como proveniente a um clube de onde havia partido a centelha revolucionária; porém o crédito de seu pai e a consideração da qual ele mesmo gozava o colocaram ao abrigo dos ataques de seus inimigos. No entanto, o governo julgou conveniente afastá-lo da capital e uma espécie de recesso, acompanhado de cartas especiais de recomendação, o fez partir em uma fragata para a ilha de Santa Catarina [...]. Ele aí permaneceu por sete meses sob a vigilância do governador da província. Este exílio não foi perdido para a pátria do Sr. Drummond. De volta à capital, ele apresentou ao ministro Vilanova seus vastos planos de melhoria e foi imediatamente despachado para colocá-lo em prática [...]. Ele desembarcou pois de novo em Santa Catarina, superou os obstáculos que surgiam para ele em um país ainda selvagem; empreendeu e executou a navegação do grande rio Itajaí, estabeleceu povoamento nas duas margens, atravessou imensas florestas virgens, abriu caminhos, aproximou assim grandes distâncias, e logrou enfim animar, pela sua infatigável presença, uma região que

cochilava ainda no caos primitivo [...]. Durante esses feitos, uma grande revolução eclodiu no Rio de Janeiro, no dia 26 de fevereiro de 1821. Obrigado por ordem da Corte a suspender todos os trabalhos que exigiam grandes despesas [...], o Sr. Drummond entrou na capital da província de Santa Catarina, dilacerada pelos partidos que se agitavam para seguir o movimento do Rio de Janeiro em favor da metrópole. Ele aí declarou solenemente que se o Brasil rompesse a cadeia de obediência que o unia a Portugal, isso deveria ser para sua inteira liberdade e para sua independência, e que ele não concebia e não aprovava que um povo se revoltasse para recair em seus antigos grilhões [...]. Essa opinião que ele sustentou durante vários dias não tendo prevalecido, ele foi forçado a embarcar às pressas no meio da noite; o navio em que ele embarcou foi arrasado pela tempestade, e enquanto ele atravessava a barra do Rio de Janeiro, seu pai falecia nessa capital [...]. Ele entrou sob o teto paterno transido da mais viva desolação. Dom João VI já havia embarcado para Portugal; a capital do Brasil gemia sob o gládio da soldadesca desatinada. O Sr. Drummond, enfurnado na aposentadoria [...] deplorou os males de sua pátria e sonhou com sua independência. A época em que essas aspirações iam realizar-se avançava rapidamente. Ele tomou parte muito ativa em todos os atos que conduziram ao 9 de janeiro de 1822 e que viu colocar a primeira pedra no edifício constitucional do Brasil. Esta revolução que tinha por finalidade reter na América o jovem Dom Pedro, como segurança da tranquilidade pública, e de impedir seu retorno a Portugal, não era sem perigo se se considera que só se estava ainda de acordo somente com a província de São Paulo e que era urgente chamar todas as outras a um mesmo centro de opinião, a fim de retirar desse fato força suficiente para resistir à metrópole e às divisões intestinas. Pernambuco era o ponto que convinha lançar-se primeiro no sistema de independência, não somente por causa de sua força, mais ainda pela sua posição geográfica e pelo caráter de seus habitantes. O Sr. Drummond embarcou na escuna francesa La Perle, com um passaporte para a França, desembarcou em Pernambuco sob pretexto de enfermidade e permaneceu no país. Ali, ele encontrou todas as autoridades contrárias à separação com Portugal, e desejando ganhar tempo a fim de se separar também do Rio de Janeiro. A mais sutil política foi, conseqüentemente, empregada pelo Sr. Drummond; e enquanto que ele preparava Pernambuco para sua separação com a metrópole, sua vigilância se estendia sobre toda a costa até o Maranhão. Seus esforços não foram em vão e ele viu, em 1º de junho de 1822, brilhar a revolução em favor da independência, em cuja frente ele se colocou. As tropas portuguesas foram expulsas e ele foi proclamado em Recife o

salvador do Brasil. O grito repercutiu nas províncias do Norte: Alagoas, Paraíba, Piauí, quase todas as cidades, enfim, à exceção do Maranhão e Pará, se declararam pela independência [...]. O movimento do Rio Grande do Norte foi determinado por um jovem literato francês, Sr. Eugéne Garay de Monglave, atraído ao país por admirar os selvagens [...]. Tão logo o Sr. Drummond ficou seguro da simultaneidade do movimento das províncias setentrionais, foi eleito deputado por Pernambuco para colocar suas homenagens aos pés de Dom Pedro. O príncipe recebeu essa deputação com grande pompa e anunciou de uma janela de seu palácio, ao povo que esperava com ansiedade notícias das províncias, que Pernambuco estava independente e reunido ao Brasil [...]. O Sr. Drummond não limitou nisso seus esforços em favor da liberdade. Ele projeta ir à Bahia [...], que lutava ainda contra as tropas portuguesas que, por falta de vigilância imperdoável, as autoridades haviam deixado tomarem o lugar, os arsenais, as fortalezas. Essa tentativa era das mais imprevisíveis. A menor suspeita colocava sua cabeça em perigo; ele deixou secretamente Pernambuco e em um frágil barco chegou a uma escuna dos Estados Unidos que velejava rumo à Bahia. Ele chegou a esse porto em quinze dias, conquistou a amizade do general português Madeira, que ele havia conhecido outrora, conheceu o estado de suas forças de terra e mar, de suas finanças, de seus hospitais, etc., incentivava, por outro lado, os brasileiros e lhes dirigia a cada dia patrióticas exortações no jornal O Constitucional. O autor desses artigos foi logo descoberto; o furor dos portugueses foi ao ápice e a guarnição inteira pegou em armas contra o jornal; com a cabeça em perigo, o Sr. Drummond embarcou no brique inglês O Tártaro e chegou ao Rio de Janeiro em 8 de setembro de 1822 [...], ele entregou nas mãos do ministro Andrada todos os documentos preciosos dos quais ele era portador; notadamente aqueles que tratavam das forças do inimigo. Bem recebido pelo príncipe e pelo seu conselho, o Sr. Drummond encontrou nesse acolhimento uma recompensa suficiente pelos serviços prestados à sua pátria, pela perda de sua saúde e pela ruína de sua fortuna. Ele recusou toda e qualquer indenização do governo, pagou até a ordem que autorizava sua ausência da capital e não quis nem mesmo ter seu passaporte gratuito. Em agosto de 1823, ele viu que uma conspiração se urdia contra a independência e a liberdade de sua pátria, que o governo estava na cabeça dos sediciosos, e que ele tinha que esclarecer o povo e afastar a tempestade. Ele empreendeu, por conseguinte, e redigiu ele mesmo o jornal O Tamoio [...], no qual exortava o povo com prudência e censurava os atos da administração naquilo que ofendia os princípios solenemente adotados. Essa folha, concebida sobre

uma larga base, é sem dúvida a melhor que foi publicada na América; ela honra o talento de seu redator. A dissolução da Assembleia atinge também o Sr. Drummond. Sua vida esteve ainda por alguns dias em perigo, indo para a Bahia e de lá para a Inglaterra. Ele reside agora em Paris, dedicado aos estudos, ele é apreciado e estimado pelos sábios e literatos. Ele é um dos colaboradores mais ativos do *Journal des Voyages* [...].

1836 - Anotações de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond à sua biografia publicada em 1836 na Biographie universelle et portative des contemporains. IN: Anotações de Vasconcelos de Drummond à sua biografia. Vol. 165. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2012. Páginas 59-68.

1

ESTA AVERSÃO não é exata. Fui destinado para a marinha como meus irmãos para o exército. Era isso muito de meu gosto e a minha inclinação para a marinha, não obstante seguir outro destino, conserva-se ainda pelo amor que tenho a esta arma. Estava para partir em 1807, a bordo do navio *Europa*, para Lisboa, a fim de seguir ali o curso dos guardas-marinha, quando chegou ao Rio de Janeiro a notícia das ocorrências políticas que determinaram a transferência da família real portuguesa para o Brasil, e esta circunstância mudou a resolução e o meu destino, ao mesmo tempo.

2

Meu pai não solicitou nenhum emprego para mim. Era amigo íntimo do chanceler-mor Tomás Antônio de Vilanova Portugal e, em consequência desta amizade, eu fui chamado em princípio do ano de 1809 para o gabinete particular do dito chanceler-mor. Este, achando-se satisfeito com meu serviço, conferiu-me em 24 de julho do mesmo ano um ofício de propriedade na sua chancelaria. Algum tempo depois conferiu-se-me outro, igualmente de propriedade, e tal foi a preponderância que cheguei a ter naquela repartição pública, que aconteceu mais de uma vez não despachar ela por não poder eu, por doente, comparecer.

Tendo a experiência mostrado que por ignorância do vedor da chancelaria-mor, que era o empregado mais graduado dela, o Estado era lesado na percepção dos direitos de chancelaria, criou-se o lugar de contador e este emprego foi conferido a meu pai, o qual pouco tempo serviu, porque as suas ocupações de administrador da alfândega não lhe permitiam comparecer com assiduidade na chancelaria-mor. Passei eu a servir o dito emprego e por morte de meu pai me foi ele conferido de propriedade pelo príncipe regente do Brasil.

3

Em 13 de maio de 1810, em galardão de meus bons serviços e consideração por meu pai, me fez o sr. D. João VI mercê do hábito da ordem de Cristo, com 12 mil réis de tença.

Meu pai gozava de um crédito tal de inteligência e probidade que o Sr. Rei D. João VI, depois de regressar a Portugal, ordenou ao seu antigo ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal de fazer uma exposição do governo e administração do Brasil durante a estada do mesmo augusto Sr. no Rio de Janeiro. Tomás Antônio empreendeu a obra, mas não a acabou, porque antes disso aconteceu a morte do rei. S. Majestade via de quando em quando o trabalho de Tomás Antônio e muitas vezes o ajudava com a sua larga memória. Tomás Antônio, falando nesse trabalho dos melhoramentos operados na administração da Fazenda e sobretudo da alfândega, os atribui em grande parte a meu pai, e nesse lugar lhe tece um elogio. El-rei, de sua própria mão, pôs a seguinte emenda – e com um desinteresse sem exemplo. Este papel ainda por terminar e com lacunas no que já estava feito, por morte del-rei ficou em poder de Tomás Antônio, de quem o recebi em Lisboa, dizendo-me que o guardasse, porque aquelas palavras escritas pela mão do rei eram um momento de glória para os descendentes daquele homem a quem elas se referiam. Este papel ficou com alguns outros em uma pasta e, se escapou ao incêndio, lá está para atestar o que digo.

Meu pai adoeceu de dor e consternação pelos funestos acontecimentos da Praça do Comércio do Rio de Janeiro em abril de 1821. El rei, antes de partir, lhe mandou dizer por Antônio Luís Pereira da Cunha que, desejando dar uma prova da estima em que o tinha, pedisse ele o que quisesse para si e para a sua família. Meu pai respondeu que, em tão críticas circunstâncias, era melhor que o rei empregasse toda a sua atenção aos negócios do Estado, e não a desviasse para curar de interesses pessoais. Ainda depois disto o rei mandou pelo conde de Parati dizer a meu pai que fizesse ele os decretos que quisesse e que os mandasse para receberem a real assinatura. A resposta de meu pai ao conde de Parati foi ainda mais dura do que aquela que já havia dado a Antônio Luís Pereira da Cunha. Nem os rogos de meu amigo Tomás Antônio o puderam demover de seu propósito, nada quis pedir; nada quis aceitar do que a generosidade do rei lhe oferecia, e no dia 09 de maio faleceu.

4

O que se refere de 1817 é exato. Fui com efeito denunciado de pedreiro-livre por José Anselmo Correia, pai do atual visconde de Seiçal, atual ministro de Portugal em Bruxelas, e eu não era, não fui e ainda hoje não sou pedreiro-livre! A denúncia fez

grande impressão no ânimo d'el-rei e de Tomás Antônio, porque ambos me tinham em bom conceito. José Albano Fragoso, juiz da Inconfidência, com quem eu tinha estreitas relações de amizade, foi encarregado por Tomás Antônio de se prevalecer desta estreita amizade para descobrir a verdade e desviar-me de maus conselhos. José Albano Fragoso, no desempenho desta comissão, conduziu-se tão indignamente que muito contribuiu para agravar as circunstâncias em que então me achei. Sabia muito bem que eu não era pedreiro-livre, que a denúncia era falsa, e comigo lamentava que o governo se achasse em circunstâncias de autorizar espões para macular reputações. O ser pedreiro-livre era então um crime. Mas a Tomás Antônio dizia ele o contrário do que sabia e conversava comigo. Não me acusava diretamente, nem confirmava a denúncia, mas com palavras misteriosas sustentava a suspeita, ora menos, ora mais fortemente, e emitia a opinião de ser eu mandado para fora do Brasil. Esta opinião calou no ânimo de Tomás Antônio, que se decidiu por ela. S. Ex^a declarou-me enfim que me preparasse para ir no paquete para Londres, a fim de servir na Embaixada, sem me dizer em que posto. Respondi que voluntariamente não partia, que eu era inocente e que os inocentes não pediam perdão nem aceitavam a comiseração de quem quer que fosse. Que se me julgava criminoso mandasse pôr-me em processo, e que se me julgava inocente não consentisse que se abusasse da sua boa fé, nem que o fizessem instrumento da perseguição de um moço que no princípio da sua carreira tinha já dado boas provas da sua honra e da sua probidade. Esta resposta fez abalo no ânimo de Tomás Antônio, e, como eu me achasse então moralmente doente com os desgostos que me causava a perseguição, conviemos em ir para Santa Catarina mudar de ares, com seis meses de licença.

5

Da denúncia ao dia de minha partida decorreram muitos meses, mais de um ano, e neste longo intervalo a minha saúde sofreu muito. José Albano abusava da minha amizade, atraíçoa a verdade e mentia ao ministro, e tudo para quê? Sem vergonha o não digo. Queria desconceituar-me ou perder-me para ficar um lugar vago na chancelaria-mor que ele solicitava para seu enteado Manuel Plácido da Cunha Vale!

No princípio da minha vida uma tal calúnia parecia dever ser o prelúdio de muitas outras, em que no decurso dela teria eu de sofrer da maldade dos homens. A este respeito contarei uma anedota. Dois anos depois de eu estar em Lisboa, disse-me a rainha D. Maria II, em um daqueles momentos em que ela era amável e boa, o

seguinte: “Ora, você sabe que por muito tempo estive enganada a seu respeito? À sua chegada aqui disseram-me, e eu lhe digo quem foi, foi o Almeidão (Veríssimo Máximo de Almeida), que você era um grande jogador e um grande beberrão. Acreditei, e quando vi que você não jogava nem bebia supus a princípio que era por dissimulação e só depois é que tive certeza de que me tinham mentido a este respeito.” “Fique V. Majestade certa que não será esta a última mentira que lhe há de pregar, e eu espero que as que forem ao meu respeito tenham todas o mesmo resultado que esta teve. Mas não queira mal por isso a esse pobre moço que me caluniou na sua augusta presença, porque ele nem sabe o que diz, nem merece tanta honra.”

O Sr. D. Pedro I, desde o princípio do seu reinado até 1830, me atribuía a maior parte das cousas que se faziam no Rio de Janeiro ou se publicavam pela imprensa, e ainda no tempo em que eu me achava no exílio. Agora mesmo passo por autor de cousas que não fiz e sofro as conseqüências da calúnia. Voltaire diz, não sei onde, que todo homem conspícuo em dignidade e saber tem infalivelmente êmulos e delatores, os quais se aumentam à proporção que lhe cresce a celebridade. Quanto a mim, é decerto por causa da dignidade que sempre sustentei que formigam os delatores.

6

Quando regressei a Santa Catarina, encarregado da comissão de que fala a biografia, a qual tinha por fim colonizar as terras que banham o rio Itajaí, Tomás Antônio me disse que no meu regresso S. M. me despacharia governador para uma das províncias do Brasil. Fazendo a este dito as objeções que nasciam da minha incapacidade (tinha eu então 25 anos de idade), respondeu-me que eu tinha o gênio criador e o talento de governar, e que estas qualidades reunidas deviam ser aproveitadas. O que eu tinha realmente era um zelo e um amor pelo Brasil que não podiam ser excedidos.

Durante o meu exílio na Europa, sendo colaborador do *Journal des Voyages*, etc., publiquei vários artigos concernentes aos interesses do Brasil e em um ou dois deles falei do rio Itajaí, do célebre monte Taió, onde há, segundo se supõe, abundantes minas de prata, e da minha viagem e residência nas margens daquele rio.

Foi no meu tempo em Santa Catarina e por proposta minha que Tomás Antônio determinou a abertura de uma estrada de Santa Catarina a Lajes, e desanexou esta vila da província de S. Paulo para a reunir à província de Santa Catarina. A obra da abertura da estrada foi interrompida pela revolução de 1821, que decidiu do regresso

do rei D. João VI a Portugal. Não sei se depois da independência essa obra continuou, nem o estado em que se acha. O que me parece é que deve ser acabada e em toda a sua extensão criadas colônias agrícolas de gente livre, cujo número nunca será demasiado. Todo aquele terreno é muito produtivo. Da vargem dos pinheiros se tirou o mastro grande para a nau *D. Sebastião*, que foi construída no Rio de Janeiro. A intenção de Tomás Antônio era criar ali colônias nacionais e estrangeiras.

7

Há aqui muita exageração. Alguns trabalhos se fizeram no rio Itajaí; mas nem houve tempo nem meios para os levar ao cabo. Todavia, ali se construiu uma sumaca denominada *S. Domingos Lourenço*, que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajaí, carregada de feijão, milho e taboado, para o Rio de Janeiro. Do rio Itajaí mandei a madeira para a obra do museu do campo de S. Ana, e mandei de presente, porque era cortada e cerrada à minha custa. Soube depois que uma parte da madeira que mandei para as obras do museu fora distraída por Tomás Pereira de Castro Viana, que servia de tesoureiro do mesmo museu, para as obras que monsenhor Miranda fazia em uma chácara sua. Todos sabem que o museu do campo de S. Ana principiou em uma casa que o governo comprou, sendo ministro Tomás Antônio, a João Rodrigues Pereira de Almeida, no campo de S. Ana, canto da Rua dos Ciganos, a qual, não sendo bastante, o ministro mandou fazer novas construções pelo lado do campo de S. Ana em terrenos que para esse fim comprou, o que tudo junto forma hoje o museu nacional.

Durante a minha estada na província de S. Catarina percorri o rio de S. Francisco do Sul, e no museu nacional devem existir algumas pérolas que eu mandei, pescadas naquele rio. Eram pequenas, mas de boa qualidade.

A província de S. Catarina, pela sua posição geográfica, pelos seus portos, rios, lagos e matas e pela fertilidade de seu terreno, deve merecer amplos cuidados do governo. A enseada de Garoupas é um dos melhores portos do mundo. A caixa-d'água pode conter inúmeros navios abrigados de todos os ventos. Os catarinetas amam a vida do mar e são bons marinheiros. Deve-se criar ali e fazer prosperar uma boa povoação marítima. Para isso é necessário proteger a pesca em grande. A pesca é o viveiro de marinheiros e produz muito alimento barato. O ministro Tomás Antônio tinha em vista fazer de S. Catarina um grande arsenal marítimo. Tinha em vista elevar aquela província a um grau de grande prosperidade. S. Catarina é o posto avançado do Rio de Janeiro no rio da Prata.

8

Foi um aviso do almirante Quintela, ministro do Reino da revolução de 26 de fevereiro de 1821, pelo qual me participava que *tendo a tropa* reunida pelo silêncio da noite, na Praça do Rocio, proclamado a Constituição que se fizesse em Portugal, S. M. havia anuído e nomeado a ele almirante seu ministro do Reino; que, sendo necessário nas atuais circunstâncias proceder com a mais severa economia, suspendesse eu todas as obras que exigissem despesa e me retirasse para a corte, porque S. M. dava por acabada a comissão de que eu estava encarregado.

9

É um fato algum tanto exagerado. Era então governador de S. Catarina o coronel João Vieira de Tovar, e intendente da marinha o capitão-de-mar-e-guerra Miguel de Sousa Melo e Alvim. Tão ignorante, estouvado e brutal era o governador como inteligente, circunspeto e polido o intendente da marinha. Tovar era de uma família de Portugal bem nascida, tinha um irmão oficial general no exército português, outro desembargador em Goa, onde foi secretário do governo, encarregado de escrever a história diplomática de Portugal, e, depois, de uma missão em Espanha para o fim de advogar os direitos do infante D. Sebastião; o terceiro irmão era também militar, governou províncias subalternas do Brasil, explorou o rio Doce e foi capitão-general de Angola; e o quarto é magistrado em Portugal. Tovar veio para o Brasil na divisão de voluntários reais comandada por Lecor, era então major de cavalaria do regimento nº 4 de Portugal. Na campanha do Sul perdeu o braço direito na batalha da Índia Morta, se não me engano. Foi então mandado para S. Catarina na qualidade de comandante do depósito que ali se estabeleceu para os doentes do exército, e se lhe ajuntou depois o governo da província por proteção de monsenhor Miranda, em substituição de D. Luís Maurício da Silveira, que por muitos anos governou aquela província, dando o ordenado do lugar ao Freitas Corcunda, oficial maior da Secretaria da Marinha, para o sustentar no emprego, ficando ele com o fruto da corrupção com que governava. A Tovar, porque era incapaz, se lhe ajuntou Miguel de Souza, intendente da Marinha e ajudante-de-ordens do governo, e deu-se instruções a Tovar para que nada fizesse sem o conselho e a aprovação de Miguel de Sousa. Tovar era limpo de mãos, no exercício do governo alguns despropósitos praticou, mas Miguel de Sousa evitou muitos outros e deu uma forma regular ao governo da província.

Tal era o estado daquela província quando ali chegou a notícia da revolução de 26 de fevereiro de 1821 no Rio de Janeiro. O ofício que recebeu Tovar do novo

ministro do Reino era concebido nos mesmos termos do que me fora dirigido, e nem um nem outro se explicava acerca das ocorrências de 26 de fevereiro, deixando entrever que era pela vontade do rei que assim se tinha obrado. Estes ofícios foram levados por um brigue de guerra, o qual fundeou à entrada da barra do norte e mandou por um escaler levá-los à cidade do Desterro. O brigue encarregado de entregar os tais despachos ato contínuo seguiu para Montevidéu com despachos para o general Lecor. O oficial que comandava o escaler e a gente que o guarnecia tinham ordem de guardar o mais inviolável segredo sobre as ocorrências do Rio de Janeiro. Tovar com Miguel de Souza e comigo, únicos que supúnhamos ter conhecimento delas, concordamos em manter o segredo, mas foi em vão, porque já se achava divulgado pelos marinheiros e talvez pelo próprio oficial do escaler. Algum rumor começou-se a sentir da parte do povo. O regimento de linha estava em Missões. Havia somente de tropa paga uma companhia de artilharia, cujos oficiais eram portugueses. A força da província consistia em dois regimentos de infantaria, dois de caçadores e outro de cavalaria, todos milicianos, e nestes a máxima parte dos oficiais era brasileira. Tovar pôde conter a companhia de artilharia que era a força ativa que se achava reunida; outro tanto, porém, não podia fazer a respeito da força miliciano espalhada em toda a província. Esta só dependia para se revoltar que da cidade lhe dessem o sinal. Foi então que eu disse aos moços que se agitaram pelo entusiasmo político, e que me consultaram, que a revolução era portuguesa e que os brasileiros se não deviam meter nela; que deixassem correr o tempo e que fossem observando e estudando, porque quando chegasse a nossa vez seria para a independência do Brasil. A minha voz foi ouvida e compreendida. Em S. Catarina manteve-se a tranquilidade até eu deixar aquela província. Tovar foi rendido por Valente, comandante do batalhão de caçadores nº 3 e que não quisera revoltar-se com o seu corpo no dia 26 de fevereiro. A escolha não podia ser pior. Valente não tinha mérito algum; como militar nem para sargento servia e como administrador ou político era completamente nulo. Era, na força do termo, uma entidade analfabeta. Foi talvez por isso que depois da independência foi elevado no Brasil a general, conde, grã-cruz do Cruzeiro e encarregado de importantes comissões, das quais deu conta correspondente a seu mérito, que não vai aqui exagerado. Valente não pôde sustentar-se por muito tempo em Santa Catarina. Esta digressão parece estranha, mas como caiu, não sei porque, do bico da pena, deixo ir.

10

Não é exato. A minha opinião foi seguida e eu deixei Santa Catarina porque era chamado ao Rio. Tinha pressa de partir a fim de chegar antes da saída d'el-rei para Portugal. Partí na sumaca *Vênus* de João Luís do Livramento e fui levado a bordo por Tovar, Miguel de Sousa, José Feliciano, secretário de governo, Diogo Duarte da Silva, tesoureiro da Junta de Fazenda, José Maria Pinto, capitão do porto, Manuel Francisco da Costa e muitas outras pessoas. O temporal é verdadeiro. Infelizmente também é verdade que eu cheguei ao Rio de Janeiro no dia 9 de maio de 1821 e que nesse mesmo dia expirava meu pai.

[...]

1843 - De la Colonisation au Brésil – Mémoire historique, descriptif, statistique et commercial sur – LA PROVINCE DE SAINTE CATHERINE – Bruxelles – A la Librairie Polytechnique d’Aug. Decq. – 1843. IN: Os rios Itajaí Grande e Itajaí-Mirim descritos por van Lede. Blumenau em Cadernos. Tomo II. N° 03. Março de 1959. Páginas 41 a 45.

O Itajaí Grande, que, entre os seus afluentes, conta um braço inexplorado que se dirige para o sul, e que se diz ser navegável em grande extensão, assim como o rio Benedito e o Luís Alves, recebe perto de sua foz as águas do Itajaí-Mirim, do qual falaremos mais adiante. Êste rio, o maior da vertente oriental da Serra Geral, na província de Santa Catarina, tem suas nascentes nos Campos Gerais ou Campos de Cima da Serra. Atravessa a Serra Geral por um largo e profundo rasgão, na saída do qual parece tornar-se navegável até ao salto, a cêrca de trinta léguas de sua embocadura. Subimo-lo desde o mar até a êste salto e até a êsse lugar o levantámos e sondámos. Nenhum obstáculo apresenta êle à navegação. Sua largura média, nesta parte, é de 100 a 300 metros. A maré nele se faz sentir quase até à sua confluência com o Luís Alves. A maior velocidade de sua correnteza é de 2.000 m. por hora, e isto sómente perto do salto. Na época em que o remontámos estavam as águas um pouco baixas. Tínhamos o maior desejo de fazer o reconhecimento deste rio até às suas nascentes, mas com as dificuldades insuperáveis que nos opunham as matas virgens e os acidentes do terreno para subirmos além do salto com a nossa embarcação, infelizmente muito pesada (um pequeno iate), o tempo restrito que nos era concedido para percorrer esta interessante província, e os fracos recursos de homens e de viveres de que podíamos dispor, teria sido temerário e inútil experimentar. Ê trabalho que legamos aos nossos sucessores, que para suas fadigas hão de achar larga compensação na beleza da região e no majestoso aspecto da Serra Geral vista destas matas virgens.

Acha-se a embocadura do Itajaí Grande a 26° 54’ 41” de latitude; é facilmente reconhecido pela ponta do Itapocoroia, pela da Cabeçuda, pelo morro de Itajaí e ao longe pelo Baul, semelhante a um enorme cavaleiro que domina as cercanias. Infelizmente é sua embocadura obstruída pelas areias que, nas grandes enchentes, suas

águas trazem em suspensão e depositam desde que diminui a velocidade de que são animadas, e seria perigoso tentar a entrada dêste rio com mais de dez pés de calado. Cuidadosamente sondámos a entrada dêste pôrto, e com maré baixa não achámos menos de duas braças e meia d'água. O canal não é difícil de distinguir, e temos a convicção de que êste pôrto poderia ser fácilmente melhorado.

Mas antes de empreender um trabalho de tal importância, seria necessário fazer um estudo mais aprofundado do que aquêle a que tivemos tempo de nos consagrar, e não seria suficiente senão a permanência de muitos anos nos lugares, para bem reconhecer as influências que as grandes cheias exercem nas correntes e nos bancos que se acham na entrada dêste belo rio.

O Itajaí-Mirim, um dos afluentes do Itajaí Grande, é notável pelas numerosas voltas, pela profundidade, pela tranqüilidade das águas, pelo pitoresco das margens e pela fertilidade das terras que atravessa. Subimo-lo em longa extensão, muito além de qualquer habitação, até ao Taboleiro; fizemos o levantamento de tôdas as suas sinuosidades, medimos tôdas as profundidades e, salvo ligeiros obstáculos determinados pela grande quantidade de árvores que êle arrasta em suas grandes enchentes, e das quais algumas lhe atravancam o leito, é êste rio navegável por embarcações de calado bastante grande. Será êle um grande auxílio para as comunicações com o interior, porque se diz que é possível subí-lo até ao primeiro salto, e daí até ao pé do Morro Grande, que fica na estrada do Destêrro a Lajes pelo Trombudo. A maré sente-se nele até ao Taboleiro. O terreno que atravessa é plano, e parece que nenhum obstáculo se opõe à sua junção com o rio Conceição, um de seus afluentes, que é muito profundo, assim como com o Camboriú-Guaçu, o Piraquê-Guaçu e o Tijucas. Na parte em que o subimos, a velocidade da correnteza dependia da maré, a largura variava entre os limites de 50 a 70 m. e a profundidade entre 7 e 10 metros; suas nascentes encontram-se além do Campo da Boa Vista, na Serra Geral e no grande contraforte que termina pelo Cambirela. Três de seus braços são atravessados pela estrada do Trombudo; a duas léguas dali êles se reúnem e o rio parece tornar-se navegável. O primeiro dêsses braços, a partir de leste, tem 27 metros de largura; em tempo de sêca pode ser transposto a pé enxuto, de pedra em pedra, mas depois dos temporais e das grandes chuvas, torna-se o seu curso tão impetuoso que seria perigoso atravessá-lo ainda em canoa, e, por falta de ponte, ficam então interrompidas as comunicações até à baixa das águas. O segundo braço, para o poente, não tem mais de 22 metros de largura, e o terceiro, 16 metros no

lugar em que atravessa esta estrada; suas águas, dependendo das mesmas influências, sofrem as mesmas variações que as do braço predito. [...]

A freguesia de Itajaí compõe-se de umas cinqüentas casas dispersas pelas margens do rio, perto de sua foz e ao longo da praia. Tem uma igrejinha, alguns pequenos estaleiros; é sede dum juizado de paz e residência dum tenente-coronel da guarda nacional. Para estas duas autoridades tínhamos cartas do presidente, que nos apressámos em entregar.

O Coronel Agostinho Alves Ramos acolheu-nos perfeitamente e pôs à nossa disposição um iatezinho no qual subimos o Itajaí Grande. Aproveitámos esta ocasião para levantar-lhe o curso, que não era conhecido, e para o sondar em todo seu desenvolvimento.

Como pode ser interessante saber sôbre que documentos nos apoiámos para a organização da carta da província de Santa Catarina que acabámos de publicar, transcrevemos no fim do volume a minuta do reconhecimento que fizemos do Itajaí Grande, e pensamos que se há censura que a êsse respeito se nos possa fazer, é talvez a de ter êle sido de exatidão excessivamente minuciosa.

A parte do rio que se acha além do salto, foi levantada (...) às quatro horas e meia descemos tranqüilamente o rio, levados pela correnteza. Às seis horas, parámos na casa do inspetor Almeida, na ilha Belchior, onde então estava morando. Ele deitara-se imediatamente, vencido pela fadiga. Nós pernoitámos na margem do rio e no dia seguinte, pela madrugada, continuámos a nossa rota, chegando às nove horas ao sítio de um colono alemão chamado Nicolai. O asseio de sua casa, os instrumentos agrícolas, a abundante provisão que ali havia, a abastança e a felicidade de que êle e os seus parecia gozarem, levaram a lembrar-nos da Bélgica e fizeram compreendermos a importância da emprêsa que tínhamos de levar a têrmo. Não pudemos esquivar-nos de comparar a miséria dos nossos com a abastança dessa família alemã, como êles, ainda há pouco tempo vivendo em privações e hoje tão felizes. Quantos dos nossos desafortunados compatriotas poderão encontrar situação semelhante, em troca de sua atual miséria, se mão segura vier oferecer-lhes os adiantamentos necessários para se transportarem para aqui, e quão gratos não ficarão êles aos que lhes fizerem êsse pequeno sacrifício, esses modestos adiantamentos de que poderão ter necessidade! Reflexões dessa natureza acudiam-me ao pensamento, quando vieram anunciar que o almoço estava na mesa. Em meio dessa mata virgem, o repasto europeu produziu-nos sensível prazer; termina-mo-lo

em poucos minutos e deixámos o colono Nicolai com certo pesar, após o havermos forçado a aceitar alguma coisa em paga de sua hospitalidade.

A uma hora, achávamo-nos na confluência do Luís Alves com o Itajaí. Ali morava Dom Luís Alves, que deu seu nome ao rio; apressámo-nos a enviar-lhe a carta que tínhamos para êle. O aconselhimento a nós dispensado foi perfeito. Enquanto não vinha a refeição que mandara preparar, deu-nos êle muitas informações acerca da região em que se estabelecera, parecendo-nos, porém, desnecessário transcrevê-las aqui. A casa de Luís Alves, construída na meia-encosta de um morro de grés, na confluência do rio que tem seu nome com o Itajaí Grande, acha-se situada num local encantador. Descortina-se dali grande parte do curso dêsse último rio, e, na distância, projeta-se sôbre o escuro carregado da mata virgem, a côr alegre dos morros desmatados da propriedade de Flôres, de que alguns trechos estavam recobertos de belas plantações de cafeeiros, entremeadas de laranjeiras. Êsse desmatamento permite-nos julgar o que virá a ser esta bela província uma vez cultivada, e a eterna floresta haja desaparecido em parte para dar lugar a sítios tão pitorescos como aquêle que tínhamos diante de nós. As três horas, despedimo-nos de Luís Alves e tornámos a embarcar; segunda-feira, 4 de abril, estávamos de volta à freguesia de Itajaí. Nessa região, chegando-se tarde da noite a uma casa, corre-se o risco de dormir à luz das estrelas; e isso é compreensível, pois os seus habitantes, forçados a fazer, até certo ponto, o policiamento local, não abrem sua porta a horas tardias. Assim, não quisemos incomodar o Coronel Agostinho Alves Ramos, e resolvemos pernoitar na praia. (...)

Na confluência do rio Conceição com o Itajaí-Mirim, o Coronel tinha uma fazenda, onde jantaríamos a seu convite. E, enquanto êle despachava os seus negócios, fomos de canoa explorar o rio. Tínhamos de percorrer muitas curvas antes de chegar ao ponto de encontro combinado, devendo o Coronel seguir por terra: assim, apesar dos nossos esforços, fomos os últimos a chegar.

A fazenda do Coronel achava-se situada num local que, nas grandes enchentes, estaria exposta a inundações. O solo ficava cerca de dois metros acima do nível do rio e tudo estava de acordo com sua habitação construída sôbre estacas, cujos cabeços ultrapassavam o terreno alguns pés. Êle recebeu-nos com a sua habitual cordialidade, e, enquanto esperávamos pelo jantar, levou-nos ao lado do morro perto de sua casa. Fizemos o trajeto com alguma dificuldade; mas, chegados encima, fomos largamente compensados de nossas fadigas, pela magnificência do panorama que dêsse lugar se desvendava até onde a vista podia alcançar. (...)

Às seis horas, aportámos à margem direita do rio, onde se encontrava a última casa no Itajaí-Mirim. Manoel Custódio, seu proprietário, recebeu-nos da melhor maneira possível e ofereceu-nos tudo o que possuía; mas aceitámos apenas pernoitar em seu engenho de farinha de mandioca. Sua fazenda era para trás, numa elevação do terreno, sua casa circundada de alguns cafeeiros, laranjeiras e algodoeiros, uma bela roça de mandioca, outra de milho e feijão, de cana de açúcar e de arroz, e no fundo, a mata virgem, da qual uns trinta hectares tinham sido abatidos e queimados, e que se alargava em hemicírculo ao redor da casa.

No dia seguinte, levámos a nossa exploração até ao Tabuleiro, já muito além das terras devolutas da Coroa. (...).

OBSERVAÇÃO;

1 – Van Lede não menciona as colônias do Tabuleiro, Belchior e Pocinho.

1853 - Relatórios do Dr. Blumenau – quarto relatório da Colônia Blumenau – ano de 1853. Blumenau em Cadernos. Tomo I. Nº 06. Abril de 1958. Páginas 103 a 108.

A colônia está situada nas margens do rio Itajaí-grande, em distância de seis até sete léguas da costa do mar. O rio oferece na embocadura, um pôrto bom e seguro contra todos os ventos e a barra do mesmo na maré baixa regula um fundo de 14 até 15 palmos d'água, pelo menos.

Fora da barra os morros das Cabeçadas formam uma abra ou praia bem abrigada contra os ventos de Leste pelo Sul ao Oeste, os quais ordinariamente são os mais fortes, e esta abra pode abrigar os navios da maior lotação.

O rio está bem navegável para os iates do país até ao arraial do Belchior, meia légua abaixo da colônia: dali até o embarcadouro atual da colônia tem duas correntezas baixas e bastante rápidas que dificultam, porém não impedem, a livre navegação de maneira que havendo, no futuro, bastante população para entreter vantajosamente a carreira de vapores chatos como se tem nos rios baixos da Alemanha, poderão os mesmos subir até meia légua acima do atual embarcadouro da colônia.

As terras do Itajaí, geralmente são celebradas na Província de Santa Catarina pela sua uberdade, e quanto mais rio acima, tanto mais férteis e mais livres de pântanos elas se mostram; a mandioca nos morros e tableiros e a cana de açúcar nas vargens dão admiravelmente, como também milho, feijão, tabaco etc. etc. e a batata inglesa fornece ainda boas colheitas e no outono (março a julho) mesmo excelentes e abundantíssimos tubérculos enquanto que mais ao norte, na colônia de D^a Francisca, muitas vezes nem sequer rende a semente e degenera.

O clima é dos mais salubres e até agora tem tido poucos casos de doenças entre os colonos, tanto entre aqueles que chegaram recentemente como entre os domiciliados já há 15 anos.

Foram estas, principalmente a fertilidade e a boa situação das terras, num rio navegável com pôrto seguro, à proximidade do mar o clima salubre e a circunvizinhança

de muitas terras devolutas os motivos que me determinaram fixar o meu estabelecimento no lugar onde hoje existe, depois de eu ter viajado por grande parte das províncias do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.[...]

1855 - O Vale do Itajaí em 1855. Reinholdo Gaertner. Blumenau em Cadernos. Tomo III. Nº 10. Outubro de 1960. Páginas 181 a 184.

Para fins de propaganda de sua colônia na Alemanha, e melhor esclarecimento dos emigrantes que, para ela pretendessem vir, foi elaborado um mapa, anexo ao folheto que o dr. Blumenau escreveu, fez publicar e distribuir fartamente naquele país.

Reinholdo Gaertner, sobrinho do dr. Blumenau juntou , a êsse mapa, as seguintes valiosas explicações, de grande valor histórico:

“O rio Itajaí-açu é o maior da província sul brasileira de Santa Catarina e o único que, nascendo no planalto central, rompe a Serra Geral que o delimita com a zona litorânea, correndo rumo leste para desaguar no Atlântico. O comprimento de tôda a bacia é de, mais ou menos, doze milhas, sendo a largura de cinco a seis.

(...) Embarcações de calado até doze pés ingleses, podem entrar-lhe a barra e subir algumas milhas. Até a localidade de Belchior, o rio é navegável por maiores embarcações costeiras; até a colônia Blumenau, porém, podem subir, apenas, pequenos iates. Uma milha acima da sede da colônia – mais ou menos, sete milhas distante da barra, - tem o rio um salto de 30 a 35 pés, que está dividido por um bloco rochoso em três braços que formam, com a largura total de 800 a 1000 pés, e as margens cobertas de matas virgens, eternamente verdes e silenciosas, um cenário imponente e pitoresco.(...)

O Departamento Imperial de Terras, referindo-se no seu último relatório à pequena colônia alemã, um pouco rio abaixo da colônia Blumenau, conhecida também por “Colônia alemã Itajaí”, diz o seguinte (pág. 25): “As terras são muito férteis e passam pelas melhores da província”. E, no mesmo, sôbre a colônia de Blumenau, página 27: “As terras são fertilíssimas e, como já foi dito em outra parte, passam por serem as melhores da província”. (...)

O Itajaí pequeno comporta, na extensão de uma e meia milhas de seu curso, a navegação de embarcações costeiras. Dali em diante, devido à sua pouca profundidade é navegável, apenas, por barcos pequenos ou canoas, estendendo-se, por várias horas, calmo e sereno em suas águas, pelas suas inúmeras curvas. Mais para cima, o leito

torna-se menos sinuoso, mas, em compensação, mais rápido do que o do rio grande, razão porque a navegação é mais difícil até para pequenas embarcações. Mesmo assim, o movimento no mesmo é considerável. (...)

Há dez anos passados, estabeleceram-se os primeiros alemães no Itajaí-Açu, vindos da Colônia São Pedro de Alcântara, distante dois dias de viagem. Um grupo de homens resolutos veio de lá, subindo o rio em busca de madeira de lei, falquejando pranchas e serrando tábuas, o que, naquele tempo, como não existissem engenhos de serra, representava empreendimento bastante lucrativo.

Nesta ocasião, observando a fertilidade do solo e a excelente situação da região, solicitaram do governo da província a concessão de terras, que lhes foram outorgadas em lotes de 200 geiras para solteiros e de 400 a 500 geiras para famílias, fundando, assim, a pequena colônia alemã “Itajaí”. Essa gente progrediu depressa, atraindo famílias de outras regiões – das quais algumas se estabeleceram no Itajaí pequeno – instalaram engenhos de serrar e construíram uma capela, na qual católicos e protestantes, em perfeita harmonia, celebravam seus cultos religiosos, tendo alcançado um padrão de vida bem alto, quando o dr. Blumenau lá se estabeleceu também, para atrair uma imigração organizada, em maior escala.

Os primeiros colonos, que então chegaram da Alemanha, encontraram, assim, patrícios já arraigados no local, recebendo, destes, conselhos e auxílios desinteressados, facilitando, dessa forma, o início da colônia Blumenau, estabelecida logo adiante da já existente.

Fora da colônia de Blumenau, moram no Itajaí grande 45 a 48 famílias alemães e 60 belgas. Nos dois rios moram, mais ou menos, 2.000 brasileiros e 26 negros e muitos aforriados de ambos os sexos e 81 escravos do sexo masculino e 137 do feminino, constituindo cerca de 450 fogos. No Itajaí pequeno moram 12 famílias alemãs.

Dos mencionados brasileiros, está morando a maior parte na freguesia do Santíssimo Sacramento, e, 260 a 270, em mais ou menos, 60 casas, no trecho entre o pôrto e a barra do rio Itajaí pequeno.

Nesta barra está sendo preparado um pôsto de recepção pelo governo imperial, sob a orientação do dr. Blumenau, tendo sido concluído já um espaçoso abrigo para imigrantes, podendo acolher, com hospedagem gratuita, aqueles veleiros que, de Hamburgo, zarparão diretamente àquele lugar.

Na freguesia do pôrto, encontram-se estabelecimentos profissionais alemães: quatro negociantes, um hoteleiro, 1 pedreiro, um sapateiro, 2 marceneiros e um alfaiate.

A freguesia é sede de pároco católico, de juízo de paz, de tabelião e de delegacia de polícia, à cuja disposição se encontram estacionados três praças. Existe ainda uma escola pública para meninas e rapazes. (...)

O pôrto de Itajaí possui apenas seis embarcações, entre maiores e menores, mas é frequentado, também, com regularidade, por navios do Destêrro, Laguna, São Francisco e Rio de Janeiro. A partir do ano que vem, o pôrto será incluído na rota de um vapor que fará comércio de cabotagem entre o Rio de Janeiro e Destêrro, escalando nos portos de alguma importância neste trajeto entre as duas capitais.

Exporta-se principalmente: pranchas, tábuas, madeiras para construções, no valor de 90 contos de réis (...); açúcar, no valor de 85 contos de réis (...); aguardente no valor de 25 contos de réis (...); além de feijão, um pouco de farinha de mandioca e boa quantidade de peles não curtidas, por não se ter estabelecido ainda nenhum cortume na região.

Até data recente, existiam caminhos propriamente ditos só na costa, onde um, em direção norte, conduz a São Francisco e, de lá, à província do Paraná e à cidade serrana de Curitiba. Para o sul, segue o mesmo por Pôrto Belo e Tijucas a Destêrro e, de lá, à província do Rio Grande do Sul, ao pôrto do mesmo nome, à capital, Pôrto Alegre e à florescente colônia alemã de São Leopoldo, bem como a Lajes, na região serrana. Ambos os caminhos são muito movimentados.

Do último lugar citado, vem todo o gado de corte para o suprimento de carne da província, como cavalos e muares, enquanto gêneros, como açúcar, aguardente, café e artigos manufaturados para a região serrana, são adquiridos na capital da província.

Os caminhos nas margens do Itajaí grande e pequeno, foram beneficiados com melhoramentos custeados pelo governo provincial, o ano passado, enquanto pelo governo do país foi concedido, recentemente, ao dr. Blumenau, uma verba para transformar o primeiro em uma boa estrada. É, para toda a população, uma necessidade de importância capital que essa estrada tenha continuação, através toda a extensão do vale, até a região serrana.

(...) Encontra-se ouro em pepitas, especialmente no Itajaí pequeno, e espessos lençóis de cascalho de quartzo. Em tempos passados, existiam ali importantes garimpos, o que é comprovado por numerosos amontados de cascalho lavado. Nos últimos tempos, felizmente, êste negócio não está mais sendo explorado. (...).

1907 - Reminiscências I. Pedro Ferreira e Silva. Jornal Novidades. Junho de 1907; Blumenau em Cadernos. Tomo II. Setembro de 1959. N°9, páginas 165 – 167.

- Em que data chegou com seu pai a Itajaí?

- “Foi em dezembro. Não posso dizer com precisão o ano. Mas, com toda certeza, foi entre 1840 e 1844. Encontrei já aqui o falecido José Henrique Flôres, já contando alguns anos de residência no Pocinho. (Parentes do Coronel Flores nos asseguram que, por documentos que ainda existem, sabe-se que êle veio do Rio de Janeiro para Itajaí em 1835).

(...) Na praia viam-se diversos ranchos de palha onde se abrigavam as canoas. Tinha-se tomado a precaução de as prender por meio de correntes, porque, várias vezes, sucedeu que soldados desertores, vindos do Destêrro, para passarem o rio, à noite, as desamarravam, deixando-as depois em abandono.

As únicas embarcações que havia eram: um pequeno palhabote, de nome, se não me engano, “Sete de Abril” e que pertencia ao então major e depois coronel, Agostinho Alves Ramos e que fazia viagens para Destêrro e grande número de canoas de variados tamanhos, destinadas à pesca e viagens aos rios Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim e mesmo à pesca do mar.

Existia, apenas, um trapiche, que era pequeno, servia para atracação do palhabote e estava situado nas imediações do lugar em que a casa Asseburg & Cia. tem o seu armazém mais próximo da praia.

Consideravelmente cresceram os terrenos na margem do rio, desde o ponto em que tem casa de negócio o sr. Carlos Seara Júnior até ao em que reside o sr. João Pinto Amaral.

A barra e o pontal eram mais ou menos como hoje. Sempre residindo em Itajaí, durante quase 70 anos, tenho observado que o pontal diminui ou cresce conforme há, ou não, enchente entre os anos de 1883 e 1885, mas em consequência da que houve em 21 de setembro de 1880 foi que êle sofreu maior diminuição. O mar veio bater na porta da cidade e os navios passavam por bem perto do ponto em que sempre há mato alto.

Devo, porém, deixar consignado não só que nos últimos anos foi que o pontal conservou maior comprimento, mais fundo, por terem sido as enchentes mais fracas e menos freqüentes, como também que desde que conheço o Itajaí, foi no ano passado que se sentiu maior falta de chuvas.

1907 - Reminiscências II. Pedro Ferreira e Silva. Jornal Novidades. Junho de 1907; Blumenau em Cadernos. Tomo II. Outubro de 1959. Nº10, páginas 187 – 190.

Visando clareza e brevidade na exposição, nos esforçamos para que o sr. Antônio da Costa Flôres nos desse, antes de tudo, uma idéia geral do que, por ocasião da sua chegada, tinha encontrado de mais digno de nota em Itajaí e circunvizinhanças, quanto a habitações e povoamento, só mencionando pormenores de incontestável conveniência para esclarecimento do assunto. (...)

“Isto aqui (...) não era mais que umas roças; ninguém podia supôr que se desenvolvesse e prosperasse até chegar ao que hoje é.(...)”

Nos terrenos que o atual perímetro desta cidade abrange e que, como sabe, atinge a dois quilômetros, a contar da igreja matriz para todos os lados, exceto para o do rio, que fica a muito pequena distância, contavam-se umas cinquenta casas, entrando nesse número pequenos ranchos miseráveis que, além de serem cobertos de palha, compunham-se de um só compartimento com paredes feitas apenas de ripas fincadas juntas umas das outras.

Tôdas as casas, salvo a do major Agostinho (a melhor que havia) que era construída de pedra, tijolo e cal, tinham as paredes externas de taipa, isto é, de pau a pique, amarrado com ripa, barreadas, sendo que só três ou quatro eram rebocadas e caiadas.

Não havia nenhuma casa com paredes externas de tábuas. Passaram-se anos antes que existissem engenhos de serrar, tanto que alguns dos primeiros alemães que apareceram, entre os quais Pedro Müeller, pai do glorioso itajaiense dr. Lauro Müeller, se ocupavam em serrar madeira à mão.

Pedro Müeller era ainda solteiro; andava trabalhando em madeira com dois ou três companheiros; depois de estar ausente algum tempo, voltou casado: teve negócio na casa onde nasceu Lauro Müeller e hoje reside o sr. Marcos Konder; e se foi tornando um dos homens mais conhecidos e importantes de Itajaí.

Quem primeiro montou e ensinou a montar engenhos de serrar madeiras em Itajaí, foi um francês que veio de Tijuca, de nome José Bosfire. Depois disto é que surgiu e mais tarde predominou o sistema ainda hoje tão usado de fazer casa tãda de madeira.

Muitas casas, mesmo das maiores, eram cobertas de palha. O major Agostinho tinha uma olaria ao sopé do último morro que fica à esquerda de quem vai pela estrada de Brusque e toma o caminho da atual casa do sr. Carlos Graff, pouco antes da grande ponte sôbre o rio Conceição. Não sei se havia outras olarias além desta. O que é certo é que durante anos a telha fabricada aqui pouco prestava e que quem queria boas telhas mandava-as buscar de Paranaguá. Custava, porém, muito caro para aqueles tempos: 60\$000 o milheiro.

Mais ou menos por onde correm as ruas Lauro Mueller e Pedro Ferreira, ao lado de oeste, havia apenas 14 casas, sendo nesta quatro e naquela dez, próximas umas das outras, entre as quais a do major Agostinho, que é agora de propriedade da viúva do sr. Henrique Schneider.

Estas 14 casas estavam assim dispostas, não porque obedecessem a alinhamento, mas porque tãdas davam frente para o rio e acompanhavam a direção da praia, a distâncias pouco diferentes. No Itajaí não havia então nenhuma rua, nem se falava em arruamento.

Nas imediações do local em que presentemente se acha a matriz, existiam uns alicerces de pouco mais de meio metro de altura, construídos por um pedreiro, escravo do major Agostinho, de nome Simeão, para a igreja e uma meia-água muito pequena, de taipa, sem reboco, coberta de telha, sem forma exterior de templo e conhecida por “casinha de Nossa Senhora”, porque agasalhava uma imagem de Nossa Senhora da Conceição. O cemitério ficava no terreno sito nos fundos dessa casinha e ia até perto da atual casa de negócio do sr. Pedro Bauer.

As outras trinta e tantas casas estavam espalhadas pela vasta planície, sem se adstringirem a outra regra a não ser a imposta pela situação e dimensões dos terrenos e pela preferência de lugares mais enxutos e menos baixos.

Por entre estas casas, algumas das quais eram rodeadas de algodoeiros (fiava-se algodão e tecia-se um pano muito forte e muito apreciado que se chamava ‘riscado da terra’) viam-se extensos brejos, cuja vegetação alterosa e inextrincável, em certos pontos, parecia nunca ter sido derrubada completamente; vários caminhos e trilhos tortuosos em inúmeras direções; meia dúzia de engenhos de fazer farinha de mandioca;

grupos de cafezeiros, laranjeiras e bananais; roças de mandioca, feijão e milho e, mais que tudo, capoeiras de tôdas as alturas.

As roças e mesmo muitos quintais das casas não tinham cerca; preferia-se criar o gado *vacum* e cavalar à corda, ou longe das plantações às soltas.

Nos terrenos, ao sul da povoação, já conhecidos com o nome de ‘fazenda’ residia em uma boa casa caiada a respectiva proprietária, d^a Felícia Alexandrina de Azeredo Leão Coutinho. Dizia-se que era viúva de um oficial antigo, que governara Santa Catarina. O que é certo é que recebia sôlido. Tinha uma filha de nome Carolina, casada com um capitão Benigno Lopes Monção. Possuía muitos escravos. A ‘Fazenda’ tinha grande cafezal, muitas laranjeiras e outras árvores frutíferas, extensas roças, um engenho de fazer farinha de mandioca e um de moer cana e fabricar açúcar.

Para os lados da ‘Praia Brava’ – creio que os moradores aí eram poucos – era onde mais se plantavam algodoeiros e mais se fazia ‘riscado da terra’.

Na Barra do Rio havia unicamente duas moradias, a de Francisco Rangel e a de Luís Gago, assim conhecido por ter êsse defeito no falar.

Na planície da margem fronteira do rio, que termina no Pontal, se encontrava: a casa de residência, coberta de telhas e engenho de fazer farinha do velho José Coelho da Rocha, um dos mais antigos habitantes; algumas casinhas cobertas de palha; e perto do local em que agora tem morada o 1^o prático Manoel Moreira Maia, um cemitério, no qual se não enterrava mais ninguém, mas onde, segundo constava, a princípio se sepultavam mesmo as pessoas que faleciam do lado de cá.

A Praia de Itajaí e sobretudo Gravatá e Mato Grosso já tinham habitantes. Na Armação, além do cirurgião Luís Rodrigues Pereira, seus agregados e escravos, poucos eram os moradores. Tinha-se deixado de pescar baleias porque, sendo poucas as que apareciam não valia mais a pena cuidar disso. O lugar era muito bonito. Do morrete em que já existiam a igrejinha de São João e a vasta casa de residência do cirurgião Luís, desfrutava-se esplêndida vista para os terrenos adjacentes, bem cuidados, e para o mar.
(...)

Nas margens do Itajaí-mirim, em Canhanduva, em Itopava e até uns dez quilômetros de distância de Itajaí, nessa direção, se deparavam diversos moradores, alguns bastante antigos ou de importância, entre os quais, em Canhanduba, Francisco Antônio de Borba, depois coronel e o alferes Corrêia, que residia em uma casa construída com pedras e na qual mais tarde morou o falecido pai do advogado Bella Cruz, que atualmente habita em São José.

As margens do Itajaí-açu se estavam povoando até a distância de uns 46 quilômetros daqui, sendo o último morador nessa direção um tal Almeida, que veio do Rio Grande do Sul, por causa da guerra que por lá se dera e se refugiou na margem esquerda do rio, um pouco para cima da ilha próxima do Belchior.

Muito poucas eram as casas no Gaspar.

Habitantes mais conhecidos de que me recordo: no Pocinho, capitão Henrique Flôres, como já tive ocasião de dizer; na Barra do Luís Alves, o alferes João Azeredo Leão Coutinho, irmão de Dona Felícia, proprietária da Fazenda; no lugar hoje chamado ‘Mafras’, João da Silva Mafra, pai do atual octogenário José da Silva Mafra; no Saco Grande João Cardoso dos Santos, por alcunha João Sacavém, porque nasceu num lugar com êsse nome, em Portugal; e Manoel da Quina, ‘capitão do mato’, que andava sempre acompanhado de uma ou duas pessoas e armado de espada, pistola, chicote com cabo feito de um pedaço de cano de espingarda e tinha o encargo de dar caça a criminosos, escravos fugidos, soldados desertores, para o que era pago pelo governo.

O caminho que margeia o litoral, do Estreito a São Francisco, era regularmente frequentado e povoado, passando, em Itajaí, pelos mesmos pontos em que passava antes da recente construção da estrada ligando esta cidade a Camboriú.

Nos vastíssimos terrenos que hoje abrangem os municípios de Brusque e de Nova Trento e o de Blumenau, do Belchior para cima, tudo era mata virgem: não havia nenhum habitante, a não ser os selvagens.

Quem primeiro morou no ponto em que hoje está a sede de Brusque, foi Vicente Ferreira de Melo, por apelido ‘Vicente Só’: andando a caçar, achou o lugar muito bonito e fez um rancho no alto do morro em que hoje se vê a igreja católica, mas não podendo continuar a viver lá, veio com a família aqui, para Coloninha, onde terminou os seus dias.

O povoamento do nosso território não se estendia mais de 6 a 10 quilômetros de distância da praia do mar ou das margens dos rios pelos motivos seguintes: a população era muito pouco numerosa; encontrava nos exíguos terrenos que explorava, satisfação às suas modestas ambições; não dispunha de vias de comunicação terrestre, bastando dizer que quase não havia outro caminho regular, além do que marginava o litoral; cousa alguma atraía para o sertão, longe da costa; e – o motivo principal – temia os ataques dos bugres. (...)

Dizia o ferreiro Januário, morador em Destêrro, e pai do meu mestre, que um governador maneta, que lá houve, sentava à sua mesa um tal Dias da Costa, rude

mineiro (que ainda tem parentes aqui) que lhe levava garrafinhas de ouro em pó, extraído de minas existentes em Itajaí, contava-se que em terras que hoje pertencem a este município, um mineiro que estava explorando minas em um lugar, foi matar a outro que fazia igual serviço em outro lugar; por denominação dada em tempos remotos, temos um “Ribeirão das Minas”; já ouvi dizer que se encontram em território itajaiense grandes vestígios antigos, como excavações etc. de exploração de minas, mas não sei onde; o que me parece fora de dúvida é que não tivemos incursões de exploradores de minas dilatando o povoamento.

Os bugres ainda vinham até bem perto de Itajaí. Não se sabiam onde eram os seus alojamentos, porque ninguém ousava ir procura-los. Os seus ataques que, em geral, tinham por móvel o roubo, não eram freqüentes; mas traziam em constantes preocupações a gente que vivia um pouco mais longe dos lugares mais habitados. Quem morava ou fazia roça à certa distância nunca estava sem armas e sem companhia de outras pessoas; mesmo quando trabalhava na roça tinha perto de si espingarda carregada.

Muitos anos depois da minha vinda, o carpinteiro Bento Malaquias da Silva (que aqui construiu diversas embarcações e casa no lugar em que reside hoje o sr. Germano Thieme, e que foi mais tarde o nosso primeiro coletor) para fazer um engenho de serra no Limoeiro, precisou enviar para o local vinte e tantas pessoas. Lá estive, então uns 15 dias prestando os meus serviços de ferreiro e ouvi, nos morros em volta, alaridos de bugres.

Os bugres só agrediam depois de com o maior cuidado e perseverança, procurarem conhecer as circunstâncias em que se achavam as pessoas a quem queriam agredir e quando julgavam que a ocasião era a mais apropriada para serem bem sucedidos.

Aos caçadores não faziam mal porque além de terem muito medo de armas de fogo, estes quando se aventuravam a internar-se para mais longe, sempre iam em grupos.

Com referência a atentados de bugres, depois da minha chegada a Itajaí, lembro-me do seguinte: assaltaram João da Silva Mafra, em uma casa próxima do lugar que hoje se chama “Pôrto do Escalvado”, matando-lhe um ou dois escravos; mataram não sei onde, um filho de José Paranaguá; fizeram sempre dirigindo-lhe flechadas quando êle descia pelo Itajaí-Mirim em uma canoa; por último mataram um filho do velho Francisco Cordeiro aqui em Cordeiros; em Camboriú, em Alegres, pouco depois da

minha chegada a Itajaí massacraram, de uma feita, 16 ou 22 pessoas, entre crianças e adultos, os quais foram enterrados no cemitério daqui; também em Camboriú, tendo os bugres assassinado um lavrador, um tal Sant'Anna, conhecido e aparentado em Itajaí, internou-se pelos matos acompanhado de um irmão do assassinado e de outras pessoas, e matou a tiros um dos bugres inculpados que se dizia ser cacique, trazendo-lhe a cabeça que veio para aqui e que eu vi ser de côr clara, sem barba, magníficos dentes e ter cicatrizes pelo rosto e introduzido um páu enfeitado de 15 centímetros de comprimento no lábio inferior do qual pendia; cabeça que mergulhada em vinagre em um pote, foi remetida para o Destêrro.

Algum tempo depois de eu morar em Itajaí o governo, com o fim de afugentar os bugres, mandou para o Belchior muitos soldados, que formavam uma companhia de Pedestres comandada pelo major Henrique Etur, que era tenente do exército reformado e foi mais tarde o nosso segundo coletor e tinham um sargento de nome Gregório Joaquim Coelho que aqui depois exerceu diversos cargos.

Essa força lá esteve bastante tempo. Muitas pessoas que faziam parte dela, por vezes, percorreram acompanhados de vaqueanos, as matas, não constando que maltratassem ou mesmo que encontrassem bugres. É possível que, só em virtude da presença dela, êles se retirassem para o centro da província.

Não resta dúvida, porém, que ela concorreu para diminuir o receio de ataque de bugres, animar que viesse muito mais gente morar por aqui, e se estender o povoamento para mais distante do litoral e das margens dos rios.

1907 - Reminiscências III. Pedro Ferreira e Silva. Jornal Novidades. Junho de 1907; Blumenau em Cadernos. Tomo II. Novembro de 1959. N°11, páginas 212-215.

(...) A 13 de julho, último (1907) o sr. Antônio da Costa Flôres percorreu conosco, de carro, esta cidade para, mais fácil e precisamente, poder indicar de modo minucioso, o que havia pelos anos de 1840 - 1844, na área que compreende o atual perímetro urbano.

Pelas 3 horas da tarde, em frente à sua residência, na estrada da Barra do Rio, iniciamos a excursão, seguindo de carro em direção ao centro da cidade.

- Por onde via êste carro, começou o sr. Antônio flores, até quase ao chegar à cerca da frente da chácara de Francisco Ezequiel Tavares, não existia estrada, nem mesmo caminho. Tudo isto por aqui era capoeira, com alguns trilhos tortuosos, que se dirigiam da margem do rio para as poucas casas que havia, ou destas para as roças.

Nas proximidades da casa em que tem negócio o meu vizinho Nilo Bacelar, morava uma das únicas autoridades que possuía o Itajaí – o juiz de paz Antônio Dias de Arzão, homem muito respeitável e bem arranjado, que faleceu pouco tempo depois da minha chegada. (*Obs: conforme vimos em autos de inventário que se acham no cartório desta cidade, faleceu a 21 de novembro de 1843, sendo a sua casa de moradia, que era coberta de palha, avaliada em 32\$000 e deixando terrenos em diversos lugares e dez escravos, dos quais apenas dois eram de menor idade.*)

O outro juiz de paz, de cujo nome não me recordo, era conhecido por Juiz de Paz de Cabeçadas porque lá residia.

A pequena lagoa situada entre a casa de Domícia Tabalipa e a de Francisco Ezequiel Tavares, foi resultante da grande enchente de 1880. A porção de terreno que a separa do rio e por onde passa esta estrada, é composta de aterro que o governo da ex-província mandou fazer. Antes de se concluir êsse aterro, para facilitar a comunicação com a Barra do Rio, abriu-se o caminho que vai, em linha reta, do largo do cemitério à casa em que tem funilaria Antônio Lopes Gonzaga.

A cerca de 20 metros ao sul da ponte, próxima do edifício, recentemente construído, pela Companhia de Navegação Fluvial, o caminho que passa pelo local, em que mora Ângelo Rodi, se inclinava para a margem do rio e o acompanhava bem de perto até ao lugar em que reside Germano Thieme e daí é que se internava em direção à Barra do Rio. Êsse trecho de caminho teve de ser mudado diversas vezes mais para longe da praia até ficar por onde hoje corre a estrada.

Parece incrível, mas a verdade é que grande parte dêsse trecho de caminho, passava por onde hoje está o meio do rio. O rio, a partir do ponto em que está a casa de Germano Thieme, para cima, deixou, nos últimos anos, formar uma extensa ponta de acrescidos e, para baixo, vinha quase em linha reta até chegar aos morros da Fazenda e aí se encurvava bruscamente, dirigindo-se para o mar; apenas na margem direita, fazia primeiro uma suave curva côncava, e depois, no ponto correspondente ao centro da povoação, uma curta convexa. Mas, pela ação das marés, de certos ventos e das enchentes, principalmente a de 1880, deu-se o seguinte: a curva côncava se foi transformando nesse fundo saco, que parece ameaçar a existência da cidade, e o rio tanto ganhou nessa margem, quanto perdeu na oposta, na qual as suas águas iam até a linha de mato mais alto que se vê; a curva convexa aumento consideravelmente e a margem fronteira foi bastante escavada pelas águas e tomou a forma de leve curva côncava. Nos terrenos que foram escavados para se formar o aludido saco, existiam algumas casas, entre as quais a em que morava o escrivão de paz Francisco dos Passos e que era situada nas vizinhanças do lugar em que, ultimamente, Germano Friese tem engenho de beneficiar arroz e a do velho Francisco Gonçalves Tabalipa, cuja frente distava bastante da praia e cujos fundos ainda distavam mais de uma árvore grande que se vê ao norte e perto do mencionado edifício da Companhia Fluvial e tão próxima da margem o rio. Também nos terrenos que foram escavados para se formar a curva côncava, na margem esquerda, em frente à povoação, existiam casas que desapareceram.

Tudo me leva a crer que, além da pouca frequência de chuvas e enchentes, o fato de ter o rio ficado, em geral, um pouco mais largo e acentuadas essas curvas concorreu para que as suas águas não corroam tanto e tão a miúdo o pontal, como antigamente.

O caminho da Barra do Rio vinha por onde está a rua Sete de Setembro e do ponto em que esta recebe a rua da República se inclinava para sair no lugar em que reside Antônio Martiniano da Silva, e aí seguia o trajeto da rua Hercílio Luz até em frente da casa do Major Agostinho, onde mandava um ramal, acompanhando a margem

do rio, até o ponto em que reside João Gabriel e outro ramal que também acompanhava a margem o rio e que, na altura da atual residência de Alfredo Bittencourt, se dirigia para a praia, que daí em diante, era o único caminho que havia para a Fazenda. O caminho que seguia o trajeto da rua Hercílio Luz, em frente ao lugar do cemitério atual, se inclinava em direção aos morros, atravessava o da rua dos Atiradores, mais ou menos no ponto em que mora Januário Gabriel de Almeida, e os fraldeava até onde se preparou terreno para novo cemitério e, daí, passando por terrenos presentemente de Mário Liberato, chegava à margem do Itajaí Mirim, onde agora a estrada dêsse rio encontra a de Brusque. Os referidos caminhos tinham ramais em direção a casas e roças, mas nenhum ramal, nem mesmo em pequeno trecho, seguia o trajeto das ruas Brusque, Camboriú, Silva, Samuel Heusi, República, 13 de Maio, 11 de Julho, Vitória, Atiradores e 7 de setembro, da rua Hercílio Luz para o sul. Onde estão todas essas ruas, o que havia era capoeira.

A área da Fazenda vinha até ao sopé do morro mais próximo do lugar em que se construiu o edifício dos Atiradores. Daí para o norte, até onde agora mora Ângelo Rodi, os terrenos estavam assim divididos: 1º confrontando com o da Fazenda, o de Fermiano Corrêa, que morava em uma meia-água de pau-a-pique, barreada, coberta de telhas, que ainda há poucos anos existia na rua 15 de Junho, entre a casa de Dona Eugênia Silveira e a de Jorge Tzaschel, e tinha junto a uns pés de jaboticabeiras, que existem no quintal dêste, um engenho de fazer farinha de mandioca; 2º o de José Maria da Veiga, que tinha casa de moradia no lugar em que está o edifício da escola alemã e engenho de fazer farinha junto a uns pés de jaboticabeiras que ficam ao lado da casa de Arthur Siqueira; 3º o do irmão daquele José Maria da Veiga, que morava onde hoje é rua Hercílio Luz, em uma casa situada no local em que está a que pertence a Lucindo Alves Pereira e foi do falecido Manoel Máximo, e engenho de farinha em frente, no lugar em que há pouco tempo se demoliu uma meia-água de madeira que estava ameaçando cair; 4º de um filho do velho José Coelho da Rocha (morador do outro lado do Rio), conhecido por Juquinha Coelho, o qual residia onde tem casa a viúva Maria Porfírio e tinha perto engenho de fazer farinha; 5º o de Silvério Coelho (mais tarde meu primeiro sogro), que era também filho dêsse velho, morava e tinha engenho de fazer farinha, aos fundos casa em que reside o nosso atual vigário e fez um caminho que, partindo do norte, terminava na margem do rio, no ponto em que agora tem casa de negócio Carlos Seara Junior e então havia um rancho de canoas do mesmo Silvério. Três das dez casas que se encontravam no trajeto da atual rua Lauro Mueller, isto é, a do ferreiro Antônio Teixeira

Canela, a do meu mestre e a do major Agostinho, já indiquei onde estavam situadas. As outras sete eram: casa coberta de palha, na pequena elevação de terreno, entre uma meia-água da viúva do capitão Rocha e a rua 13 de Maio, onde morava Ana Machado, que ainda viveu muitos anos, falecendo em extrema velhice; onde mora Alfredo Moreira, casa coberta de telhas, que pertencia ao carpinteiro Tomaz da Costa e que me parece ser ainda a mesma melhorada; onde mora Armando Mueller dos Reis, casa de telha ainda não acabada e pertencente a Desidério Rodrigues da Conceição, casado com uma sobrinha de Dona Felícia de Azeredo, proprietária da Fazenda; onde tem negócio e reside Jacob Heusi, casa de palha em que tinha venda (a única que existia em Itajaí) o português Manoel José Pereira, por alcunha Manoel Navalhada, porque tinha a cicatriz de uma navalhada, que lhe cortou horizontalmente, o nariz e parte de ambas as faces; onde reside e tem escola d. Alzira Buechler; duas meias-águas, cobertas de telhas e contíguas, sendo uma do português Manoel Joaquim, conhecido por “Jacotinga”, porque estava com os cabelos da cabeça todos brancos, e a outra do português Antônio Vanzuit; onde mora e tem negócio Marcos Konder, comprida casa de palha do carpinteiro da ribeira Manoel dos Passos.

Na parte média do trecho da rua 15 de Junho, entre a 15 de Novembro e a rua Lauro Mueller, do lado da cêrca do jardim de Emílio Coutinho havia uma casa de palha, onde morava o indivíduo, então mais querido do povo, Tomé Vieira Barbosa, antigo sapateiro e sacristão em Destêrro e, aqui, não só isso como sangrador e capelão de novenas e terços. Era coxo, muito bondoso e tinha sempre muita gente em casa, principalmente aos domingos ou dias de festa ou divertimentos.

As quatro casas que já disse que havia na rua Pedro Ferreira eram: onde tem negócio Bruno Malburg & Cia., a casa velha, coberta de palha e pertencente ao mestre Germano, carpinteiro; em parte da residência de Manoel Fontes e parte da casa de negócio de João Amaral, casinha de palha do passageiro do rio, o velho Francisco Leite, que fazia ponto de embarque e desembarque na praia, em frente à atual praça matriz, remava sentado, e tinha uma trança de cabelo comprido, como se fôsse de mulher, trança que foi cortada à faca por um indivíduo que queria atravessar o rio e que êle maltratou, como o fazia a toda a gente: no terreno baldio que existia entre a casa de negócio de Clarindo Palumbo e a de moradia de Donato Luz, casa de telha, rebocada e caiada, mas tão velha que, a maior parte do reboco já tinha caído, na qual morava um cunhado do major Agostinho, que era já muito velho, tinha sido cirurgião de um batalhão que D. Pedro I sustentou no sul – como não tinha cabelo na cabeça, usava

chinó de cabelo branco – era conhecido pelo apelido de “Jaguaririca”, constava que tinha muito dinheiro e, por isso, tentaram uma vez roubá-lo, arrombando-lhe o soalho da casa. Depois que morreu, se fizeram escavações, mas nada se encontrou; onde mora Emanuel Liberato, casinha de telha de José Maria Cordeiro, que possuía um sítio na vizinhança da barra do Luís Alves. Das quatorze casas que acompanhavam de perto a direção da margem do rio, só a do major Agostinho é que tinha em frente, no local em que está o escritório de Asseburg & Cia um rancho aberto em todos os lados, coberto de telha e de muito comprimento que era dirigido perpendicularmente à praia; neste rancho trabalhavam carpinteiros, por conta do mesmo major.

As outras trezes casas o que tinham em frente era praia sem vegetação ou capoeira, a espaços cortada de caminhos. No intervalo que fica entre o lado da casa de negócio de Bruno Malburg & Cia que já dá para a praça matriz e o terreno mais perto da frente da igreja havia uma árvore de canela de grosso tronco, bastante alta e frondosa.

Pouco depois de eu estar aqui, chegou para ser consertada uma “polaca”, embarcação grande de três metros; por meio de talhas e cabrestantes, envolvendo êsse tronco, foi puxada para o lugar em que está hoje o jardim fronteiro à matriz; dizia-se que era de Gênova e vinha não sei se de Montevideu ou Buenos Aires; pertencia a um tal Balão que trouxe nela muitos homens (que eram estrangeiros, mas falavam português), falquejadores e serradores de madeira, carpinteiros, calafates etc. e o material necessário para construção de navio, exceto madeira. Para agasalhar essa gente foi construído um vasto rancho no lugar em que, até há poucos meses a Cia. Fluvial tinha uma casa de madeira e estaleiro.

Os consertos da “Polaca” foram muito consideráveis; duraram bastante tempo; muitas pessoas aqui tiveram de auxiliá-los, procurando madeiras pelos nossos matos, trazendo e fazendo outros serviços. Os pagamentos eram feitos em dinheiro de ouro. Itajaí nunca tinha visto tanta animação no trabalho e circular tanto dinheiro. Logo depois chegaram para fazerem consertos outras embarcações (em uma das quais veio Luís Demoro, pai de Manoel Agostinho Demoro, atualmente empregado na Alfândega dêste Estado) e mesmo alguns navios foram inteiramente construídos.

O Itajaí, sem dúvida, deve o seu desenvolvimento a muitas causas, mas foi na época de tais consertos e construções que recebeu o mais rápido e vigoroso impulso para se engrandecer.

Até 1889 ainda se podia facilmente ajuizar o que, quando aqui cheguei, havia na área que abrangia o atual perímetro urbano; mas agora é difícil porque, depois da

proclamação da república, se construíram e se transformaram inúmeras casas e as municipalidades retificaram, prolongaram, abriram e aterraram muitas ruas.

1907 - Reminiscências IV. Pedro Ferreira e Silva. Jornal Novidades. Junho de 1907; Blumenau em Cadernos. Tomo II. Dezembro de 1959. N°12, páginas 222-225.

(...) Concluimos hoje a publicação das reminiscências do sr. Antônio da Costa Flôres, no tocante ao Itajaí, pelos anos de 1840 a 1844. Como nas precedentes, o trabalho da redação é nosso e, para poupar espaço, a esta folha, omitimos as perguntas que fizemos.

No território que atualmente compreende o município de Itajaí, apesar de existirem muitos brejos, pântanos e inúmeros lugares em que as águas das chuvas, com frequência, se achavam estagnadas, a salubridade era admirável. Não se conheciam maleitas, sezões, febres, influenza e outras moléstias de que hoje tanto se fala. Nas raras vezes que sucedia morrer alguém, quase sempre se trata de quem já tinha chegado à velhice. Em geral os habitantes apresentavam aspecto sadio. Entre as crianças é que se encontrava uma ou outra amarela, por se dar ao vício de comer terra. O cirurgião Luís Rodrigues Pereira, da Armação e o cirurgião, cunhado do coronel Agostinho muito pouco tinham que cuidar da clínica. O Coronel Agostinho tinha purgantes de maná e sena, jalapa, Leroy que cedia, ou dava, a quem os pedia; mas, de ordinário o que se usava era remédio de capoeira: baga de pinhão, erva de bicho, castanha do mato, erva de São Simão, etc. a conselho de algum entendido, como Tomé Barbosa, o qual, além dos seus vários préstimos, a que já aludi, tinha o de ser curandeiro.

Muito poucas pessoas sabiam ler e escrever. Não existia escola pública. Apenas um alfaiate de nome Francisco Antônio ensinava a umas três ou quatro crianças a ler e escrever.

Não disponho de elementos suficientes para avaliar o número de habitantes que, nos primeiros tempos da minha chegada aqui, havia nos terrenos que hoje fazem parte do nosso município, mas tudo me leva à convicção de que não atingia a mil. Desconhecia-se quais tinham sido os primeiros a chegar. Dizia-se que o governo tinha oferecido, nas margens do Itajaí-Açu, a cada soldado dispensado de um batalhão

número 12, trezentas braças de terrenos de frente, e que apenas três dêses soldados aceitaram a oferta, entre os quais um tal Manoel Pires (no Pocinho) que depois as vendeu ao major Henrique Flôres.

Parece que, a princípio, o que mais concorreu para atrair povoadores para as margens do Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim, foi, além da abundância de terrenos férteis, inexplorados, e contendo muita madeira, própria para a construção de embarcações, a facilidade de comunicações por esses rios e de consertos e construções de embarcações perto da foz do Itajaí-Açu.

Havia habitantes originários de diversas províncias, mas o maior número provinha do Destêrro e de lugares que lhe ficam próximos, na Ilha e no continente, de Tijucas, Pôrto Belo e Camboriú. Muitos eram bem antigos aqui, como Antônio Dias de Arzão, José Coelho da Rocha, João da Silva Mafra, Cel. Agostinho Alves Ramos, João Gonçalves da Silva, etc (*Ana Maria da Conceição, portuguesa, viúva, moradora em Canasvieira, veio de lá com duas filhas e um filho de nome Vitorino Gonçalves da Silva, refugiar-se no lugar que hoje se chama "Cordeiros" em um terreno que lhe deu o governo, no tempo em que muita gente se mudou com receio dos castelhanos, que se apossaram do Destêrro. João Gonçalves da Silva, que era filho dêsse Vitorino, nasceu aqui em 1801, sentou praça, recrutado em 1819, foi soldado – tendo estado e em diversas das ex-províncias do Brasil, tomando, na Bahia, parte na guerra do Madeira até 25 de junho de 1831, dia em que obteve baixa. Devemos estas informações ao sr. Nicolau Diniz Marques, que é casado com uma filha de João Gonçalves da Silva, e nos mostrou a aludida baixa*).

Aproveito o ensejo para corrigir um engano em que incorri, quando disse que o nome do mineiro que levava garrafinhas de ouro a um governador de nome Tovar, no Destêrro, era Dias da Costa. Êsse mineiro chamava-se Matias Dias de Arzão e teve aqui numerosa família; era paulista e pai de Antônio Dias de Arzão, juiz de paz a que já me referi; contava-se que tinha sido dêle tôda a porção de terrenos que faz frente ao Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim, desde as imediações do caminho que, da estrada da Barra do Rio entra para a Coloninha, até ao ponto em que agora tem venda Vicente Meirinho da Costa.

Não havia por aqui estrangeiros, a não ser alguns portugueses e poucos negros africanos. As principais ocupações dos habitantes eram a lavoura, a pesca e a caça. Plantava-se mandioca, aipim, milho, feijão, cana, batata (não inglesa), arroz, enfim quase tudo que hoje se planta, mas em muito menor escala. O que agora se planta muito menos é o algodoeiro. Quase não havia casa em que, pelo menos, o respectivo chefe não possuísse canoa e espingarda. Nunca faltava peixe. Pescavam-se em grande abundância

guaiviras, que eram então muito maiores, bagres, tainhas, robalos, etc. e mesmo na boca da barra se encontrava cação.

Algumas pessoas viviam de caça, mas ela constituía mais um divertimento do que, propriamente, uma ocupação. Havia muito porco-do-mato, anta, veado, tatu, paca, cotia, jacuguaçu, papagaio, pomba, etc. Os caçadores, muitas vezes, chegavam a encher canoas de caça. Meu mestre José Machado Vieira, quase todos os dias comia carne de caça. Não se importava charque. De uma feita, o Manoel Navalhada trouxe do Destêrro algum de muito boa qualidade; não o pôde vender todo e o que vendeu foi muito a custo e em porções de libra e meia libra.

Quase nada se exportava. O Coronel Agostinho é que mandava, de vez em quando, pranchões de cedro para Destêrro, em seu iate “Sete de Abril”, ou para o Rio de Janeiro, por lá, ou por algum navio que, a pedido dêle, vinha aqui. O comércio era insignificante e diminuta a quantidade de dinheiro que circulava. Usava-se muito a permuta de serviços ou de produtos entre os moradores.

Os escravos constituíam a propriedade mais útil e, proporcionalmente, de maior valor; mas poucas pessoas os possuíam.

Quase tôda gente, máxime em casa, ou na roça, vestia roupa de “riscado da terra”. Em geral, os homens andavam em mangas de camisa. Muitas mulheres assistiam os atos religiosos com sáias dessa fazenda. Quem queria qualquer outra fazenda, mandava compra-la em Destêrro, porque aqui não havia loja. Muitos homens, principalmente os que moravam distante da povoação traziam, sempre, consigo, facão e arma de fogo.

Fato que muito depõe em favor da índole dos habitantes: a pouca frequência de crimes, apesar da facilidade com que êles poderiam ser cometidos e ficarem impunes. A maior parte dos conflitos tinha por origem a preocupação que nutriam alguns indivíduos de serem considerados valentes, as disputas em corridas de cavalos e, sobretudo, o abuso da aguardente.

O fervor religioso não era grande, tanto que, apesar de ter sido doado, havia muitos anos, o terreno em que estão hoje a igreja e a praça matriz, para construção de uma capela, ainda não estava construída, ao passo que a Penha possuía uma igreja regular.

Durante muitos anos os padres celebravam missa em oratório particular, na casa em que residiam.

Lembro-me que o Padre Francisco Hernandez, que era espanhol e tinha vindo de Pôrto Belo, fêz construir uma casa no lugar em que hoje tem negócio e moradia Olivério Vieira de Souza e nessa casa celebrava missa, tendo também mandado fazer os alicerces que ainda agora se vêem em frente a êsse lugar.

Dizia-se que o primeiro pároco que houve aqui foi um frade franciscano, de nome Pedro Agote.

Não se cogitava de política. Mais tarde é que José Mendes da Costa Rodrigues, perante o cirurgião Luís, da Armação, andou tratando disso e se começou a falar em partido Judeu (liberal) e Cristão (conservador).

Os divertimentos consistiam em fandango, sarrabalho, jogos de cartas e corridas de cavalos, que a princípio se realizaram por onde está o meio da rua Dr. Lauro Mueller e depois na praia próxima, até a Fazenda.

De vez em quando vinha de Barra Velha, tocar viola, cantar e dançar por aqui um tal Martinho Cardoso. Vou ditar alguns dos versos que então se cantavam.

Termino cumprindo o grato dever de dar mais informações acerca do Coronel Agostinho Alves Ramos, justamente considerado o primeiro homem de Itajaí; era carioca e viera, havia muito anos, casado com uma senhora portuguesa; não tinha filhos; sabia muito bem ler e escrever e se mostrava bastante instruído; tudo que aqui se fazia, tendo em vista o adiantamento ou bem estar geral, era por iniciativa ou com o auxílio dêle e quase tôda a gente se aconselhava com êle; dava atenção a quem quer que o procurasse, por mais humilde que fôsse; quando havia necessidade de fazer alguma comunicação, ou pedir alguma providência à autoridade ou pessoas de influência em Destêrro, êle é que se encarregava disso; em Destêrro, Rio de Janeiro e outras partes quem queria alguma coisa de Itajaí, a êle é que se dirigia; parece-me que nunca exerceu cargo de eleição popular ou de nomeação do governo, a não ser o de oficial da guarda nacional; tinha olaria e lavoura no lugar que já indiquei; figurava como negociante matriculado, mas quando o conheci, o seu negócio quase se limitava à exportação de pranchões de cedro; a esposa morreu em 1850; êle em setembro de 1853, tendo tido um ataque parecido com o que sofrera, havia anos, ficou sem sentidos; veio de Pôrto Belo um cirurgião belga, de nome Pedro Jamar Pletting, foi sangrado, perdendo mais de uma bacia de sangue e morreu umas duas horas depois da sangria; a 16 do mesmo mês e ano; assisti a tudo isso, porque, sendo eu casado com a afilhada dêle, costumava frequentar-lhe a casa; além disso, como guarda nacional que eu era, tive de velar o corpo; corria com insistência que deixou dinheiro e que se não apareceu foi porque o surrupiaram.

Das quadras que o Sr. Antônio Flôres nos ditou, inserimos as seguintes:

Quem havia de dizer,
Quem havia de cuidar
Que êste Martinho Cardoso
Aqui viesse dançar.

Se os anjos do céu soubessem
O “feliz” que gôsto tem,
Desciam dos céus à terra
Dançar o “feliz” também

O amor da mulatinha
É uma pomba ferida
No ar derrama seu sangue,
Cái no chão, acaba a vida.

Uma senhora me disse,
Outra me mandou dizer
Que eu não andasse de noite
Que me queriam prender.

Não tenho medo da morte
Porque sei que hei de morrer,
Tenho medo de traição
Que me poderão fazer.

Mandei dizer à morte
Que me viesse buscar,
Como ele está tardando,
Vou morrendo devagar.

Quero abrir o meu peito
Mas me falta um canivete
Quero meter dentro dalma
Quem dentro dalma me mete

Dizei-me onde morais
Onde é vossa freguesia
Que vos quero visitar
De cada semana um dia

Quando não te conhecia

Nada de ti se me dava
Sem pensamentos dormia
Sem cuidados acordava

Quatro com cinco são nove
Para doze, faltam três.
Se te faltei algum dia,
Aqui me tens outra vez.

Graças a Deus que avistei
O que avistar não podia,
O claro sol desta terra
Que vem dar a luz do dia.

Dentro do meu peito tenho
Um senhor crucificado,
Quem tiver raiva de mim
Morrerá excomungado!

Nasci fôrrô, sou cativo
Dá-se caso semelhante
Sou fôrrô na liberdade
Sou cativo quando amante

Se eu soubesse que te amando
Pena te havia causar
Nem brincando te amaria
Para te não ver penar.

Dormindo, estava sonhando
Que me morria meu bem.
Acordei pedindo à morte
Que me levasse também.

1910 - O ouro no Valle do Itajahy. Novidades – 02 de outubro de 1910. Página 02.

A existência de filões auríferos nas cabeceiras do Itajahy nos é revelada desde o anno de 1651.

Nas imediações do Tayó estava a minerar ouro Salvador Pires, filho de Francisco Dias Velho Monteiro, fundador da Villa de Desterro, quando recebeu noticias de que a povoação fundada por seu pae havia sido atacada por piratas e que o mesmo havia sido morto.

Em 1727, quando foi empreendida a abertura do caminho que deveria ligar Laguna a Curityba, e que teve inicio em Fevereiro, partindo dos Conventos e subindo a serra do mar, falla-se novamente das minas do Tayó e assim se expressa o sargento mór Carollana Francisco de Souza Faria, encarregado da dita abertura, na noticia que deu ao P. Mestre Diogo Soares encarregado de levantar mapas, etc..... “Das Tajucas (B. Joaquim da C. Serra) fui sempre acompanhando a mesma Serra do Mar, e achando sempre campos com alguns capões de matto e não poucos ribeirões, até chegar ao grande Cambiera, ou morro de S. Anna, fronteiro a Ilha de Santa Catarina, n’este me foi preciso gastar alguns dias para abrir um grande matto que teria seis léguas de comprido, e aberto dei com um rio, a que chamei S. Luzia.

Deste rio segui viagem para os campos, e passando algumas restingas de matto dei com outro campo mais alto e alegre de donde avistei um morro, que pelo roteiro que levava dos Certonystas antigos julguei ser o rico e sempre procurado morro Tayó, e o mesmo pareceu ao meu Piloto; bons desejos tive de os socavar, mas a fome e miséria em que nos vinmos todos, nos obrigou não só a deixar o morro, mas ainda a mesma serra do mar, pela muita aspereza com que um e outro nos ameaçava, e assim fugindo a morte, e abrindo um caminho por mattos grossos, distancia de quatro léguas, sahimos com não pouco trabalho nas primeiras cabeceiras do rio Uruguay, e passámos nelas com duas braças de largo.”

O roteiro que levava esta expedição diz desta Serra Negra caminho de Leste não poderão errar o morro chamado Tayó, que é o que se vae buscar. Pelo pé da Serra Negra corre um ribeirão que vae buscar as cabeceiras do dito morro Tayó, o qual morro é baixo, redondo, e agudo com sua campina ao pé, e tem este feitio.

Tem tambem sua campina da banda do Norte e da banda do Sul matto grosso carrasquenho, pelo pé deste morro podem buscar ouro: - quando se queiram alongar para os mattos do mar, não seja pela parte do Sul, seja pela parte do Nordeste, que d'ali manam as cabeceiras todas do Itajahy mirim que não poderão deixar de achar ouro.

Estas são as chamadas minas de Inhanguera tão afamadas como as antigas, e ficam no sertão da Enseada das Garoupas e Ilha de Santa Catharina.

Muitos outros documentos poderíamos citar provando a existencia de ouro e prata nas cabeceiras do Itajahy, contentamo-nos, porem, em trazer a publico uma carta que escreveu o fundador de Lages Antonio Correia Pinto em 21 de março de 1783, e por poucos conhecida. Eil-a.

“Sr. João Baptista Floriano.

Amigo e sr. Na Cidade de S. Paulo, falando eu proxicamente com Thomé de Almeida da Faxina sobre materiais mineraes no certão da V^a. Das Lages o dito me informou, que vm, e seu filho Gaspar em companhia de um Mánoel Visente entrarão pela marinha no rio Tajahi acima, onde toparão boa pinta de ouro, o que não duvido pelas tradições antigas, e exames de outras pessoas, que calcularão outras parages, e as mesmas em que falamos a muitos annos [...] como nestas deligencias tem havido muitas variedades de noticias, e como de presente sou encarregado pelo exmo. Sr. General p^a. as ir verificar verdadeiras nos exames que pretendo mandar por pessoas suficientes, se me faz muito preciso suplicar a vm. me faça a honra de informar-me o que souber da realidade destes resp^{to} sendo certo ter v^m. feito a referida entrada pelo mesmo rio; os dias que n'elle marcharão, em canoa ou por terra, os braços do rio que seguirão a parte do Sul, ou do Norte, a ponta que descobrirão: p^o. que a sua informação confira com aq. tenho da bandeira que expedi d'aquelle certão pelo mesmo rio abaixo, onde acharão no decurso de doze Ligoas pelas margens do mesmo rio. Lemitada faisqueira de ouro e tambem pelos accidentes que se moveram n'aquella oceazião de oposiçoins de governos daquelle certão, e movimentos de guerra. Cheguei a este citio de meu cunhado o sargento mór Antonio Roiz de Oliveyra a cinco dias, onde me acho molestado, motivo porque não sou pessoalmente o p^{of}. desta para praticar com v^m mais largamente sobre esta matéria, e juntamente a convidar a v^m. para o mesmo intento, quando tive-se lugar

chegar v^m. daquelas partes quando v^m. por cá na deligencia em que tem andado não achasse melhores interesses e quando menos sempre de lá traria algumas cavalgadas não achando melhor conveniência, e sobre esta matéria desejava antes de sahir daqui falar com v^m. podendo no possível de hoje the amanhã chegar a este citio por me fazer mês.

Hé o quanto tenho de expressar av^m. aq^m. apetesos completa saúde pro m^s. a^s. q. D^s. felizmente ge. Citio de Aracarig^{ma}. 21 de março de 1783. De V^m.

O mais obsequioso crdo – Antonio C. Pinto.”

1920 – Centenário de Itajahy – Brilhante comemoração. A República. Florianópolis. 09 de outubro de 1920. Capa.

Promettem ser brilhantíssimas as festas com que a população de Itajahy commemorará nos dias 10, 11 e 12 o primeiro Centenario da fundação daquela cidade.

Informações que nos chegam, adeantam que ha ali grande animação popular.

Estão sendo construidos bellissimos arcos, levantados coretos e barraquinhas.

As principaes ruas e praças apresentarão ornamentação caprichosas (sic) e ostentarão profusa illuminação electrica

Nas casas de familias ha grande azafama.

Rara é a casa que não tem a sua fachada bem tratada para as festas do Centenario.

Do interior e dos municipios visinhos já estão chegando ao Itajahy innumer as familias e cavalheiros.

O programma das festas, organizado definitivamente pela Commissão Central, é o seguinte:

DIA 10

Ás 4 horas – Salvas e alvorada pela banda da Força Publica do Estado.

Ás 9 ½ horas – Grandes regatas, em que tomarão parte os clubs desta cidade e os de Florianopolis. Disputa da taça Centenario instituida pela Superintendencia Municipal.

Ás 16 horas – Concerto musical no jardim da Praça Vidal Ramos.

Ás 21 horas – Grande baile no salão Guarany pelos Clubs de regatas desta cidade.

DIA 11

Ás 9 horas – Assentamento da Cruz do centenario no alto do morro do Rodi e em seguida missa campal no mesmo local. Durante o dia fetejos populares e jogos nas barraquinhas improvisadas em diversas ruas

às 20 ½ horas – Festival no Guarany em beneficio dos cofres da commissão do centenario.

DIA 12

Às 9 horas – Lançamento e benção da pedra fundamental da nova igreja Matriz na praça Republica e em seguida missa campal no mesmo local.

Às 15 horas – Lançamento da pedra fundamental do novo palacio municipal na praça Republica.

Às 19 horas – Sessão solemne no paço municipal e conferencia allusiva ao acto pelo sr. Superintendente.

Às 21 horas – Cinema ao ar livre na praça Vidal Ramos.

Às 21 horas – Bailes em diversos edificios sociaes.

A banda de musica da F. Publica segue para Itajahy

Cedida pelo Exmo. Sr. Dr. governador do Estado, segue hoje, no rebocador ‘Eolo’, para Itajahy, onde vae abrilhantar as festas do Centenario, a excellente banda de musica da Força Publica.

S. Ex. faz se representar nas festas

S. Ex. o Sr Dr. Hercilio Luz, Governador do Estado, faz-se representar nas festas do Centenario do Itajahy, pelo seu digno Secretario da Fazenda, o competente e illustre funcionario sr. major Gustavo da Silveira e pelo seu distincto Secretario interino do Interior major Elpidio Fragoso, que amanhã seguem para aquella localidade.

1923 - A Pequena Pátria - discursos e conferência. Marcos Konder. São Paulo: Melhoramentos, 1923. Páginas 15-26

Conferencia lida pelo sr. Superintendente municipal Marcos Konder na sessão solemne do Conselho municipal de 12 de Outubro de 1920, em commemoração ao centenario da fundação da Itajahy.

Exmos. srs. presidente e mais membros do Conselho Municipal.

Exmos. srs. representantes do governo do Estado.

Exmos. srs. delegados dos municipios do valle do Itajahy.

Minhas senhoras, meus senhores.

Ha tres dias que vimos festejando, entre musicas e flores, o centenario da fundação do nosso querido Itajahy; ha tres dias que duram as expansões de justa alegria e de legitimo entusiasmo, com que os itajahyenses e os não itajahyenses aqui radicados andamos commemorando o primeiro seculo do alvorecer destas paragens para a civilização e para o mundo. Festas sem pompas e sem fausto, é verdade, simples e modestas, como nós mesmos, mas que em sua singeleza traduzem bem a nossa alma sincera e pura de sertanejos, constituem um reflexo e uma homenagem expressiva à memória de Vasconcellos Drummond, cuja vida gloriosa se assignalou sempre por uma série de actos de modestia, de obscurecimento da sua personalidade, personalidade por mais de um titulo illustre e benemerita.

Mas, este triduo festivo não podia terminar condignamente sem que o Conselho e o executivo municipal, que representam o governo deste povo, se reunissem em sessão solemne para deixar gravado nos annaes desta Casa, em documento menos imperecível, a passagem deste acontecimento extraordinário, cujo segundo centenário só os nossos bisnetos lograrão commemorar. A fragrancia das flôres, o viço das palmeiras, a harmonia dos sons, o ribombar das salvas, os pendões fluctuando, ao vento, os estandartes balouçados e beijados pelas nossas brisas, a solemnidade das nossas missas campaes, o entusiasmo dos nossos jogos, a palavra dos nossos oradores, os editoriaes das nossas gazetas, a alegria communicativa dos nossos bailes, a belleza das nossas meninas e moças, enfim tudo o que constituiu o encanto e o esplendor do nosso

Centenario terá passado, será apenas uma vaga recordação dos tempos idos. E o esquecimento, como um manto funereo de destruição e de morte, talvez tudo cobrisse, se nas paginas frias de um livro, que é a synthese da nossa vida publica, não ficasse para sempre assinalado este acontecimento, demonstrando aos posteros o nosso amor ao Itajahy, o culto sagrado das nossas tradições e do nosso passado. Mas, ai de mim! quiz a sorte que recahisse sobre o mais obscuro dos itajahyenses, despido de quaesquer predicados de aloquencia, indigente em recursos de linguagem, a tarefa sublime que a sua penuria intellectual desmerece, de fazer reviver aos vossos olhos o Itajahy de cem annos atraz, de evocar a figura grandiosa e varonil de Antonio Drummond e de todos aquelles que pelo seculo afóra collaboraram no desenvolvimento desta terra. Já que os nossos recursos não permittiram o erigir-se um monumento commemorativo do nosso Centenário, esta lacuna poderia suppril-a, talvez com vantagem, uma oração lapidar, em que o genio de um orador de raça imprimisse a meia duzia de palavras a estrutura impercível do bronze, a grandeza esculptural e eterna do marmore, a sublimidade genial dos sentimentos e das idéas. Essa conferencia, que outro menos obscuro vasasse no nosso formoso idioma, seria um complemento vivo desta acta, a roupagem, mais do que a roupagem, o sopro creador dando vida e alma às phrases seccas e formaes dos documentos desta natureza.

Mas, em lugar dessa magnifica conferencia, deveis contentar-vos com a insignificancia desta palestra, cheia de palavras e vasia de idéas, flôres que nasceram mirhadas e seccas e que, se de todo ainda não perderam o seu perfume, é porque um halito as anima: o sacrosanto amor que dedico a esta pequenina terra, tumulo de meu pai, berço meu e berço de meus filhos.

O historico da fundação

Meus senhores.

Em 1818 uma fragata aportou á ilha de S. Catharina, trazendo a seu bordo um joven diplomata, de fina educação e de descendencia illustre, cuja missão, sem fins visiveis, em nossa pittoresca ilha, vinha envolta em inexplicavel mysterio. Cartas especiaes acreditavam o jovem patricio junto ao governador da provincia para vir gosar nos ares puros e oxygenados da então Desterro uma licença de seis mezes. Mas, o licenciado não tinha o organismo combalido por molestia alguma, estava, pelo contrario, em pleno viço de uma saúde moça, de sorte que semelhantes férias deviam forçosamente ter outra origem. E de facto o tinham. É que Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond, assim se chava o jovem diplomata, era, além de um moço

de talento excepcional, um ardente patriota, cujo coração de brasileiro sonhava com a libertação do jugo portuguez. Dahi o ministro de D. João VI Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal despachar Drummond para as plagas catharinenses, afim de afastal-o da Côrte, onde as suas tendencias libertarias pareciam pôr em perigo o throno ambulante do soberano protuguez. Victima do seu indomavel espirito liberal, soffrendo com calma e estoicismo as agruras do desterro, Drummond não se entregou ao *dolce far niente* contemplativo das nossas belas e incomparaveis paizagens, mas tratou de converter o seu exilio em S. Catharina em uma estadia proveitosa e fecunda para a provincia, que o obrigava, e para a patria que elle tanto estremecia.

Estudioso infatigavel e excursionista apaixonado, elle explorou o littoral em quasi toda a sua extensão e ideou a abertura da primeira estrada de penetração para o planalto serrano. Eram excursões, já se vê, não de um viajor, ancioso por gosar panoramas ineditos, mas sim de um bandeirante, sem ambições outras do que as de estudar o melhor meio de abrir clareiras na matta virgem, de rasgar o sertão de estradas para levar o facho da civilisação a zonas selvagens e inexploradas, habitadas pelo gentio barbaro, ou em cujas praias vegetavam philosophicamente pescadores hespanhoes ou lusitanos. E de todas as terras que elle explorou, por mar ou por terra, a que mais prendeu a sua attenção de observador arguto foi uma região ao norte da ilha de S. Catharina, valle uberrimo e magnifico, servido e fecundado pelo maior rio do litoral, dotado de uma natureza luxuriante e soberba, região e valle que, dormindo ainda o somno multi-secular da incultura primitiva, aguardavam apenas o *fiat* do homem civilisado para desabrochar em esplendidas eclosões de messes e de bençãos. Drummond não se conteve e, attrahido por esse valle da promessa, concebeu desde logo um vasto e grandioso plano: o de colonisar as terras banhadas pelo rio Itajahy.

Mal regressou ao Rio, após sete mezes de estadia em S. Catharina, expôz ao governo o seu projecto. Perdurando seguramente ainda a vontade de manter Drummond longe do vasto scenario, onde as idéas libertarias, especialmente depois da revolução de Pernambuco, dominavam e agitavam cada dia mais o espirito da mocidade brasileira, Villa-nova approvou incontinenti os seus planos e mais que depressa deu-lhe meios e carta branca para a colonisação das terras itajahyenses.

Fôra isto em 1819, tinha então Drummond 25 annos. Chegado a S. Catharina e preparada com vagar e methodo a expedição memoravel, provida de tudo, inclusive dos elementos precisos para a construcção de um engenho de serrar madeiras e de um

pequeno estaleiro, Drummond singrou com a sua pequena flotilha em demanda da barra do Itajahy, em cuja foz ancorou para estabelecer a sua colonia em uma de suas margens.

Bem depressa a actividade e a energia dos primeiros colonos, sob a direcção criteriosa e intelligente do seu chefe, fructificaram. Armado o engenho em um dos ribeirões mais proximos, foram as mattas reduzidas a tóras e as tóras a taboado; os roçados transformados em sementeiras de milho e feijão. Simultaneamente trabalhava-se febrilmente na construcção do primeiro barco, a sumaca *S. Domingos Lourenço*, que, decorridos apenas doze mezes, deixava o porto de Itajahy em demanda do Rio de Janeiro, levando em seu bojo um carregamento de milho, feijão e taboado, o producto abençoado do trabalho dos primeiros itajahyenses.

Estavam assim conquistadas definitivamente para a civilisação as terras banhadas pela fóz do nosso rio e fundado o povoado, que deu origem á nossa pequena cidade.

Controversia historica

A data exacta da fundação não a consegui averiguar. A unica fonte, onde colhi os subsidios para esta desprerenciosa chronica, foram as “Anotações” feitas pelo mesmo Drummond á sua biografia, publicada em 1836 na “*Biographie Universelle et Portative des Contemporains*”. Por esse folheto se sabe que Drummond veio a S. Catharina pela segunda vez em 1819, especialmente para emprehender a colonisação das terras marginaes do Itajahy, aqui esteve, fundou povoados, construiu um barco e o despachou com um carregamento ao Rio de Janeiro. Foi ainda do rio Itajahy que elle mandou a madeira para a obra do museu do Campo de S. Anna, e mandou de presente, porque fôra cortada e serrada à sua custa. Mais tarde, elle propôz ao ministro Thomaz Antonio a abertura da estrada de S. Catharina a Lages e a desannexação da villa de Lages da provincia de S. Paulo para se reunir à provincia de S. Catharina. E regressou definitivamente para o Rio em 9 de Maio de 1821.

Pelo cotejo das datas de chegada e de regresso do illustre personagem à nossa ilha podemos concluir, porém, com certa logica que o inicio da colonisação do Itajhy se deu em 1820, ou ao menos com absoluta segurança deduzir que foi no decorrer daquelle anno que a colonia deu o seu primeiro signal de vida, estabelecendo com a exportação dos seus productos o primeiro contacto com o mundo civilisado. Antes de conhecer a obra de Drummond, este facto já nos tinha sido revelado pelo Padre Leonardo Stock, da Ordem dos Franciscanos, que, rebuscando assentamentos antigos da parochia, encontrára documentos que coincidem exactamente com as “Anotações” de

Drummond. Segundo a opinião de outros historiadores, Drummond devia ter encontrado aqui a família dos Arzões cuja fazenda estaria situada à estrada da barra, no lugar ainda hoje conhecido pelo nome de Fazenda. Mas, Drummond não menciona a existencia dessa família, naturalmente por se tratar de gente, que, tendo obtido essas terras por doação, em virtude de serviços prestados na guerra da Cisplatina, as mantinha aqui como méro objecto de especulação, sem culturas que denunciassem a verdadeira posse. A guerra pela annexação da Banda Oriental terminou em 1821, de sorte que, a ser verdade que a fazenda do Arzão constituiu um premio por serviços de guerra, a doação da sesmaria sómente depois de 1821 poderia ter tido lugar. O sr. dr. Jacintho de Mattos, no seu folheto “Colonisação do Estado de S. Catharina” publicado no governo do sr. dr. Felipe Schmidt sob os auspicios do secretario geral dr. Fulvio Aducci, menciona a fundação de uma colonia no rio Itajahy-assú no anno de 1836, mas não se deve confundir esta colonisação, feita rio acima, nos logares Pocinho e Belchior, com a criação do povoado, embryão originario da nossa cidade.

Apezar dos meus quasei nullos conhecimentos de historia catharinense, julgo não ser temeridade affirmar que semelhantes controversias e duvidas teriam razão de ser, se não possuísse-mos o testemunho escripto do proprio colonizador, que era um homem de bem e de character, incapaz de mentir ou de phantasiar. Podemos, portanto, tranquillamente acceitar Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond como o primeiro colonizador destas paragens, certos de que, se outro qualquer aqui esteve antes d'elle, não realisou acto algum, digno de ser assignalado como obra de conquista do homem civilisado.

O que foi Drummond como colonizador e como patriota

E elle foi um colonizador de facto. Homem profundamente culto, superior ao seu meio e á sua epoca, publicista emerito, não trepidou em abandonar o agasalho do gabinete e as commodidades da vida do Rio para vir metter-se no matto e arcar com o desconforto e os perigos da existencia sertaneja, guiado por um ideal apenas: o de prestar serviços à sua querida patria, creando novos elementos de producção e riqueza. Espirito brilhante, impregnado das theorias economicas em voga, elle soube applical-as na pratica com admirável descortino e rara elevação de vistas, realisando uma colonisação intelligente e moderna que póde ainda servir de modelo aos estadista de hoje. O cultivo do solo ao lado da industria extractiva da madeira e ambas amparadas no transporte facil e economico. O lavrador e o industrial produzindo com entusiasmo,

certos de que o seu trabalho não pereceria por falta de meios de comunicação e á mingua de mercados de consumo.

Elle não desmentiu o dito de Thomaz Antonio, demonstrára de facto possuir o *genio criador e o talento de governar*.

O bom colonizador era ainda, como já referi ligeiramente, um grande patriota.

Voltando ao Rio, depressa se viu envolvido nos torvelinhos da luta pela independencia. Coube-lhe a tarefa ardua e espinhosa de organizar e amparar o movimento libertario de Pernambuco, Bahia e outras provincias do Norte, missão esta que, apesar de todos os contratempos e riscos, soube levar a bom termo. Livre a patria brasileira, quando Drummond devia descansar e merecer o galardão pelos seus serviços desinteressados e uma paga pela ruina de sua saúde e fortuna, que elle sacrificára em beneficio da grande causa, obrigam-no as circunstancias a continuar na estacada para defender os interesses do novo regimen que os falsos patriotas e os adhesistas de ultima hora procuraram comprometter. Fundou então um jornal – “O Tamoyo” – onde a sua penna vibrante de pamphletario verberava sem piedade o procedimento inqualificavel dos trahidores da Independencia. Mas, esta sua coragem civica e a amizade que o ligava aos irmãos Andradas, especialmente a José Bonifácio, tiveram em breve por consequencia perseguições de todo genero, de sorte que não tardou fosse elle obrigado a fugir, refugiando-se no estrangeiro, afim de escapar á sanha de Dona Domitilla, a celebre messalina que então governava o Brasil.

Curtindo o pão amargo do exilio durante seis annos, em companhia dos irmãos Andradas, teve Drummond a compensação agradavel de verificar quanto o seu nome de cientista era acatado no estrangeiro. Privou intimamente com os maiores vultos da epoca; e as sociedades scientificas e as academias disputavam a honra de acolhel-o em seu seio. Assim é que elle foi escolhido membro da Sociedade de Mineralogia de Jena, do Instituto Historico de França, da Sociedade de Geographia e da Sociedade Asiatica de Paris, da Academia de Bruxellas, da Sociedade Litteraria de Gand, da Academia Real de Napoles, dos Arcades de Roma e de outras mais.

Mas, todas essas honrarias não conseguiram despertar no seu espirito o sentimento da vaidade, pelo contrario, continuou a ser o mesmo homem modesto e simples que recusou, logo após o seu regresso ao Brasil, o cargo de ministro da Fazenda, allegando não possuir capacidade para exercer tão elevado posto.

Eis ahi em synthese a vida gloriosa do excelso patriota, fundador de Itajahy.

Evocando a figura varonil e sublime de Antonio de Menezes Vasconcellos Drummond, rendamos à sua memoria as homenagens do nosso respeito e da nossa admiração, curvemo-nos perante a sua vida tão cheia de ensinamentos e porfiemos em imital-o nas virtudes civicas, em que elle jámais foi excedido – no amor e no zelo pelo Brasil.

1927 – O Municipio de Itajahy – physico, economico, administrativo, historico – monographia apresentada ao Congresso das Municipalidades em 29 de setembro de 1927. Marcos Konder. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1927. Páginas 24 – 27.

Itajahy foi fundado em 1820 por Antonio Menezes de Vasconcellos Drummond, jovem diplomata que o ministro de D. João VI Thomaz Antonio de Villa-Nova Portugal enviára em missão desconhecida a Santa Catharina, afim de afastal-o da Côrte, onde suas tendencias libertarias de jornalista e amigo dos Andradas o tornavam um elemento perigoso e indesejavel. Em torno de descobrimentos e descridores reina geralmente uma profunda controversia historica. A fundação de Itajahy não escapou a esta regra. Julgamos, no entanto, ter elucidado sufficientemente a questão na conferencia realisada por nós por ocasião do primeiro centenário de Itajahy, em 1929. Demonstrámos pelo testemunho escripto do proprio Drummond nas ‘Annotações’ feitas à sua biographia, publicada em 1836 na ‘Biographie Universelle et Portative des Contemporains’, que devemos admitir Drummond como o verdadeiro fundador de Itajahy e aceitar o anno de 1820 como a data mais provavelmente exacta da fundação. Os pescadores hespanhóes e portuguezes existentes na costa, principalmente para os lados de Penha, não tivêram intuitos de se fixar ao sólo nem praticaram acto algum de colonisação. Eram elementos instaveis, limitados exclusivamente à pesca erradia do mar. Nas mesmas condições se achariam os Arzões e outras familias que Drummond por ventura encontrasse pelas immediações da fóz do Itajahy-assú.

Drummond permaneceu na nova colonia cerca de dois annos, durante os quaes construiu num dos ribeirões proximos um engenho de serrar madeira e um barco, a sumaca S. Domingos Lourenço. Esta embarcação, a primeira deste tamanho construida nas margens do Itajahy, levou para o Rio de Janeiro um carregamento de milho, feijão e taboado, ‘o producto abençoado dos primeiros itajahyenses’. Proclamada a Constituição do Brasil, em virtude da revolução de 26 de Fevereiro de 1821, recebeu Drummond ordem do almirante Quintella, ministro do reino, para suspender as obras e retirar-se para a Côrte. Terminou assim a missão do fundador de Itajahy.

Sucedeu a Drummond na direcção da colonia, embora sem caracter official, o mais graduado do lugar, o coronel Agostinho Alves Ramos, mais tarde commissionedo para dirigir a colonia Itajahy, fundada em 1836 nos logares Pocinho e Belchior.

Em 1824 deu-se a criação do curato de Itajahy com a nomeação do seu primeiro vigario, o franciscano Frei Pedro Antonio de Agote. O terreno para a primitiva capella, construida de pau a pique, foi doado por José Coelho da Rocha e sua mulher Maria Coelho da Rocha e era o mesmo da actual igreja matriz. Em 1832 passou Itajahy, até então dependente de S. Francisco, para o domínio da Villa de Porto-Bello e a 13 de agosto de 1833 o administrador da provincia, Feliciano Nunes Pires, creava a freguezia do SS. Sacramento de Itajahy, cujos limites eram ao Norte o rio Gravatá e ao Sul o rio Camboriú. Em 1835 fundou-se a primeira escola publica.

Com a fundação da colonia Itajahy nos arraiaes do Pocinho e Belchior, iniciou-se então a verdadeira phase colonisadora das terras marginaes do valle do Itajahy. Em 1845, os belgas van Leede e os irmãos Lebon fundavam por sua propria conta em terras adquiridas ao tenente-coronel José Henriques Flôres, no lugar da actual Ilhota, a colonia belga, de tão ephemera duração. Em 1850, o dr. Hermann Blumenau, membro proeminente da colonia Itajahy, organisava a bandeira victoriosa que devia dar vida à mais prospera colonia do Sul do Brasil – Blumenau.

Este engrandecimento do territorio da freguezia e seu crescente povoamento exigiam naturalmente maior autonomia para tornar o seu desenvolvimento mais proveitoso e mais efficaz a sua administração. Não tardou fossem estas justas aspirações stisfeitas. A lei n. 464, de 4 de abril de 1859, creava o municipio de Itajahy (...)

1928 – Historia Catharinense – A proposito de ARZÃO. Tito Carvalho. A República. 22 de janeiro de 1928. Pagina 02.

Sempre pensei que Arzão fosse francês (Arzam), mas as notas que, felizmente, me chegam, arrancaram-se ao êrro.

Foi o sr. Henrique Fontes quem me tocou no assumpto, referindo-se a duas cartas trocadas entre os srs. Carlos Pereira e o sr. Luis Gualberto, esclarecido pesquisador da nossa História e ainda a um trecho do historiador Lucas Boiteux.

O assumpto parecerá enfadonho. Mas, não o é, pelo seu valor e pelo interesse com que se procura conhecer o nosso passado.

Não sei se commetto alguma cincada: Estou, contudo, em que deve haver qualquer relação entre o Arzão a que me referi ha pouco e ess'outro João Rodrigues Arzão, se ambos não foram a mesma pessoa.

Ou isso, ou as minas de ao pé da serra Imaruhy serão uma fábula, apesar do roteiro já citado.

Satisfaz-me, todavia, transcrever as duas cartas alludidas, que reputo interessantissimas.

Esl-as:

Presado amigo e sr. dr. Gualberto. – Florianopolis. Saudações.

Como o sr. tenha muitos caracteristicos que o approximam de Capistrano de Abreu, especialmente em fornecer dados historicos de que outros se aproveitam sem a menos dizerem a fonte de que se aboeraram, o que, aliás, eu não farei, desejava que me dissesse alguma coisa sobre esse João Dias de Arzão, que, segundo o seu estudo sobre a fundação de S. Francisco, foi estabelecer-se em Itajahy, e, segundo a sua apreciação critica sobre a Pequena Historia Catharinense, de Lucas Boiteux, - partiu numa bandeira até as fraldas de Buenos Ayres.

Diz o sr. Marcos Konder que segundo a opinião de outros historiadores, Drummond devia ter encontrado aqui (em Itajahy) a família dos Arzões, cuja fazenda estaria situada à entrada da barra, no logar ainda hoje conhecido como Fazenda. Mas,

Drumond não menciona a existencia dessa familia, naturalmente por se tratar de gente, que, tendo obtido essas terras por doação, em virtude de serviços prestados na guerra da cisplatina, as mantinha aqui como méro objecto de especulação, sem cultura que denunciasses a verdadeira posse. A guerra pela annexação da Banda Oriental terminou em 1821, de sorte que, a ser verdade que a fazenda do Arzão constituiu um premio por serviços de guerra, a doação da sesmaria sómente depois de 1821 poderia ter tido lugar.

Como vê, ha em tudo isso um anachronismo ou uma coincidencia interessante, do apparecimento de dois Arzões em Itajahy, - do companheiro de Lourenço de Andrade, em 1658, e do que fez a guerra da cisplatina, conforme o sr. Marcos Konder.

Estou interessado pela historia da fundação de Itajahy, em virtude de ter encontrado na obra de Max Fleiuss – *História Administrativa do Brasil*, separada do *Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil*, - entre outros serviços de ordem administrativa prestados ao paiz por Thomaz Antonio, ministro de d. João VI – a fundação da colonia de Itajahy, cujos primeiros habitantes foram 100 soldados portuguezes do 12º batalhão, de que era commandante o então coronel Madeira, destacado em Santa Catharina, vencendo esses colonos militares \$160 diarios no primeiro ano, \$080 no segundo. Era projecto de Thomaz Antonio reduzir a primeira linha do exercito portuguez a 15.000 homens a dar baixa aos restantes para serem empregados no Brasil como colonos.

Peço-lhe informar-me tambem o que Drumond veio fazer em Santa Catharina.

Quanto mais o tempo passar e mais me interesso pelos estudos historicos, em que já agora me enredei, tanto mais lamento ver-me privado de sua convivencia de mestre e de sua preciosa bibliotheca. Que poderei fazer de valia, sem possuir o material necessario? Aguardava, como promettera, que ahi, noutro meio e com mais descanso, fosse publicando a rehabilitação do *Cabecinha*; as aventuras do fujão do cap. mór Tavares de Miranda, que morreu de bexigas no Rio, após a ‘*gaffe*’ que déra, de apresentar-se ao vice-rei em grande gala, estando a côrte de nojo, e outras coisas tão interessantes que continuam ignoradas. Ainda, porém, não perdi essa esperança, e quem sabe se um dia o prezado amigo não nos surprehenderá com essa publicação? ...

Aguardando os seus esclarecimentos sobre os pontos acima expostos, peço desculpar-me a importunação e apresentar aos seus nossas recommendações. Abraços. Do am. certo e discipulo – *Carlos Pereira*. São Francisco, 20 de outubro de 1927.

Carlos Pereira

Saudações.

Vou ver se hoje posso responder a carta que me escreveu com data de 20 de outubro.

A proposito do Arzão, tenho que dar uma explicação e agradeço a v. de ter provocado o que ha muito desejava fazer.

Ao escrever a noticia sobre a fundação de S. Francisco, disse que Arzão Fôra para Itajahy. Esse assêrto era fundado em uma folha de autos antigos, onde li Itajahy por Acarahy, como estava no texto.

Só muito depois é que descobri o engano e por ter usado de todos os meios ao meu alcance para ler o manuscrito seiscentista.

Hoje posso, mais ou menos, reconstruir a historia dos Arzões de S. Francisco.

João Dias de Arzão possuia um sítio ou fazenda na Barra Grande, sitio que depois passou a pertencer a Francisco Gomes Galharado e sua mulher Anna Vieira, que depois o venderam a Francisco Dias Bello, natural desta cidade e filho de Christovam Dias Bello, natural de Gran-Canaria e que foi o tronco dos Bellos, cuja descendencia v. deve ter conhecido.

João Dias do Arzão ahi morou por largo tempo.

Provavelmente foi deste João Dias de Arzão, que o morro do João Dias tomou o nome, que assim nada tem que ver com João Dias de Solis, como acreditam alguns.

João Dias de Arzão era filho do cap. Pedro Dias Botelho e Maria Henrique, era casado com Maria Pedroza e pae de Domingos Francisco Francisque – o Cabecinha.

Foi assassinado por um carijó da administração de Manuel Dias Velho. Segundo o depoimento de Domingos Jorge Chaves, no inquerito que o desembargador Raphael Pires Pardino mandou abrir alguns annos depois da morte de Arzão, que occoreo em 1698, diz elle que ouvira contar na casa de Manuel Dias Velho que Arzão tinha vindo à casa deste *tirar umas razões* com elle e estando ambos altercando, João Dias no terreiro e Manuel Dias Velho da parte de dentro da casa, vio vir Ascenço Dias, filho bastardo de João Dias, armado e vendo Manuel Velho, que tinha para o matar deu de mão a uma espingarda, recebendo nesta occasião um tiro que o matou.

Um caboclo carijó, do defunto Manuel Velho, vendo seu amo morto, pegou por sua vez de outra espingarda e fizera tiro em João Dias de Arzão e logo fugira.

Os filhos de João Dias de Arzão o levaram para a casa e ainda viveo dois ou tres dias, depois do tiro.

Sabendo Ascenço Dias que o rapaz que havia assassinado seu pae se tinha refugiado em Guaratuba, sahiu de seu sitio para matal-o.

O depoente diz que elle não tinha visto a morte do rapaz Carijó, mas que Ascenço Dias lhe assegurara que o havia morto para vingar seu pae. Este é o Arzão de S. Francisco, e da *devassa jaueirinha*, mandada ahi tirar pelo Ouvidor.

Consta nessa devassa, uma nota pitoresca escripta por Pardinho.

Havia antigamente o uso de, no primeiro dia do anno, ao rufo de tambor, no largo principal da villa e muitas vezes em frente à Camara Municipal ou defronte ao *pelourinho*, reunir-se o povo e perante o juiz ordinario depor cada qual sobre o procedimento dos representantes das justiças da villa de que se lavrava um termo. N'uma dessas devassas, a de 1681, Affonso Ortegas, articulou que o juiz João Dias de Arzão que andava à frente de seu alardo, sargenteando a companhia, deste ouvira dizer que não andava composto. O Desembargador Raphael Pires Pardinho, em correição na Repartição do sul em 1720, sublinhou as palavras *não andava composto* e fazendo uma chamada escreveu a nota seguinte: não andava composto, quer dizer, bebado como um sargento. ...

Ha ainda um outro Arzão, Matheus de Arzão. Constava que este sertanista havia extrahido ouro do morro Tayó e ainda em 1829 a Camara Municipal da villa do Desterro, informava ao Governo da provincia que no *Sertão do Itajahy Matheus de Arzão tirara ouro de muito boa qualidade*, segundo o que se sabia tradicionalmente.

A fama do ouro do morro Tayó e as riquezas do valle do rio Itajahy, pela fertilidade de seu territorio, eram geralmente admittidas.

Todas essas circumstancias determinaram as medidas tomadas por Villa Nova Portugal, que mandou explorar o Valle do Itajahy e descobrir o morro Tayó, famoso pelas suas jazidas mineraes, como constava pela exploração de Matheus de Arzão, em tempos passados.

Cheio dessas idéas e animado dessa propaganda em colonizar o Brasil por colonos europeus, de qualquer procedencia, encontrou Thomaz Antonio forte opposição, principalmente por parte do elemento português que não admittia a colonização por outros povos, entendendo que essa colonização era contraria à integridade da monarchia.

Havia também, além disto, o preconceito religioso, não queriam aceitar absolutamente a colaboração dos protestantes e tudo isto, embaraçava a acção de Villa Nova Portugal, não podendo obter como parece, desejava, uma larga corrente immigrantista para o Brasil e principalmente para Santa Catharina.

Procurou então contemporizar pondo-se assim a coberta dessas injunções. E nessas condições mandou explorar o rico valle do Itajahy.

Pela citação da sua carta vejo que v. conhece o facto e posso adiantar que todas essas noticias foram colhidas no 'Brasil Reino e Brasil Imperio', de Mello Moraes, de onde tambem colhi muita cousa, sendo hoje essa publicação rico manancial de factos interessantes.

Drummond, não desejava seguir para a Europa, allegando até que se o julgassem culpado, mandassem abrir inquerito a respeito e se elle sahisse culpado nessa devassa devia ser preso; que não se conformava porém em seguir commissionedo para a Europa.

Afinal ajustaram que elle seguisse para Santa Catharina e o nomeiou para exploração do rio Itajahy e foi neste character que elle veio para o Sul.

Vasconcellos Drumond, tinha voltado de Pernambuco, onde se dizia que elle na qualidade de pedreiro livre, estava alistado entre os que tramavam contra a monarchia e ao chegar ao Rio de Janeiro, encontrou muito generalizado o boato que attribuia a seus inimigos; Villa Nova Portugal, embora o tivesse recebido com muitas demonstrações de estima desejava que elle seguisse para a Europa, e deu-lhe mesmo uma colocação em Londres.

Drumond não a quiz aceitar e foi nesta occasião que se deu o incidente já referido. Veio então tomar conta da Colonia de Itajahy, onde no prazo de pouco tempo em que à frente della esteve por ordem do ministro Villa Nova Portugal, poude prestar algum serviço. Mandou construir à margem do Itajahy-Mirim uma serraria para aproveitar as madeiras abundantes nesta região e construiu a sumaca 'S. Domingos Lourenço' que foi a primeira embarcação d'aquelle lote que passou a barra do rio Itajahy carregada de feijão, milho e taboado para o Rio de Janeiro.

Do rio Itajahy, refere Drumond, mandei a madeira para a obra do Museo do Campo de Sant'Anna e mandei de presente, porque era cortada a serrada à minha custa. (Historia do Brasil Reino, pag. 102).

A planta da futura povoação que tomaria o nome de cidade de S. Thomaz de Villa Nova, foi levantada pelo cel. de engenheiros Antonio José Rodrigues.

Aconteceu com essa colonia o que succedeu com a de Ericeira, situada em Porto Bello, mandada crear por D. João VI, na enseada das Garoupas, tendo por encarregado o chefe de esquadra Mello Alvim e povoada por 101 colonos, vindos da Ericeira.

A maior parte destes colonos, diz Almeida Coelho, parece que só veio para vencer as diarias e vender os utensilios da lavoura e pesca que recebeu.

Muitos a quem se deram essas casas com commodos sufficientes, um quadro de 30 braças de terras no arrayal para chacara e cem braças de terras de frente de boas terras virgens, com fundos bastantes pouco arredadas da colonia, não se deram aos trabalhos, para que se mandaram vir, ou que se devia esperar, segundo as profissões que se suppoz terem no seu paiz: tornaram-se quasi todos, assim póde dizer-se mascates e taverneiros, vendendo por preço diminuto as suas propriedades, até abandonando-as inteiramente (Almeida Coelho).

Em 1820 mandou o mesmo Rei, D. João VI, que do 2º batalhão do Regimento n. 12 de Portugal, que então se achava na Provincia, vindo da Bahia, sob o commando do cel. Luiz Madeira de Mello ficassem com baixa de 80 soldados para povoadores da mesma colonia e das Caldas do Rio Cubatão.

Aconteceu com estes o mesmo que com os Ericeiros, demorando-se apenas o tempo necessario para receberem as diarias. Fizeram-se alguns caixeiros e outros retiraram-se para Portugal, levando o producto da venda que fizeram do lhes foi doado.

O Arzão que foi à testa da bandeira que seguiu até às fraldas de Buenos Aires, onde encontrou muitos trilhos dos padres da Companhia que andava correndo a costa por terra, era João Rodrigues de Arzão, que forneceu ao tenente general Jorge Soares de Macedo um negro, lingua da terra, em 1679, ao tempo em que este tenente-general, tinha vindo com D. Rodrigo de Castel Branco, examinar as minas de prata do Sul de Paranaguá e elle, general, trazer elementos para fundar a colonia do Sacramento.

Tem ahi v. os elementos para formar um rapido juizo de como se constituiu o nucleo do Itajahy e uma noticia summaria do que foram os Arzões em Santa Catharina. Isto de linhagem e genealogia é estudo por ora aqui desconhecido e quem quizer aprofundal-o é preciso fazer tudo.

Com estima,

2-12-1927.

Luis Gualberto.

[Obs: Parte da carta de Luiz Gualberto a Carlos da Costa Pereira foi publicada por Carlos da Costa no livro ‘Viagem à Provincia de Santa Catharina (1820) de Auguste de Saint-Hilaire. Pag. 36-8]

1932 - A colonização do Valle do Itajahy (notas para a historia do povoamento e cultura do valle do maior rio do litoral catharinense). José Ferreira da Silva. Blumenau: Correio de Blumenau, 1932. Páginas 07-18.

Itajahy-assú, nome pelo qual é conhecido o maior rio do litoral catharinense, significa o grande “Rio dos Tayás”. [*Ler, a esse respeito, “Estudo onomastico; Itajahy, ou antes Tayahy, “Rio dos Tayás” do dr. J.A. Padberg Drenkpol – do Museu Nacional, Rio – apud Revista de Philologia e de Historia vol. I, pag. 427-442.*]

Toma esse nome depois da confluencia dos dois grandes braços, o Itajahy do Sul e o Itajahy do Oeste, na villa de Rio do Sul, séde de futuroso municipio que até 1930 fazia parte do de Blumenau.

[...]

Desde os primordios da colonização de Santa Catharina o Itajahy attrahia a atenção dos exploradores.

Delle já se fala nas chronicas do tempo de Dias Velho, o fundador de Desterro e povoador da ilha.

Quando esse colonizador foi assassinado pelos piratas hespanhóes, diz-se que um de seus filhos se encontrava ausente da ilha, “tirando ouro nos morros do Tayó e nas margens do Tajahy”.

Affirma-se que o primeiro morador do valle do Itajahy foi João Dias de Arzão que se estabelecera no local ainda hoje conhecido por “Fazenda” perto da fóz do grande rio.

Esse Arzão, parece que chegou com o povoador da ilha de São Francisco, Manoel Lourenço de Andrade, por volta de 1658, indo primeiramente estabelecer-se no Acarahy e passando depois ao Itajahy.

Essa Afirmação encontra apoio no que Paulo José Miguel de Brito escreveu mais de um século depois:

“O porto de Itajahy he pequeno e pouco frequentado por não haver ali povoação, mas he seguro e abrigado e póde vir a ser de transcendente utilidade: a sua entrada he entre o pontal do Norte e a ponta Cabeçadas do lado Sul, com seis a sete braças de fundo; o canal he estreito e deve demandar-se com vento e maré favoraveis; o ancoradouro tem o sobredito fundo e he defronte de uma fazenda de lavoura chamada do Arzão, unica que com casa ali se encontra.” [*Paulo José Miguel de Brito “Memoria Politica sobre a Capitania de Santa Catharina” escripta em 1816.*]

Sabe-se também que, por volta de 1790, veio estabelecer-se nas margens do Itajahy, não muito afastado da costa do mar, Alexandre de Azeredo Leão Coitinho, com sua mulher e alguns escravos.

Esse Coitinho deixou larga descendencia.

Em documentos datados de 1793 constatamos a presença de outros moradores, com roças e culturas, entre a confluencia do Itajahy-mirim no grande Itajahy, e o mar.

Taes moradores compunha-se das familias de Sylvestre Nunes Leal Corrêa e de José Corrêa de Negreiros.

Um requerimento dirigido, naquelle anno, ao governador da Capitania, dizia o seguinte:

“Diz Sylvestre Nunes Leal Corrêa, morador do Rio de Tajahy, que elle é senhor e possuidor de quinhentas braças de terra com mil e quinhentas ditos no braço do mesmo rio denominado o Tajahy Mirim, cujas terras houve por compra feita a Feliciano Guterrez e Manoel de Souza Sarmento, que as possuiam pelos documentos juntos e porque querendo o supplicante medir e demarcar as ditas duas concessões da sua compra para nellas entrar e cultivar, acha em uma dellas introduzido o sr. José Correia de Negreiros que sendo eréo estando medido e demarcado na sua concessão duzentas braças de terras de frente, se alargou e foi botar fóra de seus marcos em as terras do supplicante uma derrubada só afim de usurpar aquelle terreno e inquietar o supplicante a quem elle pertence pela dita compra; motivos porque vem o supplicante rogar a V. S. se digne mandar que qualquer demarcador passe o referido logar a verificar e medir as terras da

concessão do supplicado Negreiros, na fôrma que já lhe foram demarcadas pela Capm. José Rebello e que depois meça e demarque as terras que o supplicante comprou para que ambos fiquem vivendo com quietação e socego, cada um no que é seu legitimamente. Com commissão de tempo para que o supplicado se não chame a ignorancia pois de longas demoras se segue graves prejuizos não só ao supplicante que quer trabalhar para sustentar sua familia senao tambem aos dizimos e direitos Reaes pela falta e demora da agricultura naquelle terreno, motivos porque, P. a V. S. seja servido deferir ao supplicante na fôrma que requer”.

Despachado o requerimento pelo governador, foi o terreno medido e demarcado por Manoel Antonio Tavares que lavrou um termo merecedor de ser aqui transcripto, não só a titulo de curiosidade mas porque é talvez o documento official mais antigo referente ao Valle do Itajahy:

Manoel Antonio Tavares, Tenente e commandante da nona esquadra da cavallaria auxiliar do Districto das Canas Vieiras e Demarcador actual de terras de sesmarias pela fazenda Real. Certifico que fui ao lugar do rio de Itajahy mirim a medir e demarcar duzentas e cincoenta braças de terras de frente com mil e quinhentas de fundos, concedidas a Feliciano Guterrez como tambem medir mais duzentas e cincoenta braças de terras de frente com mil e quinhentas de fundos concedidas a Manoel de Souza Sarmento, em virtude das concessões que dellas fez o Srnr. Governador que foi Francisco de Barros e por ordem do Procurador da Fazenda Real cujas terras são hoje do suplicante Silvestre Nunes Leal Corrêa as quaes houve por compra, cujas medições fiz da fôrma seguinte: tem principio em um marco de páu, de seu natural denominado páu de sangue e que está na margem do rio Itajahy mirim, no logar do Poço da Volta Franzina, que confina pela parte do Norte em terras de José Correia, de cujo marco lancei o rumo de Leste em que medi quinhentas braças de terras de frente e donde findaram. Refiz marco em um páu de seu natural denominado de Masa (?) e relancei para o fundo o rumo de sul com mil e quinhengas braças de fundos confrontando pela parte de Leste com terras devolutas e pelo oeste confronta com o mesmo Itajahy mirim até a boca do ribeirão denominado *Cajanduba* [*Canhanduba*] que tambem serve de divisão, até o travessão dos fundos no fim

de mil e quinhentas que correm Leste-Oeste e desta sorte ficaram medidas e demarcadas as terras conteudas nas duas concessões, ficam ambas incorporadas e foi feita esta medição em presença do eréo José Correia, visto não haver outros por confrontar com todos os mais lados com terras devolutas, o que affirmo debaixo do juramento do meu cargo. Rio de Itajahy, 25 de Maio de 1794. Manoel Antonio Tavares, Demarcados – José Correia de Negreiros”.

Póde bem dar-se que uma busca minuciosa nos arquivos de Porto Bello, ou mesmo da capital do Estado, nos revele moradores ainda mais antigos no valle do Itajahy.

Deveria mesmo não ser pequeno o numero de habitantes às margens do grande rio quando Vasconcellos Drumond, a quem foram conferidas as honras de fundador da actual cidade de Itajahy, chegou a esse porto e deu ahi começo aos seus trabalhos de colonisação.

É fóra de duvida que Drumond não foi o fundador de Itajahy.

Mas, do que não resta duvida tambem é de que data da estadia desse illustre diplomata no local onde depois surgiu a freguezia do S. S. Sacramento a historia da colonisação do valle do Itajahy, colonisação que continuou numa progressão constante, ininterrupta, até os dias em que vivemos, tornando o valle do maior rio litoraneo a zona mais rica e mais prospera de toda a terra barriga-verde.

Antonio de Menezes Vasconcellos Drummond nasceu no Rio de Janeiro em 1794 e foi, na sua época, um dos vultos mais proeminentes da politica brasileira. Muito concorreu para a independencia do Brasil e, depois desta, teve actuação muito accentuada na direcção dos seus destinos.

Espirito ardoroso e combativo foi, em virtude da intensa campanha que fazia em pról da separação definitiva do Brasil da metropole protugueza, mandado pelo ministro dos Negócios do Reino e Justiça, Thomaz Antonio, em 1818, para Santa Catharina, afim de colonisar o Itajahy.

A colonisação do Itajahy não era, porem, mais do que um pretexto para afastar da Côrte de D. João VI um elemento de idéas demasiadamente adeantadas.

Contudo, Drumond, para corresponder aos gastos que o governo tinha com sua missão nesta provincia, explorou quasi todo o nosso litoral e, na barra do Itajahy, onde era abundante a madeira de toda sorte e fertilissimas as terras, estabeleceu um engenho de serra e deu inicio á construcção de um barco, o “São Domingos Lourenço” que,

mezes depois, partia em demanda do Rio de Janeiro, com um grande carregamento de madeira e de cereaes.

Gastando bastante, Drumond conseguiu attrahir novos moradores, fundando, assim, a povoação que tomou, pouco depois, o nome de S. S. Sacramento.

Não faltou quem criticasse os seus gastos exagerados.

Almeida Coelho, autor da “Historia da Provincia de Santa Catharina” transcrevendo trechos de uma memoria da época diz:

“No mesmo anno, 1820, veio da Côrte do Rio de Janeiro Antonio de Menezes Vasconcellos Drummond, encarregado da fundação de uma colonia no rio Itajahy.

Este homem gastou um anno em passear e illudir o Ministro a bem do seu interesse particular, vexando aos pobres moradores do logar, a quem dava a tarefa de serrar taboado e cujos jornaes nunca foram pagos, apesar de despender a fazenda real em tão pouco tempo, pois retirou-se em 1821, o melhor de cinco mil cruzados: não fez mais do que uma derrubada, sem deixar logar algum de colonia.

Ouviu-se-lhe por muitas vezes dizer: Aproveitemos o Ministro (que era então Thomaz Antonio de Villa Nova Portugal) que já está velho”.

Pode-se, por conseguinte, enquanto outros elementos mais seguros não apparecerem, afirmar que, com Vasconcellos Drummond começou, em 1820, a effectiva colonisação do Itajahy.

Principiaram, dahi em diante, as concessões de terras e o aproveitamento, para cultura, das vargens de uma e outra margem do rio.

Alem dos que já atraz mencionamos, possuia, por esse tempo, vastas extensões de terras no Itajahy o prestimoso cidadão Agostinho Alvares Ramos, que foi o primeiro negociante estabelecido em S. S. Sacramento, com casa de seccos e molhados e prestou, á causa do povoamento e colonisação do valle, os mais assignalados serviços.

A esse cidadão a Junta Provisoria do governo da Provincia concedeu, por titulo expedido em 1 de julho de 1823, um terreno com 750 braças de frente e 830 de fundos, no lugar “Itaipava”, á margem sul do rio, alem de outros que, de parceria com os herdeiros de Correia de Negreiros, já referido, elle fizera medir e demarcar.

Segundo informações que nos foram fornecidas, mas cuja autenticidade não temos ainda em que basear, habitavam as margens do Itajahy em 1825, além de alguns caboclos possuidores de pequenas áreas, os seguintes:

Na margem sul (direita):

- 1) Alexandre de Azeredo Leão Coitinho de quem já fizemos menção e que era proprietário da fazenda nas Cabeçadas
- 2) Manoel Cordeiro, com seus parentes, cultivava as visinhanças do Itajahy-mirim até aos Espinheiros;
- 3) Francisco de Souza – de Espinheiros até as imediações da barra do Luiz Alves;
- 4) Major (depois Tenente Coronel) José Henrique Flores – que possuía duas leguas quadradas da barra do Luiz Alves até pouco abaixo do Gaspar;
- 5) Em Gaspar morava Bento Dias que vendeu, mais tarde, a sua terra ao Dr. Blumenau.

Na margem Norte (esquerda):

- 1) Do Mar até Pontal, moravam muitos caboclos, quasi todos pescadores pobres;
- 2) de Pontal até Sacco Grande, Maximo Pereira dos Santos;
- 3) Até Salseiro, a familia Machado que succedeu aos irmãos Vieira;
- 4) De Salseiro até Pedra de Amolar, morava Domingos de Azeredo Leão Coitinho, irmão de Alexandre. Construiu sua casa no lugar Volta Grande, tendo, mais tarde, vendido terra e casa a João Dias da Silva Mafra, cujos descendentes ali ainda existem;
- 5) De Pedra de Amolar até defronte á Ilhota, João de Azeredo Leão Coitinho, filho de Alexandre, que possuía duas leguas quadradas;
- 6) Dahi até Pocinho, Antonio Teixeira Camilo;
- 7) Acima de Pocinho, Luiz Dias de Arzão;
- 8) No Estaleiro das Náos, entre outros, Joaquim Alves.

As primeiras providencias officiaes para a colonisação do Itajahy foram dadas pela lei provincial n. 11, de 5 de maio de 1835. Na elaboraçao e approvaçao dessa lei, foi factor preponderante o referido Agostinho Alvares Ramos, cujo espirito lucido,

inteligente e, tambem, especulador, desenvolveu extraordinaria actividade junto ao governo da Provincia e á Assembléa Legislativa de que era membro.

Dispunham os nove artigos de que se formava a resolução governamental, entre varias outras providencias, a fórma por que se faria a distribuição das terras, os direitos e regalias dos colonos e determinavam a criação de duas colonias, uma no Itajahy-mirim e outra no Itajahy-assú, cada uma com dois arraiaes.

Os arraiaes deveriam ser installados em Pocinho e Taboleiro.

Agostinho Alvares Ramos, então sargento-mór e, mais tarde, tenente-coronel, tendo sido nomeado director dessas colonias, dividiu os terrenos de Pocinho e Belchior em pequenos lotes de 200 a 300 braças de frente e 500 de fundos, e trouxe, em 1836, os primeiros colonos, alguns da ilha de Santa Catarina e outros da colonia São Pedro de Alcantara. O Arraial de Pocinho foi estabelecido no local ainda hoje conhecido por Arraial e o de Belchior na séde da actual povoação desse nome.

Toda a bacia do Itajahy e seus affluentes, estava, então sob a jurisdição da Câmara de Porto Bello. S. S. Sacramento fôr já elevada á freguezia e aqui é que era a séde da direcção de ambas as colonias.

Esse facto, alliado ás continuas incursões dos gentios em Camboriú, concorreu para que as terras de Pocinho e Belchior, mezes depois da sua fundação, se fossem despovoando dos poucos colonos que nellas se tinham vindo estabelecer.

Em 1837, só seis familias de allemães e duas de outras nacionalidades ficaram no lugar.

Novas providencias foram tomadas pelo governo e por Agostinho Alvares Ramos. Principalmente devido á criação de uma companhia de pedestres que foi estabelecida em Belchior e que se destinava á protecção dos colonos contra os assaltos dos indigenas, em 1838 a maioria dos colonos voltou ás suas terras de fórma que, no anno seguinte, Belchior e Pocinho contavam com cerca de 65 familias: 48 nacionaes e 17 allemãs, compostas de 141 pessoas.

Os allemães eram, em sua maioria, antigos colonos de S. Pedro de Alcantara os quaes, não encontrando, nesta, terrenos ferteis e de mais facil cultura, mudaram-se para as margens do Itajahy.

Entre elles se contavam: Johann Knobach, Mathias e João Schneider, Valentim e Jacob Theis, Nicoláo Deschamps e um seu filho do mesmo nome, casado com Elisabeth Ostermann, Jorge Wagner, José Haendschen, João Klocker e outros.

Sem regulamentos apropriados e, especialmente, sem direcção alguma, real e efficiente, essas colonias foram, aos poucos, diminuindo de importancia, ou melhor, nunca tiveram progresso accentuado.

Basta dizer que em 1851 possuíam ainda 62 fogos com 365 pessoas.

Contava com 21 engenhos de farinha de mandioca, 10 de assucar e algumas centenas de bois.

Agostinho Alvares Ramos morreu em 1856, cercado de muito prestigio e de grande influencia.

Foram seus successores na administração das colonias, consideradas emancipadas em 1854, João Dias da Silva Mafra, o major Henrique Etur e Augusto Benjamin Etur, filho do precedente.

Enquanto os estabelecimentos a que os vimos referindo iam concorrendo, embóra não com a desejada presteza, para maior incremento da população e cultura das terras e intensificação do commercio pela unica via de que então se podiam os colonos servir – o rio – a freguezia da séde prosperava visivelmente.

Mais ou menos seguras das perigosas incursões dos bugres, exploradas já até grande altura da fóz do rio, as terras do Itajahy voltaram a chamar a attenção do governo e de particulares.

[...]

1950 – Contribuição à história da colonização alemã no Vale do Itajaí. Max Tavares d’Amaral. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1950. Páginas 07-08.

O Vale do Itajaí, o mais importante centro económico e cultural de Santa Catarina, é também o mais florescente e o principal núcleo da colonização alemã em nosso Estado.

Sua área de cerca de quinze mil quilómetros quadrados, compreendendo as terras banhadas pelos afluentes e braços que formam o maior rio do litoral catarinense – o Itajaí-Assú, com os seus 196 kms. de curso, se estende dos contrafortes das serras do Mar e Geral até o Oceano, tendo por escoadouro de sua riqueza o porto de Itajaí, na cidade do mesmo nome, cujo fundador oficial foi Antônio de Menezes Vasconcelos de Drumond.

Rezam as crónicas que, afim de afastá-lo da Côrte, por causa de sua intensa luta em prol da separação do Brasil da metrópole, foi-lhe dada pelo Ministro dos Negócios do Reino e Justiça, Thomaz Antônio, a incumbência de colonizar o Itajaí, o que tornava realidade em 1820 com a fundação, da embocadura dêsse rio, de uma povoação que recebeu o nome de S.S.Sacramento.

Iniciado o povoamento, lentamente se desenvolvia o núcleo que, em 1832, passou da jurisdição de S. Francisco, à da Câmara Municipal de Porto Belo, e em 1833 se viu elevado à categoria de freguesia.

O primeiro plano oficial de colonização do Vale do Itajaí, data, porém, de 1835; veio com a lei provincial nº 11 de 5 de Maio dêsse ano e com êle aí começa também a colonização alemã.

Êsse estatuto legal não determinava apenas aéreamente que se iniciasse a colonização de Itajaí-Assú e Mirim, senão dizia também como fazê-lo. Ordenava a criação de dois núcleos coloniais, um no grande e outro no pequeno rio com dois arraiais cada um, que localizava respectivamente, em Pocinho e Belchior, e no lugar denominado Taboleiro; estabelecia também normas referentes aos direitos e obrigações dos colonos, bem como à divisão das terras em lotes que variavam de área conforme se destinassem a colonos solteiros, casados, ou casados com mais de três filhos.

Para organizar e supervisionar êsses núcleos fôra nomeado Agostinho Álvares Ramos, possuidor de grandes extensões de terras às margens do Itajaí-Assú, já por volta de 1820. Sucederam-lhe mais tarde, João Dias da Silva Mafra, velho morador do Itajaí que houvera suas terras de Domingos de Azevedo Coitinho, morador à margem esquerda do rio, ao que parece, já desde 1825; e depois o major Henrique Etur e seu filho Augusto Benjamin. Nenhum dêles, porém, morava na colônia, cuja sede era a freguesia do S.S.Sacramento. Deputado à Assembleia Provincial, fôra Silva Mafra um dos principais colaboradores na feitura da lei acima referida.

Dando início à colonização em 1836, trouxe para o Vale do Itajaí os primeiros colonos alemães que fôra buscar à colônia de São Pedro de Alcântara, fundada em 1829, cujas terras pobres os obrigavam a emigrar para outras paragens mais úberes.

Êsses colonos foram localizados na zona de Pocinhos e Belchior no atual município de Gaspar, juntamente com outros de origem lusa vindos da ilha.

Muitas famílias existentes nessa hoje próspera comuna, como os Schmidt, os Zimmermann, os Haendchen, os Wagner, os Lukas, os Spengler, descendem dêsses primeiros imigrantes e colonos teutos.

A colonização do Itajaí-Mirim, parece que não apresentou grandes resultados no começo, pois nenhuma notícia dela se tem, ao contrário do que acontecia com a do Itajaí-Assú que se mostrava promissora.

Infelizmente as incursões dos bugres em Camboriú, matando e saqueando os moradores, afugentaram os colonos dos arraiais, temerosos da mesma sorte. E, um ano depois de sua fundação, em 1837, o núcleo colonial de Pocinho e Belchior, tinha praticamente deixado de existir, eis que apenas seis colonos teutos e dois nacionais não haviam ainda abandonado suas terras.

É verdade que as providências ulteriormente tomadas pelo Govêrno Provincial e pelo Diretor da colônia Agostinho Álvares Ramos, com a criação de um corpo de pedestres para defesa dos colonos, fizeram retornar grande parte dos emigrados (...).

1954 – O Vale do Itajaí – documentário da vida rural nº 6. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/ Serviço de Informação Agrícola, 1954. Páginas 03-04.

No Brasil Colônia, grande era a preocupação das autoridades em povoar o sul do país, tendo em vista a política expansionista dos espanhóis.

Em 1793, com uma população que não ultrapassava a casa de 20.000 habitantes, Santa Catarina tinha como zona povoada no litoral, desde N.S. da Graça do Rio São Francisco até os Conventos, no distrito de Santo Antônio dos Anjos da Laguna. Além da capital e da freguesia de São José, era o sertão ainda virgem. No interior, ficava isolada a vila de Lajes, que pertencia à capitania de São Paulo.

A colônia mais antiga foi a de São Pedro de Alcântara, cujo projeto de criação datava de 1793 e com o qual o tenente coronel João Alberto Miranda Ribeiro pretendia estabelecer duas freguesias para, com fins estratégicos, ligar a capital á vila de Lajes.

Apesar da insistência, o coronel João Alberto morreu antes da fundação das duas mencionadas freguesias, cujos elementos na época seriam de casais açorianos e de reinóis, a única nacionalidade admitida por lei no povoamento do país e já indicada por Cristóvão Jaques depois de sua expedição, em 1529.

Em 1º de março de 1829, foi fundada a Colônia de São Pedro de Alcântara com a maioria de elementos alemães, provenientes de Bremen. Já o recenseamento feito em setembro de 1830 acusava a existência de 154 famílias, sendo 136 na estrada de Lajes e 18 no Alto Biguaçu.

COLÔNIA ITAJAÍ

Não há dúvida de que a cidade de Itajaí, onde se encontra o pôrto de mar do Vale, foi, como opina Marcos Konder, fundada no ano de 1820 e o seu fundador o

jovem diplomata Antônio Meneses de Vasconcelos Drumond. Admite-se o fato de que nem os pescadores espanhóis e portugueses existentes na costa, nem Mateus Arzão, que garimpava ouro de boa qualidade no sertão do Vale, e outras famílias, não se fixaram no solo, nem positivaram qualquer ato de colonização, embora já em 26-5-1793, Silvestre Nunes Leal Corrêa pedisse ao governador da Capitania a concessão de um terreno em Itajaí, conforme documento existente no arquivo da Prefeitura de Blumenau.

Vasconcelos Drumond, durante dois anos, dirigiu a novel colônia. Montando um engenho de serrar madeira, também construiu um barco de madeira, a sumaca 'São Domingos Lourenço' levou para o Rio de Janeiro um carregamento de milho, feijão e madeira serrada, prova mais que convincente de que se começava a produzir naquela colônia.

Com a fundação da colônia Itajaí, em 1836, que compreendia os arraiais de Pocinho e Belchior, teve início a colonização do baixo Itajaí-Açu. No comêço, dadas as incursões dos bugres, só permaneceram ali dois nacionais e seis estrangeiros. Organizado um pôsto de pedestres em Itajaí, em 1839, contavam-se naqueles dois arraiais 47 famílias brasileiras e 17 estrangeiras, num total de 141 pessoas.

Em 1851, já possuía a colônia Itajaí 62 fogos, com 365 pessoas, entre nacionais e estrangeiros, havendo 21 engenhos de farinha de mandioca e 10 de cana de açúcar, 193 vacas e 108 bois. Em 1854, havia 15 engenhos de açúcar e aguardente e 20 de farinha de mandioca, estabelecendo-se animado intercâmbio comercial com outras praças.

1956 - A Pequena Pátria. Marcos Konder. O Libertador de 27 de dezembro de 1956. Sem página numerada.

Estando exgotada a primeira edição da minha pequena conferencia historica de 12 de outubro de 1920, resolvi fazer uma segunda edição, revista e em parte atualizada.

O prefácio é o seguinte:

Em 5 de Dezembro de 1931 publicou o sr. Ferreira da Silva no Jornal “A Cidade de Blumenau” um artigo, no qual se refere à fundação de Itajaí. Ele contesta o fato de que Antônio de Menezes Vasconcelos Drumond tenha sido o primeiro fundador das terras de Itajaí e cita como primeiros concessionários de terras os nomes dos posseiros José Corrêa de Negreiros e Silvestre Nunes Leal Corrêa. Mas, estas concessões referem-se a terras sitas no Itajaí-mirim, citando até o ribeiro Canhanduba, intitulado no documento Cajanduva. nenhum ato de colonização eles praticaram.

Há também o caso dos Arzões, moradores no bairro da Fazenda. Ali naturalmente tratavam esses posseiros apenas de plantar algumas roças e de pescar no rio e barra fronteiras para o sustento da sua família.

Os Arzões eram descendentes acabocladados da família do flamengo *Cornelius Arsig*. Este Arsig, depois batisado de Arzões, era um engenheiro de minas, mestre fundidor e mecanico trazido para São Paulo por D. Francisco de Souza, governador da região do Sul aos primeiros milésimos do seculo XVII. Ali Arsig casou-se com uma nobre paulista Elvira Rodrigues e tornou-se assim o tronco da familia dos Arzões (Vide Dr Oberacker Júnior – Contribuição alemã para a construção da nação brasileira).

A fundação do futuro povoado de Itajaí deve-se assim atribuir a Vasconcelos de Drummond por ter este realizado *a primeira obra de posse*, construindo o primeiro barco oceanico, a sumaca S. Domingos Lourenço, e montado o primeiro engenho de

serrar madeira, utilizando para tal fim um dos maiores ribeirões que desembocava no rio. Talvez fosse o afluente antigamente chamado da preta Caetana e hoje conhecido como da Fluvial. Com o barco ele deixou ainda assinalado uma industria, a da carpintaria da ribeira, que tornou conhecido o nome de Itajaí. Muitos navios construídos nos estaleiros de Itajaí ainda navegam hoje em dia. Com a exportação da primeira madeira para o Rio, encetou-se um comercio, o qual constitui até hoje a principal exportação do vale do Itajaí. Estas duas obras – barco e madeira – foram assim os marcos primitivos da fundação de Itajaí.

1957 - O Rio Itajaí – o desvendamento da costa – mapas e portulanos do tempo – nomenclatura litorânea – morfologia do nome. Lucas Alexandre Boiteux. Cadernos de Blumenau. Tomo I. Nº 2. Dezembro 1957. Pag. 23-4 e 27; IN: A lenda do Monte Tayó – contribuição à centenária discussão sobre o significado do nome Itajaí. Magru Floriano. Itajaí: Alternativa, 2012. Páginas 133-136.

“A costa catarinense, como sabemos, foi descoberta e perlongada a primeira vez entre os anos de 1501-1502, por nautas portugueses.

Das expedições que tiveram por chefes André Gonçalves e Gonçalo Coelho, raros topônimos dos sítios particularmente observados foram, desde logo, incorporados aos monumentos cartográficos da época e que chegaram até nós. Da expedição castelhana de João Dias de Solis (1515-16) nenhum prevaleceu. Mui naturalmente, receosos de naufrágio em “mares nunca dantes navegados”, os nautas d’outrora ao perlongarem-na deram bom resguardo à costa, só dela se apropriando, cautelosos, ao cantar monótono do prumo na mão, quando careciam de viveres, aguada e lenha, de uma escapada ao mau tempo ou para reparar avarias.

Só mais tarde, com o escoar do tempo, estimulados pelos atrativos da terra exuberante, as explorações litorálicas se foram praticando com mais vagar e maiores afoiteza e minudência.

Os poucos mapas, portulanos e roteiros dos primeiros anos da descoberta, que por felicidade rara alcançaram os nossos dias, são, todavia, falhos, omissos, confusos, quanto à nomenclatura e sua situação verdadeira no trecho costeiro por nós visado neste simples estudo. Apesar dessa carência e confusão toponímicas julgo, no entanto, encontrar em o famoso mapa dos Reinel (pai e filho), executado em Lisboa em desenho não muito escoreito, mas sobrepujando os coevos na nomenclatura, a mais remota

referência ao rio que nos preocupa. A referida preciosidade cartográfica, aparecida por 1515, demonstra ter incorporado o resultado “de mais de uma investigação para as bandas do sul”, no parecer do douto inaciano Padre Hafkemeyer.

Assim é que da inspeção cautelosa que nela fizemos, no trecho considerado do ribamar catarineta, nossa atenção foi atraída para um *R. Das Voltas*, situado aos 26°35' de latitude sul. Como é do nosso conhecimento, o *Rio Itajaí* (principalmente o *Mirim*) apresenta desde a sua embocadura, um curso assaz sinuoso. Testemunha-o nestas palavras Almeida Coelho, baseado em Van Lede, em sua apreciada 'Memória histórica': - “... notável por suas numerosas voltas ...” a situação de sua foz, da mesma maneira, levando-se em conta a imperfeição dos instrumentos e observações do tempo, se aproxima da latitude do referido mapa dos Reinel.

Com essa designação vamos ainda encontrá-lo no mapa de Maggiolo (1519), na Carta de Turim (1523). Em a carta marítima de Diego Ribeiro (1519), entre os topônimos costeiros **R. De S. Franco. E P. De S. Catali.**, descobrem-se as embocaduras de três cursos d'água (naturalmente o *Itapocu*, o *Itajaí* e o *Tijucas*), assinaladas pela designação – Rios – e vários ilhéus fronteiros. Afinal, na carta de Ramúsio (1563), grafado à castelhana, lemos na mesma altura *R. ° de las Bueltas*.

Dos mais antigos mapas e cartas marítimas, que alcancei consultar, vem o nome indígena do notável rio catarinense – Itajaí – assim grafado:

Judocus Hondius ou Blaeu (1630)	R. Tajahug
1.º mapa do Paraguai (1646-49)	R. Taiahug
Le Pere Coronelli (1688)	R. Tacahug
Guilherme Delisle (1700)	R. Tacuay
2º mapa do Paraguai (1722)	R. Tayahug
Mapa do Paraguai (1726)	R. Tayabuy
Mapa do Paraguai (1732)	R. Tayabuy
Mapa d'Anville (1733-34)	R. Tajahug
Mapa de João de Deus Garção (1747)	R. Tajahug
Mapa d'Anville – América Meridional (1748)	R. Taiaiye
Mapa das Côrtes (1749)	Ens. de Tajay
Mapa das Côrtes (1751)	Ens. de Tajay
Mapa espanhol (1760)	Ens. de Tajay
Carta do Vice-rei Conde da Cunha (1767)	Tujuy
Mapa de Silveira Peixoto (1768)	R. Tamarandí (?)

Mapa de J. C. Olmedilla (1775)	R. Tajay – Ea. Tajay – R. Tajahy-miri
Mapa da Mem. Polit. De Miguel de Brito (1816)	Tajahi
Mapa de Costa Fraga	Tajay – Tajay-mirim

Ainda a respeito da grafia do nome do rio em questão, lemos em a “Arte de Navegar e Roteiro” de Manoel Pimentel, fidalgo da casa de S.M., e cosmógrafo-mor do reino de Portugal, publicação de 1710: - “Dalli (Ens. Das Garoupas) cousa de tres leguas está hum rio chamado *Tajahug* ...

O autor da “Carta do governo do Rio da Prata até ao Brasil (1717)” baseado nos “Jornaes” de Emanuel Figueiredo, português, e de Teodoro Reuter, holandês, mostra-nos, estribado no primeiro que da enseada das Garoupas segue “uma costa alta, até o rio que os indios chamam *Tajahug*” e que, conforme o segundo, está êle em 28° (?) de latitude austral”.

O nome do rio em questão é assim grafado pelos autores abaixo:

Brigadeiro Custódio de Faria – Corresp.	Tujuy
Paulo J. Miguel de Brito – Mem. Politica	Tajahi
Ayres de Casal – Corografia	Tehahy – Thajahi
Monsenhor Pizarro – Memórias	Tajay
Menezes Drummond (Biografia)	Itajahy
São Leopoldo – anais	Tajahy – Itajahy
Milliet de Saint´Adolphe – Dicionário	Tajahi - Itajahi

O ilustre General Vieira da Rosa, em um dos números da “Revista da Engenharia Militar”, sob o título de “Mosaicos Literários”, procurando explicar o significado de vários acidentes geográficos da nossa terra, procedentes do tupi-guarani, aborda o de *Itajaí*. Acha que o nome exato do famoso rio devera ser *Itaju-hy*, isto é, *rio de ouro*, por ser êle “o único que arrasta pepitas auríferas dos terrenos do Itajahi-mirim e do Garcia. Se o nome do rio fôra *Itajahy*, diz êle, - rio das Pedras (?) pelas muitas que seu leito tem em 200 quilômetros, então seria justo que todos os rios da vertente marítima se chamassem *Itajahy*, porque há quase identidade quase igualdade de leito em todos êles. Se a existência de aroídeas fôsse tão abundante que justificasse seu nome de batismo teríamos que cair no primeiro caso: cada rio ou riacho seria um rio ou riacho dos taiás. Creio estar raciocinando com acêrto, preferindo o nome *Itajuhy* – rio do ouro – por ser o único que possui o precioso e louro metal.”

Se assim fôra, acredito eu, todos os rios e ribeirões auríferos do Brasil deveriam ser chamados *Itajuhy* como deseja o ilustre geógrafo, meu caríssimo amigo. O nosso selvícola sempre soube com grande propriedade aplicar os nomes aos acidentes naturais.

O antepassado *Carijó*, que deu nome ao famoso rio, mais teria se impressionado com a quantidade de água-pés boiantes em suas águas e seus remansos do que com as pepitas de ouro envoltas nas areias de seu leito e ocultas às suas vistas. Taiá-i – rio da conhecida aroídea, nome que o linguajar do povo mantém ainda puro.

1958 - Os primeiros moradores do Itajaí. Lucas Alexandre Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 3, janeiro de 1958. Páginas 47-51.

Os “Arzão”

Quando D. Francisco de Souza, senhor de Beringel, apelidado “Francisco das Manhas” mercê das continuadas lábias de que usava, veio assumir o govêrno-geral do Brasil, em 1591, trouxe em sua companhia o flamengo **Cornélio de Arzão**. Como o “grande objetivo, o verddeiro, de D. Francisco visasse o descobrimento de riquezas minerais”, - segundo nos informa o mestre Taunay – transferiu-se para São Paulo em 1599. Arzão o acompanhou e foi encarregado de “edificar os engenhos das Minas da capitania vicentina, com 200 cruzados de salário. Em 1610, a Câmara de São Paulo o incumbiu da construção da matriz da vila. Sabe-se que teve uma questão judicial com os jesuítas e, por isso, foi excomungado e encarcerado durante vários anos, tendo seus bens confiscados ... Em certo tempo passou a fundir ferro, que transformava em ferramentas vendidas por elevado preço. Houve protesto contra esta alta de preço. A Câmara intimou Arzão a baixá-lo sob pena de 2\$000 de multa. Faleceu Cornélio Arzão em 1638. Foi casado com Elvria Rodriguez, filha do castelhano Martin Fernandez Tenorio de Aguilar, famoso bandeirante, conforme nos mostra o egrégio historiador das Bandeiras. Do seu casamento, ao que sabemos, nasceram:

I – **Braz Rodrigues Arzão** – Estêve entre 1671-74 na Bahia combatendo os selvícolas. Como capitão-mor da gente de leva participou da expedição de Jorge Soares de Macedo, em 1679, à Colônia do Sacramento. Depois de naufragar, serem prisioneiros, etc., voltou a São Paulo, onde foi Procurador do Conselho e ali se afazendou. Como Capitão-mor da vila de Itu, faleceu em 1692. Azevedo Marques dá sua morte em 1680.

II – **Cornélio Rodrigues Arzão** – Entre 1668 e 1671 o encontramos fazendo entradas no sertão. Era casado com Catarina Gomes. Faleceu como Capitão-mor de Itu, em 1684.

III – **Manuel Rodrigues Arzão** – Em 1662 foi Juiz de São Paulo e fêz entradas no sertão. Em 1672 recebeu uma carta do príncipe. Em 1672 era administrador da aldeia de Barueri. Foi casado com Maria de Azevedo.

IV – **Suzana Rodrigues Arzão** – Foi casada com Pedro Dias Botelho. Desta união, supõe Taunay (*História Geral das Bandeiras*, vol. VIII, pag. 268) nasceu:

1 – **João Dias de Arzão** – que o Dr. Luiz Gualberto declara ter tido por mãe Maria Henriques, e ser casado com Maria Pedrosa, e pai de Domingos Francisco Francisque, o “Cabecinha”. Declara ainda o historiador citado que João Dias de Arzão possuía um sítio ou fazenda na Barra-Grande, propriedade que depois passou a pertencer a Francisco Gomes Galhardo e sua mulher Ana Vieira e, posteriormente, foi vendida a Francisco Dias Belo, natural de São Francisco e filho de Christovam Dias Belo, nascido na Gram-Canária e que foi o tronco dos Belos francisquenses.

Quando, por 1655, o Capm. Manuel Lourenço de Andrade, com poderes do marquês de Cascais, veio fundar a vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul, entre outras sesmarias, concedeu a João Dias de Arzão uma na zona da lagoa de Acarahy. Quando, por 1679, chegou a São Francisco o Tenente de general Jorge Soares de Macedo, acompanhado de Braz Rodrigues de Arzão e outros, a caminho da ilha de Santa Catarina, a fim de reforçarem os elementos concentrados na Colônia do Sacramento, João Dias de Arzão forneceu a Macedo “um negro língua de terra” e – segundo o Dr. Gualberto – chefiando uma bandeira, penetrou “até as faldas de Buenos Aires”, explorando o sertão vasto e despovoado, onde encontrou as trilhas dos padres castelhanos, pertencentes à Companhia de Jesus. Por 1680-81 exerceu êle o cargo de Juiz ordinário da Câmara da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco. Na devassa que se procedeu nesse tempo, certo Afonso Ortegás o acusou de “não andar muito composto” (achava-se embriagado), quando à frente de seu alardo, sargenteava a companhia”. Foi êle assassinado, em 1698, por um **carijó** da administração de Manuel Dias Velho (irmão do Capm. Francisco Dias Velho, colonizador da ilha de Santa Catarina). Fôra João Dias Arzão tomar uma satisfação a Manuel Dias Velho. Discutiam ambos, êste à janela de sua casa e Arzão da parte de fora, quando se aproximou Ascenço Dias, filho bastardo dêste. Percebendo Manuel Velho que êste vinha disposto a matá-lo, deu de mão à uma espingarda, mas foi logo

abatido por tiro certo de Ascenço. Um caboclo **carijó** de Manuel Velho, vendo seu amo morto, abateu também com um tiro a João Dias de Arzão que, transportado para sua residência faleceu dois ou três dias depois. O assassino de Arzão fugiu para Guaratuba onde Ascenço, que o perseguira, o matou, segundo testemunho de um tal Jorge Chaves.

V – **Maria de Arzão**

VI – **Ana Rodrigues de Arzão** – Foi casada com Belchior de Borba.

Mais tarde encontramos outro **João Dias de Arzão** casado com Maria do Rosário, com os seguintes filhos que achamos:

1 – **Pedro Dias de Arzão**, natural de São Francisco, casado a 10 de junho de 1810 com Leonor Francisca Xavier, filha de Manuel de Souza Rêgo e Ana Francisca, viúva de Marcelino José Martins.

2 – **Luiz Dias Arzão** com uma propriedade à montante do “Pocinho” à margem esquerda do Itajaí.

Quando foi da correição do Ouvidor Pires Pardinho em São Francisco, por 1720, um **Miguel Dias de Arzão** e o seu parente **José Vieira de Arzão** (seriam ambos filhos ou irmãos do sobredito João?) alcançaram votos para exercitarem o cargo de Capitão-mor da vila. Êsse Miguel, segundo informações do Sargento-mor, M. Gonçalves de Aguiar, prestadas em 1711, explorava as já esgotadas faisqueiras de ouro de Itajaí. José Vieira, de quem trataremos abaixo, também alcançou votos para Capitão das Ordenanças da repartição da vila e da Barra-Grande, informa-nos Carlos da Costa Pereira.

Em 1775 o Capm. **Antônio Marques Arzão**, com cinco companheiros andou varejando o sertão catarinense à cata de minas metalíferas; diziam que êle achara prata. E, 1785, vivia êle em Lajes e com a morte do Capitão-mor Correia Pinto, na eleição havida, para substituí-lo, Arzão alcançou o 3º lugar. Êle, juntamente com o Capm. Antônio José da Costa, contratou a abertura da estrada para Lajes, na parte que ia da Guarda-velha ao Trombudo, por 9.600\$000 rs., O serviço foi principiado a 14 de novembro de 1788 e terminado em 6 de dezembro de 1790.

Encontramos, posteriormente, um **Antônio Rodrigues de Arzão** e um **Manuel Correia Arzão**, sem outra indicação.

Vimos ainda, em 1794, **Matias Dias de Arzão** ser aquinhoadado com uma sesmaria em **Itajaí**. Refere o Dr. Gualberto que um **Mateus** (seria o Matias?) **de Arzão**,

sertanista, havia extraído ouro do morro do Tayó; e que, em 1829, a Câmara de Destêro informava ao govêrno provincial de que o dito Arzão tirara ouro de muito boa qualidade no referido morro.

Paulo J. Miguel de Brito, em sua preciosa “Memória política” (1816) ao referir-se a Itajaí, escreveu que o fundeadouro do pôrto “é defronte de uma **Fazenda** de lavoura, chamada do **Arzão**, única que com casa ali se encontra”.

O atual arrabalde da cidade de Itajaí, chamado **Fazenda**, foi constituído em terras da antiga propriedade de Felícia Alexandrina de Azeredo Leão Coutinho – diz-nos José Alexandre Boiteux em seu “Dicionário histórico e geográfico”.

Esta senhora era a 2^a espôsa de Alexandre José A. Leão Coutinho [...]

Os “Leão Coutinho”

De Miguel Gonçalves de Araújo, natural de Itambi (estado do Rio de Janeiro), e de sua mulher Bárbara da Costa, natural do Rio de Janeiro, nasceu no princípio do século XVIII em Macacu, **Miguel Gonçalves Leão** (2^o). Seguiu êste a carreira das armas. Foi promovido a Capitão em 11 de março de 1752. Casou com D. Rita do Espírito-Santo de Melo Azeredo Coutinho, também do Rio de Janeiro. Veio êle servir na guarnição militar de Santa Catarina. Alcançou uma sesmaria em Caiacanga a 21 de agosto de 1761 e uma outra na estrada do Ribeirão (também na ilha) em 6 de setembro de 1764. Em junho de 1773 comandava a fortaleza de Araçatuba, na barra do sul. Com a invasão espanhola de 1777 portou-se com muita bravura e hombridade, tanto assim que “foi muito elogiado pelo seu comportamento; e por que já era falecido (no hospital do Rio de Janeiro em 16 de fevereiro de 1781) determinou el-rei, pelo decreto de 14 de janeiro de 1786, que fôsem atendidos “seus serviços aos requerimentos de seus filhos; em virtude de que perceberam êstes até o falecimento do último, o Capm. David de Azeredo Leão Coutinho, o sôldo que vencia seu honrado pai, como se vivo fôra”, escreve Almeida Coelho. Sua espôsa já era falecida em 1782. Do casal Miguel Gonçalves e Rita Maria, ao que apuramos, nasceram:

I – **Alexandre José Azeredo Leão Coutinho**, nascido no Rio de Janeiro. Como o pai, seguiu a carreira militar. Sendo Porta-bandeira do Regimento de linha da terra (Barriga-Verde), foi a Portugal requerer a remuneração dos serviços seus e de seu pai; obteve a promoção a Capitão efetivo e o cargo de Governador da fortaleza de Santa Cruz do Anható-mirim, que assumiu a 3 de novembro de 1787. Foi depois promovido a Major, reformando-se em Tenente-coronel (vide decreto de 14 de janeiro de 1786). Em

1793 alcançou uma sesmaria no **Itajaí**, onde estabeleceu uma fazenda. Era casado com D. Fortunata Amélia de Azeredo Leão Coutinho Catela, filha de José Antônio Catela, natural de Milão, e de Ana Joaquina Catela. Enviuvando a 26 de fevereiro de 1798 (sua mulher tinha 20 anos) casou pela 2ª vez com D. Felícia Alexandrina Azeredo Leão Coutinho (acima referida). O Tenente-coronel Alexandre J. A. Leão Coutinho faleceu com a idade de 64 anos, a 8 de outubro de 1815. Dos dois casamentos nasceram:

[...]

6 – **João**. Estabelecido em Pedra de Amolar, defronte da Ilhota à margem esquerda do Itajaí.

[...]

V – **Domingos de Azeredo Leão Coutinho**, morador na “Volta-grande”, à margem esquerda do rio Itajaí.

“Henrique Etur”

Acredito ser filho de **Teodoro Henrique Etur**, natural de Lisboa, filho de **Nicolau Carlos Benjamim Etur** e de Ana Joaquina Rosa, que casou no Destêro (Florianópolis), a 28 de junho de 1819 com Maria Tibúrcia de Souza Medeiros, filha do Tenente Sálvio Antônio de Medeiros e de Antonia de Andrade.

I – **Henrique Etur** era casado com Maria Leopoldina. Em 1836 era Tenente, morava em Itajaí e era proprietário de uma lancha. Foi comandante militar do Batalhão de milícias de Pôrto-belo em 1842. Como Major esteve à testa da Colônia Itajaí. Enviuvando, casou segunda vez. Faleceu em Itajaí a 29 de setembro de 1861, no posto de Tenente-coronel. Teve os seguintes filhos:

1 – **Henrique Frederico Benjamim Etur**, Capitão da Guarda-nacional;

2 – **Augusto Frederico Benjamim Etur**.

1958 - A fome de ouro e prata I - Faisqueiras d'Itajaí. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 4. Fevereiro 1958. Páginas 63-67.

I – (...) A lenda estonteante da existência do argênteo metal na costa sul do Brasil, parece se ter difundido pela Europa ocidental depois da chegada à Lisboa dos navios exploradores de D. Nuno Manuel (1513-14), trazendo entre outras novidades um machado de prata tomado aos silvícolas ribeirinhos do Paraná-guassu, grande rio do continente e que, por isso, passou a ser conhecido e chamado da Prata.

Por 1516, um dos navios da expedição castelhana, chefiada pelo infortunado capitão português João Dias de Solis, de regresso à Espanha, deixou na ilha de Santa Catarina, em trágico naufrágio, um grupo de marujos. Pelos naturais da região foram informados da existência de riquezas metalíferas no interior do país.

Um dos supérstites, o português Aleixo Garcia, fascinado pelo que lhe contavam os ameríndios, de parceria com outros companheiros e um bom lote de indígenas, vaqueanos do remoto sertão, atirou-se à conquista do novo veio d'ouro. De volta, vitorioso, carregado de ótimos despojos, tombou com seus sequazes em sangrenta emboscada, que lhe armaram os terrantezes da região invadida.

E a fama de um rei branco, o El-dorado, como o chamaram os castelhanos, senhor de inesgotáveis tesouros, continuou a deslumbrar os aventureiros europeus.

Arribando em 1525, ao Pôrto dos Patos (Santa Catarina) um galeão espanhol da frota de Frei Francisco Garcia Joffré de Loaisa, sob o comando de D. Rodrigo de Acuna, seus patrícios ali radicados lhe entregaram 'quase duas arrobas (30 quilos) de ouro, prata e outro metal (?) muito bom para que as entregasse a el-rei d'Espanha, juntamente com uma descrição das riquezas da terra'. Infelizmente, o escaler que transportava a preciosa carga para bordo, devido à braveza do mar, emborcou, perdendo-se com ela um bom grupo de marujos.

Em fins de 1526 arribava à Santa Catarina a expedição castelhana, que demandava às Molucas, sob o comando de Sebastião Caboto. Deslumbrado com o que lhe contaram os cristãos ali radicados a respeito do reino remoto e fabuloso, Caboto desobedece às ordens reais, abandona o objetivo e mergulha no estuário do Prata, remonta o Paraná em demanda do fascinante El-dorado, sacrificando grande parte de seus acompanhantes.

Eis que chega, em 1532, o capitão português Martim Afonso de Souza, encarregado de recorrer a costa e alimpá-la de advenas. Também, tocado da ambição de riquezas fáceis, exaltadas por informações colhidas em Cananéia, lança ao sacrifício oitenta homens das equipagens de sua frota.

E apesar desses malogros, a lenda não se desfaz; o trecho da costa meridional do Brasil, entre Cananéia e o cabo de Santa Maria passou a ser conhecido entre os aventureiros de todos os matizes pela designação da “Costa da prata e ouro”.

No entanto, meio século decorrera desde o descobrimento; e, ao que se sabe, sem que as terras brasílicas apresentassem o mínimo vestígio dos cubiçados metais, muito embora, dia a dia, mais se dilatasse o campo de suas continuadas, incansáveis pesquisas.

Alfim, em 1552, rezam as crônicas, era o Govêrno da metrópole informado pelo primeiro Bispo do Brasil, o malsinado D. Pedro Fernandes Sardinha, do achado de ouro nas bandas do sul, em as ásperas costeiras das donatárias de Pero Lopes e Martim Afonso de Souza, notícia essa, pouco depois (1554) confirmada pelo padre jesuíta, José de Anchieta. A alvissareira nova propagaou-se rapidamente, qual um sismo, não só entre as miseráveis aldeias portuguesas d’além mar como entre os mesquinhos núcleos da nossa extensa costa, determinando um surto ao moroso movimento migratório para as bandas do sul e, como é de ver, ecitar mais ainda a audácia dos descobridores, que passaram a se agrupar para novos e mais largos empreendimentos. D’ái a organização das célebres entradas e das decantadas bandeiras.

II – rompe o século XVII. As terras dos Patos e dos Carijós, assim conhecidas a costa catarineta e sua projeção para o ocidente, passam a atrair forasteiros. Pedro Sardinha, patriarca e pioneiro da mineração do ouro no Brasil, e devassador do sertão, acabou morrendo, conforme nos mostra o mestre Taunay, no arraial do capitão-mor Lázaro da Costa, no sertão dos Carijós, em 1615. Também, por êsse tempo, Henrique da Cunha, magnata de grande fortuna, notável bandeirante e notório apresador de ameríndios, falece no mesmo sertão. Ora, estes e outros desabusados paulistas e

européus deviam ter vasculhado todos os recantos do território catarinense na faina incontida da descoberta de ouro e prata aliada à fúria escravagista. Querem nossos velhos cronistas que o paulista Capm. Gabriel de Lara, por 1640, fôsse o primeiro a descobrir veios auríferos nas encostas vizinhas à póvoa de Paranaguá. Como é natural, as amostras do precioso metal, por êle levadas a exame em S. Paulo, despertaram logo a fome de ouro entre os moradores da vila e seus arredores, levando-os assim a abalar para o sul.

Em 1645 outro audaz bandeirante Francisco Dias, genitor do Capm. Francisco Dias Velho, povoador da ilha de Santa Catarina, em uma das suas arrojadas incursões ao sertão dos Patos nêle pereceu.

Entre essa data e a de 1648 uma bandeira chefiada por Antônio Domingues encaminhava-se para os chamados ‘Campos de Bituruna’ (Buturuna, Ubuturuna, Voturuna, que no dizer tupi-guarani significa ‘Serra Negra’), no vale do rio Uruguai, território catarinense, em demanda de catas auríferas. ‘O intento colimado pela bandeira que se dirigiu ao sul do Iguassu – escreve o Dr. Taunay com sua alta autoridade na matéria – e atingir o norte do Uruguai, veio a ser a exploração do ouro, que se dizia existir no morro de Ibituruna (Serra Negra), onde as lendas da época situavam maravilhosas riquezas’.

Em março de 1649 abicava a Paranaguá Eliodoro d’Ébano, general da Armada das canoas de guerra das costas do sul, encarregado do exame e entabolamento das minas que tinham sido descobertas no Distrito e das mais que se viessem a descogrir como em qualquer outro das Capitânicas do Sul. Ao Rio enviou êle amostras do metal delas extraído.

O Provedor geral da Fazenda Pedro de Souza Pereira, em 1653, realizou uma viagem de inspeção aos povoados do sul. Em Paranaguá colheu do Piloto Daniel Gonçalves ‘homem de mar de muitos anos, e morador antigo de São Francisco do Sul’, detalhadas informações referentes à costa e portos de Santa Catarina, como Pôrto Belo, Caixa d’Aço e, com certeza, não tendo sido o rio Itajaí esquecido.

III – Com poderes do marquês de Cascais, então de posse das terras da Donatária de Santo Amaro e Terras de Sant’Anna, veio estabelecer-se no interior da ilha de São Francisco do Sul e seus aros o Capm. Manuel Lourenço de Andrade, com a família, escravos, administrados e um grupo de companheiros colonizadores. Corria o ano de 1655. Entre as sesmarias por êle distribuídas aos acompanhantes, uma coube a certo

João Dias de Arzão no interior da dita ilha, compreendendo nela a lagoa de Acaraí, que sangra no mar.

Êsse latifúncio, ao que parece, alcançava a chamada 'Barra-grande' da formosa baía de Babitonga, cuja margem sul, constituída por encosta rochosa, é conhecida até hoje por 'João Dias'. Nesse cabo se ergueu em tempo, belo farol, depois transferido para a ilha da Paz, e hoje aninha um discreto forte. O referido colono, pelo que se deduz, estendeu sua propriedade territorial mais para o sul, pois ainda se depara o nome 'João Dias' a assinalar uma das pontas penhascosas do pinturesco promontório de Itapocoroí, que Alfredo de Taunay tão magistralmente soube descrever em 'Céus e terras do Brasil'.

Os referidos colonos, como é de crer, além do arroteamento e cultivo da terra, da pecuária e da indústria da pesca, empregavam boa parte do tempo em bater os arredores, palpar a terra, sondar álveos de rios, etc. à cata de faisqueiras de metais preciosos.

Com certeza as zonas regadas pelos múltiplos afluentes do Itajaí não deixaram de ser farejadas por aqueles cupidos e audazes aventureiros. As nomeadas minas de Ibiturunas foram ainda visitadas entre 1670 e 78 pelo administrador Agostinho de Figueiredo.

IV – Da tormentosa e esgarrada expedição de Jorge de Macedo, em 1679, que se propunha levar reforços a D. Manuel Lôbo, empenhado na fundação da Colônia do Sacramento, às margens do Prata, fazia parte saliente o Capm. Cornélio de Arzão, possivelmente próximo parente do referido João Dias de Arzão que, por êsse tempo, - segundo o Dr. Luiz Gualberto, partia da vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco do Sul, à frente de uma bandeira e chegou a alcançar 'as fraldas de Buenos-Aires, explorando o sertão vasto e despovoado, onde encontrou as trilhas dos padres castelhanos pertencentes à Companhia de Jesus'.

V – em princípios do século XVIII, por incumbência do Mestre de campo da praça de Santos, Manuel Gomes Barbosa, e de conformidade com ordens recebidas do governo do Rio de Janeiro, o fracalhão Francisco de Castro Morais, foi mandado o incansável brasileiro Sargento-mor Manuel Gonçalves de Aguiar explorar a costa catarinense, de preferência a enseada das Garoupas (Pôrto Belo), a fim de ali se funar uma cidade e sondar as possibilidades minerais da região. Naturalmente essa resolução foi tomada por saber-se da existência de ouro no Itajaí, e no morro do Tayó, onde um dos filhos do Capm. Francisco Dias Velho, colonizador da ilha de Santa Catarina, estava a faiscar.

A 11 de fevereiro de 1771, velejava para o sul numa sumaca o Sargento-mor Gonçalves de Aguiar à frente de 50 homens. Durante 14 dias estadiou na enseada das Garoupas vasculhando-lhe as redondezas. Naturalmente o rio Itajaí não deixou de ser examinado.

A respeito da riqueza mineral da região, informava êle que ‘cinco léguas d’ali (Garoupas) estava a minerar pobríssimas faisqueiras Miguel Dias de Arzão’, provavelmente irmão ou filho do referido João Dias. Esclarecia ainda que ‘o rio Taehi está ao norte (da dita enseada) e inquerindo dos moradores da ilha de Santa Catarina sôbre as minas que ali houve, ‘me certificaram – diz Aguiar – que se haviam retirado daquela paragem por se haverem acabado as minas, onde em algum tempo se tirava bastante ouro e que nas faisqueiras velhas não se tirava nem em que se pudessem sustentar; que tinham notícia da existência nas cabeceiras do rio’.

Em a ilha de Santa Catarina, ‘velhos e moços’ certificaram-lhe que de minas não tinha notícia mais que das antigas do rio Taehi...’ Dizia mais, que ‘no rio Taehi nêle foi morador o capitão Miguel Dias (de Arzão?), sua mãe e irmãos e agora os achei moradores no rio de São Francisco...’

VI – Em 1720 o ouvidor geral de São Paulo, Rafael Pires Pardiniho esteve em correição em Santa Catarina. A êle apresentou-se, na póvoa do Destêrro, José Pires Monteiro, filho do malgrado povoador da Ilha, o Capm. Francisco Dias Velho, e declarou-lhe que viera a Santa Catarina ‘com ânimo de haver e fazer diligências de descobrimento de ouro, em que os defuntos seus irmãos ainda em vida de seu defundo pai, acharam nos matos da terra firme (?) de que êle pouca notícia tinha, por ser naquele tempo de tenra idade’.

Que nessa época se prosseguiam nos trabalhos de mineração nas faisqueiras pobres de Paranaguá, São Francisco do Sul, etc., ficamos sabendo pelo ato arbitrário do governador de São Paulo, César de Menezes, proibindo, em 1722, tais atividades, sob tremendas ameaças de prisão, apoites pesados, multas, confiscos de bens e até degredo para a Angola por muitos anos. Tudo isto por medo, esclarece-nos Washington Luiz, de uma agressão estrangeira, atraída pelo ouro, e as vilas do litoral, sem defesa, poderiam facilmente prêsas dos piratas. ‘O remédio empregado era daqueles que cortavam o mal pela raiz; para evitar a moléstia matava-se o doente; para que o ouro não fôsse roubado, proibiam-se-lhe a extração. O governo português assim, porém, não entendeu – podia acontecer que algum ouro escapasse à cobiça estrangeira – e cassou os bandos proibitivos do governador.

VII – êste, em 1724, determinava ao Capm. Mor de Curitiba, Xavier Pizarro, que ‘passasse à Serra Negra (Ibituruna) com as pessoas de maior experiência daquele sertão a fim de certificar-se do que havia de verdadeiro nos boatos da descoberta de faisqueiras, e disso mandasse ao governo prestar minudente relato’, na repartição de datas e na arrematação dos reais quintos de Sua Majestade.

Rodrigo César, em 1726, informava a el-rei que o rendimento das minas de Paranaguá era insignificante.

VIII – O Sargento-mor Francisco de Souza Faria, mandado de Caldeira Pimentel, governador de São Pualo, abrir pelo sertão, entre 1728-30, a estrada que devia ligar Araranguá a Curitiba, transpôs o rio Inhanguera (Y-na-nham-gera, isto é, Rio do diabo vermelho). Ao referir-se às minas ali existentes, informava: -‘Estas são as chamadas minas de Inhanguera tão afamadas como as antigas e ficam no sertão da Enseada das Garoupas (Pôrto Belo) e ilha de Santa Catarina.’

IX – Em 18 de fevereiro de 1749, o Coronel Manuel Escudeiro Ferreira de Souza, governador da Capitania subalterna de Santa Catarina, comunicava à corte de Lisboa terem chegado do sertão Carlos Marinho, Antônio Marinho de Moura, Vicente Duarte Baião e João Batista de Oliveira com a notícia de haverem encontrado sinais de minas de ouro, das quais contudo não traziam amostra por falta de muitas coisas necessárias.

Pela provisão de 20 de novembro do mesmo ano, foi-lhe respondido que se lhes faria o que pediam em seu requerimento nos limites da justiça e equidade, logo que fizessem mais certo o seu descobrimento.

X – O Capitão Antônio Marques Arzão, em o ano de 1775, na companhia de cinco amigos, entrou nos sertões catarinenses da terra firme a fim de descobrir ouro ‘por notícias que havia de antigos de que eram sertões ricos’. O grupo os farejou durante nove meses e afinal encontrou prata. Deu disso ciência ao governador Coronel Veiga Cabral (1778), que logo informou do achado ao Vice-rei marquês do Lavradio.

Por ordem dêste, ficou Arzão retido durante oito meses no Destêrro, de onde se retirou para Lajes. A 3 de junho de 1789, Arzão voltou à capital, onde fêz declaração do achado em presença do Provedor da Fazenda real.

XI – O Comandante da vila de São Francisco do Sul recebia, em 1791, instruções a respeito da exploração de minas. ‘Não consentirá – rezavam elas – se tirem nos rios de Itapocu e Tajaí sem apresentarem licença do Ilmo. Exmo. Snr. Vice-rei do Estado, mandada cumprir pelo Snr. Governador e deve ter uma pessoa de confiança

dos mesmos moradores de cada um dos rios, para o avisarem de qualquer tentativa que haja sobre este objeto para dar as providências necessárias, além da recomendação que deve ter o Cabo da Guarda da Barra do Araquari e o Oficial das Ordenanças da costa de Itapocorói’.

XII – Referindo-se às produções naturais da Província, Paulo José Miguel de Brito, em sua precioso ‘Memória Política’, escrevia em 1816: - ‘Em conclusão, para nada faltar a esta Capitania, até possui nas vizinhanças do rio Tajahi o mais precioso dos metais, o ouro...’

Quanto à existência de minas de oro e prata na província escreveu Almeida Coelho: - ‘... diz a Câmara Municipal da cidade do Destêrro, em ofício de 25 de setembro de 1829 ao governo da província ‘que no sertão do Rio Itajahy tirava ouro de muita boa qualidade Mateus de Arzão...’

1958 - Antigos moradores de Gaspar. Oswaldo Rodrigues Cabral. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 4. Fevereiro 1958. Páginas 68-70.

As recentes pesquisas que realizei nos arquivos, para poder recompor, com base em documentos autênticos, a história de Brusque, por um destes acasos tão freqüentes nas buscas históricas, permitiram que viesse parar às minhas mãos um interessante manuscrito, que outra coisa não é senão uma antiga relação de moradores de Gaspar e suas vizinhanças.

Procurando estabelecer pontos de referência, encontrei em Jacinto A. de Matos – Colonização do Estado de Santa Catarina – um breve relato sôbre uma colônia estabelecida no Itajaí-açu, em terras pertencentes ao Município de Pôrto Belo, em 1835, de acôrdo com a Lei provincial de 11 de maio do mesmo ano.

Segundo o referido autor, fracassou de início a tentativa de colonização devido às incursões dos silvícolas, tendo, em 1837, permanecido no local apenas 2 nacionais e 6 estrangeiros, mas no ano seguinte, com o estabelecimento de um pôsto de pedestres, os colonos foram voltando, de maneira que, dois anos depois, os arraiais do Belchior e do Pocinho já contavam 47 famílias brasileiras e 17 estrangeiras.

O documento agora encontrado permite-nos citar os nomes de algumas destas famílias e de posseiros de terras na região, pois, em 1842, sendo distribuídos novos lotes a novos moradores, são citados os confrontantes.

Assim, no lugar chamado Estaleiro das Naus do Pocinho já residiam Fermiano Correia, José Coelho da Rocha, Benigno Lopes Monçam, Francisco da Costa Passos, Joaquim Alexandre de Castro e João Vicente da Silva; no Arraial do Pocinho, Manoel Machado, o Padre Francisco Rodrigues, Agostinho Alves dos Santos e Luís Dias de Arzão; na Volta do Gaspar, possuía o major Henrique Etur uma vasta propriedade, Benedito Rios ocupava um pequeno retângulo, sendo outros posseiros Tomé Vieira Barbosa e Antônio Branzuite, não contando a grande área pertencente ao maior latifundiário de todo o vale do Itajaí, onde contava com numerosas e vastas áreas, José Henrique Flôres; no Pedra de Amolar, localizavam-se Antônio Dias, Antônio Pinto de

Carvalho, Carlos Monçam, José Angelo e os alemães Pedro Joaquim, João Cloques e um Jacó conhecido por Jacó alemão; na volta do Belchior, eram posseiros Pedro Dias de Arzão e Adão Miguel e, acima do Arraial do mesmo nome, Luciano José de Campos e Manoel José Pereira; na volta da Praia Comprida, arraial do Belchior, Jacinto Correia; na Fortaleza, Joaquim dos Reis e, acima dela, José Lisandro.

Em 1842, de acôrdo com a Lei nº 11, de 1835, que acreditamos ser a mesma citada por Jacinto A. de Matos, foram distribuídas terras na região a novos colonos. Os lotes eram de tamanho variável, todos com 500 braças de fundos mas com frentes que iam de 90 a 400 braças corridas, sendo mais numerosos os de 200 braças. O curioso documento que encontrei traz o seguinte título: Mapa das datas de terras distribuídas em virtude da Lei nº 11, de 1835, aos colonos abaixo relacionados, as quais foram medidas e demarcadas desde o lugar denominado Pocinho, até o Itaupava de Itajaí, da parte do norte, no Município de Pôrto Belo e cujas confrontações vão à margem declaradas'.

É uma relação de 27 nomes, contendo a área concedida, a sua localização, o rumo das suas linhas divisórias, as confrontações e a data da posse.

Assim, no Estaleiro das Naus: José Maria da Veiga, 200 x 500, posse a 16 de junho; Antônio José de Mendonça, 300 x 500, posse a 15 de junho, vizinhando com o antecedente e situado aos fundos do arraial; Francisco Antônio de Oliveira, 200 x 500, posse a 20 de junho; e Lisandro Antônio da Rocha, 150 x 500, posse a 21 de junho.

No Arraial do Pocinho, aos fundos: Vicente Miguel Nunes, 200 x 500, vizinhando com Antônio Inácio de Mendonça; João Luís Dias de Arzão, a 15 de setembro, filho de Luís Dias de Arzão, 400 x 500 e com êle vizinhando, bem como com o Padre Francisco Rodrigues e com Agostinho Alves dos Santos.

Na Volta do Gaspar receberam terras: João Guilherme, 200 x 500, a 23 de junho; José da Costa Passos, igual tamanho, a 24, vizinhando com o anterior, com o que se segue e com o Major Etur; José Alves dos Santos, também 200 x 500, a 7 de outubro, entre o referido major e Benedito Rios, com frente para o Itajaí; Manoel Belíssimo Rebelo, 200 x 500, a 29 de outubro, vizinho de seu irmão José Belíssimo Rebelo, que recebera igual área no dia 26 do mês; e Vicente Nunes Cordeiro, 90 x 1.000 entre Antônio Branzuite e a grande propriedade de José Henrique Flôres, com frente para o rio, a 5 de dezembro.

Em Pedra do Amolar: Antônio Mendes de Carvalho, 200 x 500, a 28 de setembro, vizinhando com Baltazar Pinto Correia, que recebeu 400 x 500, na mesma

data; seu vizinho, Nicolau Deixam (Deschamps?), recebera na véspera, 200 x 500; João Jacó recebeu, a 29, área igual; e Antônio Dias de Moura, a 3 de outubro, 100 x 500.

Na Volta do Belchior, José Adão Miguel recebeu 200 x 500, a 20 de outubro, ao lado do seu irmão João Adão Miguel, que recebera igual quantidade, a 21 de junho, vizinhando ambos com seu pai, Adão Miguel, e com Pedro Dias de Arzão.

Acima do Arraial do Belchior, a 4 de dezembro, João José Pereira obteve 140 x 500 e dois dias depois lhe deram por vizinho José de Oliveira, que recebeu 100 x 500, na volta da Praia Comprida do dito arraial.

Na Fortaleza, a 20 de outubro localizou-se Antônio João de Oliveira, com frente para o rio, 200 x 500, e, finalmente, acima da Fortaleza, depois dêste último, todos de frente para o rio, com 200 x 500 braças cda um, João Gonçalves da Silva (22-10-1842), Tomás da Costa (25-10), José Joaquim dos Reis (28-10), Manoel Moreira (29-11) e Joaquim Moreira (4-12).

Foram estas as distribuições de terras na região, feitas em 1842.

Conta Jacinto A. de Matos que a colônia teve vários Diretores – Agostinho Jacinto A. de Matos, João Dias da Silva Mafra, major Henrique Etur e um seu filho, Augusto Frederico Benjamin Etur – mas não possuía regulamento de espécie alguma, nem gozou de favores concedidos aos estabelecimentos coloniais, adiantando que o Dr. Blumenau foi um dos seus moradores.

Em 1854, o Presidente João José Coutinho não a considerava mais como colônia – narra o mesmo autor – participando os seus moradores da totalidade da população provincial e sujeitos ao regime tributário comum.

1958 - A fome de ouro e prata – II O Monte Tayó. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 5. Março 1958. Páginas 92-96.

I – O conhecimento dessa famosa montanha, ao que parece, data da época da cata de prata e ouro, primórdios do século XVII, pois, por 1689, quando, ao tomar cruel desforço, os piratas assassinaram o Capitão Francisco Dias Velho, colonizador da Ilha de Santa Catarina, um dos filhos deste destemido bandeirante, de nome Salvador (?) – segundo Almeida Coelho – ‘Se achava na terra firme tirando ouro no morro do Tayó, donde logo veio’.

Quando da abertura da estrada de ligação entre Araranguá e Curitiba, pelo interior (1728), o Sargento-Mor Souza Faria, encarregado dessa empresa, ao alcançar a altura da Ilha de Santa Catarina, encaminhou-se para o norte à procura do morro Tayó; mas debalde. Passava esse cêrro – escreve o mestre Taunay – por abundantíssimo em prata. Em sua informação, disse Faria: - ‘Bons desejos tive de os socorrer, mas a fome e a miséria em que nos aviamos todos, nos obrigou, não só deixar o morro, mas ainda a mesma Serra do mar’. Explicava êle que de um rio chamado Santa Luzia, seguiu viagem para os campos e passando neles algumas restingas de matos deu em outro campo mais alto e alísio, de onde avistou ‘um morro, que pelo roteiro que levava dos sertanistas antigos julgou ser o rico e sempre procurado morro do Tayó e ao mesmo pareceu ao seu Piloto’.

Da Serra Negra (Ibituruna, Buturuna, Vuturuna), descreve Faria, ‘corre um ribeirão que vai buscar as cabeceiras do dito morro Tayó, o qual morro é baixo, redondo e agudo com sua campina ao pé e tem este feitio. Tem também sua campina da banda do norte e da banda do sul, mato carrasquenho; pelo pé deste morro podem buscar ouro; e quando se queira alongar para as matas do mar, não seja pela parte do sul, seja pela parte do norte, que dali emanam as cabeceiras todas do Tajay-merim, que não poderão deixar de acharem ouro’.

II – Em o Mapa castelhano de J. C. Cano y Olmedilla, 1775, já figura o monte Tayó. O governador de Santa Catarina, coronel Gama Freitas, oficiava a 2 de maio de 1776 ao Vice-rei, marquês do Lavradio a respeito da jurisdição de sua Capitania sobre a

parte do território de Lajes. Mostrava que ‘o principal motivo da entrada naquele sertão foi a descoberta do Morro Tayó, que passa por tradição ser abundante de ouro; não me consta por ora haja mais nada, que terem-no conhecido, mas é provável que nele façam alguns exames minerais’.

A 2 de agosto de 1779, a Câmara municipal de Lajes comunicava ao Governador e Capitão-general de S. Paulo (a quem estava subordinada), M. L. Lopes de Saldanha, que Antônio Marques Arzão a ela se apresentara denunciando que a prata por êle achada no Tayó tinha sido por êle entregue ao Capitão-mor-regente Antônio Correia Pinto; que êste a tinha feito fundir em 1776 por Antônio José Muniz cujo certificado apresenta; e que o Capitão-mor tinha sonogado êsse descobrimento cuja glória o quis dest’arte privar; pelo que êle viera fazer esta denúncia à Câmara, que consultava ao Capitão-general enviando-lhe a petição de Arzão o qual declara nela que ‘as ditas minas estão nas vertentes da marinha e por isso as denunciara na Capitania do Rio de Janeiro’.

Correia Pinto, o fundador de Lajes, apesar de ter sofrido ‘huma enfermidade de estupor’, estando em S. Paulo, escreveu a 21 de março de 1783, da vila de Aracaringunna, a certo João Batista Victoriano (outros dizem Floriano) pedindo-lhe informações sôbre as minas do monte Tayó.

Em 1787, o Alferes Antônio José da Costa, em relatório que apresentou ao governador catarinense a respeito da picada que abrira para Lajes, diz: -‘... pelo que respeita ao descobrimento de ouro no referido paiz, fui informado de que muitas pessoas da Capitania de S. Paulo e Minas Gerais o teem intentado, mas, ignoro o fruto de suas deligências até agora, por onde venho a concluir que o tempo é que pode verificar se é ou não certa a opinião vulgar de que há ouro naqueles sertões, e se existe realmente o denominado Tayó, com as riquezas que o mesmo vulgo lhe acumula...’

O referido A. Marques Arzão ao Alferes se associou, no ano seguinte, na empresa da abertura da estrada para Lajes, fazendo, no ano seguinte a declaração abaixo: - ‘ Termo de declaração que faz o Capitão Antonio Marques Arzão do descobrimento de prata que fez no sertão da terra firme da Ilha de Santa Catarina: - Aos 3 dias do mez de Junho de 1789, nesta Provedoria da Real Fazenda da Ilha de Santa Catarina, apareceu presente o Capitão Antonio Marques Arzão a quem eu abaixo nomeado lhe li e itimei a Portaria do Snr. Governador José Pereira Pinto remetida a esta Provedoria, que se acha no Arquivo dela, cujo o seu teor é o seguinte: - ‘O provedor da Fazenda Real fará declarar por termo ao Capitão Antonio Marques Arzão o descobrimento da prata, que fez nos sertões da terra firme desta ilha que deu a manifesto

ao Governador que esteve nesta ilha, o coronel Francisco Antonio da Veiga Cabral, o lugar e tempo em que o fez, a quantidade de amostra que tirou e todas as mais circunstâncias a esse respeito; de cujo termo se apresentará certidão dele. Desterro, 30 de maio de 1789. Com a Rubrica – por virtude do que foi dito e declarado pelo dito Capitão, que em o ano de 1775 entrara para os sertões da terra firme desta Ilha com cinco pessoas a descobrir ouro, por noticia que havia dos antigos, de que eram sertões ricos, em cujo descobrimento andara nove mezes, e descendo da vila das Lajes para baixo a rumo de leste, no espaço de quinze léguas, depois de descer a serra obra de uma légua encontrara muitas pedras em as quais se achava pelas experiências, que em diferentes partes fizera, prata cravada nas mesmas pedras, té que encontrando uma pedra solta redonda do feitio de uma bola de jogar, muito pezada, fazendo-a queimar, ajuntara pelo meio dela duas veias da grossura de um dedo, a qual deixara no mesmo lugar, e desenganado de que era prata, e que neste lugar, que ocupara duas léguas mais ou menos, encontrara pelas experiências que fez a mesma prata, já em pedras, já em granito, de que para o fim ajuntando uma pequena porção trazendo-a para fora, a fizera fundir por um ourives e fazendo uma pequena barra por onde se conhecia a finura dela a dera ao manifesto nesta ilha ao Snr. Governador Francisco Antonio da Veiga Cabral, que de tudo fizera ciente ao Ilm^o Snr. Marquez do Lavradio, Vice-rei então do Estado, ficando ele nesta Ilha sustido té decisão do mesmo senhor oito mezes; e não vindo no decurso do dito tempo, se retirou para a vila de Lajes, onde é morador; e por não ter mais circunstancias que declarar sobre o dito descobrimento fiz este termo em que o dito Capitão assinou comigo ‘Manuel José Ramos, Escrivão da Fazenda Real, que o fiz. – Manuel José Ramos – Antonio Marques Arzão’.

III – tendo-se oferecido o Sargento-mor João da Silva Machado (1782-1875), futuro barão de Antonina ‘para ir à sua custa, e de outras pessoas zelosas do real serviço à montanha Itayó fazer nela as convenientes explorações a fim de verificar se é ou não certa a tradição de haver na mesma montanha ricas minas de ouro, requerendo para essa importante deligencia a faculdade de poder alistar trinta homens para o acompanharem, e o socorro de algumas armas, pólvora e alguns outros auxílios que precisava’, el-rei (D. João VI), por aviso de 2 de outubro de 1820, houve por bem permitir-lhe, mandando ao Governador de S. Paulo (Ouenhausen) conceder-lhe o que pedia para a dita empresa, ‘de cujo resultado deverá vir dar conta a esta Secretaria d’Estado dos Negocios do Reino, e igualmente dos progressos que fizer neste descobrimento, e dos terrenos que houver ou já descobertos, ou desconhecidos para um e outro lado da sobredita

montanha, parecendo muito conveniente, como já comuniquei a V. As., no aviso nº 71, de 30 de Setembro próximo passado que se faça essas explorações ao mesmo tempo que se trabalha na estrada da Mata para se poderem socorrer mais facilmente’ – explicava o Ministro Villanova Portugal.

IV – Ao que parece, o catarinense Miguel Gonçalves dos Santos, Administrador da Armação de baleias de S. Domingos, no Rio de Janeiro, sabedor dessa tentativa, em longa carta ao referido Ministro, datada de 20 de outubro de 1820, depois de descrever-lhe a abertura de uma comunicação terrestre entre Destêrro e Lajes, em 1788, no governo de Pereira Pinto, passou a mostrar-lhe o merecimento dos terrenos atravessados por ela e as vantagens que deles se poderiam auferir. Dizia-lhe que ‘o rio Tajahy era digno de uma freguesia... e isto se conseguiria com facilidade, se o governador daquela ilha tivesse espirito creador’.

Afirmava ainda que o seu conhecido, o Capitão Antônio Marques Arzão, ‘por amizade’, lhe confiara que ‘naqueles sertões havia um Monte, que de certo seria o Grande Tayó, que diziam terem os jesuítas sacado bastante prata pela parte das Missões’; ‘que o dito Arzão, fazendo fogo de noite para a sua comida cozida, e servindo-se de três pedras para formar uma trempe à sua marmita, tendo chovido naquela noite, vira que de manhã as pedras estavam brancas pelas faces de dentro, e que levando as que pode ao seu Capitão-mor, este remetera com elas à vila da Laguna, donde foram logo enviadas ao governador de Santa Catarina, que então era o Brigadeiro Francisco de Barros Moraes Araujo Teixeira Homem, o qual mandando fundir uma das ditas pedras pelo juiz de ofício da prata, Luiz Correia, este viera dizer que era prata finíssima, pelo que lhe mandou o governador dar quartel, e 400 rs. Para prato enquanto não voltasse de Sua Majestade, a quem dava parte pelo Vice-rei do Estado, que então era o Exmº Snr. Luiz de Vasconcelos e Souza, e que tendo a solução demora, e aquele a sua família de cuidar, se retirara com licença do mesmo governador com a obrigação de voltar sempre que fosse chamado; o que ainda não tinha acontecido’.

E Gonçalves dos Santos assim encerrava sua missiva: - ‘O Suplicante, que ouviu falar do zelo de V. Ex. sobre coisas que interessam o Estado e a Nação, também julga ser tempo de manifestar a um Ministro sábio um segredo, que conserva a 29 anos, e oferecer-se juntamente, como puder para qualquer serviço de S. Majestade dirigido por V. Exa...’

Como sabemos D. João VI além de sórdido e lambão (e que levantar estátua a essa figura estercorária!...) era de uma ganância nunca vista. O erário real andava, como sempre, desfalcado. O ministro dêsse departamento, Villanova Portugal, em face das notícias acima, apressou-se, por aviso de 11 de dezembro do ano referido, em enviar ao governador de S. Paulo uma cópia do relatório de Gonçalves dos Santos, determinando-lhe que fizesse proceder às necessárias investigações e informasse com o seu parecer sôbre a existência do dito monte (Tayó), etc. O governador Oyenhausen, em ofício de 1º de novembro, havia abordado vários comentários em torno da pretensão do Sargento-mor Silva Machado e dos abusos que poderia praticar na diligência de que se achava encarregado, no descobrimento do monte Tayó, tendo à sua disposição trinta homens armados....

O referido ministro, em 18 de dezembro, retrucava que ‘el rei tomando em consideração as grandes utilidades (do sargento –mor), que podem resultar do bom êxito da comissão de que o encarregava e as poucas pessoas aptas para semelhantes deligencias, absolutamente dependentes do conhecimento do local, e do habito de entranhar-se por terras incultas e de sertão não se dignou removê-lo da mesma comissão, e ordena que ele continue como se acha determinado; procurando V. As. Por convenientes providencias e precauções evitar que os sertanejos que o acompanham, e entram no sertão para o mencionado descobrimento, não estejam independentes da bem regulada subordinação, que deve haver’.

Ao que parece, Oyenhausen não devotava grande simpatia a Silva Machado e procurava retardar o seu empreendimento, pois o ministro, pelo aviso de 9 de janeiro de 1821, declarava não convir ‘retardar-se a importante deligencia da investigação do Itayó, e descobrimento da navegação do Itajahy; por isso é o mesmo senhor servido que V. As. Mande principiar a deligencia do Itayó... sem dependência da estrada da Mata. O que participo a V. Excia. Para que assim se execute’.

Ainda, por aviso de 17 de fevereiro de 1821, declarava Villanova Portugal ao governador de S. Paulo estar el-rei ciente das providências dadas por êle para se começar, na conformidade das reais ordens o trabalho de suas explorações na região considerada.

Infelizmente, não conseguimos o provável relatório apresentando pelo Sargento-mor, Silva Machado, a respeito de suas explorações na região considerada.

A revolução liberal-constitucionalista de Portugal, refletindo-se no Brasil, modificando o ministério e obrigando a D. João VI a regressar a Lisboa, seguida, logo

depois, pelo nosso movimento emancipador, veio, naturalmente, amortecer por completo a impulsão que se iniciara para o conhecimento do sertão catarinense, e, com êle, desvendar o segredo do famoso monte Tayó.

V – A respeito da famosa montanha, ouçamos a opinião de vários autores: anota Milliet de Saint-Adolphe em seu ‘Dicionário geográfico, historico e descritivo do Império do Brazil’, de 1845: - ‘THAHÓ – monte altíssimo da província de S. Paulo, que dizem ser aurífero, posto que não tenha sido lavrado por falecer d’água em suas encostas. Domina este monte sobre o Tajahy, cujo curso dele se avista em toda a sua extensão’.

Escreve J. G. dos Santos Silva (1887): - ‘Não fará porem mal que eu aqui transcreva o que sei dessa crença vulgar no Tayó: as primeiras noticias que adquiri foi pela tradição: o Tayó era e parece que é, como a ilha incógnita, de que os Capuchinhos em Lisboa passavam certidão aos sebastianistas, isto é, que dous deles, vindos da índia e encontraram e visitaram, etc., a qual ninguém mais pode encontrar; o Tayó aparece e tem sido visto a 8 ou 10 leguas de distancia e talvez menos, mas por mais que andem para ele, nunca lá chegam, e continua-lhes parecer sempre distante; haverá dous para três anos – escrevia em 1867 – apareceu em um periódico de Porto-Alegre a publicação de um alemão, que o tinha descoberto, mas guardava segredo do logar; não sei se achou quem lhe comprasse o segredo; o publico ou pelo menos eu nem li nem ouvi mais falar desse descobrimento: este ano apareceu no ‘Mercantil’ desta cidade – Destêrro, hoje Florianópolis – um ‘Descobriu-se afinal o Tayó’ e ainda tem a Cruz, que lá tinham os Jesuitas, etc.; essa publicação mereceu que no ‘Despertador’, nº 469 (1867) fosse transcrita a declaração de 3 de julho de 1789, acima referida, feita por Arzão ...”

Diz o Padre Paiva, em seu ‘Dicionário’, 1868: - ‘Tayó – morro que afirmam conter minas de prata. Tem sido muito procurado e é ainda pouco conhecido. Eleva-se com grande saliência formando um morro agudo, e mais ao Norte deste um outro com três sentadas até chegar ao seu cume sobre a corda da Serra Geral, no sitio onde se destaca a ramificação denominada Serra do Marco. Demora entre as nascentes do Rio Marombas ao norte e o dos Cachorros ao sul a uma distancia de 7 ½ léguas ao SO. Da sede da parochia dos Curitibanos. A existência do ferro e outros metaes em seu seio ou vizinhança atribue-se a variação da agulha magnética quando ávidos aventureiros o tem pretendido explorar. Esta fama bem ou mal fundada tem feito a muitos arrostarem trabalho insano em pesquisas infructiferas, pois que, segundo se acredita, poucos teem

tido a dita de pizar neste novo El-Dourado. O pico mais elevado do Tayó está em 27°23'15" de latitude sul e 50°18'57" de longitude oeste pelo meridiano de Greenwich'.

O engenheiro militar Alfredo Ernesto Jacques Ouriques assim se manifesta sôbre a montanha em questão: - 'Na Serra do Espigão se eleva uma montanha quase nua de vegetação e apresentando o aspecto, principalmente de certos pontos de vista, de uma grande casa de pedra com a cumieira e coberta perfeitamente acentuadas, à qual dão o nome de Tayó'.

Diz dêle o saudoso General José Vieira da Rosa: - '... famigerada serra, onde dizem existir, segundo todas as probabilidades existem, ricas jazidas de ouro. Este celebre morro tem fama de encantado, tem órgãos locomotores, como qualquer animal, pois pode mover-se, deslocar-se à vontade e assim esconder-se às vistas profanas. Alguma fada encantou ali um príncipe ou uma princesa que cumprirá seu fadário até que o louro metal seja arrancado das entranhas da terra. Dizem os meus crédulos compatriotas que o decantado morro tem se escondido sempre que tem sido procurado, e que jamais alguém logrou subil-o sem arriscar a perder a vida'.

O professor Padre Pauwel, assim se refere ao Tayó: 'O lendário morro é completamente isolado, tem a altitude de 1.066 metros e demora entre a serra do Mirador e o Itajahy do norte'.

Escreve o engenheiro agrônomo, Dr. Jacinto de Matos: - 'No ponto de origem da Serra do Mirador, na Serra Geral, fica situado o monte Itayó cujo perfil, em fórmula de barraca, em dias claros, é avistado das escadarias do edifício da Prefeitura e Catedral da cidade de Lajes, azulado, muito ao longe, ao norte'.

Em 1824, João Antônio Rodrigues de Carvalho, que era presidente da Província de Santa Catarina, elaborou um 'Projeto de uma estrada da cidade de Destêrro às Missões do Uruguai e outras providências que devem servir de ensaio ao melhoramento da Província de Santa Catarina' no qual diz o seguinte sôbre o Itajaí. 'As margens e ribas do Itajaí, navegável por mais de vinte léguas, estão apenas salpicadas de um ou outro morador, que vive como em um coito ou isento, quando o país é povoado de excelentes matas de construção e marchetaria, que podem fazer um ramo interessante, pelo favor da excelente enseada, que toma o nome do rio; sem falar no ouro de que é fama abunda e de que se sabe por se ocuparem alguns moradores em mariscal-o' (Revista do Instituto Histórico e Geográfico, volume 28).

1958 - Itajaí: De fazenda à cidade I. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 6, abril de 1958. Páginas 115-117.

I. - Quando, em março de 1711, aportou em a enseada das Garoupas (hoje Porto Belo) o Sargento-mor da praça de Santos Manuel Gonçalves de Aguiar, em exploração aos portos catarinenses, dizia em informação que prestou, que ‘o **rio Taá-hy** se acha despovoado, sem morador algum; e nêle foi morador o capm. Miguel Dias (de Arzão?), sua mãe e irmãos e ora os achei moradores no rio S. Francisco’.

O governador de S. Paulo, Botelho Mourão, Morgado de Mateus, invadindo jurisdição alheia, mandou, em 1766, o Capm. Antônio Correia Pinto fundar um povoado em Lajes. Seu colega do Rio Grande do Sul, Coronel Custódio de Sá e Faria, ao saber do caso, protestou contra a suposta invasão de sua circunscrição política. Esta reclamação foi encaminhada ao Vice-rei, conde da Cunha, que, em ofício de 22 de fevereiro de 1767 ao Morgado, aconselhava-o ‘a não prosseguir na empreza, a fim de evitar atritos’, persuadindo-lhe a ‘**estabelecer povoação ao norte do rio Tujuhy** (Itajaí), por ser mais comodo, **o terreno para todas as execuções**’, - dizia-lhe o conde com malícia – **de suas vastissimas idéias**’.

Diante disso, o Morgado oficiou a Correia Pinto, indagando dêste ‘se se poderá fazer com a mesma utilidade esta fundação (a de que estava encarregado) nas cabeceiras do rio das Canoas ou nas margens do rio **Tajuy**, ou em outro ponto adonde não nos perturbem’. Não conhecemos, infelizmente, a resposta do fundador de Lajes.

II. – Ao referir-se aos portos da Província catarinense, de cujo govêrno fôra secretário, Paulo J. Miguel de Brito assim se manifesta sôbre o Itajaí: - “O porto de Itajahi é pequeno e pouco frequentado ‘**por não haver ali povoação**, mas é seguro e abrigado, e pode vir a ser de transcendente utilidade, como adiante direi; a sua entrada é entre o Pontal do norte e a ponta Cabeçuda ao lado do sul, com 6 a 7 braças de fundo; o canal é estreito e deve demandar-se com vento e maré favoráveis; o fundeadouro tem o sobredito fundo e é **defronte de uma Fazenda de lavoura, chamada de Arzão, unica que com casa ali se encontra**”. Entre as medidas preconizadas pelo citado autor, em

sua preciosa ‘Memória Política’ (1816) lembrava êle “povoar e cultivar os terrenos de ambas as margens do rio **Tajahi-assu**, desde a sua foz até a primeira cachoeira; e o **Mirim** desde sua confluencia naquele até onde fôr navegável, e daí para cima até o campo da Boa Vista”.

III. - A casa-real portuguesa instalara-se no Brasil, que passara, em 1815, de simples colônia à categoria de Reino-unido ao de Portugal e Algarves. Dois anos volvidos, foi chamado a sobraçar a pasta do Reino e Erário e, logo depois, as da Marinha, Estangeiros e da guerra, o magistrado Tomaz Antônio de Villanova Portugal, que assim concentrava em si todo o mecanismo administrativo, tornando-se o ministro universal de um rei absoluto. Embora português, Tomaz Antônio sempre demonstrou, desde sua chegada, grande afeição pelo nosso país e seus naturais. Apesar de graves defeitos e de erros administrativos projetou e realizou vários serviços públicos dignos de memória.

Teve êle durante algum tempo os olhos voltados para Santa Catarina, onde pretendia estabelecer um grande Arsenal marítimo; criou a Intendência de Marinha; na enseada das Garoupas fêz assentar uma colônia de pescadores procedentes da Ericeira, em Portugal.

Da mesma forma tratou de fundar às margens do **Itajaí-mirim** um estabelecimento colonial e os alicerces de uma cidade. Para isso, procurou alguém de sua inteira confiança e com capacidade bastante para dirigir a empresa. O escolhido foi o seu Oficial de gabinete Antônio de Menezes Vasconcellos de Drumond (1794-1865) ilustrado brasileiro que, mais tarde, relevantes serviços prestaria à sagrada causa de nossa emancipação política sob a direção de José Bonifácio, o Patriarca.

Meu saudoso irmão José Arthur, sob o título “Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond”, escreveu do Rio de Janeiro, a 11 de junho de 1913, a notícia abaixo, que a “Revista Catharinense”, da Laguna, do não menos saudoso José Johanny, estampou em [...] III, nº 1., pag.19, de janeiro de 1914: “Nos capitulos I e II, da última parte das “Notas para a História Catarinense” transcreve o capitão-tenente Lucas Boiteux algumas referências do ilustre brasileiro Antônio de Menezes Vasconcellos de Drumond aos períodos governamentais de Tovar de Albuquerque e de Pereira Valente (conde do Rio Pardo) que no quinquênio de 1817 a 1822, enfeixaram nas mãos os poderes com que, em nome de Sua Magestade, presidiam os negócios da Capitania. Por julgá-las interessantes envia as notas que coligi, em rápida leitura que fiz das

“Anotações” do mesmo Vasconcellos de Drummond, enviando o leitor que queira conhecer-lhe a biografia ao “Brasil Histórico” do Dr. A. J. de Melo Moraes.

“Denunciado falsamente de pertencer a uma das Sociedades secretas que tão larga influencia tiveram nos acontecimentos determinativos da revolução de 1817, em Pernambuco, Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, que então exercia o cargo de Contador da Chancelaria-mor, gozando da inteira confiança do chanceler Tomaz Antônio de Villanova Portugal, recebeu o injusto castigo de seguir para Londres. Abalado pela atitude assumida por Vasconcellos de Drummond, declarando-lhe que “voluntariamente não partiria, porquanto era inocente”, acrescentando “que si o julgava criminoso, mandasse pô-lo em processo e si o considerava inocente, não consentisse que se abusasse de sua boa fé nem que o fizessem instrumento da perseguição de um moço que, no principio de sua carreira, já tinha dado boas provas da sua honra e da sua probidade”; “o poderoso Chanceler resolveu, atendendo ao precário estado de saúde de jovem funcionário, que fôsse para Santa Catarina “mudar de ares com seis meses de licença”.

“Conta-nos Vasconcellos de Drummond – prossegue José Boiteux – que da denuncia ao dia de sua partida decorreram muitos meses, mais de um ano. Governava então a capitania o coronel João Vieira Tovar de Albuquerque”.

Aqui um parêntesis. A 14 de fevereiro de 1820 Drummond apresentou ao Governador referido o seguinte Aviso real:

“El Rei N. S. Ho servido que Vmce. vá se apresentar a João Vieira Tovar Albuquerque, Governador de Santa Catharina, para tomar posse d’huãs Terras para o mesmo Senhor junto ao Rio Tajahy-mirim, a fim de nelas formar hum Estabelecimento segundo a direcção que lhe ha de dar o mesmo Governador, na forma das Instruções que serão a este dadas por esta Secretaria d’Estado dos Negocios do Reino. O que participo a Vmce. para que assim se execute. Ds. Ge. a Vmce. Paço em 5 de fevereiro de 1820.- **Thomaz Antônio de Villa Nova Portugal** – Snr. Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond”.

Êste aviso só foi registrado, mais tarde, no Destêrro, a 28 de março do ano seguinte, pouco antes do regresso de Drummond ao Rio. Infelizmente, não alcançamos descobrir as instruções transmitidas ao governador Tovar.

Prossegue José Boiteaux: “Ali permaneceu Vasconcellos de Drumond sete meses, que êle bem aproveitou, estudando a situação da capitania, traçando-lhe um vasto plano de melhoramentos. Regressando ao Rio, apresentou circunstanciado relatório ao chanceler Villanova Portugal, que o aprovou, cometendo-lhe a incumbência de colonizar as terras banhadas pelo rio Itajaí. Dois outros inestimáveis serviços ficou devendo a capitania a Vasconcellos de Drumond, que propôs a abertura de uma estrada do Destêrro a Lajes e a desanexação desta então vila da capitania de S Paulo e sua reunião à de Santa Catarina. Ambas as propostas foram aceitas por Villanova Portugal, que determinou fôsem executadas. “A obra da abertura da estrada – narra-nos Drumond – foi interrompida pela revolução de 1821, que decidiu do regresso do rei D. João VI a Portugal. Não sei se depois da Independência essa obra continuou, nem o estado em que se acha. O que me parece é que deve ser acabada e em tôda a sua extensão, criadas colonias agricolas de gente livre, cujo numero nunca será demasiado. Todo aquele terreno é muito produtivo. Da Vargem dos Pinheiros se tirou o mastro grande para a nau **S. Sebastião**, que foi construida no Rio de Janeiro. A intenção de Tomaz Antonio era de criar ali colonias nacionais e estrangeiras’.

No tocante aos trabalhos executados no Itajaí, diz-nos Vasconcellos de Drummond, que alguns se fizeram, “mas nem houve tempo nem meios para os levar ao cabo”, porquanto assumindo a pasta do Reino, o almirante Quintela lhe dirigira um aviso, em data de 26 de fevereiro de 1821, “recomendando suspendesse tôdas as obras que exigissem despesa e se retirasse para a côrte, visto S.M. dar por acabada a comissão de que estava encarregado.

“Todavia, - acrescenta o ilustre brasileiro – ali se construiu uma sumaca denominada **S. Domingos Lourenço**, que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajaí, carregada de feijão, milho e taboado, para o Rio de Janeiro. Ainda do Itajaí mandou Vasconcellos de Drumond, sem nenhum dispendio para os cofres públicos, a madeira para a construção do edifício destinado ao Museu Nacional. De S. Francisco, que também visitou, enviou àquele Museu algumas perolas “pequenas mas de boa qualidade”, pescadas ali. A 9 de maio de 1821 chegava ao Rio de Janeiro Vasconcellos de Drummond, a bordo da sumaca **Venus**, de propriedade do negociante catarinense João Luiz do Livramento, para cujo bordo fôra acompanhado pelo governador Tovar de Albuquerque, pelo intendente de Marinha Miguel de Souza Melo e Alvim e por outras pessoas qualificadas”.

Quando Drumond aportou ao Destêro (hoje Florianópolis) ali encontrou o sábio naturalista francês Saint-Hilaire. Tratou logo de seguir para o Itajaí a pôr em prática os planos ministeriais. Com uns tantos soldados, dispensados das fileiras do 12º Batalhão (do coronel Inácio Madeira, o verdugo da Bahia na guerra da Independência) e perceberiam 160 réis diários no 1º ano e 80 réis no segundo, iniciou êle no sítio escolhido, as derrubadas, plantações, edificações expeditas para o alojamento dos colonos e a montagem de uma serraria. Logo em seguida deu princípio à construção naval, pondo no estaleiro a quilha de uma sumaca. A futura povoação, que devia ser chamada “São Tomaz da Villanova”, em homenagem ao nomeado ministro, foi delineada pelo coronel português, da arma de engenharia, Antônio José Rodrigues (1774-1858), mandado em junho de 1819 a Santa Catarina incumbido das obras das fortificações e outras de engenharia.

A respeito da missão de Vasconcellos de Drummond, assim se manifesta o historiador catarinense M.J. de Almeida Coelho, à pag. 93 de sua “Memória histórica”, primeira edição de 1856: “No mesmo ano (1820) veio da côrte....” [...]

1958 - Itajaí: De fazenda à cidade II. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 7, maio de 1958. Páginas 128-132.

IV. – Em o primeiro quartel do século XIX, procedente do Destêro (Florianópolis) – segundo as memórias de J. M. da Costa Rodrigues – estabeleceu-se

“no território do rio de Itajaí, o coronel da legião da Guarda nacional, Agostinho Alves Ramos, onde edificou um grande prédio e concorreu para a construção da primeira Capela que se fêz de pau a pique, barreada, próxima à casa de residência em a qual tinha negócio, e sua mulher, padaria. Era o único negociante do lugar, e comprador de todos os gêneros e madeiras que o povo serrava a braços. Obtivera do govêrno várias concessões de terras; era o carrregador dos barcos do major Anacleto José Pereira (negociante de Destêro); diretor das colônias que o govêrno mandou estabelecer, cujas terras tinha autorização de passar títulos; era diretor das obras públicas, pontes e estradas; fornecedor de tudo que era preciso no lugar; administrou a primeira Capela, bem como a segunda, por ter caído a primeira. A pedra da segunda Capela, que presentemente serve de matriz, êle a mandou tirar da sua fazenda no rio da Conceição, onde também tinha olaria, e também boas madeiras, sendo a nova Capela construída pelo material por êle fornecido e bem vendido”.

V. – Estabelecido que foi em Itajaí, o então Major Agostinho Alves Ramos armou, em uma das dependências de seu solar, pequena capela, onde se rezavam novenas e, de longe em longe, os vigários e capelães de Itapocoroy e Pôrto Belo, realizavam ofícios divinos. Mercê de seu prestígio, a 31 de março de 1824, o pequeno

arraial foi elevado a Curato, e nomeado o seu Capelão curado pela Provisão episcopal abaixo:

“Dom José Caetano da Silva Coutinho, por mcê de Deus e da Santa Sé Apca., Bispo do Rio de Janeiro, Capelão Mor de Sua Mag. Imperial, do seu Conselho e Presidente da Mesa da Consciencia e Ordem, etc. Aos q. a presente Nossa provisam virem Saúde e Benção. Fazemos saber que atendendo Nòs a suficiencia e bom procedimento do Rev. Pe. Frei Pedro Antonio Agote, Religioso Franciscano, Havemos por bem de o prover, como pela presente Nossa Provisam o provemos e enquanto não mandarmos o contrario em a Ocupação de Capelão curado no Districto de Itajahy que comprehende todos os moradores entre o Rio Gravatá do Norte e o Rio Camboriu do Sul a qual Occupação servirá bem e fielmente como convem ao serviço de Deus e bem das almas dos moradores do mencionado districto, administrando-lhes os Sacramentos e absolvendo-os de todos os pecados excepto dos reservados, actuaes, voluntarios concubinatos e occações (?) proximas, fazendo Estações, ensinando a doutrina christá principalmente aos pequenos e pessoas rudes que necessitarem de a saber e muito lhe encarregamos a boa direcção das almas dos moradores do districto, do que dará contas a Deus Nosso Senhor e na dita Occupação perceberá os fructos da e pé de Altar segundo o costume do Bispado além da Congrua em que convencionar com o povo e todos os mais prões e percalços que directamente lhe pertencerem e lhe concedemos mais a facilidade de poder benzer na forma do Ritual Cemitérios e uma Capela do Smo. Sacramento logo que estiver acabada e em termos de se celebrar o St.º Sacrifício da missa, authorizando-o para celebrar entretanto no oratório particular que lhe parecer decente. E mandamos a todos os moradores do referido districto reconheção ao dito Pe. Frei Pedro Antonio Agôte por seu Capellão curado e como tal o estimem, obedeção e bem o tratem em tudo quanto são obrigados e para que inteiramente assim se observe a publicará em a primeira Dominga ou dia festivo aos seus Aplicados; e será apresentada ao Revdo. Vigário da Vara respectiva para a fazer cumprir e registrar. Dada nesta leal e heroica cidade do Rio de Janeiro sob o Nosso Sinal e Sello da N. Chanc.a, aos trinta e hum de Março de mil oitocentos e vinte e quatro. E eu Padre Francisco dos Santos Pinto, Escrivão

da Camara Episcopal a subscrevi. – J. Bispo do Rio de Janeiro, Capelão Mor”.
[...]

REgda. a fl. 46 do L. das Provisões

Rio 31 de Março de 1824. Gonzalvez.

“Provisão que V. Exca. Revma. ha por bem prover ao Rdo. Pe. Frei Pedro Agóte na Occupação de Capellão Curado no districto de Itajahy na forma acima. Para V. Exca. ver. Cumpra-se e registre-se. Itapocoroy 20 de Julho de 1824”.

VI – A doação do terreno destinado à Igreja e ao Cemitério do Curato consta do documento, que passamos a transcrever:

“Dizemos nós a Baixo assignados com huma cruz que he o Signal de que uzamos José Coêlho da Rocha e minha mulher Maria Coêlho da Rocha que somos senhores e possuidores de trinta 30 Braças de terras de Frente com ceenta 60 braças de fundos sitios neste Rio de Itajahy Grande no Logar Chamado Esteleiro (1) cujas terras fazem a Leste no dito Rio as frentes os fundos ao Oeste com terras da nossa propriedade. Extremão pelo Sul com terra de Agostinho Alves Ramos e pelo Norte ainda com terras de Nossa propriedade cujas terras assim confrontadas fazemos Doação no valor de trinta mil reis ao Santissimo Sacramento para nellas ser feita sua Capella e hum cemiterio Com condição de se nos dar à sepultura e fazer noço Bem d’alma cuja Doação fazemos por muita nossa Livre vontade e sem Constrangimento de pessôa Alguma. E pedimos o Senhor Bento José da Costa qui este por nós fizesse. Assignando como testemunhas e Nós assignamos com o nosso signal que é uma Cruz. Rio de Itajahy 2 de abril de 1824. José Coêlho + da Rocha – Maria Coêlho + da Rocha. Como testemunha que este fiz por ser pedido pellos ditos Senhores – Bento José da Costa. – Como testemunha que lhe este vi fazer – Germano José da Silva”.

VII. – O Conselho-Geral da província de Santa Catarina, por proposta de 13 de janeiro de 1830, mandava estabelecer duas povoações de 200 casas na terra firme, sendo indicado como sítio mais adaptado ao assento de uma delas o rio **Tajay** ou **Itajahy**, informa-nos o visconde de S. Leopoldo em seus preciosos Anais, pag. 430.

Em 19 de janeiro de 1833, a Câmara municipal de S. Francisco oficiava ao Conselho-Geral da província, apresentando-lhe uma representação dos habitantes da Capela curada do SS. Sacramento e N.^a S.^a da Conceição do rio Itajaí, pedindo a graça de erigir-se em Freguesia a dita Capela, sendo ela provida pelo Estado com a merecida cônica. Achava justa a Câmara a pretensão, pois tinha o povo, sem outro auxílio, edificado a Capela, buscando um Cura d'almas a quem pagava, e “edificarem seus prédios urbanos no lugar detalhado, que já oferecia bonita perspectiva”.

Eis a cópia da informação da Câmara de S. Francisco:

“Illms. Snrs. Presidente e membros do Conselho Geral da Provincia:

A Câmara Municipal da Villa da Graça desta Província de Santa Catharina, satisfazendo o seu dever na parte que lhe toca de promover quanto possa o bem e felicidade dos povos do seu Municipio, vem com todo o devido respeito ante ao Illm.^o Conselho Geral da Provincia apresentar uma Representação dos habitantes da Capela Curada do SS. Sacramento e N.^a S.^a da Conceição do Rio d'Itajahy como lhe he pedido para o fim de obterem a graça de erigir em Freguezia a dita Capela, provida pelo Estado com a merecida congrua, o que tudo bem expende a mesma representação e officio do respectivo Juiz de Paz que acompanha. A mesma Camara ao tempo em que assim oferece as supplicas d'aqueles moradores não pode também deixar de referir ao Illm.^o Conselho Geral quão justa por que os Povos mencionados, com seu trabalho, com sua deligencia, sem mais algum auxilio edificaram a Capela actual; buscarão seu Cura d'almas a quem pagavão em quanto podião, edificarão seus prédios urbanos no lugar detalhado, que já oferecem muito bonita perspectiva, egindo séria contemplação sua População e Lavoura teem muito aumentado; necessária por que o marcado Rio de Itajahy por sua riqueza e extensão pode ser já huma Freguezia, e no futuro huma vila, que muito interessará a Provincia e ao Estado. Digne-se pois o Illm.^o Conselho Geral de tomar com o merecido acolhimento a presente informação, e de resolver com a justiça que costuma. Paço da Camara em sessão (sic) extraordinária de 19 de janeiro de 1833, etc., etc.”

Como é de ver, à frente dessa natural aspiração dos moradores de Itajaí encontrava-se o esclarecido e dinâmico brasileiro Major Agostinho Alves Ramos.

Tendo ido à capital tratar da pretensão dos seus constituintes, de volta a Itajaí escreveu, a 25 de janeiro de 1833, a carta abaixo ao presidente:

“Ilm.º e Exm.º Snr. Presidente da província, Feliciano Nunes Pires

Logo que cheguei d’essa cidade tratei de que se ordenasse a Petição que o povo devia dirigir ao Conselho Geral para elevar êste Curato à Freguezia com a cõngrua da Lei, a qual tendo sido dirigida pelo Juiz de Paz à Câmara de S. Francisco, que só no dia 19 pôde reunir-se e dar a sua informação, ainda ontem me foi entregue; e não obstante estarem já no fim do mês, lembrando-me que poderá haver prorrogação do Conselho e que em todo caso será útil ser-lhe presente a petição do povo e a informação da respectiva Câmara, inda que já se havia deliberado e reduzido a proposta, em consequência da diligência e recomendação que V. Exa. se dignou fazer, tomo por isso a ousadia de dirigi-la respeitosamente às mãos de V. Exa. para se servir mandar dar-lhe o destino conveniente; cuja graça esperamos V. Exa. se dignará liberalizar a êste Povo que conta com a sua benigna proteção. Não tendo vindo à minha mão os documentos em aberto, como esperava para os enviar assim a V. Exa., e tão sómente se me comunicou o contexto da dita informação essa mesmo levo ao conhecimento de V. Exa. pela cópia junta, para seu devido conhecimento. Deus guarde a V. Exa. muitos anos! De V. Exa. o mais reverente e obrigadíssimo criado Agostinho Alves Ramos – Itajaí, 25 de janeiro de 1833.”

E assim, pela Resolução de 12 de agôsto de 1833, de acôrdo com a proposta do Conselho Geral da Província, o Arraial de Itajaí foi elevado à categoria de Paróquia sob o orago do Santissimo Sacramento e de Nossa Senhora da Conceição.

Nessa mesma data foi ali criado um Distrito Policial.

VIII – A lei provincial n.º 9 de 15 de abril de 1835 mandou criar uma Cadeira de primeiras letras na próquia do SS. Sacramento de Itajaí, vencendo o Professor o ordenado anual de 180\$000 réis, devendo ensinar segundo o método individual a ler, escrever, as quatro operações de Aritmética, a Gramática portuguesa, e Ortografia e a Doutrina Cristã. Para o preenchimento dessa cadeira acima, foi afixado edital a 15 de setembro do mesmo ano.

A lei n.º 11, de 5 de maio do referido ano, autorizou o Presidente da província a estabelecer às margens do Itajaí duas colônias. Eis o texto da lei:

“Artigo 1º - Nos rios Itajahy, e Itajahy Meri, da Freguezia do Santissimo Sacramento se estabelecerão duas Colonias, cada huma com dous Arraiaes.

Artigo 2º - Nos lugares denominados Pocinho, e Taboleiro, aquelle no Itajahy grande, e este no Itajahy Meri, se situarão os dous primeiros Arraiaes. Os dous ultimos, no caso de progredirem as Colonias, deverão ser, hum nas nascentes do Ribeirão da Conceição, braço deste ultimo, e o outro no alto d’aquelle, no lugar do Belchior ou mais acima, em sitio tal, que ambas as margens possam ser habitadas.

Artigo 3º - Podem ser Colonos, não só qualquer Cidadão Brasileiro; mas tambem os estrangeiros, que ao presente se acharem na Provincia, e os que para o futuro a vierem habitar.

Artigo 4º - A cada Colono se dará huma sorte de terras de duzentas braças de frente sendo Solteiro, de trezentas sendo casado, e tendo este mais de trez filhos quatrocentas, todas com quinhentas de fundo.

Artigo 5º - O Juiz de Paz do Districto fica [...] fazer medir, e demarcar as sortes de terras, de maneira que fique sempre completa a superficie, quando, quer na frente, quer no fundo, se encontrem obstaculos ou terras inaproveitaveis, sendo as despezas da demarcação feitas pela Fazenda publica, e obrigados os Colonos a satisfazer-las dentro do prazo de cinco annos. As sortes de terras, que no fim de seis mezes não tiverem principio de cultura, não apresentando o colono permissão do Presidente da provincia, que prorogue o prazo, serão consideradas vagas, e nos termos de serem concedidas a quem as requerer.

Artigo 6º - Perderá o direito à sorte de terras o Colono, que em qualquer tempo a abandonar por trez annos consecutivos, e não a poderá vender, ou seus herdeiros, antes de passados dez annos a contar da data da concessão. As disposições acima não se entendem a respeito das benfeitorias.

Artigo 7º - Nos lugares destinados para os Arraiaes ou Povoações na fórma do Artigo 2º se marcará huma extensão de quinhentas braças em quadro para os estabelecer, da qual se distribuirá a cada hum colono a necessaria porção para edificação da casa, reservando-se o restante para logradouro Público. A fundação dos Arraiaes precederá levantamento de plano para elle que será mandado fazer pelo Presidente da Provincia.

Artigo 8º - Ficção contemplados como Colonos os posseiros já estabelecidos nos lugares designados no Artigo 1º., por permissão do Presidente da província, e confirmados na posse interina, em que se achão.

Artigo 9º. – Os colonos serão isentos de todo o onus pessoal fóra Districto da Colonia e de imposições de qualquer natureza, que sejam, por tempo de dez annos. As outras vantagens porém, e a Concessão gratuita de terrenos, cessarão, a contar de primeiro de Março de mil oitocentos e oito em diante.

Artigo 10º - Ao Presidente da provincia compete dar cumprimento à presente Resolução dando conta à Assembléia provincial em cada huma de suas Sessões, do estado das referidas Colonias.

Artigo 11º - ficção derogadas todas as disposições em contrario”.

De conformidade com a lei nº 21, de 13 de maio do ano em aprêço, em seu título 10, o presidente ficou autorizado a despender 2:000,000 réis com a exploração do rio de Itajaí, estabelecimento de Colônias nas suas margens, civilização de Indígenas e pagamento a escoltas de Pedestres.

Resolveu o presidente mandar explorar o rio Itajaí-mirim até o Trombudo, na estrada de Lajes. No entanto, nessa ocasião, não existia na província um só engenheiro para ser encarregado dêsse importante serviço. Por êsse tempo, o Major Agostinho Alves Ramos foi nomeado Inspetor das referidas colônias, de cujas terras tinha autorização de passar títulos. No dia 2 de outubro de 1835, em carta ao Presidente da província, comunicava êle que, desde junho, havia vestígios do gentio (Bugres – Botocudos). Informava que, a 24 de setembro, um colono alemão, subindo o rio da Conceição, dentro das terras de sua propriedade, avistara muito perto um selvagem, que fugira ao ouvir o cantar dos escravos que tripulavam uma canoa. Em uma batida que fizeram, acharam rastros de dois ou três indivíduos em sítio que podia distar 400 braças dos engenhos e casa dêle, Ramos, pouco mais de uma légua da povoação.

A 27 de fevereiro de 1836, o Secretário do govêrno, Major José da Silva Mafra, oficiava ao Major Agostinho Alves Ramos para que, com a brevidade possível, informasse se conhecia pessoa capaz de encarregar-se da exploração do Itajaí-mirim; quais os meios necessários a empregar em homens, transporte, ferramentas, munições e despesa provável, o tempo necessário à exploração, etc.

A 15 de março respondia êle que o Alferes João da Silva Mafra, afazendado na freguesia e, na sua falta, o Alferes João da Cunha de Souza, eram as pessoas do seu

conhecimento mais aptas para o referida exploração. Consultados a respeito, concordaram “na crescida soma de 1.112\$000 réis. Aqui transcrevemos a carta do major Agostinho:

“Illmo. Snr. Em cumprimento do Ofício de V. Sa. de 27 do passado, tenho a informar sobre os objetos q.o Exº Snr. Prezidente da Província, manda propor-me.

1º - Que o Alferes João da Silva Mafra, afazendado nesta Frega, e, na falta dele, o Alferes João da Cunha de Souza, são as pessoas que conheço mais aptas pa. serem encarregadas da exploração do itajahi-Miri.

E 2º - Que tendo os eu consultado, concordarão, com pouca diferença, no cálculo junto, orçado na crescida soma de 1.112\$000 rs. em razão dos grandes vencimentos diários, e do número de indivíduos exigido; além de Armas de fogo, munições, e ferramenta de cortar. Nêles se dão 60 dias pa. ida e volta, mais 40 de serviço sómente, bem como 2 Feitores que, quanto a mim se poderão substituir por 2 homens escolhidos d’entre os doze trabalhadores. Este cálculo supõem dous diversos trabalhos – o exame e exploração da parte navegavel do rio; e do terreno da margem direita, do primeiro salto para cima, lugar distante d’aqui seis dias de viagem. Não obste, porém, eu sou de opinião que se si facilitarem as conduções de comestíveis por via de remessas regulares, pode diminuir-se ainda o numero de bocas em marcha. Êste detalhe exige, então, hum deposito no lugar do salto, ou naquele ponto até onde por ora se conhece o rio navegavel. Se o projeto da criação dos Pedestres, oferecido pela Comissão de Catequeze e Colonização tivesse podido ser ultimado, ou seria antes de parecer que das duas Secções destinadas pa. aqui se tirasse a força necessaria para a exploração. O plano da sua criação podia ser estendido a este objeto, e a Fazda. publica economizaria huma despeza especial interessantissima e de reconhecida necessidade. A escassez do tempo e a falta de melhores dados me não permitem oferecer hum trabalho mais perfeito, Ds. Guarde a V. Sa.

Itajahi, 15 de Março de 1836

Ilmo Snr. tene. Coronel. José da Silva Mafra – Secretário do G.º da provincia

Agostinho Alves Ramos”.

Em anexo, enviava o seguinte

**CALCULO Pa. A EXPLORAÇÃO DO ITAJAHI-MIRI ATÉ O
TROMBUDO NA ESTRADA DE LAJES**

1 Administrador ou Encarregado, 60 dias de ida e volta a 1.200 -	72.000
2 Subalternos ou Feitores de Serv.º 40 a 1.000	80.000
12 Trabalhadores de servº 40 a 800	384.000
10 Conductores de servº 40 a 640 - soma 25 individuos, calculada a despeza de boca a 200 rs. diários, em 60 dias	300.000
Para remos e alguma canoa que se quebre	20.000
	1.112.000

25 Armas

25 Pistolas

1250 Cartuxos embalados

250 Pederneiras

22 Facas de Mato

4 Machados

4 Foices

2 Enxós curva e chata

Itajahi 15 de Março de 1836

Agostinho Alz. Ramos.

1958 - Itajaí: De fazenda à cidade III. Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 8, junho de 1958. Páginas 153-156.

IX – COMO Inspetor das Colônias do Itajaí, o Major Agostinho ofício ao govêrno pedindo, autorização para estabelecer colonos fora das 500 braças em quadro, que a Lei reservara para cada colônia. A 15 de fevereiro de 1836, o presidente José Mariano respondia-lhe afirmativamente, declarando não haver nisso inconveniente.

Em carta ao presidente, datada de 15 de março de 1836, A. Ramos propunha a “transplantação daquelas famílias já aclimatadas” para o interior da província, porquanto “existe concentrada na Ilha (de Santa Catarina) huma superabundancia de população, que se assevera dar com pouca diferença mil habitantes por legua quadrada, cuja penuria obriga a huma emigração constante para o continente do sul, nem querendo povoar os sertões da Terra firme, pelo temor do Bugre”.

O presidente da província Tte. José Mariano de Albuquerque Cavalcanti, em a “Falla” que apresentou à Assembléia a 5 de abril de 1836, em o parágrafo “Colonização e Cathequese”, assim se pronunciava a respeito das referidas Colônias:

“A lei provincial nº 11 autorizou o estabelecimento de duas Colonias nas margens dos rios Itajahi e Itajahi-mirim, cada uma com dois Arraiais, e a administração encarregou da execução desta lei, quanto às Colonias, ao cidadão Agostinho Alves Ramos, conhecido pelo empenho que tem mostrado em promover a prosperidade de que é susceptível aquele valioso distrito. “No seu ofício nº 10 vereis que em execução da lei, já 29 datas estão distribuidas a

Colonos nacionais e estrangeiros e deparareis com reflexões deste digno cidadão, que me aprecem aproveitáveis. Se estes estabelecimentos progredirem, como promete a fertilidade e riqueza do solo e a facilidade dos transportes por água; se pela exploração do rio Itajahi, a que já mandei proceder, e em que se despenderá 1.200\$000, se conhecer que o Itajahi-mirim é navegável até o Trombudo, são incalculáveis os bens que daí virão à província. Certo, Senhores, de que prestareis o vosso assenso e despesas com objeto que, de tão transcendente utilidade, inclui no orçamento a quantia que me pareceu precisa para os que deste título mencionastes no ano passado, e para os que crescem, e de que abaixo tratarei. Por ocasião de terem aparecido Bugres no distrito de Itajahi, foi ordenado ao mencionado cidadão Agostinho Alves Ramos, Major da Guarda Nacional de Porto Belo, que fizesse correr os matos, e empregasse os meios convenientes para obstar as malfeitorias destes gentios ferozes, remetendo logo a conta das despesas que com esta diligencia se fizessem para serem pagas pela quantia a isto destinada. Parece, porém, que não foi preciso levar a efeito esta determinação”.

A 26 de outubro do ano em questão, o Major Ramos dava parte ao govêrno de uma incursão de silvícolas em Camboriú, no dia anterior. Os bugres, em número de 7 ou 9, tinham assassinado 3 homens casados (entre êstes Manuel Aurélio). Ramos organizou logo uma escolta de 8 praças (de acôrdo com ordens que tinha de 8 e 24 de outubro de 1835) “assegurando-lhes o soldo respectivo, fornecendo-lhes armas, munições, carne, farinha e canoas. da 3ª Companhia (de Pedestres) de Camboriú – informa – deve seguir uma (escolta) em reforço do Tenente José Inacio Borges que hoje seguiu com 12 homens; e d’aqui seguiu tambem outra de 8 praças e 4 conductores pelo Itajahi-mirim a atacar o inimigo pela frente, ou a segui-lo caso tenha já passado. Devo enfim recomendar a V. Exa. os serviços e prontidão que nesta diligencia empregaram o dito Tenente José Inacio Borges, que voluntariamente reuniu gente, ainda com deligencia – bem como seu filho José e os companheiros Domingos José Tomaz e Domingos José da Silva que animosamente acoessaram o gentio, mataram um e julgam ter ferido gravemente dois; sem o que a mortandade seria tanto mais numerosa e horrivel quanto o Gentio seguiu por lugar muito povoado e tinha de encontrar grande número de familias indefezas, sem homem algum”.

X – Ainda a respeito da exploração do Itajai-mirim, o Major Ramos, que dela fôra encarregado, explicava a 1º de junho de 1836 ao vice-presidente em exercício, Livramento, que o dito rio não era o que atravessava a estrada de Lajes; e, ao mesmo tempo, propunha-se a explorar o Itajaí-grande. O vice-presidente respondeu-lhe, no dia 23 do dito mês, declarando que nesse caso seria preferível começar-se a exploração do centro de Lajes a encontrar o rio que depois de margeado, melhor resultado daria do que praticando de modo inverso ...

De conformidade com instruções do Ministério da Guerra, relativamente ao recrutamento na província para preenchimento dos claros do Exército, de novembro de 1835, a freguesia do Itajaí, pela resolução de 18 de fevereiro de 1836, devia dar um homem.

O major Ramos recrutou um ocioso e o enviou. O presidente, a 5 de outubro reclamou a tal respeito. Ramos respondeu a 11 do mesmo mês dando cabal explicação. Afinal, a lei provincial nº 70, de 28 de abril de 1837, isentou do serviço da Guarda-Nacional os moradores do rio Itajaí, por estar a região exposta ao ataque dos silvícolas.

A paróquia em 1836 encontrava-se sem pastor. Ao Capelão-curado Frei Pedro Antônio Agote substituíra, em março de 34, o Padre Francisco José de Souza, que teve por sucessor, interino, o Padre Joaquim Serrano em agosto de 1835.

A 8 de março de 1837 foi nomeado para reger a Escola de primeiras letras da freguesia da Itajaí o cidadão Francisco José das Neves, que foi substituído, interinamente, a 28 de maio do ano seguinte, por Antonio Joaquim Ferreira.

Diz-nos o Dr. Jacinto de Mattos, em “Colonização do Estado de Santa Catarina” que, devido a ataques de silvícolas a Camboriú “só permaneceram na colônia de Itajaí, em 1837, dois nacionais e seis estrangeiros, tendo os fugitivos abandonado lavouras e outras benfeitorias”.

No ano seguinte (1838) com o estabelecimento de um pòsto de Pedestres em Itajaí, os retirantes animaram-se a voltar às suas propriedades e lavouras. Sob a direção do Major Agostinho foi iniciada a construção da Capela de pau a pique.

Em 1839 os dois arraiais do Belchior e Pocinho contavam 47 famílias brasileiras e 17 estrangeiras, somando 141 almas. Segundo outra fonte, eram os colonos em número de 152, sendo 30 casados. Nesse tempo a Escola encontrava-se vaga.

O Brigadeiro Carlos Pardal, presidente da província, em seu “Discurso” à Assembléia Legislativa, em 1839, assim se referiu às colônias do Itajaí – “Nas duas de Itajaí – Belchior e Pocinho – contam-se hoje 65 famílias, 48 nacionais e 17 de

estrangeiros, com 141 indivíduos, aos quais se deram posse de 16.941 braças de terreno cultivado; já estavam levantados alguns engenhos de farinha e cana, e rápidos progressos farão êstes colonos se forem protegidos e abrigados das depredações do gentio. A despeza de medição importou em 520\$025 réis. que ordenei fosse paga pela Provedoria, lançando em dívida aos Colonos a conta que a cada um pertence, para ser por eles paga na forma do art. 5º, da lei nº 11. Com medições nas duas colonias foram despendidos 300\$000 reis (decreto de lei nº 101)"

O General Antero de Brito, presidente da província, em vista do aparecimento hostil dos bugres, expediu ordens, em 1840, ao Coronel chefe da 4ª legião (S. Francisco) para providenciar a respeito. Êste mandou sair, a 13 de janeiro de 1841, uma expedição que subiu pelo rio Cubatão (S. Francisco) para explorar tôdas as matas aquém da serra e bater ou afugentar os bugres devendo, no caso de não encontrá-los ali, avançar até as campinas de S. Miguel, Jararaca, Campo-Alegre, aquém do rio Turvo, e ao sul do rio Negro, além do Itapocu, seguindo as vertentes do Itajaí para sair pelos Ambrósios, na comarca de Curitiba. Para animar os moradores de Itajaí, aterrados com a aparição de alguns bugres, no lugar, Belchior autorizou também ao presidente a reunião de uma fôrça de Guardas-nacionais para ocupar durante o resto do verão o ponto ou os pontos onde êles sóem mostrar-se, a fim de os vigiar, contar e dar avisos.

Nesse tempo a Escola pública de Itajaí ainda não tinha sido provida. O vigário P. Francisco Rodrigues, que, desde princípios de 1838, exercia o religioso cargo da freguesia, foi substituído, em meados de 1841, pelo vigário de Pôrto Belo, padre Antônio Augusto de Assis. Em novembro tomou conta do cargo o P João Batista Romeiro. A Assembléia provincial concedeu 2 contos de réis para reparos na Capela existente.

O arraial do Itajaí-mirim ou pequeno contava, então, 35 colonos, 3 dêles casados. A 16 de abril de 1842 foram nomeados, José Henrique Flores, Sub-delegado de Itajaí, e mais seis suplentes. Em agôsto, Jacinto de Souza Miranda, José Antônio da Rocha e Antônio Laurim (Lamim?) requereram ao govêrno provincial ½ légua de terras no sítio denominado "Rio do Garcia", braço do Itajaí-assu. Ouvida a Câmara de Pôrto-Belo, esta publicou editais a respeito. Apresentou-se opondo-se à pretensão José Gomes de Almeida, que declarou ser de sua propriedade os terrenos requeridos, extremado pelo N. com terras de Antônio Gomes de Almeida, seu pai. Êste, cêrca de 1838, havia

requerido 1.500 braças nos fundos das terras de seus filhos, mas nunca as medira nem cultivara, e desde 1841 se mostrava ausente da província.

Antônio Fernandes do Carmo, morador na freguesia de Itajaí, requeria ao presidente da província 200 braças de terras de frente com 500 de fundos, nos fundos das terras do ribeirão do Gaspar. A Câmara de Pôrto-Belo despachou favoravelmente a 23 de novembro de 1843.

Nesse ano de 1843, tomou conta da paróquia de Itajaí o padre espanhol Francisco Hernandez, que se tornou famoso pelos seus desregramentos. Tendo sido criada na capital uma Escola Modêlo de instrução primária, concorreu também a habilitar-se nela o professor interino da Escola de Itajaí, em 1844, sendo plenamente aprovado.

O presidente da província, em a “Fala”, dirigida à Assembléia, dizia que um pano da parede da Igreja de Itajaí ruíra; tratava-se de levantar outra com pilares, fazer a parede da frente e cobri-la de novo. A obra encontrava-se confiada à zelosa e pura administração do Tenente-coronel Agostinho Alves Ramos.

Informava também o presidente ter havido uma incursão de silvicolos nas Piçarras, cercanias de Itajaí, tendo os bugres matado uma mulher e um filho. Foram perseguidos, havendo alguns mortos.

XI – Em setembro de 1844, o Major Charles Lebon Van-Léde, representante de uma Sociedade Belga, que pretendia organizar-se e apresentava vasto projeto de colonização para Santa Catarina, pediu uma concessão de terras para o estabelecimento de vasta colônia. Depois de uma viagem, regressou êle a Santa Catarina onde adquiriu diretamente pequena extensão de terras à margem direita do rio Itajaí, para onde encaminhou, no ano seguinte, certo número de famílias belgas sob a direção de dois ou três indivíduos aos quais cedeu parte dos terrenos adquiridos. Os colonos acabaram por romper o contrato e se estabeleceram por conta própria.

O presidente Antero assim se manifestou em a “Fala” à Assembléia em 1845: “O cavalheiro Van Lede, belga, nas terras que últimamente comprara no distrito de Itajaí, já situou cêrca de 100 colonos, e tem em vista a colonização em grande escala, se fôr para isso secundado como espera, pelo govêrno imperial”.

Sôbre essa tentativa colonizadora, o Dr. José Ferreira da Silva, em um dos seus eruditos trabalhos, nos forneceu preciosos detalhes.

A fim de garantir os colonos contra investidas dos silvícolas foi mandada estacionar, em 1844, ao norte das província uma companhia de Pedestres.

Em janeiro de 1846 foi estabelecida a denominada “Colônia Belga”; e, nesse mesmo ano moradores de Camboriú assentaram arraial às margens do ribeirão que atravessa a atual cidade de Blumenau. As leis provinciais nº 274, de 4 de maio de 1848, e 424, de 7 de maio do ano seguinte, concederam, respectivamente, 200\$ e 400\$ para reparos na igreja matriz.

Em abril de 1849, os bugres atacaram a Fazenda do Alferes João da Silva Mafra, na “Volta-grande” do Itajaí, matando três escravos, ferindo um e roubando ferramentas. Para afugentá-los seguiu um refôrço de Pedestres.

A 22 de novembro dêsse ano foi nomeado por deliberação da presidência. Foi removido de tubarão para Itajaí o professor Fernando da Serra Carneiro, em substituição do professor José Rodrigues Coelho. A lei provincial nº 307, de 13 de maio de 1850, fixou os vencimentos do mestre-escola de Itajaí em 250\$.

O Coronel A. Alves Ramos e sua espôsa vendem, a 17 de setembro de 1849, ao alemão Fernando Hackradt uma casa na freguesia do Itajaí e um terreno de 1.150 braças de frente à margem do itajaí-mirim, onde foi construído um barracão para alojamento dos primeiros colonos alemães, informa-nos Costa Rodrigues.

A 16 de julho de 1853, pelas cinco horas da tarde, deixou de existir o grande impulsionador do progresso de Itajaí, coronel Agostinho Alves Ramos.

A lei provincial nº 424, de 15 de maio de 1856, concedeu 600\$ para as obras da matriz. A freguesia do Itajaí, pela lei provincial nº 464, de 4 de abril de 1859, foi elevada à categoria de Vila e sede do município do mesmo nome, compreendendo os distritos de Itajaí, Camboriú e Itapocoroí. Brusque foi desligada pela lei 694, de 31 de julho de 1873. A lei nº 750, de 28 de abril, foi autorizada a despesa de 2.000\$ para o mesmo fim.

A florescente Vila de Itajaí, pela lei provincial nº 819, de 1 de maio de 1876, alcançou, finalmente, os foros de cidade.

1958 - Itajaí e Vasconcellos Drummond. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 08. Jun/jul de 1958. Página 148-150.

Há muito eu vinha alimentando dúvidas quanto à fundação da cidade de Itajaí por Antônio de Meneses Vasconcellos de Drummond, o diplomata que teve, também, destacada atuação nas lutas pela independência do Brasil.

Já em 1931, em artigos na imprensa blumenauense, expendi considerações em torno do assunto, apontando os motivos que me levavam a opor restrições às afirmativas de vários historiadores nesse particular.

Procurei, de então para cá, intensificar as pesquisas e aprofundar-me mais no estudo do tema tão interessante para o conhecimento dos fatos ligados à colonização e ao povoamento da Bacia do Itajaí.

E, quanto mais me adentrava no problema, mais em mim se acentuava as desconfianças de que a história da fundação de Itajaí estava muito mal contada.

Com os elementos últimamente colhidos, posso, agora, afirmar que andam muito errados os que atribuem a Drummond a fundação da linda e futura cidade.

Não tem nenhum alicerce histórico o fato que se quer estribado nas próprias afirmações de Drummond nas “Anotações” (Vol. XIII dos “Anais da Biblioteca Nacional”) de que ele tivesse organizado, em Destêrro, uma expedição provida do necessário, inclusive peças de um engenho de serrar e de um estaleiro para a construção de barcos, e com ela tivesse rumado para a barra do Itajaí, onde ancoraria para fundar ali um estabelecimento.

Nada disso é verdade. Nem é verdade que êle tivesse construído o engenho num dos ribeirões próximos, nem que tivesse mandado construir uma sumaca para o transporte dos produtos da sua colônia para o Rio de Janeiro.

No livrinho que pretendo entregar à publicidade dentro de pouco, darei as razões e as provas em que fundamento essas assertivas.

Quero, entretanto, resumi-las aqui, pois acho que já é tempo de restabelecer a verdade em tôrno e de se fazer justiça aos que são, realmente, os fundadores da cidade e que jazem em completo esquecimento.

Deixando de lado as ocorrências anteriores a Drummond, a propriedade e a posse efetiva de vários sesmeiros sôbre os terrenos em que assenta a atual cidade, vamos ao ponto capital da questão.

Depois de uma estadia de sete meses em Santa Catarina, Vasconcellos de Drummond regressou, em 1819, ao Rio de Janeiro. Apresentando-se ao ministro Vila Nova Portugal, expôs-lhe o resultado de suas observações quanto às condições da província, sôbre o que já se havia feito e o que restava a fazer em relação à colonização e povoamento do seu território e sugerindo medidas que julgava indispensável fôsem tomadas para a concretização do plano que fôsse aprovado.

Entre parênteses: Os planos que êle expôs ao ministro, eram, pouco mais ou menos, os mesmos de que, alguns anos antes (1816) Miguel Ferreira de Brito trata na sua conhecida “Memória Política” (reabertura da estrada de Lajes, anexação dessa vila paulista à capitania, colonização dos vales dos dois Itajaí, etc).

E sugeriu, também, o aproveitamento de duas sesmarias, de uma légua em quadro cada uma, nas margens do itajaí-mirim, que eram de propriedade do Tenente Coronel Joaquim Mello e de Dona Ana Rodrigues e que êstes estariam dispostos a ceder a El-rei, caso êste se dispusesse a aproveitá-las para um estabelecimento colonial.

Essas sesmarias ficavam cêrca de dez quilômetros, acima da confluência daquele rio no Itajaí-açu e se estendiam por mais doze quilômetro adiante, ou seja, pelo território do atual município de Brusque.

O ministro – honra lhe seja feita! – que muito se interessava em desenvolver economicamente a província, e ainda porque lhe convinha manter afastado da Côrte o seu irriquieto protegido, concordou com Vasconcellos Drummond.

E, por aviso de 4 de fevereiro de 1820 (notem bem esta data) mandou medir, oficialmente, as duas sesmarias e, no dia seguinte, 5 de fevereiro de 1820 (perdoem a repetição necessária) determinou que Vasconcellos de Drummond regressasse a Santa

particulares, que ali tinham casas e plantações, conforme fartamente tenho provado, inclusive no livrinho que publiquei em 1932, “A colonização do Vale do Itajaí”.

O mais que se tem dito e escrito é lenda, pura imaginação, sem base histórica.

O fundador de Itajaí, no meu entender, foi Agostinho Alves Ramos de quem falarei em outro artigo.

E diga-se desde já: Itajaí pode sentir-se tão orgulhosa de ter Alves Ramos por fundador quanto por Drummond, se o fôsse.

1958 - A Lei nº 11 e a colonização da Bacia do Itajaí. Blumenau em Cadernos. Tomo I. Nº 08. Junho / julho de 1958. Páginas 141-142.

Os pesquisadores que trataram dos fatos relacionados com a colonização e o povoamento da Bacia do Itajaí-açu, têm laborado em engano quando se referem aos efeitos da Lei nº 11, de 5 de maio de 1835, ato êsse inspirado pelo benemérito deputado provincial Agostinho Alves Ramos.

E, no entanto, a lei é clara. A sua simples leitura não suscita dúvidas quanto à sua interpretação e as conseqüências, dela advindas, confirmam os propósitos do legislador.

Realmente, esta lei está assim redigida nos seus dois primeiros artigos:

‘Artº 1 – Nos rios ITAJAI e ITAJAÍ-MIRIM, da Freguesia do Santíssimo Sacramento, se estabelecerão DUAS COLÔNIAS, dada uma com DOIS ARRAIAIS.

Art.º 2 – Nos lugares denominados POCINHO e TABOLEIRO se situarão os dois primeiros arraiais. Os dois últimos, no caso de progredirem as colônias, deverão ser um nas nascentes do Ribeirão Conceição, braço dêste último e o outro no alto daquele, no lugar Belchior, ou mais acima, em sítio tal, que ambas as margens possam ser habitadas.’

O próprio e ilustrado Dr. Jacinto Antônio de Matos, cujo trabalho ‘A colonização do Estado de Santa Catarina’ é obra geralmente consultada e que se constituiu autoridade na matéria, trata apenas de uma das colônias criadas por essa lei, silenciando quanto à outra.

Outros autores, menos avisados, baseiam-se nessa lei para afirmarem que apenas uma colônia foi visada por ela.

Isso está em evidente contradição com o texto acima citado e com a realidade dos fatos.

Às colônias realmente criadas foram duas e não uma. A que recebeu o nome de Itajaí não foi a que teve por sede os arraiais de Pocinho e Belchior e, sim, a que se iniciou nas imediações do Taboleiro, na atual estrada Itajaí-Brusque.

Agostinho Alves Ramos, pai dessa lei e que foi o encarregado de pô-la em execução, deu, realmente, comêço aos dois estabelecimentos.

Foi mais feliz com o segundo do que com o primeiro. E isso mesmo não logo de início, quando o fracasso coroou as duas iniciativas.

A Colônia de Belchior, para onde êle encaminhara elementos alemães, vindos de São Pedro de Alcântara, e o fato do aquartelamento, ali, de uma companhia de pedestres, de proteção contra as incursões dos gentios, prosperou. Aos soldados, comandados por Henrique Etur, também foram distribuídos lotes para colonizar.

E a extraordinária atividade de Etur, vindo com autorização para medir, demarcar e distribuir lotes coloniais e, bem assim, providenciar o necessário para a formação do povoado, concorreu de maneira decisiva para o progresso que Belchior foi conquistando. A êle e aos seus soldados-colonos se deve o desbravamento de quase todo o território marginal do Itajaí até as alturas da foz do rio do Têsto, antes da chegada do Dr. Blumenau.

Os caboclos que o filósofo alemão encontrou com casa e culturas às margens do Garcia e da Velha e do Itoupava, não eram senão colonos de Belchior. Êstes também fundaram Gaspar.

Já com a colônia do Itajaí-mirim, do Taboleiro, Alves Ramos não teve a mesma sorte. Mas não deixou de encaminhar para ela grande número de colonos, nacionais e estrangeiros. Êle próprio, Alves Ramos, possuía uma fazenda no Ribeirão Conceição, onde construía uma olaria e de onde extraía muita madeira que, desdobrada em Taboado, era exportada para a capital da província e, dali, para outros pontos do país.

As incursões do gentio esmoreceram o entusiasmo colonizador.

Foi, entretanto, apreciável o número de colonos que requereram terras e as aproveitaram para lavoura e pastagens às margens do Itajaí-mirim, na época da lei nº 11 e nos anos seguintes.

Não há, pois, como confundir as duas colônias. Ambas tiveram comêço com a lei citada e em ambas houve trabalho e povoamento.

COMENTÁRIO:

1 – em 1836 Agostinho conseguiu fixar gente no Itajaí-Açu e no Itajaí-Mirim.

2 – a colônia no Itajaí-Mirim não se limitava ao Taboleiro – atual Quilômetro Doze. O projeto estendia a colonização até a atual localidade de Carvalho – na foz do Ribeirão Conceição.

3 – o primeiro arraial a ser construído no Itajaí-mirim estava em terras que antes serviram para o projeto colonizador de Vasconcelos de Drummond. Como o Arraial do Taboleiro teve problemas para prosperar é lícito supor que Agostinho, dezesseis anos depois, enfrentou os mesmos problemas que Drummond.

4 – A produção econômica das duas colônias - com seus quatro arraiais – alimentaram a economia da freguesia do Itajaí, já que tanto as colônias e seus arraiais como a própria freguesia estavam sob comando político-econômico de Agostinho Alves Ramos. Eram, portanto, atividades sincronizadas, formavam um esforço colonizador único.

1958 - A grande injustiça. Nemésio Heusi. Blumenau em Cadernos. Tomo I, nº 9, agosto de 1958, páginas 177-178.

PESSOALMENTE e por cartas que recebo, tenho sido mal compreendido desde que escrevi “Controvérsia Histórica” em a “Revista do Sul”. Nada há contra a “Pequena Pátria”, de Marcos Konder. Nada há contra Vasconcelos de Drumond. Nada há contra a fundação de Itajaí. O que há são fatos históricos que pesquisados mais pacientemente, por historiadores como, José Boiteux, Lucas Boiteux, José Ferreira da Silva e Oswaldo Rodrigues Cabral, deram e ainda dão, uma versão muito diferente daquela que Marcos Konder deu em a “Pequena Pátria”, que acredito, foi precipitadamente, no interesse admirável de dar data e fundador para Itajaí. Não discutimos a data o que pomos dúvida é quanto ao fundador, senão vejamos: Nas “anotações” feitas pelo mesmo Antônio Menezes Vasconcelos de Drumond, que Marcos Konder presume ser o fundador de Itajaí, a sua biografia publicada em 1836 na “Biografie Universelle et Portative des Contemporaines”, êle, Drumond, nada disse ou escreveu que o autorizasse como fundador ou colonizador de Itajaí. A sua missão naquela época como disse Ferreira da Silva em “Blumenau em Cadernos” tomo I, número 8, de junho e julho do corrente ano, à página 148 ... “Depois de uma estadia de sete meses em Santa Catarina, Vasconcelos de Drumond regressou em 1819, ao Rio de Janeiro. Apresentando-se ao ministro Vila Nova Portugal, expôs-lhe o resultado de suas observações quanto às condições da província, sôbre o que já se havia feito e o que restava a fazer em relação à colonização e povoamento do seu território e concretização do plano que fôsse aprovado. Entre parênteses: Os planos que ele expôs ao ministro, eram, pouco mais ou menos, os mesmos de que, alguns anos antes (1816) Miguel Ferreira de Brito tratara na sua conhecida ‘Memórias Políticas’ (reabertura da estrada de Lajes), anexação dessa vila paulista à capitania, colonização dos vales dos dois Itajaí etc etc”.

Lemos tôda a biografia de Drummond e as suas anotações, nelas nada disse Drummond que se referisse sequer, a um ato seu de fundação ou colonização de Itajaí. Marcos Konder deve ter feito confusão quando afirmou em sua “Pequena Pátria” página 7 ... “Por êste folheto (refere-se à biografia e anotações) se sabe que Drummond veio a S. Catarina pela segunda vez em 1819, especialmente para empreender a colonização das terras marginais do Itajaí, aqui estêve, fundou povoados, construiu um barco e despachou com um carregamento ao Rio de Janeiro. Foi ainda do Rio Itajaí que êle mandou a madeira para obra do museu do Campo de Santana e mandou de PRESENTE, por que fôra cortada e serrada à sua CUSTA” – os grifos são nossos.

Nada disto é verdade, há, como já disse, muita confusão em Marcos Konder. Aliás, Ferreira da Silva tem documentação conseguida pelo Almirante Lucas Boiteux nos arquivos do Ministro da Guerra, sumamente interessante e breve êle escreverá em “Blumenau em Cadernos” provando que a madeira acima referida por Marcos Konder, não foi mandada à sua custa, nem presente de Drummond! São documentos históricos que trarão luz a êste fato afirmado, sentimentalmente, por Marcos Konder.

Vasconcelos de Drummond não estêve pela segunda vez em 1819 em Santa Catarina como também afirma o ilustre autor de “Pequena Pátria”. Pela segunda vez êle estêve em 1820 quando veio tomar posse das duas sesmarias doadas a El-rei para nelas fundar um estabelecimento. Mais notem bem, estas duas sesmarias são às margens do Itajaí-mirim e pela distância coincidem a sua localização, com o Município de Brusque, conforme também e, ainda, Ferreira da Silva, em “Blumenau em Cadernos” acima referido, tão claramente, expôs publicando um mapa encontrado pelo mestre Oswaldo Cabral quando pesquisava documentação sôbre a História da fundação de Brusque. Foi no Itajaí-mirim que Vasconcelos de Drummond recebeu a missão de fundar um estabelecimento, nunca na foz do Itajaí-açu, onde hoje, se localiza a nossa histórica e querida Itajaí. Estou coligindo dados e, se Deus quiser, em abril do próximo ano, quando Itajaí festejará o seu centenário de criação de município, publicarei um livro para esclarecer de vez esta controvérsia histórica.

Com isto não estarei fazendo uma grande injustiça a Marcos Konder como alguém me disse. “A Pequena Pátria” foi o admirável comêço que Marcos Konder, com tanta sensibilidade escreveu, sôbre a história e fundação de Itajaí, acredito que não quererá Marcos Konder, que ela seja um dogma e que ninguém mais possa escrever sôbre a fundação e colonização da nossa querida terra.

A História só se escreve com a luz clara da verdade que se encontra nos documentos que o passado nos legou e, geralmente, dormem sôbre o bolor dos velhos arquivos. Nem sempre se pode afirmar sem exaustivas pesquisas, um fato histórico sob pena de cedermos a evidência da realidade.

Já hoje não pomos dúvidas que o verdadeiro fundador e colonizador de Itajaí tenha sido Agostinho Alves Ramos, assim já o disse Ferreira da Silva e pensam também outros historiadores. No entanto, os homens públicos de Itajaí cometeram uma grande injustiça com êste bravo colonizador, relegando-o ao completo esquecimento! Ainda é tempo de reagirmos, prestando uma homenagem pública a êste bravo pioneiro que entre muitas obras beneméritas iniciadas em Itajaí contavam-se: a construção da primeira, segunda e terceira capelinha, onde hoje se encontra a nossa velha Igreja Matriz; contratou e trouxe para Itajaí o primeiro vigário, Frei Pedro, pagando de seu bôlso a cômgrua, o que significava, pensão que se dava ao pároco para sua conveniente sustentação; fêz o primeiro arruamento das largas e principais ruas que ainda hoje tanto nos orgulham; conseguiu e construiu a primeira escola pública; foi inspetor da colônia; deputado provincial por diversas legislaturas; arranjou a Freguesia; foi o primeiro comerciante e industrial; colonizou não só Itajaí como os arredores, Belchior, Pocinho e Gaspar, enfim, tudo fêz pela nossa terra!

Morreu, sendo enterrado no antigo cemitério atrás da velha Igreja Matriz, a 16 de julho de 1853, completamente pobre! E é sôbre êste grande homem que tanto fêz por nós Itajaienses que voltaremos ao assunto até que seja apagada de vez a grande injustiça que praticamos contra Agostinho Alves Ramos.

1958 - Itapocoroí – escôço histórico. Almirante Lucas A. Boiteux. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 10. Set/out de 1958. Páginas 181-184.

Ao norte do Estado, entre os portos de S. Francisco e do Itajaí, limitada pelas pontas de Jurujuba ou do Vigia e das Piçarras, abre-se ao mar, por três milhas, a vasta, profunda e abrigada baía conhecida por Itapocoroí [...]

Dos antigos mapas, que tenho manuseado, foi o de João Abreu Gurjão, de 1747, em que deparei pela primeira vez o topônimo Tapocoroy, assinalando êsse acidente da costa catarineta. O da ‘América meridional’ de Anville (1749) conserva a mesma grafia, mas o ‘Mapa das Côrtes’ (1749) e o de Olmedila (1775) o fazem Tapacroya.

Munidos de uma provisão, datada de 27 de abril de 1759, - anota Monsenhor Pizarro de Araujo – os indivíduos Bento da Silva Veloso e Tomé da Silva ergueram uma Capela dedicada a S. João Batista em o belo e amplo planalto das Piçarras. Os contratadores da pesca de baleias, Inácio Pedro Quintela e outros negociantes de Lisboa, em 1778, estabeleceram na baía em questão uma Armação assim chamada a feitoria, destinada à exploração da pesca dos grandes cetáceos e dos seus produtos.[...]

Em 1794 Manuel José Marques e João de Medeiros, alcançaram terras de sesmaria em Piçarras e Itapocoroí; e José Silveira Goulart em Itapocu. Em conseqüência da visita do bispo D. José Caetano Coutinho, o arraial foi elevado, a 30 de julho de 1815, à categoria de Curato sob o orago de Nossa Senhora da Penha, com as seguintes confrontações: ao Norte, o rio Itapocu; a Leste, o Oceano; ao sul, o rio Gravatá; e ao W. a Serra-geral. Continuava a fazer parte do termo da vila de Nossa Senhora da Graça do rio de S. Francisco do Sul. [...] Em 1821 contava o curato 386 fogos e 1675 moradores.[...]

Na presidência do Brigadeiro João Carlos Pardal, de acôrdo com a lei provincial nº 109, de 23 de março de 1839, o curato foi elevado à Paróquia com os mesmos limites. Entretanto, a Igreja paroquial, com a mesma invocação, devia ser construída no mesmo sítio das Piçarras e no local da antiga Capela.

Em 1841 sua população era de 1417 almas livres. Os escravos eram em número de 223. [...] com a elevação da freguesia do Itajaí à vila, pelo decreto nº 464 de 4 de abril de 1858, foi a paróquia de N. Senhora da Penha de Itapocoroí incorporada ao seu têrmo. [...]

Pela lei nº 510, de 27 de abril de 1861, se fixaram seus limites com a Barra-Velha. Em 1864 era seu vigário o Padre João Rodrigues de Almeida [...] Foi elevado a Distrito policial em 22 de novembro de 1900.

1958 - A cruz como símbolo. Nemésio Heusi. Blumenau em Cadernos. Tomo I. Número 10. Set/out de 1958. Páginas 186/88.

Até então procuramos mostrar, em face de fatos e documentos, que não foi Antônio Menezes Vasconcelos de Drumond o fundador e, nem a data de 1820 é correspondente à fundação de Itajaí; aliás, o próprio Marcos Konder em a 'Pequena Pátria' diz, textualmente: 'A data exata da fundação (de Itajaí) não consegui averiguar'. De fato, é difícil se precisar a data, muito principalmente, como a da fundação de Itajaí onde a história não nos mostra um acontecimento preciso, que caracterizasse aquele efeito.

O que tem sempre fixado no Brasil os sucessos históricos de descobertas e fundações, tem sido a Cruz de Cristo. Assim foi que a Primeira Missa rezada em solo brasileiro e a segunda, logo após Cabral tomar o Brasil como feudo de Portugal, foi o que de direito confirmou a descoberta e a posse dêste novo continente. [...]

Não temos dúvidas que as cruzes que os Jesuítas fincaram, pela vez primeira, em nosso solo pátrio e, que até hoje ainda seguem as pegadas da nossa Santa Igreja Católica, têm sido o símbolo que caracterizou e ainda caracteriza, os primórdios de uma civilização e as fundações de nossas vilas e cidades. Sendo assim, o lógico e admissível é que déssemos como data da fundação, efetiva, de Itajaí a data de 31 de março de 1824 que foi quando o pequeno arraial passou a Curato e nomeado o seu capelão pela provisão episcopal [...]

Desde a elevação a Curato e a nomeação do seu Cura, pode-se dizer que Itajaí começou a surgir por entre os caminhos da civilização até chegar a sua completa formação histórica. Portanto, é a data de 31 de março de 1824 aquela que melhor se fixa como a verdadeira data da fundação de Itajaí, porque daí em diante, iluminado pelas luzes da Igreja e o símbolo da Cruz de Cristo, ganhou a Fé que forjou o trabalho de

nossos antepassados para construïrem de um simples arraial uma cidade que hoje tanto nos orgulha.

Não erramos se dermos como data da fundação de Itajaí o dia 31 de março de 1824 e como seu fundador Agostinho Alves Ramos.

A provisão episcopal autorizava o Padre Frei Pedro Antonio Agote a rezar enquanto não houvesse capela em ‘Oratório particular que lhe parecer decente’. Êste oratório existia em casa do Major Agostinho Alves Ramos que segundo Almirante Lucas A. Boiteux: ... ‘Estabelecido que foi em Itajaí, o então Major Agostinho Alves Ramos armou, em uma das dependências de seu solar, pequena capela e, de longe em loge, os vigários e capelões de Itapocoroí e Pôrto-Belo, realizavam ofícios divinos. MERCÊ DE SEU PRESTÍGIO, a 31 de março de 1824, o pequeno arraial foi elevado a Curato e nomeado o seu Capelão’.

Como se vê, dado o prestígio de Agostinho Alves Ramos foi conseguido o Curato e nomeado o capelão Padre Agote, como nosso primeiro cura. Ê estranho que até hoje nenhuma homenagem pública se tenha feito em honra de nosso primeiro capelão; ainda é tempo de remendarmos esta nossa injustiça.

Ê também uma injustiça clamorosa que permitimos em fazer a memória de Agostinho Alves Ramos, êste pioneiro e nosso legítimo colonizador. O seu nome está ausente há mais de século de qualquer ato público que qualquer Prefeito ou vereador tenha praticado, é como se êle nunca tivesse existido. Não é possível que os homens públicos de Itajaí tenham esquecido ou ignorem a verdadeira história de nossa terra que não pode de forma alguma ser guiada pela ‘Pequena Pátria’ de Marcos Konder, cheia de omissões, como sinceramente, o seu próprio autor confessa.

A Pequena Pátria de Marcos Konder é trabalho que muito enaltece o seu autor, mas é preciso que se faça as devidas alterações, quanto ao fundador e data de fundação de Itajaí, para que não se ensine às futuras gerações erradamente. Mais tarde ou mais cedo a pesquisa histórica haveria de esclarecer os fatos e, hoje, sem dúvida, estão esclarecidos. Persistir em dar Vasconcelos de Drumond como fundador de Itajaí, omitindo injustamente o nome de Agostinho Alves Ramos é atentar contrar a verdade que salta aos olhos do mais superficial observador, é praticar injustiça para com o passado onde vamos buscar tôda fonte de nossos ensinamentos e que nos compete, honrar, acima de tudo; porque uma terra que não respeita e não cultiva o seu passado é como uma árvore sem raízes, de vida efêmera e que não resiste o leve soprar dos ventos da realidade.

1958 - Mais uma prova contra Drummond. José Ferreira da Silva. Jornal do Povo de 30 de outubro de 1958. Capa.

Para mim, bastam os documentos já publicados, para me darem a certeza de que a história da fundação da cidade de Itajaí está muito mal contada e que o seu fundador não é o homem como tal apontado e festejado.

Realmente, o teor do Aviso Real, de 4 de fevereiro de 1820, que mandou medir duas sesmarias, cedidas anteriormente a El-rei, nas margens do Itajai-mirim, combinado com o do outro Aviso, do dia seguinte, 5 de fevereiro, que determinou a Drummond seguisse para Santa Catarina, a fim de tomar posse de “humas terras para o mesmo Senhor (El-rei), junto ao Rio Itajahi-mirim, para nelas formar um estabelecimento” é de molde a não deixar dúvida alguma sobre o local em que Drummond mandou fazer derrubada de mata para iniciar uma colônia.

Êsse local foram as sesmarias concedidas em 1799 e 1800 ao comandante da fortaleza dos Ratoes, coronel Joaquim Francisco de Sales e Melo e dna. Ana Margarida de Santa Cruz, respectivamente, e que estes cederam a El-rei, para que ali se fundasse uma colônia oficial, cujos primeiros colonos, além dos descendentes dos açoritas, que viviam amontoados na Ilha de S. Catarina; seriam imigrantes de Nova Ericeira e soldados do 2º Batalhão do 12º regimento, a que se deu baixa.

O mapa, publicado à página 149 de “Blumenau em Cadernos”, não deixa dúvida quanto à situação dessas sesmarias: ficavam às margens do Itajai-mirim, começando cerca de duas léguas acima da confluência desse rio no grande Itajaí e estendendo-se mais duas léguas, pelo mesmo Itajaí-mirim acima, nos terrenos, portanto, integrantes do município de Brusque. Ali, pois, é que Drummond deveria fundar uma colônia e não no local da atual cidade de Itajai.

Os documentos que examinei, autorizaram-me a fazer deduções nas quais me baseei muitas vezes, para afirmar que Drummond não praticára, no local em que se

levanta a cidade, nenhum ato de colonização e que a versão de que êle ai construiu um engenho e uma sumaca e mandára serrar tábuas, com que carregára essa embarcação, não encontra apoio histórico algum; é uma lenda que precisa ser desfeita para que o povo itajaiense não esteja passando, a si mesmo, atestados nada condizentes com os seus fôros de cultura e de indiscutível amor à verdade histórica e ao seu torrão natal.

Agora, mais um documento me vem às mãos, confirmando, plenamente, tudo quanto venho asseverando.

O ilustrado conterrâneo e mestre insigne da história catarinense, almirante Lucas Boiteux, a pedido meu, examinou, no arquivo do Exército, a correspondência trocada entre o ministro da guerra de 1820 (que era o mesmo Vilanova Portugal) e o presidente da provincia de S. Catarina, Tovar e Albuquerque. Dêsse exame resultou muita luz sôbre a questão, com o encontro do registro do officio de 19 de setembro daquele ano, que se encontra no 2º livro de Correspondências.

Nêsse officio, o ministro Vilanova, respondendo ao que Tovar e Albuquerque lhe endereçára, em 8 de agosto, anterior, e no qual informava que “se achava pronto o corte de madeiras ESTABELECIDO NAS SESMARIAS DA CORÔA, JUNTO AO RIO ITAJAHI MIRIM” (é meu o destaque), dizia-lhe que “remettesse as 40 dúzias de madeira, bem como as mais que se fossem aprontando, para a Côrte”, para o edificio do Museu Real, sendo dirigidas ao negociante Tomaz Pereira de Castro Viana.

Ai está mais um documento decisivo. Onde Drummond mandou derrubar madeira e transformá-la em tábuas, foi nos terrenos do município de Brusque, nas duas sesmarias já citadas, às margens ao Itajaí-mirim. E ali é que foram embarcadas as tábuas na sumaca “São Domingos Lourenço”, por esta transportadas à Côrte.

E resultam, ainda, outras deduções dêsse officio. Mas isso será matéria para outro artigo.

O fato concreto, definitivo, a se deduzir de tudo isso é que Drummond não fez cousa alguma no local da atual cidade de Itajai e é até bem provável que êle nem ali tenha estado alguma vez.

Considerá-lo, pois, o fundador da bela cidade à foz do grande rio que lhe dá o nome, é uma heresia histórica que precisa ser extirpada.

1958 - Pareceres e sugestões. A fundação de Itajaí. Blumenau em Cadernos. Tomo I. nº 11. Nov/1958. Páginas 207/8

Vai acesa, na imprensa de Itajaí, uma polêmica em torno de quem teria sido o fundador da cidade situada à foz do maior rio do litoral catarinense.

De um lado, Marcos Konder, o digno e douto itajaiense, que durante quinze anos governou, com proficiência a sua terra natal, afirma que Vasconcellos de Drummond foi o fundador de Itajaí. Baseia a sua asserção na ‘Biographie Universelle e Portative des Contemporains’ e nas ‘Anotações’ que o próprio Drummond escreveu para corrigir erros e pormenorizar fatos citados naquela publicação francesa e que foram insertas no volume XIII dos ‘Anais da biblioteca Nacional do Rio de Janeiro’.

De outro lado, o ex-prefeito de Blumenau, Sr. J. Ferreira da Silva, que estribado no Aviso Real que determinou a vinda de Drummond a Santa Catarina e em outros documentos que fêz publicar nestes ‘Cadernos’ e em jornais de Itajaí, nega a afirmativa de Marcos Konder para assegurar que Vasconcellos de Drummond começou um empreendimento colonial nas margens do Itajaí-mirim, em terras do atual município de Brusque e, não no local em que está assentada a cidade e porto de Itajaí.

Até o momento, somente o Sr. Nemésio Heusi, itajaiense de grandes méritos intelectuais é que nos tem honrado com a sua colaboração, tomou posição na controvérsia, pondo-se inteiramente ao lado da tese defendida pelo Sr Ferreira da Silva, em artigos que vem publicando na imprensa de Itajaí e da capital do estado.

Com quem está a razão?

Para os dirigentes de Itajaí e o seu povo, o assunto se reveste de grande importância. Se Drummond nada fêz para criar o povoado de que se originou a cidade de Itajaí não é justo que se o homenageie e se o festeje como o seu fundador. Não é justo e não fica bem aos foros de povo culto, amante das suas tradições, de que os itajaienses podem com muita razão, se orgulhar.

E, por outro lado, não é justo e não fica bem deixar relegado ao completo esquecimento a memória de Agostinho Alves Ramos que o Sr. Ferreira da Silva quer que seja o fundador de Itajaí, que foi sem sombras de dúvida o homem que mais fez pelo engrandecimento da cidade berço glorioso de Lauro Müller.

É preciso, por isso, pôr os pontos nos is. É preciso que o Sr. Prefeito de Itajaí ouça os historiadores catarinenses e o Instituto Histórico e Geográfico de S. Catarina, consulte-os e ponha fim por ato oficial à controvérsia.

Aí estão Oswaldo Cabral, Lucas Boiteux, Carlos da Costa Pereira, o ilustre itajaiense Desembargador Henrique Fontes e tantos outros mestres da história de Santa Catarina que poderão dizer, baseados na verdade histórica, quem está com a razão.

‘Blumenau em Cadernos’, dentro do seu programa, tem, igualmente, grande interesse em ver esclarecida a dúvida e, para tanto, apela destas colunas para os historiadores citados e para quantos se dediquem à investigação do passado da nossa terra, para que tragam a sua contribuição ao esclarecimento do assunto.

As páginas desta revista ficam à sua disposição.

1958 - A Pequena Pátria – crítica de Nemésio Heusi. Marcos Konder. Jornal do Povo de 16 de novembro de 1958. Página 05.

Diz o francês: *si cette chanson vous embête nous allons la recommencer*. Si esta cantiga vos aborrece, nós iremos repeti-la. Além do historiador José Ferreira da Silva, entende o meu conterrâneo Nemésio Heusi de abordar também o assunto da “A Pequena Pátria”. E o faz de modo tão radical como si êle conhecesse o caso de fio a pavio. Usa também expressões pouco recomendáveis numa discussão amigavel. Fui precipitado e não disse a verdade, isto quer dizer que fui leviano e mentiroso.

Sei que ele não teve a intenção de me ofender, por isso quero ficar na base da minha alegação de que Drummond entrou na barra do Itajaí-Assú e tomou posse da margem direita do rio principal e do afluente do Mirim. Estas alegações constam da “Biografie Universalle et Portatives des Contemporeines” e também são confirmadas pelo Departamento Estadual de Estatística sobre o municipio de Itajaí, publicada ao govêrno do Sr. Irineu Bornhausen.

Isto de fundações de países e povoações é um assunto muito difficil e controvertido. Basta o exemplo de Cristovão Colombo com a América. No nosso Estado o caso da Laguna ou Santo Antonio dos Anjos da Laguna, ao qual referiu-se no 05 de julho de 1958 o jornal “O Albor” da Cidade Juliana.

Quanto “A Pequena Pátria” quero repetir o que já disse na resposta ao jornalista J. Ferreira da Silva. O melhor ou único valor do meu trabalho reside nos pensamentos e conceitos por mim elaborados e dos quais alguns foram tidos como plagiados. Basta lêr com atenção – O que é a Pátria? É as palavras citadas por mim no prefácio. *Assim também quem não ama a sua família, o seu lar, a sua terra natal, não pode amar o seu Estado, o seu pais, a sua Pátria.*

Também inclui no meu folheto nomes e qualificativos de todos os presidentes do Conselho da monarquia, dos prefeitos e superintendentes e conselheiros e vereadores do regimen republicano. O final termina com o significado do nome Itajaí.

Agostinho foi um homem digno, ativo, dedicado inteiramente ao engrandecimento do povoado de que lançou os alicerces e que soube estimar e honrar até a morte.

Êle foi, em muitos aspectos, personalidade muito mais interessante do que Drummond.

Para Itajaí, principalmente.

1958 - O historiador José Ferreira da Silva e o fundador de Itajai - Antonio de Meneses Vasconcellos de Drummond. Marcos Konder. Jornal do Povo de 23 de novembro de 1958. Capa.

O nosso jornalista e historiador J. Ferreira da Silva volta num artigo intitulado “Mais uma prova contra Drummond” a contestar novamente o fato de Antonio de Menezes Vasconcellos de Drummond ter realizado nas margens do Itajaí ato algum de posse. O que o próprio Drummond escreveu na “*Biografie Universelle et Portative des Contemporains*” e no que eu me baseei, quando escrevi a “Pequena Pátria”, para J. Ferreira da Silva não tem valor algum. Em vez disto Ferreira da Silva manda Drummond para Brusque, sem se lembrar que Brusque foi fundada mais tarde pelo Barão von Schneeberg. A distância de Itajaí aos limites de Brusque (Limeira) são nada menos de 38 quilômetros. Ele tem também a liberdade de afirmar que Drummond provavelmente nem tenha estado em Itajai. Ora, como naquele tempo não havia estradas de rodagem – a primeira entre Itajai e Camboriú foi construída no meu tempo pelo govêrno Estadual – Drummond teve necessariamente de vir numa embarcação para desembarcar em Itajai. Como o Itajai-mirim ou Rio Pequeno desagua na Barra do Rio, bairro que hoje faz parte da cidade, é possível que o barco de Drummond tenha sido construído na foz deste rio.

Mas, Ferreira da Silva vai mais longe ainda. A história da fundação de Itajai para ele é uma rebelião, tanto assim que me crisma de herético, porque acredito no que Drummond escreveu.

Para terminarmos esta controversia histórica vamos transcrever o que publicou o Conselho Nacional de Estatística sôbre Vasconcellos Drummond nos seguintes termos:

“Afastado da Côrte pelo Ministro de D. João VI, Vila Nova Portugal talvez devido às suas idéias avançadas que o tornavam indesejável, Vasconcellos Drummond chegara a Santa Catarina em 1819 e, depois de percorrer o litoral catarinense, teria fundado uma povoação na margem do rio Itajai. Veio então ao Rio de Janeiro a fim de obter apoio do govêrno central e, conseguindo-o, voltou

a Santa Catarina em 1820 instalando no local escolhido o primeiro engenho de serra da região e um estaleiro. Já no ano seguinte um barco lá construído, a sumaca “São Lourenço”, levava para a metrópole um carregamento de feijão, milho e tabuado, produtos da nova colônia. Drummond permaneceu dois anos no novo povoado, findos os quais se retirou a chamado da Côrte. Sucedeu-o na direção da colônia o Coronel Agostinho Alves Ramos, que tomou a si o encargo de colônizar as terras que marginavam o maior rio do litoral catarinense”.

Assim sendo terminemos esta contenda. O dr. Antonio Menezes de Vasconcellos Drummond realizou os atos de posse e o Coronel Agostinho Alves Ramos foi o seu sucessor e tomou a si o encargo da colonização.

Sinto não poder responder a novas objeções do sr. J. Ferreira da Silva porque tenho em impressão ainda dois trabalhos meus que devo corrigir e publicar. Por fim quero mandar-lhe o livro do sr. R. Magalhães Junior com o título “O Império em Chinelos”, a fim de mostrar o que proclamou outro historiador e academico sôbre o carater nobre e digno do estadista Antonio Menezes de Vasconcellos Drummond. Ele foi de fato um homem de bem e de verdade, cujo nome ficará não só na história de Itajaí, mas também da diplomacia Brasileira.

1958 - A Pequena Pátria – respondendo Marcos Konder. Nemésio Heusi. Jornal do Povo de 30 de novembro de 1958. Capa.

Nunca meditei tanto na vida como para escrever êste artigo.

Inicialmente, como quem prova que conhece a História de Itajai, de “fio a pavio”, vamos, a propôsito, recordar fatos por vêzes pitorescos, do velho Itajai de 12 de Outubro de 1920. Daquêle dia memorável do seu centenário de fundação e também, da bela e admirável conferência que fez Marcos Konder, nosso querido Prefeito de então, autor e pai de tão auspiciosa data, que desventuradamente, decorridos trinta e oito anos, êste humilde municipe vem dizer que: tanto a data como o fundador de Itajai não confere e, dizer ao velho mestre, usando ... “expressões pouco recomendáveis numa discussão amigável”.

Não! Impossível! Dizer tamanha calamidade ao Papa da História de Itajaí.

Vamos, portanto, rememorar fatos sem ferir a dignidade dos assuntos históricos em tela. Vamos recordar para viver, mesmo porque eu seria incapaz de usar “expressões pouco recomendáveis para um amigo de meu velho pai a quem tanto prezo, à uma saudade que nunca soube esquecer. Mas ... o que se há de fazer; se porém Marcos Konder, interpretou como “expressões pouco recomendáveis” tudo que já escrevi sôbre esta controversia histórica? Não! Não me cabe culpa do seu pessimismo interpretativo, do seu modo de reproduzir o meu pensamento, tão errôneamente.

Mas, voltando à razão dêste artigo ... lembro-me como se fôra hoje, o dia 12 de Outubro de 1920 foi um dia festivo para Itajai, um dia que jamais esquecerei porque foi o dia que pela primeira vez usei calçados. Eu tinha então, onze anos de idade, e estava no terceiro ano primário do Grupo Escolar Victor Meirelles. Naquêle dia tôdas as escolas formaram em homenagem a data e para ouvirem a palavra do nosso ilustre e culto Prefeito. A proporção que os festejos se desenrolavam, os meus pés ardiavam como braza e, ainda que pareça incrível, por mera coincidência, no momento em que Marcos Konder falava eu desmaiava, caindo redondamente. Eram os sapatos, os malditos sapatos!

Pois bem. Trinta e oito anos depois daquela queda e daquêles desmaio que me impediram de ouvir tão memorável conferência, o destino me fez aráuto do seu protesto histórico e me coloca frente a frente, numa polêmica com o Prefeito de então, que naquela época era para todos nós filhos de Itajai, como ainda hoje o é, um oceano de saber. Mas, voltando ao caso de “Pequena Pátria” de Marcos Konder, vamos analisar o escritor, o historiador e não o homem que, lamentavelmente, tem a suscetibilidade muito a flôr da pele.

Todo fundo histórico de “A Pequena Pátria” tem suas raízes nas “Anotações” de Drumond feitas a sua biografia em 1836 publicada na “Biografia Universelle et Portative des Contemporains”, assim diz Marcos Konder a página 7.

Sendo assim, vamos então às próprias “Anotações” verificar o que diz Drumond sôbre Itajai.

Eis ... “Alguns trabalhos se fizeram no Rio Itajai; mas nem houve tempo nem meios para os levar a cabo. Todavia ali se construiu uma sumaca denominada “S. Domingos Lourenço” que foi a PRIMEIRA EMBARCAÇÃO daquele lote que PASSOU A BARRA DO ITAJAI, (os grifos são meus) carregada de feijão, milho e tabuado para o Rio de Janeiro. Do Rio Itajai já mandei a madeira para obra do Museu do Campo de Sant’Ana e mandei de presente porque era serrada e cortada a minha custa.”

Eis tudo que disse Drumond sôbre Itajai, neste ponto eu repto o historiador Marcos Konder a provar que mais alguma coisa êle houvesse dito sôbre Itajai.

Como se vê Drumond não fala no Itajai-açú e nem por sombra se refere a fundação de colônia, nem de construção de engenhos de serrar.

Que êle mandou serrar as madeiras no Itajai, ninguem nega. Mas foi no ITAJAI-MIRIM nas duas sesmarias de El-Rei que José Ferreira da Silva já provou COM DOCUMENTOS IRREFUTAVEIS serem as terras em que Drumond deveria fundar uma colônia, ou seja, no território de Brusque. Marcos Konder mesmo baseado nas “Anotações” de Drumond, não poderá provar que êle tivesse feito alguma coisa no local em que hoje se assenta a cidade de Itajaí. Tal prova será impossível a Marcos Konder e é isto que eu repto para que possamos continuar discutindo o assunto, porque foi em a Pequena Pátria que eu aprendi na escola algo sôgre a data de fundação e o fundador de Itajai, como sendo 12 de Outubro de 1820 e Antonio Menezes Vasconcelos de Drumond como seu fundador. Tudo isto é pura fantasia e eu lavro o meu protesto para que não se ensine às futuras gerações erradamente, como a mim ensinaram.

Tenha paciência Cél. Marcos Konder, romance é uma coisa e história é coisa muito diversa. Eis porquê eu continuo dizendo: houve precipitação de Marcos Konder em querer dar data e fundador para Itajai e, é em face desta precipitação, que a “Pequena Pátria” está cheia de êrros, omissões e injustiças históricas como fartamente tenho provado em face de meus inúmeros artigos a respeito. São êrros históricos e não leviandades nem mentiras como assim escreveu meu caro Marcos Konder em o nosso querido Jornal do Povo de 16 de novembro, corrente.

Aguardo portanto a sua volta, sem melindres, e, mais uma vez creia, eu conheço de “fio a pavio” a historia de minha terra e não é favor nenhum conhecê-la, é obrigação de todos os que como eu, muito amam Itajaí.

Estou disposto a convidar Marcos Konder para fazermos uma mesa redonda em Itajai e discutirmos públicamente, diante do seu Povo o assunto de sua fundação e colonização. As provas virão a luz da verdade histórica e é isso que interessa a cultura da gente de minha terra.

Não fuja Cél. ao convite e marque data.

1958 - A Pequena Pátria – Respondendo a Nemésio Heusi. Marcos Konder. Jornal do Povo de 24 de dezembro de 1958. Edição especial de Natal.

Estive ausente alguns dias de Itajaí. Na volta encontrei entre a minha correspondência um exemplar do “Jornal do Povo” no qual o meu amigo e conterrâneo Nemésio Heusi contesta outra vez as minhas afirmações sobre a fundação de Itajaí por Antonio Menezes Vasconcellos de Drummond.

Liquidemos primeiro o caso das expressões pouco recomendáveis em discussões amigáveis. Nemésio achou precipitada a minha afirmativa, o que quer dizer leviano. Ele poderia ter dito que fui parcial, baseiando-me exclusivamente na declaração do próprio Drummond na sua biografia em francês dos Contemporâneos. Também Nemésio empregou a expressão **não é verdade**, quer dizer **mentira**, quando podia ter dito não é exato.

Quanto ao caso da fundação, Nemésio acha que não deve ser **romance** e J. Ferreira da Silva entende ser uma **religião**. Para um eu sou, portanto, um herético e para outro um romancista. Entretanto, existe para ensinar nas escolas o último trabalho oficial do Departamento Estadual de Estatística sobre os **Aspétos Históricos de Itajaí**, publicado no tempo do Governador do Estado Irineu Bornhausen. Assim teremos como realizador das posses Drummond e como seu sucessor e colonizador Agostinho Alves Ramos. Contentamos ambas as partes e não precisamos de mesa redonda, a qual mesmo não posso aceitar, tenho ainda dois trabalhos meus a corrigir, imprimir e publicar. Depois estou colecionando dados para as minhas memórias. Devo declarar alto e bom som que não me julgo um historiador e sim apenas um modesto compilador de impressões e fatos que interessam aos meus poucos leitores.

Quanto ao valor literário da “A Pequena Pátria” peço ao meu amigo e conterrâneo Nemésio Heusi que leia as seguintes palavras que escrevi sobre o amor da Pátria grande e pequena. São conceitos para todo o brasileiro lêr e meditar. ...

1958 - Ainda Itajai e Vasconcelos de Drummond. José Ferreira da Silva. Jornal do Povo de 24 de dezembro de 1958. Edição especial de Natal.

Ao dar à publicidade documentos que comprovam, sem dúvida alguma, que as terras que Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond recebera a incumbência de colonizar, situavam-se às margens do Itajai mirim, cêrca de 18 a 20 quilômetros acima da sua confluência no açu, no atual município de Brusque e, não, no local em que assenta a cidade de Itajai, não tive intuito de entabolar polêmica com quem quer que seja.

Mesmo porque o assunto parece-me não comportar discussões acaloradas, embora amigáveis. Trata-se, apenas, de julgar boas, ou não, as provas apresentadas.

Os que, como o meu ilustrado amigo e digno itajaiense, Coronel Marcos Konder, se baseiam nas “Anotações” à biografia de Drummond, para afirmar ter êste lançado os fundamentos da cidade que assenta à foz do Itajai açu ligam-se a argumentos muito frágeis e inconsistentes. Isso porque o próprio Drummond é o primeiro a tachar de “muito exagerados” os fatos que a “Biographie” lhe atribue e, nas “Anotações”, tão citadas últimamente, o biografado não afirma cousa alguma.

Para aquêles que estão acompanhando, com completa isenção de ânimo, a série de artigos publicados, nas últimas semanas, na imprensa de Itajai e desejam conhecer a verdade histórica, sem considerar méritos ou desméritos pessoais de quem a enuncie, vamos apontar os testemunhos em que se fundam os que teem tratado do problema.

Como é sabido, Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, funcionário da chancelaria do reino, tendo caído no desagrado de D. João VI, por professar idéias emancipacionistas, foi mandado, em 1819, para Santa Catarina onde passou alguns mêses sob as vistas do governador da capitania, Tovar e Albuquerque. Tendo retornado à côrte no fim daquele ano, apresentou ao ministro Vilanova Portugal, seu protetor, planos para a colonização de terrenos no Itajai mirim, além de sugerir medidas de interêsse do desenvolvimento de tôda a capitania. Em consequência de um aviso real, de

5 de fevereiro de 1820, Drummond voltou à Santa Catarina, aí permanecendo até fevereiro de 1821. Tomou depois parte muito ativa nas lutas pela independência, sendo exilado com os irmãos Andrada.

Anos depois (1836) a “Biographia Universelle et Portative des Contemporains”, de Paris, publicou uma ligeira biografia de Drummond, na qual, entre outras coisas, afirma o seguinte sobre a segunda estada do biografado em Santa Catarina e que traduzimos do original francês:

“Êle desembarcou, então, de novo em S. Catarina, venceu todos os obstáculos que se lhe antepuzeram num país ainda selvagem, concebeu e executou a navegação do grande rio Itajai, estabeleceu povoados sobre as duas margens, atravessou imensas florestas virgens, abriu estradas, aproximou, assim, grandes distâncias e conseguiu, em fim, animar, pela sua infatigável presença, um estado que parecia, ainda, no caos primitivo.”

Tão fantásticas eram essas afirmações (e quem sabe a história de Santa Catarina das primeiras décadas do século passado, tem perfeito conhecimento disso) e tantas outras inverdades havia na sua biografia que Drummond, em 1861 escreveu as conhecidas “Anotações” que Melo Moraes fez publicar no volume XIII dos “Anais da Biblioteca Nacional”.

Comentando o trecho traduzido acima, o próprio Drummond contesta o seu biógrafo no item 7, desta forma:

“Há, aqui, muita exageração. Alguns trabalhos se fizeram no rio Itajai; mas nem houve tempo nem meios para os levar a cabo. Todavia, ali se construiu uma sumaca denominada “São Domingos Lourenço” que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajai carregada de feijão, milho e taboado, para o Rio de Janeiro. Do rio Itajai mandei a madeira para a obra do Museu do Campo de Sant’Ana e mandei de presente por que era cortada e serrada à minha custa.”

E, num tópico do item 6, Drummond adianta:

“Durante o meu exílio na Europa, sendo colaborador do “Journal de Voyages” etc, publiquei vários artigos concernentes aos interesses do Brasil e em um ou dois deles falei do Rio Itajai, do célebre monte Taió, onde há, segundo se supõe, abundantes minas de prata, e da minha viagem e residência nas margens daquele rio”.

Interessado em saber o que Drummond realmente fizera às margens do Itajai, usei escrever à Biblioteca Nacional de Paris e mandei mesmo buscar microfimes de um dos artigos (eram apenas dois e, não, vários) de Drummond no qual êle a isso se referia.

Depois de contar cousas sôbre a descoberta da prata por Dias de Arzão, a prisão e morte dêste em Lisbôa, Drummond arrematou assim o seu artigo:

“O rio Itajai, sôbre cujas margens eu comecei a formar um estabelecimento, é bem navegavel Permita o céu que as guerras e os males que elas consigo trazem, não tenham destruido os fundamentos da colônia que eu comecei a estabelecer ali e que já florescia quando fui obrigado a deixá-la em 1821”.

Eis quanto se sabe, pelo próprio Drummond, sôbre a sua estadia nas margens do Itajai e, como se vê, tratando dêsse rio, nunca distinguiu entre o açu e o mirim.

Conhecedor, pois, de tudo quanto a respeito se acha registrado na “Biographie” e nas “Anotações”, diga-me agora o leitor imparcial, o que vem acompanhando, desapaixorada, serenamente, esta exposição, se é lícito deduzir, do que ficou transcrito, a versão que a “Pequena Pátria” dá para a fundação de Itajaí e que é a seguinte:

“Fôra isto em 1819; tinha então Drummond 25 anos. Chegando a Santa Catarina e preparada com vagar e método a expedição memorável, provida de tudo, inclusive dos elementos precisos para a construção de um engenho de serrar e de um pequeno estaleiro, Drummond singrou com a sua pequena flotilha em demanda da barra do Itajai, em cuja foz ancorou para estabelecer a sua colônia em uma das suas margens. Bem depressa a atividade e a energia dos primeiros colonos, sob a direção criteriosa e inteligente do seu chefe, frutificaram. Armado o engenho em um dos ribeirões mais próximos, foram as

matas reduzidas a toras e as toras a tabuado; os roçados transformados em sementeiras de milho e de feijão. Simultaneamente trabalhava-se febrilmente na construção do primeiro barco, a sumaca “São Domingos Lourenço” que, decorridos apenas doze meses, deixava o porto de Itajai em demanda do Rio de Janeiro, levando em seu bôjo um carregamento de milho, feijão e taboado, o produto abençoado dos primeiros itajaienses. Estavam, assim, conquistadas definitivamente para a civilização as terras banhadas pela foz do nosso rio e fundado o povoado, que deu origem à nossa pequena cidade.”

Pergunto novamente: é lícito? Não, não é. Não houve **expedição memorável**, não houve **pequena flotilha**, nem grande, não houve **construção de engenho** algum, nem houve chegada e desembarque no pôrto da atual cidade de Itajai.

Indiscutivelmente, a “Pequena Pátria” avançou demais o sinal.

Baseado nas próprias palavras de Drummond, nessas mesmas que transcrevemos acima e que foram, lamentavelmente, mal interpretadas pelo autor da “Pequena Pátria”, pôde-se, assim, reduzir os fatos às suas verdadeiras proporções. E isso, repito, sem desmentir Drummond, sem negar uma só das suas afirmativas, antes nelas baseado.

Drummond realmente estêve, em 1820, no rio Itajai e ali mandou derrubar madeira e serrar tábuas e certamente tomou providências para fundar uma colônia. Mas tudo isso foi feito, não no local da atual cidade de Itajai, mas no Itajai mirim, 18 quilômetros em rêta, para cima da confluência dêste no açu.

A prova provada disso, encontra-se nas próprias “Anotações” e no aviso real de 5 de fevereiro. Senão vejamos:

No item 6 das “Anotações”, Drummond escreve: “Quando regressei a Santa Catarina, encarregado da comissão de que fala a biografia **a qual tinha por fim colonizar as terras que banham o rio itajai ...** (Anotações, pag. 10).

Drummond fôra encarregado dessa comissão pelo aviso real de 5 de janeiro de 1820, que tem o seguinte teôr:

“El rei N. S. he servido que Vmecê vá se apresentar a João Vieira Tovar Albuquerque, governador da capitania da Ilha de Santa Catarina, para tomar posse d’huãs terras para o mesmo Senhor **junto ao rio Tajahy-mirim**, afim de nelas formar uma estabelecimento segundo a direcção que lhe ha de dar o mesmo Governador, na forma das Instrucções que serão a êste dadas por esta

Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. O que participo a Vmcê para que assim se execute. Deus Guarde a Vmcê. Paço, em 05 de fevereiro de 1820.”

Diante dos termos desse aviso, pôde-se lá admitir que Drummond viesse, com uma flotilha, colonizar a foz do Itajai açu, contrariando as próprias ordens reais que o mandavam para o Itajai-mirim?

Mas, além dessa, que só por si é decisiva, há ainda provas melhores.

Nas margens do Itajai-mirim, haviam sido concedidas, em 1779 e 1800, respectivamente, duas sesmarias de uma légua quadrada cada uma, a Ana Margarida Melo Rodrigues e ao Tenente-coronel Joaquim Sales e Melo, comandante da fortaleza dos Ratoes. Naturalmente, por interferência de Drummond e de Tovar e Albuquerque, os proprietários citados se prontificaram a ceder essas sesmarias a El-Rei, retornando-as, assim, ao domínio da corôa.

Por outro aviso real, datado de 4 de fevereiro do mesmo ano, foram mandadas medir e demarcar essas glebas.

Nessas sesmarias – terras de El-Rei – é que Drummond deveria fundar a sua colônia: ali é que êle esteve e mandou derrubar toras e serrar tábuas que ali mesmo foram carregadas na sumaca “São Domingos Lourenço”, que para isso deve ter subido o Itajai-mirim.

Drummond não poderia fundar colônia, derrubar mato e praticar outros atos de colonização em terras de propriedade privada, como já era então as terras da foz do Itajai-açu, onde haviam requerido e recebido sesmarias, desde 1792, Alexandre de Azerêdo Leão Coutinho, Domingos Francisco de Souza e muitos outros relacionados nos Boletins do Arquivo Nacional.

Em 1820, quando Drummond veio a Santa Catarina pela segunda vez, as margens dos dois Itajai, o açu e o mirim, até grande altura, já estavam concedidas e em comêço de povoamento e cultura. Assim, para que Drummond pudesse fundar um estabelecimento, foi preciso que os dois sesmeiros citados devolvessem ao domínio da corôa as duas sesmarias mandadas medir pelo aviso de 4 de fevereiro.

Outra prova de que foi nessas sesmarias que Drummond mandou fazer derrubadas, está no officio que o governador da Capitania dirigiu ao ministro Vilanova e no que êste, em resposta, endereçou ao governador de S. Catarina, em data de 19 de setembro de 1820.

No primeiro dêesses ofícios, Tovar informa o Ministro de que “se achava pronto o corte de madeiras estabelecido nas sesmarias da corôa, junto ao Rio Itajai-mirim.” No segundo, o ministro determinava que “remettesse as 40 dúzias de madeira, bem como as mais que se fossem aprontando, para a Côrte, para o edifício do Museu Real, devendo ser consignadas ao comerciante Tomaz Pereira de Castro Viana.”

Poderá haver cousa mais clara, argumento mais decisivo?

E a sumaca? perguntará o leitor.

A sumaca, possivelmente, foi construída às margens do Itajai-açu e muito provavelmente nas proximidades do local em que se encontro o Jardim Lauro Mueller e que, no começo do século, era conhecido por “estaleiro”, ou ainda na margem esquerda, no atual Navegantes, mas sem interferência de Drummond. Êste, nas “Anotações” diz: “... ali construiu-se uma sumaca”, o que é cousa diferente de “mandei” construir, ou “providenciei” a construção. Tivesse tido influência na construção da sumaca êle teria usado outros têrmos, como fêz com a madeira que mandara serrar: “dali mandei a madeira para a obra do museu ...” e “... mandei de presente porque era serrada e cortada à minha custa... uma parte da madeira que mandei para as obras do museu ...” etc. Quanto à sumaca, diz apenas: “ali construiu-se”. E Drummond, diga-se de passagem, não era homem que perdesse oportunidade de deixar bem caracterizados os atos que praticava. As suas “Anotações” provam-no de sobêjo. Êle não pecava pela modéstia, como já tive ocasião de ressaltar em outro artigo.

Em 1820, quando Drummond estêve em Santa Catarina, os muitos moradores que já existiam nas duas margens do Itajai-açu, especialmente na margem norte, espalhando-se, dali, pela praia de Itajaí até Armação e Barra Velha (veja-se o que Saint Hilaire diz a respeito), dedicavam-se, em grande parte, ao côrte de madeira e à construção de embarcações, à pesca e à pequena agricultura. Tenho provas, nos livros de informações de terras da Câmara de Pôrto Belo de que havia carpinteiros nas margens do açu, desde os comêços do século passado.

Quanto ao engenho de serrar, desafio a quem quer que seja, me comprove com documentos fidedignos, que existisse algum em Santa Catarina, antes de 1840.

Até então, toda a madeira para construção, abatida na província, era serrada a braços, no sistema de estaleiro. Eu agradeceria a quem me provasse o contrário.

Não tenho veleidades de ensinar história de Santa Catarina a ninguém. Pelo contrário, o que desejo é aprendê-la e ficaria muito reconhecido a quem trouxesse elementos novos, mas seguros, incontestáveis, para esclarecimento desta controvérsia.

Difícilmente posso crêr tenha o sr. coronel Marcos Konder, para corroborar o engano em que labora, mencionado o testemunho do Conselho Nacional de Geografia e Estatística que, em 1955, publicou um folhêto sôbre Itajai. Isso porque os argumentos em que se baseia o autor dêsse folhêto foram colhidos exatamente na obra de Marcos Konder. Ora, não é necessário ter-se grandes noções de direito, mesmo rudimentar, para saber-se que não há valor algum no testemunho em causa própria. Aliás, o sr. Konder não transcreve todo o teôr da parte inicial do folheto do IBGE sôbre Itajai.

Se o fizesse, teriam visto os leitores que até o mesmo IBGE duvida da veracidade da versão dada pela “Pequena Pátria”.

O folheto começa assim:

“As opiniões divergem quanto aos primeiros povoadores da região onde se instalaria mais tarde o município de Itajai. Teria sido Matheus Arzão, segundo uns, o primeiro morador de Itajaí, com uma “fazenda de lavoura”. Há quem afirme, porém, que, como alguns pescadores espanhóis e portugueses que ali pousavam, Arzão não se haveria fixado no local. Marcos Konder atribui a Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond a fundação do primeiro núcleo populacional da futura cidade de Itajaí.”

E segue-se o trecho que o sr. Konder citou em seu artigo.

Mas poderá isso servir-lhe de argumento?

Deixo ao próprio senhor Konder – homem incontestavelmente culto e probo – a resposta.

Outra afirmativa que o ilustre autor da “Pequena Pátria” não devia ter feito foi a de que, no tempo de Drummond (1820) “não havia estrada de rodagem” e que “a primeira entre Itajaí e Camboriú foi construída no seu tempo pelo govêrno estadual.”

Leia o prezado amigo Marcos Konder o que diz o nosso Almeida Coelho, na sua conhecida “Memória Histórica” (pág. 189):

“A estrada do litoral, (na terra firme) desde São Francisco até a Ilha de Santa Catarina foi mandada abrir pelo dr. Ouvidor de Paranaguá, Manoel dos Santos Lobato, como se vê duma carta que dirigiu à Câmara de Laguna em 24 de outubro de 1736. Parte desta estrada, isto é, desde o lugar denominado Inferninho, na freguezia de S. Miguel, até São Francisco, foi reparada, (pelos

moradores, sem estipêndio algum) pelo governador, o brigadeiro Francisco de Barros de Moraes Araujo Teixeira Homem, no ano de 1785” etc.

E poderia citar dezenas de outros documentos a respeito. Excuso-me, porém, de o fazer porque, culto como é o sr. Konder deve conhecer o que há a respeito e, bem assim, a história de Blumenau e a do seu próprio município e, consequentemente, conhecer o fato de que muitos anos antes do sr. Konder nascer, já Agostinho Alves Ramos, o dr. Blumenau, o sábio Fritz Mueller, iam de Itajai para Destêrro a pé, a cavalo, ou de carro, pela estrada que das margens do Itajai-mirim seguia para a capital da província.

1958 - Confundir para prevalecer. Nemésio Heusi. Jornal do Povo de 24 de dezembro de 1958. Edição especial de Natal.

Quando me dispuz a criticar “A Pequena Pátria” de Marcos Konder, no que se refere à data de fundação e ao fundador de Itajai, estudei durante longo tempo, pesquisando livros, artigos e jornais sôbre tudo que diz respeito à história de Itajai. Desde a biografia de Antonio Menezes de Vasconcellos Drumond, as “ANOTAÇÕES” por êle feitas à sua “Biografie Universalle et Portatives des contemporaines”, que aliás é a “Bíblia” de onde parte Marcos Konder para alegar ser o mesmo Drumond o fundador de Itajai e, insistentemente, persistentemente, teimosamente afirmar, o autor de “A Pequena Patria” que “As anotações” de Drumond assim o autorizam a dizer, quando nas próprias “Anotações” Drummond não fala sequer uma linha, uma palavra que se refira a um ato seu de fundação e colonização de Itajaí-açú.

Não acredito que se Drumond tivesse de El-Rei a missão de fundar uma cidade onde hoje se localiza Itajai; ao fazer suas “Anotações”, à sua biografia em Paris, a 21 de setembro de 1861 teria afirmado de modo satisfatório e categórico ser fundador de uma cidade a fóz do Itajai-açú, enfim, da cidade de Itajai, porque naquela época (1861) Itajai já completara três anos de Municipio, pois, a Lei nr. 464, de 4 de Abril de 1859, converteu em vila a freguesia de Itajai e criou o municipio, desmembrando-o de Porto Belo.

Mas, porque Drumond omitiu em suas “Anotações” ser êle o legitimo fundador de Itajai?

Vamos ao que escreve o Almirante Lucas A. Boiteux, em “Blumenau em Cadernos” página 116, sôbre “Itajai de Fazenda à Cidade”...

Sr. Antonio de Menezes Vasconcelos de Drumond.

El-Rei N.S. He servido que Vmce. vá se apresentar a João Vieira de Tovar Albuquerque, Governador da Capitania da Ilha de Santa Catarina, para tomar posse d`huãs Terras para o mesmo Senhor JUNTO AO RIO TAJAY-MIRIM, afim de nelas formar HUM ESTABELECIMENTO segundo direcção que lhe ha de dar o mesmo Governador, na forma das Instruções que serão a este

dados por esta Secretaria d'Estado dos Negócios do Reino. O que participo a Vmce. para que assim se execute. Ds. Ge. a Vmce. Paço em 5 de fevereiro de 1820. Tomaz Antonio de Villa Nova Portugal.”

Pelos nossos grifos feitos no aviso real acima se verifica que seu amigo e protetor, Thomas Antonio de Villa Nova Portugal, dá a missão de Drumond voltar, pela segunda vez, a Santa Catarina para receber terras de El-Rei e ali FUNDAR UM ESTABELECIMENTO JUNTO AO RIO ITAJAI-MIRIM. Nada se fala ou se escreve sôbre o Itajai-açú onde hoje se instala a progressista cidade de Itajai.

José Ferreira da Silva, também em “Blumenau em Cadernos” página 149, publica um mapa das duas sesmarias que El-Rei acabava de receber para nelas fundar um estabelecimento, localizadas a umas duas léguas (quasi treze quilometros) da confluência do Itajai-mirim para cima, ou seja onde hoje se fixa o Municipio de Brusque. O importante é que o aviso real que manda medir essas terras, é de 4 de fevereiro de 1820, no dia seguinte, isto é, dia 5, Drumond recebe a incubência real de vir a Santa Catarina receber essas terras e nelas fundar um estabelecimento. A biografia de Drumond acima referida, publicada nos Anais da nossa Bibliotéca Nacional, escrita, não sabemos por quem, fala que Drumond fez muito por Santa Catarina, povoou cidades, colonizou, etc ... Acontece, porém, que o próprio Drumond, lendo a sua Biografia, se espantou do seu trabalho em Santa Catarina e escreveu então as célebres “Anotações” e diz, textualmente, sôbre o assunto de Santa Catarina, principalmente, o que se refere a Itajai ... **“Ha muita exageração em tudo isto.** Alguns trabalhos se fizeram no Rio Itajai; mas nem houve tempo nem meios para os levar a cabo. Todavia ali se construiu uma sumaca denominada “S. Domingos Lourenço” que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do Rio Itajai, carregada de feijão, milho e taboado para o Rio de Janeiro. Do Rio Itajai já mandei a madeira para obras do Museu do Campo de Sant’Ana e mandei de presente porque era serrada à minha custa.”

Eis tudo o que disse Drumond, o que aliás, já repeti em inúmeros artigos, sôbre o Itajai, êle nada falou ou escreveu sôbre o Itajai-açú e nem podia falar, se havia localizado no Itajai-mirim conforme instruções que trazia da côrte e do próprio Governador da Provincia, Tovar!

Como é que Marcos Konder dá uma missão a Drumond e, êle, que tanto escreveu, pois foi jornalista tendo “O Tamôio” a sua disposição, nunca afirmou sequer uma linha do que disse o ilustre autor de “A Pequena Pátria”?

É porque Drumond não poderia se intitular fundador de uma cidade que êle, é bem possível, nunca estivesse estado, como de fato nunca esteve segundo o que se conclue das próprias “Anotações” de Drumond.

Respondendo críticas que eu fiz “A Pequena Pátria”, Marcos Konder, confunde acredito, propositadamente, quando diz em “O JORNAL DO POVO” de 16 de novembro, último “Sei que êle não teve a intenção de me ofender (Este êle sou eu, e, quanto as ofensas, não compreendo) por isso quero ficar na base das minhas alegações de que Drumond **entrou a Barra do Itajai-açú** (aqui vale um parêntesis): Marcos Konder diz que Drumond, entrou a Barra, e, Drumond acima diz que quem primeiro singrou a barra do Itajai foi a Sumaca S. Domingos Lourenço. Donde se deduz que Drumond não veio para Itajai em navio, e, sim, por estrada continua Marcos Konder, e tomou posse da margem direita do rio principal e do afluente Mirim. Estas alegações constam da “Biografie Universalle et Portative des contemporaines” e também **Confirmadas** pelo Departamento Estadual de Estatística sôbre o Municipio de Itajai, publicado no Govêrno do Sr. Irineu Bornhausen.

Querem ver a confusão; propositada?

Diz o Departamento Estadual de Estatística sôbre Itajai ... “**aspectos históricos**”. **As opiniões divergem** quanto aos primeiros povoadores da região onde se instalaria mais tarde o Municipio de Itajai. Teria sido Matheos Arzão, segundo uns, o primeiro morador de Itajaí com uma “fazenda de lavoura”. Ha quem afirme, porém, que, como alguns pescadores espanhois e portugueses que ali pousavam, Arzão não se haveria fixado no local”.

O importante é o trecho seguinte que diz Marcos Konder. **Confirmar** o D. E. de Estatística o seu ponto de vista. Pasmem os leitores! “**Marcos Konder atribue a Antonio Menezes de Vasconcellos Drumond a fundação do primeiro Núcleo Populacional da futura Cidade de Itajaí.**”

Como se viu o Departamento Estadual de Estatística, não confirma coisa alguma, limitou-se a copiar a “Pequena Pátria” de Marcos Konder, ou seja confundir para prevalecer, errôneamente, um ponto de vista, absolutamente, falso.

Itajai não é hoje aquela tapêra de 1820, nem se poderá dar o mesmo grau de cultura para nós Itajaienses como se ainda vivessemos no ano de 1920, ano do “nosso centenário”. Evoluimos, e evoluimos em linha vertical em tudo e, muito especialmente, em nosso nivel cultural; eis porque não podemos concordar com fatos históricos que dizem respeito a nós, se êsses fatos não conferem com a própria história da nossa

evolução. Calar não condiz com o alto grau de cultura dos itajaienses de hoje. Protestar é o que nos compete fazer para que as futuras gerações se orgulhem do nosso passado. É o que fazemos e faremos sempre!

1958 – Vamos festeja o centenário de Itajaí, sr. Prefeito? José Tolentino da Silva. Jornal do Povo. 1958. Página 02.

No próximo mês de abril do ano de 1959 Itajaí estará vendo passar o centenário de sua emancipação política. Quando da passagem do centenário de sua fundação, em 1920, tínhamos na Prefeitura Municipal o Cel. Marcos Konder, que mandou organizar uma festa que ainda hoje, pelo seu brilhantismo, continua na retina daqueles que tiveram a ventura de assistí-la.

Estamos há quatro meses e poucos dias da data máxima do Município e não vimos o ar da graça do nosso edil. Tomamos conhecimento de que conterrâneos nossos estão fazendo um grande movimento no Rio de Janeiro, no sentido de que seja comemorada a data do centenário. Lá, longe, muito longe daqui, eles trabalham, enquanto o nosso Prefeito acomoda-se em seu gabinete, dizendo que não possui verba para fazer festas. Até aí, tudo muito bem.

Mas, sr. Prefeito a festa que o povo quer, somente de cem em cem anos é que se comemora. E quem participar desta, talvez não participe de outra. Então vamos festejar enquanto podemos, bem ou mal.

A Liga Itajaiense de Desportos, por seu dinâmico presidente, sr. Francisco Julio Wippel, já iniciou seus preparativos para a grande festa esportiva do centenário. Pensa, aquele desportista, trazer até nós, um grande clube de São Paulo ou Porto Alegre. Uma semana inteira de jogos esportivos para comemorar a data máxima de Itajaí. E o Prefeito não quer nada.

Si vamos falar sobre Carnaval a resposta é a mesma: Não há verba.

Quer a iniciativa do povo e é este povo que irá apresentar aos olhos de quem nos visitar na época, a sua festa comemorativa, sem a ajuda dos cofres municipais. Acaso não interessa ao sr. Prefeito Municipal organizar uma exposição dos produtos que fabricamos? uma mostra daquilo que nossos laboriosos operários são capazes de fazer?

Não olvidemos o grande acontecimento. Trabalhamos voluntariamente junto com nossos conterrâneos residentes no Rio de Janeiro, para que nossa cidade tenha um centenário digno do nome que possui. Havemos de encontrar meio e modos.

Desde já estamos ao inteiro dispor daqueles que voluntariamente queiram trabalhar nessa campanha. Não estamos sós. Já contamos com a Rádio Clube de Itajaí e muitas outras instituições.

Mãos à obra, sr. Prefeito. Convoque ao menos uma reunião, para que o programa seja esboçado.

1959 – Prefeitura Municipal de Itajaí - Nota do Gabinete do Prefeito. Jornal do Povo 04 de janeiro de 1959, pag. 02.

O Prefeito Municipal de Itajaí, atendendo (sic), que a solene instalação do Município verificou-se em data de 15 de julho de 1860, atendendo (sic), que as opiniões encontram-se divididas quanto à comemoração do centenário, umas opinando pela data da criação do Município, pela Lei nº 164, de 04 de abril de 1959, e, outras pela data da instalação, em 15 de julho de 1960.

Atendendo (sic) as divergências entre as opiniões quanto à data a ser comemorada, houve por bem o Prefeito Municipal, submeter sob consulta à consideração da Câmara Municipal, qual a data mais indicada para ser comemorada.

Houve (sic) a Câmara Municipal, afim-de melhor ficar esclarecida, de formular consultas à ilustres personalidades dos meios culturais e históricos de Santa Catarina, Prefeitos de municípios onde foi recente a comemoração do seu centenário, e foram as respostas de informações na sua maioria pela comemoração da data da instalação do Município.

De posse destas informações, consultado o plenário da Câmara Municipal, êste decidiu por unanimidade dos Senhores Vereadores presentes na sessão do dia 11 do corrente, que a data mais indicada seria a data da instalação do Município.

O Prefeito Municipal, atendendo, que a data da instalação do Município é aquela que melhor consulta os interesses da administração municipal, por diversas razões, e, é aquela que vem propiciar à administração meios para que trate da comemoração com festividades à altura dos nossos foros de civilização e progresso.

Nestas condições, o Prefeito Municipal de pleno acôrdo com o decidido pela Câmara Municipal, tem a grata satisfação de trazer ao conhecimento público, que fica fixado o dia 15 de julho (sic) de 1960, para as festividades comemorativas do centenário da instalação do Município de Itajaí.

Finalmente, esta administração receberá com especial satisfação, pareceres, sugestões e a cooperação de tôdos aqueles que queiram colaborar na concretização das festividades, formula o seu apelo, especialmente a todos os itajaienses, para que a administração não falte o seu apoio e colaboração, para que as festividades que serão levadas a efeito na oportunidade, não desmereçam de elevado conceito que o Município de Itajaí goza no seio das demais unidades federadas.

GABINETE DO PREFEITO, 20 de dezembro de 1958.

Carlos de Paula Seára

Prefeito Municipal.

1959 – Ainda o centenário do Município. Jornal do Povo. 04 de janeiro de 1959. Capa.

Entenderam os poderes públicos locais que melhor seria se comemorar o centenário da instalação do Município, fato a ocorrer em 1960, do que o da data centenária da criação do município, 4 de abril de 1959.

Neste caso, a emenda parece ter saído melhor do que o soneto, isto porque, era evidente a exiguidade de tempo para preparação de comemorações para o 4 de abril e já que Itajaí exige pela sua importância e projeção no cenário estadual, celebrações condignas que retratem fielmente o desvelo do seu povo para com as datas que lhe são caras.

Mas nem porisso podemos deixar de silenciar nosso protesto pela protelação havida, pois é de todos sabido que no Rio de Janeiro, a 4 de abril de 1956, fundou-se a Sociedade dos Amigos de Itajaí, entidade que congregava o que de mais expressivo existe na colônia itajaiense radicada naquela Metrópole. A Sociedade surgiu sendo como uma das suas finalidades precípua antecipar-se às comemorações do centenário da criação do Município, tendo até organizado um programa de real importância, a título de colaboração com as autoridades de Itajaí, sendo que daquele programa podíamos destacar a vinda da Banda de Fuzileiros Navais, o deslocamento para Itajaí de uma Flotilha Naval e um grupo de paraquedistas, afora o fretamento de um navio de passageiros para conduzir os numerosos itajaienses desejosos de rever a terra natal e aqui participarem das justas expansões com que se celebraria o 4 de abril. Apesar desta antecipação de dois anos e da publicidade havida em torno do assunto, nem assim foi despertado o menor interesse em Itajaí pela efeméride, e somente agora, ‘em cima do laço’, é que houve a lembrança de que o 4 de abril de 1959 constitui uma data especial para o município. Mas era tarde e muito tarde para quaisquer comemorações, fundadas de antemão a um verdadeiro fracasso, já que faltaria tempo e recursos para melhor se prepará-las.

Agora, com a decisão adotada, há muito tempo para melhor se programar as celebrações de 1960, e se nos fôsse permitida uma sugestão, lembrariamos aos responsáveis, que escolhessem a data de 4 de abril de 1959 para instalação solene da grande comissão que por certo se irá constituir e que será responsável pelos festejos daquele ano.

Nós, da imprensa, desde já nos colocamos a serviço daquela Comissão à qual estamos certos não faltará a colaboração de tôdas as demais entidades representativas de Itajaí que não pouparão esforços no sentido de que o centenário da instalação do nosso Municipio se constitua num dos maiores acontecimentos civicos do Estado no ano de 1960.

1959 - Itajaí centenário. Blumenau em Cadernos. Nemésio Heusi. Tomo II. Nº 3. Março de 1959. Página 46. // Jornal do Povo. 10 de maio de 1959. capa.

A lei nº 464, de 4 de abril de 1859, elevou Itajaí à categoria de Vila e sede do município do mesmo nome, compreendendo o distrito de Itajaí, Camboriu e Itapocorói. Acontece porém que, sómente em 17 de junho de 1860 é que, solenemente, foi instalado o município.

Os festejos do seu centenário serão realizados, segundo acertada resolução do Prefeito Seara, em Junho de 1960, isto porque, até lá, Itajaí melhor poderá receber seus hóspedes para sua festa centenária.

Nem todos gostaram desta transferência dos festejos. Eu pelo menos coloco-me inteiramente, ao lado do Prefeito, e, sabem por que? Não faz muito tempo, isto é, para ser preciso, em Janeiro dêste ano, fui a Itajaí com alguns amigos. Não encontramos hospedagem nem em Cabeçudas, nem na Praia de Camboriu, hotéis lotadíssimos. Resultado, hospedei meus amigos no Hotel Itajaí, na cidade, e fui dormir em Cabeçudas na casa de minha irmã.

A odisseia de meus amigos começou com os quartos. A impressão foi de cadeia pública. Na hora do banho foi pior, uma bicha enorme, só um chuveiro para todo hotel, enfim, uma vergonha, Itajaí, isto é, a cidade, em matéria de hospedagem!

Fêz muito bem o Sr. Prefeito em transferir os festejos; até lá estará pronto o Hotel que constrói, atualmente, o Dr José Bonifácio Schmitt, e outros melhoramentos surgirão para melhor hospedarmos os que irão nos procurar na nossa festa centenária.

Já que vamos festejar nosso centenário de emancipação política é oportuno fazer algumas sugestões, duma vez que elas compreendam atos de inteira justiça.

Está a Prefeitura calçando e melhorando a antiga Avenida Vasconcellos Drumond. Sugiro que ao invés de Vasconcellos Drumond, que nunca esteve em Itajaí e nada fêz por nossa terra tenha a avenida o nome de Coronel Marcos Konder que é, sem dúvida, o maior itajaiense vivo e aquêle que tudo fêz e ainda faz pela terra que o viu nascer. Nada mais justo, portanto, que Itajaí, ainda em vida, preste ao Coronel Marcos Konder uma ato público de eterna gratidão. Marcos Konder tudo merece de Itajaí e do seu povo e a data é a melhor para provarmos o nosso perene reconhecimento.

Outro que lamentavelmente está esquecido e que já é tempo de reverenciarmos a sua memória, dando o seu nome a um logradouro público é o Cel. Agostinho Alves

Ramos, que foi sem dúvida, o verdadeiro impulsionador do nosso progresso, da nossa grandeza!

O nosso esquecimento é um atestado da nossa ignorância dos verdadeiros fatos históricos de Itajaí; somos hoje, uma cidade de progresso e cultura, e, não é possível, que esqueçamos, aquêle que tudo fêz, tudo deu para que ganhássemos os foros de uma civilização que hoje, deliciosamente, desfrutamos.

Vamos Sr. Prefeito, vamos Senhores Vereadores, provar que não somos injustos com os que construíram a nossa grandeza e a nossa civilização.

1959 - Silveira Júnior. Drummond – um homem de sorte. Itajaí. Jornal do Povo. 28 de março de 1959. Capa e página 08.

Graças a Marcos Konder e José Ferreira da Silva, hoje tenho um ponto de vista firmado sobre a fundação de Itajaí. E não pretendo – porque não sou historiador – impingir-lo a ninguém.

É um ponto de vista [...], pessoal, antipático mesmo, porque importa em pôr por terra conceitos já firmados, heróis já cantados em prosa e verso, lições escolares já decoradas e repetidas há decênios.

A minha convicção presente é de que Itajaí nunca foi fundada ... Nem por Vasconcelos Drummond, nem por Agostinho Ramos, nem pelos Arzões. E nunca foi fundada porque nunca ninguém teve o propósito específico de fundá-la. O povoado, a vila, a cidade nasceram – como milhares de outros povoados marítimos – pelo adensamento de habitações de pescadores e pequenos sítiantes, que para aqui aportaram a procura de abrigo e alimento.

No comêço, um pescador solitário se instalou na foz do rio. Outros se lhe seguiram. Dentro de alguns anos – que tanto podem ser do século XVII ou do XVIII – por aqui já havia um pequeno povoado que, com o tempo, se transformou em vila e depois em cidade.

A minha conclusão é simplista e se funda no seguinte raciocínio: Conta Hans Staden que, meio século após a descoberta do Brasil, já havia ao longo do litoral pequenos núcleos populacionais de índios e brancos que, inclusive, negociavam com piratas e marinheiros europeus, notadamente franceses. Por outro lado, sabemos que tôdas as atuais cidades e vilas litorâneas de Santa Catarina foram povoadas entre os séculos 17 e 18. Laguna (se não me engano) é de mil seiscentos e tantos. Florianópolis, Enseada de Brito, S. Miguel, Porto Belo, Armação, Penha, Barra Velha, S. Francisco e outras existem há quase três séculos.

Como nossos vizinhos mais próximos temos Armação e Penha, ambas com mais de 200 anos de existência. Há dois séculos passados, Armação era um próspero povoado, com igreja (a mesma de hoje) e Penha não lhe ficava atrás. Ora, mesmo admitindo-se que nessa altura não houvesse a mais precária comunicação terrestre com a foz do Itajaí, assim êsse percurso poderia ser vencido em duas horas de canoa. Também Camboriú e especificamente a ‘Barra’ já mandara colonos para as margens do Ribeirão Garcia, muito antes da fundação de Blumenau em 1850. Quando o Dr.

Blumenau lá chegou já encontrou os colonos vindos de ‘Garcia’, como se chamava Camboriú antigamente. Portanto, não será exagêro admitir-se que no início do século XIX Camboriú já era povoada.

Não obstante, um justíssimo engano do meu dileto amigo Marcos Konder, nos fez acreditar que até 1820 a foz do Itajai estava deserta e despovoada, esperando a chegada dêsse deportado Vasconcelos Drumond, que jamais em suas memorias afirmara ter fundado esta cidade.

Sou velho amigo de Marcos Konder e apenas conheço José Ferreira da Silva. Se me faltasse probidade intelectual, haveria de esposar a tese do primeiro. No entanto, o segundo me prova irremissivelmente que, se Drummond fundou alguma coisa, terá sido às margens do itajai-Mirim, perto da atual Brusque. Itajaí é que não foi. Mesmo porque não registra a história qualquer fluxo migratório que se tivesse fixado na foz do Itajaí-Açú naquela época. E só assim se poderia explicar que quatro anos após a pretensa fundação, ou seja em 1824, já aqui houvesse um número de habitantes que comportasse a presença de um padre (Frei Agote) e a ereção de uma igreja ‘porque os ofícios religiosos eram realizados na casa de Agostinho Alves Ramos’.

Como vimos, em 1820 (data em que se afirma ter sido fundada Itajaí) Armação e Penha já deviam ter um século. Florianópolis, Laguna, Porto Belo e S. Francisco teriam perto dos 200 anos. A Barra de Camboriú já era um povoado. Certamente pescadores na orla atlântica por aqui passavam diariamente. Navios, vindos da Côrte, transitavam ao largo, rumo ao Destêrro. Barcos de Porto Belo iam a Armação e S. Francisco. A Fazenda (parte central desta cidade) já tinha habitantes, os Arzões.

Mas inexplicavelmente, Itajai, isto é, o miolo da atual cidade, continuava deserta a espera que Drummond a descobrisse e colonizasse. E colonizasse sem colonos, o que é pior ainda.

Não, minha gente! Positivamente, a história não é assim! Marcos Konder, um estudioso das nossas coisas, um intelectual dos mais honestos teve razão de se enganar. Porque êsse Drummond, na sua auto-biografia falava num estabelecimento que teria fundado ‘às margens do Rio Itajaí’ (que não diz ser o ‘açú’ ou o ‘mirim’), num barco que teria construído e em madeira que teria enviado à Côrte. Quem, de boa fé, não teria suposto tratar-se da fundação de Itajaí? Eu mesmo confirmei a hipótese, dedicando a primeira página de um ‘Anuário’ ao barbudo diplomata do Império

Mas os historiadores são como as traças. Cedo ou tarde descobrem os velhos alfarrábios. Um belo dia, o Almirante Boiteux ou Ferreira da Silva, ou os dois juntos,

não sei bem, descobriram um velho mapa de demarcação, provando que as sesmarias entregues aos cuidados de Drummond ficavam a 24 quilômetros da desembocadura do Itajai-Mirim, portanto, nas imediações de Brusque! Para mim, o mapa foi a ‘Pedra da Roseta’ e José Ferreira da Silva, o seu Champollion. Matéria vencida. Assunto liquidado.

Mas como iamos passar sem um fundador? Nós que já o possuíamos, que já o havíamos transformado em herói, já o colocáramos na galeria de honra da Prefeitura, já o fizéramos avenida e clube e por pouco não o bustificamos? Não! Isso era obra de iconoclasta! Que não se procurasse desonrar as venerandas barbas do nosso ‘fundador’, ainda mais agora às vésperas do nosso centenario de municipio.

Pensou-se substituí-lo por Agostinho Alves Ramos, que por aqui viveu no primeiro quartel do século XIX. Sem fundador é que não poderíamos ficar! Destronar o velho Drummond, homem culto, com cara de profeta e dizer simplesmente que Itajaí nunca foi fundada, era um golpe mortal na nossa história, um ultraje às nossas tradições! Blumenau, Brusque, S. Francisco, Laguna e até Ilhota tem fundadores. Nós então haveríamos de abrir mão do nosso?

x x x x

E nesse pé está a questão. Não temos fundador. E não podemos nem cantar a marchinha: ‘Ela foi fundada em 1882 ...’

Concordo perfeitamente que não se outorgue essa honra a um botocudo qualquer. Mas teremos que revisar a nossa história. Nem Drummond, nem Agostinho, nem Arzão. Vamos começar tudo de novo.

Sugiro até que se dê a seguinte redação às nossas futuras monografias:

‘- Pescadores portugueses, ao começo do século XVIII, quando demandavam ao Destêrro, foram acossados por violento temporal, forçando-os a se abrigarem na enseada a que deram o nome de Cabeçudas. Como as praias eram piscosas’

E continuar por aí agora até que se consuma um século de história que, afinal, não é nada na vida de um povo.

O que me parece insustentável – e neste ponto temos que dar a palma a Ferreira da Silva – e mantermos por mais tempo êsse engano, que era absolutamente perdoável, enquanto não havia prova em contrário.

Convenhamos que já basta de endeusar Drummond, que por aqui passou de viagem para Brusque, tomou um cafézinho no Braúlio e virou herói municipal.

Das suas cinzas, o velho Heródoto deve estar dando boas gargalhadas. E pensando:

- Que bons discipulos tenho em Itajaí !

1959 – Centenário da criação do Município de Itajaí. Jornal do Povo. 29 de março de 1959. Capa.

No dia 4 de abril próximo completa 100 anos que foi criado o Município de Itajaí. A data, como não pode deixar de ser, tem algo de grande significação para todos os habitantes da cidade. Ela relembra a nossa emancipação política. Itajaí tornou-se independente nesse dia e passou a ter vida própria. E daí por diante o Município cresceu e nas comemorações do seu primeiro centenário a atual geração vê, satisfeita e orgulhosa, que a sua comuna progrediu e tornou-se bonita e faceira.

Por decisão do governo municipal, ficou assentado que as festividades sobre o alto acontecimento fossem realizadas na data da instalação do Município, motivo por que até o momento não sabemos de nenhum programa comemorativo. Todavia, fomos informados que alguns atos serão levados a efeito nesse dia, para que não passe completamente despercebido.

Segundo informações recebidas, a Sociedade dos Amigos de Itajaí e o Centro Catarinense, no Rio, promoverão uma sessão solene no dia 4 de abril, ocasião em que o nosso brilhante colega de imprensa, jornalista Laércio Cunha e Silva, lançará o ‘Anuário de Itajaí’, um volume de 180 páginas, com mais de 150 clichês. Nesse mesmo dia será comemorado, também, entre os barrigas-verde residentes na Capital da República, o centenário do município de Tijuca, também criado com a mesma lei nr. 464, de 4 de abril de 1859. Os catarinenses farão celebrar missa em ação de graça na Catedral, tendo sido convidado o eminente Cardeal d. Jaime Câmara para ser o seu celebrante.

1959 – Centenário da criação do Município de Itajaí. Marcos Konder. Jornal do Povo de 18 de abril de 1959.

Exmo snr. Prefeito Municipal e presidente e demais membros da Câmara Municipal de Itajaí.

Para comemorar o centenário do município de Itajaí havia duas correntes. Uma que decidiu-se pelo dia 4 de abril de 1959 e outra pela instalação do município em 17 de junho de 1860. Já se havia ajustado realizar-se a comemoração no ano vindouro, em 17 de junho. Eu era também da mesma opinião.

Mas, com surpresa minha, procurou-me o sr. Prefeito de Itajaí, o Presidente da Câmara Municipal e líderes de todos os partidos para distinguir-me com o encargo de ser o orador oficial nas homenagens de 4 de abril. Embora eu esteja atarefado por causa da minha próxima viagem ao Velho Mundo, aceitei a incumbência, na certeza de que não poderei ser sinão um fraco e humilde intérprete nas cerimônias projetadas.

Em 13 de Outubro de 1920 li e escrevi uma conferência a respeito da comemoração do centenário da fundação de Itajaí, a qual intitulei A Pequena Patria. Em 1956 mandei imprimir uma segunda edição atualizada, a qual provocou grande discussão. Ainda até hoje não chegaram a um acôrdo os que são os paladinos da fundação. A fim de não discutirmos mais resolvi deixar ao Dr. Antonio de Menezes Vasconcellos de Drumond a gloria das obras de posse – engenho de serra e barco – e ao Coronel Agostinho Alves Ramos o merito da colonização.

Mas, o meu amigo Silveira Junior entende que ninguém fundou Itajaí. Itajaí fundou-se por si, pelos pescadores que se localizaram na costa e na beira dos Itajaí assú e mirim. Parece o caso de Roma, cuja fundação a lenda fixa no ano de 753 antes de Cristo, embora escavações recentes indiquem que o local foi habitado muito antes. Diz a lenda também que Romulo foi o primeiro rei de Roma e Remo o seu irmão, sendo ambos amamentados por uma loba. (Isto já aprerndi na escola através do ensino de historia universal e agora reli num artigo de um escritor americano Gordon Gaskill. Este articulista diz que ha 2.000 anos era Roma grande metropole mundial e hoje o é ainda. Roma venceu primeiro pela espada, depois pela Cruz e, finalmente, por seu encanto).

Entretanto, no caso do município não ha nenhuma dúvida. Itajaí foi municipalizada – deixem passar esta inovação linguistica em 4 de abril de 1859, enquanto a instalação deu-se a 17 de junho do ano seguinte. O essencial agora é indagar

o que foi feito de Itajaí neste centenário. Sem falar nos desmembramentos havidos de Blumenau e Brusque, foram transformados ultimamente três distritos em municípios – Penha, Ilhota, e Luiz Alves. Tudo constitui obra da constituição federal que fornece aos municípios uma parte do imposto de renda e o Estado também deve dar um auxílio. Com essas ajudas dos executivos federal e estadual os municípios pequenos, como Porto Bello, podem pagar fartos ordenados ao prefeito e aos vereadores, enquanto comunas como Blumenau, Joinville, Jaraguá e outros municípios consideram os vereadores como legisladores honorários. Itajaí, em que pese a falta de renda de três novos municípios, ainda pôde administrar sem se endividar. A cidade engrandeceu e o pôrto, devido à exportação de madeira, tornou-se o mais frequentado do Estado.

Mas, nem só de pão vive o homem, diz o profeta Moisés. Itajaí necessita também aumentar a sua cultura intelectual e espiritual. Quando foi do centenário do descobrimento do Brasil, o saudoso chefe político de Itajaí e naquela ocasião deputado federal Dr. Pedro Ferreira e Silva fundou o Grêmio Três de Maio, o qual era do mesmo tempo biblioteca municipal. Desaparecido este campo de cultura espiritual foi fundado o Centro Cultural com a iniciativa do saudoso pernambucano e jornalista Cibela. Fui então escolhido presidente honorário. Espero agora conseguir do Prefeito e da Câmara um terreno para localizar o edifício para abrigar o Centro Cultural e Biblioteca Pública.

Uma vez localizado o Centro Cultural e Biblioteca Pública, os amantes dos bons livros poderão frequentar as aulas deste estabelecimento, especialmente à noite e até nos domingos e dias feriados.

A falta de cultura de grande parte da juventude é produto das escolas e de certos professores deficientes que não se importam com os fatos históricos, embora a estatística estadual organizasse os dados de cada município na administração do itajaiense Irineu Bornhausen. Uma professora de Blumenau não sabia quem era Lauro Müller e chegou a dizer que ele fôra fundador de Itajaí. A mocidade em geral no Brasil e talvez em todos os países, não se importa com o curso de humanidades. Já o grande escritor e acadêmico Austregesilo de Athayde falou da Ignorância Universal e mencionou o caso de um professor que queixava-se de uma turma de rapazes, cujo toque de revelação do despreparo foi não haver nenhum deles podido dizer quem foi Castro Alves. Também não sabiam quem tinha sido Eduardo Prado. Não possuíam a mínima idéia a respeito. Eu também posso contar uma história a respeito do meu livro sobre Lauro Müller. Antes de ir à Europa em 1957 deixei em duas livrarias de Itajaí cinquenta livros e quando voltei tinha vendido apenas 14 exemplares. Entreguei também

à Editora Simões do Rio duzentos volumes e até hoje ela não conseguiu vender sinão uma pequena quantidade.

Predomina a leitura das histórias em quadrinhos e revistas de modas, locutores de rádio e televisão. Livros ninguém lê. Mas, todos se interessam pelas lutas de futebol profissional e enaltecem os craques, de fama universal, ganhando ordenados fabulosos. Valem portanto, mais os que pensam com os pés do que os que pensam com a cabeça.

Meus queridos ouvintes. Façamos votos para que o nosso Itajaí entre no domínio de uma cultura, em que os seus habitantes mencionem sempre com orgulho a sua Pequena Pátria como a terra da simpatia e do encanto.

MARCOS KONDER.

1959 - Itajaí, cem anos de município. Blumenau em Cadernos. Tomo II. Abril de 1959. Página 77.

Transcorre, a 4 dêste mês de abril, a passagem do centenário da lei nº 464, que elevou a freguesia do Santíssimo Sacramento do Itajaí à categoria de Vila e sede de município e do respectivo Têrmo judiciário, desmembrados de Porto Belo.

Sua jurisdição estendeu-se a tôda a bacia do Itajaí, além da freguesia de Nossa Senhora da Penha do Itapocorói. O perímetro urbano da vila foi delimitado pela extrema das terras de Dona Felicia Alexandrina Leão Coutinho, ao sul, e pelo ribeirão de Joaquim José da Silva, ao norte e quarenta braças para o centro, contadas da beira-mar.

A vila, que na época da emancipação contava pouco mais de cinquenta casas, esparsas pela beira do rio, teve, com a independência, grande impulso no seu desenvolvimento. Administrações operosas e dignas concorreram para o seu constante engrandecimento, tornando-a o que hoje é: uma cidade notável sôbre todos os aspectos, de comércio movimentado, de indústria bem adiantada e o mais freqüentado dos portos catarinenses.

Temos, nestes Cadernos, dedicado capítulos inteiros à história e ao progresso de Itajaí, tributo justíssimo que pagamos à importância com que o município se apresenta no concêrto das comunas da bacia do Itajaí.

Limitamo-nos, por isso, nesta oportunidade, a congratularmos-nos com o povo de Itajaí e com as suas autoridades, especialmente com o seu operoso e honesto prefeito, pela auspiciosa do centenário dessa independência política, fazendo votos calorosos para que Itajaí continue a se impor, sempre mais, pelo progresso material e pelo adiantamento moral da sua gente, sempre tão ciosa da defesa dos elevados princípios que a vêm norteando.

Parabéns ao povo e às autoridades de Itajaí!

1959 – Um século de Município. Silveira Júnior. Itajaí. 04 de abril de 1959. capa.

Se hoje é ponto pacífico que não sabemos a data da fundação de Itajaí como aglomerado humano, não se tem a menor dúvida de que, neste 4 de abril de 1959, estamos festejando um século de vida municipal. Com efeito, a lei que nos emancipou de Pôrto Belo foi promulgada há cem anos passados, embora, por resolução municipal, em cujo mérito não entro, se tenha resolvido comemorar a data do centenario da instalação do município, que ocorreu em 17 de junho de 1860.

Temos, portanto, um século de município. Não somos novos, se comparados com aqueles municípios que iniciaram o seu povoamento com fluxos migratórios intensos e ordenados, mas seremos jovens e progressistas se nos ombrearmos com outros que, como nós, ‘começaram do nada’, pela fixação de sitiantes e pescadores, de um modo anarquico e desordenado.

Blumenau e Joinvile foram povoados, quando nós já devíamos ter um século como aglomerado humano. Mas como começaram êsses povoados? Começaram já como comunas, altamente organizadas, pois que os imigrantes europeus que se fixaram nelas foram transplantados para aqui já com profissões definidas e dentro de um esquema pré-traçado. Vieram professores, pedreiros, alfaiates, sapateiros, tecelões, ferreiros e agricultores. Na nova terra, tiveram apenas o trabalho de adaptação e quando isso ocorreu, verificou-se uma continuação das suas aldeias de origens, quer pelos hábitos, quer pela produtividade.

O alemão que se fixou em Blumenau ou Joinvile já sabia manejar o arado, já conhecia, pelos seus antepassados através de séculos de civilização, o amanho ordenado da terra e o exercicio de profissões liberais. Mas os nossos provinham de troncos que fizeram da imigração uma aventura meio romântica, meio interesseira, meio criminosa. O português que se deslocou para a América não era a flor da lusitanidade. Pelo contrário, era o chefe de mato, preador de bugres e escravizador de negros. Ao contacto com a natureza agreste e hostil, achou mais facil adaptar-se aos hábitos dos aborigenes do que submeter êstes aos seus costumes civilizados. E temos então um português meio bugre, meio latino, que recita Camões, coabita nas senzalas e se delicia a comer peixe assado com pirão de farinha de mandioca.

Compreende-se por aí (em que pese a opinião contrária de ilustres sociólogos) que o impacto do lusitano com o meio pre-existente criou na terra virgem da América uma civilização estacionária por séculos. Era a Metrópole com medo do Brasil que nascia e o Brasil que nascia com medo da Metrópole de Alem Mar. Era o português reinol entravando o nosso progresso, através de proibições humilhantes de comerciar e de ter imprensa; era o brasileiro tentando se libertar do jugo de Portugal.

E foi nesse desamparo, nessa ausência total de planificação, nesse aventureirismo que foram nascendo os povoados e vilas litorâneas, entre elas – parece não restar mais dúvida – aquela que mais tarde viria a ser Itajaí. Compreende-se assim porque razão as ‘cidades brasileiras’, isto é, aquelas que foram fundadas por luso-brasileiros, levaram uma grande desvantagem sobre as suas irmãs planificadas, iniciadas e desenvolvidas por europeus de outras procedências.

É por isso que o atual progresso de Itajaí pode e deve ser considerado plenamente satisfatório. Ela é, sem dúvida, a ‘cidade brasileira’ mais próspera do litoral catarinense. Deixada à margem dos favores do govêrno estadual por um periodo de vinte anos, por crimes e pecados que não praticou, mesmo assim, pôde, à custa do seu esforço, acompanhar o surto de progresso, que não é, como muitos supõem, uma constante ao periodo de inflação que atravessamos. Tijucas, por exemplo, ai está para provar esta afirmativa. Tornada municipio no mesmo dia e no mesmo ato que Itajaí, ainda hoje é uma cidade estacionária e sem vida própria. São Francisco do Sul e Laguna, com as mesmas possibilidades que as nossas, igualmente não acompanharam o nosso progresso. Resta Florianópolis, que não deve ser comparada a Itajaí, porque ali o crescimento da cidade pode ser atribuido, em grande parte aos favores oficiais, como sede do governo que é.

Portanto, se olharmos as nossas origens, não temos do que nos envergonhar neste século de municipio. Somos o fruto de um amontoado amorfo de humildes moradores do litoral, sem ‘pedigree’, sem as tradições de cultura dos nossos vizinhos teuto-brasileiros. E não obstante, hoje podemos nos ombrear com êles, se não em pé de igualdade, mas por uma aproximação tão evidente que nos faz superar os complexos e esposar a tese de Franz Boas, segundo a qual ‘todos homens, de qualquer raça ou cor, têm as mesmas possibilidades de êxito, se lhes dermos igualdade de tratamento, de clima e de oportunidades’.

Notem, que nesta data centenária, não desejei lançar um artigo ‘ufanista’ sobre a nossa boa e bela cidade, senão justificar as suas deficiências, com razões que exigem um pouco de observação e bom senso.

Porque se é verdade que nunca passámos por um ‘rush’ de progresso como o do norte paranaense, também não nos acorçamos pitando o palheiro de Jeca Tatú. Somos o meio termo. Pertencemos àquelas populações estratificadas pelo tempo, de progresso lento, sem grandes altos e baixos, caminhando em busca do seu destino.

- 0 -

Itajai centenária; Itajai que forjou o seu modo de vida; Itajai que tem estado presente no cenário da República através da inteligência de tantos dos seus filhos; Itajaí que vive bem com os seus vizinhos e se não lhes assimilou as virtudes cardeais, teve pelo menos o mérito de não as invejar em peito alheio.

É esta Itajai que eu reverencio nesta data. É esta Itajaí que, no trabalho diário para ganhar a vida ou no jornal para distrair o espírito, tenho procurado servir como posso e quanto posso.

Itajai cabocla, sem grandes virtudes e sem defeitos insuperáveis. O meu abraço no dia do teu centenário.

1959 - Pareceres e sugestões: Ainda o centenário de Itajaí. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo II. Maio de 1959. N° 05. Página 86.

Quando fui convidado, pela colenda Câmara Municipal de Itajaí, a opinar sobre a data em que se deveria comemorar o centenário da elevação de Itajaí a município, se eu tivesse relido a lei 464, de 4 de abril de 1859, certamente não teria dado o parecer que emiti.

Como outras pessoas consultadas, eu entendi que as comemorações deveriam ser feitas na data da lei, e não na da instalação do município.

Folgo em confessar que me enganei.

Leia-se o artigo 1º, daquele dispositivo legal, subscrito pelo presidente João José Coutinho, e ver-se-á que tenho razão:

“Art. 1º - Será elevada à categoria de Vila a paróquia do SSmo. Sacramento d’Itajaí, logo que seus munícipes tenham prontificado, à sua custa, casa para as sessões da Câmara”.

Parece que a cousa é bem clara: Itajaí estava em condições de ser município, mas só o seria quando tivesse lugar onde a Câmara pudesse se reunir. Daí se deduz que, enquanto os moradores não arranjassem casa, nas condições de servir para o legislativo municipal, Itajaí continuaria simples distrito, ou freguesia, que é o seu equivalente.

Está, portanto, certo, no meu entender, o sr. Prefeito municipal em determinar que os festejos comemorativos do centenário da elevação de Itajaí a Município, se realizem na data do centenário da sua instalação, no ano próximo. Só então, em 1860, com o adimplemento da condição – sine qua non – de se arranjar casa para a Câmara, é que a lei entrou, realmente, em vigor.

O raciocínio é suficientemente claro para que exija explanação.

1959 - Dois séculos memoráveis. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo II. Junho de 1959. Nº 06. Páginas 101 a 105.

(...) A capela de Armação, por que é mais conhecida a praia de Itapocorói, é das mais antigas do Estado. A sua construção data de 1759, ano em que, a 27 de abril, foi assinada a provisão do bispo do Rio de Janeiro, que autorizou a sua construção. E, ainda hoje, ela ali se encontra, firme nos seus grossos alicerces, com uma única modificação no seu traçado primitivo: a tórrezinha que é de construção recente; ali ela se acha ainda, engastada numa das mais esplendorosas paisagens das não menos pitorescas costas catarinenses, testemunha muda de dias de glória e de decadência do povoado que se criou à sua sombra.

Itapocorói teve a sua época de intensa atividade, de um comércio fervilhante, com o florescimento da sua armação de baleias, onde centenas de operários brancos e outras tantas de escravos, trabalhavam, na estação própria, no beneficiamento dos cetáceos que eram arpoados, anualmente, em grande número, nas suas águas.

Com a vergonhosa entrega da ilha de Santa Catarina aos espanhóis, em 1777, iram-se os armadores de baleias, das duas armações próximas à sede da capitania, na contingência e procurar lugares mais seguros para estabelecerem o seu rendoso negócio.

A enseada de Itapocorói, pela sua segurança e comodidade, foi um dos escolhidos. Quarenta anos depois, quando da sua visita ao estabelecimento, Augusto de Saint Hilaire escreveu minucioso e interessante relato, descrevendo as instalações e o funcionamento da armação, que, naquela época, (1820) já conheçava a entrar em decadência. (...)

Entretanto, o estabelecimento de pesca de baleias da praia de Itapocorói concorreu, de modo decisivo, para a colonização da faixa litorânea, entre São Francisco e o Itajaí-Açu, zona essa que, já nos fins do século 18, era das mais povoadas da capitania e de onde se exportava bastante arroz, farinha de mandioca, açúcar e cachaça, fios de algodão, de gravatá e de tucum, betas de Imbé, etc.

Com a escassez dos cetáceos, que ano a ano se acentuava, com os erros e falhas das administrações que se sucederam ao regime de contratos com empresas particulares a armação, e com ela o povoado, foi entrando em decadência. E, como consequência disso, as atenções e cuidados dos moradores da região foram se voltando mais para o aproveitamento dos terrenos férteis que se estendem em longas planícies, de fácil

amanho, pelo planalto das Piçarras, Itajuba, Barra-Velha, etc., o que fêz com que se fossem formando agrupamentos mais afastados das praias e, conseqüentemente, menos castigados pelos ventos e pela maresia e mais próximos às terras de cultura. Assim surgiu o povoado da Penha de Itapocoroi, abrigado pela ponta do Cambri, no extremo norte da praia de Armação. Para o núcleo inicial, de que foram fundadores os Pitta, os Caetano Vieira, os Macedo e outros que haviam levantado um pequeno oratório dedicado à Nossa Senhora da Penha de França, foi, em 1839, transferida a sede do curato, até ali na capela de São João de Itapocorói, e que, ao mesmo tempo, foi elevado à freguesia. Já então funcionava no local uma escola de primeiras letras, cujo professor, Jacinto Zuzarte de Freitas, fôra nomeado quatro anos antes. (...)

Penha, no dizer de um antigo órgão de imprensa de Itajaí, “era o centro em tórno do qual giravam os interesses de todos os lugares circunvizinhos. Tinha um comércio que carregava navios de grande cabotagem; possuía muita lavoura, na qual se empregava o braço de muitas dezenas de escravos. Muitas fortunas ali se acumularam”.

Perdeu, pois, a capelinha de São João de Itapocorói a preponderância política e religiosa que, por quase um século, exerceu sôbre tôda a região, como sede de um curato vastíssimo e intensamente povoado. (...)

1959 - O assunto é Vasconcelos Drumond. Arnaldo Brandão. Jornal do Povo de 30 de outubro de 1959. Edição Especial de Natal; // Blumenau em Cadernos. Tomo II, outubro de 1959, nº 10, páginas 197-198.

O ponto mais importante que se nos apresenta agora, nas vésperas do centenário do Município de Itajai, é, sem dúvida, a autenticidade de Vasconcelos Drumond, como figura primordial da fundação da cidade. Não desejo entrar nessa peleja de historiadores conterrâneos que se debatem para elucidar o caso. Quero, apenas, auxiliá-los, remetendo-lhes elementos, a fim de que melhor estudem o assunto, conhecendo mais aprofundadamente a figura ilustre de Antônio Menezes de Vasconcellos Drummond.

Preocupado com isto, iniciei minhas pesquisas, dirigindo-me a um grande amigo, o escritor e teatrologo Hermógenes Viana, membro da Academia Pernambucana de Letras. O citado intelectual, certa feita enviou-me um de seus livros, justamente o volume em que agrupava algumas peças teatrais. Entre elas: “O patriarca da independência”, em que tomava o nosso Vasconcellos Drumond como personagem. Lembrei-me então de escrever-lhe solicitando informações sobre essa figura que talvez, tivesse sido mais extensamente estudada e analisada por ele, a fim de ser incorporada à peça teatral de sua autoria.

Solicitamente, Hermógenes Viana me atendeu. É lastimável, que nenhum elemento me tenha sido enviado, a respeito da atuação de Drumond na província catarinense. Remeteu-me apenas fatos e passagens conhecidas e citadas em livros, mas que não deixam de ser assás interessantes e importantes para aqueles que se preocupam com a personalidade de Vasconcelos Drumond. Pretendo retornar à carga. Procurar outras fontes e indagar de outros amigos, pesquisadores e historiadores, novos elementos que nos ajudem a recompor esta figura histórica de homem cheio de ideal, cuja atuação política, tanto se efetuou na Capital, como nas províncias do sul e do norte.

Peço venia a Marcos Konder, a José Ferreira da Silva, a Nemésio Heusi e Silveira Junior para também me introduzir no assunto. O material que recolher servirá apenas para enriquecer seus fichários, jamais para controvérsias ou querelas. – O desejo unicamente de estudar e conhecer mais essa figura preciosa que tanto se salientou nas lutas em prol da independência. Analisar esse homem que tem tanto de tradição como tem de enigmático. Que passou por uma terra sem quase não deixar rastro. Fundou um núcleo, mas não se importou de deixar uma ata de fundação ou seu nome assinado em

algum documento que lhe outorgasse o direito de fundador. E nos legou uma cidade com uma fundação quase lendária, como a Roma ou de Tróia, cuja origem são atribuídas a homens ou a semi-deuses. É o que faz duvidar da autenticidade de Drumond na fundação de Itajai. Uma figura completa habituada às grandes magistraturas. Mas que não firmou seu nome em documento algum, tampouco se comprova o ato de ele ter fundado Itajai, deixando como herança essa grande dúvida e a possibilidade de que se cometa uma injustiça, homenageando um fundador que realmente, nada fundou. Que se dissipem as dúvidas e se renda o tributo devidamente ao primeiro homem que lançou a pedra inicial de uma povoação que, mais tarde, seria transformada em grande cidade, cujo nome foi tirado da abundância de taiás existentes nas margens do rio, mas que também isso é assunto de controvérsia e que, até hoje, ainda não se chegou à uma feliz conclusão.

E voltando ao assunto da carta de Hermógenes Viana, aqui segue a transcrição:

“Recife, 6 de setembro de 1959.

Meu caro Sr. Arnaldo Brandão

Tenho em meu poder sua prezada carta datada de 2 do corrente, a qual li com interêsse e fiquei ciente do que me mandou dizer. Não tenho uma biografia completa do diplomata e jornalista Antonio de Menezes Vasconcelos Drumond, o qual figura, efetivamente, como personagem da minha peça histórica: “O PATRIARCA DA INDEPENDÊNCIA”, porém, aqui vou transcrever o que sei sobre Drumond.

“Diplomata e jornalista brasileiro, nasceu no Rio de Janeiro, em 1794 e faleceu em 1865. Abraçou calorosamente a causa da Independência e prestou grandes serviços a Pernambuco. Sofreu seis anos de destêrro” (Dicionário Prático Ilustrado de Jayme Séguier – Lisboa – 1910)

“No dia 22 de janeiro de 1822, o Intendente Geral da Polícia, João Ignácio da Cunha, pelas 10 horas da manhã, mandou chamar Antonio Menezes Vasconcelos Drumond, e lhe deu uma cópia do ofício do govêrno de São Paulo para que houvesse de lhe dar a maior publicidade “sem contudo permitir que fôsse impresso”. – Drumond apareceu com a cópia do ofício na loja de livros da rua da Quitanda, esquina da de S. Pedro, então pertencente a Manoel Joaquim da Silva Porto e depois Conselheiro João Pedro da Veiga. Naquela loja se reuniam todos, qualquer que fôsse o credo político de cada um, a procurar noticias, porque era ali onde se vendiam os periódicos e papéis avulsos do tempo. Ali fez Drumond a leitura do ofício e deixou tirar cópias; dali passou

ao quartel do 1º Regimento de Cavalaria da Corte, situado à rua do Alecrim, hoje rua do Hospício; fez o mesmo na Alfândega, e às 2 horas da tarde, circulavam cópias do ofício e toda a cidade estava de posse do conteúdo dele em modo que quando foi publicado no suplemento nº 4, da Gazeta do Rio, no dia 8, embora já todos soubessem, produziu o maior entusiasmo. (O ofício foi ditado por José Bonifácio e foi uma das causas do FICO do príncipe D. Pedro)

As graves resoluções das Côrtes de Lisboa, conforme ofício de 23 de julho de [...], além de outras determinaram a prisão e remessa para Portugal de todas as pessoas comprometidas nos movimentos do Rio de Janeiro e patentearam a necessidade de providências urgentes. Da Bahia chegaram Antonio de Menezes de Vasconcelos Drumond, que lá se achava desde algum tempo prestando serviços à causa da independência, depois de haver prestado relevantíssimos serviços em Pernambuco. – Drumond afirmou que José Bonifácio, de quem era pessoa de inteira confiança, resistiu muito ao pedido do Príncipe Dom Pedro para entrar na Maçonaria. – Drumond deu conta minuciosa de todos os fatos ocorridos na Bahia, sob a direção do lusitano o General Madeira, ao José Bonifácio, por escrito, conforme solicitação do mesmo.

Quando José Bonifácio foi preso para ser deportado, perguntou ao General Moraes se faltavam alguns presos e o General respondeu: “O único que falta e por quem espero, da minha lista, é o Sr. Drumond, redator do TAMOYO” (O Patriarca da Independência – livro de José Bonifácio de Andrada e Silva. – Série 5ª BRASILIANA – vol. 166 da Biblioteca Pedagógica Brasileira. Edições da Companhia Editora Nacional – Sao Paulo – 1939).

É tudo o que sei a respeito do grande herói da nossa Independência. Nada possuo que informe haver sido ele o fundador da cidade de Itajai. Com os meus protestos de alta estima e consideração, aqui fica o meu abraço fraternal.

1959 – A fazenda do Arzão. José Ferreira da Silva. O Popular. 16 de outubro de 1959. Capa.

Paulo Miguel José de Brito, o apreciado autor da ‘Memória Política sôbre a Capitania de Santa Catarina’, referindo-se ao Itajaí-açu, informa o seguinte:

‘O pôrto de Tajai é pequeno e pouco freqüentado, por não haver ali povoação, mas é seguro e abrigado, e pode vir a ser de transcendente utilidade; o canal é estreito e deve demandar-se com vento e maré favoráveis; o ancoradouro é defronte de uma fazenda chama do Arzão, única que com casa ali se encontra’.

Qualquer espirito menos prevenido contra as deduções fáceis, baseadas em fatos pouco estudados, diria logo que o fundeadouro, a que Paulo de Brito se refere, ficava em frente ao local, ainda hoje conhecido por ‘Fazenda’, crente que essa designação viesse da sesmaria concedida a João Dias de Arzão, na segunda metade do século 17.

Por motivos fâcilmente compreensíveis pelos que procuraram, sèriamente, conhecer o nosso passado, nós nunca pensáramos assim. A sesmaria, ou melhor a ‘fazenda chamada Arzão’, que Brito menciona, não devia ficar, segundo tôdas as probabilidades, à margem direita do rio e nem o local do suposto fundeadouro, poderia ter sido em frente à chamada ‘Fazenda’, pois ali, como ainda se verifica, não havia senão um baixio impróprio ao abrigo de embarcações, mesmo das de infimo calado.

Em frente a esse presumível fundeadouro, ficava a sesmaria concedida a Alexandre de Azerêdo Leão Coutinho, que a requerera quando governador da Fortaleza de Anhatomirim, e que veio tomar posse dela, depois de reformado, e cuja viúva, Dona Felícia, a manteve florescente durante muitos anos, com nutrida escravatura.

Por uma dessas intuições, conseqüências naturais dos conhecimentos hauridos no exame constante dos velhos documentos e que, de dedução em dedução, nos levam, muita vez, ao conhecimento exato da verdade, mesmo na ausência de provas concretas, sempre julgaremos que a ‘Fazenda’, mencionada por Miguel de Brito, e o fundeadouro, ficavam à altura da confluência do Itajaí-Mirim, da atual Barra do Rio.

Nesse sentido tivemos, há bem pouco tempo, oportunidade de trocar idéias com êsse douto itajaiense, o mestre Henrique Fontes, que nos fêz interessantes observações a respeito da possibilidade de estarmos certos nas nossas deduções.

E não nos enganáramos, realmente. Numa das freqüentes visitas aos arquivos públicos, descobrimos o mapa que, em 1796, o demarcador da real fazenda, José

Ferreira de Mendonça, levantara, em virtude da medição da sesmaria, requerida por Manoel da Costa Fraga, de uma légua quadrada na Praia de Itajaí. É um mapa precioso e talvez o mais antigo da região da foz do grande Itajaí. E dêsse mapa consta, com absoluta clareza, a fazenda do Arzão, mais precisamente de João Dias de Arzão, defronte à embocadura do Itajaí-Mirim, à margem esquerda do Açu. As plantações de bambus e eucaliptos da Fábrica de Papel, à passagem da Barra do Rio, ficam nos terrenos que integravam essa sesmaria. Tinha esta 200 braças de fundos e cêrca de mil braças de frente no rio, acompanhando-lhe a suave curva que êle faz, desde pouco acima dos Navegantes até próximo aos Machados.

Aí, pois, é que era o local a que Brito chama ‘o fundeadouro’ e onde Arzão tinha a sua casa.

No que, absolutamente, não podemos concordar com Paulo José Miguel de Brito é que essa fazenda do Arzão fôsse ‘a única que com casa ali se encontra’.

O nosso primeiro historiador, escreveu a sua ‘Memória’ nos primeiros anos do século passado, embora publicada sómente em 1829. É bem anterior a esta data o mapa de Ferreira de Mendonça. E dêste já constam como proprietários dos terrenos [375 braças de frente] do Pontal, na margem norte do Itajaí-Açu, uma certa Antônia Pinheira e, adiante desta, com outras 375 braças na Praia de Itajaí e fundos no Itajaí-Açu, José da Silva Cascais.

Dêste último, não temos provas concretas de que êle ocupasse, efetivamente, a sua sesmaria, nos fins do século 18. Mas quanto à Antônia Pinheira e seus familiares, temos documentação fidedigna de que tinham casa e plantações no seu terreno, que acompanhava a margem esquerda do Itajaí, desde a barra até a altura dos Navegantes, ou mesmo compreendendo o local dêste bairro.

Quando Miguel de Brito escreveu a ‘Memória’, de que vimos falando, eram vários e, talvez, mesmo muitos os moradores das margens do grande Itajaí.

Em outro artigo, falaremos das provas que disso colhemos e de outros pormenores interessantes sôbre os primeiros povoadores da região em que assenta a atual e simpática cidade de Itajaí.

1959 – Com a palavra o sr. Vasconcelos de Drummond. José Ferreira da Silva. O Popular. 04 de dezembro de 1959.

Em face de documentos, últimamente vindos à luz, é incidir em lamentável erro histórico, atribuir a Vasconcelos de Drummond a fundação de Itajaí.

Os que, baseados nas ‘Anotações’, escritas por Drummond, em 1861, para corrigir erros e exageros contidos em uma sua biografia, publicada em 1836, em Paris, entenderam de dar-lhe as honras de fundador desta cidade, emprestam a essas ‘Anotações’ uma interpretação que não se conforma com a realidade dos fatos.

Nas suas memórias, Drummond, efetivamente, afirma que esteve no rio Itajaí; que ali mandou serrar madeiras, tiradas das matas das suas margens; que, dali, mandou tábuas para o museu nacional, etc.

Isso, aliás, jamais foi objeto de dúvida, ou contestação, embora, com documentos fidedignos, se possa fazer restrições muito sérias à veracidade de algumas das afirmativas do futuro diplomata.

Mas, o que não se procurou indagar, com cuidado, foi a qual dos Itajaí Drummond se referiu, por várias vezes, nas suas ‘Anotações’, êle fala, simplesmente, no Itajaí, sem qualquer determinativo, se no Açú, ou no Mirim.

Baseados em boa cópia de documentos, inclusive no aviso de 5 de fevereiro de 1820, determinante da vinda de Drummond a Santa Catarina, nós temos, de continuo, afirmado que os trabalhos dêste último se realizaram nas margens do Itajaí-Mirim, em terrenos acima do ‘Taboleiro’, hoje compreendidos no município de Brusque e, não, na foz do Açú, onde se ergue a cidade de Itajaí.

E, embora estivéssemos, diante de tais provas, mais que muito convencidos da verdade das nossas asserções, não nos demos por satisfeitos e continuamos as nossas pesquisas nos arquivos públicos, tendo chegado a descobertas interessantes, que não nos surpreenderam, entretanto, porque vieram, apenas, confirmar convicção nossa, por mais de uma vez manifestada em artigos na imprensa.

Com vagar, iremos dando publicidade aos documentos que encontramos no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Hoje, vamos transcrever um, em que o próprio Drummond desarma, de uma vez por tôdas, os que ainda possam alimentar dúvidas de que o Itajaí, citado muitas vezes, nas ‘Anotações’, é o MIRIM e não o Açú.

trata-se de uma carta de Vasconcelos de Drummond, escrita em Destêrro, a 19 de Março de 1820 e dirigida ao Ministro Vila Nova Portugal.

Pedimos a atenção das autoridades municipais, dos intelectuais de Itajaí, dos que desejam ver, definitivamente, restabelecida a verdade histórica, para essa carta, que não apenas exclui qualquer interferência de Drummond na fundação de Itajaí, como desmente, também, muita coisa que o seu signatário registrou, mais tarde, nas páginas das ‘Anotações’.

Eis a carta: ‘tenho a honra de participar a V. Excia. da minha chegada a esta Ilha, no dia 2 do corrente e de haver entregue ao governador o ofício de V. Excia. As chuvas têm sido efetivas e copiosas, de maneira que precisamos de alguns dias de sol para termos os caminhos transitáveis. Estou à espera das disposições do governador para a medição e posse das terras do TAJAHY MIRIM, que me diz será logo que o tempo permitir; para o quê tem dado as providências e mandado tirar as precisas notícias. Consta-me que o Prattes mandara oferecer a V. Excia. a sua sesmaria no Tajahi; assim, ficou dissolvida a compra em que tratava por ordem de V. Excia. Tenho notícia que esta sesmaria fica na direção das sesmarias de S. M. no Tajahy-Mirim. também tenho notícia que no Tajahi, antes desta sesmaria, há muitas terras incultas, mais à foz do rio que me dizem pertencer a uma viúva lá estabelecida em outro terreno. Logo que pessoalmente verifique estas notícias, informarei a V. Excia. Os mais práticos do rio Tajahy foram por êle acima três dias de viagem, que reputam trinta léguas; e nada sabem dizer de interessante: êles julgam que vai ter à altura das Lajes; sendo assim, maior vantagem se traria na abertura desta estrada e comunicação com o rio, mormente para o novo estabelecimento, que V. Excia. projeta, que é a felicidade dês país. Lavradores, creio ser a melhor gente para a povoação dêste rico terreno. Comunicou-me o governador ter pedido a V. Excia. alguns prisioneiros do Rio Grande para trabalhadores das novas obras: temos combinado com Miguel de Souza, ser muito útil e mais leve à real fazenda. Pedi a Manoel Dias de Lima uma lancha para os ericeiros principiarem a pescar: respondeu-me que tinha tôdas as lanchas em conserto; o qual concluído, daria uma ou duas conforme lhe restasse da sua pesca; e com tanta vontade que as mandaria cobrir, por seus oficiais, à moda dos ericeiros, visto que elas têm suas pareenças com as que êles lá usam em Portugal e que lhes daria também velas a seu modo; para cuja obra pediria um ericeiro mais esperto para as presidir. Diz-me Miguel de Souza que, entre êles, não veio construtor algum, como V. Excia. crê, salvo um mau carpinteiro de casas’.

Em artigos subseqüentes, analisaremos essa carta, nos trechos que interessam à controvérsia, se é que esta ainda possa subsistir.

Fique, por hoje, claro, na própria palavra de Vasconcelos de Drummond, que as terras, que êle teria vindo colonizar em Santa Catarina, situavam-se ns margens do rio TAJAHY-MIRIM e não no Itajaí-Açu em cujas águas se espelha, enamorado da sua grande beleza, maravilhado dos encantos que o enornam, êsse brinco que é a cidade que deu ao Brasil filhos da estatura de Lauro Müeller (sic) e dos Irmãos Konder.

1959 - O fundador de Itajaí. José Ferreira da Silva. IN: Anuário de Itajaí de 1959. Cunha e Silva, Laércio; Mello de Faria, Roberto. Rio de Janeiro: Hoje, 1959.

Agostinho Alves Ramos, que nos comêços da terceira década do século passado, se estabeleceu na fóz do maior rio do litoral catarinense, não foi o primeiro morador do Itajaí. Em ali chegando, já encontrou, donos de terras com moradia e plantações, a exemplo de Alexandre de Azeredo Leão Coutinho, no lugar da “Fazenda”, José Coelho da Rocha, doador do terreno para a capela, Domingos Francisco de Souza, Manoel Francisco da Costa, Silvestre Nunes Leal Corrêa e muitos outros que, entre 1792 e 1819 requereram e obtiveram sesmarias no grande e no pequeno Itajaí, nas proximidades da cidade dêsse nome.

Mas, o que já agora não padece dúvida, é que foi êsse Alves Ramos, quem, construindo casa de pau-a-pique, onde montou negócio, levantando a primitiva capelinha e para ali trazendo o primeiro padre, fundou o povoado, origem da atual sede do município de Itajaí.

A versão que atribue a Vasconcelos de Drummond o principio do povoado, em face dos documentos vindos à luz, últimamente, deve ser posta de lado porque não encontra base alguma na verdade histórica. Aquêle futuro diplomata recebera ordem de el-rei para tomar posse de terras à margem do Itajai-mirim, onde deveria fundar um estabelecimento, terras que ficavam cêrca de doze quilômetros para cima da confluência dêsse rio no açú, pela altura do local ainda hoje conhecido por “Taboleiro”.

Sendo certo, pois, ter sido êle encarregado de colonizar terras no pequeno Itajaí, não iria, desobedecendo ordens expressas do rei, começar um povoado e fazer derrubadas em local já comprovadamente ocupado por particulares, que nêle tinham morada e roças, muito longe daquelas. Aliás, há documentos oficiais que afastam tôda incerteza de que as derrubadas, empreitadas por Drummond, foram feitas em sesmarias, de que existe planta autenticada, nas margens do pequeno Itajaí.

Não se sabe ao certo em que ano Agostinho Alves Ramos se estabeleceu definitivamente no local. Segundo indicações merecedoras de crédito, êle deve ter aportado ao Dêsterro no milésimo da nossa independência política. Guarda-livros que era e muito hábil, associou-se a Anacleto José Pereira, negociante de grande prestígio na capital da província. E, por conta da firma, deve ter visitado os moradores e os poucos povoados espalhados pela costa norte-catarinense desde Destêrro a S. Francisco,

vendendo e comprando gêneros da terra e fazendas, em lanchões que sempre voltavam à procedência carregados de farinha, cereais, madeira serrada. Esta última, era mercadoria abundante nas margens do Itajaí, onde muita gente se empregava no mister de desdobrar em tábuas as toras abatidas nas densas florestas, ricas das mais variadas essências. Aos serradores do Itajaí, Aires Casal já se referia na sua “Corografia Brasilica”.

Não escaparam, certamente, à acurada observação de Alves Ramos, as riquezas que jaziam inproveitadas às margens do Itajaí e o futuro reservado a terras tão férteis de ser trabalhadas e os benefícios que adviriam, a êle e ao país, da sua exploração racional e metódica.

Resolveu, assim, transferir sua residência do Destêrro para a foz do Itajaí, onde adquiriu pequena área de terra para a construção de uma casa de comércio, que suprisse os moradores das redondezas e, ao mesmo tempo, lhes adquirisse os produtos das lavouras e das suas incipientes atividades industriais.

Agostinho era casado com dona Ana, portuguesa, natural de Peniche, senhora ativa, desembaraçada e profundamente religiosa, que muito auxiliou o espôso nas árduas jornadas que precederam à instalação do casal, jornadas trabalhosas, de dificuldades sem contas, de grandes e penosas renúncias.

Ainda e não obstante tôdas as indagações que tenho feito, não consegui esclarecer se frei Pedro de Agote, que sabemos ter sido nomeado cura de Itajaí em 1824, ai se estabeleceu com Alves Ramos, tendo vindo em sua companhia. Mas, tudo indica que, ao transferir-se para Itajaí, Alves Ramos tenha trazido o franciscano em sua companhia, pois, um cômodo da casa que construira para negócio e residência, fôra reservado para capela, onde frei Pedro oficiava todos os dias.

Mesmo depois que Alves Ramos, dando prosseguimento aos seus planos, conseguiu que José Coelho da Rocha, que ali vivia desde muitos anos antes, doasse um terreno de 180 braças quadradas, contíguo ao seu, em que foi construída uma capela com cemitério, frei Pedro continuou morando com o casal Alves Ramos, até o seu falecimento.

Alves Ramos redobrou de atividade logo que se viu instalado convenientemente à beira do rio. Por intermédio de frei Pedro conseguiu do bispo do Rio de Janeiro provisão para a construção de uma capelinha decente e para a qual concorreu com quase todo o necessário. Montou uma olaria no ribeirão Conceição, entregando-se a um comércio ativo com os lavradores e tiradores de madeira da região.

A capelinha foi atraindo, para as proximidades do negócio de Alves Ramos, outros moradores e, assim, em pouco tempo, estavam lançados os alicerces do povoado do Santíssimo Sacramento. E Alves Ramos deu tal impulso ao desenvolvimento da região que se tornou logo o homem indispensável, o conselheiro e amigo a quem todos recorriam nas precisões do corpo e do espírito. O seu prestígio estendeu-se a toda a região, sujeita, então, à vila de Pôrto Belo. Não é, pois, de admirar que êle se visse eleito deputado provincial nas eleições que se verificaram em 1934, as primeiras da nova ordem política estabelecida no país.

Valeu-se da sua posição para conseguir favores e medidas tendentes à exploração e ao aproveitamento das terras marginais dos dois Itajaí. Apresentou e conseguiu ver aprovada e sancionada a lei n.º 11, de 1835, que criou duas colônias na região, uma no Itajaí-mirim, provávelmente nas mesmas terras em que Drummond, trinta e poucos anos antes, mandára fazer derrubadas e outra no Itajaí-açu, em Belchior, de que se originou a atual cidade de Gaspar. E não ficou apenas nisto o trabalho de Alves Ramos. Junto às autoridades provinciais e aos amigos de Destêrro, desenvolveu intensa e entusiástica propaganda do Itajaí e da tal forma lhe cantou as belezas e a fortuna que conseguiu levar, para a região, colonos de todas as partes da província. De São Pedro de Alcântara, da ilha de Santa Catarina, de Pôrto Belo, de toda a zona habitada da costa catarinense, foi gente requerer e cultivar terras à beira dos dois grandes rios, estradas naturais que favoreciam as entradas, até muitas dezenas de quilômetros para oeste, do braço civilizador.

É assim que, entre os requerentes de terras do Itajaí naqueles tempos, vemos figurar nomes como os de Silva Mafra, Livramento, Etur, Anacleto Pereira e outros, nomes de prestígio no comércio e na sociedade desterreense.

Percorrendo os livros de registro de informações prestadas, pela Câmara de Pôrto Belo, nos requerimentos de terras na bacia do Itajaí, fica-se admirado do número relativamente grande de requerimentos entre 1830 e 1840, em comparação com os de milésimos anteriores. Obra indiscutível da atuação incansável e abnegada de Alves Ramos, que não poupava esforços, sacrifícios nem despesas para intensificar o povoamento da região. Êle é, praticamente, o responsável pelo grande impulso que tomou a colonização desde a foz do Itajaí, até as alturas do salto do Ribeirão Branco, além da atual cidade de Blumenau, pois até lá haviam sido requeridas e concedidas áreas cultiváveis, muito antes mesmo do início da colonização alemã com Hermann Blumenau.

Por tão bons serviços prestados à coletividade e ao progresso da província, foi Alves Ramos distinguido pelo imperador Pedro II, por ocasião da sua estada em Santa Catarina, em 1840, com a comenda da Ordem de Cristo.

Dona Ana não se mostrava menos interessada que o marido no engrandecimento do povoado. Pelo seu espírito caridoso, pelo fervor com que cuidava dos interesses religiosos da nascente comunidade, auxiliando frei Pedro na manutenção da ordem e do asseio na capelinha, dotando-a de paramentos e de alfaias condignos, concorreu de maneira proveitosa também para que se reunissem muitos dos fatores que trouxeram, depois, maior desenvolvimento à povoação incipiente. Tinha um irmão médico, que andava pelo Rio Grande do Sul e que, nos últimos anos de sua vida, veio igualmente para o Itajaí, com alguns escravos, tendo morrido em casa de Alves Ramos. Nessa casa morreu também frei Pedro de Agote, deixando livros e papeis que, por ocasião do inventário do coronel, foram mandados queimar pelas autoridades de Pôrto Belo.

A biografia de Alves Ramos, uma narração tanto quanto possível completa das suas atividades como militar (era tenente coronel de milícias), como negociante e guarda-livros, como legislador e como político, como colonizador e como intelectual, precisa ser escrita para que não se apague, jamais, da lembrança dos itajaienses a memória de uma vida, tôda ela dedicada aos interesses do povoado que criou e fez progredir até levá-lo às portas da emancipação político-administrativa.

Há aspectos do seu caráter, circunstâncias de uma vida, passagens da sua atuação política que bem mereceriam capítulos especiais. Era um homem inteligente e, para a época, de bastante cultura intelectual. Sabemos que era mestre em riscar plantas de navios e que vários dos grandes barcos construídos no Itajaí, obedeceram a planos por êle elaborados. Escrevia bem e tinha, igualmente, veia poética muito acentuada, com predileção para a sátira, pelas quadrinhas alegres, brejeiras, mordentes, sarcásticas. Guarda-se, dêsses seus pendores, uma amostra bastante relevante, dedicada ao padre Francisco Hernandez, vigário de Itajaí por volta de 1850 e que, diga-se de passagem, e em justificativa do estilo em que foi vazada, tinha lá as suas e muitas mazelas que andavam malevolamente comentadas na boca do povo.

Morrendo-lhe a espôsa, começou também a decadência de Alves Ramos quando Itajaí, por obra sua, já era sede de distrito, uma freguezia de suas oitenta casas, espalhadas entre a foz e a barra do Rio, com a sua capelinha sem torre a espelhar-se nas águas barrentas do Itajaí. Vendeu os terrenos que possuía na Barra ao Dr. Blumenau; vendeu outros bens e escravos e quando a morte o colheu, quase repentinamente, em

1853, era praticamente um homem pobre, tendo sido enterrado no cemitériozinho atrás da capela, a segunda que êle construía. E do pouco que deixou, uns amigos e a justiça de Pôrto Belo deram conta.

Tenho esperanças de encontrar ainda tempo e vagar para escrever com mais minúcias a vida dêsse homem que não sei como Itajaí pôde esquecer. Assim Deus me dê mais um pouco de vida e de saúde!

1960 – Itajaí – A fundação e o fundador. Silveira Júnior. Itajaí. 19 de março de 1960. nº 300. Capa e página 03.

José Ferreira da Silva foi gentilíssimo para comigo, ao me enviar os originais do seu trabalho cujo título é o mesmo deste artigo.

Trata-se de uma obra de grande valor histórico, fartamente documentado e que projeta uma figura que Itajaí tem esquecido por ignorância ou por má fé. Agostinho Alves Ramos. Em ‘Itajaí – a fundação e o fundador’, José Ferreira da Silva espousa a tese de que o verdadeiro fundador desta cidade não é outro senão essa figura ilustre de Agostinho Alves Ramos.

O seu autor não afirma que êsse pioneiro tivesse vindo para Itajai fundar uma cidade. Com efeito, quando Alves Ramos aqui aportou em 1823, não como um aventureiro, mas de malas e bagagens para ficar, já encontrou moradores na foz do Itajai. Mas eram sitiantes que não representavam qualquer ‘unidade social e muito menos urbana’. Os antecessores de Alves Ramos viviam nos seus sítios, trabalhavam a terra, mas pouco ou nada fizeram para a formação de uma comuna com qualquer rudimento de poder político, administrativo, ou religioso.

Foi Agostinho Alves Ramos que, na verdade, deu forma jurídica e social ao povoado, foi êle que edificou a primeira igreja e trouxe o primeiro sacerdote curado, foi êle que exerceu a primeira autoridade como preposto do Presidente da Província, foi êle que deu combate aos índios, foi êle o nosso primeiro representante na Assembléia Provincial.

A verdade é que antes da vinda de Alves Ramos, Itajai nunca foi citado como povoado, ou mesmo como simples aglomerado humano. Foi êsse homem com sua mulher que projetaram a nascente comuna, atraíram a atenção do govêrno da Provincia sôbre ela e fizeram os primeiros trabalhos para a criação de um aglomerado humano, oficialmente reconhecido, na foz do Itajai.

Nós temos o nosso idolo – oficialmente entronizado – Vasconcelos Drumond e não queremos saber a verdade histórica. Mas o certo é que não deveríamos festejar o centenário do município consagrando êsse êrro, hoje perfeitamente entendido e superado.

A tese de Ferreira da Silva é clara, honesta, fartamente documentada. Vasconcelos Drumond não fundou Itajaí. Se praticou alguma obra de colonização foi às

margens do Itajaí Mirim, entre esta cidade e Brusque. Aliás, neste ponto a tese em estudo é sumária. Depois de provar êsse engano histórico, atribuindo a Drumond a fundação desta cidade, Ferreira da Silva esclareceu ‘Por tudo isso, que comprova à sociedade nada ter Drumond a ver com a fundação da cidade de Itajaí é que julgamos necessário o exposto linhas acima, justificativas das razões por que no decorrer dêste trabalho, não nos referiremos sequer a Drumond e aos seus trabalhos no Itajai, os quais se realizaram em local muito distante dos terrenos onde depois nasceu a cidade, objeto dêste trabalho’.

Portanto, hoje não mais existe o engano histórico. Nem o próprio Drumond jamais se intitulou fundador de Itajaí. No entanto êle faleceu em 1874, quando o povoado que êle teria fundado já era sede de comarca. Estranha a modéstia dêsse homem. Mas isso ocorreu porque nem êle, Drumond, suspeitou de que a sua menção a um desbravamento ‘à margem do Itajai’ tivesse se produzido tal confusão.

Insisto, portanto, em que o engano está desfeito. Graças aos estudos e pesquisas de historiadores da figura de Ferreira da Silva, de Boiteux, de Henrique Fontes e outros. Está desfeito o ENGANOS DE FATO, mas o ENGANOS DE DIREITO perdura por caturrice dos nossos homens públicos. Ainda hoje se ensina nas escolas que Drumond foi o fundador de Itajaí E certamente se Drumond, da sua sepultura, viesse pedir para que retificássemos o engano, nós ainda haveríamos de lutar para perpetuar essa heresia histórica.

Porque nós não queremos provas. Nós fechamos os ouvidos à verdade. Nós insistimos num êrro grosseiro, que se justificava enquanto não havia documento provando o contrário. Em Itajai há uma grande avenida Vasconcelos Drumond, mas nem uma plaquinha com o nome de Agostinho Alves Ramos. No entanto, o homenageado nunca esteve em Itajai e Alves Ramos deu 30 anos de dedicação ao nascente povoado. Foi também um poeta e um homem de espírito.

Mas nós queremos consagrar um engano...

Se não fôsse o cansaço de pedir em vão, se não fosse o desencanto de malhar em ferro frio, se não fôsse a preguiça de clamar no deserto, eu me arriscaria a pedir à Câmara Municipal que lesse os originais do livro de Ferreira da Silva e propuzesse a sua impressão às expensas do município. Brusque imprimiu uma obra de muitas centenas de páginas contando a sua história. Escreveu-a o brilhante historiador Osvaldo Cabral.

Itajaí, muito mais desinteressado, poderia imprimir a obra de Ferreira da Silva – um opúsculo de umas 50 páginas – como um dos trabalhos positivos dos seus discutíveis festejos do Centenário de Município.

Ali está a verdade, senão sôbre as nossas origens primeiras, pelo menos sôbre os nossos primeiros passos como uma comuna política e socialmente organizada.

Não devolverei a obra ao seu autor sem registrar primeiro o pronunciamento da nossa Câmara Municipal. Quer a sua recusa pelo silêncio, quer o seu interêsse através de uma leitura dos originais do magnífico trabalho de José Ferreira da Silva. Quero deixar bem claro, porém que nada disso me pediu ou insinuou o seu autor. Mas eu me constranjo de ver que Itajai vira as costas a um historiador que está nos enviando a nossa certidão de nascimento como aglomerado humano, enquanto nós insistimos em nos apegar a um engano insubsistente, porque já agora estamos errando de caso pensado ...

Dou a última palavra à nossa Câmara Municipal. Se ela o desejar, eu, com todo o gôsto, enviarei ao seu presidente, os originais do trabalho. Do contrário, remetê-lo-ei ao seu autor com êste esclarecimento: ‘Você, Ferreira, que teve tanto trabalho com o ônus da sua impressão, como, de resto, já fêz com Penha e Blumenau. Nós não nos interessamos pela verdade histórica. Nós já temos Drumond’.

Mas acredito que os senhores vereadores meditarão sôbre o assunto. E farão justiça a um intelectual que tem feito mais pela nossa história do que aqueles que – em são propósito, mas enganados – desejaram nos impingir um fundador de mentira, um Drumond que entra na nossa fundação como Pilatos no Credo ...

xxxxx

PS: - Apenas uma pequena restrição: Ferreira da Silva atribuiu a Vascondelos Drumond a deturpação do tôponimo original TAJAÍ (que seria o sentido exato de ‘rio dos taiás’) para ITAJAÍ. Já em 1799 (portanto, quando Drumond tinha apenas 5 anos de idade) o capitão Joaquim Francisco Salles e Mello, governador da Fortaleza de Santo Antônio dos Ratores, requeria ‘uma lagoa (sic) de terras em quadras no rio ITAJAHY-MERIM’.

1960 - Tijucas – Município centenário. Sebastião Cruz. Blumenau em Cadernos. Tomo III. Nº 06. Junho de 1960. Páginas 101 a 103.

(...) A mesma Lei Provincial 464 também criou o Município do Santíssimo Sacramento d'Itajaí – isto, como vimos, em 4 de abril de 1859, - desmembrado do Município de Pôrto Belo (Paróquias de Camboriú e a de Nossa Senhora da Penha de Itapocorói, esta última vinda do Município de São Francisco). O Município de Tijucas, resultou da transferência da sede de Pôrto Belo para Tijucas (incluindo a Freguesia de Pôrto Belo e a de São João do Alto tijucas, desmembrada do Município de São Miguel). Pôrto Belo, não tinha interêsse nessa mudança, retardando-a com ou sem razão. Daí as instalações dos dois Municípios só ocorrerem em 13 de Junho de 1860 (Tijucas) e 15 de junho de 1860 (Itajaí). Note-se que a jurisdição de Pôrto Belo, abrangia pelo Norte até o Rio Gravatá, com o Município de São Francisco; ao Sul até o Rio Tijucas, com o Município de São Miguel; ao Leste, o Oceano Atlântico, e ao Oeste a Serra Geral, com o Município de Lajes. Esta jurisdição, hoje, compreende os Municípios de Tijucas; Pôrto Belo (restaurado em 1926); São João Batista; Itajaí; Camboriú; Penha, Ilhota; Brusque; Nova Trento: Gaspar; Luiz Alves; Blumenau: Indaial; Pomerode: Timbó; Rodeio: Vidal Ramos: Ibirama: Presidente Getúlio: Rio do Sul: Taió; Rio d'Oeste; Trombudo Central; Pouso Redondo: Ituporanga, ou seja, 25 municípios, que compreendem os Vales do Tijucas e do Itajaí.

(...) A Lei nº 411, de 1856, dividiu a Província de Santa Catarina, em 4 Comarcas, a saber: da Capital (Destêrro) com o Município de São Miguel; a de São José, com Lajes; a de Laguna (Comarca de Santo Antônio dos Anjos); a de São Francisco (Comarca de Nossa Senhora da Graça), com Pôrto Belo, que passou mais tarde para a Comarca de São José. Com a criação e instalação dos Municípios de Tijucas e Itajaí, permaneceu a jurisdição dos mesmos na Comarca de São José. A Lei nº 615, de 20 de Maio de 1869, criou a Comarca de Itajaí, fazendo parte da mesma, também o Município de Tijucas.

(...) O primeiro poder Judiciário em Tijucas – O Conselho Municipal de Recurso – instalou-se em 30 de Novembro de 1860. Dito Conselho estava constituído do Juiz Municipal, Augusto Frederico Benjamim Etur; do Presidente da Câmara Municipal, em exercício, José Domingos de Souza; e do Eleitor da Paróquia, Crispim José de Santa Anna, funcionando êste, também, como Secretário. Êste Conselho era o Tribunal

Eleitoral, de âmbito Municipal. Na época, Pôrto Belo contava com 406 votantes tendo direito a 6 eleitores; Tijucas, com 389 votantes para 5 eleitores e Itajaí, com 265 votantes para 3 eleitores.

1960 - Itajaí, cem anos de município. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo III. Nº 06. Junho de 1960. Páginas 103 a 108.

Há, certamente, muito que dizer dos cem anos decorridos, desde a instalação da primeira câmara municipal de Itajaí, até os dias que presentemente vive um dos mais prósperos e ricos municípios brasileiros. Sua sede é, hoje, uma das mais bonitas, pitorescas e importantes cidades catarinenses. Rica e próspera, está destinada a um futuro dos mais lisonjeiros e gloriosos.

Nascida em torno à capelinha que, em 1824, Agostinho Alves Ramos edificou, à sua custa, no mesmo local em que se eleva, ainda, a velha matriz, e que Frei Pedro de Agote, missionário franciscano, administrou durante vários anos, ao mesmo tempo que dispensava os socorros espirituais à escassa população ribeirinha, Itajaí foi prosseguindo no seu desenvolvimento com pasmosa lentidão.

Nos doze anos decorridos, desde a ereção do seu pequeno templo – que é, sem dúvida, o marco assinalante da sua fundação – até a data de sua elevação à sede de freguesia, em 1833 -, o povoado do Santíssimo Sacramento não era mais do que uma dezena de habitações de taipa, cobertas de palha, distribuídas pela beira do rio, desde a foz, no oceano, até a barra do Itajaí-Mirim, com alguns abrigos para canoas, em vários pontos da praia. O sobrado de Alves Ramos, onde êste tinha a sua loja de sêcos e molhados, e que, já então, se tornara o ponto de convergência dos moradores adjacentes, nas suas folganças ou em busca de recursos para as suas necessidades, dominava todo êsse pobre conjunto, como a única construção digna dêsse nome.

A sua elevação à categoria de freguesia deve-se sem dúvida, muito mais aos esforços, ao prestígio de Alves Ramos, do que, propriamente, ao que o povoado significasse, naquele tempo, como população e riqueza.

Depositário da confiança dos moradores, conquistada pela sua experiência, pela relativa cultura intelectual, muito acima do comum para o tempo, e também pela sua aprimorada educação e espírito altruístico, Alves Ramos foi o legítimo representante da região, integrada no território do Município e Têrmo de São Francisco – distante dêste várias léguas, por vereadas mal abertas.

Assim, contando com o seu próprio prestígio, com as amizades conquistadas na capital da província e no seu governo, conseguiu a intervenção dêste último, junto à

Câmara francisquense, para que se concretizasse a elevação do curato à freguesia, equivalente aos atuais distritos de paz. Todos os documentos, muitos já dados à publicidade, corroboraram essa asserção, unânimes em evidenciar a decisiva interferência de Ramos no caso. Com a criação do município de Pôrto Belo, em 1832, Itajaí desliga-se de São Francisco para integrar a nova comuna, dentre cujos valores sociais e políticos, Alves Ramos se destaca para conquistar um lugar na Assembléia Provincial onde, se não brilhou nas justas de oratória, foi um denodado batalhador em prol do engrandecimento de Itajaí, pela intensificação de sua população e pelo aproveitamento de suas riquezas. Com as providências postas em prática por êsse homem, como a colonização dos terrenos de Itajaí-Mirim e do Belchior, em virtude da lei nº 11, de 1835, a sua decidida interferência na vinda de colonos descontentes de São Pedro de Alcântara, e encaminhados para o alto Itajaí, onde constituíram os primeiros núcleos populacionais de Gaspar; com as transações de seu próprio negócio, as suas indústrias de madeira e cerâmica, com as quais intensificava o comércio regional com a capital e outros centros de população da província, Alves Ramos preparava o caminho para a emancipação política do seu distrito quando, em 1853, é colhido pela morte.

Apesar da insignificância da freguesia do SS. Sacramento, entretanto, o distrito estava preparado para a transformação, em primeiro lugar pela distância que o separava da Vila de Pôrto Belo, à qual deviam ir, para o cumprimento de suas obrigações cívicas e de seus deveres fiscais, moradores da colônia Belga, de Blumenau, de Belchior e até mesmo das margens do Benedito e outros afluentes do grande Itajaí, e depois, pelo significado econômico que a criação de novas empresas de colonização e a produção apreciável destas, em gêneros de lavoura e da pequena indústria, já representavam. Assim, o movimento que se fêz, e de que resultou a petição dirigida à Assembléia Legislativa Provincial, contou com o apoio unânime dos homens de responsabilidade na vida política e administrativa de todo o distrito. Mas teve que enfrentar a oposição cerrada dos maiorais da sede de Pôrto Belo que, com razão, previam as fatais consequências que a separação acarretaria ao município. A riqueza de Pôrto Belo estava justamente na zona do Itajaí, cujas terras atraíam imigrantes de tôda parte, pela sua exuberância e fertilidade, pela facilidade das comunicações pelas vias naturais de seus rios, francamente navegáveis, pelas providências adotadas pelo governo no afugentar o gentio das proximidades dos sítios que os colonos iam ocupando.

E essa oposição se fez sentir no seio da Câmara Municipal, onde foi intenso o trabalho para fazer abortar as pretensões de emancipação da freguesia do S. S. Sacramento.

Agostinho Alves Ramos já não existia para enfrentar, e talvez mesmo afogar no nascedouro, tôdas as manifestações de protesto, de repulsa, principalmente nos meios oficiais, do município e da província, onde gozava de incontestável e merecida autoridade.

Mais para dar uma idéia da exatidão do que, de começo afirmamos, do que, propriamente, para documentar a oposição feita à criação do novo município, vamos transcrever o teor da informação dada pela Câmara de Pôrto Belo na petição dos moradores do Itajaí.

O que, nessa informação, se assegura a respeito da insignificância da sede da freguesia de Itajaí, poderia ser levada à conta da paixão de que estavam possuídos os portobelenses, alarmados com a idéia de perder o seu mais esperançoso distrito, e até mesmo as suas prerrogativas de Vila, se não houvesse outros documentos, que não podem ser inquinados do mesmo mal, nem de parcialidade, que comprovam a quase nenhuma importância urbana do povoado com pretensões aos foros de Vila.

É êste o teor da informação:

Nº 11

- Ilmo. E Exmo. Snr.

- A esta Câmara Municipal foi presente o ofício de V. Excia. de 13 do mês próximo findo, em que, v. Excia. determina, que esta Câmara informe relativamente à conveniência de se formar um novo município das duas freguesias, d'Itajaí d'este Termo e d'Itapocoroy do de S. Francisco, tendo por limites os rios de Camboriú e de Itapocú, requerido por alguns habitantes das citas Freguesias, a fim de se satisfazer a exigência da Assembléia Legislativa Provincial. E cumprindo esta Câmara a dita ordem, temos de levar ao conhecimento de v. Excia. as considerações seguintes:

1º - que o Distrito da Freguesia, a fim de satisfazer a vida de município, carece de homens habilitados para desempenharem os cargos públicos tendentes à categoria da dita Freguesia, porquanto os raros que se acham em circunstâncias, ainda não chegam para preencherem os cargos públicos, que a Lei exige.

2º - Que a Freguesia de que se trata, ainda não tem pronta a Matriz e nem nenhum outro edifício público, para n'ele se celebrar os atos públicos.

3º - Que creado aquele novo município pela forma requerida pelos petionários, isto é, tendo por limites ao Sul o rio Camboriú, é o mesmo que decretar a destruição dêste Município, e mesmo complica os interesses públicos e particulares dos habitantes da Freguesia de Camboriú, os quais, por esta divisão, fica a Freguesia pertencendo a dois Têrmos, o que de nenhuma forma convem aos municípios confinantes. Quando, porém, fôsse possível a pretensão dos habitantes de Itajaí, nessa

hipótese então seria de justiça, que se concedesse por limites ao Sul do dito novo município, o morro cortado, limite este que divide a Freguesia de Camboriú da de Itajaí.

4° - Que o limite ao norte, que pretendem os habitantes do novo Município de Itajaí, também parece ser contrário e prejudicial aos habitantes de ambas as margens do Rio d'Itajaí, em consequência de que, os moradores destas localidades todos têm suas relações para a cidade de S. Francisco, para cujo lugar lhes é mais fácil se dirigirem, e mais convenientes em todos os atos da vida civil; por conseguinte dando-se a mesma hipótese da criação do novo Município, seria conveniente, que o limite ao Norte do referido Município fôsse o canto da praia do Rio d'Itapocú do lado do Sul, ou aonde finda a lagoa existente nessas paragens.

5° - Que nesta pretensão, os habitantes das sobreditas Freguesias não são concordes, porquanto os que deixaram de assinar, digo, os que requereram o novo Têrmo, indicam a Freguesia d'Itajaí para villa-cabeça do Têrmo, no entanto que outros que deixam de assinar essa petição querem que a villa-cabeça do Têrmo seja na Armação de Itapocorói, e as razões que expendem, são:

1° - O bom ancoradouro, que têm aquele lugar capaz de nêle ancorar qualquer navio, por maior que seja.

2° - Igreja em muito bom estado, mui bem construída e em tudo bem preparada e decente;

3° - Uma praça espaçosa, vistosa, alegre e talvez a mais bela de tôdas as existentes em qualquer cidade, Vila, Freguesia ou Povoação desta Província.

4° - Bons edifícios particulares, pertencentes ao Cirurgião Mor Luiz Rodrigues Pereira (ao qual também pertence a mor parte da dita igreja, território da praça e de tôda a localidade da referida Armação) o qual talvez cedesse algum dos edifícios para Casa da Câmara Municipal, e

5° - Finalmente bons terrenos para se edificar edifícios particulares, lugar abastado e de boa água, salubre e em tudo por tudo, melhor do que a Freguezia de Itajaí, aonde nem água capaz há para se beber, e onde os mortos são sepultados no lodo e pântano, por falta de terreno próprio para cemitério, tendo já ocorrido andarem animais com pedaços de corpos humanos de rasto pela povoação !!

Em suma, em vista de tôdas estas considerações, esta Câmara se acha perplexa sôbre a conveniência da criação de um novo Município, e muito particularmente pela maneira que pretendem seus autores, a qual na verdade parece oposta à boa razão e mesmo à utilidade pública, porque nenhuma lei pode se estabelecer sem a dita utilidade e desta pretensão só resulta o aniquilamento completo dêste Têrmo; a confusão entre os habitantes da Freguesia de Camboriú; os incômodos dos do Rio d'Itapocú, o não preenchimento dos cargos públicos da nova Vila e por último a má fundação de uma vila em um lugar impróprio e incapaz até mesmo de nêle se habitar. Temos por esta forma cumprido com nosso dever, expondo respeitosa e V. Excia. estas fracas e rudes considerações, muito embora resulte desta franqueza, não merecermos confiança, no entanto, que nos esforçamos por bem desempenhar os deveres que a Lei nos impõem e que nosso patriotismo assim nos obriga a cumprir.

Deus guarde a V. Excia por muitos anos. Vila de Porto Belo, em sessão do dia ... d'abril de 1855.

Ilmo. E Excmo. Snr. Presidente d'esta Província.

Assinados os membros da Câmara Municipal".

Quem, depois de ler o documento transcrito, se der ao trabalho de passar os olhos pelo que escreveu, em 1860, o “ARGOS”, a respeito da passagem do Presidente da Província, Dr. Francisco Carlos de Araújo Brusque, pela sede do recém-instalado Município de Itajaí, verá que a maior parte do que alegavam os edís de Pôrto Belo era a pura verdade. Mesmo feito sede de Município, Itajaí, dois meses após sua emancipação, não encontrara uma única das suas autoridades para recepcionar o dirigente provincial. Depois de aguardar, por horas, diante do povoado, a visita e as homenagens dos funcionários e próceres municipais, a que tinha direito, o Presidente segue, na canhoneira “Belmonte”, para a “Barra do Rio”, a fim de encaminhar, ao seu destino, os imigrantes que iriam fundar a colônia Itajaí, hoje transformada no rico município de Brusque.

Juiz de Paz, presidente da Câmara, vereadores, delegado de polícia, nenhum apareceu. Residiam no interior e não haviam, por isso, sido notificados da visita presidencial.

Quem, nesta hora, rememorando tais fatos, contempla a grandiosidade do panorama que nos apresenta a cidade de Itajaí, no instante do seu centenário de sede municipal, não pode deixar de maravilhar-se diante da esplendente realidade.

O insignificante povoado de 1860, e que ainda se conservava pequeno e pobre até às vésperas da proclamação da república, é, hoje, sem favor, uma das mais bonitas, prósperas e ricas cidades de Santa Catarina. (...)

1961 - Itajaí-mirim: seus primeiros desbravadores. Lucas Alexandre Boiteux. Blumenau em Cadernos, janeiro 1961; // IN: Itajahy na visão dos viajantes. ADAMI, Saulo; ROSA, Tina. Itajaí: S&T Editores, 2008. Páginas 73-91.

Por longos e dilatados anos, os mananciais e o verdadeiro curso do meandroso Itajaí-mirim, que hoje atravessa, banha e reflete o laborioso e próspero município de Brusque, conservaram-se ignorados ou confundidos, apesar de provavelmente, terem sido, no século XVII, transitados é bem de vêr quase às cegas, pelas audazes bandeiras dos paulistas, na fúria insana de apresar e cativar silvícolas ou à cata sedenta de veios de prata e ouro e de gemas preciosas.

A magestosa Cordilheira marítima, com sua face voltada para o Atlântico, coberta de denso manto de vegetação exuberante e frondosa a mascarar-lhe os incontáveis e aspérrimos grotões de sua natureza granítica, apresentava-se ao inquieto e ansioso povo ribeirinho como impenetrável muralha a negar-lhe o cubicado acesso aos ubérrimos e armentosos campos serranos.

Também as comunicações marítimas sempre aleatórias e as litorâneas cheias de ásperos entraves, não permitiam o desejável, rápido, proveitoso intercâmbio dos centros comerciais do norte com os incipientes povoados da região platina.

Perante tal situação, um animoso e influente paulista, Bartolomeu Paes de Abreu, depois de bravamente terçar espadas contra os Emboabas, pensou em resolvê-la, oferecendo-se a el-rei, em carta de 23 de Março de 1720, rasgar uma estrada de comunicação entre os campos de Curitiba e as cochilhas da Colônia do Sacramento, em “troca de vários privilégios”. Ao que sabemos, malogrou-se, infelizmente, o seu meritório propósito. El-rei perdulário não lhe deu ouvidos.

II. Procurou romper êste sério entrave pondo em prática o intento de Paes de Abreu, o governador de São Paulo, Caldeira Pimentel. A 19 de Setembro de 1727 dava ele instruções ao Sargento-Mór de cavalaria Francisco de Souza Faria, - “que vinha daquelas campanhas até a colônia (do Sacramento), amizade que tinha com os índios e com os castelhanos...” – para abrir caminho das campanhas do sul, arrebanhando gente para o áspero empreendimento. “À [...] de 63 trabalhadores e acompanhado do piloto José Inácio e do vaqueano abriu os Campos que se acham ao pé da Serra”.

Manuel de Sá Correia iniciou êle o desbravamento da estrada, nas cercanias do Mórro dos Conventos (Araranguá) aos 11 de Fevereiro de 1728.

Desbastando uma região até então impérvia, a caminho do norte, palmilhou êle o seguinte itinerário: Araranguá, Itaipabas, Orqueta, Serra de Paranapiacaba, Cruz dos Tapes, Rio dos Porcos, Boa Vista, Tijucas “até chegar ao grande Cambiéira ou Morro de Sant’Ana fronteira da Ilha de Santa Catarina”, Rio Santa Luzia, Morro do Tayó, Rio Uruguai, Rio Passa-Quinze, Morro do Birimbaú, Serra Negra (Morro Negro, Ibituruna), Campos dos Curitibanos, Itajaí-mirim, Mata do Espigão, Mato de S. João, Fachina, Garcêlhos, Ribeirão Itapeva, Rio S. Lourenço, Rio Inhanguéra, Rio Una (rio Negro), que é rio de Jangada por ser fundo, Rio-Grande pequeno (Iguassú-mirim), Campos Gerais de Curitiba, Rio do Registro (dia de Na. Sa. da Luz, 1730).

Não nos parece muito fiel a série da nomenclatura das etapas dêsse trajeto, como se constata com o Itajaí-mirim, nome que guardou de sua origem ameríndia, e que se nos afigura ser o Açú. Quanto ao que nos interessa neste momento estou propenso a acreditar que, por primeiro, foi êle explorado, sem lhe alcançar as cabeceiras, no último quartel do século XVII, por João Dias de Arzão e sua gente.

III. Outro destemeroso paulista, Christovam Pereira de Abreu, foi nomeado pelo governador Caldeira Pimentel inspetor da referida estrada, que passou a ser conhecida por “estrada da Mata”. Homem de vistas largas, aproveitou-se dessa privilegiada situação; e, em 1731, por ela encaminhou uma tropa de 800 cabeças de gado vacum. Mais tarde, voltou do Rio Grande tangendo 3.000 cavalgadas e 500 vacas que, naturalmente se desalteraram nas águas dos mananciais do Itajaí-mirim. Em vista de constantes reparos na estrada levou treze mēses no seu percurso.

Entretanto, dia a dia mais se tornava necessária a comunicação do litoral catarinense com a região serrana. O governador da capitania, brigadeiro José da Silva Paes, lobrigou, como bom administrador, a vantagem desse empreendimento. Assim é que, em 1746, mandou iniciar uma picada nesse sentido. Julgamos não ter sido ela levada a tērmo, em conseqüência do seu afastamento temporário do govêrno, chamado que fora à praça da Colônia do Sacramento. Diga-se, de passagem, que, no chamado caminho do sertão, em a paragem das Lagens foi assassinado, nessa ano, por Silvestre Preto, certo Sebastião de Brito Peixoto, que suponho ter sido um dos bastardos do Capitão-mór de Laguna, Francisco de Brito Peixoto.

Uma exploração ao *hinterland*, com o mesmo propósito apontado teve lugar em o final do govêrno do tenente-coronel Francisco Antônio Cardozo de Menezes e Souza, em 1764. Foi dela encarregado o Tenente das Ordenanças da terra, José Luiz Marinho, que começou por abrir uma picada acompanhando o rio Cubatão e terminou por descobrir vastos campos, que denominou de “Governador” em homenagem ao chefe do governo.

Em o Arquivo Militar do Rio de Janeiro, existia uma cópia aquarelada, de 0,516m X 0,70, da Planta da Serra e cabeceiras dos Rios Cubatão, Tijuca e Tajahy na terra firme a Oéste da Ilha de Santa Catarina, pelo Sargento Maior Engenheiro Francisco João Roscio. Trazia ela a explicação: -“Esta planta feita por intimação (sic) do tenente das Ordenanças José Luiz Marinho que, por ordem que teve, entrou pelo Rio Cubatão abrindo uma picada e descobriu os Campos que se acham ao pé da Serra”.

IV. O governador de São Paulo, Antônio Luiz Botelho Mourão Morgado de Matheus, na ignorância dos limites de sua vasta capitania, encarregara o Guarda-mór Antônio Correia Pinto de fundar um povoado para entestar com as Missões Castelhanas. Todavia encontrou oposição da parte do coronel Custódio de Faria, governador do Rio Grande do Sul, e da Câmara de Viamão, que prestavam invasão de suas ráias.

Vendo contrariado o seu projeto, escreveu a 7 de Abril de 1767 a Correia Pinto “para que – dizia êle – não obre cousa maior” e lhe informasse se “se poderá fazer com a mesma utilidade esta fundação nas cabeceiras do rio das Canoas ou nas margens do Rio Tuyuhy...”.

Em 1771, consta ter-se iniciado uma comunicação com a Serra pelo rio Tubarão, serviço auxiliado pelo guarda-mór Correia Pinto.

O Morgado de Matheus, por seu lado, oficiava, a 24 de julho de 1772, ao seu colega de Santa Catarina, Souza de Menezes, mostrando-lhe a necessidade da “abertura de uma via de comunicação, pela Serra com o continente do sul de São Paulo, a fim de se tomar medidas e providências a tempo contra os castelhanos, no caso de alguma invasão”.

Segundo nos esclarece Almeida Coelho, nenhum efeito teve essa providência. O governador catarinense, coronel Gama e Freitas em informação prestadas ao Vice-Rei, em ofício de 2 de Maio de 1776, a respeito desses acessos ao sertão, explicava que “o principal motivo da entrada naquele sertão fôra a

descoberta do Morro do Taió, que passa por tradição ser abundante em ouro”. “Não me consta – prosseguia êle – haja mais nada, que terem-no conhecido, mas é provável que nêle façam alguns exames minerais”. Como se vê, existiam referências ao Itajaí-mirim, mas sem nos darem informações precisas sobre sua fonte natural, seu curso, seus confluente.

V. Corria o ano de 1786. Governava a capitania catarinense o distinto brasileiro, “infatigável e zeloso” Coronel José Pereira Pinto. Sempre e cada vez mais se apresentava a necessidade de desbravar o manto denso e nemoroso que cobria a muralha da Serra do Mar, rasgando uma via de comunicação fácil entre as ribas oceânicas e o planalto de oeste. O Vice-Rei Luiz de Vasconcelos, bem informado andava a respeito dessa precisão ardentemente desejada pelos moradores do litoral. Assim é que entregou a direção dêsse empreendimento ao operoso governador. Êste, por sua vez, pôs à frente da áspera tarefa um catarinense de sólidos haveres, de gênio ativo e empreendedor, o então Alferes de Milícias José Antonio da Costa. Cabia-lhe realizar uma prévia exploração ao rumo de oeste alcançar os aros da vila de Lages, ainda nêsse tempo sob a jurisdição do govêrno de São Paulo.

A 5 de Janeiro de 1787 o Governador baixava a Portaria, que se segue:

“Sendo de admirar, que depois de tantos anos, que esta Ilha se acha povoada se não tenha formalmente explorado o Sertão, que fica a oeste da mesma Ilha da qual por tantos títulos se podem obter as maiores utilidades que só são capazes de tirar o medíocre estado em que se acha constituída o fazê-la passar ao da opulência pela correlação, que se pode estabelecer com outros distritos, e querendo o alferes de Cavalaria auxiliar desta Vila, Antônio José da Costa prestar-se voluntariamente à sua custa ao sobredito Descobrimto cuja resolução denota um espírito de verdadeiro patriota e que se por intentá-lo se faz digno do maior louvor e atenção; concedo ao dito Alferes (pela permissão que para isso tenho do Ilmo. e Exmo. Snr. Vice-Rei do Estado) o poder entrar no dito Sertão pela parte que lhe parecer mais cômoda a fim de estabelecer uma comunicação desta Ilha com a Capitania de São Paulo por cima da Serra; advertência porém, que deve fazer um diário, que declare o dia, mês e ano em que entrou no sobredito descobrimento, a parte por onde principiou, os diferentes rumos que seguiu, a qualidade de Montes, Valles, Campos etc., que encontrou e para que são próprios, as

diferentes raridades nos três Reinos Animal, Vegetal e Mineral de que deve trazer amostras, com uma explicação que faça a bem do seu completo conhecimento. Devo porém prevenir ao dito Alferes, que se do resultado desta diligência, se descobrirem no mesmo Sertão amostras ou partes de quaisquer metais, se deve trazer as sobreditas amostras com uma noticia circunstanciada, pela qual se possa vir no conhecimento da maior ou menor abundância dos mesmos metais; que no caso, de os haverem e feita a dita averiguação não deve o dito Alferes continuar no sobredito descobrimento, nem tornar a êle nem outra alguma pessoa da sua comitiva, sem que depois de se dar contas ao Ilmo. e Exmo. Snr, Vice-Rei do Estado do resultado da referida diligência, o mesmo Snr. dê a este respeito as suas competentes determinações” (Arquivo da Presidência, Liv. 3º de Registro, f. 62 e ver.)

Tudo disposto, o despretençioso e intrépido catarineta, acompanhado de doze homens armados, 12 escravos e 7 bestas cargueiras, principiou sua derrota na freguezia de São José da Terra Firme, no dia 11 de janeiro do sobredito ano. Seguiu, de principio, o curso do rio Imaruí e, munido de um agulhão (bússola ou agulha de marear), passou a orientar-se em meio a impressionante *selva sevaggia*. Da “Derrota da viagem” por êle realizada, ficamos sabendo que, no dia 22 do mês em aprêço, deixando o rio Imaruí seguiu o rumo de oéste até o dia 3 de Fevereiro, em que arranchou na serra denominada dos Pinheiros. Prosseguiu no dia 4; deparou um grande ribeirão, que julgou ser cabeceira do rio Tijucas-grande. Depois de marchar cerca de cinco quartos de légua perlongando-o, inflectiu para oéste “até meia légua distante do rio Itajahy-mirim, em cujo lugar me arranchei no dia 12 de Fevereiro, denominando-se então o lugar da Espera, tendo andado nestas marchas, para o rumo de oéste cinco léguas” – anota o Alferes Costa no seu diário. Ali encontrou “trilha de gente, que mostrava ser de um ou dois dias antes”. Receiando desagradável encontro com escravos fugidos (quilombolas), fez alto; e, resolveu, como medida de segurança, solicitar do Governador um refôrço de homens. No dia 26 era êle atendido com a chegada de 25 praças de tropa paga e de milicianos. Levantou acampamento no dia 27 com o propósito de examinar o seguimento da dita trilha, e foi arranchar no rio Itajahy-mirim; fazendo meia légua de caminho. “Neste lugar – escreve o desbravador – se achou estabelecido um preto por nome Garcia e uma preta por nome Maria, vivendo, aí fugitivos havia 18 anos, sustentando-se a caças do

mato, que apanhavam, em mundéos e pinhão daquele que abunda este terreno; êle conservava em seu poder vários armamentos e roupas dos soldados debandados da Ilha de Santa Catarina, quando, os hespanhóis a invadiram no ano de 1777, e alguma roupa do sargento Marcelino de Tal, do regimento do Rio de Janeiro, que ali faleceu, segundo a informação do dito preto, o qual remeti com a preta e túdo o mais ao Governador de Santa Catarina”.

Em prosseguimento, escreve: “Este terreno, desde o morro dos Pinheiros até o rio de Itajahy-mirim, tem alguns pequenos morros de subidas sofríveis, e depois segue a primeira vargem dos Pinheiros, que em partes nos acompanhava até o dito rio e são excelentes para lavouras, à excepção de alguns pequenos alagados. Dai 28 de Fevereiro, passei a examinar a margem de Léste do dito rio de Itajahy-mirim, três léguas para o Norte e uma para o Sul, pouco mais ou menos, e achei os seus terrenos enxutos e muito a propósito para formar ali qualquer estabelecimento que se queira fazer; na margem deste mesmo rio encontrei também uma pedreira, que mostra ser de cantaria, e um ribeirão e outra pequena pedra que mostra ser de cal; este lugar é abundante de grandes pinheiros e cedros”. “Dia 1º e 2 de Março não se marchou por causa da enchente do rio, que obrigou a fabricar a ponte de paus para se passar por ela, e as águas a levarão alguns dias depois”.

A 11 de junho dêsse mesmo ano de 1787 o animoso Alferes Costa empreendeu uma segunda viagem ao sertão. No diário que nos deixou nenhuma referência faz ao rio Itajaí-mirim, de que nos vamos ocupando.

VI. Em conseqüência das informações colhidas no diário do Alferes Antonio José da Costa (1751-1817) de haver naquelas florestas abundância de pinheiros dos quais – observava o Governador – “se pode tirar grandes utilidades e fazer emanar um muito lucrativo ramo de comércio por meio da Terebentina, Alcatrão, Pez, mastros, vergas, etc.” resolveu tentar a exploração dêsses produtos naturais. Para isso designou êle outro catarinense, o então Alferes João de Bittencourt Pereira Machado de Souza (1750-18), pela portaria de 27 de Setembro do ano acima referido. Ordenava o governador: “... entre para o mesmo sertão com a escolta que lhe está determinado, munida de instrumentos e de todo o mais necessário, a pôr em prática as instruções com esta juntas, que ensinarão a extrair dos referidos Pinheiros os óleos e resinas acima ditos, dos quais trará amostras com tôdas as informações que fizerem a bem do perfeito conhecimento deste importante objeto”.

Não sabemos se a tarefa atribuída ao Alferes Bittencourt não correspondeu êste, em carta ao seu subalterno, datada de 20 de Outubro, determinava: “Como a diligência do exame dos Pinheiros a, que Vmcê. se dirigiu, não produziu por agora, fruto algum, talvez porque a Estação é imprópria; logo que Vmcê. receber esta porá em boa arrecadação os Barris, Ferramentas e mais Instrumentos que levou para a referida diligência, seu tempo se intentar novamente: isto se porá em marcha para se recolher à esta capital ...”

A 20 de Dezembro dêsse ano o Alferes Bittencourt apresentava uma “descrição da Picada do sertão novamente aberta, etc.”. Nessa exploração reconheceu êle que o rio chamado Pai Garcia pelo Alferes Costa não era o Itajaí-mirim mas o Tijucas-grande. Em o § 10º de sua descrição diz que entre umas serras e o campo da Boa-Vista “há dois rios e um grande ribeirão, que quase duas lagoas para o norte donde passa a picada, se ajuntam e forma o Itajahy-mirim: o primeiro destes rios (da parte de léste) tem 12 braças de largo e todo o seu fundo é pedra; e quando é estio passa-se sôbre as pedras quase a pé enxuto, porém, quando há trovoadas sobe tanto a água e tão arrebatada a sua corrente, que ainda havendo ali canoa se não poderá passar sem grande risco; o segundo, mais a oéste, tem 10 a 11 braças de largo, e o ribeirão de 5 até 8 em partes, mas a respeito de fundo e corrente estão nas mesmas circunstâncias do primeiro rio”.

Referindo-se nos lugares na estrada do sertão mais próprios para o estabelecimento de povoações ou freguezias diz que lhe parecia muito bom “a propósito o lugar onde a estrada passa sôbre o Itajahy-mirim, abaixo da confluência dos três grandes ribeirões, que ali formam o seu corpo; ou seja, entre êste rio e a Serra-Geral, ou dele para o campo da Boa-Vista...”

Como se vê, o alferes Bittencourt nos fornece mais claras informações sôbre os formadores do serpeante e impetuoso rio, que nos absorve a atenção.

VII. Feitas, como deixamos dito, as explorações necessárias à abertura de uma via de comunicação do litoral com a Serra, foi esta arrematada pelo futuro coronel Antônio José da Costa e Antônio Marques Arzão, pela quantia de 24.000 cruzados. Iniciaram êles o serviço em 14 de Novembro de 1788 e o terminaram a 6 de Dezembro de 1790, quando foi entregue ao Procurador da Câmara de Destêrro. Tinha de extensão essa estrada de 16 léguas e 560 braças, desde a guarda do Imaruí e alinha fronteira da capitania de Santa Catarina com a de São Paulo. Informa-nos Paulo J. de Brito, em sua preciosa **Memória Política**, que até 1800 esta estrada se

conservou aberta. Mas, afinal “o mato foi crescendo pelo decurso (sic) dos tempos; mandaram-se retirar algumas patrulhas do Regimento de Linha, se se tinham colocado em diferentes lugares, e em virtude dêsse progressivo e depois total abandono fechou-se a estrada de sorte, que hoje (1816) nem vestígios existem dela; tal foi o desgraço fim de uma obra tão útil em que se desprenderam vinte e quatro mil cruzados”.

Esse autor nos dá a seguinte notícia a respeito do rio que focalizamos: “... este rio (o Itajaí) recebe por ambas as suas margens outros muitos do sertão de Santa Catharina, sendo pela do sul que entra o rio Tajahy-mirim, que tem as suas cabeceiras nas vizinhanças das faldas de léste da referida Serra Geral, e do Campo do Governador, e corre par ao norte entre aquela Serra e o Campo da Boa-Vista...”.

O P. Ayres Cazal em sua **Corografia brasílica** (1817), informa que o Tajahy-mirim vem do Sudoeste, e dá navegação a canoas por espaço de dez léguas e rega terrenos de grande fertilidade. Depreende-se desta simples notícia que o rio já havia sido explorado em boa extensão a começar de sua foz.

VIII. Em o governo do Brigadeiro João Carlos Pardal (1837-39) foi mandado reconhecer o rio Itajaí-mirim certo alemão, Antônio Händeshen, (ou “Vicente, como êle traduzia em português e se assinava”, segundo nos informa Santos Silva).

Fez-se êle acompanhar de mais oito ou nove compatriícios originariamente colonos vindos para o núcleo de São Pedro de Alcântara. Penetraram no sertão pela Vargem dos Pinheiros e desceram pelas imediações do Tijucas até a colônia Nova-Itália (depois Dom Afonso). Dessa exploração, ficou verificado que o suposto Itajaí-mirim era o que tomou posteriormente o nome de Pai-Garcia.

Dá-nos o **Dicionário Geográfico do Império do Brasil** (1845), de Milliet de Saint-Adolphe, a seguinte descrição do rio em apreço: “Itajahy-mirim – Ribeiro da Província de Santa Catarina. Dá navegação a canoas por espaço de perto de 10 léguas, e é um dos principais tributários do rio Itajahy. Chamam-no alguns Trombudo”.

XI. Um outro destemido catarinense, habituado à exploração do sertão e afugentamento dos selvícolas, o alferes (falecido no posto de Capitão) João Ricardo Pinto foi mandado, no governo do Dr. João Coutinho, reconhecer as nascentes e o curso do rio Itajaí-mirim.

Acompanhado de uma escolta empreendeu êle a descida do rio em canoas, vencendo noventa léguas em dezenove dias.

Em a **Falla** apresentada pelo presidente Dr João José Coutinho, em 1º de março de 1857, lemos:

“Como se vos informou em officio de 5 de maio do ano passado, dirigido ao secretário desta assembléia pelo da presidência, não se pôde nesse ano concluir a exploração do rio Itajahy, que passa na colônia militar e estrada de Lajes. Entendendo da grande conveniência a exploração, tanto para se verificar se era ramo do grande Itajahy, como para se reconhecer a sua navegabilidade, incumbi neste ano dessa exploração o prestimoso tenente comandante da companhia de pedestres João Ricardo Pinto. Este ativo e coraçudo oficial saiu desta capital para a colônia militar, e preparando ali algumas canoas partiu rio abaixo no dia 2 do corrente (?) com 25 praças em 9 canoas, e fazendo voltar neste mesmo dia uma, que faleceu de bexigas no dia 8, seguiu com os mais umas 24 léguas, até onde o rio, encaminhando-se por entre grandes penedos, e passando entre dois alcantilados morros, tornou impossível a navegação e mesmo puxaram-se os outros reunidos a 7 léguas abaixo vindo de noroeste”. Almeida Coelho em sua preciosa **Memória Histórica**, aparecida neste tempo (1856), nos dá a seguinte descrição do rio posto em foco:

“É um dos afluentes do Itajahy-grande, e notável pelas suas numerosas voltas e mansidão da sua corrente, pelo pitoresco de suas margens e pela fertilidade das terras que atravessa; é navegável até grande distância e por embarcações que demandem bastante água. A maré faz-se sentir neste rio até junto do Tabuleiro. O terreno que atravessa, e ao que parece, em um obstáculo se opõe à junção com o rio Conceição, um dos seus contribuintes. As suas águas nascentes estão além do campo da Boa-Vista na Serra Geral e no grande contraforte que termina pelo Cambiréra. Três dos seus grandes braços são atravessados pela estrada do Trombudo, e a duas léguas daí reúnem-se, ficando o rio navegável. O primeiro destes braços do lado do nascente, no tempo da sêca, atravessa-se a pé; mas depois de grandes chuvas e correnteza torna-se tão impetuosa que seria perigoso atravessa-lo ainda em canoas, e por falta de ponte interrompe-se as comunicações até que baixe. O segundo braço do Ocidente, na parte em que é atravessado pela estrada as suas correntes dependem das mesmas influências e experimentam as mesmas variações que o primeiro”.

X. Vejamos o que nos diz Leonce Aubé sobre o curso d'água que nos preocupa. “O braço principal (do Itajahy) conserva o nome de Itajahy e parece vir do Sul tendo sua nascente no contraforte da Serra Geral, defronte da ilha de Santa Catarina, e sendo o seu curso dificultado por muitas corredeiras. Entre a cascata do Itajaí e sua foz, recebe êle unicamente dois afluentes de pouca importância: o Itajaí-mirim, à margem direita, à curta distância da barra, e cujo curso é bastante longo, bastante sinuoso e navegável por pequenas canoas durante muitos dias, tendo o seu manadeiro na referida Serra, como o Itajaí-grande”.

Segundo o Padre Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva, o Itajaí-mirim “tem sua origem na Serra que se prolonga entre o braço do sul do Itajahy ao ocidente, e o rio Tijucas-grande ao oriente, e segue o rumo de nordeste por uma extensão de cêrca de 20 léguas com suas muitas e amiudadas voltas até desembocar na margem direita do Itajahy-grande 2.850 braças acima da sede da vila. Dá navegação até 10 léguas, porém tem muitas voltas que fatigam, tornando-se para seus moradores mais cômoda a viagem por terra quando têm de subir contra a violência de sua correnteza”.

Devido a isso, com certeza, deu-se início em 1855 a um caminho para comunicação dos seus moradores com o arraial da freguesia.

O govêrno imperial, tendo em vista o estabelecimento de uma colônia de alemães às margens do Itajaí-mirim foi encarregado da escolha e locação da mesma o dinâmico catarinense, Major de engenheiros João e Souza Mello e Alvin, então delegado das obras públicas da província. Isto aconteceu por 1859. O sítio apontado como mais acomodado, foi um longo estirão à margem esquerda do rio, fronteiro à uma propriedade, de certo Vincente Só, que nos faz lembrar o chefe da exploração do rio Itajahy-mirim, acima referida. Ali também já encontrava, segundo nos informa o Dr Oswaldo Cabral em seu pujante trabalho sôbre Brusque, um outro alemão, Pedro José Werner, apelidado Pedro Miúdo, com casa de moradia e engenho. Não seria este um dos companheiros do referido Vicente, amante da solidão? ...

XI. E, para terminar esta prolixa investigação sôbre o famoso rio, passo a transcrever o que sôbre êle o nosso saudoso e abalizado conterrâneo, General José Vieira da Rosa, conhecedor inegalável do [...] geográfico do nosso Estado nos deixou esclarecido em sua preciosa **Chorografia de Santa Catharina** (1909):

“O Itajahy-mirim, que no seu segundo terço banha a futura vila de Brusque, tem um curso de cento e trinta quilômetros. Vai buscar sua nascente na Serra do Mar, não muito longe das cabeceiras do Braço-do-Norte e corre pelo vale formado pelas serras do Itajahy e Tijucas. Correndo em terreno muito acidentado, não admira que apresente tão numerosas voltas, mas que não impedem que possa notar o curso a caminho do litoral, recebe pela margem direita doze destacados afluentes; e, pela esquerda, um maior número dêles. Não alcança o oceano, lançando suas águas no Itajahy-assú, pela margem esquerda deste à montante da barra deste cerca de seis quilômetros”.

1961 - Ainda a fundação de Itajaí. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos, Tomo IV, abril de 1961, nº 4, páginas 74-75.

Os que quiserem persistir na crença de que Vasconcelos de Drummond tenha alguma coisa que ver com a fundação de Itajaí, que o façam. Ninguém poderá proibi-los disso.

Estejam, porém, certos de que estão dando crédito a uma versão que, de forma alguma, encontra assento em fundamento histórico, por mais precário e duvidoso que seja.

Temos dado à publicidade, nestes “Cadernos” e em vários jornais do Estado, abundantes provas de que tudo quanto Drummond realizou, em 1820, em Santa Catarina, não passou de uma derrubada de matas nas sesmarias de El Rei, situadas à margem do itajai Mirim, cêrca de duas léguas para cima da confluência dêsse curso d’água no grande Itajaí, à altura da localidade que, ainda hoje, se conhece por “Tabuleiro”.

Demonstramos à sociedade, com documentos dignos de absoluto crédito, de autenticidade indiscutível, alguns de autoria do próprio Drummond, que êste recebera a incumbência de colonizar aquelas sesmarias, estabelecendo, ali, soldados e colonos, de acôrdo com as instruções que lhe seriam dadas por Tovar e Albuquerque, governador que era, então, da Capitania.

Há provas documentais de sobra, no arquivo da Secretaria do Interior e Justiça do Estado e no Arquivo Nacional, de que êsse governador determinou as providências que Drummond deveria tomar para dar cumprimento ao aviso real, de que se originara a sua vinda, pela segunda vêz, a Santa Catarina.

E há provas de que o futuro diplomata, em virtude dessas instruções, esteve, por poucas semanas, apenas, nas citadas sesmarias, onde mandou serrar tabuado. Êste, o governador despachou para a Côrte, para as obras do Museu Real, que recém se fundara.

E existem, igualmente, provas muito boas de que, nem mesmo nessa derrubada e nesse preparo de tábuas, se poderá atribuir qualquer ato de pioneirismo da parte de Vasconcelos Drummond. Quando êste, de ordem do governador, foi às citadas sesmarias, já nestas estava estabelecido um “corte oficial de madeiras”.

E tanto é isso verdade que a abundante documentação que nos ficou da atuação do Intendente de Marinha de então, Melo e Alvin, encarregado da localização, em Pôrto Belo, dos colonos ericeiros e da fundação da colônia Nova Ericeira, nos dá notícia de que muita madeira, para as moradias daqueles colonos, foi tirada das margens do Itajaí Mirim e que, quem as preparava e fornecia era um dos Correia de Negreiros, ali estabelecido com morada e roças, além do ribeirão Canhanduva, desde antes de 1793.

E note-se, a fundação de Nova Ericeira é anterior à segunda vinda de Drummond a Santa Catarina.

Do exame cuidadoso dos papéis em que Melo e Alvin deixou o seu relatório e a sua prestação de contas, relativos à fundação de Pôrto Belo, se pode, até mesmo, concluir que o Intendente da Marinha foi quem orientou Drummond nos passos que deveriam ser dados para a localização de soldados e colonos nas sesmarias do Itajaí Mirim.

Tudo isso, entretanto, teve, por cenário, local muito distante do da atual cidade de Itajaí. Aqui, naquele tempo, no atual bairro da Fazenda, morava dona Felícia Coutinho, viúva do coronel Azeredo Leão Coutinho, a qual possuía duas léguas em quadro, sendo uma ao longo da margem direita do Itajaí Açu, do oceano para cima e duas de comprimento para o sul. Assim, eram dessa viúva e dos demais herdeiros, toda a área leste da atual cidade de Itajaí, incluídos Cabeçadas, Morro do Farol, Praia Braba, etc. embora nela houvesse alguns intrusos, ali estabelecidos antes mesmo do coronel Leão Coutinho, que era comandante da fortaleza de Santa Cruz do Anhato-mirim, ter, juntamente com outros, se aproveitado do verdadeiro “rush” que sofreram as terras banhadas pelo grande Itajaí, no final do govêrno Soares Coimbra.

Quando Drummond esteve no Itajaí Mirim, soube das ótimas terras de Dona Felícia e escreveu ao Ministro Vilanova Portugal uma carta que, por si só, bastaria para convencer a qualquer um de que êle, Drummond, não fundou coisa alguma e, nem mesmo, esteve no local em que, hoje, assenta a cidade de Itajaí. Essa carta se encontra no Arquivo Nacional, onde tivemos oportunidade de examiná-la e copiá-la.

Contando, primeiramente, coisas relativas ao estabelecimento projetado nas sesmarias de El Rei, êle informa que tivera notícias de uma viúva que possuía grandes terrenos, mais abaixo do rio, e que talvez pudessem ser compradas e anexadas às terras das outras duas sesmarias que êle viera colonizar.

Haverá quem, em face dessa carta, possa duvidar de que Drummond escrevia ao ministro de um local distante da atual cidade de Itajaí, ou melhor, de um determinado

ponto onde êle tivesse estabelecido o centro de suas atividades nas sesmarias de El-rei, possivelmente a casa dos Correia de Negreiros, agricultores de algumas posses, já ali estabelecidos muitos anos antes? Não. A carta é clara e é mais uma confirmação do que dezenas de outros documentos asseguram.

Drummond veio ao Itajaí Mirim pelo caminho que chamamos, hoje, “caminho do meio”. Depois de curta permanência, adoeceu e voltou pelo mesmo caminho, para a capital da província. As comunicações do governador ao ministro do reino, não deixaram dúvidas a êsse respeito. E, assim, êle não esteve nas terras de dona Felícia, junto às quais nasceria anos depois, a cidade de Itajaí.

Que nos apresentem um documento, um só, que prove o contrário, e daremos, de bom gôsto, a mão à palmatória. O nosso propósito, em tudo quanto temos escrito a respeito, fruto de pesquisas minuciosas e constantes, não é outro, senão o restabelecimento da verdade.

Dissemos, de princípio, que Drummond não foi o fundador de coisa alguma em Santa Catarina. E avançamos essa afirmação não apenas nos referindo à cidade de Itajaí, mas, também, às incumbências que o trouxeram a Santa Catarina.

Realmente, até mesmo no Itajaí Mirim êle não deixou nada que se pudesse parecer com um estabelecimento colonial, ou um povoado.

Todos os documentos que possuímos, e que estamos pondo em ordem para um dia lhes dar publicidade em conjunto, asseguram isso.

Agora mesmo, repassando uns números antigos da “Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sta. Catarina”, relemos a interessante “Memória Histórica da Província de Santa Catarina, relativa às pessoas que a têm governado”, onde se confirma o que outros historiadores têm afirmado a propósito da atuação de Drummond no Itajaí Mirim.

De meados de 1817 a igual período de 1821, esteve à testa do govêrno da Província o coronel João Vieira Tovar e Albuquerque, homem violento, desbocado e maneta. Durante o seu govêrno é que se fundou a colônia Nova Ericeira (enseada das Garoupas, Pôrto Belo) a das Caldas do Cubatão (hoje da Imperatriz) e a do Rio Itajaí Mirim, (Sesmarias de El-Rei).

Eis o que, a respeito dêsses estabelecimentos escreveu o cronista, depois de contar coisas pitorescas ligadas ao carater explosivo e arbitrário do governador:

“... mas tanto esta área (a colônia que quiz fundar nas Caldas), como a de Enseada das Garoupas e a do RIO ITAJAÍ, (é nosso o grifo), tudo ficou em projeto de vilas e com o qual se fêz não pequena despesa à Fazenda Real” ...

E o nosso insuspeito Almeida Coelho não era de outra opinião. Transcreveu na sua “Memória Histórica” uma afirmação de outro autor, sem lhe opôr qualquer restrição, de que Drummond, no Itajaí, não fôra além de mandar fazer uma derrubada e de gastar, inútilmente, muito dinheiro do erário real.

1962 - Alves Ramos e os alemães. José Ferreira da Silva. Jornal do Povo de 18 de fevereiro de 1962. Página 07.

Quanto mais nos aprofundamos nas pesquisas relacionadas com o povoamento e a colonização do Vale do Itajaí, mais nos convencemos de que Agostinho Alves Ramos, além de fundador da freguesia do Santíssimo Sacramento do Itajaí, na foz do Açu, foi o grande inspirador e propulsor do desenvolvimento de toda a região banhada pelo grande rio.

Nem sempre o primeiro morador de um determinado sítio pode ser considerado o fundador do povoado que nele se levante. Muito ao contrário, de um modo geral, como fundadores de cidades não são considerados os pioneiros desbravadores da região.

Fundador será aquele que, fixando-se em determinada área, venha com o propósito de ali levantar um núcleo de população, um centro de convergência de todas as atividades regionais e, para tanto, dê os necessários passos, não só criando os elementos indispensáveis à atração dos resultados dessas atividades, como aumentando, por todos os meios e modos, a capacidade produtiva da área que terá de sofrer-lhe a influência, mais cedo ou mais tarde.

Isso é tema pacífico entre os filósofos da história. Não fôra assim, não poderíamos dar Dias Velho como fundador de Destêrro (a nossa atual Florianópolis), nem Araújo Brusque como criador do “berço da fiação catarinense”, nem Doutor Blumenau como fundador de Gaspar e da cidade magnífica que lhe herdou o nome, isso para não falar, senão nos centros urbanos que nos estão mais próximos. Nenhum deles foi o primeiro habitante, ou dos primeiros, das localidades de que são considerados, muito justamente, os fundadores.

Dentro desse acertado raciocínio, se é absurdo atribuir-se a Vasconcelos de Drummond a glória de ter fundado Itajaí, não o é menor afirmar-se que esta cidade foi fundada por pescadores e colonos.

Não resta a menor dúvida de que, antes da chegada de Agostinho Alves Ramos a foz do Açu, às margens do grande e do pequeno Itajaí haviam se estabelecido muitos moradores, alguns dedicando-se à pesca, outros à lavoura.

Em outro artigo relacionamos os nomes de cerca de quarenta pais de famílias que viviam ali já por volta de 1790, mais de trinta anos antes de Alves Ramos. Nos começos do século passado, ali já estava estabelecida, com fazenda e escravaria, a viúva

Felicia de Azeredo Coutinho, justamente no local por onde se espalhou um dos bairros da cidade atual.

Mas o que é incontestável também é que, tendo resolvido se estabelecer à foz do Itajai-Açu, em 1822 ou 23, com uma casa comercial, Alves Ramos veio com o propósito de criar um povoado e fazer dêste o centro de relações com os habitantes da região e aonde êstes pudessem levar todos os frutos do seu trabalho e receber o suprimento para a satisfação de suas necessidades físicas e espirituais.

Assim foi que, com a sua casa de moradia e o seu negócio, tratou Alves Ramos de construir também uma capela e de supri-la imediatamente da cura dalmas. Com isso, estavam lançados os principais elementos da freguesia: o comerciante que adquiria os gêneros produzidos pelos moradores da região e a êstes supria dos que deviam ser importados de outros centros da província, do império e mesmo do exterior e o padre que atendia aos reclamos espirituais.

Fixados êsses elementos, Alves Ramos tratou, então, de ampliar o seu raio de ação e, com isso, incrementar o desenvolvimento do núcleo que assentara.

Às margens do pequeno e do grande Itajai jaziam vastas áreas de terra fértil, de florestas ricas das melhores essências, completamente inaproveitadas. O seu espírito de comerciante ativo e prático percebeu logo as inúmeras vantagens que adviriam ao seu negócio e ao desenvolvimento da província, da divisão e distribuição dessas terras entre agricultores laboriosos e de iniciativa.

Aproveitou Alves Ramos o seu prestígio político (pois fôra eleito deputado provincial) para pôr em execução os planos que há muito vinha alimentando. Inspirou e conseguiu a aprovação, pelos seus pares, da lei nr. 11, de 1835, que criou duas colônias, uma no Itajaí-Mirim, com arraiais no Tabuleiro e nas cabeceiras do Ribeirão Conceição e outra no Itajai-Açu, com os arraiais de Pocinho e Belchior, arraiais, tanto êstes como aquêles, que seriam ainda criados.

Nas suas contínuas idas à capital da província, já no interêsse do seu negócio, já no dos encargos políticos de que fôra investido, Alves Ramos verificou a conveniência de encaminhar para as suas colônias, para as exuberantes terras dos dois Itajaí, os imigrantes alemães, que descontentes com a situação de São Pedro de Alcântara, abandonavam o estabelecimento ali fundado em 1828 e se dispersavam pelas margens do Cubatão, pela orla litorânea, pelo Biguaçu, criando novos núcleos de produção.

Foi, certamente, por influência de Alves Ramos que se estabeleceram às margens do itajaí os primeiros alemães, de comêço no Mirim, depois no Açu.

Temos presente documentação segura de que, pouco depois da lei nr. 11, citada, começaram a vir para o Itajaí os colônos de São Pedro de Alcântara. Em 1842 já os vemos mesmo estabelecidos em Belchior. Em 1844 Pedro Palm, Matias Palm, Felipe e José Sesterheim e outros requeriam terras no Ribeirão das Minas e no das Águas Claras, no Itajaí-Mirim; em 1848 Henrique Krecke habitava o local que ainda hoje é conhecido por êsse nome, no município de Brusque; os Händchen, João, Vicente e José e João Zimmermann, também em 44, requereram terras no itajaí-Mirim, terras que o capitão Domingos Livramento contestava como suas e em razão do que aqueles requerentes passaram para as bandas do Gaspar e Belchior. Pedro Muller, pai do nosso glorioso chanceler, em 1848, requereu terras ao lado das de Henrique Krecke; Lourenço Sesterheim (que o tempo transformou em ‘Sestrem’), Henrique Wagner e João Mannebach pleiteavam áreas situadas no lugar Descansa-Braço, ao sul do Itajaí-Mirim.

E, como é sabido, antes mesmo dêsse último ano, Pedro Wagner, Pedro Lukas, Deschamps e outros alemães já moravam nas proximidades do Ribeirão Garcia onde, em 1850, o Doutor Blumenau fundou o núcleo inicial da sua colossal obra colonizadora.

Quando, em 1844, Van Lede subiu o Itajaí-Açu, pernitoou em casa de colono alemão já há vários anos ali estabelecido.

Patenteia-se, assim, a ação de Agostinho Alves Ramos também nesse particular: foi o incentivador, o patrono da vinda dos primeiros colonos alemães para o vale do Itajai.

Dessa premissa poder-se-iam tirar várias conclusões que, embora assentando no terreno pouco sólido das conjeturas, de vez que não possuímos, a respeito, nenhuma prova concreta, poderiam modificar muitas das opiniões já firmadas a respeito dos primórdios da colonização do Vale do Itajaí.

1962 – Itajaí. José Ferreira da Silva. Catálogo do Kennel Clube de Santa Catarina. Abril de 1962.

Quando, por volta de 1822, Agostinho Alves Ramos resolvera estabelecer-se próximo à foz do Itajaí-Açu, já entrou, por ali e pelas margens do pequeno Itajaí, algumas dezenas de famílias dedicadas à pesca e à agricultura. Documentos datados das duas últimas décadas do século passado, deixam claro que, já então, era ali grande a produção de feijão, milho, cana de açúcar e outros bens de consumo e que mais de um negociante da capital da província mantinha transações com os moradores, para ali mandando barcos carregados de xarque, fazendas, especiais etc. trazendo, em troca, cereais, peixe sêco, farinha e açúcar.

Alves Ramos era um dêles. Prevendo, entretanto, o futuro que aguardava a uma região rica de madeiras de tôda espécie, de terras fertilíssimas, banhadas por rios navegáveis até grande altura, assentou de transferir-se, com a espôsa, para terrenos que adquirira de José Coelho da Rocha pouco acima dos limites das terras concedidas, em 1793, a Alexandre Leão Coutinho, no local ainda hoje conhecido por ‘Fazenda’ e que compreendiam toda a área da ponta do farol, ao norte, até duas léguas para o Sul.

Ativo e providente como era, Alves Ramos levou, em sua companhia, o franciscano Frei Pedro de Agote. Fez com que José Coelho da Rocha doasse um terreno para construção de uma capela, para a construção da qual o frade já vinha com provisão do bispo Dom José Coutinho, datada de março de 1824.

Alves Ramos construiu uma casa para seu negócio e, ao mesmo tempo, a capelinha em que Frei Agote, provido nas funções de capelão curado, exercia o seu ministério, estendendo-o a todos os moradores das margens dos dois Itajaí, desde o rio Gravatá ao norte, até o Camboriú ao Sul. Para o Oeste, a jurisdição se prolongava até para além da serra do Mar, território então só habitado por índios e fêras.

Em tôrno do negócio de Alves Ramos e da capelinha do Frei Agote é que foi se formando o povoado, origem da atual cidade de Itajaí. Durante mais de trinta anos, Alves Ramos exerceu salutar e proveitosa influência no progresso de tôda a região. Construiu engenhos de serrar, olaria e engenhos de açúcar; deu vida intensa à agricultura e ao comércio; estimulou a colonização das terras devolutas, atraindo para as marges dos dois grandes rios, os alemães de São Pedro de Alcântara. Era o chefe político da vasta zona, para a qual procurava chamar os favores do govêrno. Como

deputado provincial, foi o autor da lei de 1835 que criou as colônias Itajaí, nas cabeceiras do Ribeirão Conceição, em terrenos que Vasconcellos de Drumond tentou colonizar em 1820, no pequeno Itajaí e a de Belchior, no atual município de Gaspar.

Graças, também, aos esforços de Alves Ramos, o arraial do Santíssimo Sacramento, formado em torno da capelinha, foi elevado, em 1833 à categoria de freguesia.

E, daí por diante, a sua orientação equilibrada e compreensiva, os seus sentimentos de humanidade, de solidariedade com o povo bom e simples da região, aliado ao trabalho ativo de sempre novos elementos que acudiam à propaganda da fertilidade do solo e amenidade do clima, trouxeram constante, ininterrupto adiantamento material e cultural, não apenas à sua sede mas a todo o território adjacente.

O arraial do SS. Sacramento, a atual cidade de Itajaí, é hoje uma das mais importantes do sul do Brasil, um pólo de grande movimento, sede de um município rico, próspero, cuja agricultura, indústrias e comércio carregam somas de significativo vulto para os cofres do Estado e do país.

Seu povo, ordeiro e trabalhador, dando constantes provas de dedicação, de entranhado amor à sua terra, pode orgulhar-se da obra que os seus maiores realizaram e que os contemporâneos veem incentivando, inspirados sempre em ideais os mais alevantados, em freqüentes e louváveis gestos que justamente lhes conquistaram destacado posto entre as comunidades mais cultas e progressistas da nossa pátria.

Salve, pois, êsse Itajaí, terra de Lauro Müller, dos irmãos Konder, de tantos homens ilustres que a honraram e a engrandeceram pelo muito que deram ao engrandecimento e à felicidade da pátria brasileira!

1963 - As terras do Itajaí Mirim e Vasconcelos de Drummond. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo VI, abril de 1963, nº 4, páginas 01-20.

Em 1836, a “Biographie Universelle et Portative des Contemporains”, de Paris, publicou o seguinte sobre a personalidade de Vasconcelos de Drummond:

[*ver anexos 01 e 02*]

A biografia de Drummond se estende por mais uma página inteira, narrando os acontecimentos em que o mesmo tomou parte, até que, presos e exilados José Bonifácio de Andrada e Silva e seus irmãos, escapou para a Bahia e, de lá, para a França, onde permaneceu até que o patriarca voltasse ao poder.

A parte que nos interessa, entretanto, que interessa à história de Itajaí é a que acima se transcreveu, traduzida, quase que literalmente, da publicação feita pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Anais, volume XIII – 1855/1886 – páginas 3 a 5).

Tantos eram, porém, os exageros contidos nessa biografia, que o próprio Drummond, em 1861, resolveu fazer-lhe vários reparos e anotações, entregues depois a Melo Moraes e que foram dados à publicidade no fascículo nº 2 do citado volume XIII, dos “Anais da Biblioteca Nacional” (páginas 7 em diante).

O primeiro Reparo de Drummond desmente a afirmação do autor da biografia, de que êle tivesse aversão à carreira de oficial de marinha. Não fôra por aversão e, sim, por outros motivos, independentes de sua vontade, que êle não ingressara na escola naval de Lisboa.

A segunda anotação, contesta que o pai tivesse solicitado qualquer emprêgo para Drummond, na Chancelaria. O Ministro Tomás Antônio é que, ligado a seu pai, por velha e forte amizade, tomou a iniciativa de empregá-lo.

Nas anotações 3, 4 e 5 Drummond confirma o ter-lhe D. João VI, em 1810, conferido o hábito da Ordem de Cristo e que, realmente, se deu o fato de ter sido êle denunciado como pertencente à maçonaria, que fôra de onde “partiu a centelha revolucionária” e conta os aborrecimentos que teve de suportar até a licença forçada e a sua partida para Santa Catarina.

As 6^a, 7^a e 8^a são as anotações que dizem respeito a êste trabalho e nas quais se baseiam os que atribuem a Drummond, contrariando a realidade histórica, as honras de fundador da cidade de Itajaí.

Vamos transcrevê-las na íntegra, para que as tenhamos presentes no decurso desta memória.

Antes, porém, queremos assinalar que Drummond, na anotação 10^a, impugna, também, a afirmativa do seu biógrafo de que não tivesse triunfado a sua opinião, no sentido de que os catarinenses se desinteressassem da revolução, que estourara no Rio, que era “portuguêsa” e, não, “brasileira”.

Êle assegura que a sua opinião foi seguida e que êle deixara Santa Catarina porque foi “chamado ao Rio” e porque “tinha pressa de partir a fim de chegar antes da saída de el-rei para Portugal”.

Como se vê da carta escrita pelo governador, ao ministro, e que vai transcrita no final dêste trabalho, Drummond não foi *chamado ao Rio*. Foi, sim, dispensado e mandado embarcar pelo governador.

Dito isso, passemos às transcrições: [ver anexos 01 e 02 – anotações 6, 7, 8]

[...]

Voltemos, agora, ao que nas “Anotações” diz respeito a Itajaí:

Como se vê da transcrição feita de parte dessas “Anotações” (as únicas, aliás, das 18 que foram escritas, quase tôdas versando a atuação de Drummond nas intrigas e lutas pela independência) Vasconcelos de Drummond não distingue, uma única vez que fôsse, o Itajaí-açu do Itajaí-Mirim. Fala, simplesmente, no ITAJAÍ, sem qualquer qualificativo.

Dessa omissão é que se gerou todo o malentendido.

Ninguém poderá negar – e nem nega – que Vasconcelos de Drummond tenha estado no Itajaí, que ali tenha realizado, ou tentado realizar, alguns trabalhos e feito preparativos para a fundação de um estabelecimento de colonização. Mas, tudo isso, nas margens do Itajai-Mirim e não nas do Itajaí-Açu, em cuja foz assenta a cidade e onde, mais do que provávelmente, como veremos, êle nem sequer tenha estado algum dia.

Que a missão, de que o ministro Vilanova Portugal o encarregara, era a de colonizar terras às margens do ITAJAÍ-MIRIM, prova-o, sem sombra de dúvida, o aviso de 5 de fevereiro de 1820, além da carta do próprio Drummond, que vai transcrita mais adiante.

Êsse aviso é concebido nos seguintes têrmos:

“El-Rei N. S. é servido que Vmce. vá se apresentar a João Vieira Tovar e Albuquerque, Governador da Capitania da Ilha de Santa Catarina, para tomar posse de umas terras para o mesmo Senhor junto ao Rio Tajai-Mirim, a fim de nelas formar um estabelecimento, segundo a direção que lhe há de dar o mesmo governador, na forma das instruções que serão a êste dadas por esta Secretaria d’Estado dos Negócios do Reino. O que participo a Vmce, para que assim se execute. Deus Guarde Vmce. Paço, em 5 de fevereiro de 1820. Tomás Antônio da Vilanova Portugal – Sr. antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond.”

Note-se bem a determinação do ministro, quanto às terras destinadas a serem colonizadas por Drummond: JUNTO AO RIO ITAJAÍ-MIRIM.

Aí está a primeira prova de que Drummond nada fêz nas margens do Itajaí-Açu. Tendo recebido ordens para estabelecer colônia nas margens do Itajaí-Mirim, não iria, por certo, desobedecendo recomendações claras, positivas, (tanto mais quanto não era nada boa a sua posição perante o govêrno) para iniciar essa colônia à foz do Itajaí-Açu, onde as terras já eram tôdas do domínio de particulares.

E quais e onde se situavam as terras que, pelo aviso citado, Drummond deveria colonizar?

Pesquisando elementos para a elaboração do seu magnífico livro “BRUSQUE”, o mestre historiador Oswaldo R. Cabral, descobriu, no arquivo do Departamento de Geografia e Cartografia do Estado, o original do mapa que reproduzimos na página seguinte.

Ao alto, à direita dêsse mapa, lê-se:

“Mapa da medição e demarcação militar de duas sesmarias d’huma légua quadrada cada uma no Rio de Itajaimirim, pertencentes a El-Rei N. S. procedida em consequência do Régio Aviso de 4 de fevereiro de 1820.”

Infelizmente, nas buscas a que procedemos, não logramos descobrir êsse aviso de 4 de fevereiro de 1820, para trazê-lo, na íntegra, para estas páginas.

Pela inscrição do mapa se vê, entretanto, que a 4 de fevereiro, o ministro Vilanova determinara ao governador de Santa Catarina, Tovar de Albuquerque, mandasse medir e demarcar duas semasmarias de légua em quadro cada uma, nas

margens do Itajaí-Mirim e, no dia seguinte, 5, pelo aviso atrás transcrito, determinou a Drummond que fôsse tomar posse dessas sesmarias e nelas fundar o estabelecimento.

Não é necessário ser dotado de muita acuidade, de afinada perspicácia, para deduzir, dêsses dois avisos, a certeza de que as terras que o aviso régio de 4 de fevereiro mandou medir e demarcar, eram as mesmas que, no dia seguinte, 5, outro aviso real determinava que Drummond tomasse posse e iniciasse o seu estabelecimento colonial.

E, pelo mapa, vê-se a posição das duas sesmarias de El-Rei: situavam-se cêrca de duas léguas para cima do local em que o Itajaí-mirim desagua no Açú. Ficavam na atual estrada de Brusque, nas imediações do lugar conhecido por “Tabuleiro”.

Aliás, conforme veremos, no decorrer dêste trabalho, os terrenos de El-Rei, no Itajaí-Mirim, compunham-se de três e, não, de duas sesmarias apenas. Duas foram objeto de medição e demarcação militar. A outra foi cedida a el-rei, posteriormente.

Como foi que essas sesmarias da margem do Itajaí-Mirim vieram ao domínio de el-rei?

Do mapa se sabe quais foram os primitivos donos dessas sesmarias, que as cederam a El-rei. Leia-se o que está inscrito no quadro de cada uma delas:

1ª “Sesmaria cedida a S. M. por D. Ana Margarida de Santa Cruz Melo Rodrigues

2ª Sesmaria cedida a S. M. pelo tenente coronel Joaquim Francisco de Sales e Melo.

Sobre a terceira falaremos mais adiante.

Nas buscas que realizamos, não lobrigamos o processo referente à primeira concessão, embora desta se fale em documentos também reproduzidos em outra parte dêste trabalho.

Podemos, entretanto, adiantar que Ana Margarida de Santa Cruz Melo Rodrigues, era irmã do segundo sesmeiro, Sales de Melo e requereu e obteve a sesmaria do Itajaí, não com o propósito de habitá-la e cultivá-la mas, unicamente, com intúitos especulativos. Fê-lo numa época em que se processava um verdadeiro *rush* sôbre os terrenos da região banhada pelos dois Itajaí, o Açú e o Mirim, quando várias dezenas de requerimentos de sesmarias foram dirigidos ao vice-rei.

“Diz Joaquim Francisco de Sales e Melo, capitão governador da fortaleza de Santo Antônio de atones, da Ilha de Santa Catarina, que êle pretende que V. Excia. se digne conceder-lhe por sesmaria, uma légua de terras em quadro, no Rio de Itajaí-Mirim, fazendo frente ao sul do mesmo

rio, com os fundos ao norte, confrotando pela parte de leste com as terras que anda requerendo o capitão Manoel Antônio Tavares e pela parte oeste com terras devolutas, para neste lugar construir uma fábrica de açúcar para seu interesse e dos reais dízimos. P.R.V. Excia. se digne conceder-lhe no real nome de S. M. o terreno que suplica.”

Primeiro despacho: “Informe o Tte. Coronel Governador, ouvindo por escrito a Câmara e o Intendente de Marinha. Rio, 30 de agosto de 1799” (Rubrica do vice-rei)

Ouvida a Câmara e o Intendente, deram ambos parecer favorável à concessão, tendo o Vice-rei mandado passar carta de sesmaria em 10 de junho de 1800. Em 29 de março do mesmo ano, para se saber informações precisas sobre as terras dessa sesmaria, foi procedida a medição pela forma seguinte:

“Manoel Joaquim Xavier Palmerim, capitão graduado do regimento de infantaria de Estremoz. Certifico que em cumprimento do despacho do senhor escrivão da real fazenda, que serve de Intendente de Marinha, passei ao rio de Itajaí-Mirim, a medir e demarcar uma légua de terra em quadro, que requereu por sesmaria o capitão Joaquim Francisco de Sales e Melo, cuja medição foi da forma seguinte: Teve princípio em um pau de figueira denominada “comepé”, que ficou lavrado nas quatro faces, que se acha na margem do mesmo rio, da parte do norte, em uma volta denominada “Tromqueira Velha”, de cujo marco lancei orumo de sudoeste e medi três mil braças de terras de frente fazendo suaves curvas, segundo as voltas do rio e findaram num pau de seu nascimento de canela amarela, que ficava lavrado nas quatro faces que está na mesma margem do sobredito rio, de frente do primeiro morrete que está da parte do sul do rio, donde findou a medição do sargento José Diniz e teve princípio as do capitão Manoel Antônio tavares e lhe lancei para os fundos por ume por outro lado o rumo de sueste que corre com uma légua, na forma requerida, fazendo frente no mesmo rio com tôdas as suas voltas, confrontando pela parte do nordeste com terras devolutas e pela parte de sudoeste com terras de mim, Manoel José Xavier Palmerim, o que tudo foi na forma declarada, o que afirmo debaixo da minha palavra de honra. Ilha de Santa Catarina, 29 de março de 1800. (Ass:) Manoel Xavier Palmerim”.

Junto ao requerimento acima, estava arquivado este outro:

“Ilmo. e Exmo. sr. tendo a fortuna que Sua Majestade me fizesse a honra de aceitar a oferta voluntária dos títulos de uma sesmaria que, no seu real nome, eu possuía, calculei que justamente deveria reverter à real corôa. É pelo mesmo motivo que meu irmão, o tenente-coronel Joaquim Francisco de Sales e Melo, tendo a fortuna de ter servido a S. Majestade o decurso de quarenta e três anos da defesa da Ilha de Santa Catarina, requereu a Sua Majestade reforma pela sua idade e moléstias, na forma da lei, a qual lhe foi concedida há 15 anos, estando de posse de uma sesmaria que o Conde de Rezende, sendo governador do Estado do Brasil, no real nome de S. Majestade lhe tinha permitido no departamento da Ilha de Santa Catarina, no lugar e margem do

rio Tajaí-Mirim, distante da dita ilha 9 léguas pouco mais ou menos, com caminho por terra e fácil navegação por mar, próxima à armação grande das baleias, não lhe foi possível melhorar o seu estabelecimento, porque depois de reformado pelas suas moléstias se viu precisado a recolher-se a esta côrte, a promover os meios da sua saúde e conservação à vida; portanto deixou de ampliar aquêlê estabelecimento e desejando ser sempre útil ao Estado, igualmente comigo se lembra agora de rogar a V. Majestade se queira dignar de aceitar aquêles títulos que lhe estavam concedidos para os aproveitarem como bem parecer ao Estado, pois que aquêles lugares se podem fazer muito úteis pelas riquezas de madeiras e muitas outras produções, facilitando-se por mar a sua exportação. O adiantamento de moléstias e idade em que se acha meu irmão o tem decidido de poder fazer outros serviços a S. Majestade, deseja unicamente merecer a El-Rei Nosso Senhor, pela sua incomparável beneficiência, lhe queira mandar pagar nove mêses de soldos que se lhe está devendo e continuar para o futuro (durante o pouco tempo que se lhe pode restar de vida) a ser pago mensalmente pela Tesouraria Geral das Tropas, sendo incluído na Fôlha do quartel general, como se atualmente estivesse empregado em serviço, pois com esta graça termina a sua esperança e honra que tem gozado no real serviço, findando a sua vida sem sofrer a desgraçada necessidade, faltando-lhe o sôlido mensal, único meio de sua subsistência. Por esta mesma ocasião, levo justamente à presença de V. Excia. outra carta de sesmaria, também de uma légua de terra que, em nome de minha mulher D. Ana Margarida de S. Cruz Roiz de Melo eu tinha obtido pelas razões já expendidas, ficando agora firmemente na esperança de que El-rei N. S. se queira dignar mandar fazer daquelas terras qualquer outra aplicação, que possa ser mais útil ao Estado. Pelo que terei a honra de beijar a augusta mão de S. Majestade e a V. Excia. Afiançarei sempre a igualdade dos nossos votos e do constante respeito com que, agradecido, desejamos que a V. Excia. guarde Deus por muitos anos. De V. Excia. Francisco Manoel da Silva e Melo. Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1820. Ilmo . e Exmo. Sr. Tomás Antônio da Vila Nova Portugal.”

Está aí, nêsse requerimento, como as duas sesmarias do Itajaí-Mirim voltaram ao domínio real. O signatário era o marido de D. Margarida, a quem servia de “testa-de-ferro”.

Comparada a data dêste último requerimento, com as do aviso que determinou a vinda de Vasconcelos de Drummond e a da demarcação militar das duas sesmarias, não se precisa de nenhuma ginástica mental para se conhecer exatamente o que se passou.

Muito interessado, naturalmente, em povoar as terras da província de Santa Catarina e baseado nas informações de Drummond, que dali acabara de regressar, Tomás Antônio de Vilanova Portugal, mandou chamar Francisco Manoel da Silva e Melo e, em troca da promessa de mandar pagar nove m~eses de sôlido, que o erário devia a seu cunhado, Francisco, reformado como tenente-coronel comandante da fortaleza de Ratonos, que se achava doente na Côrte, para onde se transferira de sua casa à r. Mata-cavalos, no Destêrro, e de outros favores, fê-lo e a êste último, desistirem das

sesmarias que lhes haviam sido concedidas no Itajaí-Mirim e que jaziam inaproveitadas, em favor da coroa.

E isto é prova, também, de que, já naquele tempo, o direito de propriedade era coisa respeitada, e nem mesmo o rei determinaria a colonização de terras que não estivessem sob o seu domínio.

Assim, para resolver-se a ocupação, por colonos, das terras do Itajaí-Mirim, foi necessário, antes, que os sesmeiros, seus proprietários, as retornassem à coroa, por ato expresso.

Daí porque tal colonização não poderia ter-se dado à foz do Itajaí-Açú onde, como veremos, todos os terrenos já eram de domínio privado, em 1820.

Corroboram, igualmente, o que vimos afirmando, três bilhetes que se encontram junto ao requerimento, atrás transcrito, sem assinatura. Do primeiro não conseguimos identificar a letra. Mas os outros dois são, incontestavelmente, do punho do ministro Vilanova Portugal.

“Vão neste aviso as cartas de sesmarias que V. Excia. mandou saber se já estavam expedidas. ocorre-me, porém lembrar que não veio a da sesmaria de Francisco Manoel da Silva e Melo, pois as que vieram e são as inclusas, tratam da sesmaria de seu irmão, e de sua mulher”.

“Diga-me se já se fizeram as ordens com as sesmarias que deu Fr. Mel. para Santa Catarina ou se ainda não fôram, para as procurar aqui”.

“Passe ordem ao Gdor. de S. Catarina: para que pelas (ilegível) faça tomar posse dessas sesmarias para S. Majde. e as mande demarcar provisoriamente por qualquer oficial militar; pois a seu tempo se mandará fazer demarcação judicial. E mande logo principiar e aproveitar as madeiras e fazer o estabelecimento, para se dividirem ditas terras para uma colônia (ilegível) que se há de mandar. E se houver alguns intrusos lhes destinem alguma porção de terras, onde não ficar mal para depois se lhe dar, ficar na sua habitação e cultura, sendo o terreno de 60 a 100 braças em quadro”.

Demonstrada, assim à saciedade, que as terras destinadas à colonização por Vscancelos de Drummond, situavam-se às margens do Itajaí-Mirim e não às do Açú e que, conseqüentemente, êle nada tem que ver com a fundação da cidade de Itajaí, prossigamos na análise das “Anotações” para verificarmos se, mesmo nas duas sesmarias indicadas, Drummond realizou algum trabalho, no desempenho da missão de que o incumbira o Aviso de 5 de fevereiro de 1820.

Vimos, na transcrição do número 6 das “Anotações” a afirmativa de Drummond de que, durante o seu exílio em Paris, publicara no “Journal de Voyages” vários artigos sobre o Brasil e que “em um ou dois dêles” falara do rio Itajaí e de sua “viagem e residência nas margens daquele rio”.

De conformidade com o que nos assegura o senhor diretor da Biblioteca Nacional de Paris, a quem recorremos, foram unicamente, três os artigos publicados por Drummond no citado “Journal des Voyages, de Couverts et Navigations Modernes ou Archives Géographiques du XIX Siécle”. (Esta revista foi publicada em Paris de 1818 a 1829 e compreende 44 volumes in 8º). Nos tomos 33 e 34 e no 37, encontram-se os artigos subscritos por Drummond.

Em dois dêles, sob o título de “Notice sur les mines du Brésil”, trata das riquezas minerais do nosso país, não havendo referências a Santa Catarina.

É no terceiro (tomo 34, páginas 312 a 316), unicamente, que Dummond faz menção do Itajaí.

Conseguimos o micro-filme das páginas que nos interessam. Ei-las em tradução, tanto quanto possível, literal:

“Se, das províncias setentrionais passarmos às províncias do sul, encontraremos na de Santa Catarina em particular, a opinião geralmente espalhada de que ela abunda em minas de prata. Há mais de um século que um certo Aragão descobriu numa montanha que êle denominou de Taió, grande quantidade de prata, de que tirou alguns fragmentos para seu uso e outros para os mostrar ao governador da província, a fim de lhe dar as provas palpáveis da descoberta que vinha de fazer.

O governador remeteu essas amostras ao vice-rei no Rio de Janeiro que fêz demorar por muito tempo a sua decisão. Por fim, êle resolveu que enquanto não recebesse resposta de Lisboa, o desgraçado Aragão seria sequestrado em um cárcere, a fim de que não pudesse abusar do que sabia, visto com não lhe pertencia o segrêdo e, sim, ao rei.

Muito tempo depois, o govêrno de Lisboa ordenou que Aragão fôsse remetido para Portugal, a fim de lá fazer as suas declarações. Ao chegar a Lisboa o desgraçado foi de novo metido num cárcere sem que se o submetesse ao interrogatório para o qual lá fôra levado. Morreu prêso na miséria e moído de desgostos. Assim a pátria de Camões recompensa um colono honesto que teve a desgraça de fazer uma descoberta útil num país dominado então pela fôrça a mais ignorante e a mais bárbara.

Eu era, em 1820, governador das colônias da província de Santa Catarina, sob o título de inspetor geral, quando recebi do ministro Vila Nova, ordem de fazer tôdas as tentativas necessárias para redescobrir o maravilhoso monte Taió. Essa ordem vinha acompanhada de uma cópia da correspondência que havia sido trocada outrora a êsse respeito e que não oferecia nenhuma pista a

seguir. Convencido da importância dessa missão, desenvolvi todos os esforços para saber se ainda existia algum descendente do desgraçado Aragão e cheguei a descobrir os netos dessa vítima, os quais sabiam, por tê-lo ouvido dizer de seus pais, qual fôra a sorte de seu avô e que, presumivelmente êle havia levado consigo para Lisboa, o roteiro, o mapa do traçado que êle fizera para chegar ao monte Taió, plano êsse que depois de sua morte se disse fôra achado entre seus despojos, na prisão de Lisboa.

Em seguida, eu procurei colher informações entre os velhos dos logares os mais distantes das povoações brasileiras e as mais próximas das hordas de selvagens. Não consegui nada mais do que eu já conhecia. Sómente nas margens do rio Itajaí eu encontrei um homem de 120 anos, que tinha conhecido Aragão e ao qual êle falara depois da descoberta das lâminas de prata. Êle me assegurou que tôdas as vêzes que Aragão partia para as suas excursões passava por sua casa e que, por essa razão, o monte Taió não podia estar muito distante do rio Itajaí e era mesmo, segundo supunha, banhado por suas águas.

Eu continuei as minhas indagações sem, entretanto, alimentar grandes esperanças de encontrar o Taió, porque numa enorme extensão de florestas virgens e de montanhas mais ou menos iguais à que Aragão descobrira, isso era difícilimo; e depois, em virtude da revolução portuguêsã que teve lugar no Rio de Janeiro, a 26 de fevereiro de 1821, eu julguei de meu dever voltar àquela capital.

O rio Itajaí é muito aurífero. Quando eu morei em Santa Catarina, eu soube por um pobre lavrador da provincia de São Paulo que tôda a região era abundante em ouro. Eu o contratei para fazer algumas tentativas. De princípio êle se negou com medo do govêrno, mas afinal concordou com o meu pedido depois que eu lhe afirmei que nenhum mal lhe poderia acontecer e que eu assumiria a responsabilidade pelo que viesse.

Com efeito, o paulista partiu depois que eu lhe dei uma canoa, viveres para três dias, um fusil, pólvora, balas, uma bateia, uma gamela feita por êle mesmo e uma pequena alavanca de ferro. Ao cabo de três dias êle voltou, trazendo-me cinco onças de ouro em pó, as quais eu mandei ao governador para que o enviasse ao rei D. João VI, com os relatórios sôbre o que se passara. Jamais, porém, recebeu-se resposta do ministro português.

A recordação da minha permanência na deliciosa provincia de Santa Catarina, ser-me-á sempre cara; êste brilhante jardim do novo mundo oferece o retiro mais agradável e a mais doce existência ao filósofo que procura esquecer no seio de uma natureza virgem o orgulho do gênero humano e a frivolidade das suas discussões.

É nessa provincia, sobretudo, que se devem estabelecer colônias. O calor jamais sobe acima de 22 e não desce a menos de 7.

O rio Itajaí, sôbre cujas margens eu comecei a formar um estabelecimento, é bem navegável. Sua nascente é ainda desconhecida, mas eu acredito que êle atravesse as vastas planícies de Curitiba e que êle poderá estabelecer uma comunicação fácil com essa rica região própria para a cultura do trigo e a criação do gado. Permita o céu que a guerra e os males que ela consigo trás não tenham destruído os fundamentos da colônia que eu comecei a estabelecer ali e que já florescia quando fui obrigado a deixá-la em 1821.

Deus vele, principalmente, sôbre os ministros de D. Pedro para que façam pela prosperidade dêsses estabelecimentos votos tão ardentes como os que eu faço para a glória da minha querida pátria da qual a sorte me exilou.”

Com elementos seguros, podemos adiantar que o paulista, que Drummond contratou para lhe ir buscar as cinco onças de ouro, não era outro senão Matias de Arzão, morador das proximidades do Itajaí-Mirim e que foi quem, provávelmente, forneceu as informações sôbre o descobridor da prata do Taió.

E, quanto ao “certo Aragão”, trata-se, evidentemente, de um engano. Era um Arzão que êle quiz mencionar e, muito possivelmente, o proprio avô de Matias. O pai dêste morreu em Itajaí em 1794, com cêrca de 90 anos de idade. Tendo Drummond escrito o seu artigo sete anos depois de sua estada nesta província, é bem compreensível tal confusão de nomes.

No artigo citado, Drummond faz uma afirmação que parece não ser verdadeira.

Êle diz-se “governador das colônias da província de Santa Catarina, sob o título de inspetor geral” quando não há um só ato ou documento oficial, que conheçamos, comprobatório dessa qualidade. Além do mais, a simples circunstância de que êle se encontrava em Santa Catarina, sob suspeita de revolucionário, e debaixo das vistas do governador, afastam a hipótese de que tivesse recebido tal investidura.

Como se viu da leitura do artigo de Drummond, êste não enumera um único serviço que tivesse praticado nas margens do Itajaí-Mirim, com o intuito de colonizá-las.

Limita-se a fazer ligeiras referências ao estabelecimento “que comecei a formar” e à “colônia que eu comecei a estabelecer alí e que já florescia quando fui obrigado a deixá-la”.

Mais adiante, quando tratarmos do regresso de Drummond à Côrte, transcreveremos o ofício do governador da Capitania, de que aquêle foi portador ao ministro.

Por êsse documento ver-se-á, também, que Drummond não tinha outro encargo que o de auxiliar a colonização das terras do Itajaí-Mirim e o corte de madeiras que ali fôr estabelecido.

Satisfeitos, assim, aquêles que, alertados pelas “Anotações” desejassem conhecer os artigos de autoria de Drummond, publicados durante o seu exílio na Europa, prossigamos na análise das mesmas “Anotações”.

Note-se bem que, no item 7º, Drummond diz que “ali (no Itajaí) construiu-se uma sumaca denominada “São Domingos Lourenço”, que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajaí” etc.

Da própria redação daquele “CONSTRUIU-SE” salta aos olhos que Drummond não teve, como alguns querem, interferência alguma na construção dessa sumaca. Se êsse tivesse sido o caso, êle, sem dúvida alguma, não teria perdido a oportunidade de dizê-lo claramente, de atribuir-se um serviço bem importante. Não era êle homem que deixasse fugir uma chance dessas, de atribuir a si mesmo a autoria ou coautoria de um fato de significação, tanto mais que precisava apresentar serviços para justificar, perante o ministro, os seus vários meses de inatividade.

E, quando informa que fôra, essa sumaca, a primeira embarcação do seu calado a transpor a barra do Itajaí, evidentemente se refere à barra do Itajaí-Mirim no açu e não a dêste no oceano.

Muito antes de Drummond – e isso é fácil de imaginar e de provar – barcos de maior lote que sumacas, transpuzeram a barra do Itajaí Açú para comerciar com os muitos moradores que já havia pelas suas margens.

Para não perdermos muito tempo com êsse pormenor, diremos, apenas, que a 6 de abril de 1815 (cinco anos, portanto, antes de Drummond) um certo Francisco Lourenço da Costa, residente em Destêro, obteve uma sesmaria nas margens do Itajaí, tendo declarado, em seu requerimento, que êle ali já tinha ‘UM ARMAZEM PARA RECOLHER OS EFEITOS QUE ALI COMPRA PARA O GIRO DO SEU NEGÓCIO’. (ver livro nº 2 do Registro de Sesmarias, no Departamento de Terras de Colonização, em Florianópolis).

Muitas outras provas disso poderíamos aduzir mas acreditamos desnecessário perder mais tempo com êsse detalhe.

Tendo-se em mente que a barra do Itajaí-Açu fica, apenas, a duas léguas e pouco ao sul de Itapocorói, onde desde 1779, funcionava uma grande armação de baleias e cuja baía era visitada constantemente por grandes barcos, mesmo transatlânticos, não se pode conceber que, só em 1820, é que aquela barra tivesse sido transposta, pela primeira vez, por embarcação do porte de uma simples sumaca.

O Itajaí-Mirim é navegável até grande altura da sua confluência no Açú. Van Lede, em 1848, fêz várias sondagens em seu leito:

“Na parte em que o subimos (até o Taboleiro) a velocidade da correnteza dependia da maré, a largura variava entre os limites de 50 a 70 metros e a profundidade entre 7 e 10 metros”. (“Os rios Itajaí Grande e Itajaí-Mirim descritos por Van Lede”, apud “Blumenau em Cadernos”, pag.42).”

Assim, era fácil a sua navegação por sumacas e é bem possível que a citada “São Domingos Lourenço”, sendo a primeira que transpuzesse a sua barra no Açú, fôsse até as “terras de El Rei”, carregar madeira, feijão, milho, etc.

A propósito dêsse carregamento, há ainda a fazer uma observação. Os que atribuem a Drummond a fundação de Itajaí, querem que êsses cereais tenham sido os “primeiros frutos da colonização empreendida pelo diplomata”. Nada mais errôneo.

Já vimos que as terras do Itajaí, muito tempo antes de Drummond vinham sendo trabalhadas por dezenas de famílias que ali se haviam estabelecido nos fins do século 18, dedicando-se á lavoura e ao beneficiamento de madeiras.

E, além disso, Drummond chegou a Santa Catarina a 2 de março de 1820 (conforme se vê da sua carta, adiante transcrita, de 20 desse mês e ano); não foi imediatamente para o Itajaí-Mirim pois ficou à espera das disposições do governador e do bom tempo. Deve ter ido para lá em abril seguinte, pelo que se deprende das comunicações do governador, que também vão transcritas neste trabalho.

Ora, é sabido que de abril a fins de junho, não é época para plantações em Santa Catarina; ela só começa, quando cedo, em meados de julho, ou princípios de agosto. Pela carta de Tovar de Albuquerque, de 5 de dezembro de 1820, sabemos que Drummond voltou do Itajaí, doente, em outubro daquele ano. Nesse tempo, as culturas de milho e feijão que êle, porventura, tivesse mandado fazer no Itajaí-Mirim, estariam ainda no comêço do seu desenvolvimento.

Daí, portanto, a certeza de que os cereais embarcados na “São Domingos Lourenço” eram produtos de safras anteriores, provindas de lavouras já estabelecidas muito antes da chegada de Drummond.

Ainda na anotação 7ª, Drummond afirma: “Do Itajaí mandei a madeira para a obra do Museu do Campo de Santa Ana, e mandei de presente, porque era serrada e cortada à minha custa”.

Essa afirmativa não se coaduna com o que o governador Tovar e Albuquerque afirma no item 4º do seu relatório de abril de 1821 ao ministro do Reino:

“4º - Nas margens do rio de Itajaí foram oferecidas para a Real Fazenda três sesmarias: duas de légua em quadro cada uma, outra de duas léguas de frente e uma de fundos, as quais fiz medir e demarcar e tomar conta pela Real Fazenda, em consequência dos régios Avisos expedidos pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, de 4 de fevereiro de 1820 e de 6 de maio do mesmo ano. Pelo primeiro citado aviso se mandavam aproveitar as madeiras, ao que com efeito procedi, estabelecendo um corte nas ditas sesmarias por conta da Fazenda Real da qual, assim como dos estabelecimentos dos colonos nas mesmas terras, encarreguei a Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond, que para êsse efeito veio comigo do Rio de Janeiro, por Aviso Régio de 5 de fevereiro de 1820. Êste corte de madeira se tem limitado à serraria de tabuado, do qual se tem tirado obra de umas cem dúzias em obediência das ordens da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de 17 de setembro de 1820 e de 19 do mesmo mês e ano; do resto mandei tomar conta e recolher aos armazens reas, por julgar conveniente cessar, por enquanto êsse artigo de despesa. Para a nova colônia de Itajaí, foram 16 soldados do batalhão nº 1 (sic), que tiveram para êsse efeito baixa do Real Serviço, como os demais, do mesmo batalhão que ficaram para os outros estabelecimentos, porém todos com praça em milícias, tudo por Carta Régia de 9 de maio de 1820 e aviso de 19 de setembro do mesmo ano. Êsses dezesseis se acham ali estabelecidos, com suas datas de terras, ferramentas e gados”.

Daí se depreende que Drummond, em absoluto, não mandou, senão, as dez dúzias de tábuas a que o governador da província se refere no ofício que, a 15 de dezembro de 1820, dirigiu ao ministro do Reino e no qual, entre outras coisas, informa:

“Na presente ocasião, vão pela sumaca “Gratidão”, mais dez dúzias de tábuas, tiradas de Itajaí e destinadas ao Museu Real, remetidas por Antônio de Menezes a Thomás Pereira de Castro Viana. O dito Antônio de Menezes (estava riscado o seguinte: “que veio de lá bastante doente há mais de um mês) dará conta a V. Excia. do que tem feito ali, pois que dêle tenho incumbido de tudo o que respeita àquele estabelecimento.”

Aí está, por êsses documentos, tudo quanto Drummond fez e mandou do Itajaí-Mirim. Os decantados “fundamentos da colônia que eu comecei a estabelecer ali e já

florescia quando fui obrigado a deixá-la em 1821”, se resumiram em providenciais para a instalação de 16 soldados do batalhão nº 12 e de incentivar o corte de madeiras por gente já ali estabelecida anteriormente.

Desmentem Drummond na sua afirmativa de que o estabelecimento já florescia quando teve que deixá-lo em 1821, as próprias palavras do governador Tovar e Albuquerque no ofício nº 12 de 16 de abril de 1821, que vai, também, adiante transcrito e onde afirma ter julgado conveniente cessar com os trabalhos no Itajaí-Mirim, de que Drummond fôr encarregado, até novas ordens de S. Magestade, ordens que se sabe nunca mais vieram. Ora, se os trabalhos foram mandados acabar com a saída de Drummond, como poderiam estar êles florescentes?

A verdade, fácil de constatar nos documentos da época, é bem diferente da que Drummond apresenta. Nunca houve entusiasmo pela realização dos planos de Vila-Nova Portugal, do povoamento e colonização das sesmarias de El-Rei, à margem do Itajaí-Mirim e o pouco que ali se fêz, desapareceu com a queda do operoso ministro de D. João VI, ocorrida nesse mesmo comêço de 1821.

Se estamos apontando estas constantes contradições entre as afirmações de Drummond, nas suas “Anotações” e a correspondência do govêrno da província é menos para provar a leviandade com que se houve, em Santa Catarina, o futuro diplomata, do que para demonstrar a improcedência das razões que pretendem encontrar, nas mesmas “Anotações” os que teimam em ver em Drummond o fundador da cidade de Itajaí.

Que Drummond, nos seus 24 anos de idade, incumbido de uma tarefa que demandaria muito critério, muita prudência e sobretudo muita atividade e muito espírito de sacrifício, agiu descuidadamente, são provas mais que suficientes os confrontos entre êsses documentos e afirmações.

É ainda colhido no item 7º das “Anotações” o seguinte trecho:

“Durante a minha estada na província de Santa Catarina, percorri o rio de São Francisco do Sul e no museu nacional devem existir algumas pérolas que eu mandei, pescadas naquele rio.”

Confronte-se essa afirmação com o seguinte ofício do governador ao ministro:

“Tenho a honra de enviar a V. Excia., pelo mestre da sumaca “Gratidão”, Joaquim Anastácio da Natividade, uma caixinha com um vidro em que vão remetidas em aguardente duas conchas das que contêm pérolas, apanhadas com os moluscos vivos no Rio de São Francisco, onde unicamente se acham. Houve uma dificuldade imensa em conseguí-las porque ainda a que ali haja abundância daquele marisco, a que chamam “sururú” e aque dêle se alimenta uma grande parte do povo, contudo, são raros os que contêm pérolas. Deus guarde a V. Excia. Sta. Catarina, 4 de dezembro de 1820. João Vieira Tovar e Albuquerque.”

É mais do que improvável, pelo próprio sentido dêsse ofício, que ambos, Drummond e o governador, tivessem mandado pérolas ao museu, pois, as que cosntam do ofício de Tovar e Albuquerque já teriam sido pescadas com “imensa dificuldade”.

Deduz-se de tudo quanto Drummond escreveu de Santa Catarina ao ministro Vilanova, que êle era um dêsses moços jactanciosos, que amavam falar dos próprios feitos e, o que é bem pior, de atribuir a si próprio, idéias e atos de outros.

Vimos isso quanto à idéia da reabertura da estrada para Lajes. E vemos isso, principalmente, dêstes documentos que, embora nada tenham que ver com o Itajaí-Mirim, vêm em abono do que afirmamos.

O primeiro é a carta de 14 de março de 1820, de Miguel de Souza Melo e Alvin, fundador da colônia Ericeira, depois Pórto Belo, e o segundo a carta que, a 19 do mesmo mês e ano, Antônio de Meneses Vascondelos de Drumond, dirigiu ao ministro.

Pelo confronto dêsses documentos, o leitor, além de ter mais uma confirmação, e importante, de que as terras que Drummond colonizaria estavam situadas no Itajaí-Mirim (pois, pela primeira vez, em seus escritos, êle menciona expressamente o discriminativo MIRIM), verá que o pretenso fundador de Itajaí não primava pela correção nas suas informações ao ministro, que o protegia.

Grifaremos os trechos dessas missivas que interessam a êste estudo para que o leitor possa melhor aquilatar do que vimos argumentando.

A carta de Melo e Alvin começa comunicando ao ministro que voltava da Enseada das Garoupas, onde deixara os colonos mal acomodados e descontentes, pela má divisão das terras. Sugere a compra de glebas de possuidores antigos para a acomodação dos novos casais e dá conta de outros planos para satisfazer os colonos e orientá-los para a agricultura, ao mesmo tempo que cuidassem da pesca, mister em que estavam mais afeitos nas ilhas de onde tinham vindo.

Depois informa:

“Logo que Manoel Dias de Lima empreste uma lancha da Armação, que NA CONFORMIDADE DAS RECOMENDAÇÕES DE V. EXCIA. LHE PEDI E ME PROMETEU, a farei preparar de coberta e avenação à moda das rascas da Ericeira para começarem com as suas pescarias de alto mar, ou com uma boa rêde que trouxeram. Também estou preparando uma embarcação mais maneira para as pescarias perto de terra...”

Agora, a carta de Drummond, que transcreveremos na íntegra:

“Ilmo. e Exmo. sr. Thomás Antônio de Vilanova Portugal.

Tenho a honra de participar a V. Excia. da minha chegada a esta ilha no dia 02 do corrente e de haver entregue ao governador o ofício de V. Excia. As chuvas teem sido efetivas e copiosas, de maneira que precisamos de alguns dias de sol para termos os caminhos transitáveis. Estou à espera das disposições do governador para a medição e posse das terras do Tajaí-Mirim, que me diz será logo que o tempo permitir; para o que tem dado as providências e mandado tirar as precisas notícias.

Consta-me que o Prates mandara oferecer a V. Excia. a sua sesmaria no Tajaí; assim ficou dissolvida a compra, em que tratava por ordem de V. excia. tenho notícia que esta sesmaria fica na direção das sesmarias de S. M. no Tajaí-Mirim.

Também tenho notícia que no Tajaí, antes desta sesmaria, há muitas terras incultas, mais à foz do rio, que me dizem pertencer a uma viúva lá estabelecida com outro terreno. Logo que pessoalmente verifique estas notícias, informarei a V. Excia.

Os mais práticos do rio Tajaí foram por êle acima três dias de viagem, que reputam trinta léguas; e nada sabem dizer de interessante: êles julgam que vai ter à altura das Lajes; sendo assim maior vantagem se tiraria para o novo estabelecimento, que V. Excia. projeta, que é a felicidade dêste país.

Lavradores creio ser a melhor gente para a povoação dêste rico terreno. Comunicou-me o governador ter pedido a V. Excia. alguns prisioneiros do Rio

Grande para trabalhadores das novas obras. Temos combinado com Miguel de Souza, ser muito útil e mais leve à Real Fazenda.

PEDI A MANOEL DIAS DE LIMA UMA LANCHAS PARA OS ERICEIROS PRINCIPIAREM A PESCA; RESPONDEU-ME QUE TINHA TÔDAS AS LANCHAS EM CONCERTO; O QUE CONCLUÍDO DARIA UMA OU DUAS, CONFORME LHE RESTASSE DA SUA PESCA; E COM TANTA VONTADE QUE AS MANDARIA COBRIR POR SEUS OFICIAIS À MODA DOS ERICEIROS, VISTO QUE ELAS TEEM SUAS PARECENÇAS COM AS QUE ELES LÁ USAM EM PORTUGAL e que lhes daria também velas a seu modo; para cuja obra pediria um ericeiro mais experto para as presidir.

Diz-me Miguel de Souza que entre êles não veio construtor algum, como V. Excia. crê, salvo um mau carpinteiro de casas.

Fiz ciente ao governador das recomendações de V. Excia. para a boa harmonia e inteligência na execução do serviço de S. M. e o quanto era desagradável a V. Excia. a intriga nas autoridades.

Agora só resta-me pedir licença a V. Excia para que, com o maior respeito eu tenha a honra de me assinar, de V. Excia. o mais humilde subdito, atentíssimo criado muito agradecido (Ass:) Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond. Sta. Catarina, 19 de março de 1820.”

Como se vê, ambos querem ser o pai do pedido a Manoel Dias de Lima, que era o administrador da Armação da Piedade, de uma lancha para os colonos, armada à moda da Ericeira. Um dos dois não está certo E quem conhece a atuação serena, sensata, altamente honesta do Intendente da Marinha, Miguel de Souza Melo e Alvin, saberá quem está com a verdade.

O final do que Drummond escreve na oitava anotação:

“... suspendesse eu tôdas as obras que exigissem despesa e me retirasse para a côrte, porque S. M. dava por acabada a comissão de que eu estava encarregado ...”

Também parece não estar muito de acôrdo com a verdade.

Eis o que, a respeito, o governador Tovar e Albuquerque escreve ao ministro do Reino, contrariando de modo categórico, a afirmação de Drummond:

“Ofício nº 12 – 16 de abril de 1821. “Tenho a honra de participar a V. Excia. que nesta ocasião regressa a essa Côrte Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, o qual havia vindo para esta província por Aviso Régio de 5 de fevereiro de 1820, para ser empregado nos estabelecimentos de colonização e cortes de madeiras que se começaram nas sesmarias da Coroa no rio de Itajaí E HAVENDO EU JULGADO CONVENIENTE CESSAR COM AQUÊLES TRABALHOS até receber a êsse respeito novas ordens de S. Majestade, ÊLE ME PEDIU LICENÇA PARA IR A ESSA CÔRTE, a qual lhe concedi, conforme tenho a honra de comunicar.”

Por tudo isso, parece que quem situou com justeza a atuação de Drummond em Santa Catarina foi o autor da “memória” a que Almeida Coelho se referiu na sua interessante “Memória Histórica sôbre a Província de Santa Catarina” e cujos conceitos o autor endossa, de vez que os deixa sem qualquer comentário:

“No mesmo ano (1820) veio da Côrte do Rio de Janeiro Antônio de Meneses Vasconcelos, encarregado da fundação de uma colônia no rio Itajaí. Êste homem gastou um ano em passear e iludir (expressões de uma memória que temos presente, e vamos copiando) o Ministro a bem do seu interesse particular, vexando aos pobres moradores do lugar, a quem dava a tarefa de serrar tabuado, e cujos jornais nunca foram pagos, apesar de despender a Fazenda Real em tão pouco tempo, pois retirou-se em 1821, o melhor de cinco mil cruzados: não fêz mais do que uma derrubada, sem deixar sinal algum de colônia. Ouviu-se-lhe por muitas vêzes dizer: aproveitemos o ministro de Estado (era então Tomás Antônio da Vila Nova Portugal) que está velho”. (Memória Histórica da Província de Santa Catarina – Manoel Joaquim d’Almeida Coelho, pag. 93).

1966 - Mais um testemunho. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos, Tomo VII, janeiro de 1966, nº 01, pags. 19-20.

É bem possível que o inesquecível Marcos Konder, em que todos os catarinenses reverenciamos um dos mais prestantes políticos e intelectuais da sua época, não tivesse lido o trabalho de Jacinto Antônio de Matos, “A colonização do Estado de Santa Catarina”, senão depois que escreveu, em 1920, a conferência, em seguida publicada em livro, a que denominou: “A Pequena Pátria”.

Uma conferência, aliás, que é uma verdadeira e magnífica exaltação da sua querida terra, a risonha e esperançosa Itajaí, que êle tanto amou, honrou e engrandeceu.

O livro de Jacinto de Matos foi publicado em 1917, e constituiu-se em obra clássica para quantos se dedicam ao estudo do povoamento do território de Santa Catarina.

Lançamos a dúvida inicial porque, se Marcos Konder tivesse lido o que Jacinto de Matos afirma à página 114 do seu estudo, possivelmente teria dado outros rumos às suas pesquisas em torno da fundação da sua cidade natal.

Realmente, naquela altura do seu livro, o autor, quando menciona os arraiais de Pocinho e Belchior, para indicar-lhes a proximidade da Colônia Blumenau, afirma: “Estas últimas, (Belchior e Pocinho) foram iniciadas sob as vistas do Diretor da Colônia, coronel Agostinho Alves Ramos, influente e prestante cidadão e que FOI UM DOS FUNDADORES DA HOJE CIDADE DE ITAJAÍ”. (O destaque é nosso).

Com essa pista, arguto e estudioso como era, Marcos Konder, não teria limitado as suas buscas à autobiografia de Vasconcelos de Drumond, para atribuir a êste, a fundação de Itajaí.

Aliás, é o próprio Marcos Konder que, na introdução à 2ª edição da “Pequena Pátria”, esclarece: “A única fonte onde colhi os subsídios para esta desprezível crônica foram as “Anotações” feitas pelo mesmo Drumond à sua biografia, publicada em 1836....”

Teria, certamente, o honesto homem público e intelectual dos mais autorizados, pesquisado o passado de Alves Ramos para chegar à certeza de que êste, e não Drumond, foi o verdadeiro fundador da cidade de Itajaí.

Parece-me que, com a abundante e incontestada documentação que tenho publicado, em vários artigos e folhetos, deixei provado, mais que à sociedade, que

Drummond não só não foi o fundador de Itajaí como, nem mesmo, pusera em algum tempo pés nas terras por onde se espalha, hoje, a futura cidade, pórtico agrinaldado do Vale Maravilhoso em que vivemos.

E, para chegar a essa conclusão, não precisei contestar o saudoso e eminente autor da “A Pequena Pátria”, quando pretende desfazer dúvidas e controvérsias levantadas ao pé das suas asserções, escreveu que “semelhantes controvérsias e dúvidas teriam razão de ser, se não possuíssemos o testemunho escrito do próprio colonizador que era um homem de bem e de caráter, incapaz de mentir ou de fantasiar”.

Embora existam fundamentos para se fazer algumas restrições a êsses conceitos, jamais neguei, em meus escritos, que Drummond tivesse estado no Itajaí.

Esteve, não há dúvida. Mas no Itajaí Mirim, nos terrenos em que, anos mais tarde, foi fundada a Colônia Itajaí, depois Brusque.

No Itajaí Açú, no local ou nas proximidades da atual cidade de Itajaí, Drummond nunca esteve.

E, nem ali e nem em Itajaí Mirim êle fundou coisa alguma.

Essa é que é a verdade.

De tal forma já tenho tratado dêsse assunto, tal têm sido a quantidade e a autoridade da documentação que tenho dado à publicação, que eu havia resolvido não mais tornar ao assunto.

Se os itajaienses, na palavra oficial, persistem em ter, como fundador de sua cidade, quem realmente não o foi, é problema dêles.

Volto à carga, apenas, para poder aduzir, às muitas manifestações favoráveis a Agostinho Alves Ramos, como sendo o verdadeiro fundador da cidade de Itajaí, mais o testemunho da incontestável autoridade de Jacinto Antônio de Matos.

1967 - Quem foi o verdadeiro fundador de Itajaí? Abdon Fóes. Jornal do Povo de 12 de agosto de 1967, página 02.

O historiador José Ferreira da Silva, que publica, há anos, o opúsculo “Blumenau em Cadernos”, endossando o que escrevera tempos atrás, através das colunas do JORNAL DO POVO, vem de estampar um trabalho naquele órgão, sob o título “Itajaí – A fundação e o fundador”, que merece ser lido por todos aqueles que se interessam por história.

A sua narrativa, baseada em dados fidedignos, indo buscar em fontes insuspeitas, afasta, sem dúvida, a hipótese de que Itajaí fora fundado por Vasconcelos Drummond, conforme idéia esposada por Marcos Konder em “A Pequena Pátria”, o que motivou a homenagem que a cidade lhe prestou, dando o seu nome a uma das nossas importantes avenidas e ao ex-Atiradores.

Pelo que nos foi dado concluir, com a leitura do seu extenso e bem elaborado trabalho, que nos impossibilita de transcrevê-lo, por falta absoluta de espaço, quando Antônio de Menezes Vasconcelos Drummond veio com a missão de colonizar estas plagas, não se situou à margem do Rio Itajaí-Açú e sim a do Itajaí-Mirim, cêrca de dezoito quilômetros acima da barra dêste no primeiro dos rios citados.

Além disso, já nessa época existiam outros moradores em Itajaí, pois, a primeira notícia que se tem de concessões de terras na bacia do itajaí, é a que se refere a João Dias de Arzão que por volta de 1658, obteve do primeiro capitão-mór da Vila de São Francisco, uma sesmaria nas proximidades da foz do itajaí, que no dizer de Miguel de Brito, o primeiro historiador catarinense, com a publicação de “Memória Política”, ficava situado nas imediações da Fábrica de Papel, onde atracavam os barcos de grande calado, os transatlânticos, como acontecia com os veleiros que traziam emigrantes da Europa para o Vale do Itajaí.

Mas da atraente e pitoresca narrativa, o que mais nos chamou a atenção foi a personalidade de Agostinho Alves Ramos, que aqui se estabeleceu, por volta de 1823, com uma casa comercial. Todavia, nesse ano, já encontrara algumas casas, plantações e serrarias. Adquiriu de José Coelho Rocha uma área de terra, na qual construiu uma casa confortável e bastante espaçosa.

Homem inteligente e de larga visão, tornando-se o mais importante da nossa antiga Itajaí, conseguiu, em 31 de março de 1823 a provisão eclesiástica, construindo,

em terreno doado pelos Coelhos da Rocha, a Capela e o Cemitério, quasi que exclusivamente de sua bolsa. Representou Itajai na Assembléia Provincial, nos anos de 1835 e 1841, cuja indicação se deve às suas amizades junto ao comércio e ao govêrno de Desterro, atualmente Florianópolis.

Pela sua atuação em prol de outros melhoramentos para Itajai, pelo seu trabalho sem esmorecimento, sempre a favor dos problemas de sua cidade, cuja biografia se deve ao esforço e ao cuidado do jornalista e escritor J. Ferreira da Silva, sentimos a necessidade de re-examinar tudo a que se refere à nossa terra, para que possamos colocar no devido lugar os que verdadeiramente merecem o nosso respeito e a nossa gratidão. Dentre eles um se destaca: Agostinho Alves Ramos, que não sabemos se existem descendentes, pois, segundo lemos, não tivera filhos. Todavia, não temos uma só rua com o seu nome. Nenhuma homenagem a quem se dedicou com afinco pelas coisas de Itajai, nos seus primórdios.

1968 – Ata da sessão ordinária da Câmara Municipal de Itajaí. 09 de setembro de 1968. Câmara Municipal de Itajaí. Livro de Ata nº 19 – 14-11-1967 á 04-02-1969. Páginas 139-142.

Ata da décima primeira reunião ordinária do terceiro período legislativo da Câmara Municipal de Itajaí, em seu segundo ano de trabalhos. Aos nove dias do mês de setembro de hum mil novecentos e sessenta e oito no salão nobre ‘Ruy Barbosa’, do edifício da Prefeitura Municipal, estiveram reunidos doze senhores vereadores sob a presidência do senhor vereador Heluiz Antônio Moraes Gonzaga, secretariado pelos seus nobres colegas Airton de Souza e Orlando Silva, foi aberta a reunião logo após o senhor presidente designou os senhores vereadores Sabino Anastácio Paulo, Américo Meinicke e Lourenço Caliri, para introduzirem no recinto da Câmara, ao lado da Mesa Diretora, os ilustres convidados Professor José Ferreira da Silva e o jornalista Silveira Júnior e, em seguida, os senhores Carlos de Paula Seára – Prefeito Municipal de Itajaí e o ex-Prefeito Paulo Bauer. Inicialmente, o senhor presidente leu uma carta do senhor Osvaldo Rodrigues Cabral, apresentando escusas por não poder assistir a reunião, para qual fora convidado por esta Câmara, a fim de falar sôbre a fundação desta cidade, sôbre cujo assunto disse que, na verdade, o que sabia achava-se contido em seu último livro – História de Santa Catarina. Em prosseguimento aos trabalhos da reunião, franqueou a palavra aos ilustres convidados. Com a palavra o jornalista Silveira Júnior, disse, inicialmente, não ser preciso se alongar sôbre o assunto que diz respeito a personalidade de Vasconcelos Drumond, tido como fundador de Itajaí, pois ninguém mais capacitado para falar sobre o referido assunto, do que o historiador e professor José Ferreira da Silva que se achava presente. Todavia, ensejava-se da oportunidade, para sugerir a Câmara e ao senhor Prefeito Municipal, a conveniência de se encaixar em um livro uma série de enunciáveis artigos escritos pelo saudoso jornalista Juventino Linhares, publicados no Jornal do Povo, desta cidade, por considerá-los de grande proveito e utilize os estudiosos da História de Itajaí, até então, sem os necessários subsídios para se chegar a uma conclusão exata de sua verdadeira fundação e de tantos outros acontecimentos que merecem estudo. Por último falou o ilustre Professor José Ferreira da Silva que com os seus conhecimentos de historiador, particularmente, de Santa Catarina, discorreu longamente sôbre o assunto, intercalando a sua palestra com uma farta documentação histórica de mapas e outros documentos comprovantes da existência dos primeiros habitantes ou colonizadores de Itajaí, que aqui aportaram vinte

seis anos antes do senhor Vasconcelos Drummond, tido como seu fundador, citando diversos nomes, inclusive de um que foi Deputado da Província, em cinco legislaturas consecutivas e do primeiro historiador de Itajaí José Miguel de Brito. Em prosseguimento, descreveu minuciosamente a vinda de Vasconcelos Drummond a Itajaí e onde se alojou temporariamente, citando como ponto de seu ligeiro estacionamento o Rio Itajaí-Mirim. Disse ainda de sua missão política como Ministro Plenipotenciário do Brasil em diversos Países do Exterior, mas nada existia de real para comprovar o feito de ter sido o verdadeiro fundador de Itajaí. No decorrer de sua explanação, o orador foi inquirido pelos senhores vereadores Hermínio Gervásio que baseado em dados extraídos de livros que contam a história de fundação de Itajaí, lhe formulou várias perguntas, bem como o seu colega Américo Meinicke que, por último perguntou se a fotografia que se acha aposta no salão nobre Ruy Barbosa, era realmente de Vasconcelos Drummond. Finalizando, o orador respondendo a uma pergunta do jornalista Silveira Júnior, disse que o meio para se encontrar uma definição para o caso era recorrer ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, mas para isso seria preciso incumbir uma pessoa para tratar do assunto junto àquele Instituto, munida de documentos conprobatórios para justificar o cancelamento do nome do suposto fundador de Itajaí, como seja o de Vasconcelos Drummond. Não havendo mais oradores.....

1971 - Estantes dos Cadernos – literatura catarinense – Itajaí de ontem e de hoje. José Ferreira da Silva. Blumenau em Cadernos. Tomo XII, janeiro 1971, nº 1, pag. 56-7.

Surge, afinal, um estudioso do passado de Itajaí, situando os fatos relacionados com a fundação da cidade e do desenvolvimento do Município nos devidos lugares, pondo termo a versões absolutamente divorciadas da realidade histórica. É efetivamente de se estranhar que, numa comunidade onde floresceram tantas e tão belas inteligências, ninguém se tivesse aprofundado em pesquisas para conhecer as nascentes do povoamento e a criação do curato, origem da atual e simpática cidade da foz do Itajaí Açu. Desde que Marcos Konder (a cuja memória jamais deixamos de render o culto da nossa admiração e do nosso respeito), baseado nas memórias de Vasconcelos Drumond, apontou êste como fundador de Itajaí, acreditando em muitas das fantasias contidas na sua biografia, nós duvidamos das afirmações expressas na "Pequena Pátria". Não tínhamos, porém, documentação sólida em que nos basear, para, publicamente, contestar, fatos que só existiram na imaginação fértil e na gabolice do jovem protegido do ministro Vilanova Portugal. Tão logo, porém, tivemos oportunidade de passar algumas semanas no Arquivo Nacional, compulsando a farta documentação, ali existente, sobre o governo de Tovar e Albuquerque, pudemos ver confirmadas as dúvidas que, seguidamente, havíamos manifestado a respeito da veracidade das afirmativas de Drumond. E, dando publicidade a essa documentação, editamos dois folhetos demonstrando, fartamente, que Vasconcelos de Drumond não só não tinha fundado Itajaí como, nem mesmo, jamais pusera pé no terreno sobre que se estende hoje a cidade.

Afonso Luiz da Silva, no seu livro situa bem a controvérsia e concorda plenamente conosco, como também o haviam feito, em carta que guardamos, Lucas Boiteux, Carlos da Costa Pereira e, em palestra que mais de uma vez mantivemos, o saudoso Henrique Fontes. Achamos, apenas, que o autor de "Itajaí de ontem e de hoje", em futuras edições do seu excelente livro, poderá ser mais categórico, pondo de lado todas as afirmativas de Drummond, referentes à sua atuação às margens do Itajaí Mirim, porque nenhuma delas representa a realidade dos fatos. Drumond nada fez, nem no Itajaí Açu nem no Mirim, embora a êste deveria êle ter dado os seus serviços, de conformidade com as ordens expressas, recebidas do govêrno real pelo aviso de 5 de fevereiro de 1820. E, quanto ao verdadeiro fundador de Itajaí, pode-se, sem qualquer

sombra de dúvida, atribuir a Agostinho Alves Ramos as origens da póvoa de que resultou a bela cidade, berço de Lauro Müller, dos irmãos Konder, dos irmãos Fontes e de tantas outras inteligências peregrinas que honraram a cultura catarinense. Êle, Alves Ramos, não foi o primeiro morador das terras do Itajaí. Disso todos sabem. Mas, o que não padece dúvida, é que êle chegou à foz do Itajaí Açu com o intuito de ali fundar um povoado, tanto assim que já trouxera consigo o padre que se ocuparia da construção de uma capela e da criação do curato.

O livro de Afonso Luiz da Silva merece os mais destacados louvores pois representa mais um grande e válido esforço no sentido de restabelecer a verdade histórica. Merece igualmente, não só aplausos do poder público, como, também, ajuda no sentido da sua mais ampla divulgação.

José Ferreira da Silva.

1971 - Rabiscando aos sábados. Abdon Fóes. Jornal do Povo de 27 de fevereiro de 1971, capa.

Que ninguém deixe de ler a carta que o nosso conterrâneo Gil Miranda está nos enviando e que sai publicada na presente edição. É, indubitavelmente, um documento de muita importância para quem gosta e estuda a história de Itajaí, que surge, agora, com dois presumíveis fundadores. Marcos Konder, que fora nosso Prefeito durante quinze anos, quando comemorou o centenário da cidade, a 12 de outubro de 1920, apontou como seu fundador o fidalgo português Vasconcelos Drumond, de cuja figura existe até um retrato no salão Rui Barbosa, onde se reúne a Câmara Municipal, denominação que foi dada também a um clube da cidade. Todavia, mais tarde, o historiador José Ferreira da Silva contestou, no que foi secundado por Silveira Júnior e, recentemente, por Afonso Luiz da Silva, através do seu apreciado livro 'Itajaí de ontem e de hoje', que indica como verdadeiro fundador Agostinho Alves Ramos.

Como se denota, trata-se de matéria controvertida, que vem originando uma polêmica que só pode trazer benefício para o seu esclarecimento. Pela dissertação que o nosso amigo Gil Miranda fez em torno do assunto, chega-se à conclusão que a razão está efetivamente com Marcos Konder. Não se pode admitir outra hipótese, motivo por que devemos todos nós cerrar fileiras em torno da campanha ora iniciada com tanto entusiasmo e convicção por um itajaiense que, embora afastado de sua terra natal, exercendo elevado cargo como o de diretor do Banco do Estado do Rio, cheio de afazeres e de preocupações, demonstra acendrado amor à tradição, defensor intransigente de que a passagem dos 151º aniversário da fundação de Itajaí deva ser comemorada condignamente, precisamente a 12 de outubro vindouro. E, nessa ocasião, devemos convencionar de que Vasconcelos Drumond foi o fundador da cidade, pondo ponto final numa questão que não pode suscitar mais dúvidas, uma vez que a palavra de Marcos Konder deve prevalecer, como estudioso e pesquisador que foi da nossa história.

Cabe, pois, daqui por diante, ao Chefe do Executivo Municipal baixar um ato oficializando a data da fundação da cidade, assim como determinar que seja reverenciada a memória de Vasconcelos Drumond, o nobre português, que banido da Côrte, aqui se localizara, à margem do rio itajai, instalando um engenho de serrar madeira, fazendo êle o primeiro carregamento para a praça do Rio, juntamente com outros cereais. Faz-se preciso que a verdade seja restaurada e que não seja cometida nenhuma injustiça a quem deu uma grande parcela da sua vida a favor de nossa querida Itajai.

1971 - Documento para a história de Itajaí. Gil Theodoro Miranda. Jornal do Povo de 27 de fevereiro de 1971. Página 02 e contracapa.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1971.

Meu caro Abdon Fóes. Poucas vezes me senti tão perplexo, como no instante em que êsse folheto turístico “ITAJAI-SC na rota dos mares do Sul” me chegou às mãos e me ficou sob os olhos.

Foram os amigos Silveira Junior, Marico Uriarte, Guido Miranda e Alfredo Fóes, que gentilmente me remeteram diversos exemplares, sem que um, suponho, soubesse da remessa do outro.

A minha perplexidade não está ligada nem à feitura, nem à feição gráfica dêsse trabalho, pois sua apresentação é realmente e indiscutivelmente soberba e excelente.

A restrição que faço, com a maior severidade, refere-se apenas e exclusivamente ao texto do “resumo histórico” e, “*en passant*” com reparos à definição do topônimo Itajaí pela sua subordinação óbvia à semântica que é, na opinião dos filólogos “o estudo das trasladações ou mudanças que, no espaço e no tempo, sofre a significação das palavras”, detalhe gramatical que foi completamente esquecido. Valendo então dizer que as significações “rio dos taiás” e “rio que corre sôbre as pedras” continuam igualmente válidas.

Em seguida foi o livro do Afonso Luiz da Silva, “ITAJAI de ontem e de hoje” que elevou ao quadrado a minha surpresa e ao cubo o meu sobressalto cívico.

Realmente, âquele “resumo histórico” redatoriado pelo meu fraternal e querido amigo Silveira Júnior, acrescido da leitura das “Considerações em tôrno da fundação de Itajaí” do livro do estimável Afonso Luiz, não nos deixam outra alternativa senão a de concluir, que desde já cinquenta anos, todos nós, itajaienses, estivemos com a mais tranquila e inocente ingenuidade, navegando à deriva num proceloso mar de êrros históricos. Sem remos, sem velas e sem leme, assim como quem anda inteiramente ao léu.

Nessas condições e em têrmos de história itajaiense, cada de um de nós seria um verdadeiro pascácio, habitando uma ilha de candura, cercado de equívocos por todos os lados. Isto, diga-se a bem da verdade, apenas e exclusivamente na opinião dêsses dois brilhantes alunos do ilustre historiador Sr. José Ferreira da Silva, “o mais itajaiense dos tijucanos”, conquanto cada um dêles já esteja correndo em faixa própria.

Na moldura dêste quadro, aparece o ilustre Sr. José Ferreira da Silva, que veio, com a honrada severidade da sua pesquisa, deixar inteiramente abúlico e moribundo, conquanto incontestavelmente histórico, o fato comemorativo das festividades do nosso 1º Centenário, ocorrido no dia 12 de outubro de 1920. E pelo qual, todos nós, alunos do nosso velho e sempre lembrado Grupo Escolar Victor Meirelles, aprendemos que o fundador da nossa cidade se chamava Antônio Menezes de Vasconcelos Drumond.

Vem o folheto turístico e deixa o citado e moribundo fato histórico, praticamente às vascas da morte, enquanto que o nosso estimável conterrâneo Afonso Luiz da Silva, pretende, simplesmente, desfechar-lhe um certo e funesto tiro de misericórdia.

E tudo isso oficializado e sacramentado pelo meu dileto amigo prefeito Júlio César. Com uma estranha e paradoxal curiosidade, talvez ainda não percebida, que é a notória e evidente desafinação entre o texto do “resumo histórico”, que é oficial e as ilações que o Afonso Luiz apresenta no seu livro que já mereceu a aprovação do Sr. Prefeito e, “*nemine discrepante*”, pelos Srs. Vereadores. Senão, vejamos.

No texto do meu compadre e amigo Silveira Júnior, não há a menor referência a Vasconcelos Drumond, no que, aliás, segue coerente e rigidamente a linha do Sr José Ferreira da Silva, cujo ilustre senhor, na conferência feita tempos atrás na Câmara de Vereadores, produziu uma peça de extraordinário valor probante, “*mostrando claramente que Drumond sequer esteve em Itajai*” (grifos meus).

Indubitavelmente, essa omissão é fruto da obsessão do meu querido citado compadre que está com a idéia fixa de destruir Vasconcelos Drumond e sua obra, o que se corrobora pela sua afirmação de que “Drummond sequer esteve em Itajai” e mais esta também constante da sua carta de 18 de janeiro ppº, que tenho em mãos: “... me convenci de que êsse Drummond foi um sonho que passou em nossa vida.”

Essa obstinação do meu velho amigo, que não é de hoje, possui, como válvula de escape, êste sintoma meio esquisito: todos os dias, exatamente às 6 horas da manhã, êle dá um pinote, fica em pé na cama e com a mão em concha dá o seu brado: “DELENDÁ DRUMOND...”, às vezes com um comprido “deleeeenda”, para em seguida tornar a deitar e dormir o sono dos justos.

Na primeira manhã que isso aconteceu, a coitada da minha comadre Lígia levou um susto danado e se pôs a rezar e afazer o sinal da cruz nas costa do Silveira, como quem esconjura o tinhoso. Mas já nesse mesmo dia tudo ficou esclarecido pelo Orlando Braga, também meu amigo, que descobriu imediatamente do que se tratava e prontamente deu a dica: “Olha Lígia, não se preocupe não. Isso que está acontecendo, é

o espírito de Catão, o Velho, que anda “baixando” no Silveira. Pois êsse Catão, grande orador, tinha a mania de querer destruir Cartago e terminava todos os seus discursos com as palavras “Delenda Cartago”. E essa mania do Silveira de querer destruir o nosso Vasconcelos Drumond, é a versão nacional do velho e ilustre tribuno. E olha, bota a mão pro céu, porque receber o espírito de Catão, não é pra qualquer um não. Mas o sinal da cruz é sempre bom ...”

Já o Afonso Luiz, sem embarcar na mesma canôa furada, fala longamente da presença de Vasconcelos Drumond em Itajai, mas, como escreveu um livro inteiro com o único objetivo de nos apresentar um nôvo fundaor, que é a sua tese principal, turva propositadamente as águas para que não vejamos o fundo de seus propósitos e puxa violenta e desavergonhadamente a sua brasa para a sardinha de Agostinho Alves Ramos, concluindo que não se pode atribuir a Vasconcelos Drummond, “*apesar dos seus grandes méritos, a glória de fundador de Itajai*” (os grifos ainda são meus). Entretanto, o que o seu livro prova à saciedade é, em síntese, o seguinte: Vasconcelos Drumond veio *colonizar* e Agostinho Alves Ramos veio *comerciar*.

Se o Silveira tem a mania do “delenda Drumond”, o Afonso Luiz, que deu à luz o seu primeiro livro, tem a mania de sonhar, sonhando sempre com altos vôos e o luxo das veleidades literárias, antevendo, em letras de fogo, o seu cognome: “o grande prosador condoreiro”. Mas até agora, acordado, só coneguiu aquêle vôo rasteiro do biguá, que depois do mergulho sai disparado e atrapalhado com um peixe-rei atravessado na guéla.

E é diante, não só daquela desafinação oficializada, da obsessão do Silveira e dos sonhos do Afonso Luiz, que se encontra agora o nosso estimado e dinâmico prefeito, eis que está também diante da indagação do poeta: “E agora, José?”, indagação que para ainda maior perturbação do Júlio César, também é feita na língua de Cícero – “*Quid nunc, Ioseph?*”, para a qual o famoso poema já foi transposto.

Não há a menor dúvida que o mais sensato seria o Júlio César remanchar tudo isso e festejar o próximo 12 de outubro que assinalará a passagem do 150º aniversário da fundação da nossa cidade, decisão que, sem desdoiro para ninguém, só realçaria e engrandeceria a mais lídima tradição da nossa terra.

Eis porque, meu querido e velho amigo Abdon Fóes, venho à tua presença pedir guarida para estas linhas no teu ponderado “Jornal do Povo”, malgrado o meu apoucado engenho para discutir matéria de tão alto coturno, engenho e arte que venho procurando compensar, alimentando-os com razões cientificamente balanceadas, na esperança de

preservar o equilíbrio e poder enfrentar o saber ciclópico dos nossos doutos historiadores.

E se peço para entrar no circuito da letra de fôrma, de preferência em corpo seis para poupar espaço, é sómente por entender que alguém, obrigatoriamente, deve dizer alguma coisa para lembrar aquêle fato irreversilmente histórico, que assinalou a passagem do 1º Centenário da fundação de Itajaí, coisa que faço, evidentemente, sem pretender dividendos publicitários.

Porque até agora o meu protesto estava circunscrito à esfera da correspondência particular, dirigida ao Marico e ao Silveira, com tôda a irreverência e a incontidência de linguagem permissíveis nessa área de mensagens, quando, pela reciproca intimidade, um tem o direito de desencadear sôbre a cabeça do outro, uma verdadeira tempestade de amistosos impropérios. E dêsse direito, usei e até abusei...

Mas acontece que a essas mensagens, a maioria dos itajaienses que ainda se recorda daquele triduo festivo de outubro de 1920, infortunadamente não terá acesso, razão porque, penso, se faz mister motivar a todos êsses conterrâneos, com a divulgação destas mal traçadas linhas.

Êsses mesmos conterrâneos, por certo, estarão tão perplexos e tão surpêsos quanto eu e como eu também, sabem que fazer rolar uma pedra do alto da montanha é relativamente fácil. O difícil é prever onde ela irá parar, os males que causará na sua trajetória, até chegar à planície. E essa pedra já está rolando, impulsionada que foi pelo pé-de-cabra manejado pelo Silveira Júnior juntamente com o Afonso Luiz.

Eis aí, pelo seu conteúdo social, pelas suas implicações culturais e políticas, o grande desafio, a grande tarefa, a grande missão prosaica de impedir que a lembrança das festividades do nosso 1º Centenário, se transforme numa dramática e sinistra pilhéria com a conseqüente, a imensa, a homérica gargalhada universal.

O que seria o suprêmo acinte a uma cidade inteira, porque, afinal de contas, já a responsabilidade evidente de uma respeitável população e, óbviamente, o necessário devido respeito a essa mesma população que aceitou, aplaudiu e festejou condignamente aquela comemoração durante três dias, razão pela qual a ninguém será dada qualquer competência ou permissão para subscrever o pretendido atestado de óbito, ainda mais quando se sabe que as pesquisas em curso são insuficientes, os estudos inteiramente insatisfatórios e as conclusões, como se viu, algo contraditórias.

Pesquisas que são daquele tipo que faz o pesquisador percorrer uma enorme distância, sem, entretanto, conduzi-lo a destino algum, porque, na verdade, está indo

para trás. E é para trás que o nosso estimável Afonso Luiz quer conduzir a todos nós itajaienses, qual o nôvo “*condottiere*” regressando triunfalmente dos campos de Pistóia...

Pois na sua conceituação de “fundador”, sómente não falou na indispensabilidade de uma ata, iniciada pelo indefectível texto: “Aos tantos dias do ano da graça de Nosso Senhor Jesus Cristo ...”

Em têrmos de fundação de Itajaí, o que não poderemos esquecer nem permitir a esta altura dos acontecimentos, é que não será possível que a nossa lembrança deixe de gravitar em tôrno daqueles 3 dias de outubro de 1920. O importante é aquela festa realizada há cinquenta anos, nos bons tempos do vintém idos e vividos, e que a ninguém será permitido surrupiar da história de Itajaí, eis que é essa comemoração que representa o mais autêntico e vibrante marco da verdade, de qualidade e de validade, um marco que será sempre inalterável e irromovível.

Ademais, todo êsse chamado “erro histórico” se esboros, fica espatifado e reduzido a nada, absolutamente nada senão apenas e simplesmente a um gigantesco zero à esquerda, diante da força moral que êsse admirável, ilustre e saudoso itajaiense que se chamou Marcos Konder, sempre carregou dentro de si, diante da sua dedicação, diante da sua competência, diante, sobretudo, da sua abnegação à causa pública itajaiense.

Eis porque, temos o dever de respeitar, e preservar a sua pesquisa histórica, quando, há cinquenta anos atrás considerou Vasconcelos Drumond “*como o primeiro colonizador destas paragens, certo de que, se outro qualquer aqui esteve antes dêle, não realizou ato algum digno de ser assinalado como obra de conquista do homem civilizado.*”

E ninguém de bom senso, até hoje, duvidou da verdade das palavras do próprio Vasconcelos Drumond, constantes das “Anotações à sua biografia” quando afirmou “ter sido encarregado da comissão de colonizar as terras que banham o rio Itajai e que muitos trabalhos ali foram feitos” cujas palavras foram gentilmente transcritas pelo Afonso Luiz, mais as seguintes que dão o tom e a dimensão exata e perfeita das razões de Marcos Konder: “Permita o céu que a guerra e os males que ela consigo trás, não tenha destruído os fundamentos da colônia que eu comecei a estabelecer ali e que já florescia quando fui obrigado a deixá-la em 1821.” (os grifos também são meus).

A história e os fatos confirmam terem sido infundados os receios de Vasconcelos Drummond, pois, realmente, os fundamentos da colônia que êle começou a estabelecer e que já florescia quando êle a deixou em 1821, sem dúvida progrediu

bastante. O que Vasconcelos Drummond jamais suspeitou ou recebeu, foi desgraçadamente, o que realmente algumas pessoas (poucas, felizmente) pretendem que aconteça 150 anos depois, isto é, *a destruição dos fundamentos que êle começou a estabelecer*.

Mais adiante, ainda é o próprio Afonso Luiz que nos oferece o subsídio ao falar no historiador Major Manoel Joaquim de Almeida Coelho e na sua “Memória Histórica da Província de Santa Catarina” que tem o abono de Ildefonso Juvenal e Altino Flôres, para dar “o seguinte depoimento valioso como o mais próximo dos acontecimentos”

“No mesmo ano (1820) veio da Côrte do Rio de Janeiro, Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond, encarregado da fundação de uma colônia no rio Itajaí”.

Mantendo e aceitando a pesquisa de Marcos Konder e, conseqüentemente rejeitando a versão daqueles que, por sensacionalismo ou vaidade ou presunção ou móveis políticos ainda insistem nela pela tolerância que devemos à memória do itajaiense ilustre, que sempre esteve ungido pelo mais elevado sentimento de solidariedade e amor à sua “Pequena Pátria”.

Agora, cinquenta anos depois despejar sôbre a sua memória a crueldade da incerteza, fustigá-la com o ferrete da dúvida e da suspeição, é menosprezo e o menoscabo, é a armadilha insidiosa preparada contra quem não pode mais arrazoar, é quase, diria, uma perseguição mesquinha e obsessiva.

É o mesmo que acionar todo um esquema de destruição das forças motoras da sensatez, da própria estrutura social itajaiense.

O que não posso, não devo, nem quero, o que me recuso, como itajaiense que assistiu os festejos do nosso 1º Centenário, embora guri de seis anos, é ficar calado nesta hora, é aceitar o que por ai está sendo dito e escrito sem qualquer voz contestória, é aceitar a destruição do nosso passado e da nossa história.

E como o Afonso Luiz, transcrevo também pela oportunidade e pela profundidade filosófica do seu conceito êste pensamento de Gustavo Lebon:

“O povo que perde a noção de seu passado, isto é, da sua história, das suas crenças, dos seus ideais, perde a sua alma e está fadado à decadência e ao desaparecimento.”

É evidente o sentido tropológico da frase final, que Lebon enfatiza exatamente para vivificar o primeiro período dêste extraordinário pensamento.

Finalmente, vem agora, meu caro Abdon Fóes, a convocação que desejo fazer da tua indispensável e valiosa adesão à causa da ressurreição do fato histórico de 12 de outubro de 1920 e conseqüente comemoração do 151º aniversário da fundação da nossa cidade e que deverá ocorrer em 12 de outubro dêste ano.

A essa causa, não poderá faltar o concurso e o apoio da tua vigorosa personalidade, pois tens sido um dos principais paladinos das grandes causas itajaienses e esta, sem dúvida, é uma das mais legítimas e das mais autênticas.

Porque a nossa gente, que é essencialmente tradicionalista, absolutamente não perdeu nem vai perder a noção do seu passado, nem da sua história, nem das suas crenças e muito menos dos seus ideais.

Façamos, pois, com o mais elevado espírito público a convocação de todo êsse povo que deverá compor o grande tribunal à guiza de um plebiscito moral, de onde sairá a opção e o julgamento. E o seu veredito final merecerá, sem dúvida, o reconhecimento das gerações que hão de suceder à nossa.

Ainda teria muito que falar sôbre o livro do nosso estimável Afonso Luiz, notadamente nas suas omissões e contradições. Da sua falácia e da sua audácia, malgrado o louvor que, por certo, merece o seu esforço e a sua inteligência. Fica para outra vez, se fôr realmente necessário.

Um abraço muito grato e saudoso do teu amigo,

GIL MIRANDA.

1971 - Estante dos cadernos - Literatura Catarnense. Blumenau em Cadernos, Tomo XII, março de 1971, nº 3, págs. 56-57.

“ITAJAÍ DE ONTEM E DE HOJE” – Afonso Luis da Silva – Gráfica Mercúrio Ltda, Brusque SC. – 68 páginas, formato 15,5 x 23 cm, Cr\$ 8,00 – Surge, afinal, um estudioso do passado de Itajaí, situando os fatos relacionados com a fundação da cidade e do desenvolvimento do Município nos devidos lugares, pondo termo a versões absolutamente divorciadas da realidade histórica. É efetivamente de se estranhar que, numa comunidade onde floresceram tantas e tão belas inteligências, ninguém se tivesse aprofundado em pesquisas para conhecer as nascentes do povoamento e a criação do curato, origem da atual e simpática cidade da foz do Itajaí Açu. Desde que Marcos Konder (a cuja memória jamais deixamos de render o culto da nossa admiração e do nosso respeito), baseado nas memórias de Vasconcelos Drumond, apontou êste como fundador de Itajaí, acreditando em muitas das fantasias contidas na sua biografia, nós duvidamos das afirmações expressas na “A Pequena Pátria”. Não tínhamos, porém, documentação sólida em que nos basear, para, publicamente, contestar fatos que só existiram na imaginação fértil e na gabolice do jovem protegido do ministro Vilanova Portugal. Tão logo, porém, tivemos oportunidade de passar algumas semanas no Arquivo Nacional, compulsando a farta documentação, ali existente, sobre o govêrno Tovar e Albuquerque, pudemos ver confirmadas as dúvidas que, seguidamente, havíamos manifestado a respeito da veracidade das afirmativas de Drumond. E, dando publicidade a essa documentação, editamos dois folhetos demonstrando, fartamente, que Vascondelos de Drumond não só não tinha fundado Itajaí como, nem mesmo, jamais pusera pé no terreno sobre que se estende hoje a cidade.

Afonso Luiz da Silva, no seu livro situa bem a controvérsia e concorda plenamente conosco, como também o haviam feito, em carta que guardamos, Lucas boiteaux, Carlos da Costa Pereira e, em palestra que mais de uma vez mantivemos, o saudoso Henrique Fontes. Achamos, apenas, que o autor de “Itajaí de ontem e de hoje”, em futuras edições do seu excelente livro, poderá ser mais categórico, pondo de lado tôdas as afirmativas de Drumond, referentes à sua atuação às margens do Itajaí Mirim, porque nenhuma delas representa a realidade dos fatos. Drumond nada fêz, nem no Itajaí Açu nem no Mirim, embora a êste deveria êle ter dado os seus serviços, de conformidade com as ordens expressas, recebidas do govêrno real pelo aviso de 5 de

fevereiro de 1820. E, quanto ao verdadeiro fundador de Itajaí, pode-se, sem qualquer sombra de dúvida, atribuir a Agostinho Alves Ramos as origens da póvoa de que resultou a bela cidade, berço de Lauro Muller, dos irmãos Konder, dos irmãos Fontes e de tantas outras inteligências peregrinas que honraram a cultura catarinense. Êle, Alves Ramos, não foi o primeiro morador das terras do Itajaí. Disso todos sabem. Mas, o que não padece dúvida, é que êle chegou à foz do Itajaí Açu com o intuito de ali fundar um povoado, tanto assim que já trouxera consigo o padre que se ocuparia da construção de uma capela e da criação do curato.

O livro de Afonso Luiz da Silva merece os mais destacados louvores pois representa mais um grande e válido esforço no sentido de restabelecer a verdade histórica. Merece igualmente, não só aplausos do poder público, como, também, ajuda no sentido da sua mais ampla divulgação.

1971 - Documento para a história de Itajaí. Afonso Luiz da Silva. Jornal do Povo de 13 de março de 1971. Página 07.

Itajaí, 8 de março de 1971.

Prezado Senhor Abdon Fóes:"

Sendo possível, gostaria de ver publicado o texto desta carta, que nada mais é de que uma análise do que escreveu o ilustre conterrâneo Gil Miranda.

“CONSIDERAÇÕES EM TÔRNO DA FUNDAÇÃO E DO FUNDADOR DE ITAJAI

Quando me dispus a escrever sobre a história política e administrativa de Itajaí, não foi, por certo, para evocar tradições que se basearam no entusiasmo de um dos maiores filhos desta terra, que, com a melhor das intenções, decidiu dar um fundador à sua Pequena Pátria, visto haver decorrido um século sem que se soubesse a quem homenagear.

Foi pouco feliz o padrinho de Vasconcelos Drumond, já que aquele mço de apenas 24 anos de idade, rebelde e de espírito libertário, não foi fiél e coerente nas anotações que fez à sua biografia. Foi, no dizer popular, pior a emenda do que o soneto.

Não quero evocar tradições, nem posso deixar de dar razões a Gil Miranda, quando defende com unhas e dentes a doce lembrança da sua infância, quando, com seis anos de idade, presenciou uma das maiores festas da época: o primeiro centenário da fundação de Itajaí.

E dêsse centenário fala e escreve. Na sua carta citou cêrca de nove vêzes o dia 12 de outubro de 1920, sem mencionar uma única vêz o que aconteceu no dia 12 de outubro de 1920. No início da leitura de sua carta, publicada no Jornal do Povo, fiquei esperanço de que no correr do testo fôsse descoberto o mistério. Mistério que não foi desvendado nem por grandes escritores nem pelo próprio Gil, que nunca citaram a data de 12 de outubro de 1820, pelo simples fato de nada ter ocorrido naquele dia. Nem Marcos Konder, que no dia 12 de outubro de 1920, como Superintendente Municipal, reuniu o Consêlho para comemorar o primeiro centenário da fundação da cidade de Itajai, e no seu discurso, publicado mais tarde com o título de “A PEQUENA PÁTRIA” fez a introdução dizendo :

“A data exata da fundação não consegui averiguar. A única fonte, onde colhi os subsídios para esta desprezenciosa crônica, foram as Anotações, feitas pelo mesmo Drumond, à sua biografia, publicada em 1836 na “Biographie Universelle et Portative des Contemporains”.

Como se vê, nem o próprio protetor de Drumond sabia a data exata da fundação, mas mesmo assim, festejou o 12 de outubro de 1920, como sendo a passagem de um acontecimento histórico.

O mais importante, entretanto, aparece nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, onde se acham todos os documentos imperiais, entre eles o Aviso de 5 de fevereiro mandando Drumond colonizar duas sesmarias às margens do “Tajai-Mirim” à duas léguas da sua fóz; cartas trocadas entre Vilanova Portugal e o Presidente da Província de Santa Catarina, por onde se sabe que Drumond não era muito bem visto na Côrte, e tantos outros papeis que nos dão a certeza absoluta de que Drumond não esteve na fóz do Itajai-Açu e sim a duas léguas da foz do Mirim, onde hoje localiza-se o povoado de Tabuleiro.

Alguém, procurando justificar, afirma que Tabuleiro pertence ao Município de Itajai e por isto deve ser considerado Drumond, como fundador, porque foi o colonizador daquelas terras.

Ninguém, de bom senso, poderá afirmar que foi da localidade de Tabuleiro que teve origem a cidade de Itajai. E muito menos que foi da Armação de Itapocoroí, onde já havia adiantada civilização quando Drumond por aqui andou.

E por não ter Marcos Konder consultado outros documentos, como êle próprio diz no seu discurso publicado com o titulo de “A PEQUENA PÁTRIA”, é claro que dançou na música de Drumond, que criou uma grande confusão, pois nunca disse em seus escritos, se foi nas margens do Itajai-Açu ou Itajai-Mirim, que esteve e fundou um estabelecimento.

Agora, invocando tradições e clamando pelo 12 de outubro de 1920, Gil Miranda procura incutir na juventude de nossa terra, que devemos continuar aceitando como fundador um moço que esteve tão longe do local onde nasceu a cidade de Itajai. Nada fêz pela fundação de Itajai e nem aqui ficou, pois “AQUELA GRANDE PARCELA DA SUA VIDA DEDICADA EM FAVOR DA NOSSA TERRA” como diz Abdon Fôes no seu artigo de 1ª página, não passou de alguns meses, pois Drumond retirou-se em abril de 1821.

Hoje, Itajai é uma cidade universitária, tendo, inclusive, um curso de história na Faculdade de Filosofia. Não se pode oferecer a êsses acadêmicos, apenas tradições, quando se tem a história verdadeira. Não se pode pedir a êles que aceitem, como faz Gil Miranda, a Drummond como fundador de Itajai.

Gil Miranda, analisando o que foi escrito no livrete “Itajai de Ontem e de Hoje”, cita pela metade um tópico em negrito extraído de uma obra de Almeida Coelho:

Gil transcreveu desta forma:

“No mesmo ano, (1820) veio da Côrte do Rio de Janeiro, Antônio de Menezes Vasconcelos, encarregado da fundação de uma colônia no rio Itajaí.”

Ora, não sei porque, não continuou com a transcrição, onde se lê:

“ ... Êste homem gastou um ano em passear e iludir (expressões de uma Memória que temos presente e vamos copiando) o Ministro a bem do seu interêsse particular, vexando aos pobres moradores do lugar, a quem dava a tarefa de serrar taboado, e cujos jornais nunca foram pagos, apesar de dispender a Fazenda Real, em tão pouco tempo, pois retirou-se em 1821, o melhor de cinco mil cruzados; não fêz mais do que uma derrubada, sem deixar sinal algum de colônia. “Ouviu-se por muitas vêzes dizer: aproveitemos o Ministro de Estado (era então Tomaz Antônio de Vilanova Portugal) que está velho.”

Não havendo, pois, muito a dizer sôbre Drummond, visto ter dado provas suficientes no livre “Itajai de Ontem e de Hoje”, passo a analisar, ligeiramente, a personalidade de Agostinho Alves Ramos que foi, exatamente, o oposto de Drummond.

Agostinho aqui chegou e encontrou umas quarenta casas, muito esparsas com moradores sem qualquer espírito de iniciativa ou interêsse de prosperar. Como era homem de visão, sentiu que nesta planície poderia haver prosperidade se alguém se dispusesse a enfrentar, com sacrifícios, o inicio de uma colonização planejada.

E isto foi o que fêz. Veio para cá com mulher e empregados, acompanhado do Frei Pedro Antônio de Agôte, o primeiro padre de Itajaí. Comprou terreno dos Coelho da Rocha e construiu a sua casa, no mesmo lugar onde hoje se localiza o Café Democrático. Construiu a primeira igreja e o primeiro cemitério; financiou aos moradores para que plantassem e colhessem, garantindo a compra de todos os produtos. Conseguiu trazer para cá mais gente, que foi se agrupando em tôrno da sua casa de

comércio, da igreja e foi surgindo a cidade de Itajai, sob a inspiração do Santíssimo Sacramento.

Êste homem, sim, além de ter dado inicio efetivamente a uma cidade, aqui ficou até morrer. a sua vida foi um exemplo de dignidade e de trabalho. Foi o primeiro deputado eleito por Itajai, conquistando para a nossa cidade uma cadeira na Assembléia, depois dêle ocupada tantas vêzes por honrados cidadãos, aqui nascidos ou levados pelo seu grande amor à nossa terra.

Dêle, pelo menos, sabe-se tudo a respeito. De Drummond, apenas o que o próprio anotou à sua biografia e diga-se, não poupou nenhum elogio a si próprio.

Pela carta de Gil Miranda, parece que teremos de viver eternamente nesta dúvida: homenagear a Drummond sem que tenha os merecimentos. Teremos de trocar a verdade pela tradição. Não importa que se passaram 50 anos da comemoração do 12 de outubro, tão falado por Gil Miranda. Importa que há uma geração atual esperando pela verdade e pela decisão do Prefeito Julio Cesar. Há um futuro que não se antevê apenas em 50 anos, mas em milhares dêles. E como quer Gil Miranda, nunca terá a felicidade de saber ou pelo menos de poder atribuir, oficialmente, as honras a quem as merece.

Os méritos de Drummond são outros. Muitos, pode-se dizer, mas não de ter fundado a cidade de Itajai.

E, como antes de publicar “Itajai de Ontem e de Hoje” tive o cuidado de ouvir algumas valiosas opiniões de ilustres personalidades desta terra, não temos a menor dúvida de que a nova geração e grande maioria dos queridos velhinhos itajaienses, estão do nosso lado, esperando pela mais justa decisão governamental: a oficialização da data da fundação e o nome do fundador.

Assim, convinha ao Prefeito Julio Cesar, colocar tudo em pratos limpos, mas sem envocar tradições, para que não se perca de vêz os efeitos da frase de Lebon, que abre o meu livrete. Certo de que se prosseguir como está, ai é que teremos perdido a noção do nosso passado, e estaríamos fadados ao desaparecimento, pelo menos, histórico.

1971 - Documento para a história de Itajaí. Paulo Bornhausen. Jornal do Povo de 27 de março de 1971. Capa.

Com referência ao brilhante trabalho publicado numa das últimas edições do JORNAL DO POVO recebeu o sr. Gil Miranda a carta abaixo:

Rio de Janeiro, 17 de março de 1971

Meu caro Gil Miranda

Minha cultura em matéria dos antecedentes históricos de Itajaí não vai além da leitura das notícias divulgadas pelo IBGE, dos aprendizados recolhidos nos bancos escolares, do conhecimento da tradição.

As três fontes apontam Antônio Menezes de Vasconcellos Drummond como fundador da “Pequena Pátria”.

Para mim mais vale a tradição que já está integrada nesse conjunto: fisionomia da cidade, indole do povo, sua vida diária. Em certos assuntos ouçam-se os conservadores. Mais vale arriscar-se a errar com a tradição do que aceitar uma luta inglória por uma inovação que pouco acrescentaria à realidade atual.

Não sou avesso à pesquisa histórica. Nem o poderia ser, quando é justamente ela que pode apontar as origens de uma raça unida, forte e heróica. Mas há que haver razões contundentes, irretorquíveis, livres da mais mínima contestação para desafiar-se uma ordem secular, sôbre a qual se assenta a evidência histórica. Não apenas uma conjectura, uma alternativa discutível, uma suposição. À falta dessa evidência prefiro não discutir o sexo dos anjos.

Essa é a minha opinião que você poderá usar como quiser. Não conheço a do Senador Antônio Carlos, que você mencionou. Seja qual fôr já estará bem formada e definida, sendo êle pessoa de criteriosos principios, como sabemos.

Um abraço do

Paulo Bornhausen.

1971 - Documento para a história de Itajaí. Gil Miranda. Jornal do Povo de 03 de abril de 1971. Pág. 05.

RIO DE JANEIRO, 19 de março de 1971

Meu caro Abdon Fóes. Estou duplamente agradecido e sensibilizado com a tua amistosa acolhida à minha última carta, quer pelo extraordinário destaque que imprimiste ao assunto nela contido, quer pelo teu editorial generoso e amigo.

E bastante satisfeito por ter, com a tua indispensável ajuda, feito desbordar do âmbito da correspondência particular para a área da opinião pública itajaiense, onde agora está situado, êsse fato de tanta transcendência histórica, que é o da fundação da nossa cidade, e do qual, como ninguém mais falava nele, vinha sendo relegado ao esquecimento pelos mais velhos e completamente ignorado pelos mais moços.

Não é apenas uma posição de ordem mêmamente sentimental que pretendo defender, pelo simples fato de ter sido honrado com a amizade pessoal de Marcos Konder, por quem sempre nutri e cultivei uma filial afeição, pois pretendo defender também o baluarte das nossas tradições e mais a própria posição histórica pesquisada e cimentada por êsse ilustre itajaiense, eis que estou absoluta e sinceramente convencido da autenticidade e da veracidade da sua pesquisa, tão minuciosa e tão exemplarmente escrupulosa. Como de resto, foi dentro dêstes princípios retos e inflexíveis, que Marcos Konder sempre pautou a sua vida, digna e honrada.

E estou disposto, também, a instigar os brios de todos os bons itajaienses, bem como promover quaisquer outras gestões de índole mais discreta, para levar a bom têrmo essa empreitada que tanto me apaixona como me entusiasma. Pois não creio seja preferível, como dizia Churchill, “continuarmos envolvidos por um mistério, dentro de um enigma.”

Aliás, os argumentos que são opostos à tese de Marcos Konder, seriam pueris se as circunstâncias não os tivessem colocado no mais elevado plano de divulgação e que por isso mesmo precisam ser revidados pronta e enérgicamente. E para isso escolho, dentro das minhas limitações, êste campo epistolar onde me sinto mais à vontade, já que não teria condições, nem tempo, nem jeito, para contestar um livro com outro livro. Sem embargo, acho natural que haja pessoas que se oponham a essa tese e aos princípios que tão ilustre itajaiense sempre defendeu, como também é natural que essas

pessoas fiquem persuadidas que têm tôda a razão. O que é discutível, é que a tenham mesmo.

E é a isso que eu me proponho, é isso que eu quero discutir, procurando autopsiar êsses argumentos e essas razões com a maior objetividade e perfeita serenidade, sem o injustificável absentismo e, óbviamete, sem explosões de irritação. Permitindo-me apenas a uma outra galhofice, a uma ou outra pequena e amistosa perfidia, para quebrar aqui e ali a circunspecção do próprio tema, sem afetar a sua validade histórica e sem bulir com a capital importância do seu conteúdo.

Ademais será necessário que essa controvérsia fique definitivamente sepultada, pois, em termos históricos, o que está acontecendo a muita gente boa, é o defeito de misturar ou de confundir “A retirada da Laguna” com a efêmera “República Juliana” instalada no heróico cêspede natal de Anita Garibaldi, cidade que hoje, merecidamente, vê um de seus mais ilustres filhos subir à governança do nosso Estado.

Como ainda não conheço qualquer replica ao texto da minha primeira carta, fixo-me nos pontos em que insistem os meus amigos que opõem a uma cidade inteira. Isto é, naqueles pontos que dão ao ilustre historiador sr. José Ferreira da Silva como possuidor de copiosa documentação provando que as terras concedidas a Vasconelos Drummond para colonizar, ficavam às margens do Itajai-Mirim e não às margens do Itajai-açu.

E que teria sido para lá, Itajaí-mirim, que Drummond se dirigira, para local que fica mais ou menos lá por perto da vizinha cidade de Brusque. E segundo ainda essas opiniões, “o historiador José Ferreira da Silva transcreve a prova documental dessa assertiva e mostra que o equívoco que induziu Marcos Konder e outros a tomar Vasconcelos Drummond como fundador da cidade de Itajai, decorreu de um descuido do próprio Drummond que nos seus escritos sempre empregou apenas a palavra Itajai, sem acrescentar-lhe o sufixo mirim”.

Na parte histórica de sua monografia “O Município de Itajahy”, apresentada ao Congresso das Municipalidades em 29 de setembro de 1927, diz Marcos Konder:

“Drummond permaneceu na nova colônia cerca de dois anos, durante os quais construiu num dos ribeirões próximos um engenho de serrar madeira e um barco, a sumaca São Domingos Lourenço. Esta embarcação, a primeira dêste tamanho construída nas margens do Itajaí, levou para o Rio de Janeiro um carregamento de milho, feijão e taboado “*o produto abençoado dos primeiros*

itajaienses”. Proclamada a Constituição do Brasil, em virtude da revolução de 26 de fevereiro de 1821, recebeu Drummond ordem do almirante Quintella, ministro do reino, para suspender as obras e retirar-se para a Còrte. Terminou, assim, a missão do fundador de Itajaí”.

Aceitamos, pois, como válida, a documentação provando que as terras concedidas a Drummond, ficavam realmente às margens do Itajaí-mirim. Inaceitável seria apenas aquele “... decorreu de um descuido do próprio Drummond...”, porque isto, antes de ser uma conclusão digna ou aceitável, é simplesmente uma conjectura impudente e temerária.

E já que essa copiosa documentação está entreverada com a lógica de São Thomé, que é a de “ver para crer”, nada mais oportuno do que lançar o seguinte desafio ao meu amigo Júlio Cesar, que é a autoridade responsável pela divulgação do “resumo histórico” e pela aprovação do livro “ ITAJAÍ de ontem e de hoje”, ou melhor, fazer a seguinte sugestão como quem procura dar-lhe melhor assessoria, pois não já o que desafiar a quem está igualmente interessado na verdade verdadeira: faça o Júlio Cesar a reconstituição do percurso que Vasconcelos Drummond teria feito para chegar às terras, lá nas margens do Itajaí-mirim, na altura do Limoeiro, já que, segundo a parábola das cotovias “quem não sente não vê”.

Reconstituição que, evidentemente, não precisa ser feita em barco a vela, podendo ser aproveitado, isto sim, o confôrto da lancha de qualquer amigo, bastando que o acelerador se mantenha em provável velocidade de veleiro.

E lá na barra, os que forem, olhem em derredor, voltem ao passado, recomponham mentalmente o velho morro da Atalaia e abstraiam-se da presença física daqueles avoengos espigões e vejam, na sua forma primitiva, aquele imenso Saco da Fazenda, que um dia será fatalmente aterrado. Depois, eliminem todo aquele cáis dêsses olhos ávidos de querer ver, todos os trapiches, tôdas as ruas, tôda aquela casaria e também a tórre da nossa velha Matriz do Santíssimo Sacramento, em cujo templo, a maioria de nós todos foi batizada, tomou a primeira comunhão e recebeu, pelo casamento, a mulher do seu destino. Eliminem tudo, enfim, que case com as formas e com a presença do trabalho do homem e vejam, então, o Itajaí primevo no seu estado embrionário, nos primórdios de uma futura e bela cidade, vejam a nossa “Pequena Pátria”.

Viagem pela margem direita dêsse nosso soberbo Itajaí-Açu e procurem, como Drummond, a primeira condição de pôrto, onde as águas remansam sem perder as profundezas. façam todo o percurso até a Barra do Rio e naveguem Itajaí-mirim a dentro, pelo seu antigo curso, até que o ilustre sr. José Ferreira da Silva, que deverá estar a bordo, lhes diga, baseado em dados contidos no seu cartulário: “Foi ali, foi ali”. Façam então o seu pequenique cívico, deixem uma cruz no local e regressem logo que possível.

Concluída essa viagem maravilhosa, que entre ida e volta deverá consumir uns bons pares de hora, todos os passageiros, por certo, terão tido o tempo necessário para estabelecer as suas próprias conclusões.

Voltemos, então, ao “tanso” do Vasconcelos Drummond (vistas ao prezado amigo Arnaldo Brandão: tanso, com esse: “palerma, vagaroso” segundo Aurélio Buarque de Hollanda) que foi afastado da Côrte do Rio de Janeiro “onde suas tendências libertárias de jornalista e amigo dos Andradas, o tornavam um elemento perigoso e indesejável” para colocar a questão exatamente nos têrmos daqueles que se opõem a Marcos Konder.

Teríamos, então, a controvérsia circunscrita aos seguintes pontos:

- 1) os opositores de Marcos Konder poderão provar que as terras que Vasconcelos Drummond recebeu para colonizar se encontravam às margens do Itajai-mirim;
- 2) êsses mesmos senhores também poderão provar que Drummond realmente se fixou às margens do Itajaí-mirim, dentro de suas terras;
- 3) finalmente, poderão provar que foi às margens do Itajai-mirim que Drummond construiu o estaleiro, a carreira, o engenho de serrar madeira, plantou roçados e lá mesmo construiu a sumaca São Domingos Lourenço.

A primeira prova não tem, absolutamente, aquela relevância que os opositores de Marcos Konder lhe atribuem, como se fôsse o mais decisivo dos trunfos, mas, é justamente nela que se apegam para julgarem-na tão infalível e irremissível como dois mais dois são eterna e permanentemente quatro.

A segunda, que é importante, está íntimamente ligada à terceira e igualmente como no caso do topônimo Itajaí, também não escapa às injunções gramaticais, passando a ter como fulcro vital a opção a quatro advérbios de lugar: “aqui” ou “cá” de um lado, contra “lá” ou “acolá” do outro, isto é Itajaí-açu ou Itajai-mirim. “That the question!”.

A terceira, como não tenho em mãos contestação alguma dêesses amigos quanto às construções ali citadas, é que vem a ser o verdadeiro busilis. Teríamos então a sumaca São Domingos Lourenço construída lá pra dentro do Itajaí-mirim e, depois de pronta, descendo o rio tôda engalanada e carregada de taboado, feijão e milho, com destino ao pôrto do Rio de Janeiro. E em pé, bem por cima da escotilha, Vasconcelos Drumond acenando com descaso para as gaivotas (não havia ninguém por ali para dar adeus!) aproveitava o lazer para cheirar displicentemente um grande e repolhudo cravo vermelho.

E quando a sumaca, ainda zero quilômetro em têrmos de milhas marítimas ia chegando perto da ponta da Atalaia, teriam aqueles primeiros marujos itajaienses, à semelhança dos soldados de Xenofonte ao avistarem o Ponto Euxino, esta exclamação de alegria: “Thalassa! thalassa!” o que em língua de aborígine quer dizer: “o mar! o mar!”.

Já se vê, tôda essa controvérsia tende a gravitar em tórno do mais comezinho bom senso ou então da lógica mais primária, pela qual, nem o mais tanso dos sesmeiros iria bivacar lá nos altos do Itajaí-mirim para construir barco e montar engenho, quanto mais “o jovem libertário, êsse elemento perigoso e indesejável na Côrte do Rio de Janeiro” que pugnava por um Brasil independente e livre do jugo português.

Portanto, aceitar a hipótese de que Vasconcelos Drumond deixou tôda aquela margem deserta sem dono e sem posseiro do Itajaí-açu e se mandou Itajai-mirim a dentro, bem como aceitar o seu descuido de omitir sempre nos seus escritos o sufixo “mirim”, seria, como diria Nelson Rodrigues, “de dar barrigadas de riso ou de morrer de um ridículo fulminante”.

Estou acanhado, meu caro Abdon, de tanto espaço que de nôvo pretendo ocupar no nosso JP com esta carta tão insôssa e tão difusa. Se ainda puder voltar, falarei sôbre “Pôrto do Rodi” que vinha a ser de Ângelo rodi, pai do meu colega Paulo Rodi e avô dos nossos amigos Afonso, Orlando e Tico Rodi, pois foi logo ali, às margens do Ribeirão da Caetana, que se fixaram as pesquisas de Marcos Konder como o local do estaleiro e do engenho de serrar madeira construídos pelo verdadeiro fundador de Itajaí, Antônio Menezes de Vasconcelos Drumond.

E de cuja fundação, mercê de Deus, festejaremos o 151º aniversário no dia 12 de outubro dêste ano corrente.

Um abraço agradecido e efetuoso do teu amigo.

Gil Miranda

[...]

Post post scriptum – Esta carta já estava escrita quando recebi “O Sol de Camboriú” de 6 ot..., que edita uma explosão amarga, excitada e ressentida do meu velho amigo e compadre Silveira Júnior e por onde também, perdendo a serenidade, investe contra o amigo Abdon Fóes, que generosamente me acolheu e meu aplaudiu. Provavelmente levado pelo mau humor momentâneo, o meu nobre amigo Silveira perdeu a esportiva e deu uma de gato acuado, que arranha o primeiro que lhe passa perto das unhas, investida que talvez hoje não mais subscrevesse.

E se fiz trasladar êste assunto para a área da opinião pública, o pivô, a pedra-de-toque, foi exata e exclusivamente a edição do livro “ITAJAÍ de ontem e de hoje”, o que justifico logo no início desta carta, pois a minha contestação ao “resumo histórico” estava, antes circunscrita à área em que se permite uma carga recíproca de amistosos impropérios.

Sem embargo, creio que os 15 pontos alinhados pelo meu velho amigo, não invalidam os 3 que consignei aqui, que continuam de pé e circunscrevem a controvérsia, a qual, por mais que me apaixone, seria incapaz de apenas fazer vergar, quanto mais quebrar amizades trintenárias. G. M.

1971 - Uma cidade em busca de um fundador. Arnaldo Brandão. Jornal do Povo de 10 de abril de 1971. Página 05 e contracapa.

Talvez o título seja um tanto ou quanto irreverente. Estamos presenciando, porém a nova investida em um campo que nada nos traz de concreto. Simplesmente nos vem reavivar uma questão já quase solucionada, questão esta que 20 anos atrás, tomou conta de nossos historiadores e inflamou leitores de nossas revistas e jornais.

Encontramos-nos novamente em pleno “affaire Fundador do Itajaí”. Voltam os arquivos a ser revirados. Pastas reabertas. Livros consultados. Cartas trocadas. Opiniões pesquisadas e até plebiscitos sugeridos, para que se chegue a um acôrdo e a gloriosa figura do fundador de nossa cidade seja homenageada, desta vez sem a dúvida deprimente de um competidor, e que sómente êle receba dos itajaienses a consagração merecida.

Entretanto, nossa cidade parece ter sido gerada sob o signo da dúvida. O primeiro enigma encontrado no significado de seu nome, para o qual existem duas traduções: Rio que corre sôbre as rochas é a primeira. A segunda: Rio Taiá, resultante da abundância dessa planta na região. Duvida-se ainda do local onde os fundadores se estabeleceram para formar a povoação. Uns dizem que foi no lugar que hoje denominamos Fazenda e outros, posteriormente, vieram nos informar de que tudo nasceu no ancoradouro, onde o rio faz a grande curva e que atualmente tem o nome de Barra do Rio. Uma terceira dúvida com a qual nos deparamos em qual dia teria sido, exatamente, a data real da fundação? E desta terceira dúvida, passaremos à principal: qual teria sido na realidade o fundador da nossa Itajaí? Dois nomes nos são apontados. Neste caso as opiniões se bifurcam. Dois vultos disputam a glória de terem sido os fundadores de nossa cidade. Vasconcelos Drumond e Agostinho Alves Ramos. Duas correntes formaram-se em tórno dessa celeuma despertada. Em breve, teremos os Agostinianos (que me permita a veneranda Ordem assim chamá-los) e os Drumoneanos. Ambos os grupos parecem não chegar jamais a um acôrdo. Vasculham provas, que são escassas. Visitam bibliotecas. Folheiam livros da época. Percorrem cartórios e pesquisam arquivos arcáicos. Quase nada encontram de sólido. Enumeram, então, alguns “registros”, meras “citações”, uns poucos “avisos” e o resto é o vazio infinito. Se Vasconcelos Drumond chegou a ser diplomata e Agostinho Alves membro da Assembléia Provincial, como colonizadores falharam completamente. Contam-nos os

historiadores que Drumond desembarcou em nossa terra, com a intenção de derrubar árvores e exportá-las para o Rio de Janeiro numa sumaca construída em estaleiro improvisado. E mais uma vez também deparamos com outra incerteza: existiria ou não a tal sumaca “São Domingos-Lourenço”?

Até agora, não cheguei a nenhuma conclusão. E não compreendo o porque dessa insistência em dar a um homem que veio com a finalidade de apenas explorar nossas madeiras, a glória de fundador. Quanto ao segundo, ao desembarcar, já encontrava moradores naquela região que, ao tudo indica, já teria sido bem explorada, o que parecia unicamente ansiar pela chegada de alguém que viesse oficializar o Ato de Fundação. Dizem os estudiosos que o primeiro registro de concessões de terras na região da Foz do Itajai-Açu refere-se a João Dias de Arzão e data de 1658, quando obteve do 1º capitão-mor da vila de São Francisco uma sesmaria nas proximidades da embocadura do grande rio. Defrontamo-nos, pois, com um terceiro personagem. E outras pessoas receberam sesmarias à beira do rio Itajai, muito antes dos nossos discutidos fundadores terem aparecido, em um período que vai de 1672 a 1811. Sòmente, nas proximidades da Independência é que vamos deparar com os nomes dos dois, a quem desejamos consagrar como verdadeiramente fundadores. O que significa que até então, tudo se confunde na mais densa nebulosidade.

Minha opinião foi sempre a mesma. Seja Tajaí ou Itajai. Tenha ou não o significado dúbio de Rio que corre sôbre as rochas ou Rio Taiá, conforme os índios tupís-guaranis denominaram o grande rio e as planíces que se estendem às suas margens. Com êste toponímio, aparecem tôdas as citações, todos os avisos e registros. Não foram, pois os Arzões, nem os Drumonds, tão pouco Agostinho Alves Ramos que a batizaram com êsse nome tão puro e que bem retrata a beleza da região. Tenha sido na atual Fazenda ou na Barra do Rio ou nesse ignorado Taboleiro que os fundadores tenham se agrupado com seus escravos e homens trazidos de outras bandas, pouco importa; o que é certo é que ali existiria anteriormente uma grande taba. Eram os índios os donos da terra e o branco chegou para expulsá-los, abater suas árvores e serrar a madeira. E os nativos que até então viviam tranqüilos, naquela verde faixa que vinha da Itapocoroi até Itapema, viram suas terras serem tomadas; onde se erguia outrora a gloriosa taba, levantaram-se construções, engenhos, serrarias e uma capela de pau a pique.

Não me envergonho, pois da origem de nossa terra. Ao contrário, orgulho-me bastante dela e desses silvícolas que nos legaram o doce nome da nossa cidade. Êles que

primeiro chegaram às nossas planícies e serviram-se do longo rio, para suas pescas audaciosas. Deixaram nelas seus ossos, como estamos encontrando agora nas últimas escavações feitas junto ao morro do farol. Êles, que deram nomes aos acidentes geográficos que encontraram e que o branco foi logo os substituindo, um a um, por nome de santos ou de homens de prestígio na mais tacanha forma de bajulação. Não vejo razão, pois, para desfechamos uma batalha em tórno de um fundador que nem sequer lavrou uma ata de fundação. Homens que se tinham como inteligentes e de considerável preparo para a época e que nos deixariam apenas raros documentos assinalando sua passagem por estas plagas. Porque nada mais fizeram do que passar e retornar pressurosos ao lugar de onde vieram.

Meu pai, Joca Brandão – que foi um colecionador como existiram poucos em nosso Estado – jamais guardou, entre seus objetos, algo que revelasse uma origem civilizada, relacionada com a fundação de Itajaí. Não que se tivesse descuidado ou se omitido em tal, mas porque não topou mesmo, com algo que houvesse pertencido a Drumond ou Agostinho Ramos. E acredito que ninguém desses dois forasteiros guarde qualquer objeto, precário utensílio que fôsse proveniente dos primórdios da nossa tão discutida fundação. O mesmo não se pode dizer dos índios. Grande foi o acêrvo de meu pai em seu museu particular, de peças oriunda das tribos que habitavam o Vale do Itajai. Quem tiver a curiosidade de ver que procure, em Azambuja, o museu que leva seu nome. E tais objetos, perfeitamente conservados, encontram-se em salas apropriadas à exposição dos visitantes.

Os “bugres” conforme eram chamados os índios pelos alemães trazidos pelos colonizadores, fugiram para o interior do Estado e não sei se ainda lá são encontrados. No caso de existir remanescentes, Deus que os guarde, porque já pertencem à categoria das “avis raras”.

É bem possível que tenha herdado de meu pai êsse indianismo efervescente. Êle que deu aos filhos mais velhos o nome de Ceci e Peri e que da mesma forma, chamaria de Guarani à tradicional sociedade, por ele fundada. Mas, não quero me deixar levar por sentimentalismo e paixões. Por conseguinte, reafirmo que nossa terra pertenceu primeiramente aos índios. Fôsse nos Estados Unidos e teria sido ela a pátria dos arrogantes Sioux, dos Cheyennes, dos vingativos Xerox ou dos suntuosos Comanches. Entretanto, nós pelejamos ardentemente por encontrar um fidalgo, se possível, alguém que tenha pertencido à nobreza, para glorificá-lo, deixando de render aos tupis-guaranis a gratidão que verdadeiramente lhes devemos.

Claro, que minha opinião é a opinião de um jornalista interessado e não a de um historiador ou documentarista. Não venho armado de um documentário especial e volumoso. Pela primeira vez, estou abordando êsse tema, aliás excessivamente apaixonante, sem ironia e sem qualquer agressividade.

Muito certo andaria o Conselho Municipal de Turismo se estimulasse aos nossos historiadores, para que, através de livros publicados, nos documentassem as certezas e as incertezas de nossa fundação. Estou bem certo, de que gente como o Silveira Júnior e o José Ferreira da Silva, para tal, estariam suficientemente equipados, sem falar dos novos que também poderiam participar com monografias, esboços históricos ou biografia dos mencionados fundadores. Em suma, uma equipe que trabalhasse para que pudéssemos futuramente dispor de uma bibliografia adequada e não restringir uma questão de interêsse geral a simples debates jornalísticos ou improdutiva e transitória querela epistolar.

Brasília, março 1971.

1971 - Subsídios para a história de Itajaí. Silveira Júnior e José Ferreira da Silva. Cadernos de Blumenau. Tomo XII, abril 1971, nº 04, págs 73-5.

Do nosso prezado colaborador, jornalista Silveira Júnior, de Itajaí, recebemos a seguinte carta a que, com grande prazer, damos acolhida nesta edição, juntamente com a resposta do nosso diretor:

Meu caro José Ferreira da Silva:

Vou resumir bastante esta carta para ver se você poderá publicá-la no seu excelente “Blumenau em Cadernos”. Ela vem a propósito da matéria estampada no “Jornal do Povo”, de 27 de fevereiro, que transcreve uma carta de Gil Miranda, advogando as honras de fundador de Itajaí para Vasconcelos Drummond e da minha resposta, publicada em “O Sol de Camboriú” de 6 a 12 de março.

Reconheço que o que se segue é assunto de pouco valor histórico, mas contém um dos poucos depoimentos verbais sobre a matéria. É o seguinte:

O meu sogro Paulo Ricardo Pereira, nasceu em 1 de novembro de 1880. Tem, portanto, mais de 90 anos. É vivo, lúcido e tem uma memória fotográfica para tudo que tenha acontecido na sua juventude. Dele recolhi o depoimento que se segue:

É filho de Paulo José Ricardo, que tinha 50 anos quando o meu sogro nasceu. Desculpe as constantes repetições, mas quero ser bem claro e esse negócio de parentesco ou tu ficas com a clareza ou com a gramática. Eu prefiro a clareza. Então continuemos:

O meu sogro tem 90 anos; é filho de Paulo José Ricardo Pereira, que tinha 50 anos quando ele nasceu. É neto de Ricardo Pereira, que o meu sogro não sabe quantos anos tinha, quando se tornou pai de Paulo José. Mas vamos supor que Ricardo Pereira tivesse 20 anos quando nasceu o pai do meu sogro. Temos aí três gerações com uma soma de idade nunca inferior a 160 anos. Isto é 90 do meu sogro, mais 50 do pai dele e mais, no mínimo 20, do avô. Pelo exposto se verificará que Ricardo Pereira (avô do meu sogro) não nasceu em época posterior a 1810.

Perguntarás com justa razão: e o que é que tem isso com a história de Itajaí? Pouca coisa, reconheço, mas que nos permite tirar certas conclusões... É que todos os dois (pai e avô do meu sogro) nasceram em Itaipava. Sobre isso não há a menor dúvida. Lá foram agricultores nas margens do Itajaí Mirim. O que prova que já, no máximo, em

1810, eram povoadas as terras do Itajaí Mirim pelo menos até Itaipava. Disto poderemos tirar uma conclusão: Será que Itajaí, em 1820, dez anos depois, ainda estava entregue às baratas, esperando alguém para vir fundá-lo?

Eu reconheço que o acervo de documentos históricos que possuis dispensa mais este modesto depoimento. De minha parte não tenho a menor dúvida de que Drummond em 1820 veio para esta região tomar posse de umas terras de el-rei, acima de Itaipava, conforme o mapa que divulgaste, também nas margens do Itajaí-Mirim. Não obstante, José, quiz registrar esta declaração do meu sogro, para que a gente saiba que no comêço do século passado isto aqui já era bem povoado.

Um abraço do
Silveira Júnior.

PS: Isto não invalida a tua sugestão para que se dê a Agostinho Alves Ramos as honras de fundador de Itajaí. Por um ato de vontade e não por um erro historico, como se quer fazer com Drummond. Reconheço: Alves Ramos foi o primeiro homem que deu unidade ao povoado, que se interessou pela sua vida religiosa, polítia e administrativa. Quem levantou a primeira capela que era o símbolo da fundação usado pela gente portuguesa.

Meu caro Silveira Júnior:

Tenho escrito e falado tanto, tenho passado semanas e meses vasculhando arquivos, inclusive o Nacional, do Rio de Janeiro; tenho dado tratos à bola (ou à cuca, como é mais “pra frente”) em busca de respostas lógicas a supostas dúvidas; que já me sinto cansado de tratar dêsse bendito tema da fundação de Itajaí.

A mim pouco se me dá que Itajaí tenha sido fundado por Drummond, por Alves Ramos, ou “pelo Goivara ou o João Cuca”, criados pelo seu admirável senso de humor.

Mas, com a minha responsabilidade de historiador que procura ser honesto e verdadeiro em tôdas as suas afirmações, e pela grande admiração e simpatia que me prendem a Itajaí, eu me senti no dever de contestar asserções inverídicas que muito desmerecem os foros de cultura de que a cidade da foz do Itajaí-Açu pode, com justiça, se orgulhar.

Sim, meu caro Silveira, até hoje não me pode entrar na cabeça como foi que se conseguiu inventar Drummond como fundador da sua cidade.

Pois, se as ordens do Ministro do Ipério, Villa Nova Portugal, consubstanciadas no Aviso de 5 de fevereiro de 1820, determinaram a ida de Drummond a Santa Catarina

para “tomar posse de umas terras para El-Rey e fundar um estabelecimento no ITAJAHY MIRIM”, certamente êle não iria desincumbir-se do encargo em outra parte e, muito menos, à foz do Itajaí-Açu, cujos terrenos ribeirinhos já estavam todos, como você sabe, ocupados com moradores e culturas.

O mestre Lucas Boiteux, dando-me conhecimento do Aviso citado – que, aliás, eu já conhecia – acrescenta: “a futura povoação (que Drummond fundaria)” deveria ser chamada “São Thomaz da Villa Nova”, como homenagem ao ministro acima, que referendou a nomeação e foi delineada pelo português coronel da engenharia Antônio José Rodrigues (1774-1858), enviado a Santa Catarina incumbido das obras das fortificações”

Quando Drummond veio, pela segunda vez, a êste Estado (1820) para tomar posse das sesmarias por onde, hoje, se estende parte do município de Brusque, grande parcela das terras do Itajaí Açu e do Itajaí Mirim (até Taboleiro, Canhanduva e outros pontos) já tinha sido concedida e estava povoada.

Tenho, em meu arquivo, autografada pelo mestre Boiteux, uma relação de sesmarias concedidas em Itajaí no século passado e no anterior. Entre elas consta a de Alexandre de Azeredo Leão Coutinho, em 1792. Essa sesmaria situava-se na foz do Itajaí Açu, margem direita, no local do atual bairro da Fazenda, ocupado pelo requerente, proprietário de grande escravatura e muitas plantações.

Possuo outros documentos originais de medições oficiais de sesmarias, tanto nas margens do Açu quanto nas do Mirim, em datas anteriores de vinte anos do “passeio” de Drummond ao nosso Estado.

Aliás, nunca se contestou que havia muita gente povoando e cultivando as terras marginais dos dois rios. De quarenta famílias tenho documentação irrefutável, espalhadas por uma e outra margem daqueles cursos d’água. E ali, já no tempo de Drummond e bem antes, produzia-se muito milho, feijão, cana e serrava-se muita madeira. (à mão, porque o primeiro engenho movido a água foi construído em 1849, em Nova Trento).

E foi, justamente, essa riqueza, a fertilidade das terras que atraiu Agostinho Alves Ramos. Êste – e eu nunca afirmei o contrário – não foi o primeiro morador da atual Itajaí. Ali, já havia vários sítios com moradores, uns mais próximos, outros mais afastados das margens do rio quando Agostinho Alves Ramos chegou no intuito evidente de formar um povoado, de agrupar os moradores esparsos, de levantar uma igreja, de lançar, afinal, os alicerces da atual e bela cidade de Itajaí.

Essa é que é a verdade. Os que a pretendem negar, baseando-se em puras razões sentimentais, prestam um desserviço à sua terra. Nunca apresentaram um único documento que comprovasse a simples estada de Drummond nas margens do Itajaí Açu.

E eu lanço daqui e por seu intermédio, meu caro Silveira Júnior, um desafio aos nossos contraditores: Tragam êles um, UM SÓ documento que forneça prova abal da estada de Drummond, em algum tempo, no local da atual cidade Itajaí, ou de trabalhos que êle aí tivesse realizado, e eu darei, de público, a mão à palmatória. Passarei a acreditar na maior balela que já se pregou a Itajaí: a sua fundação por Vasconcellos Drummond.

Um abraço do seu ex-corde

José Ferreira da Silva

1971 - Documento para a história de Itajaí. Líbero Oswaldo de Miranda. Jornal do Povo de 15 de maio de 1971. Página 05.

Prezado Diretor Abdon Fóes.

Com bastante atraso e casualmente, estou tomando conhecimento da edição de 27 de fevereiro último, do JORNAL DO POVO, cujo editorial, sob a epígrafe “Rabiscando aos sábados”, esposa em boa hora e com decisão, a tese lúcida e entusiásticamente defendida por nosso diligente e distinto conterrâneo Gil Theodoro Miranda, quanto ao que se relaciona com a fundação de Itajaí.

Com efeito, o que apenas se deseja - Gil e tantos outros – é que, até verdadeiras e documentadas provas em contrário, seja mantido, como de fundador da cidade, o nome de Vasconcelos Drummond e mantida igualmente, como de fundação, a data cujo primeiro centenário foi com tanto brilho comemorada em 1920 e tudo, face ao resultado das pesquisas a que dedicadamente se entregára, durante algum tempo, o nobre itajaiense – Marcos Konder.

E de lamentar-se e profundamente, a facilidade com que se pretende, sem maiores fundamentos, demolir todo aquele trabalho, assaz reconhecido, do autor de “A Pequena Pátria”.

Oivida-se, por exemplo, o que a respeito êsse nosso saudoso conterrâneo escreveu, ao manter seus fundamentados pontos de vista, em uma segunda edição revista daquele seu opúsculo e também em publicação feita no JORNAL DA TARDE, de Florianópolis, edição de 27 de novembro – 1958, na qual contestava manifestações contidas em artigo de autoria do jornalista e historiador J. Ferreira da Silva Dizia Marcos: “O Dr. Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond realizou os atos de posse e o Coronel Agostinho Alves Ramos foi o seu sucessor e tomou a si o encargo da colonização”. E finalizava solicitando que se terminasse a controvérsia, transcrevendo para isso, o que sôbre o assunto publicára o Conselho Nacional de Estatística, ao esclarecer que “Vasconcelos Drummond permanecera dois anos no nôvo povoado, findos os quais se retirára a chamado da Côrte e sucedendo-o, na direção da Colônia, o Coronel Alves Ramos, o qual tomara a si o encargo de colonizar as terras que marginavam o maior rio do litoral catarinense.”

Mas, não obstante, surge agora nova contestação, esdrúxula por todos os motivos, contida em monografia de redação falha por cristalinas e persistentes mostras e que, contudo, procura arrogar-se o direito de impugnar e desfazer princípios há tempo firmados como verdadeiros, isso sem nada aduzir de nôvo ou fundamentado, capaz de justificar uma tal pretensão.

Esdrúxula contradita sim, porque não deseja o que seria natural e de justiça – nomear qualquer antecessor de Drumond, mas sim fixar como fundador, quem dêle veio depois, em 1823 e quando “já se encontrava ocupada tôda a área onde hoje se alargam o perímetro urbano e os suburbios da sede do municipio de Itajai”. (sic)

Honremos pois a memória de Marcos Konder, o filho a quem Itajai tanto deve e mantenhamos a data e o nome de Vasconcelos Drumond, como de fundador de nossa estimada terra natal.

A respeito portanto, têm a palavra os Executivo e Legislativo de nosso municipio, afim de decidirem como aceitos esses princípios, já passados em julgado pelo menos desde 1920, ano do primeiro centenário.

Evitar-se-à assim, o ocorrido no ano transacto, em que passou despercebido o sesquicentenário da fundação.

Em qualquer tempo merecerão, sem dúvida, o devido apoio e acurado estudo, quaisquer novos elementos que sôbre a matéria, sejam por ventura trazidos aos órgãos governamentais da cidade e desde que, evidentemente estejam fundamentados por documentação idônea e identificada.

Agradecendo sua atenção, meu caro Abdon Fóes, desejo que, juntamente com seus redatores, receba as felicitações que ora faço externar em razão daquele editorial, hipotecando-lhe – ao mesmo tempo – todo meu apoio, por desvalido que seja.

Mui cordialmente

Líbero Oswaldo de Miranda.

1971 - Ainda a fundação de Itajaí. José Ferreira da Silva. Jornal do Povo de 28 de maio de 1971.

Meu Caro Abdon Fóes

O seu excelente semanário, o “Jornal do Povo”, tem, ultimamente, publicado vários artigos sobre o discutido tema da fundação da cidade de Itajaí. O meu modesto nome vem destacado em constantes citações dos ilustrados articulistas.

Muito longe de sentir-me melindrado com alguns tópicos desses artigos, onde se me atribuem fatos, atitudes e afirmações que, absolutamente, não se acomodam à realidade, alegra-me que intelectuais itajaienses (e os há tantos e tão brilhantes) comecem a tomar interesse na busca da verdade sobre o fundador dessa linda e próspera cidade. Ainda bem!

Eu não gostaria de tornar a esse assunto, sobre o qual já tenho escrito e falado ao ponto de saturação. E só a estima e a consideração que me merecem itajaienses, que me honram com a sua amizade, e a simpatia que alimento por Itajaí, levam-me a escrever-lhe estas linhas para as quais peço acolhida nas colunas do seu conceituado hebdomedário.

Quando - e isso há decênios atrás – contestei, em artigos de imprensa e em livros, a interpretação dada por Marcos Konder a algumas passagens das “Anotações” de Vasconcelos Drummond à sua biografia, não o fiz senão depois de acurados estudos e pesquisas. Passei meses no Arquivo Nacional, onde descobri interessantes documentos a que dei publicidade em “Blumenau em Cadernos”, sob o título de “As terras de Itajaí e Vasconcelos Drummond”.

Marcos Konder foi levado ao lamentável equívoco, expresso na sua “Pequena Pátria”, pelo fato de que Drummond, nas suas “Anotações” não fez distinção entre o Itajaí Mirim e o Itajaí Açu. E isso era, nele, perfeitamente justificável, pois, analisada aquela documentação, Drummond nunca esteve às margens do Açu e, nem mesmo, chegou a avistá-las.

Para demonstrar, à luz das muitas provas que reuni, a verdade dessas e das demais afirmações que venho fazendo, eu teria que tomar muito do seu precioso tempo e do não menos valioso espaço do seu jornal e possivelmente, sem outro resultado que provocar novas, desarrazoadas e estéreis discussões.

O meu intuito, com êste, é, apenas, dizer àqueles que contestam as conclusões a que cheguei, que não é fazendo literatura, nem com sentimentalismos, nem com preferências, nem com sofismas que se escreve história. História tem que ser feita à base de documentos, autênticos, verídicos, indiscutíveis.

E quando eu afirmei que Drummond veio, em 1820, a Santa Catarina, para tomar posse de umas sesmarias no ITAJAI MIRIM e, nelas formar um estabelecimento baseei-me no Aviso de 5 de fevereiro daquele ano, do Ministro do Reino, Tomás da Vila Nova Portugal. E transcrevi, na íntegra, êsse Aviso.

Ninguém, até hoje, contestou a validade de tal documento que é a prova provada de que foi no ITAJAI MIRIM, e não nosso grande Itajai, que Vasconcelos deveria fundar uma colônia (mas onde não fundou coisa nenhuma).

Além disso, dei publicidade a uma carta do próprio punho de Vasconcelos Drummond ao Ministro Portugal, datada de Destêrro, em 19 de março de 1820, em que êle, além de outras coisas, informa que “estava à espera das disposições do governador para a medição e posse das terras do TAJAHY MIRIM”.

E, ainda mais, dei publicidade ao mapa “da medição e demarcação militar de duas sesmarias duma légua quadrada cada uma, no rio TAJAHY MIRIM, pertencentes a el-rei”, a que se refere o citado Aviso do Ministro do Reino, de fevereiro do mesmo ano de 1820.

Acredito que ninguém poderá, honestamente, pôr em dúvida a veracidade dêsses documentos.

Os Avisos de 4 de fevereiro de 1820 (que mandou medir as terras do dia seguinte), 5 (que determinou a Drummond fôsse tomar posse dessas terras) podem ser encontrados em qualquer publicação oficial da época, existente no Arquivo e na Biblioteca Nacional.

O original da carta de Drummond ao Ministro Portugal, acha-se no Arquivo Nacional, na Caixa 376/6, Departamento Administrativo, onde poderá ser examinada.

E, finalmente, o mapa da medição das terras onde Drummond deveria fundar um povoado, a que seria dado o nome de “São Tomás da Vila Nova”, em homenagem ao Ministro, encontra-se no Departamento de Geografia e Cartografia de Florianópolis e foi reproduzido pelo Prof. Osvaldo Cabral, no seu livro “Brusque”.

Há necessidade de mais alguma prova?

E que documentos apresentaram aqueles que contestam as minhas afirmações? Nenhum, além das “Anotações” do próprio Drummond, que não merecem fé alguma, conforme provei à saciedade.

Atacar-me, criticar-me, atribuir-me sentimentos de animosidade contra Drummond, não vêm afirmar nem provar nada. Servem, apenas, para lançar maior confusão nos espíritos jejunos de conhecimentos históricos e do passado da nossa terra.

E para pôr um fim a essa celeuma tôda, em face de uma evidência que sómente não enxergam os cegos, eis a opinião dos três maiores historiadores catarinenses a respeito:

“Li, com o máximo interêsse, o seu trabalho acêrca de Menezes Vasconcelos Drummond, o suposto fundador de Itajaí. Em artigo que publiquei no “Estado”, desta capital, a 17 de julho de 1956, sob o título “Vasconcelos Drummond em Santa Catarina e na Bahia” deixei transparecer a minha dúvida sôbre o assunto ... E nada nos leva a supôr que o local em que Drummond se estabelecera fôsse próximo à foz do Itajaí, onde hoje se encontra a cidade dêsse nome”. Carlos da Costa Pereira, em carta de 6 de setembro de 1958)

“Pelo que vejo, o estudioso major Konder (Marcos Konder) continua a “malhar em ferro frio”, sem trazer argumentos novos e convincentes à tese que vem, infrutuosamente, advogando. Li e muito apreciei a magnífica refutação que faz ao opiniático parecer de Marcos Konder a respeito da fundação de Itajai pelo patriota Drummond. Além de bem escudada, acheia-a justa, lógica, irrefutável. Estou plenamente ao seu lado”. (Almirante Lucas A. Boiteux, em carta de 14 de janeiro de 1959)

“Eu não terei dúvidas em subscrever as suas conclusões. Tudo leva a aceitar o local sôbre o Itajaí Mirim, e não a foz do Itajaí-Açu, como aquele chamado apenas Itajaí pelo instável Drummond”. (Prof. Dr. Osvaldo Cabral, em carta de 16 de abril de 1971).

E, de inhapa, mais esta:

“Por todos os motivos expostos chega-se à conclusão de que não existe solidez histórica para se atribuir a Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, apesar dos seus grandes méritos, a glória de fundador de Itajaí”. (Almirante Carlos da Silveira Carneiro, em memorial de 8 de novembro de 1968, dirigido à Câmara Municipal de Itajaí).

Em vista de tudo isso, só mesmo so que fizerem questão de negar por negar, poderão continuar acreditando na maior balela que já se pregou a Itajai: a sua fundação por Vasconcelos Drummond.

Do seu admirador e amigo

J. Ferreira da Silva

Blumenau, 28/5/1971.

1971 - Ainda a fundação de Itajaí. José Ferreira da Silva. Cadernos de Blumenau. Tomo XII, junho 1971. Nº 06. Páginas 101-3; Jornal do Povo. 05 de junho de 1971. pag 05

Em razão de vários artigos publicados no brilhante semanário Itajaiense “JORNAL DO POVO”, o diretor de “Blumenau em Cadernos”, J. Ferreira da Silva, dirigiu ao jornalista Abdon Foes a nota que transcrevemos a seguir:

“O seu excelente semanário, o “Jornal do Povo”, tem, ultimamente, publicado vários artigos sobre o discutido tema da fundação da cidade de Itajaí. O meu modesto nome vem destacado em constantes citações dos ilustrados articulistas.

Muito longe de sentir-me melindrado com alguns tópicos desses artigos, onde se me atribuem fatos, atitudes e afirmações que, absolutamente, não se acomodam à realidade, alegra-me que intelectuais itajaienses (e os há tantos e tão brilhantes) comecem a tomar interesse na busca da verdade sobre o fundador dessa linda e próspera cidade. Ainda bem!

Eu não gostaria de tornar a esse assunto, sobre o qual já tenho escrito e falado ao ponto de saturação. E só a estima e a consideração que me merecem itajaienses, que me honram com a sua amizade, e a simpatia que alimento por Itajaí levam-me a escrever-lhe estas linhas, para as quais peço acolhida nas colunas do seu conceituado hebdomadário.

Quando – e isso há decênios atrás – contestei, em artigos de imprensa e em livros, a interpretação dada por Marcos Konder a algumas passagens das “Anotações” de Vasconcelos Drummond à sua biografia, não o fiz senão depois de acurados estudos e pesquisas. Passei meses no Arquivo Nacional, onde descobri interessantes documentos a que dei publicidade em “Blumenau em Cadernos”, sob o título de “As terras do Itajaí e Vasconcelos Drummond”.

Marcos Konder foi levado ao lamentável equívoco, expresso na sua “Pequena Pátria”, pelo fato de que Drummond, nas suas “Anotações” não fez distinção entre o Itajaí Mirim e o Itajaí Açú. E isso era, nele, perfeitamente justificável, pois, analisada aquela documentação, Drummond nunca esteve às margens do Açú e, nem mesmo, chegou a avistá-las.

Para demonstrar, à luz das muitas provas que reuni, a verdade dessas e das demais afirmações que venho fazendo, eu teria que tomar muito do seu precioso tempo

e do não menos valioso espaço do seu jornal e, possivelmente, sem outro resultado que provocar novas, desarrazoadas e estéreis discussões.

O meu intuito, com êste, é, apenas, dizer àqueles que contestam as conclusões a que cheguei, que não é fazendo literatura, nem com sentimentalismos, nem com preferências, nem com sofismas que se escreve história. História tem que ser feita à base de documentos, autênticos, verídicos, indiscutíveis.

E quando eu afirmei que Drummond veio, em 1820, a Santa Catarina, para tomar posse de umas sesmarias no ITAJAÍ MIRIM e, nelas formar um estabelecimento, baseei-me no Aviso de 5 de fevereiro daquele ano, do Ministro do Reino, Tomás da Vila Nova Portugal. E transcrevi, na íntegra, êsse Aviso.

Ninguém, até hoje, contestou a validade de tal documento que é a prova provada de que foi no ITAJAÍ MIRIM e não no nosso grande Itajaí, que Vasconcelos deveria fundar uma colônia (mas onde não fundou coisa nenhuma).

Além disso, dei publicidade a uma carta do próprio punho de Vasconcelos Drummond ao Ministro Portugal, datada de Destêrro, em 19 de março de 1820, em que êle, além de outras coisas, informa que “estava à espera das disposições do governador para a medição e posse das terras do TAJAHY MIRIM”.

E, ainda mais, dei publicidade ao mapa “da medição e demarcação militar de duas sesmarias duma légua quadrada cada uma, no rio TAJAHY MIRIM, pertencentes a el rei”, a que se refere o citado Aviso do Ministro do Reino, de fevereiro do mesmo ano de 1820.

Acredito que ninguém poderá, honestamente, pôr em dúvida a veracidade dêsses documentos.

Os Avisos de 4 de fevereiro de 1820 (que mandou medir as terras do ITAJAÍ MIRIM) e o do dia seguinte, 5 (que determinou a Drummond fôsse tomar posse dessas terras) podem ser encontrados em qualquer publicação oficial da época, existente no Arquivo e na Biblioteca Nacional.

O original da carta de Drummond ao Ministro Portugal, acha-se no Arquivo Nacional, na Caixa 376/6, Departamento Administrativo, onde poderá ser examinada.

E, finalmente, o mapa da medição das terras onde Drummond deveria fundar um povoado, a que seria dado o nome de “São Tomás da Vila Nova”, em homenagem ao Ministro, encontra-se no Departamento de Geografia e Cartografia de Florianópolis e foi reproduzido pelo Prof. Osvaldo Cabral, no seu livro “Brusque”.

Há necessidade de mais alguma prova?

E que documentos apresentaram aqueles que contestam as minhas afirmações? Nenhum, além das “Anotações” do próprio Drummond, que não merecem fé alguma, conforme provei à sociedade.

Atacar-me, criticar-me, atribuir-me sentimentos de animosidade contra Drummond, não vêm afirmar nem provar nada. Servem, apenas, para lançar maior confusão nos espíritos jejunos de conhecimentos históricos e dos passado da nossa terra.

E para pôr um fim a essa celeuma tôda, em face de uma evidência que sòmente não enxergam os cegos, eis a opinião dos três maiores historiadores catarinenses a respeito:

“Li, com o máximo interêsse, o seu trabalho acerca de Menezes Vasconcelos Drummond, o suposto fundador de Itajaí. Em artigo que publiquei no “Estado”, desta capital, a 17 de julho de 1950, sob o título “Vasconcelos Drummond em Santa Catarina e na Bahia”, deixei transparecer a minha dúvida sôbre o assunto ... E nada nos leva a supôr que o local em que Drummond se estabelecera fosse próximo à foz do Itajaí, onde hoje se encontra a cidade dêsse nome”. (Carlos da Costa Pereira, em carta de 6 de setembro de 1958).

“Pelo que vejo, o estudioso major Konder (Marcos Konder) continua a “malhar em ferro frio”, sem trazer argumentos novos e convincentes à tese que vem, infrutuosamente, advogando. Li e muito apreciei a magnífica refutação que faz ao opiniático parecer de Marcos Konder a respeito da fundação de Itajaí pelo patriota Drummond. Além de bem escudada, achei-a justa, lógica, irrefutável. Estou plenamente ao seu lado”. (Almirante Lucas A. Boiteux, em carta de 14 de janeiro de 1959).

“Eu não terei dúvidas em subscrever as suas conclusões. Tudo leva a aceitar o local sôbre o Itajaí Mirim, e não a fôz do Itajaí Açú, como aquêle chamado apenas Itajaí pelo instável Drummond”. (Prof. Osvaldo Cabral, em carta de 16 de abril de 1971).

E, de inhapa, mais esta:

“Por todos os motivos expostos chega-se à conclusão de que não existe solidez histórica para se atribuir a Antônio de Menezes Vasconcelos Drummond, apesar dos seus grandes méritos, a glória de fundador de Itajaí. (Almirante Carlos da Silveira Carneiro, em memorial de 8 de novembro de 1968, dirigido à Câmara Municipal de Itajaí).

Em vista de tudo isso, só mesmo os que fizerem questão de negar por negar, poderão continuar acreditando na maior balela que já se pregou a Itajaí: a sua fundação por Vasconcelos Drummond.”

1971 - Documento para a história de Itajaí. Gil Theodoro de Miranda. Jornal do Povo de 03 de julho de 1971. Páginas 05 e 06.

RIO DE JANEIRO, 26 de abril de 1971

Meu caro Abdon Fóes. De nôvo me vejo atingido por aquela mesma perplexidade que gerou a minha carta de 17 de fevereiro ppº, generosamente publicada no nosso JORNAL DO POVO, como igualmente generosa foi a publicação que fizeste da carta de 10 de março último.

Desta vez, o meu espanto foi exacerbado pelas afirmações do Sr. José Ferreira da Silva, feitas em atenciosa carta que me dirigiu acompanhando a sua publicação denominada “AS TERRAS DO ITAJAÍ-MIRIM E VASCONCELOS DRUMOND”, que veio acrescida de delicadíssima dedicatória.

Há um trecho nessa carta que diz, referindo-se ao documento gentilmente ofertado: “Se o senhor me der a honra de lê-lo pacientemente e de analisar bem os documentos nêle transcritos, tenho certeza de que chegará às mesmas conclusões a que cheguei.”

Aliás, a carta tôda, muito sóbria e bem escrita, trás, entretanto, a marca indelével da íntima convicção da sua incontestabilidade, certeza que geralmente envolve a quem, mansa e pacificamente, acha simplesmente impossível que o destinatário não fique inteiramente subjogado e curvado á fôrça da persuasão, tão farta e tão robusta é a argumentação apresentada pelo signatário.

Por incrível que pareça, as razões que venho sustentando no episódio da fundação da nossa cidade e do seu fundador, em abono da tese lanada pelo nosso eminente e saudoso itajaiense Marcos Konder, ao contrário do que está julgando o ilustre e amável missivista, ficaram, agora, muito mais alentadas e fortalecidas, exatamente com a paciente e atenta leitura dessa publicação. Realmente, são tantos e tão substanciosos êsses novos elementos que me vieram de mão beijada, que ainda mais arraigou-se em mim, a franca e decisiva certeza de que Marcos Konder sempre trilhou o caminho certo.

E ao destaque que tens dado, meu caro Abdon, seja às minhas cartas, seja a que me endereçou o nosso ilustre amigo Paulo Bornhausen ou a que te dirigiu o nosso estimável Afonso Luiz da Silva, série que denominaste “DOCUMENTO PARA A

HISTÓRIA DE ITAJAÍ, acrescentaria eu, para o presente depoimento, êste subtítulo “Enganos, Equívocos e Facciosismo do Sr. J. Ferreira da Silva”.

Com efeito, à semelhança daquele reporter escalado pelo diretor do jornal para escrever sôbre Cristo em vésperas de Natal e que indagou – “Contra ou a favor?” – o nosso ilustre historiôgrafo resolveu, “sponte sua”, ser contra Vasconcelos Drumond. Simplesmente contra. Gratuitamente contra.

Então, torce daqui, verga e ajeita dali, altera, entorta e desvirtua acolá, para apresentar-se com uma animosidade e um estado de espírito tão preconcebido e chocante, que chega a formar uma verdadeira cascata de má vontade e de aversão persistente e sistemática contra Vasconcelos Drumond, tantas são as propositadas distorções dos fatos, como aqui mesmo vou provar, louvado exclusivamente no que êle próprio, Ferreira da Silva, escreveu.

É também evidente que neste “affair” desejo comporta-me, como já disse noutra carta, com a maior serenidade e portanto sem a menor exploração de irritação. Mas, convenhamos, meu caro Abdon, será necessário não esquecer que não se pode fazer omelete sem quebrar os ovos.

Daí, procurando debruçar-me na lucidez e na objetividade ao alcance do meu apoucado engenho, irei até o instante em que a evidência há-de varrer, com vassoura de piaçava e bem lá no tôpo da historiografia, tôdas as dúvidas suscitadas contra a paciente e fidelíssima pesquisa de Marcos Konder. E em seu nome, em defesa dessa pesquisa, terçarei as armas da pena, com quem quizer.

A publicação a que estou me referindo, é iniciada pela biografia de Vasconcelos Drumond, publicada em 1836, em Paris, pela “Biographie Universelle et Portative des Contemporains”, sem dúvida, respeitável por todos os títulos.

Infelizmente, Ferreira da Silva não a publicou integralmente e da parte publicada, por questão de espaço, transcreverei apenas trechos que interessam no momento e que vão em grifo: [...]

Vê só. Conquanto a “Biographie Universelle” refira que “*a sua modéstia contrastava com o orgulho dos seus êmulos*” o historiador J. Ferreira da Silva diz que “*Vasconcelos Drumond era um dêsses moços jactanciosos, que amavam falar dos próprios feitos e, o que é bem pior, de atribuir a si próprio idéias e atos de outros*”. Ferreira da Silva só não diz onde obteve tais informações ou se foi conclusão própria.

Ainda referindo-se à “Biographie Universelle” diz Ferreira da Silva: “Tantos eram, porém, os exageros contidos nessa biografia, que o próprio Drumond, em 1861, resolveu fazer-lhe reparos e anotações”

Realmente, diz Drumond na sua “Anotações” nr. 7. *“Há aqui muita exageração. Alguns trabalhos se fizeram no Rio Itajai, mas não houve tempo nem meios para os levar a cabo. Todavia, ali se construiu uma sumaca denominada São Domingos Lourenço, que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do Rio Itajai carregada de feijão, milho e taboado para o Rio de Janeiro. Do Itajai, mandei a madeira para a obra do Museu do campo de Sant’Ana e mandei de presente, porque era cortada e serrada à minha custa.”*

Essa “exageração”, que Ferreira da Silva aproveita para sentar-lhe o porrete com a maior rigidez, nada mais é do que a prova provada da modéstia de Vasconcelos Drumond, referida pelo seu biógrafo. Note-se que êle disse isso com 67 anos de idade, o que então, pela conclusão de Ferreira da Silva, o transformaria num “velho jactancioso”.

Pois há também êste trecho na “Biographie Universelle”: *“Ele desembarcou, portanto, de nôvo, em Santa Catarina, venceu todos os obstáculos que se lhe apareceram num país ainda selvagem, concebeu e executou a navegação do grande rio Itajaí, estabeleceu povoados sôbre as duas margens, atravessou imensas florestas virgens, abriu caminhos, aproximando, assim, grandes distâncias e conseguiu, enfim, animar, pela sua infatigável presença, uma região que parecia, ainda, no câos primitivo”*.

É exatamente êste o trecho da “exageração” e para a qual eu peço a atenção de todos os meus amigos opositores à tese de Marcos Konder, para dizerem se êsse homem, Vasconcelos Drumond, “era um dêsse moços jactanciosos” como é acusado por Ferreira da Silva. Não houvesse desambição e simplicidade na figura humana de Vasconcelos Drumond, porque haveria êle próprio de achar exagerados os vários misteres que lhe foram atribuídos em publicação tão respeitável e especializada, ainda mais numa biografia? Quem mais, em todo o curso da história, opôs reparos à sua própria biografia, quando elogiosa?

E repara nesta frase de Drumond, que aqui vai repetida: *“Todavia, ali se construiu uma sumaca denominada São Domingos Lourenço, que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do Rio Itajai carregada de feijão, milho e taboado para o Rio de Janeiro”*. E compara com o que diz Ferreira da Silva: “Da

própria redação daquele “CONSTRUIU-SE” salta aos olhos que Drumond não teve, como alguns querem, interferência alguma na construção dessa sumaca”. E continua sentando-lhe a lenha, chamando-o de vaidoso e de malandro, “tanto mais que precisava apresentar serviços para justificar, perante o ministro, os seus vários meses de inatividade.”

E também faz um cavalo de batalha à afirmação de Drumond, quando êste diz que essa sumaca “foi a primeira daquele lote que passou a barra do rio Itajai carregada etc.” para concluir que “evidentemente se refere à barra do Itajai mirim, no Açú, e não a dêste no oceano”. Sem dúvida, uma conclusão forçada e temerária.

Mas, vamos ao ‘CONSTRUIU-SE’ que Ferreira da Silva escreveu assim, mesmo, entre aspas, em caixa alta e com a partícula apassivadora posposta. Se salta aos olhos, como diz, anda com argueiro neles há muito tempo ou então está fazendo dêse argueiro um cavaleiro, para aproveitar aqui a velha locução que se aplica aos exageros dos que costumam magnificar pequenos incidentes, emprestando-lhes proporções gigantescas. Como é exatamente o caso.

E J. Ferreira da Silva, que se apega ao “CONSTRUIU-SE”, esqueceu de falar que Drumond também se referiu, na frase imediatamente anterior, que “*alguns trabalhos SE FISERAM no rio Itajai*”.

Nesta oração, onde o sujeito está igualmente indeterminado, Ferreira da Silva, para ser coerente consigo mesmo, deveria também ter afirmado que Drumond não teve interferência alguma nesses trabalhos que SE FISERAM. Mas é o próprio Ferreira da Silva quem escreve: “*Ninguém poderá negar – e nem nega – que Vasconcelos Drumond tenha estado no Itajai, que ali tenha realizado, ou tentado realizar, alguns trabalhos e feito preparativos para a fundação de um estabelecimento de colonização.*”

O fato de Drumond ter indeterminado o sujeito dessas orções, usando a terceira pessoa ao referir tarefas que estiveram sob o seu comando e responsabilidade, é mais uma evidente prova da sua autêntica modéstia e simplicidade. Só poderá negar isso, quem não conhece o apuro, a delicadeza e a sutilidade da nossa língua “a última flor do Lácio inculca e bela”.

Aliás, há também uma outra oração com sujeito indeterminado escrita por Drumond na Anotação nr.6: “*Da vargem dos pinheiros SE TIROU o mastro grande para a nau D. Sebastião ...*”

Sôbre a passagem da sumaca pela barra, que Drumond diz ter sido a primeira que a varou carregada de feijão, milho e taboado, é assim que Ferreira da Silva o

contesta: *“Tendo-se em mente que a barra do Itajaí-açu fica, apenas, a duas léguas e pouco ao sul de Itapocoroi, onde desde 1779 funcionam uma grande armação de baleias e cuja baía era visitada constantemente por grandes barcos, mesmo transatlânticos, não se pode conceber que, só em 1820, é que aquela barra tivesse sido transposta, pela primeira vez, por embarcação do porte de uma simples sumaca.”*

No entanto, do que Drumond escreveu, SALTA AOS OLHOS que êle se referiu à primeira embarcação daquele calado, *construída em Itajaí* e que transpos a barra carregada de feijão, milho e taboado. O que é muito diferente das possíveis visitas de outros barcos e com outros carregamentos, pois sómente a má vontade de Ferreira da Silva em relação a Drumond o conduziu a tal raciocínio.

Também é mais do que evidente que essa sumaca não CONSTRUIU-SE e que Ferreira da Silva, por mais que deseje, não pode compor, com tal verbo, uma oração na voz reflexiva - A SUMACA CONSTRUIU-SE. Sendo certo, no entanto, que alguém a construiu e que também tinha dono.

Ao invés de chamar Vasconcelos Drumond de vaidoso e de malandro o Sr. J. Ferreira da Silva, que sabe tudo sobre Itajaí, deveria também saber quem construiu a sumaca, onde foi construída e a quem pertencia. Que o diga, para o nosso entendimento.

Santo Agostinho, sempre sustentou que a palavra dos doutos ou a manifestação da autoridade máxima, que então era Roma, encerrava as discussões. Parodiando-o, só me resta dizer: “FERREIRA LOCUTA, CAUSA FINITA” o que corresponde ao nosso atual “Ferreira falou, tá falado”.

Sobre a questão das sesmarias, que J. Ferreira da Silva faz um tremendo bafafa, chamo a tua atenção, meu caro Abdon e a dos nossos estimados leitores, para o tamanho de uma sesmaria, que tem 6.600 metros de frente por 6.600 de fundo ou seja 43.560.000 metros quadrados. Isto quer dizer que apenas uma sesmaria engole tôda a nossa cidade e mais alguma coisa, pois do ribeirão do Ernesto Schneider até a Barra do Rio tem muito menos de 5 quilômetros e do caís pela Praça Vidal Ramos, Rua Hercilio Luz e Rua Brusque em diante, quando chegar aos 6 quilômetros e 600 metros a cidade já se acabou muito lá pra trás.

Diz o “resumo histórico” daquele excelente guia turístico: *“Segundo historiador catarinense José Ferreira da Silva, por volta de 1658, José Dias de Arzão obtinha do primeiro capitão-mór da vila de São Francisco uma sesmaria nas proximidades da foz do Itajaí.”*

Vejam os que diz o próprio Ferreira da Silva: “...a 6 de abril de 1815 (cinco anos, portanto, antes de Drumond um certo Francisco Lourenço da Costa residente em Destêrro, obteve uma sesmaria nas margens do Itajai, tendo declarado, em seu requerimento, que êle ali já tinha ‘UM ARMAZEM PARA RECOLHER OS EFEITOS QUE ALI COMPRA PARA O GIRO DO SEU NEGÓCIO’” (Ver livro nr.2 do Registro de Sesmarias, no Departamento de Terras e Colonização, em Florianópolis).

Nesta transcrição, respeitei as aspas e a caixa alta. Temos aí, aparentemente, uma sesmaria concedida por cima da outra e além dessas, há mais quatro para serem faladas. Manda demarcar, num mapa de Itajai, uma légua de sesmaria em quadro e vê o tamanho...

Como ainda tenho mil coisas para dizer baseado em elementos válidos de contestação ao Sr. J. Ferreira da Silva, acêrca dos seus “Enganos, Equívocos e Facciosismo”, falarei na próxima sôbre tôdas as sesmarias, sôbre a resposta para a abertura da estrada de Florianópolis a Lajes e da sua anexação à Santa Catarina; da remessa da madeira; da remessa das pérolas; da remessa de ouro; do chamado de Vasconcelos Drumond de volta ao Rio de Janeiro; da Barra do Itajai-mirim; da navegabilidade do Itajai mirim; da omissão do sufixo mirim; da presença de Drumond em Itajai; dos Arzão e mais o que couber para uma completa contestação ao nosso ilustre historiador.

Necessário será dizer, que é um homem de bem, um ilustre catarinense, apenas e infelizmente para nós, defensores da tese de Marcos Konder, abeberado unicamente nos documentos escritos exatamente pelos inimigos e adversários políticos de Vasconcelos Drumond, que está mais do que provado, os tinha às pampas, mörmente os puxa-sacos da corôa portuguesa. Pois também consta da sua biografia que “*Drumond entrou na capital da província de Santa Catarina difamado pelos partidos ...*”

E dessa difamação, é o caso, por exemplo, do que se lê na “Memória Histórica da Província de Santa Catarina” de Manoel Joaquim d’Almeida Coelho, para quem Vasconcelos Drumond é um simples malandro, um boavida, um aproveitador, um ingrato e um caloteiro.

Êsse “jovem libertário, que pugnava por um Brasil independente e livre do jugo português”, membro da Sociedade de Mineralogia de Jena, do Instituto de França, da Sociedade de Geografia, da Sociedade Asiática de Paris, da Academia de Bruxelas, da Sociedade Literária de Gand, da Academia Real de Nápoles e dos Arcades de Roma e

outras mais, segundo pesquisou Marcos Konder, tem, sem dúvida alguma, direito a outros predicativos, mais justos e mais verazes.

Êsse homem extraordinário que sacrificou a sua saúde e a sua fortuna em benefício da grande causa da nossa independência, que foi preso e exilado com José Bonifácio de Andrada e Silva (o Patriarca da Independência) e seus irmãos, que morreu cego, aposentado e pobre, positivamente, não era um reles mentiroso, nem jactancioso, nem jamais atribuiu a si próprio idéias e atos dos outros. É essa figura varonil que pretendo continuar defendendo, num preito de homenagem à memória de Marcos Konder, ainda que me transforme no último abencerrage.

Abrços muito afetuosos e agradecidos, meu caro Abdon, dêste teu amigo.

GIL MIRANDA.

1971 - Documento para a história de Itajaí. Gil Theodoro Miranda. Jornal do Povo de 31 de julho de 1971. Páginas 05 e 06.

RIO DE JANEIRO, 17 de julho de 1971.

Meu caro Abdon Fóes. Há certas filigranas de origem subjetiva que vão matreiramente se intrometendo na cuca da gente, com o deliberado propósito de mantê-la bem arreliada e insolente, ou então, para deixá-la literalmente fundida. Outras, de boa índole, procedentes da ponderação e da sensatez, têm, ao contrário, o condão de nos induzir à moderação dos atos e dos impulsos e de se deixarem tangir pela mais exuberante lucidez.

Louvado nessas primeira filigranas, eu deveria continuar a debulhar, grão por grão, a espiga das investidas que o nosso ilustre historiador sr. J. Ferreira da Silva engastou na sua publicação “AS TERRAS DO ITAJAI-MIRIM E VASCONCELLOS DE DRUMOND”, tôda ela um tratado contra o fundador da nossa cidade. Exatamente a publicação que o seu ilustre autor me enviou para que eu visse por meio dela, mas que eu preferi ver através dela.

Se mais alguém se der ao trabalho de assim proceder, chegará facilmente às mesmas conclusões a que cheguei. É só experimentar. Inclusive os ilustres historiadores catarinenses citados por Ferreira da Silva na carta de 28 de maio ppº a ti dirigida, que se limitaram à solidariedade protocolar, perfeitamente normal entre os que, mútua e habitualmente trocam encômios, mòmrente quando ligados pelo cordão umbilical da profissão ou nivelados pelo denominador comum do coleguismo profissional. Eis que nenhum dêles, no episódio da fundação de Itajai, chegou a debruçar-se na pesquisa do detalhe ou na leitura das entrelinhas.

Na verdade, quanto mais me aprofundo no estudo dêsse interessantíssimo episódio, mais convencido fico que o ilustre Sr. J. Ferreira da Silva sempre andou de caso pensado contra Drumond ou contra Itajai, tantas são as afirmações desafinadas com a realidade, tantos são os seus “enganos, equivococ e facciosimo”. O fato é que, propositadamente ou não, bagunçou o coreto da nossa história e, o que é pior, insiste em continuar a bagunçá-la. E o incrível é que acha que está com carradas de razão.

E se andou de caso pensado, eu teria o direito, como itajaiense que pegou na unha o seu peão rolado sem fieira, de procurar trazê-lo aqui de canto chorado, na base do pão-pão, queijo-queijo. Pois só assim saberia defender com mais vigor e mais

convicção a pesquisa histórica do nosso eminente e saudoso Marcos Konder, que Ferreira da Silva, irreverentemente, qualifica como a “maior balela que já se pregou a Itajai”.

Irreverência gera irreverência. Contudo, agora, me inclino pelo segundo tipo daquelas filigranas que invoquei inicialmente e que me aconselham, conquanto pezaroso, a encerrar aqui a contestação que venho fazendo ao ilustre Sr. J. Ferreira da Silva, pois reconheço, meu caro Abdon, não ser justo pretender ocupar tanto espaço no JORNAL DO POVO e ainda com intermediação de tão pouco tempo entre uma carta e outra. Principalmente quando a matéria que tenho em vista poderá continuar a dar pano pra muita manga. Tampouco e menos ainda desejo enfadar os leitores com estas longas cartas, pois quando começo a escrever sôbre assunto que me empolga vou, despercebidamente invadindo a área da prolixidade. E quando me dou conta, já me atolei até o pescoço em suas areias movediças.

Mas não quero deixar de reiterar que, no episódio, estou em condições, as mais soberbas, não só de contestar o ilustre Sr. J. Ferreira da Silva, (aliás, uma contestação que êle fêz a Marcos Konder) como de provar o êrro em que êle está laborando. E, “en passant”, de inhapa, o êrro em que laboram várias e respeitáveis enciclopédias que registram a biografia do fundador da nossa cidade e atribuem a data da sua morte como ocorrida em 15 de janeiro de 1865. Isso, entretanto, aconteceu extamente nove anos depois, ou seja a 15 de janeiro de 1874.

Pelo que estou informado, Ferreira da Silva pronunciou, há tempos, uma palestra na nossa Câmara Municipal, em cuja ocasião conseguiu convencer a todos os Srs. Vereadores, que Drumond sequer esteve em Itajaí. Teria Ferreira da Silva afirmado que para Drumond iniciar os trabalhos de fundação de um estabelecimento de colonização no Itajai mirim, em local que ficava situado a duas léguas rio acima a contar da Barra do Rio, viajara até êsse local via alto Tijucas, passando por onde hoje se situa a cidade de Brusque. E que teria sido exibida uma pilha de documentos, para que os Srs. Vereadores os folheassem. Em consequência, o nome de Drumond foi sumàriamente banido daquele excelente guia turístico, distribuído pela Prefeitura em fins do ano passado.

Aliás, Ferreira da Silva tem, reiteradamente, afirmado que Drumond, em tempo algum, sequer colocou seus pés onde hoje se ergue a nossa cidade e afirmado que Drumond nunca esteve nas margens do Itajai-açu, as quais, jamais teria chegado a avistar.

Sem embargo, não é isto o que afirma o próprio Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond, que não teria, evidentemente, o menor interêsse nem de mentir nem de fantasiar, como como igualmente não teve interêsse em magnificar a sua estada em Itajai. Drummond foi um homem cuja personalidade está consignada em várias enciclopédias e cujo patriotismo está exaltado por vários dos nossos mais doutos historiadores. O fato menos importante da sua vida, a página mais modesta da sua brilhante “fôlha de Serviços” ao Brasil, talvez tenha sido exatamente a da sua estada em Santa Catarina, tantos são os episódios muito mais marcantes da sua extraordinária vivência e da sua cativante personalidade, tantos são os feitos que marcaram indelévelmente a sua brilhante “fé-de-ofício”.

Diz Ferreira da Silva na carta já citada e publicada no JP de 5 do mês passado: “...*não é fazendo literatura, nem com sentimentalismos, nem com preferências, nem com sofismas que se escreve história.* Nem com “parti-pris”, acrescento eu! *História – continua êle – tem que ser feita à base de documentos, autênticos, verídicos, indiscutíveis*”. Quem nega isto?

Os francêses possuem uma locução, comumente citada de irônica, para sublinhar a deturpação dos fatos, feita por pessoas facciosas: “*Et voilà comme on écrit l’histoire...*” (eis aí como se escreve a história) O que me parece, cai na medida exata sôbre a cabeça respeitável do ilustre Sr. J. Ferreira da Silva.

Devo esclarecer que os documentos que Ferreira da Silva deu à publicidade no caso Drummond, eu também os possuo em cópia xerox. Aliás, possuo não só os documentos a que êle se referiu, como outros a que êle não se referiu, talvez porque não lhe conviesse a êles referir-se.

O que estou contestando, insisto em dizer, não é, evidentemente, a autenticidade dêsses documentos e sim a *interpretação* capciosa que Ferreira da Silva, quando não lhe convém, não comenta certas passagens dêsses mesmos documentos. É aí que age com “parti-pris”, como é o caso, por exemplo, da carta de 19 de março de 1820, que Drummond dirigiu ao ministro Vilanova Portugal.

Malgrado o farto material de pesquisa nela existente e as ilações que dela se poderá retirar, Ferreira da Silva fêz uma única observação e assim mesmo para mencionar conclusões à sua moda. O comentário que poderei fazer sôbre tal documento, dará uma carta ainda maior do que o tamanho da presente.

Tudo isto me leva à conclusão que o ilustre Sr. J. Ferreira da Silva faz muito pouco da inteligência alheia, pretendendo, em têrmos históricos, agir como se fôsse o

dono da verdade. “FERREIRA LOCUTA, CAUSA FINITA!” E como dono da verdade êle ousa dizer que as ANOTAÇÕES de Drumond à sua biografia, que é autobiografia dêsse ilustre brasileiro, “*não merecem fé, conforme (diz êle) provei à saciedade*”. (!?!). Não é audácia? Quem é o jactancioso em todo êsse episódio?

Considerando que historiadores e escritores de muito mais nomeada do que Ferreira da Silva vêm nessas ANOTAÇÕES um depoimento imprescindível para os que escrevem sôbre a história da nossa independência, não há dúvida de que a esdruxula afirmativa de Ferreira da Silva, fica reduzida ao tamanho equivalente à quadragésima milionésima parte que vai do zero absoluto ao infinito do nada.

Como é igualmente temerário e ousado afirmar que Drumond nunca pisou o solo itajaiense e sequer avistou as margens do Itajaí-açu, tantas são as informações que êle próprio, Drumond, nos deixou a respeito de sua permanência em nossa “Pequena Pátria”.

E se Ferreira da Silva, obstinadamente, tem tanta raiva de Drumond a ponto de julgá-lo um reles mentiroso e afirmar que o que êle escreveu não merece fé, terá de afirmar também que não merece fé, a carta que o governador do então, Coronel João Vieira Tovar e Albuquerque enviou ao ministro Portugal, datada de 14 de março de 1820, documento que não consta da publicação de Ferreira da Silva e cujo primeiro periodo está assim redigido:

“Por Antônio de Menezes, tive a satisfação de receber a carta de V. Excia. com data de 14 do passado. Eu estou a partir com êle e com Miguel de Souza para Itajahi, para, por meus olhos, ver o local e poder informar com exatidão a V. Excia; entretanto, parece-me que se deve preferir para povoadores os Povos de Varzim que são muito cultivadores, aos da Ericeira, que a falar a verdade são bons só para o mar.” (ERICEIRA, praia de pescadores, distante 42 km. de Lisboa; ericeiro, na época, sinônimo de pescador).

Quando Ferreira da Silva afirma que Drumond esteve no Itajai-mirim, fazendo os preparativos para a fundação de um estabelecimento de colonização, distante apenas 12 quilômetros da Barra do Rio – duas léguas – e que ali chegou pelo alto Tijucas via Brusque, estará logicamente afirmando também que Drumond voltou para o Rio de Janeiro pelo mesmo itinerário, uma vez que, segundo êle, Drumond nunca pisou o solo itajaiense e sequer avistou as margens do nosso soberbo Itajai-açu. (!?!)

E se o governador Tovar e Albuquerque afirma que “*estou a partir com êle (Drumond) e com Miguel de Souza para Itajahi*” (Miguel de Souza era o Intendente de Marinha Capitão de Mar e Guerra Miguel de Souza Mello e Alvím, encarregado da colonização de Pôrto Belo, que então se denominava Ericeira, em homenagem à citada vila portuguesa) terá também fatalmente usado o mesmo extravagante e sinuoso itinerário traçado por Ferreira da Silva, tanto na viagem de ida quanto na de volta. Conclue-se então, pelo que afirma Ferreira da Silva, que essas três personalidades, além da habitual comitiva dos “puxas”, saíram de Florianópolis com destino a um ponto situado a poucos quilômetros da Barra do Rio e que, ao invés de usarem a via natural, que então era o mar, (Thalassa! Thalassa!) embrenharam-se pelo mato a dentro.

Não é afirmação de cabo-de-esquadra? Não é de arripiar porco-espinho? Pode-se levar isto a sério ou é de morrer de rir? E com esta fico a indagar, num solilóquio: que diabo de vil minhoca teria conseguido insinuar-se em tão ilustre cachimônia?

E logo num bestunto de 24 quilates?

Diz Oswaldo Cabral, no seu livro BRUSQUE, ao referir-se à colonização dessa importante cidade vizinha, ocorrida no ano de 1860, 40 anos, portanto, após aquela aventura da “operação-mato”.

“A face da terra se transforma, apenas o rio continua tranquilamente a correr, embora as suas águas devessem ser, daí por diante, cortadas mais frequentemente pelas canoas, pois continuaria o ser, por longo tempo ainda, *a única via de comunicação do núcleo que iniciava a sua vida com o resto do mundo, (grifo meu) a única estrada aberta pela natureza, para o contacto com o centro, representado pela Vila do Santíssimo Sacramento do Itajaí.*”

E afirma também Ferreira da Silva: “... Vasconcelos de Drumond não distinguiu, UMA ÚNICA VEZ QUE FÔSSE (grifo e caixa alta por minha conta) o Itajai-açu do Itajai-mirim. Fala simplesmente no ITAJAI, sem qualquer qualificativo. Dessa omissão é que gerou todo o malentendido.

Com a mesma sem-cerimônia que Ferreira da Silva conjetura que foi da omissão do sufixo “mirim” que se gerou todo o malentendido, poder-se-ia, legítima e obviamente, conjeturar que Drumond teria omitido isto sim, o sufixo “açu” Pois uma suposição pode gerar outra suposição, mas, continuará sempre a ser uma presunção e, conseqüentemente, pode ser igualmente falso, tanto um fato quanto o outro daí se procurar retirar.

Todavia, na citada carta de 19 de março de 1820, de Drumond ao ministro Portugal êle fala duas vezes no TAJAHI MIRIM e três no TAJAHI. (Respeitei a grafia da própria carta).

Como se vê, Drumond sempre soube distinguir perfeitamente um rio do outro. Mas, o que Ferreira da Silva ainda não se deu conta nem se precatou, o mais curioso da história é que, à época em que Drumond esteve em Santa Catarina, o sufixo “açú” ainda não estava incorporado ao nosso topônimo. Como faz prova os próprios documentos que o próprio Ferreira da Silva tem em seu poder.

Simplesmente, eis porque Drumond não utilizou tal sufixo. E com tal esclarecimento, o dito malentendido, um dos principais argumentos de Ferreira da Silva, vira nó górdio em torno do seu próprio pescoço e dentro do qual vai ter que estrebuchar um bom pedaço.

Aliás, há um pequeno trecho dessa carta, que foi omitido na publicação de Ferreira da Silva. Diz ainda Ferreira da Silva na carta que me dirigiu: “*E se o senhor puder apresentar-me um só documento que destrua o que venho afirmando – que Drumond NUNCA ESTEVE no local da atual cidade de ITAJAI, na foz do Itajai-açú – darei a mão à palmatória.*”

Volto a insistir que a mesma autoridade e a mesma dose de razão que assite ao ilustre Sr. J. Ferreira da Silva de solicitar-me um documento que prove que Drumond esteve na hoje cidade de Itajai, dá-me o direito de solicitar-lhe um documento que prove que Drumond NUNCA ESTEVE na hoje cidade de Itajai, já que êle próprio é quem diz que aquilo que Drumond afirmou por escrito, que é o documento que possuo, não merece fê alguma, conforme “provou” à saciedade.

Diz que provou, mas não apresentou documento algum para fazer a prova provada. Com alguma ingenuidade, Ferreira da Silva chama de prova, as conclusões que êle tira a seu talante, o que não deixa de ser um tipo de prova, mas, inaceitável, porque supinamente curiosa. E o *ônus da prova* – como Ferreira da Silva não ignora – *cabe a quem acusa*. E é êle que está acusando Drumond de mentiroso... “FERREIRA LOCUTA, CAUSA FINITA!”

Do que Drumond deixou escrito e que Ferreira da Silva diz que não merece fé, destaco apenas o seguinte: “*O rio Itajaí, sobre cujas margens eu comecei a formar um estabelecimento, é bem navegável*” E mais: “... *da minha viagem e residência nas margens daquele rio*”.

E ainda mais: “...*Alguns trabalhos se fizeram no rio Itajai, mas não houve tempo nem meios para os levar a cabo. Todavia, ali se construiu uma sumaca etc...*” E finalmente: “*Permita o céu que a guerra e os males que ela consigo trás, não tenham destruído os fundamentos da colônia que eu comecei a estabelecer ali e que já florescia quando fui obrigado a deixá-la em 1821*”. (grifos meus)

Está cristalinamente claro que é ao Itajai-açu, anteriormente apenas TAJAHI ou TAJAHY ou ITAJAHI ou ITAJAHY (posso documentá-las da época com tôdas estas grafias) que Drumond se refere na suas ANOTAÇÕES. Está cristalinamente claro, não só pelo que ficou acima transcrito, como por muitos outros detalhes constantes das mesmas citadas ANOTAÇÕES.

Chamar Drumond de mentiroso, passa a ser então problema exclusivo do ilustre Sr. J. Ferreira da Silva e de sua responsabilidade. E se Drumond deveria ir para o TAJAHI MIRIM mas não foi, é um outro assunto, uma outra história, um outro capítulo, FACTUM ET TRANSACTUM.

Devo dizer ainda que estou à disposição da Câmara Municipal, se os Srs. Vereadores quizerem ouvir-me a respeito da contestação que faço ao ilustre sr. J. Ferreira da Silva contra a contestação que fêz ao nosso eminente conterrâneo Marcos Konder, já que encerro aqui, via JORNAL DO POVO, esta série epistolar, pois não mais desejo, meu caro Abdon, abusar da tua hospitalidade.

Os documentos que possuo, mais os que obtiver daqui em diante, inclusive os retratos de Drumond quando moço e quando velho, que estão devidamente autenticados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, serão oportunamente enviados à Biblioteca Municipal de Itajaí.

As conclusões de Ferreira da Silva e sua contestação a Marcos Konder, poderão, então, “sem sentimentalismos e sem preferências”, ser examinadas também por outros homens mais estudiosos e mais capazes e tão desejosos, como eu, de ver sanada a controvérsia que foi gerada, diga-se de passagem, pelo nosso ilustre historiador e protanto de sua exclusiva responsabilidade.

Com o travo já meio azêdo, sustento que o Sr. Ferreira da Silva, “o mais itajaiense dos tijucanos” (!?!) com as distorções que provocou no episódio da fundação da nossa cidade, fêz um grande mal à nossa história. Foi o maior e o mais completo desserviço sofrido por Itajaí.

Finalmente, tenho fundadas esperanças de ver a ressurreição do nosso 12 de outubro, data que Marcos Konder escolheu para homenagear o 12 de outubro de 1822,

quando D. Pedro I, que então completava 24 anos, fêz a proclamação oficial da nossa independência a todos os paízes com que mantinhamos relações diplomáticas e em cuja data Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond foi o primeiro brasileiro a ser agraciado pelo Imperador. Ressurreição que espero aconteça ou no próximo 12 de outubro ou num dos vindouros, seja nesta ou em qualquer outra legislatura. Quando então Itajai deverá homenagear condignamente a memória de Marcos Konder pois lhe deve êste preito de saudade.

Com o meu muito obrigado pela breve publicação da presente, termino, meu caro Abdon, dizendo apenas que o Rio continua lindo, neste primaveril inverno.

Abraços afetuosos do teu amigo,

Gil Miranda.

1971 - O nascimento de Itajaí. Gustavo Konder. Cadernos de Blumenau. Tomo XII. Julho 1971. Nº 07. Páginas 131-133; Jornal do Povo. 14 de agosto de 1971.

Quando eu ainda era menino (de 9 anos em diante) costumava, depois de cumprir as minhas lições da tarde, passear solitário pela orla da lagoa artificial até ao cortume do sr. Ernesto Schneider, situado no fim do bairro da Fazenda, da cidade de Itajaí, minha terra natal. Além de espaiar, observava tudo o que me interessava e, um belo dia, afastando-me da lagoa, caminhei até ao sopé do morro, que mais tarde tomou o nome de Morro da Cruz (por causa da grande cruz de madeira em seu cume, na comemoração do centenário de Itajaí, em 12 de outubro de 1920). Nesta memorável data, o meu saudoso pai (Marcos Konder), como prefeito, proferiu a sua famosa conferência intitulada “A pequena pátria”.

Pois bem, nos rochedos incrustados na base do aludido morro, tive a grande surpresa de encontrar inúmeros buracos redondos e alguns até revestidos de carcaças brancas de ostras e cascas de mexilhões e mariscos, fato que me deixou bastante intrigado já que as pedreiras ficavam afastadas a centenas de metros do mar. Este mistério ficou marcado à fogo na minha mente. Voltei logo para casa e contei, muito entusiasmado, à minha saudosa mãe e única professôra, a grande revelação. A mamãe, depois de refletir alguns minutos, aconselhou-me: - “Eu não sei explicar-te êste mistério, mas você poderá desvendá-lo sozinho”. “Mas como?”, retruquei. “Ora, meu filho, basta estudar a Géó-História e um pouco de Paleontologia, talvez descobrirás êste mistério!”, foi a sua abençoada resposta. Bastante preocupado, fui para o meu quarto de cima, justamente bem defronte à querida e poetica lagoa artificial, como já relatei na minha crônica anterior – “Um, trecho de minha infância”.

Por intermédio de diversas brochuras científicas, comecei a estudar o fenômeno em todas as minhas horas disponíveis, para poder penetrar nos mistérios da evolução da nossa terra. Pesquisava também nas cercanias da Fazenda, Barra do Rio, Itaipava e finalmente em Navegantes, que fica do outro lado do rio. Na estrada para Itaipava, rumo à fazenda do sr. Alberto Werner, encontrei nas pedreiras e bem perto do matadouro municipal, vestígios idênticos aos do morro da Cruz. Em seguida, para orientar melhor as minhas observações, fiz um mapa de toda a zona visitada, inclusive dos rios e riachos ali existentes. Também anotei as terras arenosas, as plantas, as pedras e outros vestígios, de acôrdo com as teorias da Géó-História.

Após alguns anos de esforços mentais, consegui decifrar êste enigma que tentarei explicar da maneira seguinte: - Que em milhares de séculos passados, toda a baixada, onde fica atualmente a cidade de Itajai, era evidentemente uma grande baía e não existia o bairro de Navegantes, hoje município independente. Somente morros e pedreiras ao redor da baía e, naturalmente, os rios Itajai mirim e açú que eram caudalosos, por causa das gigantescas e luxuriantes florestas de todo o Vale do Itajaí. Devia ser um cenário fabuloso e maravilhoso!. Mas, com o correr dos séculos, a natureza, lentamente, foi se modificando em face dos rios e dos largos riachos despejarem anualmente toneladas de resíduos de terra, pedregulhos e outras substâncias para o Atlântico, que, por sua vez, pelas suas bravias ondas e ressacas, empurravam-nas de volta, acrescentando ainda as areias trazidas pelas correntes marítimas (entre elas a grande corrente equatorial do Sul), das costas africanas. A referida corrente marítima é um verdadeiro redemoinho entre America do Sul e grande parte da África. Ainda hoje aparecem nas nossas praias, embora raramente, algumas espécies de moluscos africanos.

Por causa desta luta entre os rios e o mar (Atlântico) nasceu bem ao norte da baía, um pequeno banco, que, com o transcorrer dos séculos, solidificou-se e encompridou-se. Era o primitivo Navegantes.

Com o estreitamento da embocadura da baía, o curso das águas fluviais, acoçadas pelas ondas, começou a lançar resíduos terrestres na própria baía aterrando-a lentamente. O panorama do golfo de Itajaí desfigurou-se totalmente deixando apenas, como lembrança, a pequena lagoa da Fazenda, graças ao espigão de pedras, construído pela mão do homem, com o fito de desviar o curso do rio para o mar. Si não fosse o espigão, a lagoa também seria totalmente soterrada, como quase toda a baía.

Sómente entre os anos de 1750/1800, apareceram nos vastos atêrros, secos e cobertos de florestas, algumas choças de pescadores anônimos, originados de outras plagas. E assim, mais tarde nasceu a encantadora cidade de Itajaí, atualmente com o seu porto bem aparelhado e o curso das águas fluviais bem encaminhadas e controladas.

Residindo no Rio, em 1942, encontrei numa livraria, estabelecida à rua da Assembléia, o eminente sábio Dr. Eduardo Santos, um dos competentes ornitófilos do Brasil, ao qual expliquei, minuciosamente, o meu ponto de vista sobre a configuração da grande baía de Itajaí. Quando terminei, o erudito sábio concordou entusiasmado e até me aconselhou a escrever um livro desta história. Não o fiz, porque faltava-me erudição.

Em tempo: - quero deixar aqui uma observação sôbre a debatida fundação da minha terra natal (Itajaí). Nunca houve propriamente, fundação e sim um lento agrupamento de pescadores e lavradores de nomes obscuros, analfabetos e ignorantes. Estabeleceram-se na enseada da Fazenda, defronte à foz do rio Itajai, por causa da rica fauna fluvial. Talvez desiludidos, emigraram da Armação do Itapocoroia, que foi estabelecida nos anos 1777/78.

Os supostos fundadores Vasconcelos de Drumond, Agostinho A. Ramos e outros pretendentes, sómente apareceram muitos anos depois, aproveitando a mão de obra dos primeiros moradores, para explorarem a riqueza existente na zona.

Si o meu saudoso pai (Marcos Konder) fixou a data de 12 de outubro para a fundação, foi simplesmente para crismar a idade de Itajaí.

Não vou me alongar neste assunto, porque não sou historiador, e prefiro assistir, acomodado na arquibancada da arena, o acirrado duelo polêmico dos gladiadores intelectuais!

1971 - Itajaí de ontem e de hoje. Afonso Luiz da Silva. Preâmbulo. Pag 01-20. Itajaí: ed. autor, 1971.

Em Santa Catarina existem vários casos em que se distingue uma pessoa com o título de fundador da atual cidade ou município, mas existem outros, entretanto, em que as povoações se formaram e se desenvolveram sem que seja atribuída a alguém a honra de as terem fundado.

Em quase todos os casos, na região em que se inicia uma colônia ou povoado, as terras adjacentes já tinham moradores, em geral esparsos, mas que não possuíam as qualidades de mando e de iniciativa para agrupar uns e outros para formar a póvoa inicial e assim, nessas hipóteses, a futura cidade ficou sem fundador, ou então alguém veio mais tarde, com novos elementos, e se estabeleceu começando a comunidade.

O que caracteriza o fundador é a estabilidade da póvoa que iniciou, com seus característicos de organização, a delimitação da praça para se erigir a capela, a casa do administrador, a cadeia e outros próprios necessários, um arruamento para que as casas não surgissem desordenadamente, tudo seguido de uma racional divisão de lotes para os pioneiros do estabelecimento.

Assim, por exemplo, São Francisco, que foi a primeira fundação estável da costa de Santa Catarina, onde se ergueu a Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco, teve em Manoel Lourenço de Andrade e seus companheiros a distinção de fundador da vila. Êle ali chegou com mulher e filhos, genro, agregados, escravos, ferramentas, animais e o que mais julgou indispensável para a ocupação das terras. Mas se o considerarmos fundador de São Francisco, não quer isto dizer que fôsse o primeiro a habitar o local. O próprio Manoel Lourenço ali estivera antes de 1658, e segundo Oswaldo Cabral, na sua “História de Santa Catarina” , Antônio Fernandes, em 1642 tivera concessão para “povoar a ilha que iria fundar no mesmo local onde já tinha capela de Nossa Senhora da Graça”, o que evidencia ter sido habitada muitos anos antes de 1658.

Antes dessa época fôra a ilha de São Francisco visitada por navegantes diversos, e supõe-se que no ano de 1505 o navegador francês Binot Paulmier de Genneville ali estivera, mas é certo que da expedição de 1549 e 1553 de Diego de Sanabria e outros, permaneceu parte da expedição em São Francisco, onde do casal Hernando de Trejo e Maria de Sanabria nasceu um menino, cujo nome de Hernando de Trejo Sanabria veio a

se tornar célebre como Bispo de Tucuman e fundador da Universidade de Córdoba na Argentina.

A Ilha de Santa Catarina cedo se tornou conhecida dos navegantes que lançaram ferros no seu pôrto acolhedor, e o seu nome se acredita ter sido dado por um deles, Sebastião Caboto, em 1526, embora historiadores hajam atribuído a outros navegadores a denominação que da ilha se estendeu ao território que é hoje o Estado de Santa Catarina.

Considera-se como fundador do Dêsterro Francisco Dias Velho que, em 1678, requereu duas léguas em quadro na ilha, onde já havia uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Destêrro. Estabeleceu-se aí Dias Velho com a família, escravos e agregados, até ser morto pelos piratas, tendo os seus seguidores abandonado o local que ficou com poucos moradores. Assim antes de Francisco Dias Velho a Ilha de Santa Catarina teve habitantes, mas a tradição conservou para o desditoso paulista as honras de fundador da póvoa desterrense.

Do mesmo modo em Laguna, o povoamento foi sendo feito lentamente, mas em 1676 Domingos de Brito Peixoto, natural de S. Vicente, organizou uma bandeira para o Sul e veio estabelecer em Laguna as bases de uma povoação, sob a invocação de Santo Antônio dos Anjos. Ficou considerado como fundador de Laguna, porque, após várias peripécias, ali se fixou com os filhos e familiares, escravos e indígenas, alí também falecendo já no século XVIII.

A cidade de Lages, no interior de Santa Catarina, teve em Antônio Correia Pinto, por delegação do Morgado de Mateus, a figura inconfundível de fundador, pois ali chegou com seu pessoal, levando o propósito de fundar uma vila, trouxe família, agregados, escolheu terreno por duas vêzes, traçou os limites da póvoa, ergueu a capela de Nossa Senhora dos Prazeres e dirigiu até a morte o estabelecimento, fazendo-o prosperar.

Joinville comemora com grande entusiasmo e no centenário, através de ruidosas solenidades, os pioneiros de sua fundação, dos quais conhece todos os nomes e famílias, e que foram os da colônia D. Francisca, nas terras que faziam parte do dote da Princesa D. Francisca em seu casamento com o Príncipe de Joinville. Mas chegados os primeiros imigrantes, em terras já demarcadas por ordem do Govêrno Imperial, sendo o engenheiro o celebrado lagunense Jerônimo Francisco Coelho, não considera o povo joinvilense como sendo certo e determinado dos seus povoadores o fundador da cidade. Como em quase tôda parte, com raras exceções, eram as terras já habitadas, com

algumas fazendas prósperas, tanto que houve muita discussão sobre as terras que deviam ser reservadas para a parte dotal a fim de não compreenderem porções já ocupadas. O fundador podia ser um dos homens notáveis do início da Colônia D. Francisca, de que surgiu Joinville, que era Léonce Aubé, procurador do Príncipe de Joinville e grande batalhador dos primórdios do estabelecimento, que recebeu os primeiros expedicionários em 22 de maio de 1850 entre os quais se encontrava Léonce Aubé. Êste, em carta ao Imperador, relatou como se fundou a colônia, a excelência da região e enviou as fotografias das primeiras casas. Além de se estabelecer no local, construindo a sua casa, de acompanhar todos os acontecimentos, prestando a sua colaboração a todos êles, de escrever uma interessante Memória sobre Santa Catarina, de administrar a mesma de 1855 a 1860, de manter o maior contato com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo desde que se fundou em 1849, Louis François Léonce Aubé não é considerado fundador de Joinville, nem, por exemplo, o primeiro administrador Eduardo Schroeder, filho do Senador Christian Matias Schroeder, Presidente da Sociedade Colonizadora, nem o engenheiro Hermann Gunther que recebeu oficialmente as terras entregues pelo representante do Príncipe.

Se em Joinville não se coloca num certo nome, embora conhecidos todos os primeiros habitantes, o do fundador da primitiva povoação, não se dá o mesmo com Blumenau, que tomou o nome do seu fundador, o Dr. Hermann Otto Bruno Blumenau. Com efeito, êste estudou desde moço na Europa planos de colonização, requereu ao Govêrno a concessão das terras, fêz a escolha do local, organizou com grande luta a leva dos primeiros imigrantes europeus, recebeu-os e dirigiu-os e foi o Diretor da colônia mesmo depois de passada ao domínio da União, quando pela idade e pela doença retirou-se para a Alemanha; mas fêz uma obra notável, imprimindo nas menores particularidades o cunho de uma grande mentalidade, tanto que o núcleo prosperou até se tornar um dos mais importantes municípios brasileiros. A cidade ergueu estátua ao seu fundador, muitos escritores descreveram a sua ação e traçaram sua biografia e os blumenauenses se orgulham de seus primórdios, de sua gente e da figura de seu fundador.

Com Brusque devia suceder o mesmo que com Blumenau, porque recebeu as primeiras levadas de colonos, teve a sua área perfeitamente delimitada, e seu Diretor o Barão Maximiliano von Schneéburg e todos os característicos de uma povoação que se iniciava. Estão registrados com carinho nos anais da cidade os nomes dos que constituíram, principalmente, as quatro primeiras entradas de imigrantes, com os das

mulheres e dos filhos. Entretanto, o povo brusquense, que comemorou com o maior brilho o centenário de sua fundação, não coloca o Barão de Schneéburg como a figura primeira de sua história, não o aclama como seu fundador, quando possuía tôdas as qualidades para poder ostentar o título. São festejados os colonos, seus descendentes, perscrutados os destinos que tiveram as figuras ilustres que surgiram dêstes troncos, mas não se dá importância a nenhuma figura como de fundador.

Já Azambuja, colônia primitiva de italianos, teve o seu fundador no engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, o qual foi designado para com a finalidade de fundar colônia no vale do Tubarão, em terras devolutas e muito férteis da região; êle se estabeleceu no local, acompanhou os primeiros habitantes, dirigiu-os durante anos e também é responsável pela fundação de Urussanga, cerca de um ano depois de Azambuja.

Outras atuais cidades catarinenses tiveram suas figuras principais do início da colonização, como Rodeio, Timbó, Indaial, Rio do Sul, Ituporanga, Ibirama e outras, e em tempos mais modernos as povoações do oeste catarinense, e são reverenciadas figuras de projeção dos seus primórdios, caracterizando-se as datas de fundação como também os primitivos povoadores.

CONSIDERAÇÕES EM TÔRNO DA FUNDAÇÃO DE ITAJAÍ

O rio Itajaí-açú, com seus afluentes, o principal rio de Santa Catarina, com formoso e fértil vale, foi sempre uma atração para os habitantes, e desde cedo, no século XIX mais especialmente, foram as suas margens recebendo famílias de adventícios que nelas se estabeleceram. Na região da foz do rio, onde hoje se acha a cidade de Itajaí, a crônica registrou os nomes de alguns moradores, como Alexandre de Azeredo Leão Coutinho, Silvestre Nunes Leal Correia, José Correia de Negreiros, citados por Oswaldo Cabral, e antes dêsses, como talvez o primeiro morador da zona Mateus Arzão, da família de João Dias de Arzão que viera para Santa Catarina com Manoel Lourenço de Andrade, fundador de São Francisco.

Quando Antônio de Menezes Vasconcelos de Drumond esteve na região, por duas vêzes, em 1819 e 1820, retirando-se definitivamente em 09 de maio de 1821 para o Rio de Janeiro, encontrou numerosos moradores e aproveitou-se dêles para o corte de madeiras, e para fundar um estabelecimento, de acôrdo com o Aviso de 5 de fevereiro de 1820, que o encarregava de tomar posse de umas terras junto ao rio **Tajai-mirim** (Itajaí-mirim) a fim de nelas formar um estabelecimento, segundo a direção que lhe desse o Governador João Vieira Tovar e Albuquerque, de Santa Catarina.

O escritor José Ferreira da Silva, grande estudioso da história catarinense, com especialidade do vale do Itajaí, esclarece na sua publicação “As terras do Itajaí-mirim e Vasconcelos de Drumond” a ação deste último. Vasconcelos de Drumond, nas Anotações à sua biografia publicada pela “Biographie Universelle et Portative des Contemporains”, de Paris, faz algumas afirmações, como: ter sido encarregado da comissão de colonizar as terras que banham o rio Itajaí; que alguns trabalhos se fizeram no rio itajaí, mas nem houve tempo nem meios para os levar a cabo; que se construiu uma sumaca “São Domingos Lourenço” que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajaí; que de Itajaí mandou a madeira para a obra do museu do Campo de Sant’Anna, no Rio de Janeiro. Em outro local diz que começou a formar um estabelecimento nas suas margens (rio Itajaí) e em certo trecho:

“Permita o céu que a guerra e os males que ela consigo tráz não tenham destruído os fundamentos da colônia que eu comecei a estabelecer ali e que já florescia quando fui obrigado a deixá-la em 1821.”

Outras afirmações de Vasconcelos de Drumond, como que foi por proposta sua que Tomás Antônio determinou a abertura de uma estrada de Santa Catarina a Lages, e desanexou esta vila da Província de S. Paulo para reunir à Província de Santa Catarina, não resistem a qualquer crítica histórica, pois êsses dois acontecimentos, como provou Manoel da Silva Mafra na sua monumental “Exposição Histórico-Jurídica por parte do Estado de Santa Catarina sôbre a questão de limites com o Estado do Paraná” e também como expõem outros historiadores, tiveram fundamentos diversos que não podem ser atribuídos a Vasconcelos de Drumond.

Baseado apenas nas informações deste, o distinto historiador itajaiense, Marcos Konder, aponta-o como fundador de Itajaí, na publicação “A Pequena Pátria”.

Ressalta desde logo que as terras onde se encontra a cidade de Itajaí, junto à foz do grande rio, estavam ocupadas por numerosos habitantes quando Drumond ali chegou, e portanto o estabelecimento ou colônia não devia estar aí situado. Nos seus escritos Drumond não distingue os rios Itajaí-açu e Itajaí-mirim, quando era nas margens deste que devia tomar posse das terras de que fala o Aviso de 5 de fevereiro de 1820. Pelas suas afirmações, não se pode estabelecer exatamente o local desse estabelecimento ou colônia, pois não há indicação positiva, se no Itajaí-mirim e a que distância de sua foz no Itajaí-açu, ou se nas margens deste e a que distância de sua foz no oceano e em que margem direita ou esquerda.

Por outro lado quando se estuda a fundação das atuais cidades catarinenses, com especialidade as oriundas de colonos europeus, sabe-se os nomes de seus primitivos imigrantes, com as suas famílias, os diretores, onde se estabeleceram, a data dos primeiros arrivistas, e assim por diante. Do estabelecimento ou colônia de que fala Vasconcelos de Drumond nada se sabe sobre seus componentes, quais as famílias que o compuseram, o administrador que o substituiu, o número de pessoas, as atividades a que se empregaram, a não ser que construíram uma sumaca, que seria a primeira a transpor a foz do rio Itajaí-açu, o que também não se prova.

Em 1833 foi criado o distrito de Itajaí à margem direita do rio Itajaí-açu, o que prova ter havido povoamento suficiente para que a póvoa fôsse elevada a distrito ainda na primeira metade do século XIX. Nada prova, nenhum documento esclarece, que o distrito assim formado tenha tido como base o estabelecimento ou colônia a que se refere Vasconcelos de Drumond. O que parece mais certo é que os moradores da região, que vinham desde os primeiros anos do século como esclarecem as cartas de sesmarias expedidas e os numerosos pedidos de outras ao Vice-rei, quando sentiram a necessidade da serem administrados com autonomia, evitando longas viagens a S. Francisco, por exemplo, passaram a se interessar para a formação do distrito, tendo naturalmente os seus condutores entre os quais pode ser mencionado Agostinho Alves Ramos, o primeiro a se estabelecer como negociante na vila em formação.

O opúsculo de Marcos Konder “A Pequena Pátria” é a reunião de dois discursos e uma conferência por êle pronunciados por ocasião de se comemorar no dia 12 de outubro de 1920 o centenário da fundação de Itajaí.

É na conferência lida perante o Conselho Municipal, como superintendente da cidade, que Marcos Konder exalta a figura de Vasconcelos de Drumond, como grandiosa e varonil, jovem diplomata de fina educação e de descendência ilustre, estudioso infatigável e excursionista apaixonado, de indomável espírito liberal e que concebeu o vasto e glorioso plano de colonizar as terras banhadas pelo rio Itajaí. E tecendo os maiores louvores ao jovem empreendedor, diz que fundou uma colônia na foz do Itajaí, colônia que logo prosperou e assim considera Drumond **“como o primeiro colonizador destas paragens, certos de que, se outro qualquer aqui esteve antes dêle, não realizou ato algum digno de ser assinalado como obra de conquista do homem civilizado”**.

Entretanto, a contrastar com o entusiasmo de Marcos Konder pela figura que tanto exalta, acham-se as seguintes palavras na mesma conferência:

“A data exata da fundação não conseguí averiguar. A única fonte, onde colhi os subsídios para esta desprezenciosa crônica, foram as Anotações feitas pelo mesmo Drumond à sua biografia publicada em 1836 na “Biographie Universelle et Portative des Contemporains”.

E acrescenta:

“Por êsse folheto se sabe que Drumond veio a Santa Catarina pela segunda vez em 1819 especialmente para empreender a colonização das terras marginais do Itajaí, aqui esteve, fundou povoados, construiu um barco e o despachou com um carregamento ao Rio de Janeiro.”

Se com honestidade declara Marcos Konder, que não pôde averiguar a data exata da fundação, embora ache que o início se deu em 1820, ou ao menos, com absoluta segurança deduzir que foi no correr daquele ano que a colônia deu o seu primeiro sinal de vida, como foi fixada a data de 12 de outubro para a da fundação de Itajaí? Qual o acontecimento, por menor que fôsse a sua expressão, que se verificou nêsse dia, se nenhum documento o menciona, se dêle não falam as “Anotações” de Drumond, única fonte de Marcos Konder, e se no decurso do século nenhum historiador fez referência a essa data, pelo menos os mais autorizados de Santa Catarina?

Diz Marcos Konder que Drumond fundou povoados, mas é outra afirmação que não se encontra nos escritos dêste último, pois só fala de um estabelecimento que êle começou a formar nas margens do rio Itajaí, que já florescia quando a deixou em 1821, conforme a citação acima. Portanto Drumond não fala de povoados, dos quais aliás ninguém teve a menor notícia, pois os fundados por Agostinho Alves Ramos, os de Belchior e Pocinho, o foram em 1838, que teriam bastante desenvolvimento.

Diz ainda Marcos Konder que, quando Drumond chegou à foz do rio Itajaí com sua pequena flotilha provida de tudo, inclusive dos elementos precisos para a construção de um engenho de serrar madeira e de um pequeno estaleiro, armou o engenho em um dos ribeirões mais próximos. Dêsse modo, o estabelecimento ficava na foz do Itajaí ou num dos ribeirões ao qual não faz Drumond referência? Seria então o Itajaí-mirim de que trata o Aviso citado, mesmo porque não há outro ribeirão nas proximidades da foz. Mas então, como diz Ferreira da Silva, êle não podia ter fundado Itajaí que cresceu em terras junto à foz do grande rio.

A ausência de dados sôbre o estabelecimento fundado por Drumond, de sua distância à foz, ou nas margens de qual ribeirão, qual o administrador, o número de seus

habitantes, ou nomes dos que se agruparam sob as suas ordens, se construíram casas, se erigiram capela, tudo deixa na incerteza do que realmente sucedeu nas terras da atual Itajaí antes da partida em 9 de maio de 1821 para o Rio do ilustrado empreendedor.

O opúsculo “A Pequena Pátria” de Marcos Konder é de 1923. Depois dêle passou a adotar-se Vasconcelos de Drumond como fundador de Itajaí, embora com as ressalvas do próprio Marcos Konder ao confessar que **só se baseiou nas “Anotações” de Drumond**. Lucas Boiteux nas suas “Efemérides Catarinenses”, impressas em 1921, não faz referência à data de 12 de outubro de 1820. A data mais antiga que se conhece sobre Itajaí é de 1824, a data da criação do curato com a nomeação do primeiro vigário Frei Pedro Antônio de Agote, e pela mesma época se tratou da construção de uma capela, e a freguesia do Santíssimo Sacramento de Itajaí data de 13 de agosto de 1833, mas antes foi tirada da dependência de São Francisco para a de Pôrto Belo.

Já em 1799 o Capitão Governador da fortaleza de Santo Antônio dos Ratores da ilha de Santa Catarina requeria ao Vice-Rei, por sesmaria, uma légua de terras em quadro no rio Itajaí-mirim, para construir uma fábrica de açúcar para seu interesse e dos reais dízimos. E esta sesmaria foi concedida em 10 de junho de 1800. Na sua petição, refere-se que o terreno pedido confrontava pela parte de leste com as terras que anda requerendo o Capitão Manoel Antônio Tavares.

Essa sesmaria de Joaquim Francisco de Sales e Melo, bem como a de D. Ana Margarida de Santa Cruz Melo Rodrigues, também no Itajaí-mirim, foram cedidas a El-Rei em troca de favores, e como diz Ferreira da Silva, eram essas as terras de que devia Vasconcelos Drumond tomar posse, conforme o Aviso citado.

O Major Manoel Joaquim de Almeida Coelho foi o primeiro historiador conhecido de Santa Catarina, e num artigo de Ildefonso Juvenal, escritor e poeta, é apontado como o Heródoto catarinense [...].

Pois bem, Almeida Coelho tinha 27 anos de idade quando Vasconcelos Drumond chegou pela primeira vez em Santa Catarina, e já se dedicava ao seus estudos, embora começasse a publicar os seus trabalhos a partir de 1849. Mas era homem feito ao tempo de Drumond e naturalmente havia de acompanhar as notícias sobre o mesmo, que esteve largo tempo no Destêrro. No entanto escreve Almeida Coelho, na sua “Memória Histórica da Província de Santa Catarina”, o seguinte depoimento valiosos, como o mais próximo dos acontecimentos:

“No mesmo ano (1820) veio da Côrte do Rio de Janeiro, Antônio de Menezes Vasconcelos, encarregado da fundação de uma colônia no rio Itajaí.

Êste homem gastou um ano em passear e iludir (expressões de uma Memória que temos presente e vamos copiando) o Ministro a bem do seu interêsse particular, vezando aos pobres moradores do lugar, a quem dava a tarefa de serrar taboado, e cujos jornais nunca foram pagos, apesar de dispender a Fazenda Real, em tão pouco tempo, pois retirou-se em 1821, o melhor de cinco mil cruzados; não fez mais do que uma derrubada, sem deixar sinal algum de colônia. Ouviu-se por muitas vêzes dizer: aproveitemos o Ministro de Estado (era então Tomaz Antônio de Vilanova Portugal) **que está velho”.**

Como se vê é uma opinião desconcertante para as pretensões de Drumond no vale do Itajaí.

Melo Morais que era grande amigo de Vasconcelos de Drumond, tendo mesmo a êle feito a principal oferta de seu livro sôbre a “História do Brasil Reino e Brasil- Império”, no seu apanhado “Brasil Histórico” de 1864, traça a biografia de seu amigo, mas nenhuma luz traz para a fundação de Itajaí. Esclarece muito os motivos pelos quais foi Drumond mandado para Santa Catarina, em virtude de denúncias de que era pedreiro-livre e maçom e tomara parte do movimento de Pernambuco de 1817, e dessas acusações só se livrou porque contava com a proteção de Tomaz Antônio além do prestígio de seu pai na Côrte.

Mas da estada em Santa Catarina, apenas Melo Morais diz que explorou o rio Itajaí, mas não se refere a colônias fundadas nem a um determinado povoado; dá curso à sua versão do estabelecimento em que se construiu a sumaca “São Domingos Lourenço” que foi o primeiro navio dêsse porte a passar a foz do Itajaí, e sómente isso, justamente o que se encontra nas “Anotações” de Drumond a que nos referimos e, ainda, assim, resumidamente.

Também não há dúvida de que Tomaz Antônio Vilanova Portugal procurou se interessar pela colonização em Santa Catarina, mas sem continuidade administrativa. Entre seus atos favoráveis ao Brasil, consta a fundação da colônia Ericeira, da qual foi encarregado Miguel de Souza Melo e Alvim e é hoje a cidade de Pôrto Belo.

Diz ainda Max Fleiuss, na sua “História Administrativa” referindo-se a Tomaz Antônio: **“Fundou a colônia de Itajaí, cujos primeiros habitantes foram 100 soldados portugueses do 12º Batalhão, de que era comandante o então Coronel Madeira, destacado em Santa Catarina, vencendo êsses colonos militares \$ 160 diárias no primeiro ano e \$ 080 no segundo”**.

Embora pareça ter ficado o Ministro de D. João VI muito bem impressionado com as informações de Vasconcelos de Drumond, não consta que o trecho acima se refira a estabelecimento na foz do rio Itajaí; Almeida Coelho, no seu livro citado, fala que o Rei D. João VI mandou do 2º Batalhão do regimento nº 12 de Portugal, que então se achava na Província, vindo da Bahia, sob o comando do Coronel Inácio Luiz Madeira de Melo, tivessem baixa 80 soldados para povoadores da colônia Ericeira e das Caldas do Rio Cubatão. Diz ainda:

“Aconteceu com êstes o mesmo que com os ericeiros, pois demorando-se unicamente nos distritos que lhes foram marcados, o tempo preciso para receberem as diárias, se retiraram, uns para ocuparem o emprêgo de caixeiros, outros para Portugal, levando o produto das vendas que fizeram das suas posses”.

Por todos os motivos expostos chega-se à conclusão de que não existe solidez histórica para se atribuir a Antônio de Menezes Vasconcelos de Drumond, apesar dos seus grandes méritos, a glória de fundador de Itajaí.

AGOSTINHO ALVES RAMOS – O FUNDADOR

Pelo que vimos até aqui, é destituída de qualquer solidez histórica a hipótese levantada por Marcos Konder, de que Antônio Menezes Vasconcelos de Drumond teria fundado a cidade de Itajaí.

Tudo prova que o decantado personagem de “A Pequena Pátria” nada mais fez nestas terras do que um roçado e nêle mandou serrar madeiras e construiu, se é que isto também é verdade, a Sumaca “São Domingos Lourenço”. A dúvida sobre a construção de tal embarcação surge pelo fato de apenas Drumond a mencionar nas suas memórias. Ninguém mais faz referências a êsse barco.

Foi o escritor José Ferreira da Silva o primeiro a travar polêmica literária com Marcos Konder, sobre a verdade histórica de Itajaí. E Ferreira da Silva possui as provas

evidentes, conseguidas no Museu Histórico do Rio de Janeiro, de que está se fazendo uma injustiça ao se dar a Vasconcelos de Drumond o título de fundador.

O provável fundador desta cidade, por tudo que se conhece em documentos históricos, ficou no completo anonimato. Não se fala do seu nome senão de passagem, ou para citar fatos atribuídos a outros personagens que nada, ou quase nada, fizeram pelo progresso e desenvolvimento da Freguesia do Santíssimo Sacramento.

O primeiro registro de concessões de terras na região da Foz do Itajaí-Açú refere-se a João Dias de Arzão e data de 1658, quando obteve do primeiro capitão-mór da vila de São Francisco uma sesmaria nas proximidades da foz do Itajaí. Durante muito tempo se pensou que a propriedade dos Arzões se localizasse no conhecido bairro da Fazenda, porém, sabe-se que era em frente à barra do rio Itajaí-Mirim, onde ficava o fundeadouro, inclusive utilizado pelo Dr. Blumenau, que ali adquirira um galpão para abrigar imigrantes, que seguiam posteriormente rio acima, para a colônia de Blumenau.

Para não nos perdermos em delongas sobre os fatos que queremos provar, de que Agostinho Alves Ramos e não Vasconcelos de Drumond fundou Itajaí, fica claro que todas as citações que registrarmos são extraídas de documentos verídicos, microfilmados dos originais ou através de fotocópias autenticadas, de posse de José Ferreira da Silva que nos permitiu a sua transcrição.

Por publicações oficiais, constantes de documentos do Arquivo Nacional, tem-se conhecimento de concessões de sesmarias às margens do Itajaí às seguintes pessoas, em épocas bem anteriores à publicação da primeira história de Santa Catarina:

1792 – Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho, no local ainda hoje conhecido por Fazenda;

- Domingos Francisco de Souza;
- Francisco José Ferreira da Rocha Gil;
- Manoél Francisco da Costa
- Manoél Teixeira de Souza;

1793 – Joaquim Manoél da Costa Lobo;

- Manoel Fernandes Lessa;

1794 – José Corrêa;

- Matias Dias de Arzão
- Silvestre Nunes Leal Corrêa;

1795 – Manoel da Costa Fraga;

1799 – Joaquim Francisco de Sales e Melo;

- Manoel José Diniz;
- 1800 – Domingos Luiz do Livramento
- 1802 – Antônio Bernardino da Costa;
- 1803 – Joaquim José Pereira;
- 1811 – Domingos Francisco de Souza Coutinho.

Infelizmente, a situação exata de cada uma dessas sesmarias não pode ser hoje determinada em virtude do laconismo dos atos de concessão que, geralmente, citavam, como limites os nomes dos sesmeiros confrontantes, sem qualquer referência a acidentes geográficos. Mas é fora de dúvida que tôdas elas se situavam ou junto à foz do Itajaí-Açú, como a de Alexandre Coutinho, ou pelo Itajaí-Mirim acima, até o atual Taboleiro.

Pelo que ficou dito e que foi colhido em documentos fidedignos, acima de qualquer possibilidade de contestação, pode-se ter como certo que, por volta de 1823, quando Agostinho Alves Ramos chegou às margens do Itajaí, já se encontrava ocupada, com algumas casas, plantações e serrarias e, o que é bem provável, até um estaleiro para a construção de embarcações, tôda a área onde hoje se alargam o perímetro urbano e os suburbios da sede do Município de Itajaí.

Tudo deixa crer que Agostinho Alves Ramos tenha nascido no Rio de Janeiro. Chegou a Destêrro logo depois da Independência do Brasil e trazia consigo sua mulher Ana, natural de Peniche, Portugal. Era guarda livros mas possuía muitos conhecimentos técnicos e dons para outras atividades comerciais. Associou-se a Anacleto José Pereira que possuía uma grande casa de negócios no Destêrro, mantendo largo comércio com pescadores, agricultores e demais moradores de quase todo o litoral entre a Ilha e São Francisco, para o norte e até Laguna, para o Sul.

A firma possuía muitos barcos que faziam o comércio regular, comprando os artigos de artesanato ou das indústrias e vendendo provisões a tôda gente. Onde houvesse um aglomerado de pessoas, ali estava um representante de Anacleto José Pereira para negociar.

Nos primórdios do século XIX, tôda a extensão da costa desde S. Francisco até Itajaí era bastante povoada e era grande o número de moradores que, além da pesca, se dedicavam à cultura de mandioca e da cana de açúcar, do algodão, do café, à extração de madeira, à fabricação de farinha e à construção de pequenas embarcações. Itapocú,

Barra Velha, Piçarras, mantinham já apreciável comércio com São Francisco, a cuja jurisdição pertencia o território, e com Destêrro, sede da Capitania.

Isto sem falar em Itapocorói, onde, desde 1758, já existia capela e onde, a partir de 1779, floresceu uma grande armação de baleias, atraindo muitos colonizadores que fundaram a freguesia de N. S. da Penha.

O suprimento de comestíveis e de fazendas e de objetos de uso doméstico e de adorno aos trabalhadores da armação, nas épocas oportunas, e a compra do óleo, barbatanas e outros produtos dos cetáceos, é que levaram, principalmente, os barcos maiores, da capital a Itapocorói e às enseadas do norte da província. Os terrenos de Tijucas, Pôrto Belo, Camboriú e do próprio Itajaí-Mirim, começaram, por sua vêz, a despertar, pela sua extraordinária fertilidade, a atenção dos agricultores que viviam apinhados na ilha.

Como sócio de Anacleto José Pereira, por certo Agostinho Alves Ramos tomou parte em inúmeras dessas viagens, tendo conhecido a região da Fóz do Itajaí e notado ser aqui uma ótima oportunidade de iniciar o seu negócio, não obstante o número dos moradores ser bem pequeno nas margens do Itajaí-Açú, próximo da sua fóz.

Inteligente e astuto nos negócios, sentiu que alguém que se dispusesse a lutar com entusiasmo conseguiria prosperar e fazer prosperar o lugar, que até então não apresentava absolutamente nada que o pudesse credenciar a uma futura freguesia.

José Coelho da Rocha, descendente de antigos moradores da Praia de Itajaí, estava estabelecido cêrca de meia légua para baixo da barra do Itajaí-Mirim, cujos terrenos confrontavam, à Leste, com os de Azeredo Leão Coutinho, ao Sul, com os de José Correia de Negreiros e ao Oeste com o Itajaí-Mirim, com frente para o Itajaí-Açú.

De José Coelho da Rocha, Alves Ramos adquiriu o terreno onde deu início à construção da sua casa que ao mesmo tempo serviria para o seu comércio. Localizava-se onde hoje está o Café Democrático, na Praça Vidal Ramos.

Feita a sua casa, ali se instalou com Dona Ana, alguns escravos e o franciscano espanhol Frei Pedro Antônio de Agote, isto em fins de 1823.

Era Frei Antônio de Agote o primeiro religioso a se estabelecer no lugar. Enquanto Agostinho Alves Ramos cuidava de firmar o seu negócio, o religioso organizava o rebanho espiritual, procurando agrupar em tôrno de um altar os colonos e suas famílias para as suas preces. Um dos cômodos da casa de Alves Ramos foi destinado à Capela. Paralelamente, foi dirigido requerimento ao bispo do Rio de Janeiro, pedindo para delimitar o distrito, autorizada a construção de sua capela-curada,

e permitida, enquanto esta não fôsse construída, a celebração de ofícios religiosos no oratório particular.

A 31 de março de 1823 foi assinada a provisão eclesiástica, promovendo Frei Pedro a capelão-curado, delimitando o Distrito entre o Rio Gravatá, ao Norte, e o Rio Camboriú, ao Sul, e autorizando a construção de uma capela em louvor do Santíssimo Sacramento. E como bem diz Ferreira da Silva, se bem que data de meses antes, o estabelecimento de Alves Ramos, e que o local estivesse já ocupado e trabalhados os terrenos por agricultores chegados havia anos antes, a data dessa provisão deveria ser tomada como a da fundação de Itajaí, pois foi dessa data em diante que o povoado começou a tomar corpo.

Em abril do mesmo ano, os Coelho da Rocha doaram o terreno para a construção da capela e do cemitério e foi Agostinho Alves Ramos quem tomava para si o encargo de construí-los às suas expensas.

A primeira capela, construída de pau-a-pique, revestido de barro, estava no mesmo lugar onde hoje ergue-se a Igreja da Imaculada Conceição, que foi por muitos anos a Matriz da paróquia do Santíssimo Sacramento.

Estava desta forma fundado o povoado do Santíssimo Sacramento, do Itajaí.

Como todo símbolo de fundação de um povoado é a capela, só pode-se afirmar, com justiça, que Itajaí teve o seu início de fundação ao lado da capela do Santíssimo Sacramento. Esta e o comércio de Agostinho Alves Ramos atraíram novos moradores, tanto para as proximidades como para rio-acima, até a confluência do Mirim.

A freguesia prosperou de tal forma que Alves Ramos, como forte comerciante, teve que instalar um galpão de depósito na Barra do Rio, que mais tarde vendeu ao Dr. Blumenau, para nêle abrigar os colonos que subiriam o rio para trabalhar nas terras do hoje Município de Blumenau, enquanto aguardavam condução.

Alves Ramos não era apenas o comerciante: tornou-se mais do que isto: professor, policial, sacristão, doutor e mediador. Era um hábil conselheiro, orientador e estimado por todos os moradores. Fazia as vêzes de médico nas enfermidades, pois era conhecedor da medicina dos chás. Nas desavenças era o mediador. Também operava como financista, patrocinando a instalação de novos colonos, fornecendo-lhes os gêneros até que pudessem reembolsá-lo com as suas próprias colheitas.

Por tudo isso, não demorou muito em ser o chefe incontestável do lugar e um líder que guiava os destinos da freguesia para um futuro de prosperidade. Estendeu a sua benéfica influência por tôda parte, em uma circunferência que abrangia tôdas as

povoações próximas, como Camboriú e Pôrto Belo. Por interferência sua, as autoridades da Província dedicavam especial atenção aos moradores das vinte e tantas casas que constituíam a freguesia, já elevada a essa condição pela Câmara de São Francisco, por obra de Alves Ramos que foi um batalhador incansável para que o povoado passasse pela escala política de freguesia, sede de Distrito e paróquia.

Foi, pois, Agostinho Alves Ramos quem, com o seu trabalho e prestígio, transformou Itajaí na sede administrativa, política e econômica de uma rica e vasta região. Era parte dos planos do inteligente comerciante fazer com que o povoado que êle fundara chegasse à completa emancipação, mas isto teria de ocorrer muito depois, visto não haver de imediato as condições exigidas.

Empolgado pelo crescimento vertiginoso que se implantava nas terras do Itajaí, Agostinho Alves Ramos estendeu a sua benéfica influência rio acima, até Pocinho e Belchior, onde ajudar a formar núcleos coloniais. forjava em seu pensamento a idéia de colonizar todo o vale, porém, essa sua idéia foi posta à prática pelo Dr. Blumenau, que, reconhecidamente, era mais inteligente e capaz para essa espécie de atividade. Mas, mesmo assim, cinquenta anos antes de Blumenau chegar, já idealizava essa colonização para as margens do Itajaí-Açú.

Muito influente, como já dissemos, não teve Alves Ramos dificuldades para se eleger deputado provincial, depois de consolidado o estado político originado pela Independência do Brasil. Quando Agostinho foi eleito Deputado, seu amigo Frei Pedro Antônio Agote havia falecido e para substituí-lo veio o padre Francisco José de Souza que em agosto de 1835 foi substituído interinamente pelo padre Joaquim Serrano.

Como deputado, Agostinho Alves Ramos pôde dedicar-se ainda mais pela sua causa, dando melhores garantias à execução dos seus planos para com Itajaí. Assim, por proposição sua, originou-se a Lei nº 09 de 15 de abril de 1835, criando uma cadeira de primeira letras na freguesia e fixando em 180\$000 o ordenado do professor. Redigiu projeto de Lei que foi transformado na Lei nº 11, de 5 de maio de 1835, criando um plano de colonização para as terras do Itajaí. Essa Lei mandou estabelecer duas colônias, uma no Itajaí-Mirim e outra no Itajaí-Açú. Dava-se início aos arraiais Taboleiro pelo Itajaí-Mirim e o de Pocinho pelo Itajaí-Açú.

Alves Ramos, então Major da Guarda Nacional, foi encarregado pelo Presidente da Província de dirigir os trabalhos de colonização dos dois empreendimentos, com procuração para emitir títulos de propriedade.

Os índios preocupavam os moradores de Itajaí, com os seus constantes assaltos, saqueando a população e travando inclusive lutas corporais. Para que os jovens aqui nascidos ou residentes não tivessem de deixar a sua terra para a prestação do serviço militar, Alves Ramos, com uma Lei originada de projeto de sua autoria, isentava os jovens da obrigação, deixando-os a proteger as suas casas e seus parentes.

Outra Lei inspirada por Agostinho Alves Ramos foi a que criou, em 1838, uma companhia de pedestres permanentes, tendo a êste sido confiada a sua organização e o seu comando.

Agostinho concorreu às eleições de 1838 e 1840, tendo ficado como suplente, e por reiteradas vezes convocado para assumir a sua cadeira.

Em 1838, foi demolida a capela primitiva e à frente da Comissão de Fabriqueiros da nova matriz estava Alves Ramos, que mandou da sua fazenda de Ribeirão Conceição todo o barro e tijolos necessários, bem como cedeu seus escravos para a maior parte da mão de obra. Colaborou, além de Alves Ramos, para essa construção, grande parte dos moradores do Distrito e das circunvizinhanças.

Comprovando o que já dissemos, sobre a influência de Agostinho Alves Ramos no desenvolvimento de Itajaí, o engenheiro belga Charles van Leede, no seu livro editado na capital do seu país, faz várias referências a Agostinho, entre elas: **“A freguesia de Itajaí compõe-se de umas cinquenta casas, dispersas pelas margens do rio, perto de sua foz e ao longo da praia. Tem uma igreja, alguns pequenos estaleiros; é sede de um juizado de paz e residência de um Tenente-Coronel da Guarda Nacional. Para essas duas autoridades tínhamos cartas do presidente, que nos apressamos a entregar.”**

Charles van Leede chegou em 1842, tendo adquirido terras no rio Itajaí-acima, onde fundou uma colônia que deu lugar à atual cidade de Ilhota.

Em outro trecho do seu livro, o engenheiro belga diz:

“Foi o coronel um homem de muito respeito e consideração, verdadeiro político na extensão da palavra, serviçal, protetor e amigo verdadeiro das pessoas de sua intimidade, com as quais desabafava, em segredo, os seus desgostos, e reservadamente, no interior de sua casa. Foi o civilizador do povo daquela localidade: nada se fazia sem indicação e consulta dêle. Era bom médico; a pobreza, êle tratava com especial agrado e liberalidade, mórmente sua mulher que, na verdade, parecia uma santa mulher; não usava modas e nem se enfeitava com

fitas e veludos e outros adornos. Eram ambos muito bonitos e ainda mesmo quando velhos. Tratavam-se com todo acatamento, pareciam dois irmãos.”

Em 1845, quando o Imperador D. Pedro II e D Tereza Cristina visitaram Santa Catarina, diversas personalidades da província estiveram presentes entre elas o coronel Agostinho Alves Ramos, comandante do 7º Batalhão da Guarda Nacional, que foi agraciado com a comenda da Ordem de Cristo, no grau de Cavaleiro, pelos assinalados serviços prestados à causa do engrandecimento material, moral e intelectual da província, especialmente da zona banhada pelo rio Itajaí.

Em 1850 a 1851, Alves Ramos voltou, como Deputado, à Assembléia Provincial.

No dia 26 de janeiro de 1850, sofreu profundo golpe, com o falecimento de dona Ana, a esposa amiga e dedicada, que lhe animava na luta pelos ideais conquistados. Perderia, depois dessa trágica passagem, tódo o ânimo pela luta, tal era a sua tristeza que além de roer-lhe a alma, desfigurava o seu semblante, assinalado por traços de profundo pesar.

Vítima de uma apoplexia, Agostinho Alves Ramos faleceu pelas cinco horas da tarde do dia 16 de julho de 1853, na presença do médico belga Pedro Pleting, que clinicava em Pôrto Belo, e de dedicados amigos.

1972 – História de Blumenau. José Ferreira da Silva. Florianópolis: Edeme, 1972.

(...) Documentos de todo fidedignos, informam terem os terrenos próximos à foz do Itajaí Açu, na sua margem esquerda, começado a ser povoados e cultivados a partir de 1750.

No território do atual Município de Navegantes já havia, em 1793, cêrca de quarenta famílias, com casas e lavouras, quando várias sesmarias foram concedidas, tanto numa como na outra margem do rio, pelo govêrno da Capitania. Êsses moradores dedicavam-se, preferencialmente, à pesca. Muitos dêles tinham, também, lavouras de milho, feijão e cana-de-açúcar. Outros entregavam-se à extração da madeira, abundantíssima, de que eram serradas, a braços, toras e tábuas.

Da mesma forma, pelas margens do Itajaí Mirim, onde se descobrira ouro fixaram-se vários moradores dedicados, ao lado da pequena agricultura, mais ao corte de árvores e serração de tábuas. Ali, por volta de 1819, já o govêrno mantinha um estabelecimento oficial, onde se preparava madeira para as construções públicas.

Comerciantes de São Francisco e de Destêrro, como então se denominava a capital, ou sede da Capitania, vinham até êsses moradores, trocando, pelos produtos de sua lavoura, pelo peixe sêco e outros bens da terra, fazendas, carne sêca, vinho, louças de barro, armarinhos, etc. trazidos nos porões dos lanchões e sumacas, que regressavam ao pôrto de origem, abarrotados de farinha, de feijão, de milho, de açúcar mascavo etc.

A maioria dêsses moradores viera da ilha de São Francisco e dos seus arredores. Alguns procediam da colônia fundada pelo govêrno com imigrantes mandados vir de Ericeira, tendo, por isso, tomado o nome de Nova Ericeira, hoje Pôrto Belo. Grande parte das casas construídas nessa colônia o fora com madeira serrada nas margens do Itajaí Mirim.

Em 1778, em consequência da ocupação da Ilha de Santa Catarina, no ano anterior, pelos espanhóis sob o comando de Ceballos, e de terem êstes se apossado dos estabelecimentos de pesca de baleia, mantidos pelos portugueses nas imediações de Destêrro, essa indústria passou a ser explorada na Ponta de Itapocoróia, onde já existia uma capelinha, sob a invocação de São João Batista, erigida em 1758, e sujeita ao paróquiato de São Francisco.

A Armação (como eram designados os estabelecimentos de pesca de baleia) de Itapocoróia, contava com grande número de escravos, mais de cem negros, empregados, nos períodos da entressafra, nas lavouras de café, milho e mandioca, nas vastas áreas, propriedade da empresa.

Mas, além dessa escravatura, dezenas de trabalhadores livres encontravam serviço na Armação, na pesca dos cetáceos, nos tanques e fornos de azeite, no preparo das barbatanas, no carregamento e descarga de barcos etc. Tais trabalhadores, terminado o período da pesca (geralmente de junho a setembro) voltavam para os seus terrenos e para as suas plantações, quando os possuíam, ou iam agregar-se aos mais abastados proprietários das imediações, quando não adquiriam ou se apossavam de terrenos devolutos, próximos, para cultivá-los. Muitos deles vieram instalar-se nas terras marginais do grande e do pequeno Itajaí, cuja distância da Armação não chegava a duas dezenas de quilômetros.

(...) Pouco depois da independência do Brasil e, possivelmente, ainda no mesmo ano, um comerciante, antes estabelecido em São Pedro do Rio Grande do Sul e, posteriormente, em Destêrro, resolveu transferir-se para o Itajaí, edificando, nas imediações da foz do grande rio, uma casa de negócio.

Êsse homem, Agostinho Alves Ramos, quando associado a um comerciante de Destêrro, estivera, por várias vezes, com os seus lanchões, a percorrer as margens do Itajaí, adquirindo produtos da lavoura, trocando-os por outros gêneros do seu comércio. Nessas viagens, previu o extraordinário futuro a que estavam fadadas terras tão férteis e tão ricas e de fácil cultivo. Decidiu, pois, estabelecer-se ali, inaugurando, assim, uma era decisiva no desenvolvimento da colonização de tôda a Bacia do Itajaí. Agostinho Alves Ramos veio, para a foz do Itajaí, em companhia da esposa e de um sacerdote franciscano, Frei Pedro de Agote, munido êste de uma provisão do bispo de Rio de Janeiro autorizando-o a levantar, ali, uma capela sob a invocação do SS. Sacramento e de Nossa Senhora da Conceição, e nomeando-o seu cura.

O terreno para a construção da capela foi doado por um casal, morador antigo da margem esquerda do Itajaí, José Coelho da Rocha e sua mulher.

Tôda aquela região da foz do Itajaí, de início sob a jurisdição da Vila de Nossa Senhora da Graça de São Francisco, passou, em 1832, para a de Pôrto Belo, cujos limites, ao Norte, eram o Rio Gravatá, atual divisa entre os municípios de Navegantes e Penha.

Nossa Senhora da graça era, também, cabeça de Comarca, e a sua jurisdição se estendia, pelo litoral, desde as fronteiras com o Paraná até o rio Tijucas Grandes onde começava a Comarca de São Miguel.

Homem bastante instruído e de natural bonachão, prestativo e industrioso, Alves Ramos tornou-se em pouco tempo, o chefe político e conselheiro de todos os moradores de um e do outro lado do Itajaí, e a idéia de trazer para aquelas margens, de terras de espantosa uberdade, colonos, aos milhares, que transformassem a mata bruta em fontes de produção, passou a ser-lhe preocupação constante. Valeu-se da influência adquirida junto às autoridades provinciais, e conseguiu fôsse, por lei de 13 de agosto de 1833, Santíssimo Sacramento elevado a freguesia.

Deputado provincial em várias legislaturas, Alves Ramos valeu-se do prestígio que lhe outorgava o mandato, em proveito dos seus planos de colonização. Após ter trazido para as bandas do Itajaí muitas famílias de agricultores de outros pontos da Província e, até mesmo, colonos alemães, dos chegados em 1828, para São Pedro de Alcântara, que, pela qualidade inferior daquelas terras e ante as dificuldades do cultivo, procuravam outros centros, logrou fôssem criadas, por lei, duas colônias: uma em Belchior e Pocinho, no Itajaí Açu, e outra no Itajaí Mirim, às cabeceiras do Ribeirão Conceição.

Para proteger os colonos dêsses estabelecimentos contra assaltos dos gentios, obteve fôsse, em Belchior, instalada uma Companhia de Pedestres, sob o comando de Henrique Etur.

Em 1842, e em anos subseqüentes, estêve no local o engenheiro belga Charles van Lede fazendo levantamentos de parte dos rios Itajaí Açu e Mirim (...)

1973 - Itajaí: a fundação e o fundador. Silveira Júnior. Jornal do Povo de 31 de março de 1973, s/nº pág.

Firmei o propósito de não polemizar sobre o assunto referente à fundação de Itajaí. Tenho uma convicção (que é a tese de Ferreira da Silva) que até agora não foi nem levemente abalada e pretendi documentá-la ao longo das páginas do meu último livro “Itajaí”.

Vem o meu amigo Gil Miranda e entre jocoso e cordial me contesta a tese em aspectos a meu ver irrelevantes, por isso volto ligeiramente ao assunto, menos para fazer valer o meu ponto-de-vista do que para fornecer subsídios ao historiador do futuro, liberto das paixões que certamente hão-de nos assaltar nos nossos arrazoados.

Vejam os pontos principais que Gil Miranda contesta:

1º) – Diz Gil que Drummond morreu em Paris em 15 de janeiro de 1874 e não no Rio em 1865. Considero essa divergência completamente irrelevante para a validade de qualquer das teses. Apenas reforça a minha convicção de que Drummond não fundou Itajaí, porque em 1874 esta cidade já era comarca há seis anos, sendo ainda mais estranhável a indiferença do “fundador” pela “sua cidade”. A data da morte de Drummond tirei-a da “Enciclopédia Globo” que – se não é uma fonte infalível, é pelo menos, bastante respeitável. Mas concordo que é assunto pacífico: Drummond morreu em 1874. Gil tem documentos que abonam esta última data irrefutavelmente.

2º) – Diz Gil que Drummond começou a escrever as suas “Anotações” em 1860 e as terminou em 1861 e não em 1836. Nunca tive dúvida quanto a essas datas. A biografia de Drummond é que foi publicada em Paris em 1836 e a retificação é de 1861. Se em algum lugar de livro “Itajaí” troco essas datas, leve-se isso à conta de descuido meu. Também é detalhe de somenos para qualquer das teses.

3º) – Diz Gil que Drummond nunca afirmou que houvesse estabelecido povoados *sobre as duas margens do rio*, conforme cito às folhas tantas do meu livro. Pode ser que Drummond nunca tenha dito isso, que consta textualmente da sua biografia publicada em Paris em 1836 e – o que é ainda mais convincente – é repetido pelo próprio Gil em carta de 26 de abril de 1971, dirigida a Abdon Fóes, cujo trecho transcrevo literalmente da citada carta de Gil Miranda: “Ele

(Drummond) ... concebeu e executou a navegação do grande rio, *estabeleceu povoados sobre as duas margens*, atravessou imensas florestas virgens etc”.

4º) – Que a fotografia duas vezes estampada no livro é de Drummond aos 75 anos de idade, portanto de 1869, tirada 4 anos após a sua suposta morte a 15 de janeiro de 1865. Anotado. Também em nada altera as nossas divergências.

5º) – que a fotografia de Drummond fundador de Itajaí deverá ser a de Drummond quando moço e não quando velho. Se eu admitisse Drummond como fundador de Itajaí, eu o aceitaria desde os 25 anos até o fim dos seus dias. Mesmo assim não me parece digna de crédito qualquer fotografia de Drummond com menos de 40 ou 50 anos, porque, segundo leio, sómente após 1830 se tiraram as primeiras fotografias de motivos não fixos.

6º) – Que nas “efemérides” eu “sussupiei” as datas de 1819, 1820 e 1920. sobre esta contestação, eu sou obrigado a declarar que não posso ser a favor e contra a minha própria tese. Se eu não aceito Drummond como fundador de Itajaí, não posso festejar as datas desse suposto evento.

7º) – Diz Gil que a “vargem dos Pinheiros” de onde se tirou o mastro grande da nau D. Sebastião ficava na estrada de Lages. Eu prefiro acreditar que a afirmativa de Drummond seja um detalhe solto dentro do contexto da referência geral e que o mastro haja saído mesmo da vargem do Espinheiro. Creio também que na “Anotação 6” Drummond não se atribui a abertura da estrada Florianópolis-Lages, mas apenas alega haver proposto tal serviço ao ministro Vilanova Portugal.

8º) – Não há nenhuma ironia em supor que Drummond houvesse feito obra de colonização em Itaipava e não em Itajaí. Foi para lá que ele foi despachado e não me parece nada resível que Drummond houvesse cumprido fielmente a ordem que recebeu do ministro D. João VI.

9º) – Não há nenhuma incompatibilidade em Alves Ramos haver vindo para Itajaí comerciar e aqui haver dado estrutura jurídica e religiosa ao povoado que já encontrou. Anhanguera se embrenhou pelos sertões em busca de ouro e Fernão Dias a procura de esmeraldas, mas ambos semearam os sertões brasileiros de vilas e cidades.

10º) – Erro de tradução apontado por Gil: “Drummond entrou na capital ... difamado pelos partidos”, quando o certo seria: “Drummond entrou na capital sacudida pelos partidos, etc”. Creio que esta parte não consta do meu livro, mas também não altera nenhuma das teses.

11]) – Gil aventa a hipótese de o mapa das sesmarias não ter sido terminado durante a permanência de Drummond em S. Catarina. Este detalhe realmente não sei. Foi o próprio Drummond que o menciona em carta de 19 de março de 1820, dirigida ao ministro Vilanova Portugal: “Estou à espera das disposições do governador para a medição e posse das terras do Tajaí-Mirim, que me diz será logo que o tempo permitir”. Não tenho dados meteorológicos do ano de 1820

PS ao Gil não historiador: Não foi por causa das nossas divergências sobre Alves Ramos e Drummond que deixei de ir jantar na tua casa, quando estive aí no Rio. É que fui obrigado a antecipar de um dia a viagem de volta.

1973 - Subsídios para a história de Itajaí. Silveira Júnior. Cadernos de Blumenau. tomo XIV, nº 4, abril de 1973, pags. 72-74

José Ferreira da Silva sempre afirmou que Vasconcelos Drummond construiu a sua sumaca “S. Domingos Lourenço” à margem do Itajaí-Mirim e não na desembocadura do itajaí-Açú. Como para mim esse era um detalhe irrelevante, porque podia muito bem que Drummond houvesse construído a embarcação em qualquer zona ribeirinha e, não obstante, houvesse se apossado de terras no Itajaí-Mirim, porque para lá é que o Ministro Vilanova Portugal o despachou, nunca me aprofundei nesse detalhe, como nunca havia me detido a ler a “Corografia Brasília” do padre Aires Casal, senão através de citações.

Eis, porém, que agora me chegam às mãos dois volumes, editados pelo MEC, da obra fac-similada de Casal, uma elentada edição de quase 1000 páginas e nela me detenho a ler as descrições da costa brasileira no estilo pitoresco e ingênuo do padre geógrafo.

Releva notar que esse livro foi publicado em 1817 mas, segundo Caio Prado Júnior, o mesmo já estava concluído no início de 1816. Sendo uma obra imensa para os meios de comunicação da época (e falo “meios de comunicação”, porque, sendo uma corografia que descreve a costa brasileira desde o extremo sul do Rio Grande até as Guianas, não se poderá excluir a necessidade de observação local, e portanto, de longa viagem de estudo e anotações) não é exagero supor que ela hovesse sido compilada ao longo de 3 ou 4 anos. Portanto, sendo a Província de Santa Catarina relatada logo no início do livro (a partir da página 180), é lícito supor que essa parte haja sido escrita lá pelos idos de 1812 ou 1813, 6 ou 7 anos antes de Drummond construir a sua sumaca.

Mas continuemos o raciocínio. Que diz o padre Manuel Aires de Casal do rio Itajaí? Diz o seguinte (em resumo, mas sem alterar a essência nem a grafia original):

“Perto de tres léguas adiante (Casal conta essas léguas a partir da desembocadura do rio Camboriú) está a desembocadura do grande Tajahy, que tem pouco menos de sessenta braças no logar da passagem um pouco arredada da praia...” “As sumacas sobem por elle tres milhas; as lanchas e canoas grandes navegam livremente largo espaço athé o primeiro salto. Obra de sessenta braças acima torna a ser navegável por espaço de tres dias à cirga (!) e

outros tantos a remo até outra cachoeira, donde senão passa. Os principais afluentes que o engrossam são o rio Luiz Alves, que vem do Noroeste e é navegável por canoas pequenas, e o Tajahy-mirim, que vem do Sudoeste, e dá navegação a canoas por espaço de dez léguas.”

Numa chamada de pé-de-página (página 188 da edição original) acrescenta Aires Casal: “O tajahy nasce entre o Rio Negro e o Correntes, que vam para o poente. Nas suas Adjacências há muitas serrarias”. E noutra chamada mesma página: “O rio Luiz Alves corre junto da serra do Bahul, que se avista do mar em grande distância”.

Estas “serrarias”, ainda segundo Ferreira da Silva, eram estaleiros para desdobramento de toras à mão, porque as serrarias mecânicas movidas a água aparecem muitos anos depois, nesta região.

Segundo os dicionários, “sumaca” é uma embarcação de dois mastros, maior que uma canoa. É essa embarcação que Drummond diz haver construído em 1820 e que Casal informa que subiam tres milhas pelo Itajaí acima, em época anterior a 1816.

Mas um detalhe me intrigava na descrição de Casal: “Por que essas sumacas subiam apenas tres milhas pelo Itajaí acima, se o rio é francamente navegável para embarcações desse porte, pelo menos até a ponte do Salto, acima de Blumenau? E a resposta me veio, talvez errada, mas depois de consultar o dicionário. Sendo a sumaca uma embarcação de maior porte que a canoa, ela certamente poderia navegar à vela no mar, mas não teria condição de velejar rio acima, além das proximidades, da foz, ainda sujeitas aos ventos marinhos ou ... (e aí é que entra o dicionário) ser levada à sirga sem pequenos trechos da desembocadura do rio, quando falhassem os ventos marinhos.

Já a canoa, mais maneira, poderia ser conduzida a remo rio acima, ou levada pelo vento ou à sirga e a remo, conforme diz Casal.

Da descrição de Aires Casal resulta claro que o trânsito de sumacas no itajaí-Açu era rotina muito antes de 1817. Por que então haveria Drummond de dizer que a “S. Domingos Lourenço” foi “a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajaí carregada de feijão, milho, e tabuado”. Considerando-se não haver a menor dúvida de que Drummond construiu apenas uma sumaca, por “daquele porte” deve-se entender “daquele tipo” ou “daquele tamanho”, isto é: uma embarcação de dois mastros.

Também é certo que em 1820 e antes disso sumacas entravam e saiam livremente no e do porto do Itajaí-Açu. E certamente haveriam de sair carregadas com

produtos da terra, notadamente com tabuado das serrarias circunjacentes, que não se leva uma sumaca rio acima para vê-la deslizar vazia rio abaixo ...

Dai a minha convicção de que a sumaca de Drummond teria sido a primeira embarcação desse lote que passou a barra do Itajaí-Mirim, porque neste rio, segundo Casal, até antes de 1816 a navegação que lá se pratiava era de canoa e não de sumaca.

Mas para o meu foro íntimo, tenho outro elemento de convicção, falho de historicidade, mas repleto de lógica interior. É que por aqui nunca se usou a expressão barra-do-rio para designar o lugar onde o Itajaí-Açú deságua no Oceano, mas sim para nominar o local onde o Itajaí-Miri deságua no Itajaí-Açú. Foi assim que o dr. Blumenau designou em 1864 o limite leste da estrada que começava na Colônia Blumenau e terminava na barra-do-rio-Itajaí. Garantidamente, ele não queria dizer que o caminho que é hoje a estrada Jorge Lacerda ia terminar no mar, exatamente que ela terminava onde começava o nascente arruamento do povado de Itajaí, isto é: na nossa tão conhecida Barra-do-Rio, aquele lugar onde o Itajaí-Mirim desemboca no Itajaí-Açú.

Mesmo que a sumaca de Drummond houvesse sido construída em outro lugar que não o Itajaí-Mirim, eu estou pessoalmente convencido de que ela foi a primeira embarcação desse tipo que transpôs a barra-do-rio Itajaí, isto é: o lugar onde o Itajaí-Mirim desemboca no Itajaí-Açú.

PS: Nem Marcos Konder acreditava que Drummond houvesse construído a sua embarcação às margens do itajaí-Açu, tanto que, no artigo “A Pequena”, que publicou no jornal “O Libertador”, de Itajaí, de 27 de dezembro de 1956, afirmava: **“Vasconcelos Drummond construiu o primeiro barco oceânico, a sumaca ‘S. Domingos Lourenço’ e montou o primeiro engenho de serrar madeira, utilizando para tal fim um dos maiores ribeirões que desembocava no rio. Talvez fosse o afluente antigamente chamado da Preta Caetana e hoje conhecido como da Fluvial”**. Evidentemente que não poderia ter sido às margens do Ribeirão da Caetana, que nunca foi navegável e que se transformava num simples alagadiço a menos de um quilômetro da foz, não permitindo a passagem de uma simples canoa. SJ

À CIRGA – grafia incorreta de à sirga, que é a ação de puxar um barco com cordas, ao longo da margem do rio.

**1973 - Ainda sobre o fundador da cidade. Gil Theodoro Miranda.
Jornal do Povo de 14 de abril de 1973, s/n de página.**

RIO DE JANEIRO, 5 de abril de 1973

Meu caro Abdon Fóes. Não precisei refletir muito para concluir que não devo responder ao último artigo do Silveira, porque senão o 'caso' Drummond vai virar um autêntico 'blá-blá-blá'. Monotono e interminável.

Apenas ressalto que os pontos ali alinhados, me deram a nítida impressão de um remendo feito às pressas e costurado no fundo da calça do terninho de ir à missa. Quando a côr do pano é diferente, pouco importa caprichar no chuleiado: se esconde o rôto, mostra o remendado ...

Eu só faria um outro pronunciamento, se me fosse possível valorizar ainda mais o livrão do Silveira. Abstraído o detalhe da fundação e do fundador de Itajaí, está muito bom e realmente é fora de série. Para mim, inclusive por um aspecto nostálgico: a foto da velha casa da minha saudosa avó, onde morei dos cinco aos trinta anos. De graça.

De mais a mais, também não quero voltar a tratar de um assunto tão sério, com tanta gaiatice e mordacidade, conquanto seja este o estilo que merece a 'tese' do Ferreira (O SUFIXO AÇU...) a do Afonso Luiz, (E O VENTO LEVOU...) e a do Silveira (O 'BIG' MASTRO ...).

E se aqui estou é mais para apelar insistentemente ao diretor da Biblioteca Pública de Itajaí, cujo nome não tenho presente, no sentido de mandar reunir em seu departamento, com o maior empenho, tudo quanto lhe for possível obter a respeito da história da fundação da nossa terra. E que logo depois, haja divulgação do fato, para vermos então se aparece alguém com disposição e capacidade para escarafunchar pacientemente este decantado assunto.

De qualquer modo, meu caro Abdon, acho que a discussão foi bastante benéfica e teve o seu lado positivo. Tanto do ponto de vista histórico, como do ponto de vista didático. E que de minha parte ficou encerrada com a carta do mês passado. Recebi os números anteriores do JP. Grato.

Um abração do velho amigo,

Gil Miranda

PS ao Silveira estoriador: eu tenho telefone.

1973 - Sugerindo sobre a fundação da ‘Pequena Pátria’. Luiz Carlos Carvalho Schmidt. Jornal do Povo de 01 de maio de 1973, s/n página.

Com grande curiosidade, há muitos anos vimos acompanhando a verdadeira polêmica, que gira em torno da identidade do fundador de Itajaí.

Recordamos neste momento dos ensinamentos recebidos quando ainda freqüentávamos os bancos escolares do curso primário, e aprendíamos que o fundador de nossa querida cidade fora ANTONIO DE MENEZES VASCONCELLOS DE DRUMOND.

Lembramos, ainda, que muitos anos depois ao cursarmos o colegial, assistimos o lançamento do livro de autoria de AFONSO LUIZ DA SILVA o qual propagava AGOSTINHO ALVES RAMOS, como o verdadeiro fundador de Itajaí, endossando desta forma a tese há muito tempo apresentada pelo Prof. FERREIRA DA SILVA.

Surge, então o Guia Turístico de Itajaí, que praticamente semi-oficializa a tese defendida pelo Prof. Ferreira da Silva; ainda na excelente obra de SILVEIRA JÚNIOR (membro da Academia Catarinense de letras), ‘Itajaí de Ontem e de Hoje’, esta tese é adotada e defendida como a correta.

Ao par destes esporádicos lançamentos, acompanhamos com vivo entusiasmo e curiosidade os debates que se desenrolam na imprensa sobre este palpitante assunto, o qual tem guarida nas paginas do semanário, quase quarentão, ‘JORNAL DO POVO’.

Jornal que não fosse por todo o valor noticioso e literário que possui, só por estes debates, que vem encimados soberbamente de “Documentos para a História de Itajaí”, merece figurar em bibliotecas e arquivos como fonte de referência sobre a História Itajaiense.

Finalmente em uma de nossas visitas a Biblioteca Central de Itajaí, deparamos com dois volumes de cópias xerografadas de documentos sobre Antonio de Menezes Vasconcellos Drummond e sobre a fundação de nossa “Pequena Pátria”, acompanhados de uma carta de GIL MIRANDA a ABDON FÓES.

Documentos estes em sua maioria extraídos dos ‘ANNAES DA BILIOTHECA NACIONAL’ de 1885 a 1886.

Não somos partidários de uma ou outra tese, pois não temos conhecimentos tão profundos das teorias, de suas provas e documentações, que nos desse condições de debater com tão ilustres escritores.

Achamos, isto sim que está na hora de chegarmos a uma solução, não podemos ficar ‘acendendo velas’ nem dando a honra da fundação de nosso Torrão Natal a duas pessoas. Muito menos podemos arriscar conceder-la a uma delas, sem um exame profundo e minucioso.

Itajai, não é apenas um pequeno centro comercial do litoral catarinense, é na realidade um dos maiores centros culturais da Terra Barriga Verde.

Possue, duas faculdades (Direito e Filosofia) e parte para a concretização do que será futuramente nossa Universidade.

Entre os cursos mantidos pela Filosofia, um deles está intimamente ligado a este nosso artigo: o Curso de História, pois, por incrível que pareça, nossa cidade forma professores de História, mas não conhece a de sua própria fundação.

O intuito que nos levou a escrever este, foi o de endossar o movimento que se forma em nossos meios culturais, no sentido de que o Poder Público constitua uma comissão de alto nível, que minuciosamente e dedicadamente analise os fatos e as teorias a respeito, e que chegue a uma conclusão final e correta.

Sugerimos, ainda que esta comissão seja formada de defensores das duas teorias (outras que desconhecemos), e de pessoas imparciais de preferência professores e alunos do Curso de História.

Estamos certos de que existem pessoas com real capacidade para participarem desta comissão e concluírem o seu trabalho dizendo *a quem na realidade devem ser dados os louros da glória de Fundador da ‘Pequena Pátria Itajaiense’*.

1973 - Ainda sobre a fundação de Itajaí. Gustavo Konder. Jornal do Povo de 02 de junho de 1973, s/nº de página.

Hoje relatarei um caso, ocorrido nos Estados Unidos, na época do governo do inolvidável Abraão Lincoln, o libertador dos escravos.

‘Em 1862, o General Grant conquistou a primeira grande e decisiva vitória que as forças do Norte tiveram – uma vitória conseguida no decurso de uma única tarde, uma vitória que fez com que Grant se tornasse da noite para o dia, um ídolo nacional, uma vitória que teve tremenda repercussão mesmo nas regiões mais distantes da Europa, uma vitória que fez com que os sinos repicassem e as fogueiras iluminassem o céu desde o Maine até às margens do rio Mississipi. Contudo, seis semanas depois desta grande vitória, Grant – o herói do Norte – foi prêso e afastado do comando do seu exército. Sofreu humilhações e angústias.

Por que foi prêso o General Ulisses S. Grant ainda no auge da vitória? Foi prêso, em grande parte, por ter despertado o *ciúme e a inveja* dos seus arrogantes colegas.”

É uma história verídica e comparo-a com a discordância, encetada por alguns historiadores, mancomunados com o ilustre sr. José Ferreira da Silva, o maior causador da debatida fundação de Itajaí, pois ambiciona, a todo custo, ‘arrancar’ o glorioso facho, empunhado em 1920, pelo meu saudoso pai – Marcos Konder -, quando foi comemorado o primeiro centenário de vida da nossa terra natal, fundada pelo nobre patricio Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond.

Embora cansado de rebater este assunto, volto à baila para relembrar, fielmente, o exaustivo trabalho, entremeado de prolongadas pesquisas feitas por Marcos Konder, apesar de suas múltiplas tarefas, pois era comerciante, industrial, prefeito, deputado estadual, chefe político e, finalmente, advogado gratuito dos humildes itajaienses e bandas adjacentes, que não podiam pagar altos honorários aos advogados diplomados.

Em 1919 e 1920, Marcos Konder, preocupado com o próximo centenário, resolveu estudar seriamente o enigmático problema do verdadeiro nome do fundador. Todas as noites, depois da ceia, sentado numa cadeira de balanço, aprofundava-se nos velhos livros histórico e documentários, ou então escrevia à mão, cartas-consultas a diversos sábios da História do Brasil Imperial. Quando os seus estudos já iam adiantados, resolveu trazer, dos arquivos da Prefeitura, os surrados livros da Câmara

Municipal e encarregou-me a pesquisá-los, com muita honra para mim. Tive que anotar todos os nomes dos vereadores, dos presidentes da Câmara e dos prefeitos eleitos, desde o longínquo ano de 1860 até 1919. Também compilei o histórico mais interessante das reuniões das sessões. Foi ali que encontrei a famosa polêmica do honrado vereador Sr. José Pereira Liberato, presidente da Câmara, no quadriênio de 1861/64, sobre o célebre caso da conta da fazenda para forrar as cadeiras, refutada e depois reconhecida pelas autoridades estaduais. Mas o meu pai não parou e, nas múltiplas vezes que esteve em Florianópolis, cumprindo o seu dever de deputado estadual, consultava diversos historiadores, entre eles, os ilustres irmãos Boiteux, o eminente professor Dr. Henrique Flores e outros. Ainda viajou, pelo paquete “Anna”, até o Rio e, recomendado pelo seu grande amigo Lauro Mueller, consultou duas vezes o renomado sábio Max Fleiuss, que lhe forneceu permenores interessantes sobre o vulto de Vasconcellos de Drummond, confirmando a presença do mesmo em Itajaí, afim de estabelecer a colonização. Depois de anotar todas as provas concretas, resolveu escrever rascunhos, para entregá-los a mim, afim de passá-los a limpo, na velha e monstruosa máquina de escrever.

Naquela época não existiam as facilidades atuais, como por exemplo, rádios, telefones, viagens e cartas aéreas e outras comodidades que hoje facilitam tudo aos modernos historiadores.

Graças ao persistente esforço de meu pai, Marcos Konder, acrescido ao meu fraco auxílio, religiosamente cumprido, conseguiu ele o seu maior sonho, qual seja o de concretizar o histórico da fundação de Itajaí.

Sentado no lado oposto da grande mesa, encontrei muitas vezes o meu saudoso pai, cansado das árduas e irritáveis lides diárias, cabeceando, e, penalizado, levantava-me para convidá-lo a ir deitar-se no seu quarto. Depois, guardava carinhosamente toda a papelada na mesinha, postada no canto da grande sala. A minha saudosa mãe foi a única testemunha, pois também sentava-se ao nosso lado, lendo ou costurando as roupas caseiras. Assim passávamos as noites até a conclusão da obra de Marcos Konder, que conferenciou sobre este trabalho na sessão solene do Conselho Municipal de 12 de outubro de 1920, em comemoração ao centenário da existência de Itajaí e, mais tarde, enfeixo-a num livrete intitulado “A Pequena Pátria”, que ficou conhecido por todos os verdadeiros itajaienses.

Quando terminou a sua memorável dissertação, Marcos Konder foi ruidosamente ovacionado e abraçado por todos os presentes, e, na mesma noite, no baile de gala da Sociedade Guarany, o saudoso Sr João M. Brandão, o popular Jóca Brandão,

discursou com olhos humildes, ressaltando que Itajaí teve a sublime ventura de possuir um grande filho, como Marcos Konder, que conseguiu, com muita facilidade, realizar a mais bela história itajaiense, e disse mais, que o original de sua conferência deveria ser guardada dentro de uma caixinha de prata, para ser enterrada debaixo da grande cruz de madeira, erguida no Morro da Cruz.

A minha carinhosa e saudosa tia Flôr, presente na festa, abraçando-me, confidenciou-me: - “Ele elogiou muito o maravilhoso trabalho do teu pai ... também o teu!”. Abaixei a cabeça para esconder as lágrimas de comoção que me rolaram pelas faces. Isto, quando eu tinha apenas a risonha e sonhadora idade de 15 anos!

Nós sabemos perfeitamente da existência do viajante-comercial Agostinho Alves Ramos, mas era um caso recente e que, depois da fracassada colonização de Pocinho e Belchior, estaleceu-se com um negócio *na esquina* das ruas principais Hercilio Luz e Lauro Muller, por causa do aglomeramento de moradores espalhados á beira do rio Itajaí-Açú. Quando o verdadeiro fundador Vasconcellos de Drummond, atendendo ao apelo do governo imperial, retirou-se definitivamente, em 9 de maio de 1821, entregou a sua serraria ao Cel. Alves Ramos, que era o mais remediado e instruído das redondezas. Quanto ao resto, todos sabemos claramente, que não passam de méras fantasias, porque não existiam documentos comprobatórios em Itajaí, uma vez que não havia cartório, jornal, nem prefeitura. Infelizmente, certos historiadores, ambiciosos de glórias, gostam de fantasiar ou de romancear, a seu modo, os episódios antigos.

O ilustre escritor José Ferreira da Silva afirmou, em seus esparsos artigos, que Drummond *nunca pisou* as plagas itajaienses por causa do nome do rio Tajahy-Mirim, e o outro escriba, sr. Norberto Silveira Júnior, com a sua mesquinha história da sumaca ou brigue e dos variantes rios ... Isso quer dizer que o meu honesto e austero pai teria inventado uma grande mentira! Não faz mal, essas ‘sujeiras’ não deslustram, de maneira alguma, a glória de Marcos Konder, que muito trabalhou em favor de sua ‘Pequena Pátria’, enobrecendo o nome de Itajaí!

E, nove anos antes de falecer, o meu pai, envelhecido e doente, me revelou, com certa amargura, que fôra procurado, algumas vezes, pelo sr. José Ferreira da Silva, para contradizê-lo diplomaticamente, sobre a verdadeira história do fundador Drummond. Então perguntei-lhe como reagiu, respondeu-me que, preferiu calar-se, pois o que pôde fazer já estava feito.

Felizmente, depois da publicação dos meus “Comentando nrs. 8 e 10” no ‘Jornal do Povo’, recebi cartas de solidariedade e de protesto de amigos fiéis, entre eles, de um respeitável e ilustre jornalista do Rio, com os seguintes termos: “Lamentável porém – é preciso dizer-se que, para negar dita tese, firmada e comprovada por Marcos Konder e oficialmente aceita há tanto tempo, pelos poderes municipais, procurou-se denegrir até mesmo a personalidade de Vasconcellos de Drummond, cujos incalculáveis e desinteressados serviços prestados ao país, nos primórdios da nossa Independência, estão por demais reconhecidos, nas obras de inúmeros historiadores, assim como perfeitamente justificada ficou a sua chamada à capital do Império, impedindo-o de concluir a tarefa que lhe fora cometida.’

Batalho e batalharei sempre pela preservação da obra, de tanto esforço e de sacrifício, do meu inesquecível pai – Marcos Konder.

Como já se esgotou o meu repertório, vou encerrar este malfadado assunto, pois, como dizia o suave Eça de Queiros: “Sinto-me como se alma me tivesse caído a uma latrina e preciso de um bom banho por dentro!”

1974 - A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim. Giralda Seyferth. Porto Alegre/Brusque: Movimento/SAB, 1974. Págs. 36-42

[...]

O rio Itajaí-mirim nasce na serra do Itajaí e Tijucas e desemboca no rio Itajaí-Açu no perímetro urbano da cidade de Itajaí, já próximo ao mar. É navegável por pequenas embarcações apenas no seu curso inferior. A região banhada por este rio é muito montanhosa, com várzeas estreitas ao longo dos principais afluentes – os ribeiros do Cedro Grande e Limeira, na margem direita, e da Guabiruba, na margem esquerda. A área toda se compõe de montanhas primárias com cimos arredondados. [...]

A posição geográfica do vale do Itajaí-Mirim o coloca dentro dos limites da denominada “mata atlântica”. Estava totalmente coberto pela floresta quando os primeiros imigrantes alemães lá chegaram em 1860. [...]

A topografia acidentada do vale, evidentemente, dificultou a exploração do mesmo durante a primeira metade do século XIX. A circulação no sentido transversal, em virtude das serras que ladeiam o vale, era praticamente impossível. As vias de penetração, por isso, acompanharam o rio, no sentido longitudinal, a partir da foz.

As terras mais próximas ao vale do Itajaí permaneceram inabitadas até 1807, quando se deu início ao povoamento da região de Porto Belo, situada a uns 20 quilômetros da foz do rio Itajaí-Açu. Este povoamento começou com cerca de 100 colonos procedentes dos Açores, que permaneceram próximo ao litoral, dedicando-se às atividades de pesca e a uma lavoura muito pobre. As tentativas de penetração para o interior se frustraram em virtude das dificuldades impostas pelos contrafortes da Serra do Mar. A bacia do Itajaí passou a entrar nos planos de colonização do governo como meio mais provável de ligação entre o litoral e o planalto.

Sabe-se que próximo à foz do Itajaí-Açu, em fins do século XVIII, existiam alguns moradores – muito poucos – havendo registros de uma certa fazenda do Arzão, cujo proprietário se dedicava à lavoura. Mas as primeiras tentativas reais de colonização do vale do Itajaí datam da segunda década do século XIX. De acordo com o Aviso de 5 de fevereiro de 1820, Antônio de Meneses Vasconcelos Drummond deveria tomar posse de duas sesmarias no Itajaí-Mirim, a duas léguas da

foz deste rio. A finalidade era a instalação de uma colônia composta de soldados e civis, coisa que na realidade não aconteceu. Drummond e os que o acompanhavam ficaram nestas sesmarias apenas algumas semanas, serraram alguma madeira e nada mais. Três anos mais tarde – em 1823 – Agostinho Alves Ramos estabeleceu-se nas margens do rio Itajaí-Açu onde atualmente se encontra a cidade de Itajaí. Nesta área existiam mais ou menos uns 40 posseiros espalhados, sem contudo pretenderem dar início a uma povoação. Coube a Alves Ramos esta tarefa, que lhe foi atribuída pelo Governo Imperial. As terras que margeiam o baixo Itajaí-Açu, mais favoráveis à lavoura e constituídas de terrenos planos e férteis, foram, por isso, as de povoamento mais antigo, tendo-se aí instalado várias sesmarias. O primeiro passo decisivo para a colonização do baixo vale do Itajaí-Açu data de 1836 quando, pela Lei nº 11, de 5 de maio, foi autorizado o estabelecimento de duas colônias às margens do Itajaí, cada uma com dois arraiais: nos locais chamados Pocinho e Tabuleiro, respectivamente no Itajaí-Açu e Mirim, se estabeleceram os dois primeiros arraiais; os dois últimos se instalaram no Belchior e nas nascentes do Ribeirão da Conceição (este afluente do Itajaí-Mirim). A colônia do Belchior, para onde foram encaminhados alemães vindos de São Pedro de Alcântara, logo apresentou algum progresso, da mesma forma que o arraial de Pocinho. Estes dois arraiais – Pocinho e Belchior – em 1839 contavam com uma população constituída por 47 famílias brasileiras e 17 estrangeiras. A colônia que deveria ser formada no Tabuleiro, às margens do Itajaí-Mirim, fracassou em virtude dos constantes ataques dos índios que trouxeram pânico à população (Cf. informações constantes no trabalho de J. Ferreira da Silva em *Itajaí e Vasconcellos Drummond*, em Blumenau em Cadernos, I (8); e no trabalho de Lucas a. Boiteux, *Itajaí*, Blumenau em Cadernos, I (7/8).

As tentativas que se fizeram para explorar e colonizar o vale do Itajaí-Mirim desde 1836 tinham uma razão estratégica muito mais do que intenções de povoamento: toda a área era inexplorada e pensava-se que este rio era o que cruzava, no planalto, a estrada de Lajes e, neste caso, seria a vida de penetração ideal do litoral à região de criação de gado. Com a intenção de constatar isto, foi autorizada uma viagem de exploração até as cabeceiras deste rio, tendo Agostinho Alves Ramos informado às autoridades de Desterro em 1º de junho de 1836 que o Itajaí-Mirim não era o rio que atravessava a estrada de Lajes e, portanto, não serviria como elo de ligação. O rio, tão falado, era o outro Itajaí, conforme foi constatado mais tarde. Cessaram, então, no Itajaí-Mirim, as tentativas de colonização.

Em 1845 foi feito o primeiro ensaio de colonização estrangeira no vale do Itajaí-Açu: Charles van Lede promoveu a fundação da Colônia Belga em Ilhota, empreendimento que teve um fracasso parcial alguns anos depois, motivado principalmente por disputas das terras. Em consequência, muitos colonos belgas abandonaram a área com suas famílias indo para a capital da província ou para outras colônias do vale (Gaspar e Blumenau). De qualquer maneira, os ensaios de colonização na primeira metade do século XIX foram mais ou menos em sucedidos nas terras que permeiam o baixo Itajaí-Açu – férteis e proporcionando boas lavouras. Esta colonização serviu de base ao Dr. Hermann Blumenau que, a partir de 1850, iniciou o povoamento e colonização do vale médio deste rio, com a fundação da Colônia Blumenau. Ilhota e Blumenau, contudo, representam tentativas particulares de colonização e nada tinham a ver com o governo brasileiro. Este apenas autorizou a fundação das colônias.

No itajaí-Mirim, contudo, as tentativas de colonização não tiveram êxito, apesar do empenho do governo. Na década de 1850, apenas alguns exploradores de madeira tinham instalado na região umas poucas serrarias. No ano de 1859 Itajaí foi elevada à categoria de vila e município, iniciando-se, então, a segunda etapa do plano de povoamento estabelecido pelo governo para a ex-colônia do Santíssimo Sacramento do Itajaí. Esta segunda etapa visava principalmente à fundação de uma colônia no médio vale do Itajaí-Mirim. Toda a região escolhida pelo governo como área de colonização, em 1860 achava-se coberta de florestas virgens e desabitada. Próximo à atual sede do município de Brusque havia apenas algumas serrarias, instaladas alguns anos antes por Pedro José Werner, Franz Sallentien e Paulo Kellner (vindos de outras áreas de colonização alemã). Juntamente com Vicente Ferreira de Mello, apelidado Vicente Só porque residiu na região durante algum tempo, e mais uns poucos agregados portugueses que trabalhavam nas serrarias, constituíam a população que, através da exploração da madeira, estabeleceu, pelo rio, os primeiros contatos com o litoral.[...]

O Aviso Imperial de 18 de junho de 1860 determinou a fundação da Colônia Itajaí, demarcando-lhe uma área de quatro léguas quadradas na margem esquerda do rio itajaí-Mirim, desmembradas da jurisdição da Freguesia do Santíssimo Sacramento do Itajaí. Esta área colonial foi estabelecida a 30 quilômetros da foz do rio Itajaí-Mirim, na altura do seu curso médio. Foi nomeado diretor dessa colônia o Barão von Schneck, que ali chegou no dia 4 de agosto de 1860 com os primeiros

54 imigrantes alemães, ao todo 10 famílias procedentes da Prússia e Hesse (Darmstadt). Um engenho de farinha, pertencente a Pedro José Werner, serviu como primeiro abrigo desses imigrantes, enquanto aguardavam a medição dos lotes que lhes seriam atribuídos. De acordo com o Relatório de 1862, apresentado ao Presidente da Província pelo então diretor interino da Colônia João André Codoy Jr., o tal engenho era o único abrigo existente na região e além dele havia apenas uns ranchos desabados que serviram aos primeiros “puxadores” de madeira.

[...]

1974 – Navegantes e sua história. Osório Gonçalves Miranda. [...]: autor, 1974. Páginas 02-03.

Depois de uma longa e acurada pesquisa, cheguei a conclusão que o primeiro registro de concessões de terras na região da Fóz do Itajaí-Açú refere-se a JOÃO DIAS DE ARZÃO e data de 1.658.

JOÃO DIAS DE ARZÃO, chegou com o povoador da Ilha de São Francisco, MANOEL LOURENÇO DE ANDRADE, indo primeiramente estabelecer-se no Acarahy, e passando depois para a Fóz do Rio Itajaí-Açú frente da confluencia do Itajaí Mirim no local onde antigamente chamavam de Fundeadouro. Atualmente a fabrica de Papel tem suas plantações de bambus e serve de porto para o serviço de balça.

Em 1.715, MANOEL GONÇALVES DE AGUIAR, percorrendo as costas Catarinenses e fazendo um levantamento dos locais mais aptos, para fundação de povoações, refere-se a JOÃO DIAS DE ARZÃO; como já tendo abandonado as suas terras, em virtude da pobreza da região em metais preciosos (Fisqueiras). PAULO JOSÉ DE BRITO, na sua ‘Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina’ publicada em 1.829, em Lisboa nos relata o seguinte:

O Porto de Itajaí é pequeno e pouco frequentado por não haver ali povoação, mas é seguro e adequado e pode vir a ser de transcendente utilidade, a sua entrada é entre o pontal do Norte e a ponta Cabeçudas do lado ?Sul, com seis a sete braças de fundo o canal é estreito e deve demandar-se com vento e maré favoráveis.

O ancoradouro tem o sobredito fundo e é defronte de uma fazenda de lavoura chamada do ARZÃO, única que com casa ali se encontra.

Há variada e abundante documentação que prova a existência já nos últimos decênios de 1.700, de mais de quarenta familias de pescadores e agricultores residentes à margem Norte de Itajaí-Açú nas imediações de sua fóz no Oceano, e ao longo das praias que se estedem do Ribeirão Gravatá para o Sul. Cujos os nomes constam dos arquivos da Capela de São João Batista de Itapocoroia, criado segundo Monsenhor Pizarro, em 1.759 e a cuja jurisdição pertenciam os moradores do atual municipio de que estamos tratando, os quais já ali tinham cemitério próprio (...).

1975 – A importância de ‘Agostinho Alves Ramos’ na Fundação de Itajai. Diretoria de Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura Municipal de Itajai. Jornal do Povo – edição especial de aniversário – 30 de outubro de 1975.

A narração que segue, de fatos dignos de memória, é bastante resumida e baseada no que a respeito já foi publicado deste notável personagem dos primórdios da história de Itajai. Seria, entretanto, bastante limitado o nosso conhecimento sobre a vida de Alves Ramos se não fossem os dados biográficos até então inéditos que constam de valiosos manuscritos deixados por seu amigo e contemporâneo, José Mendes da Costa Rodrigues e que o historiador, José Ferreira da Silva, divulgou juntamente com outras informações que obteve pesquisando. É do conteúdo deste último trabalho que podemos nos referir, mais detalhadamente, sobre Alves Ramos e suas atividades em itajai.

Nasceu Alves Ramos na cidade do Rio de Janeiro.

Após a independência do Brasil veio com sua espôsa, Dona Ana, que era atural de Peniche – Portugal, para a capital da Provincia de Santa Catarina.

Ali associa-se ao destacado comerciante e influente político, Anacleto José Pereira da Silva. Os barcos da firma percorrem o litoral ao norte até São Francisco do Sul, e ao sul até Laguna, vendendo mercadorias e comprando produtos de lavoura.

Como mais tarde Alves Ramos se transferiu com a espôsa para Itajai, supõe-se que teria participado de algumas viagens em tais barcos e assim conhecido o povoado do Rio Itajai, oportunidade em que encontra moradores que haviam se enraizado nestas paragens, em ambas as margens do Itajai-Açú e do Itajai-Mirim. De um dêles, José Coelho da Rocha, grande proprietário de terras, compra Alves Ramos um terreno situado ao lado sul do futuro largo da Matriz, no qual mandou levantar a primeira casa do lugar construída de pedra, tijolo e cal, sendo que uma parte destinou para o seu negócio de fazendas, de secos e depois, também, de uma padaria, e a outra parte para a sua moradia nesta reservando um cômodo para um oratório.

Presume-se que foi no ano de 1823 que Alves Ramos e sua espôsa vieram residir em Itajai. O casal instala em sua casa o religioso frei Pedro Antônio de Agote.

Com este Alves Ramos prepara expediente que encaminha ao Bispo do rio de Janeiro, Capelão Mõr do Imperador, D. José Caetano da Silva Coutinho. Assinada a provisão eclesiástica, manda o citado Bispo que os moradores reconheçam frei Agote por seu Capelão Curado e concede ao meso a faculdade de benzer cemitérios e uma

capela do S. Sacramento. Na mesma provisão concede permissão a frei Agote para celebrar, temporariamente, os officios religiosos no oratório particular (Provisão episcopal datada de 31.3.1824). fica o distrito de Itajai delimitado entre os rios Gravatá e Camboriú.

No ano anterior, em julho de 1823, a Junta Provisória do Governo concede a Alves Ramos, por título definitivo, a um terreno em Itupava onde depois ele montou uma olaria.

A dois de abril de 1824, José Coelho da Rocha e sua mulher, Maria Coelho da Rocha, fazem doação de um terreno localizado no lugar chamado 'Estaleiro' para a construção da capela do S. Sacramento e cemitério.

A casa de comércio de Alves Ramos era também suprida de cereais e de outros produtos do lugar, vindos de um depósito localizado na barra do rio, em terreno de sua propriedade e que parece ser o mesmo que vendeu em 1851 ao Dr. Blumenau que ali construiu um barracão destinado a acolher, provisoriamente, os imigrantes alemães.

Os negócios de Alves Ramos prosperavam e as suas qualidades de homem honrado, progressista e de atencioso conselheiro de quantos o procuravam, fizeram dele o chefe natural do povoado. Havia, sem dúvidas, conseguido adquirir a confiança dos habitantes de Itajaí e ainda dos de Camboriú e Porto Belo.

Dona Ana cuidava do negócio, no que era auxiliada por um escravo, enquanto que Alves Ramos se dedicava à olaria e às suas plantações, sempre com os olhos voltados para o constante progresso do lugar.

Segundo informações de Costa Rodrigues era Alves Ramos 'Homem de maneiras delicadas, muito cavalheiresco – foi o civilizador do povo da localidade; nada se fazia sem indicação e consulta dele. Era bom médico; a pobreza ele tratava com especial agrado e liberalidade. Dona Ana não lhe ficava atrás nos modos e na bondade. – Eram ambos muito bonitos e ainda mesmo quando velhos. Tratavam-se com todo o acatamento, pareciam dois irmãos. Dona Ana deixou tradição de piedde, de devoção, de singular apêgo às práticas religiosas'.

As suas amizades e o seu prestigio politico o levaram a conseguir junto ao Governador da Procíncia, Feliciano Nunes Pires, a elevação do arraial de Itajaí a Paróquia, sob a mesma invocação do S. Sacramento agora acrescida de Nossa Senhora da Conceição. A mesma resolução criou o respectivo distrito policial.

Por essa época morre frei Agote na Casa de Alves Ramos, onde sempre residira desde que chegou a Itajai.

Com a emancipação política da nação e convocadas as primeiras eleições para a Assembléia Provincial, Agostinho dá provas de seu prestígio em Desterro, sendo escolhido para ocupar uma das Cadeiras. Foi Deputado Provincial em diversas legislaturas.

Bem se pode avaliar a situação privilegiada de que gozava Alves Ramos junto ao presidente da Provincia e de seus colegas de deputação para influir em favor de sua região.

Embora a nomeação do Prof. Francisco José das Neves fosse efetivada em 1837, já em 15.4.1835 Alves Ramos conseguia ver aprovada a Lei nº 9, criando uma cadeira de primeiras letras na freguesia.

Foi de sua autoria o projeto estabelecendo uma colônia agrícola em ‘Taboleiro’ no Itajai-Mirim e em ‘Pocinho’, no Itajaí-Açú. O projeto transformado em Lei de nº 11, a 5.5.1835, foi, para a época, dos mais importantes, para a região. Nesse tempo Alves Ramos era Major da guarda Nacional.

Aos poucos consegue colonos de diversos lugares da Provincia, inclusive alemães que haviam se estabelecido em 1824 em São Pedro de Alcântara, encaminhando-os para as duas colônias recém-criadas.

O presidente da Provincia, Albuquerque Cavalcante, falando à Assembléia Legislativa em 1836, disse que a Administração havia encarregado Alves Ramos da execução da Lei nº 11, das duas colônias, acrescentando ‘conhecido pelo empenho que tem mostrado em promover a prosperidade, de que é suscetível aquele valioso distrito’.

Em 1837, pela Lei 28, foi criada em itajaí uma Companhia de Pedestres, cabendo a Alves Ramos organizá-la. Assim, acabara com a sua preocupação quanto aos colonos, que estavam temerosos de novos ataques dos bugres que apareciam no território de Itajaí.

É demolida a primitiva capela que já estava em mau estado. Era vigário curado o padre Francisco Rodrigues. Em 1838 Alves Ramos orienta a construção da nova Matriz, empregando pedra, tijolo e madeira de sua fazenda no ribeirão da Conceição, de cuja mão de obra, em grande parte, se ocuparam os seus escravos. Pessoas do lugar e arredores devem ter contribuído para esse empreendimento, tendo a Assembléia Provincial, por proposta de Alves Ramos, concedido em 1841 um auxílio de dois contos de réis.

Em 1843 assume o comando da Companhia de Pedestres o Major Henrique Etur, amigo do Major Agostinho, que residia em Porto Belo. Deslocou-se para o arraial de

Belchior e lá toma uma série de providências, mandando construir casas, distribuindo terras aos colonos e perseguindo os bugres. Tais providências resultam em maior segurança aos colonos com o conseqüente aumento da produção que não só beneficiava o arraial como, também, a freguesia do S. Sacramento que passava a exportar essa produção.

Em 1842 chega a Itajai Charles Van Lede que tempos depois funda a Colônia belga, atual Município de Ilhota. Teve em Itajai a sua missão grandemente facilitada por Alves Ramos que, ‘prestativo e cavalheiresco’, muito colaborou com o engenheiro belga, sendo alvo, depois de referências elogiosas deste. Por este tempo Alves Ramos já era Tenente-Coronel da Guarda Nacional.

Quando da visita de D. Pedro II e de Dona Tereza Cristina a Destêrro, Agostinho Alves Ramos era comandante do 7º Batalhão da Guarda Nacional. A essa cidade ocorreram pessoas de destaque da Província, entre as quais o tenente-coronel Agostinho que mereceu do Imperador a comenda da Ordem de Cristo, no grau de cavaleiro, ‘pelos assinalados serviços prestados à causa do engrandecimento material, moral e intelectual da Província, principalmente da zona banhada pelo Itajaí’.

Não é demais acrescentar ainda que Alves Ramos era competente guarda-livros ‘politico inteligente e habilidoso. Tinha conhecimentos de desenho industrial, sendo perito em riscar plantas de barcos e de casas e como mestre de risco orientou a construção de varias embarcações. Redigia com facilidade e as suas cartas dirigidas ao presidente da provincia e aos seus amigos, eram tidas como modelos’.

A 26 de janeiro de 1850 vem a falecer Dona Ana, sua dedicada espôsa. Dai em diante Alves Ramos fica desanimado pouco se interessando pelas coisas da vida e o seu estado de saúde não era bom. Neste mesmo ano foi eleito Deputado para o período de 1850-1851 por insistência de seus amigos. Não é sem sacrifícios que aceita participar da 8ª Legislatura, mas o seu mal se agrava, vindo a falecer a 16 de julho de 1853.

Alves Ramos foi um exemplo de perseverança, de honradez, de devotamento ao trabalho e de patriotismo.

Este trabalho da Diretoria de Cultura, Esporte e Turismo da Prefeitura Municipal de Itajai visa exclusivamente transmitir ao ITAJAI DE HOJE – no decorrer de sua 1ª FESTA DA PRIMAVERA – a importância, de AGOSTINHO ALVES RAMOS nos primórdios dias de nossa PEQUENA PÁTRIA.

1979 – A tese de Marcos Konder. Gil Theodoro de Miranda. Jornal do Povo. 07 de julho de 1979. nº 2.058. Capa.

Recebemos, e agradecemos, valiosa correspondência do Sr. Gil Theodoro de Miranda, há longos anos residindo no Rio de Janeiro, atual Gerente do BESC na Cidade Maravilhosa, versando sobre a fundação de Itajaí. Esse ilustre itajaiense e prezado amigo, volta a dar a sua contribuição a esse polêmico tema, com o peso da sinceridade de quem muito ama a ‘Pequena Pátria’.

Tomamos a liberdade de transcrevê-la, atrevidos as referências elogiosas a este hebdomadário.

Prezado Antônio Carlos.

Continuo a ser implacável defensor da tese do meu velho e saudoso amigo Marcos Konder que atribui a Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond a fundação de Itajaí e cujos festejos do 1º Centenário eu, menino de 6 anos, assisti a 12 de outubro de 1920, dia em que foi colocada a primeira cruz no velho Morro do Rodi, que só então passou à atual denominação de Morro da Cruz.

O falecido e também saudoso historiador Professor José Ferreira da Silva tentou, a meu ver impertinente e injustamente, inferiorizar a tese de Marcos Konder e bagunçar o pequeno coreto da nossa história, tecendo, então, várias afirmações, entre as quais, em carta a mim dirigida, a de que Drummond jamais pisara o solo da terra de Lauro Müller, acrescentando: ‘Se o senhor me provar o contrário eu serei o primeiro a lhe bater palmas.’

Qualquer tipo de prova, em tais casos, evidentemente só poderia ou poderá ser a chamada ‘prova circunstancial’ eis que quanto à ‘prova oral’, em 1820, nem eu nem ninguém da minha geração havia nascido e da minha família paterna apenas o meu bisavô José Dias de Miranda era menino de colo. Pelo meu lado materno – os Heusi, meus ancestrais – em 1820 ainda residiam na Suíça.

As provas que o Professor reclamara e que eu as promovi abundantemente em várias cartas dirigidas ao meu velho e fraternal amigo Abdon Fóes, todas elas publicadas aí nesse valoroso JP agora sob o seu lúcido comando, poderão ser avaliadas e analisadas à luz do bom-senso e delas tiradas conclusões pró ou contra.

Ora, uma vez que eu tenho a pretensão e a imodéstia de continuar afirmando que destruí todas as argumentações do velho Professor, TODAS, tenho, em decorrência, o

direito de pensar ser óbvia a prevalência da tese de Marcos Konder ou seja continuarmos a atribuir a Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond a fundação da nossa cidade, até definitiva e irrecusável prova em contrário.

Contudo, e eis onde queria chegar sem abdicar da irresistível e serna convicção de que Marcos Konder sempre esteve com a razão, pois se louvou também no próprio Drummond que escreveu sobre sua estada em Itajaí e isto aos 69 anos, idade em que os homens já não mentem mais, não posso deixar de considerar como solução atenuante ao entrevero histórico e à velha polêmica que à época envolveu de forma integral e contrária a mim o meu querido amigo e compadre Silveira Júnior que esposou a tese de Ferreira da Silva, a valiosa e salomônica decisão da Secretaria de Educação, Cultura e Esporte da Prefeitura de Itajaí, com a coordenação da Comissão Municipal de Cultura, conforme se vê pela nota publicada no JP de 16 de junho último ‘AS TRÊS HISTÓRIAS DE ITAJAÍ’, mandando afixar no obelisco da Praça Irineu Bornhausen, três placas: a primeira alusiva a João Dias de Arzão; a segunda a Antônio de Menezes Vasconcellos de Drummond e a terceira a Agostinho Alves Ramos, que sem dúvida vão perpetuar estes 3 vultos no contexto da história da nossa Pequena Pátria.

e é por isto que estou aqui, procurando felicitar efusivamente a todos quantos participaram da decisão desse evento e, em particular, ao nosso diligente Prefeito Engenheiro Amilcar Gazaniga, a quem, de novo, concito a mandar restaurar em cimento armado, no Morro da Cruz, o símbolo mais sagrado de toda a cristandade.

E a você, Antônio Carlos de Campos Silva, meu abraço afetuoso e amio com os cumprimentos pelo esforço que está fazendo para manter esse tradicionalíssimo JP, tão importante para os que, como eu, vivem longe do seu torrão natal.

Aproveito para solicitar a continuidade da minha assinatura do JP com o cheque incluso a cargo do nosso BESC e o qual o meu colega e amigo Abílio Otávio do Canto mandará honrar.

Disponha do itajaiense e barrosista.

Gil Miranda.

1979 – Édison d'Ávila. É polêmica a fundação de Itajaí. Jornal do Povo. 14 de julho de 1979. Capa.

Do eminente Prof. Dr. Édison d'Ávila, ilustre secretário de Educação Cultura e Esporte da Prefeitura Municipal de Itajaí, recebemos a missiva que aqui prazerosamente transcrevemos. É mais uma contribuição em torno do sempre atual tema sobre a fundação de nossa 'Pequena Pátria'. O Prof. Edison d'Ávila a partir de hoje inclui-se, novamente, entre os brilhantes colaboradores do seu 'JP'.

Prezado Antônio Carlos de Campos Silva

Aproveitamos inicialmente desta oportunidade para confessar-nos leitor assíduo e admirador entusiástico do 'Jornal do Povo'. Aliás, uma das coisas de que nos orgulhamos é a de termos sido, em outros tempos, colaboradores modestos desse semanário.

No entanto, a razão maior desta correspondência é oportmos alguns esclarecimentos a determinados conceitos externados pelo Sr. Gil Miranda, sua correspondência a esse jornal, e publicada na edição de 07 de julho próximo passado.

A decisão desta Secretaria de mandar afixar no monumento 'AOS FUNDADORES DE ITAJAI', situado na Praça Governador Irineu Bornhausen, três marcos assinalando três episódios históricos ligados ao surgimento de Itajai, não teve nenhum intento de ser uma 'solução atenuante', nem uma 'salomônica decisão'. Isto porque não pretendemos alçar os três! A intenção foi simplesmente, no monumento AOS FUNDADORES DE ITAJAÍ, assinalar três episódios, historicamente comprováveis, que marcam etapas vividas na saga colonizadora da nossa 'Pequena Pátria'. Quisemos assinalar os fatos e os seus condutores para o conhecimento maior e a lembrança e reconhecimento perenes dos itajaienses.

Finalmente, da parte que nos coube nas felicitações externadas pelo missivista, Sr. Gil Miranda, queremos agradecer-lhe e confessar publicamente a nossa admiração pelo itajaiense que, tão longe da sua terra, dela não se esquece e por ela tem demonstrado um amor desmedido.

Cordialmente

prof. Édison d'Ávila.

1979 – Afinal, quem é o fundador? Ary Garcia. Jornal do Povo. 14 de julho de 1979. Capa e página 02.

Publicamos em nossa última edição, expressiva correspondência que recebemos do Rio de Janeiro, assinada pelo Sr. Gil Theodoro de Miranda, declarado admirador de Itajaí. Em seu espediente Gil Miranda teceu considerações sobre a fundação de nosso município.

Na presente edição, nosso apreciado colaborador e amigo, Sr. Ary Garcia, atual Chefe-de-Gabinete do Prefeito Municipal de Balneário Camboriu, comparece para dar o seu enfoque, em estilo verdadeiramente agradável.

Meu prezado Antonio Carlos de Campos Silva

Acabo de ler o nosso JP e, nele, a carta que o nosso comum amigo e meu compadre Gil Miranda te escreveu.

Nela o Gil transborda de alegria pela medida salomônica do Professor Édison d'Ávila, mandando colocar no marco da Praça Irineu Bornhausen três placas alusivas aos pais da nossa 'Pequena Pátria'.

Esse Professor Edison é mesmo das arábias. Conseguiu, numa paulada, sem mencionar a palavra FUNDADOR, aplacar a teimosia do Gil e, por certo, a caturrisce do Silveira Júnior.

Mas acontece que existem, também, os que não concordam com essa paternalidade histórica por etapas, e entre eles eu me incluso.

Como a grande maioria, por desconhecimento do assunto, também sempre louvei o procedimento do nosso inolvidável e estimado Coronel Marcos em presentear-nos, por ocasião dos festejos do nosso centenário, um fundador do nível dos fundadores de nossos municípios vizinhos e dos quais os seus muncipes tanto se orgulham.

O venerado Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond, sem dúvida, sempre foi uma figura digna de todo o nosso respeito, pelos seus dotes de inteligência, de grande projeção na corte, diplomata, jornalista e por aí a fora.

Um fundador, enfim, de nível intelectual do de nossos vizinhos, repito, com a vantagem, até, de uma exuberante e linda barba branca escarramada pelo peito. Com uma diferença, entretanto. Os deles são autênticos, e o nosso, infelizmente, é de araque.

Por não saber das coisas, luvados na indiscutível cultura do Coronel Marcos, nós o aceitamos, desde 1920, com todo o respeito e reverência, até que o nosso comum

amigo e ‘imortal’ Norberto Cândido da Silveira Júnior, num rasgo de perfeito iconoclasta resolveu, - não obstante a grande estima que sempre devotou ao Coronel Marcos – com o Professor José Ferreira da Silva, fazer uma pesquisa mais profunda sobre a atuação do nosso ‘figuraço’ de 1820.

E dessa pesquisa ficou evidenciado que o cidadão Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond, de fundador de Itají não tinha coisa alguma. Veio tomar posse de suas duas sesmarias situadas lá na Itaipava, em 1820, onde construiu sua famigerada sumaca, encheu-a de madeira e se mandou por esse mundo a fora sem mais dar sinal de vida para a cidade que viria dar-lhe, cem anos depois, por obra e graça do nosso Coronel, a honra de ser seu fundador.

Em verdade, teve a incumbência de formar aqui uma póvoa, mas, ele próprio confessou, na tal carta que escreveu aos 69 anos, ‘idade em que os homens não mentem mais’, que ‘para tanto não tive meios’. Está claro que ele não formou povos pelo simples fato de ela já existir! E bem desenvolvida, é bom frizar.

No máximo, ele poderia ser considerado o fundador de Itaipava, mas de Itajaí, nunca!

Posteriormente, em 1823, apareceu por aqui o segundo ‘pai da Pátria’. Agostinho Alves Ramos. Esse foi um próspero comerciante que exerceu, junto à comunidade que aqui encontrou, uma atuante liderança. Era comerciante, político, Deputado Provincial, Comendador, etc.

Mas fundador mesmo ele também não foi, é claro.

Resta-nos JOÃO DIAS DE ARZÃO.

Esse sim, foi o primeiro proprietário de terras em nosso município, tendo recebido, em 1658, uma sesmaria onde hoje se acha instalada a cidade de Navegantes. Posteriormente, obteve outra gleba de terra onde hoje se situa o Bairro da Fazenda e onde liderava uma pequena comunidade de pescadores e lavradores.

Por que não ficamos só com ele?

Porque cargas d’água não se dá ao João dias de Arzão o título de fundador?

Pois olhe, meu caro Antonio Carlos, sei que o meu ponto de vista não nessa guerrilha de compadres mas até prova em contrário, fico com o Arzão e não abro.

O Gil insiste na defesa do ponto de vista do nosso Coronel Marcos.... de amors pela conduta do cidadão Agostinho Alves Ramos.

E o João Dias de Arzão, que se estabeleceu aqui em 1658, onde fica? Que me desculpe o Professor Édison D'Ávila, a quem muito estimo e respeito pela inteligência e cultura, mas emplacar TRÊS PAIS DA PÁTRIA em etapas diferentes, é dose!

To be or not to be, that is the question.

Se não quisermos aceitar o Arzão como nosso fundador, pela ausência de propósito de aqui estabelecer um povoado, entendo que estamos cometendo uma injustiça.

E aqui te fica, com um grande abraço, - e sem aquela mofina condição ciubística
- o

Ary Garcia.

1982 - A fundação de Itajaí – sua história – seu romance. Nemésio Heusi. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1982. pag. 11-49.

AS RAÍZES HISTÓRICAS

I

Muito já se escreveu e ainda se escreverá sobre a fundação de Itajaí.

O primeiro a escrever um opúsculo foi Marcos Konder: “A Pequena Pátria”. José Ferreira da Silva, em vários artigos publicados em jornais e em “Blumenau em Cadernos”; Afonso Luiz da Silva, com “Itajaí de ontem e de hoje”; podemos citar, também, o “Anuário de Itajaí – 1959”, de Laércio Cunha e Silva e Roberto Mello Faria, contendo muita literatura histórica sobre Itajaí; e, finalmente, Édison d’Ávila, com sua “Pequena História de Itajaí”, prefaciada pela pena brilhante de nosso ex-governador Antônio Carlos Konder Reis.

É meu propósito nesta série de artigos que comecei a escrever sobre a fundação de Itajaí, especialmente para o nosso querido “Jornal do Povo”, comentar, livro por livro; antes, porém, vamos às raízes históricas da época em que se processou a fundação de Itajaí, ou melhor, às origens das povoações brasileiras – desde o nosso descobrimento até o século XIX, ou mesmo até fins do século XVIII, quando deve ter começado o povoamento de Itajaí – aliás, melhor seria dizermos, desde o século XVII, que foi quando, em 1658, João Dias Arzão obteve do capitão-mór da Vila de São Francisco uma sesmaria nas proximidades da foz do Itajaí. [...]

[...] Sabemos nós que duas Bandeiras Vicentinas passaram por terras itajaienses: uma de Dias Velho, em 1662, e a outra de Domingos de Brito Peixoto, em 1684 [...]

Três bandeiras vicentinas rumaram ao sul para povoarem Santa Catarina.

Pelo Litoral, parte de Santos o vicentista Francisco Dias Velho, em 1662, levando a mulher, dois filhos, duas filhas, quinhentos índios domesticados, um homem branco com mulher e três filhos, e dois padres jesuítas.

Em 1684, também pelo litoral, parte o povoador vicentista Francisco Brito Peixoto, com auxílio de seu pai, levando muitos escravos, mantimentos e materiais para fundar Laguna. [...]

O Vale do Itajaí já era bem conhecido na Corte do Rio de Janeiro quando por ele passou a primeira bandeira vicentina de colonização de Francisco Dias Velho, em 1662,

em direção ao Desterro, para lançar os fundamentos de uma povoação sob a proteção de N. Sra. do Desterro, que não era uma ilha deserta, já que, em 1503, data do seu descobrimento provável pela expedição de Gonçalo Coelho, é chamada pelos portugueses Ilha dos Patos até começo do século XVII. Os carijós a denominavam de Juriré-Mirim. [...]

Desde o seu descobrimento até a chegada da primeira bandeira vicentina de colonização de Francisco Dias Velho, que a história consagrou como fundador de Santa Catarina, decorreram 119 anos.

Se o primeiro curral dos bandeirantes foi instalado em 1663, Dias Velho, quando passou com sua bandeira pelo Vale do Itajaí, em 1662, evidentemente, não instalou ali nenhum curral, mas já a segunda bandeira vicentina de Domingos Brito Peixoto, em direção a Laguna, em 1684, é bem possível tenha instalado um curral para posteriormente requerer sesmarias, o que era muito comum nos bandeirantes, que tornaram-se os grandes latifundiários do Brasil Colônia.

COMO NASCEM OS POVOADOS

O que estou procurando demonstrar narrando fatos históricos do passado, isto é, do Brasil Colônia, é para exemplificar como se processavam as fundações e povoações daquela época, que na sua totalidade eram feitas, oficialmente, por delegados, quer da Corte ou dos Governadores das Capitânicas, e não como foram bem mais tarde, em nosso Estado, as particulares de Joinville e Blumenau, principalmente a de Blumenau, que o fundador foi o próprio povoador, ou melhor, o colonizador.

Em alguns casos tais poderes, partiam diretamente da Corte do Rio de Janeiro, é o caso de Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond, que recebeu ordens diretas do Ministro de Dom João VI, Tomás Antonio de Vilanova Portugal, para fundar uma colônia no Vale do Itajaí, a 5 de fevereiro de 1820.

Para reforçar este fato histórico, vou transcrever um trecho do livro de Afonso Luiz da Silva, “Itajaí de ontem e de hoje”, pags. 9 e 10: [ver anexo]

Mais adiante na página 12 do mesmo escritor, bem em cima da página, em letras destacadas, lê-se em negrito: “Agostinho Alves Ramos”, e em baixo, com maior destaque ainda: “O FUNDADOR”.

O que quis, sem dúvida, Afonso Luiz da Silva, foi menosprezar o trabalho de Vasconcelos Drummond, para valorizar o de Agostinho Alves Ramos, que, ao seu modo, e apaixonadamente, como sempre foi também do meu querido e saudoso amigo José Ferreira da Silva, o fundador de Itajaí.

Não se escreve história com paixões, mas sim com fatos reais. [...]

Mas, afinal, quem era mesmo Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond?

Era diplomata e político, não só amigo do Ministro Interino dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Tomás Antônio de Villanova Portugal, como também pertencia ao grupo que auxiliou José Bonifácio de Andrade e Silva, jornalista e redator do “Tamoio”. Nasceu no Rio de Janeiro em 1794, de família de alto prestígio político na Corte.

Quando os irmãos Andrada foram presos, por ocasião da dissolução da Assembléia, por Dom Pedro I, em 1823, e que, junto com mais seis deputados foi deportado para a Europa, Vasconcelos Drummond escapou para a França, retornando ao Brasil em 1829. Deixou sobre a independência as “Anotações de Drummond a sua biografia”. Morreu em Paris, em 1865.

Os anos de 1820 e 21, quando Drummond foi mandado fundar uma colônia no Vale do Itajaí, foram dois anos bastante agitados na Corte do Rio e Janeiro. Em abril de 1821, Dom João VI retorna a Portugal com a família, deixando seu filho Dom Pedro como regente do Brasil.

Tomás Antônio Villanova Portugal demitiu-se em 1820, era absolutista, opunha-se ao espírito liberal e emancipador, que já rodeava de há muito a Corte, e perseguiu especialmente a maçonaria.

Mas, no governo de Dom Pedro, ficara ainda Bonifácio, que era amigo de Vasconcelos Drummond. Com a saída de Tomás Antônio Villanova Portugal, em 1820, para acompanhar o rei Dom João VI, de quem era amigo e conselheiro, resolveu, antes de embarcar, em 1821, dar por terminada a missão de Vasconcelos Drummond, em Itajaí, chamando-o, a 26 de fevereiro de 1821, para a Corte.

A missão foi dada por terminada, nunca, porém, revogada.

Vamos ver o que Vasconcelos Drummond fez neste ano que esteve em Itajaí, fundando a colônia, e, para tal, vamos valer-nos de José Ferreira da Silva. [...]

Fui amigo pessoal de José Ferreira da Silva, e aqui mesmo em Curitiba, na década de 60 foi que o conheci, e quase diariamente nos encontrávamos na rua 15 de Novembro, defronte ao Grande Hotel Moderno, batíamos um longo papo sobre assuntos de nosso Estado, notadamente sobre Itajaí e Blumenau.

Ele havia fundado há pouco “Blumenau em Cadernos”, e pedia-me sempre que colaborasse com ele, até que um dia ele convenceu-me de polemizar com Marcos

Konder sobre a fundação de Itajaí. Segundo sua opinião, era melhor que um itajaiense discutisse do que um tijucano.

Topei a parada, e ele então fornecia-me os dados e eu desenvolvia-os jornalisticamente. Fiz poucos artigos, até que meu mano Nelson reagiu, escrevendo-me e pedindo-me para parar em nome da memória de nosso pai, que era um grande amigo de Marcos Konder. Atendi, imediatamente, o pedido de Nelson e mostrei a carta a Ferreira da Silva, que comentou:

- É ... é, teu mano tem toda razão. Pára ... Pára de escrever! [...]

José Ferreira da Silva foi o escritor, jornalista e historiador que mais escreveu sobre a fundação e colonização de Blumenau. Quando entendeu de escrever sobre a de Itajaí, achou que ela deveria obedecer ao mesmo ritmo histórico da de Blumenau.

Ora! Tal vontade ou desejo era, humana e historicamente impossível, porque a fundação de Blumenau, se não fora as enchentes onde o Dr. Blumenau perdeu grande parte de seus escritos e diários, seria até possível descrevê-la dia por dia, todos os fatos e acontecimentos que acabaram com o tempo histórico, já que era o Dr. Blumenau um homem metuculoso e muito organizado, como o fundador e o colonizador da sua colônia.

Hoje, quando durante mais de dois anos pesquisei sobre a história de Blumenau para poder escrever, em sete meses, o romance que acabei de publicar, sobre a vida e a obra do Dr. Blumenau, obedecendo aos fatos e datas históricas, posso dizer que talvez de todas as fundações e povoamentos havidos no Brasil, nenhum se iguala à de Blumenau em termos de organização histórica.

Quando, porém, em meu romance, escrevi sobre Agostinho Alves Ramos, procurei pesquisar em Afonso Luis da Silva, em “Itajaí de ontem e de hoje”, e lá encontrei na página 14: “tudo deixa crer que Agostinho Alves Ramos tenha nascido no Rio de Janeiro, chegou ao Desterro depois da Independência do Brasil, etc., etc.” [...]

Quando comecei a escrever sobre a “Fundação de Itajaí” eu fui fundo, às raízes históricas da nossa origem populacional do Brasil Colônia, que é, afinal, toda a origem da própria raça brasileira, tinha o propósito de, mais tarde, mostrar, como o faço agora, o material humano com que contavam os bandeirantes povoadores e o Dr. Blumenau, para fixar mais uma vez como foi diferente a fundação e povoação de Itajaí da de Blumenau.

O Dr Blumenau povoou Blumenau com colonos alemães, em lotes de pequenas propriedades, traçando planos quer para a agricultura, quer para a indústria; isolou os

seus colonos bem no sertão da Província de Santa Catarina, no Interior do Vale do Itajaí, para que toda a colônia crescesse sem influência da metrópole e fosse um trabalho dos próprios colonos, era como se ele transferisse um pedaço da sua tão querida Alemanha para o sertão do Brasil e aqui surgisse uma nova Alemanha, que, com o tempo, se tornaria, automaticamente, brasileira, mantendo intactas as velhas tradições de origem germânica. E foi mantendo este espírito germânico que ele conseguiu a fabulosa Blumenau de nossos dias, porque foi inicialmente uma fundação e colonização de caráter particular, orientada e dirigida unicamente pelo próprio Dr. Blumenau.

O mesmo não aconteceu com a fundação de Itajaí e outras fundações do Brasil Colônia, que foram completamente diferentes, quer como fundações, quer como povoação, onde o material humano em qualidade, estava bem, mas muito longe mesmo, daquele que dispunha o Dr. Blumenau. [...]

Chega-se, portanto, depois de nos inteirarmos do que disseram sobre Vasconcelos Drummond, os três mais destacados escritores sobre a fundação de Itajaí, a seguinte e lógica conclusão histórica de que Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond foi o fundador de Itajaí e que não dispôs de tempo útil para povoá-lo.

Mas por que foi Vasconcelos Drummond o fundador?

Porque para se fundar e povoar naquela época só os que, oficialmente, recebiam ordens, quer da Corte, diretamente, ou dos Governadores das Capitânicas, e Vasconcelos Drummond indiscutivelmente, tivera oficialmente de um Ministro da Corte do Rio de Janeiro. Segundo muitos historiadores e escritores, o símbolo de uma povoação era a capelinha, e, em torno dela é que nascia a vila e, finalmente, a cidade. Mas nem todos pensavam assim, porque Oliveira Vianna diz sobre as fundações que, em primeiro lugar, o curral, ponto de partida para o povoamento, depois a fazenda, o engenho, o arraial, a povoação e a vila.

1982 - Prefácio. Edison d'Ávila. IN: A fundação de Itajaí – sua história – seu romance. Nemésio Heusi. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1982. Páginas 01-02.

“O jornalista e escritor Nemésio Heusi concedeu-me a honra e o prazer de convidar-me para prefaciá-lo seu livro “A Fundação de Itajaí – Sua História, Seu Romance”.

O gesto amigo me trouxe honra por permitir participar, embora modestamente, da concretização desta obra. Trouxe-me também prazer, porque a obra aborda aspectos históricos da vida de Itajaí, assunto em que muito me tenho compezado.

A empreitada literária a que se dedicou o ilustre itajaiense, qual seja, a história das origens de Itajaí, tem ocasionado nos últimos tempos muita controvérsia sobre data e fundador. Por isso, muitos têm formulado opiniões, que não raro se antagonizam e mesmo pecam por falta de fundamentação histórica.

Assim, historiar a nossa fundação e, mais do que isso, romanceá-la foi decididamente um ato criador louvável.

Na verdade, esta obra comporta duas abordagens: a história e o romance da fundação de Itajaí. Isto é, os fatos históricos que fizeram os primeiros tempos da nossa vida comunitária, conforme constam de inúmeros documentos; e o contar romanceado, ao sabor da criatividade rica e agradável do autor, daqueles fatos e personagens dos primórdios itajaienses.

O autor, na primeira parte, entendeu de assumir posicionamento claro quanto à longa disputa sobre quem foi o fundador de Itajaí. Consultou documentos, juntou fatos e concluiu por uma proposta de ampla perspectiva verossímil.

De fato, não há como negar a primazia histórica de Vasconcelos de Drummond no encargo de fundar uma colônia nas margens do rio Itajaí-Mirim, recebido do Ministro Villa Nova Portugal a 5 de fevereiro de 1820. Vasconcelos de Drummond foi o primeiro a receber a tal incumbência. Seu gesto pode não ter tido os desdobramentos desejados; mas teve a primazia histórica. Negar a presença histórica de Drummond nos fatos itajaienses é renegar a verdade documentada.

Assim também, não creio que se possa negar, sem cometer deslizes históricos, a participação capital de Agostinho Alves Ramos no surgimento e desenvolvimento da póvoa do Santíssimo Sacramento do Rio de Itajaí. Foi ele, sem sombra de dúvida, o

inspirador da nossa vida como comunidade organizada, seu animador e o principal realizador da Paróquia e futura Vila.

Por isso, pareceu-nos extremamente cativante, a proposta de Nemésio Heusi de encadear o gesto pioneiro de Drummond às ações colonizadoras de Alves Ramos, como se eles tivessem uma sequência natural. Mesmo porque, entre a chegada de Drummond e a de Agostinho Alves Ramos, medeou pouco tempo, nada além de três anos!

Parabenizo o Autor por estas páginas tão cheias de criatividade e que o leitor agora terá também o prazer de apreciar. Louvo o seu zelo pelas nossas tradições e o seu acendrado amor à nossa “Pequena Pátria”.

15 de junho de 1982.

1982 - Pequena História de Itajaí. Edison d'Ávila. Itajaí: PMI/SM de Educação, 1982.

3 – Faiscadores, pescadores, lavradores e carpinteiros de ribeira

Os primeiros homens brancos que visitaram a região de Itajaí foram os faiscadores de ouro, atraídos pelas muitas histórias que falavam de fabulosas minas e de rios ricos do precioso metal.

Assim, João Dias de Arzão, primeiro morador das margens do Itajaí, quando em 1658 requereu ao Capitão-Mor da Vila de São Francisco do Sul uma sesmaria para aqui vir morar, tinha a intenção de explorar estas minas de ouro. Aliás, não tão fabulosas assim, pois que a família Arzão logo se retiraria sem fazer fortuna...

Atraídos pelas mesmas histórias e mais encantados com a fartura da pesca e a fertilidade do solo, outros aqui se deixaram ficar. Requereram terras para plantar e iniciaram o povoamento.

A estes, anos depois, veio se juntar muita gente de Desterro (Florianópolis), de São Miguel, de Porto Belo, de Armação de Itapocorói, de São Francisco do Sul e de Paranaguá.

E foram tantos os que aqui se fixaram, que todas as terras das imediações da foz do rio Itajaí-açu, no começo do século passado, já estavam totalmente ocupadas.

Destes moradores muito pouco se guardou a não ser alguns dos nomes e a vaga localização das suas terras.

Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho tinha casa e plantações nas terras do bairro da Fazenda; José Coelho da Rocha plantava nas terras do hoje centro da cidade, embora morasse do outro lado do rio; José Correia de Negreiros e Silvestre Nunes Leal Corrêa moravam em Canhanduba e Itaipava; e Matias Dias de Arzão tinha fazenda nas terras da Barra do Rio.

Plantavam-se mandioca, aipim, milho, feijão, cana, batata-doce e arroz; além do algodoeiro, pois com o algodão se fiavam em casa os panos para a vestimenta diária.

Também se pescavam muito a guaivira, os bagres, as tainhas e os robalos; a pesca era quase toda no rio, poucos se dispunham a pescar no mar.

Outra atividade que muito ocupava estes primeiros moradores do Itajaí era a construção e o reparo de embarcações; atividade cumprida pelos chamados carpinteiros

da ribeira. Além da excelente mão-de-obra que aqui existia, a nossa região era muito conhecida pela boa madeira, apropriada para a construção naval. [...]

5 – Um jovem diplomata e a colônia que não deu certo

Havia muitos anos que as autoridades coloniais portuguesas vinham sendo alertadas de diversas maneiras sobre a necessidade e utilidade de se promover a colonização do Vale do Itajaí.

Todos lembravam a beleza da paisagem e a fertilidade e riqueza das terras.

Assim, quando o jovem diplomata Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond manifestou ao amigo e Ministro de Dom João VI, Tomás Antônio de Villanova Portugal, o desejo de estabelecer uma colônia naquelas terras, o ministro pensou unir o útil ao agradável.

Isto porque Drummond, filho de tradicional família do Rio de Janeiro, estava sendo acusado de pertencer a uma das sociedades secretas que planejava uma forma de tornar o Brasil independente de Portugal.

Contador da Chancelaria-mor e gozando da confiança do Ministro, o jovem funcionário foi aconselhado a mudar de ares em seis meses de licença. E decidiu visitar a Capitania da Ilha de Santa Catarina, então governada por João Vieira Tovar e Albuquerque.

Cá chegando, Drummond logo se inteirou dos negócios do governo e soube das terras ainda sem benfeitorias e apropriadas para o início de uma colonização.

Retornou ao Rio de Janeiro e obteve, em 5 de fevereiro de 1820, a autorização para estabelecer uma colônia em duas sesmarias, propriedades do Rei, que ficavam às margens do rio Itajaí-mirin na atual localidade de Itaipava; e a designação de encarregado dos Reais Cortes de Madeiras na região, por cujo serviço fazia jus aos vencimentos de 3 mil cruzados anuais.

De volta à Ilha de Santa Catarina, tratou de seguir para o Itajaí e dar início à colônia que se chamaria “São Tomás da Villanova”. Com alguns ex-soldados e trabalhadores da região, Drummond começou a derrubada para limpar o terreno e construir o alojamento dos colonos, montar uma serraria manual e fazer plantações.

Estavam os trabalhos neste pé, quando a 26 de fevereiro de 1821, o jovem colonizador de 26 anos recebia ordens para retornar ao Rio de Janeiro, pois que o Rei dera por acabada a sua missão.

Assim, frustrou-se a colônia que Drummond intentara estabelecer em nossas terras, ficando apenas a lembrança histórica desse seu projeto inacabado ...

6 – O comerciante de larga visão

Tivera início a segunda década do século passado quando o comerciante Agostinho Alves Ramos e sua esposa Ana Maria Rita decidiram mudar-se do Desterro para as terras do rio Itajaí.

Naturais de Portugal, eles haviam-se casado, em 1813, na cidade do Rio Grande e depois passaram a residir na capital da Província de Santa Catarina.

Ali, Agostinho Alves Ramos se associara a um grande capitalista e por diversas ocasiões visitara a nossa região com as baleeiras da sua casa comercial, comprando dos lavradores e pescadores os produtos da lavoura, da pesca e da pequena indústria existente; bem como fornecendo-lhes mercadorias e gêneros de primeira necessidade.

Inteligente e de larga visão logo percebeu o bom ponto que as terras da foz do rio Itajaí ofereciam para um empreendimento comercial.

Assim, adquiriu de José Coelho da Rocha antigo morador da Praia de Itajaí, um terreno situado na margem direita do rio, junto do lugar onde costumeiramente se faziam reparos em embarcações e por isso chamado de Estaleiro. Aí edificou um sobrado de pedra e tijolos que funcionava como residência e casa comercial.

A partir de então, sua liderança se foi consolidando junto aos moradores da redondeza de tal sorte que nada se fazia com vistas ao adiantamento ou bem-estar geral que não fosse por sua iniciativa ou com seu auxílio.

Foi assim que participou da comissão de diretores que se encarregou da construção da primitiva Capela e redigiu o requerimento ao Bispo do Rio de Janeiro para a criação de um Curato, semente da futura cidade de Itajaí; assinando-o com outros vinte e um moradores do Distrito.

Ainda preocupado com a melhoria das condições de vida na comunidade que se ia formando sob sua direção, obteve das autoridades da Província o estabelecimento de uma companhia de pedestres para os cuidados policiais e a criação de uma escola pública de primeiras letras, em 1835.

Com a grande consideração que conseguiu junto de toda a população, elegeu-se deputado provincial e foi encarregado pelo governo de diversas missões oficiais como: encarregado das obras públicas, pontes e estradas do distrito; diretor das colônias estabelecidas no interior do Vale e comandante do 7º Batalhão da Guarda Nacional, no posto de coronel.

Tantos e tão grandes serviços prestados à sua comunidade fizeram-no merecedor e grande honraria: a Ordem de Cristo, no grau de cavaleiro, recebida das mãos do próprio Imperador D. Pedro II, em 1845, quando da visita imperial à capital de Santa Catarina.

Os anos se passaram e o curato, depois Freguesia do SS. Sacramento do Rio de Itajaí, tornar-se certeza de uma futura cidade, com a qual sonhava Agostinho Alves Ramos.

Envelhecido e viúvo desde 1850, ele viu seu estado de saúde se agravar continuamente. Sem herdeiros, passou a se desfazer dos bens: a fazenda do Rio Conceição, a olaria da Canhanduba, as terras da Barra do Rio.

E num final de tarde do mês de julho do ano de 1853, faleceu rodeado de amigos e afilhados. Foi velado em câmara ardente pelos guardas nacionais do Distrito e sepultado no pequenino cemitério da povoação que fizera nascer.

7 – O curato e o distrito – nasce Itajaí

A grande distância em que estava a igreja mais próxima e a falta de assistência espiritual aos moradores da região do Itajaí fizeram-nos organizarem-se numa comissão de “diretores” com vistas à ereção de uma Capela junto à foz do rio Itajaí-açu.

Os diretores dirigiram-se então ao Vigário da Vara da Comarca de N. S. da Graça do Rio São Francisco do Sul e obtiveram do mesmo a competente licença para início das obras.

Mas foi com a chegada de um religioso, Frei Pedro Antônio de Agote, para os cuidados espirituais dos moradores da redondeza, que se fez sentir a necessidade de se estabelecer no lugar um Curato, isto é, uma pequena comunidade assistida por um capelão e com aprovação da autoridade religiosa.

Em 31 de março de 1824, Dom José Caetano da Silva Coutinho atendia o pedido que lhe fora feito e criava o Curato do Santíssimo Sacramento de Itajaí que compreendia todos os moradores entre o rio Gravatá, ao Norte e rio Camboriú, ao Sul; bem como nomeava Capelão-curado Frei Pedro Antônio de Agote.

No mês seguinte, José Coelho da Rocha e sua mulher, grandes devotos do Santíssimo Sacramento e por cuja insistência o Curato houvera recebido aquele orago, faziam a doação de trinta braças de terra de frente e sessenta braças de fundos – contíguas à propriedade de Agostinho Alves Ramos – onde se edificava a Capela e se pretendia construir o cemitério do arraial.

A primitiva capela foi construída de pau a pique e barreada. Posteriormente, foi substituída por outra de pedra e edificada por um escravo de Alves Ramos de nome Simeão.

O lugar crescia, muitas moradias foram edificadas em torno da capela e da casa comercial de Agostinho Alves Ramos. Então os moradores sentiram a necessidade de o elevar à condição de freguesia, quer dizer, sede de um distrito e paróquia. Era o primeiro passo para o surgimento do futuro Município. A petição chegou até o Conselho Geral da Província que o aprovou a 12 de agosto de 1833, através de uma resolução assinada pelo Presidente da Província.

O novo Distrito, sede da Paróquia e da circunscrição policial, desligou-se então da Vila de São Francisco do Sul e passou a integrar o município de Porto Belo.

Afim de satisfazer a um antigo desejo de Agostinho Alves Ramos, a Freguesia passou a ter uma co-padroeira: Nossa Senhora da Conceição, de quem era contrito devoto.

8 – A gente itajaiense – origem e números

Os primeiros homens brancos a chegar às terras do rio Itajaí-açu foram os preadores de índio e os faiscadores de ouro; quase todos paulistas.

De fato, o primeiro posseiro das margens do Itajaí, João de Arzão, transferira-se para Santa Catarina junto com parentes e agregados do vicentista Manoel Lourenço de Andrade, fundador de São Francisco do Sul; donde se passou para cá.

A esta primeira causa do nosso povoamento, juntar-se-ia o interesse manifesto da Metrópole portuguesa em efetivar o domínio e a posse das terras meridionais da sua colônia americana. A decisão de 1748 do Conselho Ultramarino, autorizando o povoamento das costas catarinenses com imigrantes açorianos, visava a esse intento.

Mesmo assim, permaneciam os vazios entre os povoamentos vicentistas e açorianos, esparsos por todo o litoral. Um destes vazios era precisamente as terras da foz e as do Vale do Itajaí.

Daí porque se incentivaria, a partir de 1823, a imigração de colonos não-portugueses; principalmente alemães e italianos.

Aliás, o historiador Paulo José Miguel de Brito, entre as sugestões apresentadas para o melhoramento da Capitania, em 1816, faz constar esta: “... **povoar e cultivar os terrenos de ambas as margens do rio Tajahi-assu desde a sua foz até à primeira cachoeira; e o Merim desde sua confluência naquele até onde for navegável, e dali para cima até o campo da Boa-Vista.**”

Para aqui vieram então: os vicentistas, primeiro; os açorianos, depois; e, afinal, os imigrantes alemães e italianos. Dos elementos de outras etnias, vindos em número variável, destacam-se os africanos, suíços e sírio-libaneses.

O contingente populacional de origem africana de Itajaí é, pela primeira vez referido, em 1840; quando de um total de 1.404 almas contavam-se 163 negros, significando portanto uma percentagem de 11% da população.

No entanto, a mais antiga referência a números da população itajaiense se encontra em requerimento datado de 1794, onde se afirma que “... **todos fazem o número de quarenta e tantos moradores.**”

O quadro a seguir demonstra elucidativamente o crescimento da nossa população, segundo os Recenseamentos Gerais:

ANO:	POPULAÇÃO
1872	3.473 habitantes
1890	6.741 habitantes
1900	15.817 habitantes
1920	33.327 habitantes
1940	44.204 habitantes
1950	52.057 habitantes
1960	54.996 habitantes
1970	63.206 habitantes
1980	88.074 habitantes.

1983 – A fundação de Itajaí. Gil Theodoro Miranda. Jornal do Povo. 12 de fevereiro de 1983. nº 2.208. Capa.

Pelo ‘JP’ de 15 de janeiro pp fiquei sabendo que o meu velho amigo Nemésio Heusi, que também tem Itajaí longe dos olhos e sempre perto do coração, vai lançar no dia 25 deste mês, na Casa da Cultura, o seu novo livro ‘A FUNDAÇÃO DE ITAJAI – SUA HISTÓRIA, SEU ROMANCE’.

Nemésio Heusi, nesse seu novo livro, exalta a figura de Antônio Menezes de Vasconcellos Drummond como o fundador de Itajaí e assim reaviva a tese do saudoso itajaiense Marcos Konder.

Aos 69 anos de idade, Drummond escreveu as suas memórias e justamente a página mais modesta da sua vida foi aquela em que se refere à sua estada em Santa Catarina e particularmente em Itajaí.

Em certo momento afirma: ‘O rio Itajai, sobre cujas margens eu comecei a formar um estabelecimento, é bem navegável’. E mais: ‘... da minha viagem e residência nas margens daquele rio ...’. E ainda mais: ‘Alguns trabalhos se fizeram no rio Itajai, mas não houve tempo nem meios para os levar a cabo. Todavia, ali se construiu uma sumaca etc...’ E finalmente: ‘Permita o céu, que a guerra e os males que ela consigo trás, não tenham destruído os fundamentos da colônia que eu comecei a estabelecer ali e que já florescia quando fui obrigado a deixá-la em 1821’.

É preciso que se note que nessa ocasião – 1821 – a sufixo ‘açu’ ainda não estava incorporado ao nome do rio que banha a nossa cidade, mas o sufixo ‘mirim’ já constava do também conhecido Rio Pequeno.

O que nunca compreendi foi porque os Vereadores de Itajaí, secundados pelo meu velho amigo Júlio César então Prefeito e embaidos pelo falecido historiador catarinense José Ferreira da Silva se apressaram a repudiar a figura de Vasconcellos Drummond como a do fundador da nossa cidade e rejeitar oficialmente a tese de Marcos Konder, mesmo diante das afirmações que Drummond fez em suas memórias. E isto aos 69 anos, que é uma idade em que ninguém tem interesse em mentir, principalmente quando se refere aos ‘... fundamentos da colônia que eu comecei a estabelecer ali...’ e muito menos mentir por uma circunstância tão fortuita, quando se sabe que a sua vida de grande brasileiro teve aspectos muito mais brilhantes, inclusive no movimento que culminou com a nossa independência do jugo português.

Quer dizer: Drummond foi cassado sem direito a defesa, por um esdrúxulo AI (Ato Institucional – nota nossa) municipal sequer editado. Oxalá o novo Prefeito Arnaldo Schmitt Júnior corrija a injustiça de Júlio César e seus vereadores.

O livro de Nemésio Heusi é oportuno e bem-vindo com sua história romanceada em que o autor tem o privilégio de criar todos os encantos e devaneios ao bel-prazer de sua inspiração, mas sem se afastar da realidade histórica.

Parabéns ao velho amigo e que o público saiba premiar os esforços desse itajaiense de boa cepa que, num gesto de grande generosidade, doou ao Asilo Dom Bosco os seus direitos autorais.

1983 – Os legionários de Ferreira da Silva. Nemésio Heusi. Jornal do Povo. 19 de fevereiro de 1983. Página 02.

O artigo de Gil Miranda publicado na última edição de JP sobre a FUNDAÇÃO DE ITAJAÍ, fornece excelentes subsídios sobre a tão discutida fundação de nossa terra.

Interessante. Escreveu Gil sobre um assunto que eu desconhecia, o ‘AI sequer editado’, do ex-prefeito Júlio César, meu bom e querido amigo. Ignorava que fora ‘ele e seus vereadores’ quem aplicaram, espiritualmente, o ‘AI-5’ em Drummond.

Consolem-se comigo que fiz mais: editei artigos no JP e em ‘Blumenau em cadernos’ contra não só Marcos Konder, como também a fundação de Drummond. Mas, como também fizeram, indiscutivelmente, ‘Júlio César e seus vereadores’ e outros legionários de Ferreira da Silva, insuflados pelo que ele escrevera sobre a fundação de Itajaí. Aliás, no livro a ser lançado, cuja história já foi publicada em sucessivos artigos no JP, dou a devida explicação da minha atitude anterior, e me redimo de meus próprios erros, mesmo porque, errar é humano, mas persistir no erro é burrice.

José Ferreira da Silva, meu dileto e saudoso amigo, sem dúvida o cabeça da ‘rebelião’ contra Drummond e Marcos Konder, procurou, desesperadamente, defender a sua tese com o brilho admirável de sua cultura histórica. Só agora que muito pesquisei e li sobre a fundação de nossa terra, é que cheguei a conclusão da ‘repulsa’ de Ferreira da Silva por Drummond e o seu amor por Agostinho Alves Ramos. Sendo, realmente como foi, o COLONIZADOR DE ITAJAÍ, entendia o brilhante historiador que fosse também o FUNDADOR, e não Drummond. Mas, a história não se faz como nós queremos, e sim, como de fato aconteceram seus momentos marcantes.

Mas, por que, assim entendia Ferreira da Silva, tão apaixonadamente? Porque Marcos Konder, em sua ‘A PEQUENA PÁTRIA’ não disse de Agostinho Alves Ramos o que, no entender de Ferreira da Silva, devia ter dito, fazendo-o a merecida justiça. Ora, Marcos Konder disse apenas, de Agostinho Alves Ramos, que: ‘A primeira capela foi construída de pau-a-pique sob a direção do Coronel Agostinho Alves Ramos, o único comerciante da terra’.

Pisou nos calos de Ferreira da Silva, e no seu entender, ‘Marcos Konder, menosprezou o trabalho notável de Agostinho Alves Ramos, como político, médico, juiz, negociante, enfim, pau-para-toda-obra, e o mais legítimo colonizador da Vila do SS Sacramento de Itajaí, indiscutivelmente.

Diante desse ‘pouco caso’ histórico de Marcos Konder, rebelou-se Ferreira da Silva, e como tijucano de sangue quente, resolveu então contra-atacar, destruindo com o peso do seu passado de historiador brilhante e admirável, notadamente sobre a vida e a obra do fundador e colonizador, Hermann Bruno Otto Blumenau, tudo que Marcos Konder escrevera.

Ora, sabemos nós que ‘A PEQUENA PÁTRIA’ é um livro de valor inestimável, mais sentimental, do que propriamente histórico, e assim sendo pode ser facilmente contestado, a começar pela data que Marcos Konder deu para fundação de Itajaí, e a classificação de Drummond, como fundador e colonizador, chamando-o até mais de colonizador, do que fundador.

Acredito que se Marcos Konder tivesse topado nas suas pesquisas com o ‘Aviso de 5 de Fevereiro de 1820, que EL REI N. S. dava a Drummond o direito de tomar posse de umas terras e nela formar um estabelecimento etc... etc...’ toda ‘A PEQUENA PÁTRIA’ teria sido escrita em outro estilo literário e histórico, e Marcos Konder daria então, sem dúvida, o dia 05 de Fevereiro de 1820 como o da fundação de Itajaí, e não o dia 22 de outubro de 1920, como o do 1º Centenário de Itajaí, que foi o dia em que ele leu sua conferência para o Conselho Municipal, lamentavelmente, sem consistência histórica.

No entanto, ele conhecia o aviso de 26 de Fevereiro de 1821 do Almirante Quintela, que dava a missão de Drummond como terminada e o recolhia à Corte. Ora, num ano apenas pode-se sim fundar uma cidade, mas nunca colonizá-la porque, se fundar é tão somente um momento ou acontecimento marcante, colonizar demanda tempo. E, em um ano, tempo que Drummond esteve em Itajaí, em matéria de colonização nada poderia ter feito.

Portanto, Drummond foi tão somente o fundador e nunca o colonizador, como queria e por muitas vezes cita Marcos Konder, em sua ‘A Pequena Pátria’, e disso se valeu Ferreira da Silva para contestá-lo, criando toda polêmica e a sua legião de seguidores.

Em meu livro que breve lançaremos – ‘A FUNDAÇÃO DE ITAJAÍ – SUA HISTÓRIA E SEU ROMANCE’, - fui até as raízes históricas para, com segurança, esclarecer as causas da polêmica e provar, historicamente, que Drummond foi o fundador e Agostinho Alves Ramos, o colonizador de nossa terra sem mais dúvidas nenhuma.

Creio que assim procedendo ‘dou baixa aos legionários de Ferreira da Silva’, entre os quais me incluo.

1985 - Notas sobre o povoamento da Foz do Itajaí. Antônio Roberto Nascimento. Blumenau em Cadernos. Tomo XXVI. Set. 1985 – Nº 09 – pág. 250-3.

O inesquecível J. Ferreira da Silva, pesquisador emérito, encontrou livros da capelânia da Penha na Cúria Metropolitana, revelando que os óbitos são consignados de 1791 em diante (História do Município da Penha, pág. 11) e dando uma notícia muito boa do que foi o povoamento da foz do Rio Itajaí, principalmente de seu lado norte ou a jusante. Diz ele:

“Não se sabe, ao certo, em que ano os primeiros civilizados vieram estabelecer morada em Itapocorói e Piçarras, em convivência pacífica com os nativos, que ocupavam, de preferência, as matas um pouco afastadas das praias, deixando as fraldas do mar aos brancos, mais afeitos e melhor aparelhados à lida com o oceano e ao aproveitamento da sua fauna, variada e abundante” (pag. 6)

E continua o saudoso historiador:

“Sabe-se, por outro lado, que em 1739, devia haver moradores por aquelas regiões, muito embora o primeiro governador da capitania de Santa Catarina, o Brigadeiro José da Silva Paes as dê como desabitadas, em documento daquele ano datado. Realmente, para que ali viesse ter a charruinha “Senhor dos Perdões”, com carregamento de bebidas contrabandeadas, mister se fazia que houvesse, naquelas paragens, quem se encarregasse de guarda-las durante o tempo necessário ao seu escoamento. E isso não poderia ser feito senão em local abrigado e devidamente vigiado.” (pag. 7)

“Mas, o que não sofre dúvida alguma, é que, já por volta de 1759, havia moradores ao longo das praias de Itapocorói e de Piçarras, assim como de Barra Velha e outras, tanto assim que dois, deles, Bento da Silva Veloso e Tomé da Silva, dirigiram ao bispo do Rio de Janeiro uma petição, solicitando permissão para levantar uma capela na primeira dessas praias (atual Município de Penha, Capela de São João Batista de Itapocoróia).

Um documento existente na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, cuja cópia nos foi gentilmente cedida pelo historiador francisquense Brasil Gerson, também de saudosa memória, revela que a Câmara de São Francisco do Sul, aos 30 de abril de 1796, pedia ao vice-reis

“atuarem francas as minas do Rio de Itajaí, termo desta freguesia, as quais são uns poucos dias de viagem pelo rio acima, donde algum tempo se tirou bastante ouro e de boa conta. E tanto o Rio Grande como o mais pequeno têm extensão para muito povo morar, donde também produz abundantes mantimentos, e na sua barra entram sumacas. E ainda que os rios com chuvas é muito caudaloso, o interesse tudo vencerá, ficando também francas todas as mais minas que se puderem descobrir, criando V. Ex^a., guardamores a seguir o ouro, ou guiado para essa cidade, ou para a Fundação da Cidade de São Paulo, ou da forma que V. Ex^a for servido ordenar.”

Vê-se, pois, que as minas de ouro do Rio Itajaí, que distavam de sua foz “poucos dias de viagem”, já estavam sendo exploradas muitos anos antes desse requerimento de 30 de abril de 1796, onde o povo francisquense, representado por sua Câmara, pedia a vinda de “cem casais de ilhéus”, “atuarem, francas as minas do Rio Itajaí” e “capitães para os distritos” de São Francisco do Sul. Se o interior já estava sendo explorado, o que não dizer então da costa catarinense, como bem observou J. Ferreira da Silva?

Em nossas pesquisas nos livros eclesiásticos de São Francisco do Sul, ainda não concluídas, já encontramos inúmeras informações acerca desse povoamento. Assim é que, por exemplo, encontramos o assento de óbito de um Antônio Machado (da Veiga?), “morador na praia de Caboriúguassu, que, aos dois de outubro de 1785, foi “sepultado na Capela de São João Batista de Itapocoróia e recomendado pelo capelão dela o Ver. Antônio Duarte Carneiro que me participou todo o conteúdo”. Esse Antônio Machado faleceu sem os sacramentos da época (penitência, sagrado viático e extrema unção), “por falecer de morte repentina”.

Juntando a informação do inesquecível J. Ferreira da Silva com a nossa, veremos que os registros de óbito desses primitivos moradores eram feitos nos livros eclesiásticos de São Francisco do Sul, antes de 1791. Lamentável, entretanto, é que esses livros francisquenses estejam parcialmente extraviados, o que dificulta sobremodo a reconstituição desse primitivo povoamento da costa norte de Santa Catarina.

Mas ainda é tempo de se resgatar o passado catarinense, pois, continuando nossas pesquisas, encontramos o assento de óbito de Martinho dos Santos, “soldado deste destacamento, sepultado na Capela de São João Batista de Itapocoróia pelo capelão dela o Padre Antônio Dias Cordeiro”, aos 27 de junho de 1785 (em outubro, como vimos, o capelão já era Antônio Duarte Carneiro). Encontramos também, no mesmo livro, rotulado de número 1, mas composto de folhas avulsas (quase perdidas, não fosse o zelo do Padre Juca), os “assentos dos falecidos nos bairros circunvizinhos

de Armação de Itapocoróia e recomendados pelo capelão Antônio Duarte Carneiro”, preciosa fonte de informações acerca desse primitivo povoamento, como vemos a seguir:

“28.10.1787 – FRANCISCO ÁLVARES, solteiro, “morador no Bairro de Itajaí”, com sacramentos, sem testamento, de 65 anos mais ou menos;

24.11.1787 – MARIA DE TAL, “moradora no bairro das Cabeçadas, mulher solteira, vagabunda, com idade que parecia de trinta anos, sem sacramentos” (...)

8.8. 1788 – CATARINA RODRIGUES DE BARBUDA, “faleceu da vida presente em o Rio de Itajaí, viúva, de 70 anos mais ou menos, moradora do dito lugar”. (...)

13.6.1790 – SEBASTIANA DA COTA, mulher de Salvador Dias, “moradora nos Tabuleiros”;

25.8.1790 – MARIA, recém-nascida, filha de Antônio Rodrigues da Luz, “morador nos Tabuleiros”. (...)

Muito mais se há de encontrar, em se pesquisando a fundo tais registros francisquenses. (...)

No livro de registros de nascimento de nº 5 (os demais estão extraviados) de São Francisco, foram consignados diversos assentos da Capela de São João Batista de Itapocoróia, em virtude de o primeiro livro desta “estar findo”, conforme noticiou o Padre Bento Gonçalves Cordeiro. Isso de 1795 em diante, revelando, assim, a existência de um primeiro livro, que, se encontrado, trará muitas luzes ao capítulo do povoamento da costa norte catarinense.

1985 - As velhas colônias no Rio Itajaí. Gottfried Entres. Blumenau em Cadernos. Tomo XXVI – set. 1985 – nº 9 – pag. 253.

Pelo decreto provincial nº 11 de 5 de maio de 1835 nos Rios Itajaí-Açu e Itajaí Mirim, foram fundadas colônias e como marco deviam constar Pocinhos no Grande e Taboleiro no rio pequeno. Para estas colônias não foram trazidos colonos e também não existiam diretores especiais, mas a administração era exercida pelo Juiz de Paz do Santíssimo Sacramento como naquele tempo chamava-se Itajaí.

Para colonos eram aceitos todos os naturais da terra e estrangeiros, mas os mesmos não recebiam nenhuma ajuda financeira. Todo colono solteiro recebia um pedaço de terra de 200 a 400 morgen. Os primeiros três anos a terra seria totalmente gratuita e além disso os colonos estavam livres de impostos por 10 anos.

A colônia no Itajaí-Mirim primeiro não queria progredir. Nos anos seguintes nada, nada se encontra registrado. Quando então os selvagens por várias vezes apareceram de Camboriú matando e saqueando os colonos no Itajaí na sua maioria abandonando suas casas. Em 1837 por esta razão só foram contados 6 estrangeiros e 2 nativos. Quando em 1838, veio uma guarda de soldados para guardar os colonos a maior parte dos fugitivos voltou assim em 1839. Num censo efetuado em Pocinhos e Belchior já contava com 66 famílias, destas 17 alemães, 48 nacionais; ao todo eram 141 pessoas.

A futura colônia Blumenau pertenceu primeiro à Colônia de Itajaí e as antigas famílias da região de Gaspar são: Schmitt, Zimmermann Haendchen, Deschamps, Lucas, Wagner, etc... Estas vieram em sua maioria da Colônia São Pedro de Alcântara. Em 1851 a Colônia contava com 62 fogos e 365 pessoas. Eram alemães, brasileiros e belgas, os últimos vindos por iniciativa de van Leede. No ano de 1854, o Presidente da Província extinguiu a Colônia. Foi o Dr. João José Coutinho. Os colonos perderam suas vantagens e tiveram que pagar impostos como todos os moradores.

(tradução de Edith S. Eimer em setembro de 1985 de texto publicado no Livro de Memórias para o Centenário da Imigração Alemã em Santa Catarina – autoria de Gottfried Entres – página 33).

1993 - Itajaí – breve notícia histórica do aglomerado urbano. Edison d'Ávila. Itajaí: Fund. Genésio Miranda Lins/PMI, 1993.

1 – OCUPAÇÃO

A chegada dos primeiros moradores brancos ao Vale do Itajaí se deu no século XVII. Eram paulistas à procura de ouro e outros metais preciosos. João Dias de Arzão foi o primeiro sesmeiro a se estabelecer com fazenda às margens do rio itajaí-açu, em 1658.

No final do século XVIII e começo do século XIX, se deu grande corrida às terras do Vale do Itajaí, por causa da invasão espanhola da Ilha de Santa Catarina em 1777 e da exploração das abundantes madeiras de lei da região. Muito também contribuíram o solo fértil, apropriado à agricultura, e a pesca farta.

2 – COLONIZAÇÃO

Antônio Menezes Vasconcelos de Drumond, natural do Rio de Janeiro, em 1820, fez a primeira tentativa de estabelecer um núcleo colonial no Vale do Itajaí, na hoje região de Itaipava, junto do rio Itajaí-mirim. Drumond era funcionário comissionado pelo rei Dom João VI, encarregado do real corte da madeira. A exploração da madeira e a construção naval já se destacavam como atividades econômicas da região. Aires do Casal, em 1817, em “Corografia Brasílica”, faz referências às madeiras do Itajaí. Embora já houvesse, esparsos por toda a foz do rio Itajaí-açu, cerca de cem fogos, a colônia intentada por Drumond não deu certo.

3 – FUNDAÇÃO

A intensa atividade de exploração da madeira e as boas perspectivas de colonização do Vale do Itajaí levaram o comerciante português, antes radicado em Desterro, AGOSTINHO ALVES RAMOS a fixar-se na foz do rio Itajaí-açu, possivelmente em 1823. Com ele se dá início à formação do aglomerado urbano de Itajaí, com a criação do Curato do Santíssimo Sacramento do Rio de Itajaí em 31 de março de 1824, data de fundação da cidade de Itajaí. Alves Ramos funda ainda os núcleos coloniais de Belchior e Tabuleiro, em 1835, dando início à colonização do médio Vale e do Vale do Itajaí-mirim. Além do que, ele apóia as fundações coloniais de

Ilhota, em 1842, com Charles Van Lede, e Blumenau, em 1850, com o Dr. Hermann Blumenau.

4 – AGLOMERADO URBANO

As terras que hoje formam a zona urbana do Município de Itajaí, no começo do século XIX, estavam divididas entre os sesmeiros Matias Dias de Arzão, José Coelho da Rocha, Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho e José Corrêa de Negreiros. Foi de José Coelho da Rocha que Agostinho Alves Ramos comprou o terreno para a construção da sua residência e da casa de comércio e de quem obteve a doação das trinta braças de frente por sessenta de fundos, no lugar chamado “Estaleiro”, para a construção da primitiva capela, atualmente Igreja da Imaculada Conceição, e do cemitério, que hoje formam o espaço urbano da Praça Vidal Ramos, no centro de Itajaí.

5 – PRAÇA/ MARCO ZERO

A casa comercial de Agostinho Alves Ramos, a Capela e o Cemitério foram os elementos polarizadores do aglomerado urbano de Itajaí e os delimitadores do núcleo central da malha urbana do Município. Pois em torno destes locais de comércio e de prestação de serviços foram se aglomerando os moradores antes espalhados por toda a região e aqueles recém chegados. A malha urbana se expandiu a partir da Praça da Matriz, para o norte e para o sul, acompanhando as margens do rio e os combros da Praia da Fazenda; direções que tomaram as ruas do Comércio (rua Pedro Ferreira) e Municipal (rua Lauro Muller). Já na década de 1840, alinhavam-se nestas direções cerca de quatorze casas, todas de taipa, exceto a de Agostinho Alves Ramos, a única de pedra e cal. Outras trinta casas se espalhavam pela planície fronteira, sem nenhuma regra de alinhamento. Mas apenas construídas pela preferência por lugares mais enxutos e menos baixos.

6 – PERÍMETRO URBANO

Criado o Município de Itajaí pela Resolução Provincial Nº 464, de 4 de abril de 1859, e instalado a 15 de junho de 1860, o perímetro urbano da nova Vila ficou determinado pelas extremas das terras de Dona Felícia Alexandrina Leão Coutinho (mais ou menos no traçado da Avenida Joca Brandão), ao sul; pelo Ribeirão da Caetana, ao norte e quarenta braças para o centro, contadas da beira rio. Foi a partir desta época que se abriram as ruas Pedro II (ruas XV de Novembro e Manoel Vieira Garção) e da

Matriz (rua Hercílio Luz), esta na direção oeste. A rua da Matriz, após a transferência do Cemitério para novo local, em 1863, (área da atual Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento) foi se transformando no caminho para a ocupação oeste. Na década de 1880, após a grande enchente daquele ano, foi aberta a rua Tijucas, outro caminho para o norte da Vila.

[...]

1998 - Simplesmente Gaspar. Leda Maria Baptista. Blumenau: Nova Letra, 1998. (trechos diversos)

[...]

CAPÍTULO II – HOMENS BRANCOS

VÁRIAS CORRENTES

Ao território dos indígenas chegaram outros homens. Traziam cultura e objetivos diferentes. Eram exploradores das riquezas naturais deste vale, cujo rio desempenhou papel primordial no processo de ocupação humana.

A história de Santa Catarina revela que os primeiros homens brancos a se estabelecerem nas terras do Rio Itajaí-Açu procediam da Capitania de São Vicente. Eram os “Preadores de Índios” e os “Faiscadores de Ouro”.

O primeiro morador das margens do Itajaí, João Dias de Arzão, requereu, em 1658, ao capitão-mor da Vila de S. Francisco do Sul uma sesmaria.

Arzão chegou a Santa Catarina proveniente de São Paulo, acompanhando o vicentista Manoel Lourenço de Andrade, fundador de São Francisco do Sul. De São Francisco, mudou-se para as terras do Itajaí. Tinha intenção de morar e explorar minas de ouro.

Juntando-se aos interesses pela mão-de-obra indígena e pelo ouro, Portugal necessitava efetivar o domínio e posse das terras do sul do Brasil. Diante disso, a partir de 1748, iniciou o povoamento das costas catarinenses, com imigrantes açorianos.

Entretanto, devido aos diversos vazios entre os povoamentos, a partir de 1823, passou-se a incentivar a imigração de colonos não portugueses, principalmente alemães e italianos. O historiador Paulo José Miguel de Brito, entre as sugestões apresentadas para o melhoramento da Capitania de Santa Catarina, em 1816, apontou: “... povoar e cultivar os terrenos de ambas as margens do Rio Itajaí-açu, desde a sua foz, até a primeira cachoeira; e o Itajaí-Mirim, desde a sua confluência naquele, até onde for navegável, e dali para cima, até o campo da Boa Vista”.

Para aqui, vieram então primeiro os vicentistas, depois os açorianos, e anos mais tarde, os imigrantes alemães e italianos.

Vicentistas e a busca de riquezas

[...]

Os europeus, já no século XVI, trataram de engajar a mão-de-obra indígena em seus projetos de exploração econômica. Para tanto, capturaram os silvícolas nas aldeias do litoral e depois do interior.

No litoral e sertão catarinense, já nesse primeiro século de conquistas, os índios carijós foram dizimados, ou levados para os mercados de escravos de São Vicente.

Esses vicentistas, preadores de índios e ou faiscaadores de ouro, foram os primeiros homens brancos que exploraram a região do Itajaí.

As muitas histórias sobre minas e rios ricos do precioso metal atraíram vários destes homens, notadamente, a família “Dias de Arzão”, descendentes do flamengo Cornélio de Arzão, trazido ao Brasil por D. Francisco de Souza, em 1591, com o objetivo de descobrir riquezas minerais. Segundo informações do sargento-mor Manoel Gonçalves de Aguiar, prestadas em 1711, Miguel Dias de Arzão (irmão ou filho de João Dias de Arzão ? ...), explorava as já esgotadas faisqueiras de ouro de Itajaí.

Requerimento de 30 de abril de 1796 da Câmara de S. Francisco do Sul pedia ao Vice-Rei “atuarem francas as minas do Rio de Itajaí, termo desta freguesia, as quais são uns poucos dias de viagem pelo rio acima, donde algum tempo se tirou bastante ouro e de boa conta. E tanto o rio grande como o mais pequeno tem extensão para muito povo morar, donde também produz abundantes mantimentos, e na sua barra entram sumacas. E ainda que os rios com chuvas são muito caudalosos, o interesse tudo vencerá, ficando também francas todas as demais minas que se puderem descobrir, criando V. Ex^a Guardas-Mores a seguir o ouro, ou guiado para essa cidade, ou para a fundição da cidade de São Paulo, ou da forma que V. Ex^a for seguido ordenar”.

A Câmara Municipal da cidade do Desterro, em ofício de 15 de setembro de 1829, diz ao Governador da Província “que no sertão do Rio Itajaí, tirava ouro de muito boa qualidade, Mateus de Arzão ...”

O almirante Lucas A. Boiteux, ao escrever sobre a família Arzão, aponta Luiz Dias Arzão, filho de João Dias de Arzão e Maria do Rosário, com uma propriedade a montante do Pocinho, à margem esquerda do Itajaí.

Os açorianos no litoral sul

Decepcionados, os imigrantes açorianos, assentados no litoral sul, deixaram suas terras, espalharam-se no interior, vieram ter até as terras de Gaspar.

No ano de 1748, o Conselho Ultramarinho autorizava o povoamento das costas catarinenses com imigrantes com o objetivo de efetivar o domínio e a posse portuguesa das terras do Sul do Brasil, tão cobiçadas pelos espanhóis.

Aos açorianos que pretendessem imigrar para o Brasil, a Revolução Régia de 7 de agosto de 1746 estabelecia “que se dará principiar a sua cultura, sem que lhes levem direitos, nem salários alguns por esta sesmaria”.

Entre os anos 1748 a 1756, chegaram ao litoral catarinense quatro mil, novecentas e vinte e nove pessoas.

Eram imigrantes do Arquipélago dos Açores que nessa ocasião apresentava desenvolvimento econômico fraco, superpopulação, a erupção de 10 de julho de 1720 na Ilha do Pico e abalos sísmicos.

Essa colonização açoriana não correspondeu às expectativas do governo português, nem dos imigrantes, por vários motivos. Os açorianos não tiveram suas promessas cumpridas por parte do governo português. Os colonos, ao chegarem às terras catarinenses, foram sujeitos a um verdadeiro regime de caserna, obrigados ao serviço militar e aos trabalhos públicos forçados, sem remuneração. Às vezes eram coagidos a abandonar suas plantações para trabalharem nas construções de fortalezas, trincheiras e edifícios públicos.

Os moços foram recrutados, em massa, para completarem as tropas militares que seguiam para o sul, nas guerras contra os espanhóis. Outra situação que muito contribuiu para abater os colonos foram as contribuições forçadas de produtos agrícolas, principalmente a farinha, para alimentar as tropas catarinenses, do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Pelos vários motivos, muitos açorianos deixaram suas terras, retiraram-se aos matos e espalharam-se no interior, principalmente no governo de Francisco Antonio Cardoso (1762). Nesse tempo, por certo, chegaram também os açorianos ao Rio Itajaí.

Além do ouro e do índio

[...]

Com os açorianos iniciou-se a exploração econômica na forma de pequena propriedade agrícola diversificada. Cultivavam o básico para a alimentação familiar e exportavam a farinha (que substituiu o trigo cultivado nas ilhas de Açores), o

açúcar, a aguardente, peixe seco (a pesca era nos rios), arroz, milho e café. O algodão para tecelagem de panos gosseiros e rendas, madeiras e couros crus eram também produtos de exportação aos portos o sul, Rio de Janeiro e nordeste.

Algumas fazendas de plantação a história registrou: Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho (recebeu sesmaria em 1792), José Coelho da Rocha, Mathias Dias de Arzão, agricultores na barra do Itajaí-Açu, José Correia de Negreiros e Silvestre Nunes Leal Correia tinham fazendas nas margens do Itajaí-Mirim. Todos com descendentes em Gaspar no Século XIX.

Outra atividade exercida pelos primeiros moradores das terras do Itajaí era a construção e reparo de embarcações, pois além da excelente mão-de-obra aqui existente, a nossa região era muito conhecida pela madeira apropriada para a construção naval.

Em “Dicionário” de Boiteux: “Estaleiro das Naus, sítio sobre a mão esquerda do Itajaí, nas imediações da confluência do Ribeirão Arraial”. O que nos faz acreditar que a construção e reparo de embarcações eram também realizados em território do atual Gaspar.

As terras que José Coelho da Rocha vendeu, em 1823, eram situadas na margem direita do rio, junto do lugar onde costumeiramente se faziam reparos em embarcações e por isso, chamado de Estaleiros (este no atual município de Itajaí).

Barros Cassal, em publicações de 1816, afirma que nas margens do Itajaí-Açu havia muitas serrarias que consistiam apenas em um estaleiro, onde pessoas serravam madeira à mão.

“Bento Dias era carpinteiro à beira-mar. Construía barcos. Vinha para Belchior, subia os ribeirões e comprava a madeira em pé. Derrubava a árvore, puxava-a com bois até o ribeirão, depois para o Rio Itajaí e daí até seu estaleiro, onde os barcos eram construídos com madeira leve. Um dos ribeirões de Belchior era conhecido como Ribeirão do Bento.

Os ribeirões, na época (Séc XIX) eram verdadeiros corredores de transporte de madeira para o litoral”.

[...]

CAPÍTULO III

Colonização

O século XIX

A ocupação aleatória e a exploração desordenada vão chegando ao fim. A fertilidade das terras e o interesse em colonizá-las vêm, no início do século XIX, inverter a ação dos homens sobre esta região. A exploração cede lugar à colonização.

A vida no litoral

Agostinho Alves Ramos, o colonizador, estabeleceu-se nas terras do Itajaí em 1823. Sócio de comerciante no Desterro, em viagens de negócios pelo litoral, escolheu este lugar para montar sua própria casa de comércio.

É certo que na virada do século XVIII para XIX, já havia muita gente povoando e cultivando as terras marginais do Rio Itajaí-Açu, produzindo muito milho, feijão, cana e serrando muita madeira (à mão, porque o primeiro engenho movido à água foi construído em 1849, em Nova Trento)”.

Por volta de 1800, a Ilha de Santa Catarina e o continente fronteiro já sofriam com a superpopulação. Comerciantes mantinham largo comércio com a população que se espriava por quase todo o litoral entre São Francisco e Laguna.

Os barcos visitavam as enseadas, onde já havia agrupamentos com capelas, congregando pequenos agricultores e serradores das imediações. Compravam todos os produtos da lavoura e da acanhada indústria existente, fornecendo-lhes mercadorias e gêneros de primeira necessidade aos vendeiros estabelecidos na costa. Supriam, também, com comestíveis, tecidos, objetos de uso doméstico e de adornos os trabalhadores das armações de pesca de baleias e compravam o óleo, barbatanas e outros produtos encontrados nessas armações.

Em 1815, Francisco Lourenço da Costa já “tinha um armazém nas margens do Itajaí para recolher os efeitos que ali comprava para o giro do seu negócio”.

Os terrenos de Tijucas, Porto Belo, Camboriú e do Itajaí, começaram a despertar a atenção dos agricultores ilhéus (Florianópolis) pela sua fertilidade, uma vez que estavam sem condições de expandir seus negócios na agricultura, por escassez de terras.

Agostinho Alves Ramos, após 1813, tornou-se sócio de um grande comerciante da ilha, que mantinha, além da casa de comércio, barcos que

percorriam a costa, a negócios. Nessas viagens, Agostinho logo percebeu o bom ponto que as terras da foz do Rio Itajaí ofereciam para um empreendimento comercial.

Em fins do ano de 1823, após construir casa apropriada para negócio e moradia, em terreno adquirido de José Coelho da Rocha e extremado com os Azeredo Leão Coutinho (leste), Correia de Negreiros (sul), Rio Itajaí-Mirim (oeste) com frente para o Itajaí-Açu, instalou-se com sua esposa Ana Maria Rita.

As terras do Itajaí acabavam de receber o seu colonizador!

Agostinho Alves Ramos e Itajaí

De 1823 a 1835, Agostinho Alves Ramos deu novos rumos ao povoamento do médio e foz do Rio Itajaí. Estabeleceu-se como comerciante, liderou a criação do curato e capela em 1824, a paróquia em 1833 e o distrito policial. Eleito deputado provincial, foi responsável pela criação de uma escola.

Sabe-se pouco sobre os antecedentes de Agostinho Alves Ramos, antes de sua chegada a Santa Catarina, logo depois da Independência do Brasil (1822). É certo que veio para Desterro com sua esposa, Ana Maria Rita, portuguesa, e se associou ao comerciante Anacleto José Pereira, que tinha casa de negócio à esquina da praça, com a rua da cadeia, na Capital da Província. Nasceu no Rio de Janeiro. Era guarda-livros, além de possuir muitos conhecimentos em outros ramos de atividades, entre eles, noção de desenho industrial, plantas de barcos e casas. Versado em letras – era bom poeta – criou sátiras sobre os homens e coisas da época. Escreveu também memórias. Negociante ativo, político habilidoso e de grande cultivo espiritual.

Agostinho Alves Ramos, Coronel da Legião da Guarda Nacional, era o único negociante da região, comprador de todos os gêneros e madeira produzidos e fornecedor de tudo o que era preciso no lugar. Obteve do Governo várias concessões de terras.

Em uma das dependências de sua residência, Alves Ramos armou pequena capela, onde se rezavam novenas e, de longe em longe, os vigários e capelões de Itapocorói e de Porto Belo realizavam ofícios religiosos.

Outra providência inicial foi o envio de correspondência ao bispo do Rio de Janeiro, solicitando a licença para a celebração de ofícios religiosos em oratório particular e a oficialização do distrito com seus limites, bem como a construção de uma capela.

Em resposta ao prestígio de Agostinh, a 31 de março de 1824, o pequeno arraial foi elevado a curato e nomeado seu capelão, o padre frei Pedro Antônio de Agote, religioso franciscano. O distrito de Itajaí compreendia todos os moradores entre o Rio Gravatá (norte) e o Rio Camboriú (sul). A 2 de abril do mesmo ano, José Coelho da Rocha e sua esposa faziam doação de terras para construção da capela e cemitério. A primeira capela ficava próxima ao sobrado de Alves Ramos. Foi construída de pau-a-pique e depois barreada.

Com a criação do Município de Porto Belo, em 1832, Itajaí desligou-se de São Francisco, para integrar-se à nova comuna, cujos limites iam ao sul até o Rio Tijucas, ao norte, até o Rio Gravatá, a leste até o oceano e a oeste até a Serra Geral (Município de Lages).

[...]

também sob a influência de Agostinho, a 12 de agosto de 1833, o curato de Itajaí foi elevado à categoria de paróquia, sob o orago do SS. Sacramento e de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Agostinho era devoto dessa santa.

Nessa mesma data, foi criado um distrito policial.

Em 1835, Agostinho elegeu-se deputado provincial. Era a primeira eleição para a assembléia, após a Independência do Brasil. Como representante do povo, pôde dar maior expansão aos seus planos e, em 15 de abril de 1835, a Lei nº 9 criou uma escola de primeiras letras na Freguesia. Nessa ocasião, o padre Pedro Antônio de Agote já havia falecido na casa de Alves Ramos, onde morou desde 1824. Seu substituto, Francisco José de Souza tomou posse em março de 1834, seguindo-se pela posse de padre Joaquim Serrano, em 1835.

Alves Ramos e os arraiais de Pocinho e Belchior

[...]

Em pouco tempo, Agostinho tornou-se a figura de maior destaque no lugar Não só das margens do Itajaí-Açu, mas do Mirim, de Camboriú, de Porto Belo e de toda a Costa Sul. E, naturalmente, por interferência sua, já em 13 de janeiro de 1830, o Conselho Geral da Província de Santa Catarina mandou estabelecer duas povoações de duzentas casas em terra firme, sendo indicado como sítio mais adaptado ao assento de uma delas, o Rio Tajay ou Itajaí.

A 5 de maio de 1835, o Presidente da Província, Feliciano Nunes Pires, sancionou a Lei nº 11, de autoria do deputado Agostinho Alves Ramos, que mandou estabelecer duas colônias. Uma no Rio Itajaí Mirim e outra no Itajaí-Açu, ambas

com dois arraiais. A colônia do Itajaí-Açu recebeu apelido de Itajaí Grande e iniciou com a organização do Arraial do Pocinho, terras próximas à foz do Ribeirão Arraial (atualmente), seguindo-se pelas terras do Ribeirão Belchior, onde se estabeleceu o Arraial do Belchior.

A Lei nº 11 determinava que, nos locais citados, seriam medidas e demarcadas quinhentas braças de terras, em quadro, para sede dos arraiais. Esta área era destinada à construção de moradias dos colonos, bem como para logradouros públicos. Além da moradia, os colonos receberiam terras para cultivar. Sendo ele solteiro, obteria duzentas braças de frente com quinhentas de fundos. Se casado, trezentas de frente por quinhentas de fundos, Tendo este mais de três filhos, quatrocentas por quinhentas.

[...]

Agostinho Alves Ramos foi encarregado pelo Presidente da Província de dirigir os trabalhos nas colônias. Com poderes para emitir títulos de propriedade, era diretor das obras públicas, pontes e estradas.

Ajudaram nos trabalhos de distribuição das terras o juiz de paz Luiz Dias de Arzão e seu escrivão Francisco da Costa Passos, tendo como agrimensor Antonio Vanzoite [...].

Os primeiros proprietários

Agostinho Alves Ramos era de estatura pouco acima da média, obeso. Demonstrava distinção e delicadeza no vestir e no trato cotidiano com seus domésticos e amigos. Homem de muito respeito e consideração, verdadeiro político, serviçal, protetor e amigo. Foi o “civilizador” do povo de Itajaí. Nada se fazia sem a indicação e consulta dele. A pobreza o tratava com especial agrado e liberalidade, mormente sua mulher que parecia uma santa. Muito boa, sempre bem arrumada no seu vestido de linho branco e lenço de cambraia na cabeça. (J. M. Rodrigues – Silveira Júnior, p. 24).

[...]

2001 - Itajaí – O começo da História. Edison d'Ávila. 2.ed. Itajaí: PMI/SM de Educação, 2001.

1 – OCUPAÇÃO PORTUGUESA DA COSTA CATARINENSE

As terras do litoral catarinense estavam compreendidas, até Laguna, no Sul, dentro do território pertencente a Portugal, nos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas. Quando da divisão do Brasil colonial em capitanias hereditárias, em 1532, as terras catarinenses ficaram incluídas na Capitania de Sant'Ana, doada a Pero Lopes de Souza.

A ocupação portuguesa e a colonização destas terras, a partir do século XVII, deveram-se principalmente ao interesse da Coroa lusitana na exploração de possíveis minas de ouro e à disputa com Espanha, que entendia lhes pertencerem as terras catarinenses. Durante o século XVII, os paulistas fundaram os primeiros núcleos populacionais do litoral de Santa Catarina: São Francisco do Sul (1658), Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis (1672), e Laguna (1684).

Já a partir do século XVII, diversas recomendações foram feitas ao governo colonial no sentido de se promover a colonização das terras do Vale do Itajaí, consideradas férteis e estratégicas para a fundação de colônias. No entanto, tais recomendações não foram levadas em conta.

2 – JOÃO DIAS DE ARZÃO: À CATA DE OURO

A ocupação das terras do Itajaí pelo homem branco se daria pela iniciativa particular de João Dias de Arzão, companheiro do fundador de São Francisco do Sul em 1658. João Dias de Arzão era paulista e sua família, há tempo, procurava minas de ouro e outros metais preciosos pelo interior do Brasil.

Naquele ano, ele requereu e obteve uma sesmaria que vem a ser um lote colonial, às margens do rio Itajaí-Açu, em frente à foz do rio Itajaí-Mirim e ali construiu moradia. Não tinha ele, porém, intenção de fundar uma póvoa, nem empreendeu meios para tal. Seu interesse maior era a cata de ouro, no que afinal não teve sucesso.

3 – ÍNDIOS: CARIJÓS E CAIGNAGUES.

Quando os primeiros colonizadores vieram se fixar nas terras junto à Foz do rio Itajaí-Açu, os indígenas ainda faziam frente à ocupação das mesmas terras que, pouco a pouco, lhes foram tomadas.

Estes índios eram os Botocudos ou Caigangues, do grupo Tapuia (hoje conhecidos por Xokleng). Os Carijós, que moravam à beira-mar, já estavam praticamente extintos naquela época.

Nas pesquisas arqueológicas sobre as populações pré-coloniais, encontraram-se, em Itajaí, dois Sambaquis (Sítios arqueológicos).

O primeiro ficava em Balneário de Cabeçadas, descoberto em dezembro de 1970, sendo encontrado acidentalmente. O segundo sítio, também descoberto acidentalmente em 1988, encontrava-se em Itaipava. Os esqueletos removidos de Cabeçadas foram transferidos para Florianópolis e para a Santur, em Bal. Camboriú.

Da antiga presença dos índios em nossas terras, hoje só nos resta sua lembrança nos nomes de alguns lugares do Município: Canhanduba, Itaipava, Ariribá, Guaraponga e Itajaí, bem como o nome de alguns clubes, como no caso a Sociedade Guarani e o Grupo de Bolão Tapuia.

[...]

5 – VASCONCELOS DE DRUMMOND: COLÔNIA MALOGRADA

Foi a inexistência de qualquer obra e ao mesmo tempo as vantagens econômicas da exploração da madeira que animaram o jovem carioca de 25 anos, Antônio Menezes Vasconcelos de Drummond, que estava em Santa Catarina como contratador dos reais cortes de madeira, a solicitar o apoio governamental para a fundação de uma colônia nas terras de Itajaí. Por Aviso Real de 05 de janeiro de 1820, o Rei D. João VI autorizou Drummond a estabelecer uma colônia em duas sesmarias reais junto do rio Itajaí-Mirim, na região da agora Itaipava. Com a ajuda de soldados dispensados de um batalhão da sede da capitania, Drummond iniciou a derrubada das matas que permitisse começar as plantações e a construção de casas para os colonos. A planta da futura colônia foi levantada pelo coronel português Antônio José Rodrigues. Estavam nestes trabalhos preliminares de implantação da colônia, que se chamara “São Tomas Vilanova” – evidente homenagem ao Ministro do Rei e protetor Tomás Antônio de Vilanova Portugal – quando a situação política portuguesa exigiu a volta do Rei a Portugal. Drummond então resolveu suspender os trabalhos, pois sabia que se acabaria o apoio do governo e retornou ao Rio de Janeiro. Sobre a sorte da sua colônia, é ele próprio que, anos mais tarde, vai afirmar: “*não houve tempo nem meios de levar a cabo*”.

6 – AGOSTINHO ALVES RAMOS: FUNDAÇÃO DE ITAJAÍ.

No começo do século XIX, intensificou-se o comércio que os moradores do Itajaí faziam com comerciantes de várias vilas do litoral catarinense. Foi numa dessas

viagens de negócio que Agostinho Alves Ramos pela primeira vez veio à Foz do Itajaí-Açu. Era português e sócio de uma casa comercial em Desterro. Homem de muito tino comercial, inteligente e bastante culto, logo percebeu o bom ponto para comércio que a região da Foz do rio oferecia. Principalmente, se aí se pudesse fundar uma povoação. Então comprou um lote de terra e construiu a casa de moradia e de comércio e aqui se estabeleceu com a mulher Ana Maria Rita. Com vistas a fundar uma póvoa, tratou logo de encabeçar um requerimento ao Bispo do Rio de Janeiro para a criação de um Curato, afinal criado a 31 de março de 1824.

Com a criação do Curato do Santíssimo Sacramento, estava fundada Itajaí. A pequenina capela e o cemitério que lhe ficava aos fundos começaram a ser então rodeados de outros moradores, entre os quais a maior liderança era Agostinho Alves Ramos, o fundador.

[...]

2002 - Expansão e colonização: os fatos lineares da História. Equipe da Fundação Genésio Miranda Lins IN: Itajaí – outras histórias. LENZI, Marcos Rogério (org.). Itajaí: PMI/FGML, 2002. Páginas 29-39.

Povoamento

A dispersão de paulistas e vicentistas pela costa Sul, à caça aos índios para vendê-los como escravos, além da procura de ouro e prata, constituiu o que poderíamos chamar de primeiros povoamentos no litoral catarinense.

Conforme a professora Maria Bernadete Ramos Flores, *“assim é que, em 1658, provavelmente, Manoel Lourenço de Andrade transferiu-se com sua parentela, escravos e agregados para o rio São Francisco, onde já havia a capela de Nossa Senhora das Graças*

Em 1660, supostamente, a póvoa teria sido elevada a Vila e, em 1665, elevada a Paróquia.”

Em 1675, possivelmente, Francisco Dias Velho se encontrava na Ilha de Santa Catarina, onde já havia a igreja de Nossa Senhora do Desterro, sendo de 1678 o requerimento, que o paulista fez ao Governador da Capitania, de duas léguas em quatro na ilha.

Em 1676 foi a vez de Laguna. Através de uma bandeira destinada a descobrir terras no Sul que não fossem povoadas, Domingos de Brito Peixoto, após quatro meses, deitou os fundamentos de uma póvoa sob a invocação de Santo Antônio dos Anjos.

Continua a historiadora: *“As povoações de São Francisco, da Ilha de Santa Catarina e de Laguna garantiram a posse efetiva do Sul do Brasil aos portugueses.*

Mas o interesse português ia além desta capitania. Portugal tencionava estender seus domínios de forma que lhes garantisse o acesso até o rio da Prata. Para isso o litoral catarinense foi intensificado, para servir de base às atividades militares compreendidas no sentido de realizar os planos da Coroa Portuguesa quanto aos seus interesses na área do Prata.”

João Dias de Arzão

No ano de 1748, chegou à ilha de Santa Catarina a primeira leva de povoadores e, até 1766, somava em 5.000 o número de pessoas que foram trasladadas do arquipélago dos Açores para Santa Catarina.

As terras da bacia do Itajaí, na parte litorânea, até então permaneciam habitadas somente por silvículas, embora se tenha notícia da concessão de terras na bacia do Itajaí a João Dias de Arzão, por volta de 1658, ao Norte do rio, ou seja, pelo lado da atual Navegantes.

Apesar de ter requerido ao Capitão-Mor da Vila de São Francisco do Sul uma sesmaria para vir aqui morar, tinha a intenção de explorar minas de ouro e prata, aliás, não tão fabulosas assim, pois que a família Arzão logo se retiraria sem fazer fortuna ... não era sua intenção fundar uma póvoa, nem empreendeu meios para tal.

Muitos registros de concessões de sesmarias indicam uma certa ocupação, mas todos eles denotam o lado Norte do rio. Todavia, não resta dúvida de que as terras da bacia do Itajaí despertaram a atenção de povoadores, no final do Século XVIII. Tudo indica que no começo do Século XIX, as terras do atual Município de Itajaí, no seu perímetro urbano, já eram efetivamente ocupadas por particulares, tendo nelas moradas e plantações. Alguns se dedicaram ao comércio de madeiras serradas, como mostra Aires Casal na Corografia Brasileira, editada em 1817, dizendo sobre o rio Itajaí que “*nas suas adjacências há muitas serrarias.*”

Também é prova o documento redigido pelos moradores de Itajaí, em 1794, onde se lê:

“Dizem os moradores do riyo de Tajahy da comarca da Ilha de Santa Catarina, Matias Dias de Arzão, Sylvestre Nunes, José Correya e outros casados com famílias e escravaturas que todos fazem o número de quarenta e tantos moradores que estavam situados nas margens do referido riyo com suas casas cítios e lavarouas de mandioca e outras, criação de aves e animais e outras benfeitorias e de tudo pagão Dízimos ao Real Patrimônio...”

Requeriam a posse das terras que ocupavam, o que vem confirmar que Itajaí era habitado no final do Século XVIII e que suas terras eram propriedades particulares. Este

fato elimina a hipótese levantada por Marcos Konder em “A Pequena Pátria” sobre a fundação de Itajaí por Antônio Menezes Vasconcelos Drummond, como se verá adiante.

Madeira, pesca e agricultura

Conforme o historiador Edison d’Ávila, em seu livro *“Itajaí, o começo da História, “durante todo o Século XVIII, a grande atividade econômica desenvolvida nas terras do Itajaí foi a extração de madeiras. Isto ocasionou uma afluência de moradores, notadamente açorianos, muitos simples posseiros, que foram se fixando por toda a região junto da Foz do Rio Itajaí-Açu, embora esparsamente.*

A madeira era desdobrada em tábuas nas serrarias manuais, em geral tocadas pelos braços dos escravos negros e a seguir exportada para Santos e Rio de Janeiro. Foi tão indiscriminada e depredadora a derrubada de madeiras que, já no final do Século XVIII, o governo português decretou ser privilégio real o corte das melhores espécies.

A riqueza da madeira disponível, a abundância da pesca e a fertilidade das terras motivaram verdadeira corrida especulatória. Altos funcionários públicos, militares, eclesiásticos e comerciantes abastados da sede da Capitania de Santa Catarina requeriam sucessivas sesmarias, burlando a lei que lhes exigia benfeitorias de colonização e prejudicando o direito de posse de moradores antes estabelecidos; o que vai resultar em seguidas pendências judiciais. Assim, no começo do Século XIX, as terras da Foz do Itajaí estavam todas tomadas por diversos sesmeiros.”

Antônio Menezes Vasconcelos Drummond

No livro *“Itajaí”*, de autoria de Silveira Júnior, com pesquisa histórica do prof. José Ferreira da Silva e coordenação geral de Gil Moraes, consta que *“no ano de 1920, ou um pouco antes, Marcos Konder tomou conhecimento das ‘Anotações’ feitas por Antônio Menezes Vasconcelos Drummond em sua biografia publicada em Paris em 1836 na ‘Biographie Universelle et Portative des Contemporains.’”*

“Nessas ‘Anotações’, Drummond afirma que nos anos de 1820 e 1821, atendendo a determinação do Ministro Vilanova Portugal, esteve ‘na margem do Itajaí’, onde iniciou um estabelecimento agrícola, fez uma sumaca, despachou-a para o corte com madeira, etc.”

Itajaí ainda não possuía um fundador de fato e a oportunidade era excelente por aquilo que representou Drummond: homem ilustre, pertencera à Diplomacia, fora um batalhador pela Independência do Brasil e dirigira um jornal em Pernambuco. Eis alguns dados retirados da ‘Biographie’:[...]

Exageros e retificações

[...]

Segundo o historiador Carlos da Costa Pereira, em carta dirigida a José Ferreira da Silva, de 06 de setembro de 1958 referindo-se sobre um artigo de sua autoria no jornal “O Estado”, diz que já deixou transparecer as dúvidas sobre o assunto, ou seja, *“deduz-se daí que as margens do Itajaí já estavam povoadas quando Drummond chegou àquelas paragens. Não havendo ele levado colonos para ali, conseguira, entretanto, construir uma grande embarcação e carrega-la de milho, feijão e tabuado, isto, naturalmente, com a colaboração dos que já se encontravam estabelecidos na beira-rio.*

E nada nos leva a crer que o local em que Drummond se estabeleceu fosse próximo da foz do Itajaí, onde hoje se encontra a cidade desse nome.

Drummond que não deixara de referir-se a outros empreendimentos menos duradouros por ele levados a termo em Santa Catarina, certamente não ia esquecer o mais importante, se lhe tivesse cabido a iniciativa de fundar algum povoado no Itajaí, e seria muito desinteressante de sua parte não haver procurado estar a par do desenvolvimento deste povoado e ter ignorado que, cerca de dois anos antes de escrever as ‘Anotações’ à sua biografia, o mesmo havia sido elevado à categoria de vila.

Outra prova de que o povoamento das margens do Itajaí é anterior à vinda de Drummond, encontramos-na na ‘Corografia Brasileira’ de Aires de Casal, (conforme citamos anteriormente).

Ainda que fosse à margem do rio Itajaí-Açu, Drummond não poderia levar o nome como fundador, pois que nada fez de estável e duradouro.

Estas dúvidas foram esclarecidas quando Oswaldo Rodrigues Cabral, entre a documentação que arrecadou para escrever a História da Colônia Brusque, em 1958, encontrou o mapa da medição militar onde está traçado o local das sesmarias de Drummond: uma à margem esquerda do rio Itajaí-Mirim, em atual território de Brusque, e outra à margem direita do mesmo rio, na atual Itaipava, território de Itajaí.

Foi do professor José Ferreira da Silva, estudioso da história catarinense, o louvor da decifração do enigma. Ao ver o mapa militar, acabara de encontrar a chave que lhe faltava para sanar todas as dúvidas. Não fora Antônio Menezes de Vasconcelos de Drummond o fundador de Itajaí, mesmo porque, já quase ao fim da vida, o próprio

Drummond dirá, como vimos, a respeito da colônia: “*não houve tempo nem meios de levar a cabo.*”

Agostinho Alves Ramos

A “*glória*” de receber o título de “*fundador*” cabe a outro nome: Agostinho Alves Ramos. Não que ele tenha sido o primeiro a morar em Itajaí. O fundador nem sempre é o primeiro.

Fundador é aquele que toma para si o encargo de líder na nova póvoa que vai surgindo, que a organiza e a faz prosperar em decorrência de uma centralização de interesses, convergindo todos para um único ponto em torno do chefe – o fundador, que passa a ser o administrador. Foi o que aconteceu a Agostinho Alves Ramos, em fins de 1823, quando aqui chegou.

Nascera no Rio de Janeiro e era guarda-livros. Antes de vir para Itajaí, morava em Desterro e era sócio do comerciante Anacleto José Ferreira, que mantinha largo comércio, não só na Ilha, mas também com as povoações que se espraiavam pelo litoral desde São Francisco até Laguna. Seus barcos percorriam o litoral, periodicamente, levando gêneros de primeira necessidade, comestíveis, fazendas, adornos aos trabalhadores da armação. Em troca, comprava produtos da lavoura, óleo, barbatanas e outros produtos retirados das baleias.

Provavelmente, Agostinho Alves Ramos tomou parte em mais de uma dessas viagens, nos barcos da firma, e considerou as possibilidades que as margens do Itajaí lhe podiam oferecer.

Adquiriu terras de José Coelho da Rocha e deu início à construção de sua casa que ao mesmo tempo serviria para seu comércio, localizada, hoje, onde hoje é a esquina da Rua Hercílio Luz com a Rua Lauro Muller.

É o professor José Ferreira da Silva, em seu trabalho “*A fundação e o fundador*”, quem explicita os fatos:

“Pouco depois, ali se instalou com D. Ana e um religioso franciscano, frei Pedro Antônio de Agote, espanhol de nascimento.

Ao mesmo tempo em que Agostinho Alves Ramos consolidava os seus planos comerciais, com a intensificação de seus negócios de compra e venda com os moradores da região, frei Pedro cuidava de organizar o lado espiritual do distrito.

Um dos cômodos da própria casa de Agostinho Alves Ramos foi destinado à capela em que D. Ana, profundamente devota, pôs os requintes da sua grande fé e amor à religião.

Concomitantemente, foi dirigido ao Bispo do Rio de Janeiro o necessário expediente, no sentido de ser oficialmente, delimitado o distrito, autorizada a construção de sua capela-curada, e permitida, enquanto esta não se verificasse, a celebração de ofícios religiosos no oratório particular.”

31 de março de 1824 – o Curato e o Distrito

Foi na data acima mencionada que D. José Caetano da Silva Coutinho, Bispo do Rio de Janeiro e Capelão-Mor de sua Majestade Imperial, assinou a provisão eclesiástica em que provinha frei Pedro Antônio de Agote “*Capelão-Curado no Distrito de Itajaí, que compreende todos os moradores entre o rio Gravatá do Norte e o rio Camboriú do Sul (...) administrando-lhes os sacramentos e absolvendo-os ... e lhe concedemos, mais, a faculdade de poder benzer, do ritual, cemitérios e uma capela do Santíssimo Sacramento, logo que estiver acabada e em termos de se celebrar o santo sacrificio da missa, autorizando-o a celebrar, entretanto, no oratório particular que parece decente (...).*”

No mês seguinte, o casal Coelho da Rocha doa o terreno para a construção da capela e do cemitério. Agostinho Alves Ramos tomava para si o encargo de levantar a capela dedicada ao Santíssimo Sacramento sob cuja invocação o Curato fora criado.

A escritura de doação data de 02 de abril de 1824 e foi lavrada a pedido dos doadores, que eram analfabetos (provavelmente a grande maioria o era, visto que Alves Ramos implementara a escola em Itajaí). Foram doadas trinta braças de frente, com sessenta de fundos, extremadas, pelo Sul, com terras de Agostinho Alves Ramos. Foram condições expressas que se construísse a capela e um cemitério para que se desse sepultura aos doadores e se lhes fizesse “*bem d’alma.*”

A primitiva capela foi construída de pau a pique e barreada. Depois, foi substituída por outra de pedra e edificada por um escravo de Alves Ramos cujo nome era Simeão.

A provisão fixava os limites do Curato. O rio Gravatá, ao Norte, separava-o do Curato do Itapocorói, e o de Camboriú, do de Porto Belo que, já em dezembro de 1824, fora elevado a Paróquia.

Estava fundado o povoado do Santíssimo Sacramento do Itajaí.

A capela e os negócios de Alves Ramos foram atraindo novos moradores para as suas proximidades e pelo Itajaí-Açu acima, até a confluência do Mirim, outras moradas se levantaram.

A partir de 1823, até 1853, a vida de Agostinho Alves Ramos confunde-se com a trajetória da cidade. Não se limitou apenas aos seus negócios, exercendo de sua influência como mediador e conselheiro local.

Também D. Ana dividia os encargos com o marido. Tomava conta do balcão e da padaria que acrescentara à venda de fazendas, secos e molhados.

Com toda esta desenvoltura, Alves Ramos tornara-se o chefe incontestável do Curato, estendendo sua influência até as margens povoadas do Itajaí-Mirim, de Camboriú e de Porto Belo. E por sua interferência, em 1830, a 13 de janeiro, o Conselho Geral da Província recomendou as terras do Itajaí para nelas ser instalada uma povoação com 200 casais. Em petição, Agostinho solicitou a elevação do Curato para Freguesia. E foi em 12 de agosto de 1833 que conseguiu elevar o arraial para Paróquia. Era o primeiro passo para tornar a cidade em sede administrativa, política e econômica.

Convocadas eleições para a primeira Assembléia Provincial, em 1835, Agostinho fora escolhido para ocupar umas das cadeiras (contando com seguras amizades no Desterro, junto ao comércio e ao Governo). Assim, explorou o Itajaí-Açu até o Salto, e o Itajaí-Mirim até considerável altura.

Conseguiu a aprovação da Lei Nº 09, de 15 de abril de 1835, que criava uma cadeira de primeiras letras na freguesia e fixava o ordenado anual do respectivo professor. Também redigiu e apresentou à Assembléia um projeto de colonização que estabelecia duas colônias, uma no Itajaí-Mirim e a outra no Itajaí-Açu: as colônias do “Tabuleiro” e de “Pocinho”.

Quanto aos índios, Alves Ramos, com autorização provincial, organizou escoltas que batessem os matos em perseguição dos gentios. Por isso, em 1837, a Lei Nº 70 isentava os moradores de Itajaí de prestarem o serviço militar na Guarda Nacional por estar a região sujeita aos ataques dos índios. Mas os indígenas continuavam suas incursões pelo território das duas colônias fundadas por Alves Ramos que, voltando em 1841 e 1842 como Deputado à Assembléia Legislativa Provincial, conseguiu novas medidas do Governo.

Para dar mais eficiência à “*Companhia de pedestres*”, foi encarregado o Major Henrique Etur. Percorreram as matas em operação de limpeza e “*afugentamento*” dos índios.

Em 1842, Agostinho Alves Ramos recebeu em Itajaí a visita de Charles van Lede, engenheiro belga que fundaria, mais tarde, a colônia que daria origem à cidade de Ilhota. É de van Lede as seguintes observações:

“A Freguesia de Itajaí compõe-se de umas cinquenta casas, dispersas pelas margens do rio, perto de sua foz e ao longo da praia. Tem uma igrejinha, alguns pequenos estaleiros; é sede um juizado de paz e residência de um Tenente-Coronel da Guarda Nacional. Para estas duas autoridades tínhamos cartas do Presidente, que nos apressamos a entregar.

O Coronel Alves Ramos acolheu-nos peffeitamente e pôs à nossa disposição um iatezinho, no qual subimos o Itajaí Grande.

Segunda-feira, 04 de abril, estávamos de volta à Freguesia de Itajai. Nessa região, chegando-se tarde da noite, a uma casa, correse-se o risco de dormir à luz das estrelas, e isso é compreensível, pois seus habitantes, forçados a fazer, até certo ponto, o policiamento local, não abrem suas portas a horas tardias. Assim, não quisemos incomodar o Coronel Alves Ramos, e resolvemos pernoitar na praia. A temperatura era agradável, o céu conservava-se, quase sempre, tão sereno que, muitas vezes, preferíamos acampar a procurar uma casa; mas o nosso patrão van Zoite (sic), que era português, fora, sem sabermos, prevenir o Coronel que imediatamente nos franqueou sua residência. As atenções que ele nos dispensou, ultrapassaram a tudo o que tínhamos direito de esperar.

No dia seguinte, preparamo-nos para explorar o Itajaí-Mirim, do qual já conhecíamos a importância; mas, desta vez, mais bem avisados, substituímos o iate pelas canoas, mais fáceis de governar, e com as quais podíamos navegar contra a corrente e atravessar todas as passagens.

Na confluência do rio Conceição (rio do Meio) com o Itajaí-Mirim, o Coronel tinha uma fazenda, onde jantaríamos, a seu convite. E, enquanto ele despacha os seus negócios, fomos, de canoa, explorar o rio. Tínhamos de percorrer muitas curvas, antes de chegar ao ponto de encontro combinado, devendo o Coronel seguir por terra; assim, apesar de nossos esforços, fomos os últimos a chegar.

A fazenda do Coronel achava-se situada num local que, nas grandes enchentes, estaria exposta a inundações. O solo ficava cerca de dois metros acima do nível do rio e tudo estava de acordo com uma habitação construída sobre estacas, cujos cabeços ultrapassavam o terreno a alguns pés. Ele recebeu-nos com sua habitual cordialidade e, enquanto esperávamos pelo jantar (esta refeição deve ser entendida como a do meio-dia; assim, ‘almoço’ para o café da manhã, ‘jantar’ para a refeição do meio-dia e ‘ceia’ para a refeição da noite), levou-nos para o alto do morro perto de sua casa (Morro do Araponga). Fizemos o trajeto com alguma dificuldade; mas, chegados acima, fomos

largamente compensados de nossa fadiga, pela magnificência do panorama que desse lugar se desvendava até onde a vista podia alcançar. Munidos de uma bússola azimutal, fizemos, imediatamente, o levantamento de muitos pontos importantíssimos para a nossa carta e que já havíamos observado em outros lugares. Á nosa frente, desdobrava-se uma imensa planície que, de Norte a Sul, a perder de vista, estava coberta pela mata virgem, cujas cores ricas e variadas acompanhavam todas as ondulações do terreno.

Passamos cerca de meia hora a admirar essa bela cena da natureza, dirigindo-nos depois para a sua casa, onde encontramos o jantar na mesa e alguns convivas após uma abundante refeição, despedimo-nos de nosso hospedeiro e penetramos na floresta, subindo o Itajaí-Mirim, do qual levantamos todas as sinuosidades e profundidades. Achamos desnecessário transcrever a minuta, que, aliás, é idêntica ao modelo adotado para o levantamento do Itajaí Grande. Nada mais pitoresco nem mais encantador do que a viagem por este rio. A luxuriante vegetação que cobria as margens e a que o sol esplêndido do Brasil emprestava um encanto desconhecido das regiões européias; as águas tranqüilas do rio; a velocidade de nossa pequena embarcação, que, ao menor impulso, deslizava, graciosamente, pela superfície líquida; a variedade de pássaros que existiam nessas florestas e que, pela sua bela plumagem e pela diversidade do canto, davam vida a essa deliciosa solidão; - tudo isso emprestava o maior encanto à nossa excursão e, pesarosos, víamos a noite aproximar-se rapidamente, não obstante devêssemos prosseguir em nossa exploração, no dia seguinte.

Às seis horas aportamos à margem direita do rio, onde se encontrava a última casa do rio itajaí-Mirim. Manuel Custódio, seu proprietário, recebeu-nos da melhor maneira possível e ofereceu-nos tudo o que possuía; mas aceitamos, apenas, pernoitar em seu engenho de farinha de mandioca. Sua fazenda era muito bem organizada; à margem do rio ficava uma serraria manual; mais para trás, numa elevação do terreno, sua casa circundava de alguns cafezeiros, laranjeiras e algodeiros, uma bela roça de mandioca, outra de milho e feijão, de cana-de-açúcar e de arroz e no fundo, a mata virgem, da qual uns trinta hectares tinham sido abatidos e queimados, e que se alargava em semicírculo, ao redor da casa.

No dia seguinte, levamos a nossa exploração até o Tabuleiro, já muito além das terras devolutas da Coroa. E como as particularidades topográficas e hidrográficas, assim como a natureza do solo e da vegetação, continuavam a ser as mesmas e, por outro lado, precisássemos ainda de oito dias, no dizer dos nossos guias, para atingir o

Salto, resolvemos descer o rio, tendo empregado, nessa exploração, mais tempo do que nos era permitido. Assim, pois, retornamos à Freguesia (de Itajaí), onde, favorecidos pela correnteza, chegamos na mesma tarde.”

Em 1845, Alves Ramos recebe a comenda da Ordem de Cristo do Imperador D. Pedro II, que estava em Santa Catarina juntamente com D. Tereza Cristina. Agostinho volta à Assembléia Provincial (1850 e 1851), sendo no mesmo ano (1850) que vem a falecer sua esposa, D. Ana. Ainda antes de sua morte, Agostinho vende terras, casas e a fazenda do ribeirão da Conceição ao Dr. Blumenau e Fernando Hackradt (que serviriam de recepção e alojamento para os imigrantes alemães vindos para a Colônia Blumenau). A 16 de julho de 1853, falece Agostinho Alves Ramos.

2004 - Um jovem diplomata e a colônia que deu certo. Ivan Carlos Serpa. IN: História Secreta do Arraial dos Cunhas. ADAMI, Luiz Saulo; ROSA, Tina. Itajaí: S&T, 2004. Páginas 19-25.

Por que alguém se interessaria na pesquisa e na história de uma pequena comunidade rural do interior do município de Itajaí? Revendo-se a bibliografia sobre a fundação deste município e a maneira como a questão foi estudada ao longo de quase um século de discussões no campo da historiografia, talvez fique mais clara a pertinência desta investigação.

Inicialmente, faz-se necessário esclarecer que a questão mais debatida pela historiografia itajaiense é a que diz respeito à fundação desta importante cidade catarinense. Reconhecer e legitimar o fundador do município foi motivo de acalorados debates entre os historiadores itajaienses. Enquanto a vizinha cidade de Blumenau sempre reverenciou a figura do Dr. Herman Blumenau, exaltando-o como incontestado fundador e incomparável administrador, cheio de virtudes, verdadeiro “herói” dos blumenauenses, Itajaí carecia de tal figura. Brusque tinha também seu herói, representado na figura do Barão Maximilian von Schneeberg.

O primeiro a tentar resolver essa questão foi Marcos Konder quando, ao escrever **A pequena pátria**, em 1920, exalta Antônio Menezes de Vasconcelos Drumond como “primeiro colonizador destas paragens”. Seu texto, no entanto, é mais poético do que histórico, repleto de metáforas de exaltação como “figura varonil”, típica de discursos políticos, haja vista que o livro, publicado em 1923, é a transcrição de sua conferência proferida em sessão solene do Conselho Municipal em 12 de outubro de 1920. Os argumentos históricos, todavia, são imprecisos. Não se sabe, sequer, se Drumond efetuou sua colonização pioneira no Itajaí-Açú ou no Mirim. Seu estilo poético, no entanto, encantou várias gerações que aprenderam, com **A pequena pátria**, a venerar a figura de Drumond como fundador de Itajaí.

Na década de 1960, Nemésio Heusi publica alguns artigos na revista **Blumenau em Cadernos**, polemizando com Marcos Konder. Fazia-o, entretanto, orientado por José Ferreira da Silva, profundo conhecedor da história de Blumenau e da história de Itajaí. “ele então fornecia-me os dados e eu deenvolvia-os jornalisticamente”, explica Nemésio heusi em **A fundação de Itajaí**. Nesta obra, publicada duas décadas após a publicação dos artigos no **Blumenau em Cadernos**, o autor nega as idéias defendidas

anteriormente: “mais tarde me penitenciei e pedi, publicamente, desculpas ao Konder, porque de fato foi uma asneira de minha parte”.

Foi seguramente a publicação da obra **Itajaí**, sob organização de José Ferreira da Silva, que provocou a maior polêmica com os defensores de Drumond como fundador de Itajaí, como queria Marcos Konder. Um Aviso Imperial do Ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal, enviado ao Governador da Província de Santa Catarina, João Vieira Tovar e Albuquerque, em 5 de fevereiro de 1820, determinava a concessão de duas sesmarias às margens do Rio Itajaí-Mirim a Drumond. O autor tenta demonstrar que não foi este o verdadeiro fundador de Itajaí. O principal argumento de Ferreira da Silva é o de que Drumond não fez mais do que “uma coivara lá para os lados de Itaipava” e que, portanto, as terras de que tomou posse não se localizam onde hoje é o Município de Itajaí.”

“Deve a cidade, mesmo assim, considerar Drumond como seu fundador, mesmo que saiba que ele nada fez no lugar onde hoje existe Itajaí?”, indica o autor.

Ora, em primeiro lugar, Drumond fez mais do que “uma coivara lá para os lados da Itaipava”. Em segundo lugar, como o autor pode falar com tamanha propriedade se jamais se preocupou em conhecer mais especificamente o local exato onde Drumond se estabeleceu em 1820? Em terceiro lugar, dizer que Drumond nada fez onde hoje existe Itajaí equivale a dizer que a região de Itaipava e Quilômetro Doze não pertenciam a Itajaí, o que constitui grave erro, uma vez que estas localidades sempre pertenceram a este município.

Dois anos mais tarde, em 1974, Giralda Seyferth publica **A Colonização Alemã do Vale do Itajaí-Mirim**. A autora aborda superficialmente a questão, mas afirma: “Drumond e os que a acompanhavam ficaram nestas sesmarias apenas algumas semanas, serraram alguma madeira e nada mais”. Refere-se a autora à Colônia do Tabuleiro, fundada por Agostinho Alves Ramos, em 1836, argumentando que esta Colônia “fracassou em virtude dos constantes ataques dos índios que trouxeram pânico à população”.

Sabemos que Drumond não permaneceu em Itajaí “apenas algumas semanas”, como afirmou Giralda Seyferth, pois o Aviso Imperial que determina sua vinda para Santa Catarina é de 5 de fevereiro de 1820, e seu retorno para o Rio de Janeiro ocorre em 26 de fevereiro de 1821. Ou seja, decorreu um intervalo de tempo de um ano e vinte e um dias, conforme informações de Nemésio Heusi.

De acordo com Zedar Perfeito da Silva, “a sumaca São Domingos Lourenço levou para o Rio de Janeiro um carregamento de milho, feijão e madeira serrada”. Ora, não se colhe milho, feijão, nem se constrói um barco de navegação oceânica em apenas “algumas semanas”.

Além disso, é muito provável que, mesmo após a partida de Drumond, os colonos que o acompanharam tivessem permanecido no local. Não seria por já haver aí se principiado um foco de colonização o motivo que levou Agostinho Alves Ramos a fundar, 16 anos mais tarde, a “Colônia Tabuleiro”?

Sobre a Colônia Tabuleiro, Giralda Seyferth diz que esta redundou em fracasso, mas fazendo a genealogia de algumas famílias tradicionais do Quilômetro Doze, chegamos a conclusão de que os avós de alguns moradores desta comunidade nasceram por volta de 1840, o que, portanto, não confirma a informação dada por Seyferth. Este indício pode ser confrontado fazendo-se a genealogia de outras famílias da região, que moram aí há várias gerações. Percebe-se, assim, a necessidade de um conhecimento mais específico desta região, como forma de esclarecer um pouco mais a história da fundação de Itajaí.

Em **Itajaí de ontem e de hoje**, Afonso Luiz da Silva toma posição ao lado de José Ferreira da Silva. Critica a escolha de Antônio Menezes de Vasconcelos Drumond como fundador de Itajaí. Este autor argumenta que não há provas suficientes sobre o estabelecimento colonial fundado por Drumond, não se sabendo sequer em qual dos rios teria o jovem diplomata fundado sua colônia, se no Itajaí-Açú ou no Mirim.

Nas palavras de Afonso Luiz da Silva, “a ausência de dados sobre o estabelecimento fundado por Drumond” constitui o maior obstáculo para que se avance na discussão sobre o episódio da fundação de Itajaí. “A ausência de dados sobre o estabelecimento fundado por Drumond, de sua distância à foz, ou nas margens de qual ribeirão, qual administrador, o número de seus habitantes, os nomes dos que se agruparam sob suas ordens, se construíram casas, se erigiram capela, tudo deixa na incerteza do que realmente aconteceu”.

Em 1982, Edison d’Ávila publicou **Pequena História de Itajaí**, onde parece confirmar o ponto de vista de José Ferreira da Silva e Afonso Luiz da Silva. A Drumond dedica um pequeno capítulo intitulado “Um jovem diplomata e a colônia que não deu certo”. Destaca a atuação de Agostinho Alves Ramos como fundador de Itajaí, haja vista que foi ele um dos principais responsáveis pela emancipação política de Itajaí,

ocorrida em 1860. Entretanto, devemos considerar que há diferenças entre a fundação de uma cidade e sua emancipação política. São coisas distintas.

Se considerarmos do ponto de vista do desenvolvimento urbano da Vila e, posteriormente, do Município de Itajaí, evidentemente que a figura do fundador receberá sobre Agostinho Alves Ramos. Todavia, se considerarmos do ponto de vista da primeira tentativa oficial de estabelecer uma colônia, o fundador é Drumond. No entanto, recai sobre este o peso da “ausência de dados”, apontada por Afonso Luiz da Silva. Acreditamos, no entanto, que o problema não se deve pela simples “ausência de dados”, mas sim à “ausência de pesquisas” que privilegiem a área onde Drumond efetuou a tão discutida colônia: a região entre a atual Itaipava e Quilômetro Doze, sobre as quais não há sequer uma pesquisa realizada. Enquanto não se realizarem pesquisas sérias nesta região, principal foco das discussões em torno da fundação de Itajaí, nossos conhecimentos historiográficos não avançarão.

Embora esteja aí o ponto nodal de toda a discussão, a historiografia itajaiense tem condenado esta região à obscuridade histórica. E, por assim proceder, os historiadores acabarão deixando de fora de suas discussões o principal elemento da questão. Se a figura de Drumond, como fundador, foi abandonada por falta de dados que comprovem sua atuação como colonizador, dever-se-ia esperar maiores aprofundamentos na pesquisa desta questão.

Em 1983, Nemésio Heusi publica **A fundação de Itajaí**, onde defende apaixonadamente Drumond como fundador deste município. Seus argumentos, no entanto, não acrescentam muito ao que já se conhecia sobre a questão. Basicamente, insiste na necessidade de Itajaí ter um “herói”, um fundador ilustre, na perspectiva de Marcos Konder. Não apresenta novas fontes capazes de dar novo fôlego às suas argumentações. sobre a região específica onde Drumond teria fundado sua colônia, nada acrescenta. Apenas confirma a tendência dos autores anteriormente citados: “Ora, não interessa onde Vasconcelos Drumond estabeleceu a colônia, se ambos os rios pertencem a Itajaí em grande extensão”.

Diversamente deste autor, entendemos que conhecer o local preciso onde Drumond estabeleceu a colônia é de vital importância, uma vez que a efetiva comprovação de sua existência histórica e de suas consequências para o desenvolvimento da zona rural do município de Itajaí interfere profundamente na história deste município. Em primeiro lugar, porque até aqui tem se escrito a história urbana, esquecendo-se completamente da história rural de Itajaí. Em segundo lugar,

porque se for comprovado que no local onde Vasconcelos Drumond fundou sua colônia houve um processo de povoamento e desenvolvimento social, cai por terra a idéia do fracasso de seu empreendimento. O fato de não ter se desenvolvido enquanto centro político-administrativo do município não tira o direito da região, colonizada por Drumond, de ter a sua história. Se não pode ser considerado fundador de Itajaí, Drumond deve, sem dúvida, ser aceito como um dos pioneiros no desbravamento do Vale do Itajaí-Mirim. Pelas notícias a seu respeito, supomos que seu papel na colonização e povoamento da região oeste do município de Itajaí não deve ter sido pequeno.

2012 - Breve reflexão sobre a história de Itajaí: períodos históricos. Magru Floriano. 2012. IN: Anuário de Itajai – 2012. Itajaí: FGML, 2013. Páginas 128 – 136.

Bem pouco se tem escrito sobre os primórdios da história de Itajaí. Visando contribuir para o preenchimento dessa lacuna na nossa literatura nos propomos a escrever uma série de artigos sobre o tema. O primeiro deles tenta estabelecer os “períodos históricos” que compõem o processo de formação do Município de Itajaí, bem como suas respectivas “fases”.

Podemos dividir nossa história em cinco períodos:

- 1 – período nativo:
 - 1.1 - Primeira fase: povos sambaquianos
 - 1.1 - Segunda fase: Tupi
- 2 – período de ocupação espontânea
 - 2.1 - Primeira fase: antes da Invasão Espanhola
 - 2.2 - Segunda fase: depois da Invasão Espanhola
- 3 – período de ocupação colonial
 - 3.1 - Primeira fase: sistema misto
 - 3.2 - Segunda fase: sistema colonial integrado
- 4 – período da autonomia
 - 4.1 - Primeira fase: autonomia político-administrativa
 - 4.2 - Segunda fase: porto público (federal)
- 5 – período metropolitano

1 – Período Nativo

Podemos dividir o “período nativo” em duas grandes fases: povos sambaquianos e grupos Tupi-Tapuias.

1.1 - fase povos sambaquianos

A primeira fase do Período Nativo é composta pela passagem em nosso território de povos sambaquianos nômades descendentes de diversas “tradições” tais como: “tradição Ibicui” – estabelecida na região da Bacia do Rio Uruguai há 13 mil anos a.C; e, a tradição Humaitá – estabelecida a partir da região de São Paulo há 4.500 a.C. Os estudiosos aceitam a tese de que essas tradições tenham incorporado atividades agrícolas e de confecção de cerâmica próximas a 1.500 a.C. Há possibilidade dessas duas grandes “tradições” terem dado origem a outras manifestações culturais encontradas nos sambaquis de nossa região, como é o caso da “tradição Itararé”. Contudo, vale o alerta no sentido de que muito há ainda para se pesquisar sobre nossa pré-história.

Na Região do Vale do Itajaí já foram encontrados importantes sambaquis perfazendo um total próximo a uma centena. Vamos fazer um breve resumo dos sambaquis mais próximos de Itajaí, considerando a obra do arqueólogo Darlan Pereira Cordeiro:

A – Sambaqui Gaspar I (Município de Gaspar) - sua datação está próxima de 5 mil anos A.P. O material desse sambaqui foi coletado pelo historiador Walter Piazza e está guardado no Museu do Homem de Sambaqui – Florianópolis.

B – Salto Alto (Município de Brusque) – sítio pré-cerâmico com cerca de 300 metros quadrados. Está localizado em terreno de morraria.

C – Sambaqui Laranjeiras I (Município de Balneário Camboriú) – explorado pelo padre João Alfredo Rohr em 1979 e tem características de sítios pré-cerâmicos. Ali foram recuperados 52 sepultamentos e tem datação entre 3.815 e 145 anos A.P. Estava localizado na morraria que cerca a Praia das Laranjeiras e ficou mais protegido do público.

D – Sambaqui Laranjeiras II (Município de Balneário Camboriú) – é um sítio com características da tradição itararé litorâneo. Datação entre 800 e 1300 anos A.P. Foi explorada pelo padre Rohr entre 1977 e 1978. Ele estava localizado defronte à Praia das Laranjeiras com o mar batendo à sua franja nas marés altas e ressacas. Foram encontrados 114 sepultamentos e retiradas 2.308 peças de pedra, como: talhadores, lâminas de machados, esmagadores, facas, raspadores, pesos-de-rede. Entre os objetos feitos de ossos temos: ossos apontados, agulhas, anzóis, espátulas.

E – Sambaqui Balneário de Cabeçudas (Município de Itajaí) – Foi explorado pelo padre João Alfredo Rohr em 1971. Foi localizado por acaso quando a diretoria do Iate Clube Cabeçudas resolveu construir um anexo a sua tradicional sede. Ficava a poucos metros da prainha que o Iate utilizava como rampa para retirar e colocar seus barcos n'água. Foram encontrados fragmentos da **tradição cerâmica Itararé** e sua idade calculada não deve ultrapassar 1.500 anos A.P. Foram encontrados 56 esqueletos, quatro machados polidos de pedra, vinte pontas de flechas feitas de osso, objetos de adorno confeccionados com conchas, ossos e pedras. O material recolhido está no Museu do Homem do Sambaqui (Colégio Catarinense - Florianópolis).

F – Sambaqui da Canhanduba (Município de Itajaí) – encontrados pelos arqueólogos Maria Madalena Velho do Amaral e Osvaldo Paulino da Silva em 1996 às margens da BR-101. O sítio ficou muito deteriorado porque parte significativa do material foi retirada para a produção de cal.

G – Sambaqui Itaipava I (Município de Itajaí) – ele foi completamente deteriorado. Fica dentro de uma plantação de milho na localidade rural de Itaipava.

H – Sambaqui Itaipava II (Município de Itajaí) – foi descoberto por acaso em 1987 pelos próprios moradores do local que queriam coletar argila para as olarias. Fica próximo ao Rio Itajaí-Mirim e era considerado local assombrado pelos moradores mais antigos.

I – Sambaqui Morro da Cruz (Município de Itajaí) – Gustavo Konder dá testemunho que sua curiosidade de criança foi aguçada pela constatação de existir muitas conchas na encosta do Morro da Cruz, local bastante distante do Mar. Esse sambaqui teria sido totalmente destruído para servir de matéria prima para fabrica de cal.

Até hoje os estudiosos não conseguiram detectar o elo perdido entre essas civilizações pré-históricas e os nativos encontrados durante o período do “descobrimento”. Provavelmente ocorreu um longo período de aculturação de “tradições”, através do contato bélico, até chegar à predominância dos grupos encontrados no litoral brasileiro pelos portugueses em 1.500 d.C: Potiguar, Tremembé (Litoral Norte); Tabajara, Caeté, Tupinambá, Aimoré (Litoral Norte-Nordeste); Tupiniquim, Temiminó, Goitacá, Tupinambá, Tamoio (Litoral Sudeste); Carijó (Litoral Sul). Muitos consideram os tupinambás como “pai de todos” ou “o povo Tupi por excelência”.

1.2 – fase Tupi

A segunda fase do “período nativo” é composta pela passagem em nosso território de nativos pertencentes a diversos grupos Carijós (Tupi) e Xokleng (Tapuia). Na medida em que os Carijós foram sendo expulsos, mortos ou escravizados pelas “bandeiras”, a região foi sendo visitada por pequenos grupos de Xokleng que desciam a serra também pressionados pela ocupação da civilização branca dos campos altos de Santa Catarina.

Os Carijós habitavam um vasto território, mais próximo da costa, entre Cananéia (São Paulo) e a Lagoa dos Patos (Rio Grande do Sul). Foram considerados por diversos exploradores e viajantes como “O melhor gentio da costa” brasileira. Por não terem se oposto à catequese e o contato direto com a civilização branca, foram presas fáceis para os bandeirantes escravocratas. Estima-se que os Carijós chegaram a formar um contingente próximo a 100 mil nativos.

Visando proteger os nativos da escravidão imposta pelos bandeirantes oriundos da Capitania de São Vicente (São Paulo) os Jesuítas promoveram, entre 1610 e 1750, a reunião de grande contingente em “reduções”. Nesse período temos quatro grandes núcleos de reduções de nativos na América do Sul:

1 – **Guairá** (Paraná, São Paulo). Abrigava 13 reduções a partir de 1610. Foi destruída em sucessivas guerras dos bandeirantes entre 1628 e 1632. Os bandeirantes fizeram cerca de 100 mil escravos.

2 - **Itatim** (Mato Grosso do Sul e Paraguai) Abrigava 13 reduções e foi erguida por volta de 1631 e atacada por bandeirantes a partir de 1633, logrando obter cerca de 15 mil novos escravos.

3 - **Tape** (região central do Rio Grande do Sul). Abrigava 18 reduções, destruídas a partir de 1636 pelos bandeirantes Raposo Tavares e Fernão Dias com a escravidão de 60 mil guarani;

4 - **Paraná-Uruguaí** (extremo oeste do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, além de parte do Paraguai e Argentina). Formada a partir de 1670 por 30 povos guaranis, ela foi abandonada quando da expulsão dos jesuítas em 1759.

Sobre o extermínio e escravidão dos nativos no Sul do Brasil diz Eduardo Bueno:

“A máquina escravista aperfeiçoada pelos bandeirantes começou a operar em larga escala a partir de agosto de 1627, quando Manuel Preto e Raposo Tavares partiram rumo ao Guairá. Com sua espantosa tropa de dois mil índios (talvez temiminó), novecentos mamelucos e 69 paulistas, o jovem Raposo e o septuagenário Preto Chegaram às margens do rio Tibagi no dia 8 de setembro. De início, agiram com cautela já que, embora estivessem acostumados a capturar indígenas na região, aquele seria o primeiro ataque a uma redução jesuítica.”

Portanto, quando a civilização branca iniciou a colonização no litoral catarinense praticamente não temos mais nativos na região. Primeiro eles foram recolhidos (interiorizados) nas “reduções” patrocinadas pelos jesuítas e aculturados; depois, escravizados ou mortos pelos bandeirantes. Pequenos grupos formados por sobreviventes das reduções ou fugitivos da guerra direta com os bandeirantes foram tudo o que restou no nosso litoral. Vale ressaltar que esses grupos sobreviventes acabaram tendo de enfrentar, a partir das primeiras décadas do século XIX (1.800), os imigrantes europeus que aqui chegaram durante o ciclo de colonização que atingiu todas as terras de Santa Catarina.

Temos poucas referências sobre as atividades desenvolvidas pelos bandeirantes no litoral de Itajaí. Segundo nos relata o escritor itajaiense Nemésio Heusi no livro **A fundação de Itajaí – sua história – seu romance** há certeza histórica sobre a passagem de duas Bandeiras Vicentistas em nosso território. A Bandeira de Francisco Dias Velhos parte de Santos em 1662 e segue até a Ilha de Santa Catarina. A Bandeira de Domingos de Brito Peixoto, em 1684, segue até Laguna. As Bandeiras funcionavam como uma verdadeira varredura sobre o nosso território de sorte a não sobrar muitos nativos livres que sustentassem por período prolongado suas tradições. Autores chegam a considerar a completa desocupação do território do litoral de Itajaí já no século XVII (1600).

2 – período de ocupação espontânea:

Podemos utilizar a Invasão Espanhola na Ilha de Santa Catarina como referência para estudarmos a ocupação do Vale do Itajaí nesse período. A disputa por terras mais ao sul do continente americano entre Portugal e Espanha vinha se desenvolvendo há séculos. Os diversos tratados, incluindo o Tratado de Tordesilhas, são provas dessa guerra de escaramuças entre as duas nações ibéricas.

2.1 - Primeira fase: antes da Invasão Espanhola

Sobre os primeiros habitantes brancos temos a informação de que João Dias de Arzão requereu sesmaria em região próxima da foz do Rio Itajaí no ano de 1658. Vale ressaltar que o pedido oficial de concessão de sesmaria ocorre sobre terra de São Francisco do Sul, município que João Dias de Arzão ajudou na fundação com o vicentista Manoel Lourenço de Andrade.

Afonso Luiz da Silva publicou no seu livro **Itajaí de ontem e de hoje** uma listagem dos primeiros povoadores que receberam concessões de sesmarias às margens do Rio Itajaí e seus afluentes (entre a Foz e a localidade de Tabuleiro). Ele promoveu pesquisa no Arquivo Nacional obtendo o seguinte resultado:

1792 – Alexandre José de Azeredo Leão Coutinho (Fazenda), Domingos Francisco de Souza, Francisco José Ferreira da Rocha Gil, Manoél Francisco da Costa, Manoél Teixeira de Souza.

1793 – Joaquim Manoél da Costa Lobo, Manoel Fernandes Lessa.

1794 – José Corrêa, Matias Dias de Arzão, Silvestre Nunes Leal Corrêa.

1795 – Manoel da Costa Fraga.

1799 – Joaquim Francisco de Sales e Melo, Manoel José Diniz.

1800 – Domingos Luiz do Livramento

1802 – Antônio Bernardino da Costa

1803 – Joaquim José Pereira.

1811 – Domingos Francisco de Souza Coutinho.

Nesse período os brancos que chegavam à região tinham motivações individuais, não participando de quaisquer projetos organizados por grupos, empresas colonizadoras ou governos nacionais. A principal motivação que trazia essas pessoas ao Vale do Itajaí era a atividade mineradora, principalmente a busca de ouro e prata. Muitos chegaram à região trazidos pela Lenda do Monte Tayó, que alimentava o imaginário coletivo desde o início do século XVII sobre a existência de jazidas de ouro e prata no Rio Itajaí.

2.2 – Segunda fase: depois da Invasão Espanhola

A população de todo o Litoral Norte catarinense aumentou substantivamente após a invasão espanhola na Ilha de Santa Catarina no ano de 1777. Muita gente deixou a Ilha de Santa Catarina e seus arredores, povoando o Litoral Norte. Os portugueses que exploravam a caça da baleia na Armação da Piedade, por exemplo, transferiram toda sua indústria para a Armação de Itapocoróy. Essa atividade econômica trouxe muita riqueza para a região e um contingente expressivo de operários, pescadores, escravos e comerciantes. Quando a atividade da caça à baleia começou a declinar, na primeira metade do século XIX, essa população se dispersou por todo o Litoral Norte, inclusive Itajaí.

Também ocorreu uma dispersão intensa na colônia alemã de São Pedro de Alcântara. Os imigrantes ficaram extremamente insatisfeitos, primeiro com a forma como a terra fora distribuída pelo governo provincial, depois, pelos próprios rendimentos obtidos com o trabalho da terra. A ameaça espanhola foi a gota d'água para muitos imigrantes. A partir de São Pedro de Alcântara muitos alemães ocuparam terras no Vale do Rio Tijucas e Vale do Rio Itajaí.

3 – período de ocupação colonial

Até esse momento da história do Vale do Itajaí temos ocupação de forma desordenada, individual e espontânea. A partir daqui, teremos ações projetadas visando à ocupação racional do Vale do Itajaí.

3.1 - Primeira fase: sistema misto

Quem traz ao Vale o conceito inovador de Colônia é Antônio de Menezes de Vasconcelos de Drumond. Em 1820 o jovem diplomata Vasconcelos de Drumond deixa o Rio de Janeiro para montar às margens do Rio Itajaí-Mirim a primeira colônia no Vale do Itajaí. Para tanto, não pode contar com contingente de imigrantes vindo diretamente para esse fim (como Van Lede em Ilhota), mas aproveitou soldados, caboclos e gente

que já estava “à deriva” na região. Chegou a cogitar o “uso” de presos existentes no Rio Grande do Sul para ocupar as terras a ele destinadas no Itajaí-Mirim.

Vamos considerar esse esforço de Vasconcelos de Drumond como “misto” porque ele chegou à região com duas missões declaradas: formar uma colônia e encontrar o lendário Monte Tayó. Portanto, Drummond abriu uma porta para o futuro tentando montar uma colônia utilizando gente já estabelecida nas terras litorâneas de Santa Catarina, ao mesmo tempo que manteve um pé no passado, dando asas à imaginação sobre a existência do lendário Monte Tayo, principal motivação de muitos faiscadores que andaram por nossa terra desde os primórdios da civilização branca. Acabou não conseguindo nem uma coisa, nem outra, retornando ao Rio de Janeiro.

Um pouco dessa mentalidade intermediária entre duas propostas diferenciadas de ocupação do território ainda podemos ver em alguns imigrantes que ocuparam terras no Rio Itajaí-Mirim, quando da implantação das colônias Brusque e Príncipe Dom Pedro. Mas o espírito que prevalecia era a da produção de gêneros alimentícios, retirada de madeira, manufatura e sua respectiva comercialização. A colonização se qualificava como um esforço ordenado na ocupação do território visando à produção, troca e comercialização.

3.2 - Segunda fase: sistema colonial integrado

A segunda fase do Período de Ocupação Colonial tem como característica a integração de esforços e meios, privados e públicos, para viabilizar a ocupação efetiva do nosso território. Nesse período tiveram participações efetivas o comerciante Agostinho Alves Ramos e o proprietário de terras José Henrique Flores.

Vale ressaltar que Agostinho Alves Ramos não foi pioneiro em nada. O conceito de colônia foi trazido por Vasconcelos Drumond. A primeira casa comercial estabelecida na região da Foz do Rio Itajaí provavelmente tenha sido aquela de propriedade do comerciante do Desterro - Francisco Lourenço da Costa. Ao solicitar uma sesmária às margens do Rio Itajaí no ano de 1815 ele declara que já mantém no local “*Um armazém para recolher os efeitos que ali compra para o giro do seu negócio*” conforme está estabelecido no livro número dois do **Registro de Sesmarias do Departamento de Terras e Colonização de Santa Catarina**.

Também não era o principal proprietário das terras que estavam disponíveis para a colonização. Grande parte era qualificada como terra devoluta pertencente ao governo central, outra parte estava em mãos de latifundiários e especuladores de terras. Esses especuladores compunham grupo de funcionários públicos e pessoas influentes junto às

administrações em Desterro e Rio de Janeiro. Um dos grandes proprietários da época em que ocorreu o principal esforço colonizador era o Coronel Flores. Parece evidente que o mérito de Agostinho Alves Ramos estava justamente em ser o representante de um grupo político-econômico já bem estruturado no Vale do Itajaí.

Na condição de deputado da Província de Santa Catarina, Agostinho Alves Ramos conseguiu fazer aprovar a “Lei de Colonização do Vale do Itajaí” em 05 de maio de 1835. A lei estabelecia direitos e obrigações dos colonos, além dos critérios de distribuição dos lotes. Também previa a implantação de duas colônias próximas à Foz do Rio Itajaí. Uma às margens do Rio Itajaí-Açu (Gaspar – arraiais de Pocinhos e Belchior), outra às margens do Rio Itajaí-Mirim (Tabuleiro). As primeiras, em terras de propriedade do Coronel Flores.

Os esforços do grupo político-econômico representado por Agostinho Alves Ramos foram eficazes de tal sorte a possibilitar a formação de colônias em todo o Vale do Itajaí. Mesmo diante do fracasso econômico de muitas dessas colônias o território foi ocupado definitivamente e passou a contar com uma produção que deu suporte para o desenvolvimento do porto de Itajaí. A atividade portuária, por sua vez, constituiu a base sobre a qual o Município de Itajaí foi erguido.

1835 – Colônia Itajaí – Arraial de Pocinho (Gaspar)

1835 – Colônia Itajaí – Arraial de Tabuleiro (Itajaí)

1844 ou 45 – Colônia Belga (Ilhota)

1850 – Colônia Blumenau (Blumenau)

1860 – Colônia Brusque e Príncipe D. Pedro

1877 – Colônia Luiz Alves

1897 - Ibirama

4 – período da autonomia

4.1 - Primeira fase: autonomia político-administrativa

O território onde está localizado o Município de Itajaí foi originalmente incluído no espaço pertencente a São Francisco do Sul. No dia 31 de março do ano de 1824 foi aceita petição feita ao vigário da Vila Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco do Sul e criado o Curato do Santíssimo Sacramento do Itajaí. Para o local foi destinado o Frei Pedro Antônio Agote, com jurisdição entre os rios Gravatá e Camboriú.

No dia 12 de agosto de 1933 o Conselho Geral da Província elevava o Curato do Santíssimo Sacramento do Itajaí à condição de freguesia. Na oportunidade Itajaí deixa seu vínculo com São Francisco do Sul e passa à jurisdição da Vila de Porto Belo. Na

condição de freguesia passa a ter o direito de ser sede de distrito, paróquia e circunscrição policial.

No dia 04 de abril de 1859 o presidente da Província de Santa Catarina – João José Coutinho – assina a resolução de número 464 que eleva a Freguesia do Santíssimo Sacramento do Itajaí à condição de Vila. O pedido de desmembramento fora feito no ano de 1855 e sofreu forte oposição dos dirigentes da Vila de Porto Belo. A circunscrição da Vila do Santíssimo Sacramento do Itajaí ficou estabelecida entre os rios Itapocu e Camboriú. Contudo, a Vila só foi instalada oficialmente no dia 15 de junho do ano de 1860, após seus moradores cumprirem a exigência legal de fornecer uma sede para abrigar a Câmara de Vereadores.

Portanto, temos um período próximo a quarenta anos que abriga o processo central de formação do que atualmente denominamos Município de Itajaí. Ou seja, o Município de Itajaí é gestado dentro do período em que ocorre o grande movimento de colonização do Vale do Itajaí. No ano de 1860 Itajaí vira uma página na sua história e estabelece a fase da autonomia político-administrativa. Itajaí passa à categoria de Vila, depois Município. Como tal se consolida como porto e porta do Vale do Itajaí.

4.2 - Segunda fase: porto público

A história de Itajaí ganhou um salto de qualidade significativo quando o governo federal assumiu sua responsabilidade de concretizar melhorias de grande porte na estrutura portuária. Quando decidiu construir um grande farol no Morro de Cabeçadas, no ano de 1902, o governo federal estava sinalizando para a importância econômica de toda a região e sua inserção no estratégico setor da navegação (marítima e pluvial). As obras que foram realizadas depois (molhe, cais e armazéns), que se estenderam até 1956, evidenciaram que Itajaí fora escolhida como um dos pontos de referência da política econômica do governo. Laguna, Imbituba, Florianópolis, Tijucas, São Francisco do Sul ... e muitos outros municípios catarinenses lutaram por esse reconhecimento, mas, nesse momento, figuras itajaienses de expressão como Lauro Severiano Muller e Victor Konder, ambos na condição de ministros de Viação e Obras Públicas, souberam trazer para Itajaí todos os benefícios possíveis.

A história de consolidação do Porto de Itajaí pode ser marcada entre duas datas. O início pode ser marcado no ano de 1902 com a construção do Farol de Cabeçadas e, seu término, no dia 28 de junho de 1966 quando é assinado o Decreto Federal nº 58.780 considerando o Porto de Itajaí um “porto organizado” recebendo sua junta administrativa própria.

A consolidação da estrutura portuária pública é a consolidação econômica do Município de Itajaí. Tivesse o governo federal criado essa infraestrutura portuária em São Francisco do Sul, Florianópolis ou Imbituba, teríamos, com certeza, uma história completamente diferente em todos os sentidos. O lema estampado na bandeira de Itajaí reconhece o papel preponderante que o rio e o porto cumprem em sua história. Diz o lema: “Ex flumine magnitudo mea”. Ou seja “Do rio vem a minha riqueza.”

5 – período metropolitano

O Período Metropolitano pertence ao nosso futuro. Em algum lugar no futuro estaremos falando de uma Região Metropolitana. Resta-nos apenas determinar tecnicamente qual o contingente populacional necessário para estabelecermos como iniciado o referido período. As populações de Navegantes, Balneário Camboriú, Camboriú e Itajaí estarão completamente integradas, enquanto esses municípios avançam suas fronteiras urbanas em direção a Itapema, Tijucas, Brusque, Ilhota e Penha.

O Período Metropolitano será efetivamente inaugurado quando chegarmos a um milhão de habitantes?

2015 – A pequena pátria. Edison d’Ávila. IN: 2020 – Itajaí, 200 anos. Cláudio Bersi de Souza. Blumenau: Nova Letra, 2015. Páginas 13-16.

A historiografia itajaiense se inaugurou com a conferência ‘A Pequena Pátria’, lida pelo prefeito Marcos Konder na sessão solene da Câmara Municipal de 12 de outubro de 1920, em comemoração ao centenário de fundação de Itajaí.

Marcos Konder, prefeito de Itajaí desde 1915, havia se proposto a elucidar os fatos históricos relativos à fundação da cidade. Para tanto, pôs-se aos estudos e à pesquisa em arquivos e bibliotecas de Santa Catarina e fora do Estado. No Rio de Janeiro, na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, deu com uma ligeira biografia de Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, publicada em 1836 na ‘Biographie Universelle et Portative des Contemporaines’, editada em Paris. Nessa pequena biografia, contavam-se os trabalhos encetados por Drummond em 1820, para estabelecer uma colônia no rio Itajaí em sesmarias que lhe concedera o rei Dom João VI.

O achado histórico era relevante, porque inédito até então. A Marcos Konder, bastaram os dados históricos que encontrara sobre Itajaí, que se lhe afiguraram ser a data e nome do fundador, ilustre carioca, protegido de Tomás Antônio de Vilanova Portugal, ministro do rei português. Com este material à mão e mais as informações coletadas por aqui o prefeito historiador escreveu a magistral conferência ‘A Pequena Pátria’ e pôs-se a preparar a grande festa do Centenário de Fundação da cidade, já que o ano de 1920 se aproximava!

Enfim, tinha-se fundador e data de fundação. Vale a pena lembrar que em 1887, ao responder a indagação do Ministro do Império sobre a história do Município, a Câmara Municipal de Itajaí dissera que nada constava, que não havia memória ou, quem sabe, que a cidade não tinha história!

As pesquisas de Marcos Konder, ele não as levou adiante, em que pese ter sido um prolífico escritor. Nem ele, nem mais ninguém de Itajaí. Até que, quatro décadas depois, às vésperas do Centenário do Município de Itajaí, em 1960, o historiador blumenauense José Ferreira da Silva traz a lume novas informações sobre Drummond, as tais sesmarias e outro personagem histórico: Agostinho Alves Ramos.

Ferreira da Silva municiado de mais e melhores informações sobre Drummond, do mapa da sesmarias e de relatos coetâneos negou a Drummond qualquer possibilidade

de ter fundado Itajaí; eis que a colônia intentada deveria ter sido estabelecida às margens do rio Itajaí-mirim, à altura do atual bairro de Itaipava. Na obra ‘Itajaí – a fundação e o fundador’, o historiador blumenauense deu as honras de fundador a Agostinho Alves Ramos, que se fixou na foz do rio Itajaí-açu como comerciante, fez surgir o Curato do Santíssimo Sacramento em 1824, origem do aglomerado urbano, donde surgiu a cidade de Itajaí.

Desde então, na historiografia itajaiense, coexistem estas duas correntes, para as quais seus partidários encontram a cada vez razões para a defesa de suas teses. No entanto, nos estudos históricos de agora, questões como estas – data de fundação e nome de fundador – já não têm sido tão fulcrais.

Cláudio Bersi de Souza, com o seu livro ‘200 – Itajaí 200 anos’, todavia, vem lembrar uma questão histórica de grande relevo, que é a proximidade da comemoração dos dois séculos da chegada de Drummond ao Vale do Itajaí e a da primeira tentativa de colonização de suas terras. Isto tem importância para a vida cultural de Itajaí.

É preciso que o significado histórico da iniciativa colonizadora de Drummond no Vale do Itajaí seja mais estudado e mais conhecido; que se vá, portanto, muito além do ato fundador pretendido por Marcos Konder ou da negação peremptória de Ferreira da Silva. Para tanto, a escrita de Cláudio Bersi de Souza é grande motivação.

O autor de ‘200 – Itajaí 200 anos’ levanta questões, abraça teses e faz proposições a respeito da saga de Drummond por estas bandas do Itajaí. São pontos de vistas do escritor competente e do estudioso da história regional que Cláudio Bersi de Souza o é. Contribuições que o autor propõe para o conhecimento da história de Itajaí, mas que não encerram as discussões, porque o conhecimento dodo desta história não se aprisiona em apenas uma visão do fato histórico.

‘Escrever história é uma atividade intelectual’, escreveu Paul Veyne na sua obra ‘Como se Escreve a História’. O scrito histórico ‘Itajaí – 200 anos’ quer ser o presente cultural que Cláudio Bersi de Souza nos faz como itajaiense, pelo que lhe ficamos agradecidos e o cumprimos pela iniciativa da obra.

2015 – Uma importante polêmica. Isaque de Borba Corrêa. IN: 2020 – Itajaí, 200 anos. Cláudio Bersi de Souza. Blumenau: Nova Letra, 2015. Páginas 19-23.

Comento com muito prazer a obra de Cláudio Bersi, uma das pessoas mais devotadas à cultura de sua terra que conheço. Bersi é um peso pesado da literatura regional que vem apresentar ao público amante da literatura de toda a região do vale do rio mais caudaloso da costa catarinense, uma obra que tem muito a ver com a própria certidão de nascimento desta referida terra.

Cláudio Bersi abre uma discussão importante sobre a polêmica história da fundação de Itajaí. Na verdade Itajaí tem o privilégio de possuir mais de uma data importante a se comemorar, sendo a data dos duzentos anos da chegada de Vasconcelos Drumond, uma delas.

A história de Itajaí abre outras possibilidades, a escolher, conforme nos informa aqui, nesse livro, o próprio autor. A chegada do aventureiro João Dias de Arzão – tido como o primeiro morador dessas paragens; o dedicado Agostinho Alves Ramos – um líder comunitário incontestado e Vasconcelos Drumond – o personagem principal da história que nos relata Cláudio Bersi, são alguns deles.

Além das presenças dessas personalidades, cotornando a nossa história ainda temos sobejando algumas datas importantes, no tocante à sua fundação: a criação do curato, a elevação à categoria de freguesia, a emancipação política de Porto Belo. Cada um desses acontecimentos constituem caminhos que algumas cidades escolhem como datas marcantes, para fundamentar a tese de se criar o ‘dia do município’.

Muito já se dissertou sobre esse assunto, muito já se discutiu; criou-se muitas divergências e algumas convergências em torno da escolha dessas datas.

Itajaí escolheu para a data de comemoração, a data da emancipação de Porto Belo. Isso elimina por si só as divergências em torno de datas relacionadas com a chegada de pessoas físicas. Ao contrário da cidade de Blumenau que preferiu escolher a data da fundação como data magna, relegando a segundo plano, a data de emancipação, o que equivocadamente torna a filha mais velha que a mãe. Não está errado Blumenau comemorar a data de fundação como data de aniversário, mas não se pode esquecer que nesse tempo as terras que abrigavam a Colônia Blumenau ainda pertenciam a Itajaí. Por isso seria mais prudente comemorar na data da emancipação, o que equalizaria essa

impressão que se tem – analisando a frieza dos números – que a cidade de Blumenau é mais velha que o seu município original. Embora quanto ao distrito de Blumenau, não há divergência de data, nem de pessoa. Blumenau tem uma data e um fundador. Não é o caso de Itajaí, onde se aventam datas e fundadores.

Durante alguns anos, intelectuais, historiadores, escritores, jornalistas entre outros amantes da história de Itajaí; debateram, aventaram, ventilaram, discutiram em tudo que é lugar, mas principalmente na imprensa itajaiense, sem em momento algum chegar a termo, conclusão alguma capaz de alterar a tradição.

Alguns desses simpatizantes chegam a se ofender mutuamente o que nos revela a intensidade dos debates. Criou-se inimizades, antipatias, feriu-se susceptibilidades por conta das opiniões mais acirradas.

Foi Marcos Konder que deu o pontapé inicial no assunto. Ora contestado, ora apoiado, travou-se uma terrível batalha na imprensa de Itajaí sobre o assunto. Marcos Konder, Nemésio Heusi, José Ferreira, Silveira Júnior entre outros que lembro, digladiavam pelos jornais, defendendo de unhas e dentes as suas teses. Chegou-se incrivelmente a creditar essas teses, às conotações e às convicções religiosas, filosóficas, laicas, de todo tipo. Dizem que existia a corrente católica – que defendia Agostinho Alves Ramos em contrapartida à corrente mais corporativa, entre maçons – que defendia o irmão Vasconcelos Drumond – que coisa!

Cláudio Bersi mexe num vespeiro cultural que já vai pra quase um século. Não vejo nosso autor buscar polêmica, mas sim, bem intencionalmente prestigiar uma data que poucas cidades catarinenses podem comemorar, pelo simples fato de serem muito novas. Um bicentenário é uma data que a maioria das cidades catarinenses não pode se dar ao luxo de comemorar – são muito novas ! Itajaí está perto desta data e por isso Cláudio Bersi nos alerta.

O autor busca resgatar essa data e integrá-la ao calendário de comemorações, como mais um elemento cultural importante da nossa história e que não poderemos ignorar.

De Marcos Konder a Cláudio Bersi, temos uma fartura de elementos à disposição dos entendidos e uma fartura de opiniões, que mesmo se contraditórias a respeito dessa história, não é um defeito, é uma virtude. Virtude de uma cidade que possui uma riqueza histórica impressionante, com um povo que forma um dos mais importantes celeiros de intelectuais do Estado, e que se preocupa tanto com sua história que até briga por ela. Que outra cidade conhecemos com gente com tanto ardor

patriótico a pensar sua memória? Afinal, podemos afirmar sem medo de erro, que se conhece o nível social de uma cidade pelo seu nível cultural, coisa farta em nossa Itajaí, celeiro de apaixonados estudiosos de sua história.

Cláudio Bersi só nos faz lembrar que a quantidade dos incontestáveis duzentos anos da chegada de Drummond, constitui um peso irrefragável na história de Itajaí e nos faz despertar para atentarmos a esse detalhe importantíssimo, e que, em 2020, isso não passe despercebido. É o que deseja Cláudio Bersi e o que desejamos todos nós que tanto amamos Itajaí e sua fantástica história.

2015 – Um convite ao debate. Magru Floriano. IN: 2020 – Itajaí, 200 anos. Cláudio Bersi de Souza. Blumenau: Nova Letra, 2015. Páginas 25-29.

O grande mérito que vejo na iniciativa do escritor Cláudio Bersi de Souza de publicar opúsculo acerca da fundação de Itajaí está justamente na proposta de nos convidar para um grande debate temático. Debate, aliás, que vem sendo mitigado desde 1960 quando encerrou-se o enfrentamento direto de ideias acerca da fundação de Itajaí devido o sucesso dos festejos de centenário de emancipação política promovidos pela municipalidade. A partir daí entramos em uma fase de consenso, movido pela preguiça intelectual de alguns e do comodismo de muitos, consolidada no ano de 1982 quando temos a última publicação importante sobre o tema.

O primeiro homem público que se propôs a estabelecer uma data de fundação para Itajaí foi Marcos Konder. Por conta própria e risco ele firmou convicção de que Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond merecia o título de fundador da comunidade erguida à foz do Rio Itajaí, tirando da sua cartola de superintendente a data de 12 de outubro de 1820 como referência desse ato fundador, promovendo uma semana de festejos alusivos à passagem do centenário de fundação de Itajaí . No ano de 1923 Marcos Konder tomou a iniciativa de publicar a íntegra do discurso que proferiu na Câmara de Vereadores durante os festejos de 1920 com o instigante título de “*A Pequena Pátria*”.

O primeiro historiador a questionar as teses sobre a fundação de Itajaí defendidas por Marcos Konder foi o polêmico José Ferreira da Silva. No ano de 1932 José Ferreira publicou o opúsculo intitulado “*A colonização do Valle do Itajaí – notas para a historia do povoamento e cultura do valle do maior rio do litoral catharinense*”. Apesar de José Ferreira defender teses distantes daquelas propostas originalmente por Marcos Konder o debate não vicejou, deixando o tema adormecido por duas décadas.

No ano de 1956, às vésperas de Itajaí comemorar o centenário de sua emancipação política, coube novamente a Marcos Konder levar às páginas dos jornais o debate sobre sua fundação. Ele publicou no jornal “O Libertador” de 27 de dezembro de 1956 o texto “A Pequena Pátria” e abriu um acalorado debate com grandes intelectuais da época como: Nemésio Heusi, Lucas Alexandre Boiteux, José Ferreira da Silva, Arnaldo Brandão.

O debate foi intenso e mereceu os melhores espaços de publicações conceituadas como o Anuário de Itajaí, Jornal do Povo e Blumenau em Cadernos. O tema continuou frequentando as páginas de nossos jornais até 1982 quando da publicação pelo historiador Edison d'Ávila do propedêutico "*Pequena história de Itajaí*". A partir desse ponto de inflexão o tema foi voltando aceleradamente para as gavetas esquecidas da História. Dali saiu apenas uma vez, quando da realização de uma mesa redonda no auditório da Biblioteca Pública, no ano de 2013, contando com a participação de Edison d'Ávila, Magru Floriano e Ivan Serpa.

Foi durante este evento na Biblioteca Pública que lançamos o livro – em formato digital – intitulado "*Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador – textos compilados*". Nele, reunimos 53 textos publicados entre 1836 e 2004 por gente de renome como: Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond, Marcos Konder, Nemésio Heusi, Lucas Alexandre Boiteux, José Ferreira da Silva, Gil Teodoro de Miranda, Afonso Luiz da Silva, Paulo Bornhausen, Arnaldo Brandão, Abdon Fóes, Líbero Oswaldo de Miranda, Silveira Júnior, entre tantos outros. Mas o debate não ressuscitou, mantendo na cidade de Itajaí o silêncio consensual de que devemos comemorar somente a data de nossa emancipação política a quinze de junho.

No nosso entendimento essa celeuma que envolve uma data de fundação da cidade ocorre por uma constatação histórica inquestionável: Itajaí não foi fundada. Pelo menos não nos moldes tradicionais que estamos acostumados a ver na história da maioria dos municípios brasileiros. Diferente de Blumenau, Ilhota ou Brusque, nossa comunidade foi se formando aos poucos. Por isso são legítimas as propostas de escolher uma data "símbolo" que represente este momento histórico, como faz nesse estudo Cláudio Bersi de Souza e também o fez no passado longínquo Marcos Konder. Obviamente que esta data simbólica, emblemática, vai ser estabelecida a partir de critério escolhido por cada um estudioso. Assim Marcos Konder escolheu uma data "possível" - 12 de outubro de 1920; Cláudio Bersi de Souza escolheu uma data registrada em documento oficial – 05 de fevereiro de 1820...

Seria importante para Itajaí estabelecer uma data para além de 15 de junho de 1860. Afinal não é razoável Itajaí continuar comemorando menos anos de existência do que Brusque, Ilhota e Blumenau – municípios que decididamente foram formados a partir da comunidade existente na foz do Rio Itajaí. A lógica está invertida, com o pai sendo mais jovem que os filhos.

Sendo assim, independentemente de aceitarmos ou não a proposta apresentada aqui por Cláudio Bersi de Souza, fica valendo a provocação que faz para que a comunidade de Itajaí busque uma data simbólica de sua fundação e, se possível, também o nome de um fundador.

2016 - Breve reflexão sobre a busca do ato fundacional da comunidade de Itajaí. Magru Floriano. Itajaí: autor, 2016 [cópia xerografada]

Muito já foi escrito acerca das atividades de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond em Santa Catarina e, particularmente, em Itajaí. Ele próprio inicia seu livro-testemunho “Anotações de Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond à sua biografia” discorrendo sucintamente sobre o tema. Entre todos aqueles que também repercutiram o depoimento de Drummond sobre a criação da Colônia São Thomaz de Vilanova merece destaque José Ferreira da Silva – que publicou diversos artigos no “Cadernos de Blumenau”. No livro “Itajaí; uma cidade em busca de seu fundador” copilei mais de cinquenta artigos e ensaios sobre o tema e me parece razoável não promover nesse momento uma simples sinopse de todo esse material exaustivamente publicado e republicado ao longo dos anos. Devemos aproveitar desta oportunidade para colocar novos questionamentos sobre a presença de Drummond no Vale do Itajaí.

Um primeiro questionamento que devemos fazer, provocando os pesquisadores para um levantamento documental ainda mais rigoroso no futuro, é sobre o itinerário e recursos utilizado por Drummond para acessar suas terras às margens do Rio Itajaí-Mirim. Todos inferem que ele partiu da Ilha de Santa Catarina por mar e adentrou a foz do Rio Itajaí para acessar a localidade de Tabuleiro pelo Itajaí-Mirim. Mas nem ele próprio afirmou isso no seu livro-testemunho. Muito pelo contrário. Diz ele no item sete de suas anotações: “(...) ali se construiu uma sumaca denominada S. Domingos Lourenço, que foi a primeira embarcação daquele lote que passou a barra do rio Itajaí.” (pag. 64) Esta afirmação de Drummond está de acordo com outros escritos de época que apontam que o Rio Itajaí era pouco visitado por embarcações de médio e grande portes. Isso se devia a um grande banco de areia que existia defronte à foz e uma grande pedra submersa que constituía a continuidade geológica do Morro do Atalaia.

Então devemos considerar como factível a hipótese de Drummond ter acessado as terras do Tabuleiro pelo “caminho do meio”. Cumprindo a primeira parte do itinerário – Desterro (atual Florianópolis) / Nova Ericeira (atual Porto Belo) – em uma embarcação, seguindo a pé pelo Rio do Meio (Camboriú) até as margens do Itajaí-Mirim. Vale lembrar que ele estava sendo orientado pelo intendente da Marinha, capitão-de-mar-e-guerra Miguel de Sousa Melo e Alvim, homem vinculado diretamente ao projeto de colonização Nova Ericeira, na Enseada das Garoupas. Muitos relatos de

época dão conta da grande utilização desse caminho pelos pioneiros. Obviamente que aceitar esse trajeto alternativo de Drummond demanda afirmar também que não conheceu, de imediato, a localidade de Estaleiro que atualmente consideramos como “marco zero” do Município (Praça Vidal Ramos).

Um segundo questionamento que devemos fazer diz respeito à fundação da colônia. O aviso assinado por Tomás Antônio da Vilanova Portugal datado de cinco de fevereiro de 1820 diz: “(...) vá se apresentar a João Vieira Tovar e Albuquerque (...) para tomar posse de umas terras para o mesmo Senhor junto ao Rio Itajaí-Mirim, a fim de nelas formar um estabelecimento (...)” (d’ÁVILA, pag. 107). Percebemos que o documento não funda uma colônia, mas remete Drummond até o governador de Santa Catarina para dele receber instruções sobre o empreendimento a ser realizado às margens do Itajaí-Mirim.

Além do documento de cinco de fevereiro não fundar uma vila ou colônia Drummond tomou posse de suas terras muito tempo depois dessa data, e denominou o empreendimento de Colônia São Tomaz de Vilanova. Portanto, o documento não funda Itajaí e Drummond não funda Itajaí mas Vilanova – se é que o fez efetivamente, já que não existem provas materiais adequadas para afirmar peremptoriamente. Alguns historiadores utilizam como evidência dessa fundação a existência de famílias remanescentes no local. Mas há de se questionar tal prova, já que a região vinha sendo habitada gradativamente desde 1818 quando do projeto da Colônia Nova Ericeira.

Para finalizar esses dois primeiros questionamentos recomendamos estudos sobre o vínculo entre a colonização empreendida na Enseada das Garoupas, a partir da criação da Colônia Nova Ericeira, e a ocupação de terras banhadas pelo Itajaí-Mirim. O vínculo Itajaí-Nova Ericeira está a desafiar os pesquisadores do futuro. Dessa prospecção podem aflorar novos documentos e revelações históricas surpreendentes.

O terceiro questionamento que promovo diz respeito à instituição oficial do que estabelecemos como “marco zero” do Município de Itajaí. Há muito que o Município reconhece a localidade de Estaleiro como seu “marco zero”. A Praça Vidal Ramos abriga o monumento do “marco zero” e todas as políticas públicas – nas três esferas de poder da República – o reconhecem nos documentos e ações que visam preservar a história e o patrimônio arquitetônico. Ora, colocando o “marco zero” na localidade de Estaleiro está determinando-se oficialmente que o empreendimento de Drummond não foi o ato fundador de Itajaí, porque se assim pensassem nossos administradores colocariam esse “marco zero” na localidade de Tabuleiro.

Não se trata de uma simples transferência de um monumento ou de referências históricas. As implicações são gigantescas para toda a história e as políticas públicas relacionadas ao nosso patrimônio histórico. No Tabuleiro não temos patrimônio físico a preservar, nem nomes a cultivar – senão o do próprio Drummond – já que seria temerário, com as provas documentais que temos em mãos hoje, relacionar famílias tradicionais da região ao possível empreendimento Vilanova.

Se por um lado a municipalidade, há muito, já estabeleceu o “marco zero” de sua fundação na localidade de Estaleiro, por outro, deixou de determinar data e nome do fundador. São justamente destas lacunas que surge o meu quarto questionamento. No meu entendimento faz-se necessário estabelecer uma data de fundação da cidade, mesmo que simbólica. Primeiro porque temos de respeitar a ordem natural das coisas. Essa ordem natural nos remete, por exemplo, à sequência: São Francisco do Sul / Porto Belo / Itajaí / Blumenau. Enquanto Blumenau estabelece 1850 como sua data maior, Itajaí estabelece 1860 como sua data de referência. São dez anos de diferença que apresentam o “pai” mais novo que o “filho”.

Usando ainda Blumenau como referência podemos constatar que ali estão registradas as duas datas - fundação e emancipação política – sem que uma contradiga a outra, muito pelo contrário, complementando-se historicamente. Portanto, podemos manter a data de 15 de junho de 1860 como nossa data comemorativa maior e, ao mesmo tempo, determinar uma data de fundação da comunidade para restabelecer a ordem natural, colocando Itajaí com idade mais avançada que Blumenau. Não há qualquer conflito a ser temido.

O quinto questionamento diz respeito justamente à data e o nome a serem escolhidos. Entre João Dias de Arzão (1658), Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond (1820) e Agostinho Alves Ramos (1824) temos, comprovadamente, inúmeros ocupantes das terras da foz do Rio Itajaí e sua hinterlândia. Temos, silvícolas guaranis e xoklengs, adventícios, especuladores, posseiros, imigrantes alemães, mineradores, sesmeiros ... Escolhendo João Dias de Arzão temos um nome, mas dele não teríamos uma data de fundação. Teríamos de recorrer ao artifício utilizado por Marcos Konder em relação a Drummond – inventar uma data. Ademais não está dito que Arzão foi o primeiro morador de nossa hinterlândia, mas apenas que foi o primeiro a registrar oficialmente sua presença. Escolhendo Arzão como fundador o “marco zero” seria automaticamente transferido para a foz do Rio Itajaí-Mirim e para o “outro lado” – hoje Navegantes.

Se a escolha recair sobre Drummond temos de considerar algumas questões já mencionadas aqui. Não existem provas concretas de que a Colônia Vilanova foi efetivamente constituída e sequer temos uma data específica. Hoje sabemos que Marcos Konder moldou o doze de outubro de 1820 às suas conveniências políticas e, o aviso ministerial de cinco de fevereiro de 1820 não estabelece um ato de fundação como quer entender Cláudio Bersi de Souza. Escolhido Drummond, o “marco zero” teria de ser transferido para o Quilômetro Doze.

Temos também as opções de datas oficiais como: a – 31 de março de 1824 – criação do Curato do Santíssimo Sacramento de Itajaí; b – 12 de agosto de 1933 – elevação da localidade à Freguesia, vinculada à Vila de Porto Belo. Essas datas nos oferecem os nomes destacados do frei Pedro Antônio de Agote e Agostinho Alves Ramos, mantendo o “marco zero” na localidade de Estaleiro – como se encontra hoje. Parece ser esse o caminho mais razoável. Obviamente que havia uma ascendência direta de Agostinho sobre Agote, porque aquele foi o responsável pela permanência do religioso em Itajaí.

Então voltemos nossa atenção ao nome de Agostinho Alves Ramos, indiscutivelmente o líder do movimento comunitário que culminou com a petição subscrita por vinte e dois moradores requerendo junto ao bispo do Rio de Janeiro a criação do curato. O documento leva a data de cinco de janeiro de 1824 e, até novas provas, constitui-se como o primeiro ato coletivo da gente da foz do Rio Itajaí. Por tudo que vamos constatar depois, não há dúvidas de que foi Agostinho Alves Ramos o grande líder e mentor desse movimento. Então temos aqui um líder que comprovadamente contribuiu de forma decisiva para a consolidação da comunidade e uma data onde, pela primeira vez, essa comunidade se expressa oficialmente.

Antes de Drummond nossa gente estava dispersa pelo Vale e assim continuou depois de Drummond. Com Agostinho foi diferente. A cinco de janeiro de 1824 vinte e dois pioneiros peticionaram junto às autoridades constituídas em nome de uma comunidade e, a partir, a constituíram legalmente através da implantação do curato. Não restam dúvidas sobre o ato fundante de nossa comunidade como sendo a subscrição dos pioneiros na petição para a criação do curato a cinco de janeiro de 1824. Nesta data, quem estava disperso agrupou-se e, depois, nunca mais se dispersou.

Itajaí foi fundada por vinte e dois pioneiros liderados por Agostinho Alves Ramos a cinco de janeiro de 1824.

Tenho dito !

*Texto apresentado em mesa redonda ocorrida na Associação Empresarial de Itajaí a nove de junho de 2016 – evento incluído na programação da Semana do Município.
Participantes: Magru Floriano, Edison d'Ávila, Ivan Serpa, Telmo Tomio, Cláudio Bersi de Souza, Isaque de Borba Corrêa.

2016 - Resgatando 40 anos de história. Cláudio Bersi de Souza. Diário do Litoral. 28 de maio de 2016. Acesso em: diarinho.com.br.

Tomando por base a chegada de Drummond e a vinda de Agostinho Alves Ramos até a emancipação política soma-se 40 anos na história de Itajaí. O começo foi em 1820 quando Tomás Antônio de Villanova Portugal, Ministro de D. João VI, assinou uma portaria, em 5 de fevereiro, designando Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond para dar início a uma colonização às margens do Rio Itajaí Mirim e se encarregar dos Reais Cortes de Madeira na região... Sendo este Contador da Chancelaria-mor, veio para uma curta temporada até que se resolvessem dois impasses: A volta da Corte de D. João para Portugal e a Independência do Brasil... Logo no ano seguinte (1821) foi chamado de volta para o Rio de Janeiro... D. Pedro I não viajou com a Corte e um ano depois (1822), a 7 de setembro, deu o grito da Independência. Em 1923 chegou Agostinho Alves Ramos, em Itajaí, e assumiu como administrador da região, marcando 30 anos na história de Itajaí, com destaque especial para as fundações de Ilhota e Blumenau. Foi por seu intermédio que, em 1842, Charles van Lede chegou à Ilhota e fundou a chamada colônia belga. E também para o Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau subir o rio Itajaí-Açu até a altura do ribeirão Garcia e ali fundar a colônia Blumenau, no dia 2 de setembro de 1850. Religioso, desde que chegou, Alves Ramos viu a necessidade de ter uma casa para cultos e orações. E ali onde está a igreja da Imaculada Conceição, ele construiu uma capela em madeira e mediante provisão datada de 31 de março de 1824, Dom José Caetano da Silva Coutinho, Bispo do Rio de Janeiro, Capelão de Sua Majestade Imperial, criava o Curato do Santíssimo Sacramento, de Itajaí. O Curato abrangia todos os moradores entre o rio Gravatá ao norte e o rio Camboriú, ao sul. A 12 de agosto de 1833, uma Resolução assinada pelo presidente da Província elevava Itajaí à categoria de Freguesia, passando desde então a ser sede de Distrito e de Paróquia. O novo Distrito, sede da Paróquia e circunscrição policial, desliga-se de São Francisco do Sul e passa a integrar o município de Porto Belo. Em 1845 o Imperador D. Pedro II com a Imperatriz Dona Tereza Cristina chega à província de Santa Catarina e na visita a Itajaí condecora Agostinho Alves Ramos com a comenda da Ordem de Cristo no grau de Cavaleiro. A partir de 1853, com a morte do Coronel Agostinho Alves Ramos, começa o movimento para Itajaí se desmembrar de Porto Belo e ter sua emancipação política, o que veio acontecer em 1859 pela Resolução 464, no

dia 4 de abril. Era então criado o município de Itajaí, que teve sua instalação no dia 15 de junho de 1860. Como vimos, foram 40 anos de muita realização, as quais justificam que Itajaí pode comemorar 200 anos em 2020.

2016 - Por que Drummond foi para Itaipava? Cláudio Bersi de Souza. Diário do Litoral. 29 de junho de 2016. Acesso em: diarinho.com.br.

É uma pergunta curiosa que muita gente faz referindo-se ao fundador de Itajaí – Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond. O fato é que, como um pretexto para afastá-lo da Corte naquele momento em que se acentuava o movimento pró Independência do Brasil, foi feito o convite para ele ali fundar uma colônia e se encarregar dos reais cortes de madeira na região. Orientado pelo governador da província João Vieira Tovar e Albuquerque, Drummond subiu o rio Itajaí-Mirim e aonde achou o local ideal montou a serraria, estando assim mais perto da mata com as árvores de corte. Sobretudo o rio favorecia o transporte das toras que por ali eram conduzidas... O local denominado Itaipava (nome que deriva da língua tupi) uma mistura de pedra e lago que com certeza fora escolhido pelas condições que oferecia para aquele trabalho. Drummond que era contador da chancelaria-mor influenciava muito no fator independência e por isso houve a ideia de afastá-lo até que novas soluções fossem tomadas. Como Portugal reclamava a volta de D. João, o Imperador não teve alternativa. O jeito era voltar. Seu filho D. Pedro I decidiu ficar, assumindo o império brasileiro. Villanova acompanhou a Corte e Drummond foi chamado de volta para o Rio de Janeiro. Segundo consta, o movimento com madeira não parou, ficando alguém encarregado até que o governador nomeasse o novo administrador. Assim foi decidido que o comerciante Agostinho Alves Ramos ali se estabelecesse e assumisse como representante autêntico do chefe da província com plenos poderes para decidir sobre todos os acontecimentos da região. Daí a sua influência sobre as colonizações de Ilhota e Blumenau, especialmente. Alves Ramos instalou a sede da cidade, onde é hoje a Praça Vidal Ramos, logo iniciando a construção da capela do SS. Sacramento... Quando foi construída a nova Matriz do SS. Sacramento, ali ficou como padroeira Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Alves Ramos esteve à frente da administração de Itajaí e região durante 30 anos quando veio a falecer em 1853. Portanto considera-se Drummond o fundador e Agostinho Alves Ramos co-fundador, administrador e colonizador de Itajaí desde a foz até os limites de sua jurisdição. Se havia moradores antes, não foi por documentação oficial, pois não há um registro de quando ali chegaram como também dos próprios índios que habitavam a região. Portanto deve prevalecer o

documento de Drummond, assinado na Corte Imperial de D. João VI, que foi específico, o designando para fundar uma colônia na foz do Rio Itajaí-Açu.

2016 - Tributo a Marcos Konder. Cláudio Bersi de Souza. Diário do Litoral. 08 de junho de 2016. Acesso em: diarinho.com.br.

O que ora se propõe para a história de Itajaí ele já havia feito em 1920, comemorando o seu primeiro centenário com base na chegada de Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond... Houve tamanha controvérsia que não foi possível oficializar a data pela fundação da cidade, prevalecendo o que estava estabelecido pela emancipação política. Assim continuou valendo o dia 15 de junho de 1860 como o marco comemorativo do município, embora sem fundador...

Reconhecendo que o então Prefeito Marcos Konder estava certo, o escritor e historiador Nemésio Heusi assim justificou-se em seu livro A FUNDAÇÃO DE ITAJAÍ: “Neste livro desabafo os erros que cometi quando há alguns anos escrevi para o ‘Jornal do Povo’ e ‘Blumenau em Cadernos’ contrariando Marcos Konder, sobre a fundação de Itajaí. Emocionado peço perdão à sua memória e estendo a mão solicitando desculpas aos seus descendentes”. O professor Edison d’Ávila descreve em seu livro PEQUENA HISTÓRIA DE ITAJAÍ: “Marcos Konder assumiu a Superintendência Municipal de Itajaí em 1915 e sucessivas reeleições lhe permitiram dirigir o município por 15 anos, isto é, até 1930”. Um orgulho para ele e para a cidade convém dizer por tratar-se de um filho que ali nasceu.

E agora, quase cem anos depois, venho eu reiterar os planos do ilustre Marcos Konder sugerindo que se comemore o segundo centenário de Itajaí em 2020, contando da fundação pelo edito de D. João VI através do Conde Tomás Antônio de Villanova Portugal, que assinou o documento, em 05 de fevereiro de 1820, designando Antônio Menezes de Vasconcelos Drummond a fundar uma colônia na foz do Rio Itajaí-Açu. Espero contar com a anuência das autoridades, mormente a Câmara Municipal, para que prevaleça a vontade de Marcos Konder, pois, sem dúvida queria o melhor para sua terra e seu povo. Portanto, rendo minha homenagem e admiração ao nobre itajaiense, fazendo-o feliz na comemoração dos 200 anos de sua ‘Pequena Pátria’.

2016 - Drummond e a pretensa fundação de Itajaí. Magru Floriano. Diarinho. 08 de julho de 2016. Página 116.

Li com especial atenção o artigo do memorialista Cláudio Bersi de Souza com o sugestivo título ‘Por que Drummond foi para Itaipava?’ publicado no nosso Diarinho de 28 de junho do corrente ano. Tomo a iniciativa de oferecer um contraponto às diversas afirmações ali contidas. Seguem:

1 – não é correto afirmar que “*foi feito o convite para ele ali fundar uma colônia e se encarregar dos reais cortes de madeira na região*”. O que está dito no aviso ministerial de 05 de fevereiro de 1820 é que ele teria de se apresentar ao governador da Capitania de Santa Catarina “para tomar posse de umas terras para o mesmo senhor junto ao Rio Tajaí-Mirim, a fim de nelas formar um estabelecimento (...)”. Como podemos perceber, não está discriminado no documento original o tipo de estabelecimento, portanto, não sendo simples supor tratar-se especificamente da criação de uma colônia. Mesmo porque, como sabemos, para se criar uma colônia Drummond teria de transpor determinados trâmites legais, como ocorreu no mesmo local, em 1836, com Agostinho Alves Ramos e a Colônia do Itajaí-Mirim [arraiais Tabuleiro e Conceição] protegida pela Lei nº 11 de 05 de maio de 1835;

2 – não está confirmado que “*Drummond subiu o rio Itajaí-Mirim e aonde achou o local ideal montou a serraria (...)*” Existem indícios fortes de que Drummond possa ter acessado suas terras no Tabuleiro pelo “caminho do meio” vindo por terra de Porto Belo, onde estava em andamento, desde 1818, a Colônia Nova Ericeira. A influência direta desta colônia sobre o povoamento das terras do Itajaí-Mirim será, com certeza, objeto de estudo de historiadores no futuro próximo;

3 – não dá de afirmar que Drummond chegou a realizar algo no local, já que ele próprio testemunha em livro publicado no ano de 1836 que ‘*Alguns trabalhos se fizeram no rio Itajaí; mas nem houve tempo nem meios para os levar ao cabo (...)*’ e, confrontando fontes, conclui-se que seu testemunho tem exageros e “ideias roubadas” de outros agentes públicos que operavam em Santa Catarina à época;

4 – Não existem evidências de que um possível empreendimento montado por Drummond em 1820 tenha seguido produtivo até 1836 quando Agostinho Alves chega à região para estabelecer a colônia do Itajaí-Mirim e seus dois arraiais.

5 – a tese conciliatória, já proposta anteriormente por Marcos Konder e outros historiadores e memorialistas, de acolher Drummond como ‘fundador’ de Itajaí e Agostinho Alves Ramos como seu ‘colonizador’ quer colocar panos quentes sobre a discussão e jogar as sobras da mesma para debaixo do tapete de nossa história.

Por falta de espaço.... a réplica fica por aqui.

2016 - A fundação de Itajaí. Cláudio Bersi de Souza. Diário do Litoral. 20 de julho de 2016. Pagina 10.

Li o 'Entrevistão' com Magru Floriano e respeito suas impressões sobre a colonização de Itajaí, pois chego a avaliar 200 anos comparando a Navegantes, na outra margem do rio, que é de 1658 com a chegada de João Dias de Arzão – companheiro de Manoel Lourenço de Andrade que na mesma data marca a fundação de São Francisco do Sul.

É notório que já existiam moradores antes de 1820 em Itajaí, como também em Itapocorói antes de 1759 quando o documento assinado em 27 de abril daquele ano autorizava a construção da capela de São João Batista. Quando o Brasil foi descoberto, em 22 de abril de 1500, já existiam os índios que não se pode precisar a data em que ali chegaram. Passou a valer em documentos a data do descobrimento, embora não se marque como feriado, e, no entanto, 322 anos depois, com a Independência de Portugal marcou-se o dia 7 de setembro de 1822 como a grande data da nação brasileira. Quando se comemora o aniversário de 100 anos de uma pessoa, logo se tem por base a sua certidão de nascimento, porém não se sabe com que idade ela foi registrada... Um casal pode viver junto vários anos, mas só vai comemorar suas bodas a partir do dia em que foi assinado o matrimônio.

Saint-Hilaire não cita Itajaí quando descreve sua viagem pelo mar de Armação de Itapocorói à Ilha de Santa Catarina. Por coincidência, ao avistar-se com o governador da Província lá estava o cidadão que viera da Corte para fundar uma colônia na foz do rio Itajaí-Açu.

Eis o motivo que me levou a escrever o livro 2020 ITAJAÍ 200 ANOS... O documento de Drummond, assinado em 5 de fevereiro de 1820, oficializa a data histórica da cidade, pois não há outro marco tão relevante antes desse. Drummond não foi um desbravador; ele já encontrou pessoas que foram contratadas para o seu serviço... Como já foi citado, ele ficou ali pouco tempo... Agostinho Alves Ramos também não ia se estabelecer com comércio se não houvesse consumidor... Ele esteve à frente da administração de Itajaí durante 30 anos – dos 40 que foram resgatados para complementar a história. 40 anos de desenvolvimento, tanto que proporcionou sua autonomia política em 1860.

2018 - ENTREVISTA – Edison d’Ávila. Diário do Litoral. Itajaí, 18 e 19 de agosto de 2018, número 10.990. Seção Entrevistão. Página 06.

DIARINHO – O escritor e memorialista Cláudio Bersi de Souza, de Penha, tem uma teoria diferente da oficial para a fundação de Itajaí. Segundo ele, o fundador não foi Agostinho Alves Ramos e sim Antônio Menezes Vasconcelos Drummond, que chegou aqui em 1820, três anos antes. Há algum fundamento nessa teoria?

Edison d’Ávila – Eu penso que não é uma pequena polêmica. É uma grande polêmica que não só afeta à questão da fundação de Itajaí, do fundador de Itajaí, da data da fundação. Afeta a muitas comunidades, a muitas cidades do Brasil. Eu não entro nessa polêmica porque eu sou daquela linha de historiadores que não julga ser válido, significativo, definir-se exatamente quem é o fundador, quando foi a data de fundação, quando nós temos várias correntes, várias opções ou várias situações que não estão definidas. E é o caso de Itajaí. Por exemplo, tomando a situação de Blumenau. Blumenau foi uma colônia que foi planejada adremente [**intencionalmente**] pelo doutor Blumenau desde a Alemanha, não é? Que juntou os colonos, veio pra cá e montou seu estabelecimento colonial. Então você tem tudo isso de forma clara, documentada e historicamente você pode afirmar quem foi o fundador, quando ele chegou, data, nome. [**Nesse caso, os registros estão claros ...**]. Todos os registros.

Mas outras cidades não têm isso. Você não tem essa certeza. Você não tem essa documentação. Não tem os registros. Documentação não precisa ser escrita. Pode ser também oral. Mas nós não temos isso. Então, pra que entrar nessas divididas? Nós temos essas duas correntes, diríamos assim, historiográficas: Vasconcelos Drummond, 1820, e Agostinho Alves Ramos, 1823, 1824. Como nós não temos certeza documentada para tomar partido por um ou por outro, eu como historiador prefiro fazer um capítulo para o Vasconcelos Drummond e faço um capítulo para o Agostinho Alves Ramos. Tomo essa prudência. Por quê? Porque não há como, historicamente, sob o meu ponto de vista, definir a questão nem de quem foi o fundador nem quando foi fundada Itajaí. E não vi em nenhum dos dois uma intencionalidade de fundação da cidade de Itajaí. [**Diferente de Blumenau**]. É, diferente de Blumenau. ‘Vou sair da Alemanha para fundar Blumenau’. Eu, agora, valorizo, sim, o Vasconcelos Drummond como o primeiro que veio para montar uma colônia no Vale do Itajaí. O papel do Drummond é importante porque com ele teve início a colonização, a obra colonizadora que resultou

nessa beleza que foi a colonização do Vale, econômica, social, cultural. Itajaí, Blumenau, Brusque, Rio do Sul. São açorianos, portugueses, italianos, alemães, polacos, sírio-libaneses etc; essa beleza. Quem deu início a esse processo? Vasconcelos Drumond e a colônia que ele deu início ali na Itaipava, no Tabuleiro.

DIARINHO – Já que o senhor citou vários grupos, outra polêmica relacionada com a história de Itajaí é sobre qual população ou grupo de europeus que, hegemonicamente, foram responsáveis pelo desenvolvimento. Uns apontam os açorianos e portugueses e até se criou aqui a Marejada, a Festa Portuguesa e do Pescado. Outros dizem que foram os alemães. Afinal, qual o colonizador mais importante da história de Itajaí?

Edison d'Ávila – Eu tenho um capítulo em que eu trato das gentes itajaienses, origens das gentes itajaienses, origens e números. E eu conto, eu enumero as pessoas que chegaram aqui. Nós tivemos primeiro os vicentistas, paulistas, poucos. Naquela época, século 17, 18, todos eram portugueses, porque o Brasil ainda não era independente. Depois vieram os açorianos, 1758 pra frente. Esse pessoal de origem portuguesa açorianos também, formou a base da população. Então o nosso primeiro povoamento basicamente se fez com essa população luso-açoriana. Chamar luso-açoriano é uma oísa redundante, porque o açoriano é português. Então diríamos assim, essa base lusitana. A portuguesa foi a base. Essa população marcou etnicamente e culturalmente a comunidade itajaiense. Depois, na segunda metade do século 19, com o Brasil já independente, vieram os alemães para as colônias do Vale. Blumenau e Brusque, principalmente. Luiz Alves também alguma coisa. E muitos deles acabaram vindo para Itajaí, se fixando aqui, principalmente como comerciantes. **[Subiram e desceram o Vale ou já ficaram por aqui?]** A maioria subiu e desceu. Outros já ficaram por aqui. Alguns também vieram da colônia São Pedro de Alcântara, que tinha sido fundada em 1824 **[na região da hoje Grande Florianópolis]**, mais antiga que a colonização do Vale do Itajaí e se fixaram aqui. Essa população, no começo do século 20, não ia além de 900 pessoas, numa população que na época chegava a três mil, quatro mil pessoas na cidade de Itajaí. Eles tinham essa proporção. Então, na verdade, a marca, maioria, era sempre lusa, portuguesa, luso-açoriana. Os alemães se destacaram porque eles tiveram proeminência na economia, no comércio, principalmente o comércio portuário. Houve grandes comerciantes de importação e exportação. E por isso ascenderam economicamente, socialmente e politicamente. E aí se destacaram nos cargos públicos,

de vereadores, prefeitos, deputados e outros depois chegaram a governador e senador da República. Taí o exemplo de Lauro Müller, né!?

Então, exatamente, os alemães marcaram a paisagem social, econômica e política de Itajaí. Mas, culturalmente, por exemplo, os alemães poucas marcas deixaram em Itajaí. Nós tivemos como marcas culturais dos alemães a sociedade dos Atiradores, Schuetzen Verein Itajahy, na época até a Segunda guerra. Depois na Segunda Guerra fechou e quando reabriu, reabriu como Clube de Caça e Tiro Vasconcelos Drumond. A comunidade luterana, que tinha sua igreja, que também ficou fechada durante a Segunda Guerra Mundial e depois reabriu e hoje permanece. A comunidde alemã ficou presente no meio social, mas ela não teve uma marca cultural forte. Ela teve uma marca econômica, teve uma marca política e teve uma marca social porque as pessoas se destacavam na sociedade. Mas culturalmente, não. Por isso que quando nos anos 80 se foi atrás de uma festa étnica, de fundo turístico, não se tinha como buscar a marca cultural alemã. [**Oktober aqui não caberia, né?**]. Não caberia! Claro, Blumenau e Brusque dariam muito mais condições. Então se buscou a marca portuguesa. Mas aí se forçou um pouco a mão pra dizer que nós tivemos uma colonização açoriana. Sim, aí também se forçou um pouco a coisa.

2018 – Contraponto: A fundação de Itajaí. Magru Floriano. Diário do Litoral. nº 10.991. 20 de agosto de 2018. Página 06. Seção Variedades.

Li com especial atenção o ‘entrevistão’ concedido pelo professor Edison d’Ávila ao nosso prestigioso Diarinho na sua edição de 18 do corrente mês e dou-me à ousadia de discordar de algumas afirmações do nosso eminente historiador, notadamente sobre a questão da fundação de Itajaí. Uma questão pra lá de polêmica que já consumiu muito papel e tinta por parte da alta intelectualidade itajaiense do século passado [Silveira Júnior, Abdon Fóes, José Ferreira da Silva, Marcos Konder, Lucas Alexandre Boiteux, Nemésio Heusi, Gustavo Konder, Líbero Oswaldo de Miranda, Arnaldo Brandão, Gil Theodoro Miranda] e que pelo jeito deve consumir muito papel e tinta dos nossos historiadores e memorialistas no presente, como é o caso de Edison d’Ávila, Cláudio Bersi de Souza, Saulo Adami, Ivan Serpa, Isaque de Borba Corrêa, Telmo José Tomio, Rosa de Lourdes Vieira e Silva, Didymeia Lazzaris de Oliveira, Marlene Dalva Rothbarth ...

De minha parte, não considero factível fazer parte desse grupo de historiadores e memorialistas, da qual Edison d’Ávila se inclui voluntariamente, ‘que não julga ser válido, significativo, definir-se exatamente quem é o fundador (...)’ de Itajaí, por considerar que existem muitas lacunas na sua História que ainda devem ser preenchidas antes de uma decisão final. Ao contrário, considero muito válido definirmos a data de fundação e seu fundador, mesmo que isso seja mudado num futuro próximo motivado pela descoberta de novos documentos. Lembremos que Roma tem orgulho de atestar sua fundação por Rômulo, reconhecendo oficialmente a lenda de que teria sido abandonado na selva junto com seu irmão Remo e sobrevivido por ser amamentado por uma loba.

Não precisamos usar de tanta imaginação para indicarmos um fundador para nossa querida Itajaí, porque já temos bem definido e documentado o seu ato fundacional. Trata-se do requerimento assinado por duas dúzias de moradores ao Bispo do Rio de Janeiro solicitando, a 05 de janeiro de 1824, entre outras coisas, ‘a declaração de independência e a separação territorial deste distrito (...)’. Foi este, no meu entender, o primeiro ato de alta relevância empreendido pela comunidade itajaiense, porque nele

já estão contidos dois fundamentos para sua fundação: o espírito comunitário e a necessidade de autonomia administrativa.

Aceita esta minha tese, Itajaí não teria um fundador, mas um grupo de fundadores que poderemos muito bem nomear de ‘pioneiros’. Obviamente que, ao atribuir a fundação de Itajaí a um grupo de pioneiros signatários da petição ao Bispo, não estamos deixando de considerar a participação destacada de duas lideranças: Agostinho Alves Ramos e padre Pedro Antônio de Agote. Mas aqui não cabem os louros em uma cabeça isolada, porque o ato fundacional é a assinatura do documento em si. Um documento que consubstancia o espírito comunitário, atesta que a partir daquela data temos uma comunidade unida por propósitos comuns e não apenas pessoas isoladas. O requerimento de 05 de janeiro de 1824 é a prova documental de que neste momento quem estava isolado passou a compor uma comunidade e pensou, mesmo que de forma gradual, dá-lhe autonomia administrativa.

Os fundadores de Itajaí são os pioneiros: Francisco Lourenço da Costa, Antônio Correa de Negreiros, Antônio Dias de Arzão, Jacinto Caetano da Silva, Benedito José Vaz, Manoel da Cunha Maciel, José Francisco de Oliveira, José Macedo da Veiga, Frutuoso Soares, José Lopes de Mattos, José Antônio de Lima, José P. Lourenço, José Ignácio Borges, Agostinho Alves Ramos, Manoel Ignácio Borges, Antônio José Borges, Manoel Soares da Silva, Manoel Soares da Costa, José Ignácio dos Santos, Tomas Pereira da Roza. Por questões que não cabem aqui detalhar, seria prudente ampliar esta lista de pioneiros, incluindo por mérito: Pedro Antônio de Agote, José Coelho da Rocha e Maria Coelho da Rocha – responsáveis pelo erguimento da primeira capela junto com Agostinho Alves Ramos.

ANEXO

HISTORIOGRAFIA

Visando auxiliar os futuros historiadores interessados em aprofundar seus trabalhos sobre a História de Itajaí estamos anexando ao presente estudo uma relação, não conclusiva, das principais obras que temos exemplar em nossa biblioteca particular.

ADY VIEIRA FILHO

- As raízes da industrialização – grupos empresariais catarinenses – origem e evolução. Florianópolis: autor, 1986.

AFFONSO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY

- História das bandeiras paulistas. Vol I. tomo I. 2ed. São Paulo: Melhoramentos, [...].

AFONSO LUIZ SILVA

- Itajaí de Ontem e de Hoje. Brusque: Mercúrio, 19[.].

AIRES DE CASAL

- Corografia brasílica. 2ed. São Paulo: cultura, 1945. 2 tomos

ALBERTO ENTRES

- Guia do Estado de Santa Catharina. Florianópolis: Livr. Central, 1927 [fac-símile]

ALCIDES ABREU

- Ensaios sobre a economia catarinense. [org.] Florianópolis: Edeme, 1970. [co-autoria Glauco Olinger, Paulo Lago].

- Mão de obra no Brasil e em Santa Catarina. Florianópolis: [...], 1957.

ALCIDES GOULARTI FILHO

- Portos, ferrovias e navegação em Santa Catarina. Florianópolis: EdUFSC, 2013.

- Formação econômica de Santa Catarina. Rev. e ampl. Florianópolis: EdUFSC, 2007.

ALCIDES MAFRA

- Contam os antigos... história e lendas de Bombinhas. Itajaí: Univali, 2006. Série Outras Palavras, n.03. **AUT.**

ALEXANDRE KONDER

- Os halifax. Rio de Janeiro: Simões, 1952.

ALFREDO D'ESCRAGNOLLE TAUNAY

- História administrativa e econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Simões, 1962.

ALMIRO CALDEIRA DE ANDRADE

- Lauro Muller. Florianópolis: ACL, [...]
- Rocamaranha. RJ: globo, 1962. **AUT.**
- Arca açoriana. Florianópolis: UFSC, 1984
- A estrela da tempestade. Florianópolis: ACL, 2002.

ÁLVAR NÚÑEZ CABEÇA DE VACA

- Naufrágios & comentários. 2ed. Porto Alegre: L&PM, 2009.

ANA BELA MACHADO - ANA BELA DE SOUZA FARIA DE AZEVEDO MACHADO

- Identificação do Acervo Cultural Cidade de Itajaí. Vol I. Itajaí: PMI/FCI, 2001.

ANA BRANCHER

- História de Santa Catarina no século XIX [org]. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

ANDRÉ PINHEIRO – ANDRÉ DE OLIVEIRA PINHEIRO

- Resquiescatin Pace: mudanças e permanências nos rituais fúnebres católicos em Itajaí, na segunda metade do século XX. Itajaí: autor, 2001.

ANISETE MARIA SCHMITT

- Registros de família – Mollerer, Zaguini ... Brasília: autora, 2003.

ANTONIO B. BARRETO

- SOS enchente – um vale pede socorro. 2.ed. Blumenau: Odorizzi, 2000. [co-autoria de Alda S. Niemeyer].

ANTONIO FRANCISCO BOHN (PADRE)

- Paróquia de São Vicente de Paulo – sua história. Blumenau: 3 de maio, 2003.

ANTÔNIO LUIZ MEDEIROS FILHO

- Memórias em cartografia – Itajaí das minhas lembranças. Itajaí: Amaral; Blumenau: Nova Letra, 2014.

ANTONIO MENEZES DE VASCONCELLOS DE DRUMMOND

- Biographie Universelle et Portative des Contemporains (excertos). 1836.
- Anotações de Vasconcellos de Drummond à sua biografia. Brasília: Senado, 2012. Vol 165.

ANTÔNIO MORGA

- História das mulheres de Santa Catarina [org]. Florianópolis: Argos Letras Contemp, 2001.

ANTÔNIO PICHETTI

- Guerras e fronteiras do Sul. Florianópolis: autor, 2004.

ANTÔNIO SEPP [PADRE]

- Viagens às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos. Biblioteca histórica brasileira. Livraria Martins / USP, 1972. [capa vermelha].

ARNALDO S. THIAGO

- São Francisco – notícia estatístico-descritiva. 2ed. N.19. Florianópolis: DEE, 1941.

AUGUSTE DE SAINT-HILAIRE

- viagem à província de Santa Catharina (1820). Biblioteca Pedagógica Brasileira. Vol 58. São Paulo: Ed. Nacional, 1936.

BAPTISTA PEREIRA

- O Brasil e a raça. São Paulo: Rossetti, 1928.

BEATE FRANK

- Enchentes na Bacia do Itajaí. Blumenau: Edfurb, 2003. [co-autoria Adilson Pinheiro].

- Desastre de 2008 no Vale do Itajaí. Água, gente e política [org.] Blumenau: Agência..., 2009.

CAIO PRADO JÚNIOR

- História econômica do Brasil – post scriptum em 1976. 20ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CAPRISTANO DE ABREU

- Capítulos de história colonial & caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 5ed. Biblioteca Básica Brasileira. UNB, 1963.

CARL VON KOSERITZ

- Imagens do Brasil. Biblioteca histórica brasileira. Livraria Martins / USP, 1972.

CARLOS ALBERTO SILVEIRA LENZI

- Partidos políticos de Santa Catarina. Fpolis: Edefsc, 1983.

CARLOS DA COSTA PEREIRA

- História de São Francisco do Sul. 2ed. Florianópolis: EDUFSC, 2004.

CARLOS FOUQUET

- O imigrante alemão ... São Paulo: Hans Staden, 1974.

CARLOS HUMBERTO P. CORRÊA

- História da Cultura Catarinense. O Estado e as ideias. Vol. I. Florianópolis: UFSC/Diário Catarinense, 1997.

- História de São Francisco do Sul. Florianópolis: UFSC, 2004.

CÉSAR DO CANTO MACHADO

- Biografias de catarinenses notáveis. Fpolis: Insular, 2001.

- Em nome do rei – Santa Catarina no tempo da realeza. Florianópolis: Insular, 2004.

CLÁUDIO BERSI DE SOUZA

- Da Costa Para o Alto-Mar. Itajaí: Berger, 2002.

- Piçarras de todos os tempos – a história e sua gente. Itajaí: Centenário, 2000.
- Amabilíssima... Blumenau: Nova letra, 2004.
- Açorianos de lá e de cá: Blumenau: Nova Letra, 2012.
- Penha – a história para todos. Fpolis: Paralelo 27, 1995. (c/ Gentil Abílio Serpa Fº).
- Penha em nova era e sua história fundamentada. Itajaí: Berger, 2003.
- Penha – meio século 19.07.1958 – 19.07.2008. Blumenau: Nova Letra, 2008.
- Penha – passado & presente. Blumenau: Nova Letra, 2011.
- 2020 – Itajaí – 200 anos. Blumenau: Nova Letra, 2015.

DARLAN PEREIRA CORDEIRO

- Conhecendo arqueologia. Itajaí: autor, 2006.

DARCY RIBEIRO

- OS BRASILEIROS Livro 1. Teoria do Brasil. 4ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

DIDYMEA LÁZZARIS DE OLIVEIRA

- Por Um Pedaco de Terra – Luís Alves: sua colonização a partir de 1877. Itajaí: Univali, 1997.
- Um Momento na Vida ... Poesias e Versos Soltos. Itajaí: autora, 2004.
- O Navegantes Que Eu Conto. Itajaí: autora, 2004.
- Itajaí do curato à globalização. Itajaí: Ed. Aut., 2011.

DIETER HANS BRUNO KOHL.

- Porto Belo – sua história, sua gente. 2.ed. Blumenau: Odorizzi, 2001.

DORALÉCIO SOARES

- Folclore brasileiro – Santa Catarina. Rio de Janeiro: Funarte/MEC, 1979.
- Aspectos do folclore catarinense. 1ed. Florianópolis: autor, 1970.

DORVALINO ELOY KOCH

- Tragédias euro-xokleng e contexto. Brusque: autor, 2002.

EDISON D'ÁVILA

- Pequena História de Itajaí. Itajaí: Prefeitura Municipal, 1982.
- Itajaí: breve notícia histórica do aglomerado urbano. Itajaí: FGML/Univali, 1993.
- Nossa Senhora dos Navegantes – festa e história. Itajaí: FGML/Univali, 1996.
- Itajaí – o começo de tudo. 2ed. Itajaí: FGML, 2001.
- Festas e Tradições Populares de Itajaí. Itajaí: FGML, 1994. (c/ Márcia d'Ávila).

EDISON CARVALHO BAYER - EDSON CARVALHO BAYER

- Biléca: o filho da Costa Esmeralda. Blumenau: Nova Letra, 2006. [co-autoria de Leopoldo Barentin].

EDUARDO BUENO

- Brasil: uma história – a incrível saga de um país. 2ed, rev. São Paulo: Ática, 2003.
- Naufragos, traficantes e degredados – as primeiras expedições ao Brasil. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998. [Col. Terra Brasilis. Vol II.]

- capitães do Brasil – a saga dos primeiros colonizadores. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999. [Col. Terra Brasilis. Vol III.]
- a coroa, a cruz e a espada. Lei, ordem e corrupção no Brasil colônia. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- Brasil: terra à vista! A aventura ilustrada do descobrimento. Porto Alegre: L&PM, 2000.

ELIO SERPA

- Catálogo de documentos avulsos manuscritos referentes à Capitania de Santa Catarina – 1717-1827. Fpolis: edufsc, 2000. [co-autoria de Maria Bernadete Ramos Flores].

EMÍLIO WILLEMS

- Assimilação e populações marginais no Brasil Vol186. São Paulo: Cia Edit. Nac, 1940.

ESTANISLAU A KREUTZ

- Missões jesuíticas – guaranis – síntese histórica. 3ed. Santo Angelo: EDIURI, 2007.

EVALDO PAULI

- A fundação de Florianópolis: 2.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

F. G. OLIVEIRA VIANNA

- Populações meridionaes do Brasil. 3ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1933.

FELICIANO NUNES PEREIRA

- Relatório e fala no governo de Santa Catarina 1833-1835. Florianópolis: AESP-APESC, 1986.

FERNANDO DE AZEVEDO

- Canaviais e engenhos na vida política do Brasil. 2ed. Obras completas. Vol XI. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- A cultura brasileira. 4ed. 1963. Biblioteca Básica Brasileira. UNB. [capa verde-cinza]

FERNANDO NOBRE

- As fronteiras do Sul. São Paulo: [...], [...].

FIGELO ZANELLA

- Das clareiras da Barra do Tayó: um registro da oralidade histórica. Blumenau: Nova Letra, 2007.

FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN

- História geral do Brasil. Vol I a VI. Três tomos. Capa verde.
- História geral do Brasil. 6 volumes. Capa bordô e ouro junto com Oliveira Lima VII e Hélio Vianna VIII.

FRANCISCO CARUSO JÚNIOR

- Roteiro geológico. Itajaí: Univali, 1998 [Com SERGEY A DE ARAÚJO e ANTONIO S J KREBS].

FRANCISCO DE ASSIS SILVA

- História do Brasil – colônia, império e República. 2.ed,rev e ampl. São Paulo: Moderna, 1983. [PEDRO IVO DE ASSIS BASTOS].

FRANCISCO ERNESTO DE OLIVEIRA MARTINS

- Arquitetura popular açoriano/brasileira. Subsídios para o seu estudo. Angra do Heróismo: [...], 1996.

FRANCISCO VIANNA – FRANCISCO FURTADO MENDES VIANNA

- Pequena história do Brazil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1922.

GABRIEL SOARES DE SOUZA

- Tratado descritivo do Brasil em 1587. São Paulo: Hedra, 2010

GENTIL ABÍLIO SERPA FILHO

- Penha – a história para todos. Florianópolis: Paralelo 27, 1995. (com Cláudio Bersi de Souza).

GIRALDA SEYFERTH

- A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim. Porto Alegre: Movimento, 1974.

GLAUCO CARNEIRO

- História das revoluções brasileiras. Vol I. Rio de Janeiro: Cruzeiro, 1965.

HADDOCK LOBO

- História Econômica e Administrativa do Brasil. 12ed. São Paulo: Atlas, 1966.

HANS STADEN

- Viagem ao Brasil. São Paulo: Martin Claret, 2010.

HÉLIO DE ALCÂNTARA AVELLAR

- História administrativa do Brasil. Vol I. 2ed. São Paulo: DASP, 1965 [co-autoria de Alfredo d'Escagnolle Taunay].

HÉLIO VIANNA

- História Administrativa e econômica do Brasil. São Paulo: Nacional, 1955.
- História do Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1961/2. Volumes I e II.
- História diplomática do Brasil. São Paulo: Melhoramentos. [coleção capa bordô. 8 volumes

HERMES JUSTINO PATRIANOVA

- Pequeno Livro – prenúncio de um grande livro. Fpolis: autor, 1986.

IDAULO JOSÉ CUNHA

- Evolução econômico-industrial de Santa Catarina. Fpolis: FCC, 1982.
- A economia catarinense rumo a um novo século. Fpolis: CEP/SC, 1999.

ILVA MAILA DOS SANTOS GAYA

- Breve Relato Sobre Navegantes. Itajaí: Visual, 2001. (co-autoria Marly de Paulla).

ISA DE OLIVEIRA ROCHA

- Atlas geográfico de Santa Catarina – estado e território. Fascículo I. Florianópolis: Udesc, 2013. [Governo do Estado de Santa Catarina; Secretaria de Estado do Planejamento. 1ed.]

ISAUQUE DE BORBA CORRÊA

- História de Duas Cidades: Camboriú e Balneário Camboriu. Balneário Camboriú: autor, 1985.
- Escravatura em Camboriú. Camboriu: autor, 1988.
- São Tomé – a história do apóstolo de Jesus no continente americano. Itajaí: Alternativa; Blumenau: Nova Letra, 2012..

IVAN CARLOS SERPA

- Os Engenhos de Limeira: história e memória da imigração italiana no Vale do Itajaí. Itajaí: Univali, 2000.

J. PANDIÁ CALÓGERAS

- formação histórica do Brasil. 5ed. Rio de Janeiro: B. Exército, 1957.

JAIME CORTESÃO

- O tratado de Madrid. Tomo I e II. Brasília: Senado, 2001.

JALI MEIRINHO

- A república em Santa Catarina. Fpolis: Eufsc/Lunardelli, 1982.
- República e oligarquias Fpolis: Insular, 1997.
- Datas históricas de Santa Catarina. 1500-2000. 2.ed.rev. aum. Fpolis: Eufsc/Insular, 2000.

JALDYR B. FAUSTINO DA SILVA

- Fundamentos da cultura catarinense. [Org.]Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

JEAN BAPTISTE DEBRET

- Viagem pitoresca e histórica do Brasil. Vol I. Rio de Janeiro: Círculo do Livro.

JEANNE BERRANCE DE CASTRO

- A milícia cidadã – a Guarda Nacional de 1831 a 1850. São Paulo: Nacional; INI, 1977. Col. Brasileira. Vol.359.

JERUSE MARIA ROMÃO

- A África está em nós.... 2ed.ampl. ver. (livro 05). João Pessoa: Grafset, 2010.

JOANA MARIA PEDRO

- Nas tramas entre o público e o privado – a imprensa de Desterro no século XX. Fpolis: Edufsc, 1985.

JOÃO ALFREDO ROHR [PADRE]

- Petroglifos da Ilha de Santa Catarina e Ilhas adjacentes. São Leopoldo: Inst. Anchietano, [...].

JOÃO ARMITAGE

- História do Brasil desde a chegada São Paulo: Melhoramentos, 1977.

JOÃO CAPISTRANO DE ABREU

- capítulos da História Colonial – caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 2ed. Brasília: UNB, 1998.

JOÃO CARLOS MOSIMANN

- Porto dos Patos – a fantástica e verdadeira história ... 2ed. Florianópolis: autor, 2004.

- Ilha de Santa Catarina – 1777: 1778 – a invasão espanhola. Florianópolis: autor, 2003.

- Os aviadores franceses – A América do Sul e o Campeche. Florianópolis: autor, 2012.

JOÃO LUIS DE PAULA RIBAS

- Espaço Geográfico de Santa Catarina. Vol.I. 3.ed. Navegantes: Lumar, 2003.

JOÃO MAURÍCIO RUGENDAS – JOHANN MORITZ RUGENDAS

- Viagem pitoresca através do Brasil. 6ed. São Paulo: Martins, 1967.

JORGE CALDEIRA

- Mulheres no caminho da prata. São Paulo: Mameluco, 2006. Vol I. coleção O banqueiro do sertão.

JOSÉ ÂNGELO REBELO

- Sem História Não Dá. E assim se fez em Camboriú. Camboriú: autor, 1997.

JOSÉ ARTULINO BESEN

- A igreja matriz do Santíssimo Sacramento – história – teologia da beleza. Itajaí: ed. Paróquia do Ssmo Sacramento, 2005.

JOSÉ AUGUSTO VAZ VALENTE

- A certidão de nascimento do Brasil – a carta de Pero Vaz de Caminha. São Paulo: USP, 1075.

JOSE BENTO ROSA DA SILVA

- Negras Memórias. Itajaí: Prefeitura de Itajaí, 1996. **AUT.**

- Estiva Papa-Siri: as mãos e os pés no Porto de Itajaí. Itajaí: autor, 2004.

- Caetanos & Caetanos – tradição oral e história. Itajaí: autor, 2008.

- Itajahy no século XIX: história, cotidiano e poder.
- Negros em Itajahy... Itajaí: Casa Aberta, 2010.
- História da aduana em Itajaí. Itajaí: Maria do Cais/Univali, 2008 [com CARLOS EDUARDO DE CAMARGO MADEIRA].

JOSÉ CARLOS FAGUNDES

- compêndios – fragmentos para a história de Barra Velha. São Paulo: Scortecci, 2014.

JOSÉ DEEKE

- O município de Blumenau e sua história de desenvolvimento. Blumenau: N. Letra, 1995.

JOSÉ FERREIRA DA SILVA

- As terras do Itajaí-mirim e Vasconcelos Drummond. Blumenau: Blu. Em Cadernos. Tomo VI. 1963. n.04.
- A colonização do Valle do Itajahy. Notas... Blumenau: [...], 1932.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

- Teoria da História do Brasil. Vol I. 2ed. São Paulo: Cia Nacional, 1957.
- Teoria da História do Brasil. Vol II. 2ed. São Paulo: Cia Nacional, 1957.
- Independência: revolução e contra-revolução. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- Vol I - A evolução política. // Vol II - Economia e sociedade.

JOSÉ ISAÍAS VENERA

- Tempo de ordem. A construção discursiva do homem útil. Itajaí: Univali, 2007.

JOSÉ ROBERTO SEVERINO

- Itajaí e a Identidade Açoriana – a maquiagem possível. Itajaí: Univali, 1999.

JOSÉ VAN DEN BESSELAAR

- Introdução aos estudos históricos. 3ed. ver. ampl. São Paulo: Herder, 1968.

JUAN G. BELTRAN

- História del Brasil. Buenos Aires: Claridad, 1944.

JULIO CESAR CORRÊA

- Do sonho à realidade – jubileu de prata da ASPMI. Itajaí: Nova Letra, 2014.

JUVENTINO LINHARES

- O Que a Memória Guardou. Itajaí: Univali, 1997 (textos selecionados por Osmar de Souza).

LAÉRCIO CUNHA E SILVA

- Anuário de Itajaí 1959. Rio de Janeiro: O Cooperador, 1959. [co-autoria Roberto Mello de Faria].

LAURENTINO GOMES

- 1808 2ed. São Paulo: Planeta, 2007.
- 1822 Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- 1889 ... São Paulo: Globo, 2013.

LAUSIMAR LAUS

- Ofélia dos Navios. Florianópolis: Lunardelli, 1983.
- O Guarda-Roupa Alemão. Rio de Janeiro: Pallas/MEC, 1975. (1 ed.)

LEDA MARIA BAPTISTA

- Simplesmente Gaspar. Blumenau: Nova Letra, 1998.

LEÔNICIO BASBAUM

- História sincera da República de 1889 a 1930. 4ed. Vol II. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LEOPOLDO BARENTIN

- Biléca: o filho da Costa Esmeralda. Blumenau: Nova Letra, 2006. [co-autoria de Edson Carvalho Bayer].
- Tijucanos. Blumenau: Odorizzi, 2004.

LINDINALVA DEÓLA DA SILVA

- Itajaí – imagens e memória. Itajaí: FGML, 1995. [coletânea – organizadora]
- Festa de bairro. Itajaí: Alternativa; Blumenau: Nova Letra, 2006.

LIRA NETO

- Getúlio 1882 – 1930 – dos anos de formação à conquista do poder. São Paulo: Cia das Letras, 2012. Volumes I II III.

LUCAS ALEXANDRE BOITEUX

- Pequena História Catharinense – ilustrada. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1920.
- Ephemerides Catharinenses (1500-1910). Florianópolis: Escola Artífices, 1921.

LUIS AGASSIZ

- Viagem ao Brasil 1865-1866. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975 [ELIZABETH CARY AGASSIZ].

LUIS CARLOS PEREIRA TOURINHO

- Recordações de um cosmógrafo de Cabeza de Vaca. Curitiba: IHGEPr, 1977.

LUIS DA CÂMARA CASCUDO

- História da literatura brasileira – literatura oral. Vol. VI-A. Col. Doctos Brasileiros. São Paulo: José Olympio, 1952.

LUIS FELIPE FALCÃO

- Entre ontem e amanhã. Itajaí: Univali, 2000.

LUIS FERREIRA

- Itajaí – história da minha terra. Piçarras: Nova Letra, [...]. [história em quadrinhos].
- Balneário Piçarras – as lendas.
- Navegantes – história da minha terra.

LUIZILLA ESTIVALLET PACHECO SFOGGIA

- Bombinhas – um caminho do Brasil. 2ed. Porto Alegre: Alcance, 2001.

MAGRU FLORIANO - HÉLIO FLORIANO DOS SANTOS

- Quem Escreve Em Itajaí – indicador da literatura e jornalismo da Região da Grande Itajaí até 2000. Itajaí: Brisa Utópica, 2002.
- Inventário bibliográfico dos autores da Região da Grande itajhay até o ano de 2008.
- A lenda do Monte Tayó – contribuição à centenária discussão sobre o significado do nome Itajaí. Itajaí: Alternativa; Blumenau: Nova Letra, 2012.
- Itajaí: uma cidade em busca de seu fundador. Textos compilados. Itajaí: Brisa Utópica, 2013.

MANOEL JACINTO FERREIRA

- Pela grandeza da madeira do Brazil. Rio: Olímpio, 1942.

MANOEL RODRIGUES FERREIRA

- A maçonaria na independência brasileira. 2.ed. Vol I. [...]: Biblos, [...] [co-autoria com TÍTO LÍVIO FERREIRA.

MARCOS KONDER

- A pequena pátria. 2ed.rev.ampl. Blumenau: Blumenauense/autor, 1958.
- Aspectos de Santa Catharina – o Valle do Itajahy. Blumenau: Typografia Koehler, 19[.]

MARIA BERNADETE RAMOS FLORES

- Catálogo de Documentos Avulsos Manuscritos Referentes á Capitania de Santa Catarina – 1717-1827. Fpolis: UFSC, 2000. C/ Élio Serpa.]
- Povoadores da fronteira – os casais açorianos rumo ao Sul do Brasil. Florianópolis: UFSC, 2000.
- Os espanhóis conquistam a Ilha de Santa Catarina. 1777. Florianópolis: UFSC, 2004.

MARIA DO CARMO RAMOS KRIEGGER GOULART

- Anotações de uma imigrante polonesa. Fpolis: autora, 1998.
- Brusque – essas ruas que eu amo. Blumenau: autor, 1982. Vol I.
- A imigração polonesa nas colônias Itajahy e Príncipe Dom Pedro. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1984.

MARIA LUIZA RENAUX HERING

- Colonização e indústria no Vale do Itajaí. Blumenau: Edfurb, 1987.

MARIA REGINA BOPPRÉ

- Eleições diretas e primórdios do coronelismo catarinense. Fpolis: IOESC, 1989.

MARILÉA MARTINS LEAL CARUSO

- O desmatamento da Ilha de Santa Catarina – de 1500 aos dias atuais. 2. ed. Ver. Fpolis: Edufsc, 1990.

- Mares e longínquos povos dos Açores. 3 ed.rev. Florianópolis: Insular, 1996. [co-autoria Raimundo C. Caruso].

MÁRIO LUIZ FERNANDES

- A Força do Jornal do Interior. Itajaí: Univali, 2003.

MÁRIO OTÁVIO BATALHA

- A pequena e média indústria em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1990. [co-autoria de Flávio Demori].

MARLENE DALVA DA SILVA ROTHBARTH – ROTHMAR.

- Uma História de Família: genealogia da família Silva Rothbarth. Itajaí: autora, 1999.

- Famílias de Itajaí: mais de um século de história. Vol. I. Itajaí/Blumenau: autora/Odorizzi, 2001. [ilustração de Lindinalva Deólla da Silva]

- A saga da família Asseburg. Blumenau: Odorizzi, 2003.

MARLENE DE FÁVERI

- Moços e Moças Para Um Bom Partido: a construção das elites – Itajaí, 1929-1960. Itajaí: Univali, 1998.

MARLY RITZKAT

- A vida privada no segundo império – pelas cartas de Ina Von Binzer. São Paulo: Atual, 1999.

MARLUS NIEBUHR

- Brusque 150 anos: tecendo uma história de coragem. Brusque: FCB, 2012 [AUT]

MARLY DE PAULLA

- Breve Relato sobre Navegantes. Itajaí: Visual, 2001. [com Ilva Maila dos Santos Gaya].

- Redescobrimo Itajaí – breve roteiro histórico-turístico-cultural. Blumenau: Nova Letra, 2006.

MAX FLEIUSS

- História administrativa do Brasil. 2ed. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

MAX TAVARES D'AMARAL

- Contribuição à história da colonização alemã no Vale do Itajaí. São Paulo: I Hans Staden, 1950.

MELLO MORAES

- Chronica geral e minuciosa do império do Brasil – edição fac-similar. Brasília: Senado, 1997.

NELSON WERNECK SODRÉ

- Formação Histórica do Brasil. 11ed. São Paulo: Difel, 1982.
 - O que se deve ler para conhecer o Brasil. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
 - História da literatura brasileira. São Paulo: Cultura Brasileira, [...]

NEMÉSIO HEUSI

- História Romanceada de Blumenau e do Seu Fundador. Blumenau: Casa dr. Blumenau, 1981.
 - A Fundação de Itajaí – sua história, seu romance. Blumenau: Casa dr. Blumenau, 1983.

NEREU CORRÊA

- Perfis e retratos em vários tons. Fpolis: Edefsc/Lunardelli, 1986.

NEREU DO VALE PEREIRA

- Contributo açoriano para a construção do mosaico cultural catarinense. Florianópolis: Papa-livro, 2003.
 - O boi de mamão – folguedo folclórico da Ilha de Santa Catarina – introdução ao estudo. Florianópolis: Ecomuseu, 2010.
 - Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina – etnografia catarinense. Florianópolis: Fundação Cultural Açorianista, 1992.

NERILTON NERILO

- Chuvas intensas no Estado de Santa Catarina. Florianópolis: EdUFSC: EdFURB, 2002.

ODILON FEHLAUER - ODILON ALBERTO FEHLAUER

- Lendas de Itajaí – contos e textos. Itajaí: autor, 2003.

OLAVO RAUL QUANDT

- Peabiru – o caminho velho. Joinville: Letra d'água, 2003.
 - Cabeza de vaca e o Peabiru. Joinville: Letra d'água, 2007.

OLIVEIRA LIMA

- O império brasileiro. Vol VII. Melhoramentos. Capa bordô. Varnhagen vol I a VI.
 - Dom João VI no Brasil. Coleção documentos brasileiros. 2ed. 1945. José Olympio. Vol 49/49a/49b.

ONDINA PEREIRA BOSSLE

- História da industrialização catarinense. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988

ONDINO DOIN VIEIRA

- De Desterro a Floripa = mais casos do que ocasos. Narrativas verídicas e jocosas na mais alegre ilha do mundo. Florianópolis: autor, 1996.

OSVALDO RODRIGUES CABRAL

- História de Santa Catarina. 2.ed. ver. At. RJ: Laudes, 1970.
- História de Santa Catarina. Rio de Janeiro: SEC, 1968.
- Breve notícia sobre o poder legislativo de Santa Catarina – suas legislaturas e seus legisladores de 1835 a 1974. Fpolis: Lunardelli, [...].
- Brusque – subsídios para a história de uma colônia nos tempos do império. Brusque: SAB 1958.
- Subsídios para a história eclesiástica de Santa Catarina. A Diocese de Florianópolis. Sua criação. Seus prelados. São Paulo: Revista História, 1967. [Nº 72 – separata.]
- Povo e tradição em Santa Catarina. [org]. Florianópolis: Edeme, 1971.
- História da política em Santa Catarina durante o império. Florianópolis: edUFSC, 2004 [org. Sara R.P. dos Reis].
- Nossa Senhora do Desterro – 2 memória. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

PASCHOAL APÓSTOLO PÍTSICA

- A Capitania de Santa Catarina – alguns momentos. Florianópolis: FCC/FFC/Lunardelli, 1993

PAUL VEYNE

- Como se escreve a história. Lisboa: Ed. 70, 1971.

PAULO FERNANDO LAGO

- Geografia de Santa Catarina – instrução programada. Florianópolis: autor, 1971.
- Santa Catarina a terra o homem e a economia. Florianópolis: UFSC, 1965.

PAULO MALTA FERRAZ

- Apontamentos para a história da colonização de Blumenau. 1850-1860. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1949.

PAULO MARKUN

- Cabeza de Vaca. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

PAULO PRADO

- Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira. 3ed. São Paulo: [...], 1929.

PAULO ROGÉRIO MAES – PAULO MAES

- Colonização flamenga em Santa Catarina. Ilhota. Itajaí: autor, 2005.
- História de papa-siri. Itajaí: autor, 2013.

PEDRO CALMON

- História do Brasil. Coleção 7 volumes. Editora José Olympio, 1959.

PETER BOER

- Barra Velha através dos tempos. Barra Velha: autor, 1992.

RACHEL LIBERATO MEYER

- Uma Menina de Itajaí. Rio de Janeiro: autora, 1961.

RACHEL S THIAGO

- Coronelismo urbano em Joinville – o caso de Abdon Baptista. Florianópolis: Governo do Estado SC, 1988. Vol I – Projeto Memória pública do Estado de SC.

RAFAEL DIAS

- Aspectos catarinenses – geografia e história de Santa Catarina para vestibulares e concursos. Florianópolis: autor, 2008. [co-autoria OTÁVIO AUGUSTO AULER RODRIGUES].

RICARDO MACHADO

- Desterritorializações do Vale. 1.ed. Blumenau: Liquificador, 2012. [co-autoria de ANDRÉ VOIGT – org].

ROBERT SOUTHEY

- História do Brasil. 3ed. 6 volumes. Editora Obelisco.

ROBERTO COCHRANE SIMONSEN

- História Econômica do Brasil (1500/1820). 8ed. São Paulo: Nacional, 1978. Série Grande formato. Coleção Brasileira.

ROCHA POMBO

- História do Brasil. 7ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956.

- História do Brazil para o ensino secundário. 5ed. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

- História do Brasil. Coleção de W.M. Jackson, Inc. 1935. Cinco volumes:

Vol I – o descobrimento e a colonização

Vol II – o regimen colonial

Vol III – a formação do espírito de pátria

Vol IV – a independência

Vol V – a república

- História do Brasil. Vol V. A República. Rio de Janeiro: Jackson, [1953].

ROGÉRIO PINHEIRO LEAL NUNES

- A Nova Ericeira. Blumenau: Nova Letras, 2009. **AUT.**

RONALDO SILVA JÚNIOR

- Carpintaria das Ribeiras do Rio Itajaí-Açu. Itajaí: Oficina da Palavra de Itajaí, 2001. [co-autoria de Antonio Carlos Cunha e Antonio Carlos Floriano.]

ROSA DE LOURDES VIEIRA SILVA

- Bairro Fazenda: o território da minha infância. Blumenau: Nova Letra, 2009.

ROSANA BOND

- A saga de Aleixo Garcia – o descobridor do Império Inca. Florianópolis: Insular, 1998.

ROSANGELA M DE MELO MACHADO

- Fortalezas da Ilha de Santa Catarina – um panorama. Florianópolis: UFSC, 1994.

ROSELYS ISABEL CORRÊA DOS SANTOS

- A colonização italiana no Vale do Itajaí-Mirim. Fpolis: Lunardelli/Edeme, 1981.
- A terra prometida. 2ed. Itajaí: Univali, 1999.

SARITA SANTOS

- Armação de Penha de Itapocorói – guia de lazer. Blumenau: Odorizzi, 19..
- Querida Armação do Itapocorói – originais de Picucho Santos. Blu: Odorizzi, 19[..].

SAULO ADAMI – LUIZ SAULO ADAMI

- Itajahy na visão dos viajantes. Itajaí: S & T Editores, 2008. [co-aut. Tina Rosa].

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

- História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, [duas edições 1976 e 64]
 - Tomo I – A época colonial
 - vol I – do descobrimento à expansão territorial. 1976
 - vol II – Administração economia sociedade
 - Tomo II – O Brasil monárquico
 - Vol I – O processo de emancipação
 - Vol II – Dispersão e unidade [1964]
 - Tomo III – O Brasil republicano
 - Vol I – Estrutura de poder e economia [1889-1930]
 - Vol II – Sociedade e instituições [1889-1930].
- O homem cordial. 1ed. São Paulo: Perguin classics, 2012.
- Visão do paraíso. Sao Paulo: Brasiliense/PubliFolha, 2000.

SÉRGIO MAYKOT

- A Matriz de Todos Nós. Tubarão: Dehon, 1980. [com Siro Manoel de Oliveira e Luis Carlos dos Santos].

SILVEIRA JÚNIOR – NORBERTO CÂNDIDO SILVEIRA JÚNIOR

- Itajaí. Curitiba: Excalibur, [...]

SÍLVIO BORGES DE JESUS

- Câmaras municipais – processo e procedimentos. 2ed. Blumenau: SBJ, 2005.

SILVIO COELHO DOS SANTOS

- Nova história de Santa Catarina. 2ed. Florianópolis: autor, 1977.

THEODOR RODOWICZ-OSWIECIMSKY

- A colônia Dona Francisca no Sul do Brasil. Florianópolis: dUFSC; Joinville: FCJ, 1992.

TONI VIDAL JOCHEN

- São Pedro de Alcântara. 170 anos depois ... S.P.A: Coord. Festejos, 1999. [co-autoria DÉBORA BENDOCCHI ALVES]

VALMIR EMIL HOFFMANN.

- Porto de Itajaí – o impacto da abertura de mercado e conseqüente municipalização. Itajaí: UNIVALI, 2001. [com Silmara Nascimento da Silva].

VIANNA MOOG

- Bandeirantes e pioneiros – paralelo entre duas culturas. 2ed. Rio de Janeiro: Globo, 1997.

VICENTE TAPAJÓS

- História do Brasil. 12ed. São Paulo: C. E. NACIONAL, 1965.

VILSON FRANCISCO DE FARIAS

- De Portugal ao Sul do Brasil – 500 anos. Fpolis: autor, 2001.
 - Penha – 243 anos.... Penha: ed. Autor, 2002.
 - dos Açores ao Brasil Meridional... . 2.ed. Fpolis: autor, 2001.
 - Itapema – natureza ... Itapema: autor, 1999.

VIRGÍLIO VÁRZEA

- Mares e campos. Rio de Janeiro: F. Casa Rui Barbosa; Fpolis: FCC, 1994

VISCONDE DE TAUNAY

- Ceos e terras do Brazil. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1910. Quinto milheiro.

WALDIR JOSÉ RAMPINELLI

- História e poder – a reprodução das elites em Santa Catarina .[org]. Florianópolis: Insular, 2003.

WALTER F. PIAZZA

- O poder legislativo catarinense – das suas raízes aos nossos dias 1834-1984. Fpolis: ALESC, 1984.
 - A modernização e as elites emergentes: a contribuição alemã. Blumenau: FC Dr. Blumenau, 1975 [separata da Revista Blumenau em Cadernos].
 - A igreja em Santa Catarina – notas para sua história. Fpolis: IOESC/FCC, 1977.
 - A colonização de Santa Catarina. 3ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
 - A epopeia açórico-madeirense 1748-1756. Florianópolis: EdUFSC/Lunardelli, 1992.
 - Santa Catarina história da gente. 2º grau. 2 ed. Ampl. Florianópolis: Lunardelli, 1987. [co-autoria de LAURA MACHADO HÜBENER]
 - A escravidão negra numa província periferia. Florianópolis: Garapuvu, 1999.